



Revista Brasileira de

História Militar



Ano III - N° 09
Dezembro 2012



Editorial

Pela primeira vez temos a grata satisfação de publicar uma edição elaborada exclusivamente com artigos de autoria feminina. Talvez isso seja um fato inédito para publicações de História Militar, não só no Brasil mas em todo o mundo. Independente do ineditismo, a notável presença de pesquisadoras interessadas no tema e a alta qualidade dos seus trabalhos servem como indicadores do crescimento e do amadurecimento da produção historiográfica militar brasileira. A essas mulheres o nosso muito obrigado.

Cesar Machado Domingues
Editor Responsável.



Imagem nesta página:

Clio é a musa grega da história e dos historiadores. Uma das nove filhas de Mnemósine, deusa da memória, e Zeus, o mais poderoso dos deuses do Olimpo, e que personificam as artes e as ciências. Óleo sobre tela de Pierre Mignard (1612-1695), acervo do Museu de Belas Artes de Budapeste – Hungria.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Aviação civil em tempos de guerra: o Sindicato Condor (1927-1942).....6

Sylvia Ewel Lenz

Dissipando a fumaça: O Reino Unido e o Bombardeio de Alexandria (1882).....22

Suellen Borges de Lannes

Devoções individuais dos soldados mortos em guerra: a documentação do Pelotão de Sepultamento (1944-1945).....40

Adriane Piovezan

A prática de esporte entre “oficiais graduados” e “as simples praças”: instrumento para “desenvolvimento físico do pessoal” ou prática “em promiscuidade completa”?.....56

Karina Barbosa Cancellata

As mulheres na Segunda Guerra Mundial: uma breve análise sobre as combatentes soviéticas70

Ana Claudia de Rezende Costa Dutra e Mello

Anais do Encontro de Historiadores Militares.....91

Realizado na Academia Militar das Agulhas Negras, de 18 a 20 de maio de 2012

Livro em Destaque.....529

AVIAÇÃO CIVIL EM TEMPOS DE GUERRA: O SYNDICATO CONDOR (1927-1942)

Profa. Dra. Sylvia Ewel Lenz¹

RESUMO

Apresento breve histórico das relações teuto-brasileanas e o papel da subsidiária da Lufthansa, o Sindicato, Condor na história da aviação civil no Brasil permeada pelos voos de dirigíveis a sobrevoar a capital federal. Após o golpe, o governo Vargas aproximou-se do modelo nazi-fascista para governar e desenvolver o país. Entretanto, após a deflagração da Segunda Guerra, enfatizou o nacionalismo brasileiro. Para tal recorreu à proibição de uso da língua estrangeira na imprensa, em escolas e templos. A extensão do domínio econômico dos Estados Unidos nas Américas reforçou a campanha anti-Eixo reforçada após a sua entrada no conflito, seguida pelo Brasil. A partir de então, austríacos, alemães e japoneses tornaram-se suspeitos, com muitas delações, confisco de bens e mesmo confinamento. Mesmo empresas dirigidas por descendentes dos “súditos do eixo”, viram-se privadas de seus dirigentes, acionistas ou até empregados. Foi o caso do Sr. Ernesto Hölck que tanto se dedicou em fundar novas rotas pelo sertão, com sacrifício de seus funcionários enviados a morar em confins do país. Apesar de brasileiro, junto com o diretor da Panair foi acusado de espionagem, mas só eles foi considerado culpado, deposto do cargo e detido.

Palavras-chave: Imigração alemã - Rio de Janeiro - Segunda Guerra - PanAm

ABSTRACT

Herewith I present the German-Brazilian relations and the role Lufthansa branch the *Condor Syndicat* in the civil aviation history in Brazil also remembering Zeppelins voyages to the country in middle of the 1930ies. Vargas government approached the nazifascist model to develop the country but after the 2nd. Word War, he emphasized the nationalization. Thus President has forbidden the use of foreign languages – mainly Germany and Japanese, in press, schools and churches. The economical extension of the United States over all America reinforced this position, mainly after their war declaration after Pearl Harbour, followed by Brazil. After that, all Austrian-Germans and

¹ Professora do Programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina na área de História Moderna e Contemporânea. É bacharelada e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985 e 1992). Possui Mestrado em História Social pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1999) e pós-doutorado pela UERJ (2010).

Japanese were suspects, lost liberty and properties. .Even companies directed by German or Japanese descendents had their directors, acionists or employees discharged. This was Mr. Ernesto Hölck case who has dedicated so much and founded new routes in hinterland, with sacrifice of the workers send to live so far away from their homes. Although he was born in Brazil, he was accused of spionage together with Panair director – but only Hölck was considered guilty, lost his work and was inprisoned in concentration camp.

Keywords: German immigration - Rio de Janeiro - Second War - PanAm

APRESENTAÇÃO



1 – Elly Clara Ewel, secretária na Condor, em nome da empresa homenageia o piloto com flores no seu retorno, após a inauguração de mais uma linha aérea, entre tantas outras que conectaram as cidades isoladas do sertão entre si, com a capital federal e até com países limítrofes.

O Sindicato Condor e a Viação Aérea Cruzeiro do Sul Ltda. marcaram dezenove anos de trabalho (1936-1955) na vida de minha mãe como secretária trilingüe nas empresas. A Condor, subsidiária da Lufthansa, uma empresa estatal alemã, abriu várias rotas no Brasil e na América Latina e lembro-me de como relatava com entusiasmo cada vez que uma rota aérea era inaugurada. Com pesar, também contou sobre o destino trágico de seu chefe, Sr. Ernesto Hölck, um dos muitos teuto-brasileiros acusados de colaborador com o Eixo. Portanto, resgato a memória da aviação civil

alemã, contextualizada na história da comunidade alemã, presente no Rio de Janeiro desde 1816 e das relações Brasil-Alemanha durante as Guerras Mundiais.

Em termos documentais, este breve estudo² foi elaborado tanto a partir das estórias contadas pela minha mãe (1917-1997) e, recentemente, pela filha do Sr. Hölck como pela sua documentação e imagens herdadas como: o livreto da *Defesa de Ernesto Holck* realizado pelo Advogado Evandro Lins e Silva, Rio, 1943. Da progenitora herdei fotos de celebrações que registraram abertura de novas rotas pelo interior do país integrado por via aérea. A bibliografia versa sobre a diplomacia do período, o pan-americanismo político e econômico de Washington sobre o continente, com expansão da Pan-Air no Brasil, subsidiária da *Pan American World Airlines*.

PRESENÇA GERMÂNICA NO RIO DE JANEIRO

Encerradas as Guerras Napoleônicas (1799-1815) e do imperialismo francês na Europa, o Congresso de Viena proibiu a presença de cortes em colônias, como no caso da portuguesa cuja capital fora transferida de Lisboa para Rio de Janeiro. Como o príncipe regente D. João resistiu ao retorno à pátria, em 1815 alterou a condição política da América Portuguesa, erguida a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Ou seja, deslocou a capital do Império Luso da Europa para os trópicos. A solução diplomática de transformar o Rio de Janeiro em capital de um reino, aliás, do Império Luso, viabilizou o seu reconhecimento jurídico perante as potências européias. E, para consolidar a junção Brasil-Europa, foi selada a união entre antigas dinastias - Bragança e Habsburgo, com o matrimônio entre a filha do imperador austríaco, D. Leopoldina com o filho do Príncipe Regente, D. Pedro...

Após o restabelecimento da paz europeia restabelecida, negociantes hanseáticos que, antes das guerras napoleônicas importavam produtos coloniais da América Portuguesa via Lisboa fundaram casas comerciais na capital, Salvador e Recife. Quando da declarada independência da nação D. Pedro I, sem pode mais contar com as forças armadas lusas, recorreu tanto a corsários britânicos para formar a frota naval como mercenários dos Estados Alemães para compor o Exército Imperial de modo a impor a unidade territorial no norte, nordeste e sul do país³.

² Como trabalho em Londrina, só pude pesquisar e elaborar o texto no feriado de Corpus Christi, quando viajei ao Rio de Janeiro, onde guardo a documentação em minha residência.

³ Conforme dissertação de Nélio Galsky, **Mercenários ou libertários: as motivações pra o engajamento do Alte. Cochrane e seu grupo nas lutas de independência do Brasil**, UFF, 2006 e do livro de Cel. Juvêncio Saldanha Lemos,

Muitos colonos vieram junto com a leva de mercenários e a maioria rumou para o sul onde fundaram uma colônia germânica em 1824, considerada data da imigração alemã no País. Após a dissolução das tropas, no final da década de 1820, muitos rumaram para a atual São Leopoldo, enquanto outros permaneceram no Rio de Janeiro, onde aplicaram ofícios aprendidos na terra natal, trabalhando como artífices e fabricantes⁴. O Império Alemão, consolidado em 1871, tornava-se um dos maiores importadores de café e demais matérias-primas e exportadores de manufaturados para o Brasil imperial, depois república. Após a unificação estatal, entre o governo imperial destinou a Companhia de Navegação Hamburg-Süd para a América Latina e Hapag Lloyd para as demais linhas marítimas pelo mundo, concorrendo com poder naval dos britânicos, detentores do maior império ultramarino.

Da Grande Guerra resultou a Revolução Soviética e o fim dos impérios na Europa— russo austro-húngaro e alemão, embora Portugal, Holanda, Reino Unido, França, Bélgica mantivessem seus impérios pelo mundo. Na Alemanha, navios, locomotiva, tanques, aeronaves militares, máquinas e locomotivas civis, dentre outros, foram confiscados a título de “reparações de guerra”, além de uma dívida bilionária o que arruinou a economia alemã. Mesmo assim, a instrução era de qualidade, investigações e novas técnicas foram desenvolvidas, até para substituir a escassez de matérias primas, inclusive energéticas. O aprimoramento nas técnicas de aviação militar fomentou o transporte civil no pós-guerra já que a Alemanha teve as Forças Armadas drasticamente reduzidas.

A primeira companhia aérea fundada na Europa, a *Deutsche Luft-Reederei*, inaugurou os serviços em fevereiro de 1919, seguida de outras empresas privadas, todas com rotas irregulares, sem horários definidos. Até que em 1926, o governo federal decidiu fundir todas em uma firma estatal - a *Deutsche Luft Hansa AG*, sediada em Berlim para transporte de malas postais e de passageiros. Então ocorreram as primeiras rotas regulares, com horários e vendas de passagem em bilheterias. De início, os voos eram só diurnos; as aeronaves seguiam as ferrovias para se guiar e, junto com as autoridades locais, houve melhoria das pistas.

A Prússia Oriental fora separada do país pelo Tratado de Versalhes e com a formação da Polônia. Desde então, a viagem terrestre, ou seja, de trem, implicava em muito controle por parte das autoridades polonesas inclusive com situações constrangedoras para os passageiros. A empresa

Os mercenários do imperador, Rio de Janeiro, Bibliex, 1996.

⁴ Sylvia Ewel Lenz, **Os alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866)**, Bauru, SP: EDUSC, 2008.

fundou a linha da capital alemã para Königsberg, capital da província, antiga cidade do filósofo da paz, Immanuel Kant, quiçá para evitar ataques antiaéreos poloneses durante o dia, o voo era feito à noite, mesmo sem instrumentos adequados⁵.

A seguir, foram abertas linhas para países vizinhos europeus depois na e para a América Latina à medida que pilotos e mecânicos bem treinados aprimoravam tanto as técnicas de aviação como as tecnologias aéreas. Enquanto isto, empresas privadas transportavam passageiros, no início dois, apesar dos grandes riscos e da falta de conforto, com decolagens e aterrissagens feitas em pistas de barro ou campos precariamente gramados...

A Lufthansa também promoveu voos pioneiros como os transalpinos realizados pelo maior piloto alemão, Hans Baur ao conectar Munique com Milão, a seguir Roma! Logo ousou abrir rotas na América Latina pela subsidiária da Lufthansa, *Syndikat Condor* nacionalizada em dezembro de 1927 como Sindicato Condor. A primeira viagem aconteceu em novembro de 1926 com o hidroavião alemão *Dornier Wal*, transportado em navio de carga para Buenos Aires, de onde partiu e voou até o Rio de Janeiro. Em janeiro do ano seguinte, a linha regular ligava Rio de Janeiro a Porto Alegre, com escalas em Santos, Paranaguá, São Francisco e Florianópolis com vistas a abastecer a aeronave e entregar malas postais. Diante da crise econômica nos anos vinte, piorada após o colapso do sistema capitalista em 1929, na década de trinta, Brasil e Alemanha fecharam tratados pelo comércio de compensação que: “possibilitou a esses dois países superarem uma situação de extrema escassez de divisas e, fomentando intercâmbio reciprocamente fundamental, atenderam as suas inadiáveis demandas de importações”⁶.

A primeira travessia transatlântica empreendida pela Lufthansa teve a América do Sul, e não os EUA como destino. Em 1934, com mais de 37 kg de correspondência, piloto e radialista (sem artigos, portanto sem nomes) realizaram a façanha de cobrir 13.283 km em 66 h e 12 minutos. Empreitada de alto risco, extenuante e longa, com saída de Stuttgart, Alemanha, na manhã de três de fevereiro e chegada à noite em Buenos Aires no dia após várias escalas para abastecimento e troca de pilotos: Barcelona, Sevilha e Las Palmas (Espanha); Bathhurst, (Gâmbia Britânica); pouso no meio do oceano em navio-catapulta, Ilha de Fernando de Noronha, Natal, Salvador, Rio de Janeiro, Santos,

⁵ A Prússia Oriental foi extinta, de fato durante o nazismo, e de direito em 1947 pelo Comando Superior dos Aliados, partilhada entre URSS (norte) e Polônia (sul). Königsberg, transformada em base militar soviética e renomeada Kaliningrado; desde o fim da URSS, é um exclave da Federação Russa na União Europeia.

⁶ Luis Alberto Moniz Bandeira, **A Alemanha na política exterior do Brasil** In Revista Brasileira de Política Internacional, 1991-2, p. 15.

Porto Alegre, Rio Grande (Brasil); Montevidéu (Uruguai) e finalmente a capital argentina.

Viagens aéreas também eram empreendidas com dirigíveis que transportavam maior número de passageiros em suas elegantes, luxuosas e confortáveis naves. De modo a manter linha regular, em 1933, representantes da *Luftschiffbau Zeppelin* vieram ao Rio de Janeiro. Na época, apesar do grande investimento, a linha aérea Frankfurt - Rio de Janeiro só operou durante nove viagens de 1937 a 1939. Após 1942, com a declaração de guerra do Brasil contra os países do Eixo, o hangar foi usado pela Força Expedicionária Brasileira – FEB no envio de tropas para combater a *Wehrmacht* na Itália. Interessante que apesar da perseguição aos “súditos do Eixo”, descendentes de alemães foram convocados para lutar pela pátria brasileira⁷.

AS AMÉRICAS PARA OS ESTADOS UNIDOS



3 - Cartaz e mapa com itinerário do Sindicato Condor unindo Europa à América do Sul

Inicialmente Getúlio Vargas apreciava o corporativismo estatal imposto por Mussolini em 1922, assim como a propaganda política nazista. No entanto, o presidente brasileiro deflagrou a campanha de nacionalização e começou a reprimir colônias estrangeiras, principalmente no sul do

⁷ Conforme exposto na obra de Dennison de Oliveira, **Os soldados alemães de Vargas**, 3ª. Reimpressão, Curitiba, Juruá Editora, 2011.

país⁸. Conforme Giralda Seyferth, após a tentativa de golpe da Ação Integralista em 1938, Vargas impôs o “Estado Novo”, de governo autoritário e centralizador. Como visava a fundar a nação, etnicamente tão diversificada, impôs, mediante coerção policial e militar, a campanha da nacionalização do país. Começou pelas escolas privadas de estrangeiros, principalmente de alemães, sempre zelosos com a sua educação, implantando o currículo brasileiro. Em 24 de agosto de 1939 baixou o Decreto n. 1545, artigo 16 e radicalizou a campanha:

...todas as prédicas religiosas deverão ser feitas em língua nacional, e incumbe o Exército de fiscalizar as “zonas de colonização estrangeira”. As associações culturais e recreativas tiveram de encerrar todas as atividades que pudessem estar associadas às respectivas culturas nacionais. Nas áreas de colonização alemã, algumas sedes de associações chegaram a ser utilizadas para aquartelamento das tropas do Exército recém-chegadas para fazer cumprir a legislação⁹.

É claro que o governo não tinha professores suficientes para substituir os das colônias japonesas e alemãs de modo que os alunos ficaram meses sem aula, prejudicando a educação escolar e até a sociabilidade entre eles. Além disto, a rica imprensa alemã foi proibida, até mesmo os cultos e hinos luteranos deveriam ser em língua portuguesa. Esta interferência estatal no cotidiano, no convívio social e mesmo familiar dos colonos. Como falar escrever outra língua que não o português, tornou-se crime, esta lei prejudicou o domínio escrito e falado de idiomas estrangeiros, restrito ao uso oral e muito privado.

Como já ocorrera durante a Grande Guerra, Washington e Londres novamente instituíram as “listas negras” contra empresas de alemães, italianos e japoneses para se desfazerem da concorrência.¹⁰ Também as fundadas por alemães ou seu descendentes sofreram a violência policial e militar, seus bens foram confiscados, como prédios de escolas e clubes, exceto templos religiosos. Segundo o livreto da defesa do Dr. Evandro Lins e Silva, até mesmo o pró-estadunidense o Ministro Osvaldo Aranha, após o famigerado ataque japonês a Pearl Harbour, ao retornar do Chile, uma carta sobre os serviços da empresa Condor, como atenção prestimosa dos funcionários e pontualidade dos horários. Mesmo assim, segundo Tânia Quintaneiro, em 1942, dos 866 alemães que trabalhavam na Condor,

8 Andrea Helena Petra Rahmeier, **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**, Porto Alegre: PUC-RS, PPGHIS, tese de doutorado, 2009.

9 Giralda Seyferth. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo** In: Repensando o Estado Novo. Organização: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 221.

10 Conforme artigo de Tania Quintaneiro, **Dilemas da cooperação: conflito gerado pela política das “Listas Negras” no Brasil durante a 2ª. Guerra Mundial**. Revista Política Internacional, 49 (2), p. 78-92, 2005.

566 viram-se subitamente demitidos. Destes, 79,1% recebiam os salários mais altos, eram altamente qualificados e com muito tempo de casa; os 300 mantidos era o pessoal de apoio. Segunda ela tamanha redução de pessoal se deu: “Com a justificativa do combate global ao totalitarismo, a intervenção em firmas “indesejáveis” e a substituição de sócios e empregados propiciou a abertura de amplo espaço de oportunidades a ser repartido entre os Aliados.”¹¹

A *Defense Supplies Corporations* - DSC, fundada por Washington para administrar a escassez e monopolizar linhas aéreas com países americanos pela subsidiária da Pan Am - a Pan Air, que também herdou as rotas da Condor com a Europa. Responsável pela DSC no Brasil, Mr.Duncan advertia que: “o trabalho dos estadunidenses não seria apenas o de ensinar a operar aviões, técnicas de vistoria e manutenção, mas “eliminar a influência alemã e instilar ideias americanas (...).”¹²

Ou seja, o governo Roosevelt visava a quebrar o “Comércio por compensação” entre Alemanha e Brasil, assim como a estender empresas estadunidenses na América do Sul. À medida que estas adentravam no mercado brasileiro e as relações diplomáticas Brasil – EUA eram intensificadas, o aparelho coercitivo do governo varguista perseguia dirigentes, acionistas, pilotos, trabalhadores e técnicos de empresas vinculadas ao Eixo. Concomitantemente, subsidiárias estadunidenses substituíram capitais, equipamentos e métodos de operação nas antigas empresas do Eixo além de abrir novas empresas. Portanto, o governo estadunidense aproveitou-se da conjuntura da Segunda Guerra para continuar a política de conquista de mercados segundo a Doutrina Monroe “América para os americanos”, de 1823. Ela foi intensificada no início do século XX, primeiro na América Central e Caribe, então expandida e consolidada nos países latino-americanos ao sul do Equador¹³.

Pilotos e técnicos da Condor eram alemães e a empresa dependia de suprimentos, apoio técnico e financeiro da matriz na Alemanha de modo que a manutenção e a estrutura operacional foram afetadas com a Segunda Guerra. A falta de peças, boicote de abastecimento de combustível aos seus aviões, a concorrência americana no ar e em terra, agravou a situação da empresa, cujos empregados brasileiros temiam pelos seus empregos. Genulpho de Oliveira teve seu primeiro emprego como radialista na Condor e em sua biografia escreveu sobre seu trabalho na empresa. Ao final de 1941, boicotada pelos fornecedores americanos de combustível e sem receber peças da matriz devido à

11 Tania Quintaneiro, **Dilemas de cooperação: conflitos gerados pela política das Listas Negras no Brasil durante a 2a. Guerra Mundial**. Revista Brasileira de Política Internacional. 49(2), p. 78, 2005.

12 Idem, p. 13.

13 Menos nas Guianas que na época ainda eram colônias do Reino Unido (hoje Guiana), da Holanda (Suriname), e da França, a Guiana Francesa que permanece vinculada à Metrópole.

guerra, ele se candidatou a um cargo na Panair:

Que estava de vento em popa, necessitando de muitos radiotelegrafistas para diferentes regiões do Brasil. O governo brasileiro e o americano, por intermédio da Panamérica, acionista da Panair, instalaram bases completas em localidades estratégicas e completavam as existentes. Sr. Aguiar, chefe do serviço de rádio da Panair, aceitou-me. Eu teria, porém, de submeter-me ia rigoroso exame de saúde. (...) Logo que fiquei bom, a nossa Companhia foi encampada pelo governo brasileiro e, nomeado para a direção geral, Dr. José Bento Ribeiro Dantes, em seis de janeiro de 1942. Como Superintendente Coronel Murici Filho e como Diretor de Operações, Coronel Márcio Melo. Voltei a Panair e agradeci. Preferi continuar na Condor, agora sob direção de brasileiros de gabarito. Os alemães natos foram afastados. Os naturalizados, casados e com filhos brasileiros, permaneceram. Era o diabo da guerra, que tanto mal causou.¹⁴

Após a mudança de pessoal no controle acionário e na direção da Condor, à Pan-Air, subsidiária da Pan-Am, coube o controle de todas as rotas com a Europa; à Viação Aérea Cruzeiro do Sul, as rotas domésticas e latino-americanas. Portanto, o conflito bélico mudou os rumos da subsidiária da Lufthansa com a crescente pressão americana no mercado na América Latina. Afinal, os EUA dependiam do “resto” do continente para importar matérias-primas para abastecer a indústria bélica empregada nas guerras na Europa e no Pacífico. O Presidente Getúlio Vargas, que declarara a neutralidade do Brasil no início do conflito, em 28 de janeiro 1942, rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha na Conferência Interamericana, dirigida por Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. A partir de então, os navios rumo aos EUA passaram a ser torpedeados por submarinos alemães para impedir o abastecimento de matérias-primas para a indústria bélica de lá.

Em represália, o governo varguista declarou guerra ao Eixo em agosto e organizou a FEB para lutar da Itália, incluindo descendentes de alemães¹⁵. A situação dos “súditos do Eixo” se agravou, tanto nas colônias do sul como nas cidades e na capital federal. Julgamentos sumários, prisões, confiscos de bens como empresas e mesmo domésticos (livros em alemão), confinamento em situação precária, piorou a situação deles, mesmo que fossem descendentes de várias gerações marginalizadas principalmente no Rio de Janeiro e Niterói. Ressalto o prejuízo comercial não só da Alemanha, que deixava de importar matérias-primas para a sua indústria, além de produtos vitais para alimentar a população; como do Brasil, que perdia uma parceria comercial antiga e mais favorável do que a com

14 Genulpho de Oliveira, **Entre céu, terra e mar, diário de minha vida**, 1980, p. 174-175.

15 Conforme apresentado no livro **Os soldados alemães de Vargas** de Dennison de Oliveira.

o Reino Unido e os EUA. Afinal, por exigência americana, Vargas:

cancelou o contrato com a Krupp, suprimiu as linhas aéreas da LATI (Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas) e da Condor, subsidiária da Lufthansa, liquidou o Banco Americano Transatlântico, o Banco Germânico da América do Sul e o Banco Francês e Italiano, bem como nacionalizou muitas empresas alemãs e confiscou valiosos edifícios no Rio de Janeiro¹⁶.

Importadores de produtos alemães deixaram de comprá-los e milhares que compunham o mercado estável das colônias germânicas, de consumi-los (profissionais liberais, empresários, fabricantes, artífices e trabalhadores especializados). Além de muitos pais de família que perderam seus empregos e sem a menor perspectiva de conseguir outro, condenado como “inimigo” da nação brasileira.



4 - Sr. Ernesto Hölck é cumprimentado pelo Pres. Getúlio Vargas.

¹⁶ Moniz Bandeira, op.cit., p. 17.

DA CONDOR À CRUZEIRO DO SUL

Priscila Ferreira Perazzo elaborou ampla pesquisa sobre a situação marginal de japoneses e alemães, sumariamente presos, torturados e confinados¹⁷. Apesar do dispendioso trabalho empreendido, tanto ela quanto o funcionário da Condor, equivocaram-se ao considerar que somente os de nacionalidade alemã ou japonesa foram prejudicados. Afinal, bastava ter sobrenome estrangeiro para perder o emprego, ser denunciado, ter bens confiscados e até se preso, como vivenciado pela minha mãe em relação ao seu chefe, Sr. Ernesto Hoelck e a outros conhecidos da comunidade alemã e que tiveram as empresas arrestas, imóveis confiscados.

Muitos eram brasileiros sofreram o estigma por serem descendentes de alemães, alguns fundaram empresas e companhias de comércio, os demais simplesmente trabalhavam nelas. Afinal, muitos alemães emigraram da grave crise econômica da Alemanha após a Grande Guerra. Além da situação humilhante para teuto-brasileiros condenados e detidos, centenas de famílias viram-se desamparadas. Sem o sustento então provido somente pelo pai de família, milhares de crianças e famílias viram-se subitamente em grandes dificuldades. Além disso, sofreram o estigma contra o sobrenome germânico durante décadas em função da “culpa coletiva” imputada pelos vitoriosos aos alemães.

Também ficaram a mercê do governo brasileiro, uma vez que o corpo diplomático alemão no Brasil e brasileiro no Reich tiveram de deixar os países onde trabalhavam. Como Estados neutros, Portugal cuidou dos brasileiros residentes no Reich, enquanto Embaixada e consulados da Espanha no Brasil zelaram pelos prisioneiros austro-alemães ou descendentes. A Cruz Vermelha, organização humanitária fundada por um suíço em meados do século XIX, também atuou no Brasil, apesar da má vontade das autoridades. A situação era tão obscura que, em 19 de agosto de 1942, os jornais do Rio estamparam um anúncio pago para proteger as dependências da Condor dos quebra-quebras realizados por “nacionalistas” contra propriedades de “germânico”:

A Condor é brasileira. Desejamos chamar a atenção do povo desta capital, nessa grave hora de nossa vida nacional, quando ele está expressando sua indignação diante da brutalidade do totalitarismo, de que não deve agir sem primeiro se assegurar contra quem estão.¹⁸

¹⁷ Priscila Ferreira Perazzo, *Prisioneiros da Guerra: os “Súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*, São Paulo, Humanitas, Imprensa Oficial, 2009.

¹⁸ Tania Quintaneiro, *A política estadunidense de desgermanização do sistema de transporte aéreo brasileiro: o caso da Condor*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 52, nr. 1, Brasília. Jan/jun 2009, p. 13.

Em pesquisa sobre o clube Germania, a primeira sociedade civil fundada neste país, em 1821, constatei que o belíssimo prédio foi confiscado e houve saques de quadros, estátuas, móveis e todos os livros da biblioteca sumiram. Minha mãe contava da invasão das empresas no centro da cidade, material de escritório, máquinas de escrever e arquivos jogados pelas janelas. Vandalismo perpetrado por estudantes que exigiram a entrada do Brasil na guerra; não obstante, na hora H, esquivaram-se de combater pela pátria... Durante décadas, a propriedade doada para a UNE ficou abandonado; em 1964, terminou de ser destruída durante conflito entre militares e estudantes, tendo-lhes sido confiscado pela União. Até 2010, quando o Presidente Lula o devolveu aos estudantes, o tapume pichado escondia o grande terreno situado entre a Praia do Flamengo e a Rua do Catete, em ponto nobre da Zona Sul.

Em 1942, a Justiça Militar acusou de “traição à pátria” tanto os diretores da Pan-Air como da Condor pelo acesso a suposta documentação secreta que ameaçaria a segurança nacional. No entanto, tais documentos sequer eram sigilosos e continham importantes informações de cunho comercial. Não obstante, ambos foram processados e julgados. Enquanto Dr. Caubi Araújo, da subsidiária americana foi absolvido enquanto o brasileiro Ernesto Hölck, da subsidiária alemã, com filhos aviadores, foi condenado, primeiro detido no presídio Frei Caneca, depois na Colônia Penal de Ilha Grande. Anos dedicados a integrar o interior do país e o Brasil com a Europa mediante a abertura de linhas aéreas pioneiras, tornaram-se irrelevantes naquela conjuntura internacional.

O filho mais velho, Claudio (1920-1991), assumiu o posto de chefe de família após o confinamento do pai, A filha, caçula, retirada do Colégio Humboldt (antigo Deutsche Schule, atual Colégio Cruzeiro), o orçamento doméstico, reduzido ao mínimo. Claudio também recorreu junto a vários colegas dele no ramo da aviação além de empregados da Condor para comprovar a inocência do pai. Após a deposição de diretores e acionistas, alemães ou descendentes, renomeada como Serviços Aéreos Condor Ltda, a nova direção, composta pelos Drs. Bento Ribeiro Dantas e Dr. Muricy, assumiu o controle, conforme documento de 1º de dezembro de 1942:

Com a presente passamos às mãos de VV. SS., para eu conhecimento, uma cópia do manifesto publicado pela Diretoria da nossa empresa, por cuja leitura VV. SS. se inteirarão dos principais fatos ocorridos durante a nossa *reorganização*, e que culminaram com a retirada da nossa empresa da “Lista Negra” *ingleza* e da Lista Proclamada norte-americana e, ainda, por motivos amplamente explicados no dito manifesto, na mudança do nome da empresa para **Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada**. Atenciosas saudações – Serviços Aéreos Condor Ltda.

No processo aberto pelo Dr. Osvaldo Murgel de Rezende em prol do Sr. Ernesto Hölck, cujo defensor foi o Dr. Evandro Lins e Silva, várias pessoas, da empresa e fora dela, serviram de testemunhas a favor do chefe, do colega ou do amigo. Até a sua detratora, Dona Helvetia Nodden Pinto, partiu em sua defesa, quiçá para se eximir do ato nefasto. Assim, em carta de recomendação, a secretária destacou a sinceridade, a honradez e a bondade como algumas das muitas virtudes do diretor, vivenciadas em treze anos de trabalho, conforme o advogado relatou:

Pois essa senhora, prestando depoimento perante o Conselho de Justiça, excluiu o Sr. Ernesto Holck de qualquer participação nos fatos que foram objeto de sua queixa. Fez mesmo questão de declarar que ele nada tinha a ver com a denúncia que ela oferecia, ressaltando que o fato pelo qual ela foi levada a apresentar tal denúncia, ocorreu em época em que o Sr. Ernesto Holck estava afastado da direção da Condor.¹⁹

Como funcionária direta, a outra secretária, Dona Elly Clara Ewel (1917-1997) também elaborou longa carta de recomendação, bem no seu estilo, sincero e direto²⁰:

Quanto aos sentimentos de brasilidade, não há o que duvidar; o Sr Holck trabalhava a ponto de sacrificar a sua própria saúde em benefício dum serviço de Utilidade Pública e, portanto, de elevado interesse da Pátria, como o é a Aviação Comercial; educava também os seus filhos nos mesmos sentimentos, haja vista o mais velho, servindo ao Brasil como aviador - piloto de aeronaves mercantes; e o mais novo, piloto de aviões de turismo - valioso elemento para a nossa Reserva Aérea. Podem-se ter dúvidas acerca dos sentimentos de patriotismo de um homem que procede desta forma?²¹

O Brigadeiro Eduardo Gomes declarou que Hölck, como gerente da Condor: “... nunca me manifestou a intenção, por mais remota que fosse, de praticar qualquer ato contra a segurança e integridade do Brasil.” O Brigadeiro Armando Trompowsky, perguntado sobre a acusação contra Hölck declarou: “... que não acha, pois viu sempre em Ernesto Hölck um homem honesto e apaixonado pelo desenvolvimento da aviação comercial do Brasil”. Não obstante, passaram-se meses até ele ser liberto do confinamento e quando saiu, estava doente, debilitado e humilhado. Foi compensado com cargo simbólico de consultor geral na empresa onde dantes, fora mais do que diretor, um empreendedor:

Atenciosas saudações, Havendo V.S. se desligado, definitivamente, do quadro de quotistas

19 Impresso: **Defesa de Ernesto Holck pelo advogado Evandro Lins e Silva ao Egrégio Supremo Tribunal Militar, Rio de Janeiro**, 1943, p. 16.

20 Ela não foi demitida da empresa ao contrário da irmã mais nova, telefonista pelo fato do avô ter sido alemão, negociante oriundo de Hamburgo, cidade portuária na Alemanha.

21 Idem, p. 18.

de nossa empresa, afastando-se, outrossim, da administração da mesma, e como temos a convicção de não ter V. S. a menor parcela de culpa no processo a que está respondendo, vimos pedir-lhe que aceite, uma vez absolvido, o encargo de Consultor para os assuntos de Tráfego Aéreo, para cuja solução tivermos necessidade de sua colaboração. Lamentando o afastamento de V. S. do sei de nossa empresa, desejamos ainda uma vez testemunhar a dedicação com que V. S. trabalhou por esta casa, de onde se retira fazendo um sacrifício em benefício desta Condor, que é obra de V.S. e para cujo desenvolvimento e progresso empregou V.S. o máximo de seus esforços. Aproveitando o ensejo, apresentamos a V.S. os protestos de nossa elevada estima e consideração, subscrevendo-nos, atenciosamente, Ass. Dr. Ribeiro Dantas e J.G. Muricy.²²

Afinal, os signatários foram promovidos, como tantos outros brasileiros em empresas germânicas que se beneficiaram com a demissão de diretores e funcionários qualificados, inclusive teuto-brasileiros. Ou seja, a perseguição aos “súditos do Eixo” resultou em disputas por cargos nas empresas vinculadas à Alemanha, à Itália e ao Japão. A prática econômica anglo-saxônica visa tão somente ao lucro, ao monopólio de mercado e ao poder econômico e político. Conjunturas internacionais como as guerras mundiais são propícias ao descarte de empresas do “inimigo”, ou seja, a eliminação da concorrência com o monopólio de empresas dos vencedores.

Portanto, como os interesses dos EUA no Brasil eram menos ideológicos e mais mercadológicos, tão logo a Condor foi “nacionalizada” a nova direção substituiu as aeronaves *Junker 52*, já bem sucateadas em função da situação diplomática e de conflito bélico, e importaram as americanas Douglas assim como contrataram pilotos e técnicos americanos. Mesmo assim só restaram as linhas domésticas e na América do Sul, pois a Panair do Brasil, subsidiária Pan Am abarcou as antigas rotas da Condor com Europa, até 1964, quando foi extinta, por decreto-lei, pelo governo militar.

Herr Hölck, por sua vez, acionou a União em processo de perdas e danos morais, principalmente pela humilhação sofrida por ele e sua família. O ilustre advogado, então, defendeu a causa do ponto de vista moral, ou seja, em prol de limpar o nome do cliente e argumentou perante o tribunal que:

Faltam à configuração do crime de traição todos os seus elementos. Objetivamente – não havia o inimigo, subjetivamente, não havia a intenção de trair. Além disso, a posse dos documentos era uma consequência da competição comercial. (...) Os superiores interesses da Justiça, que não são outros que não os interesses sociais, estão a reclamar uma reparação para a injustiça sofrida pelo apelante Ernesto Holck, com a reforma da decisão condenatória. (...) Muito menos que a liberdade, pretende o apelante a restauração da sua honra ferida pro uma

22 Missiva de 16 de novembro de 1942, endereçada a Illmo. Snr. Ernesto Holck, n capital.

acusação infamante. E o direito à honra tem sido geralmente reconhecido entre os direitos originários do homem, os direitos naturais, no ensinamento de Carrara.²³

Finalmente, a causa foi reconhecida a favor do solicitante e Ernesto ressarcido com quantia suficiente para comprar uma casa e, ao menor garantir um teto para a família. Porém, o dano moral pelo crime não cometido, o sofrimento físico na detenção, longe das intensas atividades laborais, da esposa e dos três filhos, legaram seqüelas psíquicas incuráveis e traumas na família.

REFERÊNCIAS

Documentos

- Livreto “Defesa de Ernesto Holck pelo Advogado Evandro Lins e Silva, Rio, 1943”.
- Fotografias de Elly Clara Ewel de quando trabalhou como secretária na Condor e Cruzeiro do Sul.
- Documentos esparsos da Condor - memorandos, cartas, atas.

Periódicos

- MONIZ BANDEIRA, Luis. **A Alemanha na política exterior do Brasil**. In: Revista Brasileira de Política Internacional. Ano XXXIV nr. 2, p. 5-26, 1991.
- QUINTANEIRO, Tania. **A política estadunidense de desgermanização do sistema de transporte aéreo brasileiro: o caso da Condor**. In: Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 52, nr. 1, Brasília. Jan/jun 2009.
- _____. **Dilemas de cooperação: conflitos gerados pela política das “Listas Negras” no Brasil durante a 2a. Guerra Mundial**. Revista Brasileira de Política Internacional. 49, nr. 2, p. 78, 2005.

Bibliografia

- CERVO, Amado Luis; BUENO, Clodoaldo. *Historia da Política Exterior do Brasil*.

²³ Idem, p. 23.

Brasília: Ed. UNB; IBRI, 2002.

- LENZ, Sylvia Ewel Lenz. **Heranças psíquicas de expatriados pós-guerras**. Artigo publicado nos anais do *I Encuentro Internacional de Conocimiento: diálogos em nuestra America*. Pelotas, RS: IFSUL, 2011. (ISSN 2238-0078)
- _____ . **Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866)**. Bauru, SP: EDUSC, 2008.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Ed.Juruá, 2008
- PERAZZO, Priscila Ferreiro. **Prisioneiros da Guerra. Os “Súditos do Eixo” Nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Humanitas; Imprensa Oficial, 2002.
- PLETSCHACHER, Peter. *Lufthansa Junkers Ju 52. Die Geschichte der Alten “Tante Ju”* Atlantic Verlag, 1989.
- RAHMEIER, Ana Helena Petry Rahneier. **Relações diplomáticas e militares entre Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Porto Alegre: Tese do PPGHIS da PUC-RS, 2009.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUSS, Ricardo. **Uma História diplomática do Brasil (1531-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SEYFERTH, Giralda. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo** In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

DISSIPANDO A FUMAÇA: O REINO UNIDO E O BOMBARDEIO DE ALEXANDRIA (1882)

Suellen Borges de Lannes¹

INTRODUÇÃO

No dia 11 de julho de 1882, o almirante britânico Beaushamp Seymour bombardeou, durante dois dias, a costa da cidade de Alexandria, abrindo caminho para a efetiva ocupação do Egito pelo Reino Unido, que perduraria até 1922.

De acordo com a historiografia da época, as causas dessa ação se relacionavam ao papel que o Reino Unido e o Egito tinham no mundo. Durante séculos, a Grã-Bretanha expandiu o seu poder político e econômico para diversas partes do globo, formando um Império “*onde o sol nunca se punha*”². Por meio de sua marinha e do seu sistema financeiro influenciou, muitas vezes de forma decisiva, as políticas adotadas pelos territórios que se encontravam sob o seu domínio, seja ele, direto ou indireto. No século XIX, um dos territórios que foram “alvo” dessa política britânica foi o Egito.

De acordo com as teorias imperialistas, a necessidade de lucros crescentes fez com que os grandes monopólios presentes na Grã-Bretanha se jogassem em uma busca por territórios, onde conseguissem mais matéria-prima e pudessem impulsionar a máquina financeira por meio de empréstimos constantes aos territórios sob sua influência.

As ações tomadas pelas potências europeias nos territórios sob sua suserania, sejam eles colônias, semi-colônias ou protetorados, seguiam uma lógica de favorecer o setor financeiro e industrial. Muitas vezes, para impor essa lógica, aos países dominados, o Reino Unido utilizou de sua marinha de guerra. Dentro dessa lógica, diversos cientistas pensaram sobre o bombardeio da cidade de Alexandria, no Egito, em 1882.

Resgatando a teoria do imperialismo e comparando-a com a historiografia recente sobre o bombardeio de Alexandria, procurou-se identificar a validade da visão que compreende esse evento

¹ Possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense na área de defesa e política externa, bacharelado em Ciências Sociais e licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é doutoranda em Economia Política Internacional do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/IE) na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiências nas áreas de História Militar, Direito Internacional Humanitário e Teoria Política e de Relações Internacionais.

² Expressão de Sir George Macartney. FERGUNSON, Nial. *Empire, How Britain Made the Modern World*. p. 35

como um exemplo do comportamento imperialista dos capitais e do Estado britânicos. Para tanto, investigou-se a importância do Canal de Suez, nesse contexto, a condição dos empréstimos franco-britânicos no Egito e o movimento nacionalista de Urabi, compreendendo, assim, se esses fatores foram relevantes para o processo decisório, ou se foram, simplesmente, usados, posteriormente, como legitimação à ação empreendida.

O IMPERIALISMO NO EGITO

“Um ‘poder forte’, apoiado numa marinha e num exército gigantes constitui o ideal da burguesia moderna”

Nikholai Bukharin

Apesar de alguns pontos divergentes, a literatura marxista sobre a teoria do imperialismo concorda em afirmar que o fenômeno do imperialismo foi uma “resposta” da burguesia ao ambiente de crise que enfrentava no século XIX marcado pela queda da taxa dos juros, subconsumo ou superprodução. Para acabar com esse ambiente, se presencia no final desse século, a fusão entre o capital industrial, comercial e bancário, formando o capital financeiro.

Essa evolução para o capital financeiro eleva a importância da questão do território econômico e derruba um dos alicerces do pensamento burguês, a livre-concorrência.³ O capital financeiro não quer a “liberdade burguesa”, mas sim dominação e organização para retomar a concorrência numa escala maior. Nesse contexto, a existência de um Estado forte, que faça valer os seus interesses no exterior, mantendo a proeminência do seu capital e da sua moeda, passa a ser o “desejo” dos capitalistas.⁴

O resultado é a busca constante por colônias, em vista a aumentar o mercado consumidor, adquirir mais terras e matérias-primas e, o mais importante, garantir ao capitalista o monopólio de exploração. Em um ambiente marcado pela hierarquia das nações, a busca desenfreada por lucro leva a um cenário de profunda rivalidade entre as grandes potências, as quais desejavam alcançar a hegemonia, conquistando territórios não só para atender aos seus interesses, mas também para evitar

³ HILFERDING, Rudolf. “O capital financeiro”. p. 295.

⁴ *Ibidem.*, p. 293 a 295.

que os demais países pudessem fazê-lo.⁵ Nesse contexto, sempre que necessário, o braço armado do Estado ajuda a garantir essas posições monopólicas. É por meio dessa visão teórica que o bombardeio de Alexandria, em 1882, é compreendido. De acordo com a historiografia imperialista, o bombardeio foi uma ação militar do governo do Reino Unido para garantir os seus interesses econômicos e políticos que estavam sendo ameaçados. Assim, pergunta-se, será que os “interesses britânicos” estavam, de fato, ameaçados?

EUROPEUS NO EGITO

A entrada dos europeus no Egito pode ser datada de 1798, quando as tropas de Napoleão invadem o território egípcio, ficando por lá até 1801, quando são expulsos por uma força formada por ingleses, egípcios e turcos. A partir desse momento, o Egito passa a deter uma maior independência com relação ao domínio otomano e mudanças políticas decisivas acontecem.

Dentre os combatentes na guerra contra a ocupação francesa estava o macedônio, Maomé Ali. Em decorrência dos sucessos nas batalhas, Ali “conquistou”, para si, o direito de governar o Egito, de 1805 a 1848, e garantiu o direito de sucessão aos seus filhos do título de *quediva*⁶. Além do relativo sucesso conquistado com reformas, que modernizaram o Exército e a administração egípcia, o governo de Ali apresentou um fato emblemático, que se perpetuará na administração de seus sucessores, a forma pessoal como tratava dos negócios públicos.⁷

Ao longo do seu governo, Ali colocou todas as terras agrícolas sob o seu controle, confiscando fazendas fiscais e dotações religiosas e usou-as para a produção de algodão. Para ampliar a sua produção, novos sistemas de irrigação foram montados e iniciativas de industrialização de têxteis foram tentadas, sem muito sucesso, por causa do pequeno mercado interno, da falta de energia e de mão-de-obra qualificada. Independente dessas mudanças políticas, o Egito continuou sendo alvo dos interesses europeus e, em 1838, o Reino Unido impõe o livre comércio ao Egito, destruindo os monopólios de Ali e freando a política militar expansionista do *quediva*. Visando aumentar o seu orçamento, Ali amplia a coleta de impostos, feita por meio da destinação de parte das terras, em troca

5 LENIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. p. 90

6 Em troca da retirada do exército egípcio da Síria, Maomé Ali obtém, em 1841, o reconhecimento do direito de sua família governar o Egito sob suserania otomana. A partir de então, passa a usar o título de *quediva*. O título de *quediva* foi utilizado por Maomé Ali, mas só se tornou oficial em 1867, com Ismail. HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. p. 360.

7 *Ibidem.*, p. 360

do tributo territorial, levando à formação de uma classe proprietária.⁸ Além disso, passa a recorrer a empréstimos externos.⁹

Com isso, o Reino Unido enquadra o Egito à Divisão Internacional do Trabalho e a economia egípcia é transformada em mera exportadora de produtos primários e consumidora dos produtos industrializados britânicos, cujos preços eram determinados pelo mercado mundial. Ao longo do tempo, esse processo levou a monopolização da terra, a qual ficou principalmente nas mãos britânicas¹⁰ e, no final do século, o Egito já importava alimentos. Em 1880, o Reino Unido era responsável por 80% das exportações egípcias e 44% das importações.¹¹

Ao longo do tempo, principalmente no governo do quediva Ismail (1862-1879), foi incentivada a entrada de empresas estrangeiras. Seguindo o movimento já existente em outras partes do mundo árabe, os governantes egípcios fizeram reformas para modificar as instituições visando a “modernidade”, ou seja, fazer frente ao desenvolvimento europeu por meio da adoção de suas instituições. Assim, foram feitos investimentos em educação, abertura de fábricas, obras de infraestrutura, principalmente no setor de ferrovias e no sistema de irrigação. Grande parte dessas reformas foram incentivadas e financiadas pelo capital estrangeiro, principalmente francês e britânico.

Dentre os investimentos feitos estavam os financiamentos para a construção do Canal de Suez¹². De acordo com a visão do teórico russo Nicolai Bukharin, uma das necessidades do imperialismo é interligar os mais diversos “organismos econômicos nacionais”, aumentando o intercâmbio comercial. Nesse contexto surge a necessidade de se estender os transportes e a quantidade massiva de capital utilizada pelas grandes potências em suas colônias, na construção de ferrovias e, no caso, do Canal de Suez, o qual serviria para ligar as matérias-primas da Ásia aos mercados consumidores europeus.¹³ Com isso, o capitalismo é levado aos rincões mais distantes do planeta – tomando como ponto de partida o “centro” europeu – e uma circulação de mercadorias, mão-de-obra

8 *Ibidem.*, p. 361

9 Em 1880, a dívida externa egípcia era de aproximadamente £100 milhões. HOPKINS, A. G. *The Victorians and Africa: A Reconsideration of the Occupation of Egypt, 1882*. p. 388 e 389.

10 Um fato relevante ajudou no crescimento do interesse britânico no Egito. A Guerra Civil Americana (1861-1865) interrompeu o abastecimento de algodão e serviu de incentivo à produção tanto por egípcios, quanto por britânicos. HOURANI, Albert. *Op.cit.*, p. 372

11 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 379

12 Idealizado para ligar a região de Suez, no Mar Vermelho, a Port Said, no Mar Mediterrâneo, o Canal tinha o objetivo de diminuir a distância comercial entre a Ásia e a Europa. Por meio da concessão do governo egípcio, em 1854, os franceses formaram a Companhia Universal do Canal Marítimo Suez, que tinha por objetivo construir o canal e explorá-lo por 99 anos, a partir da sua abertura. Somente em 1859 a construção começou e levou 10 anos para ser concluída. Nos primeiros anos, sua administração ficou a cargo dos egípcios e dos franceses, sendo posteriormente passada para o domínio britânico. EFRAIM, David. *La crisis del Canal de Suez en 1956: El fin de una época en el Medio Oriente y el comienzo de otra*. p. 146

13 BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. p. 32 e 33.

e capitais é incentivada gerando uma gigantesca dependência internacional.

A exportação, o processamento de algodão e a construção de obras públicas eram deveras rentáveis para os financistas europeus. Entre 1862 e 1873, o Egito tomou emprestado 68 milhões de libras, mas recebeu apenas dois terços, sendo o restante descontado para o pagamento da dívida. Apesar dos esforços do governo egípcio em aumentar as suas rendas, inclusive vendendo parte das ações do canal ao governo britânico em 1876, não conseguiram pagar os seus empréstimos, gerando um aumento crescente de impostos e, aos poucos, França e Reino Unido passaram a controlar as finanças do país.¹⁴

INTERVENÇÃO IMPERIALISTA?

Dentro desse cenário, considerando as precárias finanças egípcias, os governos franceses e britânicos passam a adotar medidas mais intervencionistas para assegurar os seus investimentos. Como observou Schulze-Galvernitz acerca do imperialismo britânico no Egito: “*a Inglaterra empresta ao Egito. (...) Em caso de necessidade, a sua Marinha de Guerra desempenhará a função de oficial de diligências.*”¹⁵ A partir desse contexto e adotando a visão imperialista, como observou o historiador econômico Anthony Hopkins, uma literatura foi escrita para explicar as *causas* do bombardeio em Alexandria.

Segundo a tese dos financistas¹⁶, Wilfred Scawen Blunt entendia a ocupação do Egito como uma nova forma de imperialismo, a qual ele atribuía a uma mudança na política do primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli (1874-1880) e ao aumento da importância dos investimentos “além-mar”. Dentre os investimentos, estava o de financistas, como os Rothschild. Essa tese foi seguida por Theodore Rothstein, no livro “*Egypt's Ruin*” e em “*Empire and Commerce*” de Leonard Wolf. Eles afirmavam que a Europa tinha adotado uma “política consciente” de imperialismo econômico a partir de 1880, quando as grandes potências se industrializaram completamente.¹⁷

Segundo esse pensamento, Albert Venn Dicey afirmava em 1870, que deveria haver uma intervenção no Egito para manter a supremacia britânica sobre o Canal de Suez. Argumentava que essa rota não podia ser mantida sob o controle de um quidivá incompetente. Além disso, uma vez

14 HOURANI, Albert. *Op.cit.*, p. 373

15 *Apud* LENIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. p. 100

16 Do inglês “*bondholders*”.

17 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 366

tomada a opção pela invasão, deveria ser feita uma grande propaganda, para justificar a intervenção e a permanência do Reino Unido no Egito.¹⁸

Alfred Milner avaliou, em *“England in Egypt”*, que a ocupação teria acontecido para restabelecer a ordem. De acordo com ele, o Reino Unido não tinha ambições territoriais no Egito, mas foi “obrigado” a agir por causa do ambiente de anarquia que reinava em Cairo. O responsável por esse ambiente, na visão de Milner, era o “semi-barbarismo” do queidiva Ismail e dos franceses. Essa visão se baseava nos escritos de Sir Auckland Colvin, controlador geral britânico no Egito, que afirmou, *“no curso do ano de 1882, um surto de anarquia no Egito levou a ocupação britânica”*.¹⁹ Assim como Milner, ele considerava que o movimento nacional do, até então, subsecretário de guerra, Ahmad Urabi²⁰, não representava os sentimentos populares e que os militares não seriam capazes de “modernizar” o Egito. Essa visão foi apoiada por Sir Edward Malet, no livro *“Egypt, 1879-1883”* e por Sir Evelyn Baring, o qual assumirá, em 1883, o cargo de cônsul geral do Egito.²¹

Seguindo uma linha semelhante, Ronald Robinson e John Gallagher, em seu livro *“African and the Victorians”*, consideram que os britânicos passaram a intervir nos assuntos econômicos e financeiros egípcios, a partir de 1876, para fazer frente à intervenção francesa no Egito, evitando qualquer domínio deles sobre a rota de Suez. Além disso, desejavam retirar os franceses das negociações com os egípcios.²² Essa visão é seguida por Sir Charles Lucas, que em *“Partition and Colonization of Africa”*, afirma,

[a] intervenção britânica no Egito [...] foi um tipo de prelúdio para um primeiro estágio da disputa pela África [e] o ressentimento da França contra a Grã-Bretanha causada pela intervenção foi um fator importante na definição da subsequente partição...²³

Robinson e Gallagher consideram que a iniciativa da política anglo-francesa partiu do primeiro-ministro francês Léon Gambetta (1881-1882), com o objetivo de derrubar o movimento nacional de Urabi.²⁴

A ligação do bombardeio com as teorias imperialistas foi tão difundida que até em livros

18 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 367

19 Traduzido livre de: *“in the course of the year 1882 an outbreak of anarchy in Egypt led to British occupation”*. *Ibidem*.

20 Até junho de 1882, Ahmad Urabi era subsecretário da Guerra. Com os tumultos que acontecem em Alexandria, por causa das esquadras britânicas e francesas, ele é destituído, mas depois empossado como Ministro da Guerra.

21 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 388

22 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 774

23 Tradução livre de: *“British intervention in Egypt [...] was a kind of prelude to the first stage of the scramble for Africa, [and] the resentment of France against Great Britain caused by that intervention was a leading factor in shaping the subsequent partition...”*. HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 368

24 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 775

que abordam a história árabe de forma mais ampla, ela pode ser encontrada, como no caso de “*Uma história dos povos árabes*” de Albert Hourani. De forma *en passant* ele afirma que não há provas de que a causa do bombardeio tenha sido o medo do governo britânico e francês com relação ao movimento nacionalista que estava sendo arquitetado por Urabi.²⁵ Porém, Hourani afirma que o verdadeiro motivo teria sido um “instinto de poder” que tem os Estados em expansão, reforçado pelos interesses financeiros europeus.²⁶

Na literatura também encontra-se parte da visão oficial sendo absolvida pela academia como o caso do livro “*Short History of British Expansion*” de J. A. Williamson. De acordo com os seus escritos, o Egito era um Estado corrupto dirigido por um quediwa “gastador”. O Reino Unido era relutante, mas foi levado pela França, e os rebeldes se recusaram a ouvir os avisos do almirante Seymour. Esse pensamento ajudou a propagar a visão de uma “missão” britânica. Como Lord Cromer, em “*Ancient and Modern Imperialism*”, no qual afirma que havia uma *necessidade* do Reino Unido em adquirir fronteiras defensáveis de “forças incontroláveis”, além disso, o subimperialismo dos agentes locais e os problemas na fronteira levavam o governo a intervir e atacar dependendo da situação, como no Egito.²⁷

Assim, apesar de algumas diferenças entre as percepções pode-se elencar as seguintes causas do bombardeio, de acordo com a teoria do imperialismo: (1) frear o movimento nacionalista organizado pelo subsecretário da guerra Ahmad Urabi. Esse movimento iria derrubar o quediwa, o que não era de interesse das potências; (2) impedir a materialização da ameaça do não cumprimento dos contratos referentes aos empréstimos e investimentos feitos no Egito. Assim, as potências deveriam intervir para garantir os interesses dos grupos financeiros; (3) vencer a competição com a França pelo controle do Canal. Frente a essa ameaça, o Reino Unido passa a investir mais no Egito e é “levado” pelos franceses a intervir; (4) Realizar a “missão britânica” de levar desenvolvimento, civilização aos povos e proteger o cristianismo.

REESCREVENDO O BOMBARDEIO

Evidências históricas demonstram outra visão dos eventos. Ao recorrer a leituras sobre a

25 HOURANI, Albert. *Op.cit.*, p. 373.

26 HOURANI, Albert. *Op.cit.*, p. 374

27 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 368

documentação da época, percebe-se que essas questões passavam ao largo dos principais decisores, que só recorrem a elas quando precisavam de motivos para legitimar as ações tomadas. Como será demonstrado a seguir, as evidências refutam as visões acima apresentadas e mostram que as *causas* do bombardeio estão mais ligadas a interesses locais, de britânicos no Egito, do que propriamente uma política de Estado imperialista.

Para fazer essa análise, foi investigado sobre o que acontecia no Egito, tomando como foco a atuação dos britânicos residentes lá e que serviam como uma “ponte” entre o governo do Reino Unido e o Egito. Ao mesmo tempo, foi feita uma análise sobre a resposta das autoridades britânicas ao suposto contexto político turbulento no Egito, apontando, ao longo dessa parte, as evidências que demonstram os limites da teoria do imperialismo.

Assim, para começar, será apresentado os protagonistas dos eventos que antecedem o bombardeio, os britânicos instalados no Egito, ou como a literatura apresenta, os “*men on the spot*”. Esses atores serão aqui representados pelos já citados, Sir Edward Malet, cônsul geral britânico e Sir Auckland Colvin, controlador geral britânico. A principal fonte de informação do parlamento, do ministro das Relações Exteriores e do gabinete eram os telegramas oficiais e os relatos da imprensa, cujas informações eram repassadas por esses britânicos.

De acordo com Blunt, o *Pall Mall Gazette* era o único jornal que Gladstone lia ativamente e o seu correspondente no Egito era Colvin. Enquanto isso, o *Times* usava como fonte C. F. Morbely Bell, comerciante em Alexandria e cujas opiniões era influenciada pelo seu amigo, Colvin.²⁸ As informações que chegavam no Reino Unido mostravam um ambiente de caos no Egito e ameaças constantes aos europeus lá residentes. Para entender a validade dessas informações será realizado um breve retrocesso na história egípcia.

Em setembro de 1881, uma nova força política apareceu no Egito. Formada por uma aliança entre donos de terras egípcios e oficiais desejosos de uma maior participação política e militar.²⁹ Em decorrência disso, em outubro, o quediwa Tawfiq (1879-1882) decreta que a Câmara de Notáveis³⁰ deveria se reunir em 23 de dezembro. Diferente das assembleias anteriores, os representantes na câmara manifestaram certa independência. Eles desenharam uma constituição com o objetivo de

28 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 383 e SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 780

29 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, *loc. cit.*

30 Do inglês “Chamber of Notables”. Ela foi criada por um projeto de lei em 1866 e tinha o papel de dar uma “aparência” de sanção popular às decisões do governo, por isso a sua convocação. O quediwa considerava que assim conseguiria respaldo para mudanças políticas e econômicas que deseja tomar. GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *The British occupation of Egypt: Another View*. Int. J. Middle East Stud. p. 473

colocar limites à autoridade do *quediva* e exigiram que parte das receitas *não alocadas ao pagamento da dívida* deveria ser objeto da jurisdição da câmara³¹. Além disso, foi proposto o aumento do Exército para dezoito mil homens³², o que acarretaria em um adicional de £E 280.000 no orçamento. Por fim, a medida que mais irritou os europeus residentes no Egito foi o pedido de demissão dos empregados europeus no governo egípcio, cujos altos salários oneravam o orçamento.³³

No Egito, os controladores tinham direito somente a voz no Conselho dos Ministros e eram autorizados a supervisionar a administração financeira. Porém, na prática, eles se tornaram oficiais europeus pagos, os verdadeiros governantes do país, que administravam em nome dos interesses financeiros e comerciais. Quando um novo governo foi imposto ao *quediva* em três de fevereiro de 1882, os controladores reagiram, afirmando que tal atitude prejudicaria o pagamento das dívidas, mas os egípcios retrucaram afirmando que de acordo com a nova Lei Orgânica, a Câmara dos Delegados não tinha o direito de alterar o orçamento dos financistas. Na verdade, o problema central residia no fato de que, com a nova lei, os delegados tinham o direito de supervisionar os atos de todos os funcionários públicos e que nenhum tratado, contrato, serviço público, venda ou alienação gratuita dos domínios estatais poderia ser feita sem a aprovação final dos delegados.³⁴

As demandas da Câmara dos Notáveis tiveram grande repercussão, principalmente nas avaliações de Colvin. Ele considerava que um gabinete era mais difícil de influenciar do que o *quediva* Tawfiq e que essa medida poderia prejudicar o sistema de liquidação do débito, o que poderia significar uma mudança na forma de impor e coletar impostos.³⁵ De acordo com Colvin, haveria duas maneiras de impedir isso: (1) esmagar esse movimento ou (2) incorporação ao “regime boneca ou marionete”³⁶. Colvin opta pela segunda opção. O governo egípcio deveria entender que era esperado que ele desencorajasse ataques contra europeus e que o governo não deveria esquecer que as potências assumiram o controle financeiro sobre o país, o que deveria ser mantido.³⁷

Enquanto isso, Colvin tentou influenciar o governo britânico a não tolerar essas mudanças³⁸,

31 Em 1882, cerca de 50% da receita ia para os credores europeus. SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 776.

32 Nos anos anteriores, o *quediva* Ismael permitiu que o Gabinete destituisse um grande número de oficiais para melhorar as finanças. GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 473

33 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 474

34 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 779

35 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, *loc. cit.*

36 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 780. Do inglês “*puppet regime*”. A “forma de governo” adotada pelo Reino Unido no Egito era o favorecimento de figuras políticas “maleáveis” e facilmente “influenciáveis. Como afirmado pelo autor: “*Khedive was a British puppet; he was not even allowed to leave Cairo without the permission of the Foreign Office.*”

SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 776

37 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 781

38 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p.474

mas o primeiro-ministro britânico, William Gladstone (1880-1885), considerava que eles deveriam ser apoiados.³⁹ À princípio, Malet tinha essa mesma opinião, só que, ao longo do tempo, a sua postura foi mudando, e influenciado por Colvin⁴⁰, a partir de fevereiro de 1882, passa a advogar que a redução do número de funcionários europeus era uma ameaça à estabilidade do país.⁴¹

Um dos fatores que ajudou nessa mudança de postura de Malet foi a assinatura, em 06 de janeiro de 1882, de uma Nota Conjunta⁴², entre o governo britânico e o presidente francês Léon Gambetta, cuja postura intervencionista marcou a sua administração.⁴³ Essa nota estabelecia a possibilidade de um ultimato, quando qualquer elemento reformador pusesse em perigo a autoridade do quediwa.⁴⁴

Malet considerou que antes dessa Nota Conjunta, o país estava calmo, mas que o receio da intervenção fez com que Urabi e os seus coronéis tomassem a dianteira do processo o que implicou no impedimento de um controle civil sobre os militares e se estabelecesse um governo estável sob influência dos cônsules gerais franceses e britânicos. Essa Nota levou a renúncia de Sharif Pasha, o mais “maleável” dos primeiros-ministros e trouxe ao poder Barudi Pasha, o qual nomeou Urabi como subsecretário da guerra. Ambos eram homens sobre os quais Malet não tinha influência. Por isso, ele recorre a Granville, para modificar os termos visando eliminar qualquer possibilidade de intervenção. Esses temores se relacionavam a perda de poder de Malet, afinal, ele tinha conseguido transformar o Egito dependente de sua pessoa e agora via o seu trabalho em ruínas. Todavia, esse cenário não reflete o contexto que, de fato, existia no Egito, nem a postura que será adotada depois por Malet.⁴⁵

Diferente dessas “avaliações”, a política egípcia ia muito bem, apesar da pressão imposta pelo peso da dívida externa. O quediwa era capaz de fazer gastos produtivos, apesar de ter tido má gerência em seus próprios assuntos e Urabi era um reformador moderado, mais relutante e menos carismático do que os europeus preconizavam. Ele era leal ao quediwa e ao Sultão e não pretendia eliminar as influências europeias e nem renegar os pagamentos da dívida. Até junho, quando as frotas

39 *Ibidem.*, p. 478

40 Em fevereiro, Malet achava que o nacionalismo egípcio era incontrolável. Considerava que eles eram incapazes de se autogovernar, ao menos nesse Estado de desenvolvimento. Em abril de 1882, convergiu com o pensamento de Colvin, o qual afirmava que uma ação forte deveria ser tomada. Acreditava que quando mais cedo a crise fosse produzida, melhor. *Ibidem.*, p. 476 e 477.

41 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 476

42 Do inglês “*Joint Note*”.

43 Diferente do que possa aparentar, a Nota Conjunta não foi uma ação do gabinete de Gambetta, com uma atuação passiva do Reino Unido. Charles W. Dilke, subsecretário da secretaria de Relações Exteriores, amigo pessoal de Gambetta, atuou para que esse documento fosse feito. Ele contou com o apoio do embaixador britânico em Paris. HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 382 e 383.

44 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 475

45 *Idem.*

britânicas passam a ameaçar o Egito, a estabilidade do governo foi mantida.⁴⁶ Como observa Hopkins, Não foi a anarquia que moveu os Europeus para o Egito, mas a presença Europeia, a qual fez a fórmula para manter a estabilidade incrivelmente complexa e representando oposição como anarquia.⁴⁷

Em 30 de abril, o cônsul geral da Alemanha afirmou que a administração estava funcionando sem interrupções, que a dívida pública estava sendo paga regularmente e que os direitos dos estrangeiros estavam sendo preservados.⁴⁸ Porém, não era essa a versão que os parlamentares, a secretaria das Relações Exteriores e o gabinete britânico recebiam. Depois da Nota Conjunta, Colvin e Malet, decidem adotar uma postura mais incisiva, advogando a favor do uso da força militar, se necessário.⁴⁹ Assim, em abril, Malet alertou a secretaria das Relações Exteriores de que se medidas contundentes não fossem tomadas, o Egito iria ser dominado por um grupo militar que levaria ao fim da influência europeia.

Por meio da promoção desses temores, Malet e Colvin buscavam angariar apoio para os seus objetivos. Eles queriam fazer uma ruptura entre o quediva e o seu governo, o que, em seus cálculos, levaria a uma considerável agitação no país, gerando um motivo para a intervenção em prol da garantia da “autoridade legítima” do quediva e da proteção da vida dos “cristãos” europeus. A partir disso, pediriam a demissão e o exílio de Urabi, controle sobre o Egito e um domínio turco-circassiano nos postos mais altos da administração civil e militar.⁵⁰

Ao mesmo tempo, no Reino Unido, o primeiro-ministro Gladstone, guiado pelo seu internacionalismo, apresentava uma postura contrária a Nota Conjunta e contava com o apoio de parlamentares como John Bright e Sir William Harcourt. Contra essa posição encontrava-se a maioria do gabinete, que desejava que a política da Nota Conjunta fosse mantida, mesmo depois da sucessão de Gambetta.

É interessante comentar um aspecto relevante do parlamento britânico. Durante o mandato de Gladstone, em termos de política externa, não havia uma forte liderança e os membros do gabinete preenchiam o vácuo de poder existente.⁵¹ As decisões do governo britânico não eram tomadas por

46 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 374 e 375

47 Tradução livre de: “*It was not anarchy that drew the Europeans into Egypt, but the Europeans presence which made the formula for maintaining stability increasingly complex and represented opposition as anarchy.*” HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 376

48 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 782

49 *Ibidem.*, p. 781

50 *Ibidem.*, p. 782

51 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 478

todo o gabinete, mas sim por grupos que incluía o secretário de Estado para a Índia, Lord Hartington, o primeiro lorde do almirantado⁵², Northbrook e o secretário de Relações Exteriores, Lord Granville.⁵³ Na crise do Egito, Gladstone não tinha controle das decisões do gabinete. Envolvido com problemas na Irlanda, ele dependia de Granville para tomar as decisões sobre o Egito.⁵⁴

Os principais defensores da intervenção eram Hartington e Dilke. Ambos queriam uma política externa forte para mostrar que o Partido Liberal poderia ser tão patriótico quanto o Conservador. Com a entrada da França na Tunísia, Dilke passou a achar que o Egito poderia ser uma “compensação” ao Reino Unido e em julho de 1881, ele formou um comitê para monitorar os assuntos egípcios e garantir uma política forte em contraste com o internacionalismo de Gladstone.⁵⁵ Durante a crise no Egito, essa “linha dura” ganhou adeptos por meio do argumento de que concessões a Urabi e aos militares levaria a um declínio do poder britânico na região, o que custaria a perda da posição no Oriente Médio e até na Índia. Essa visão foi, posteriormente, defendida por Joseph Chamberlain. Quando a Nota Conjunta foi assinada, ele estava com a minoria, mas depois, em junho, se tornou membro da linha dura.⁵⁶

Tendo optado por intervir diretamente na política egípcia, Colvin e Malet passam a agir. A primeira tentativa de colocar esse plano em ação aconteceu quando 40 oficiais circassianos que conspiravam contra o governo foram exilados para o Sudão. Malet induziu o quediva a não aceitar essa sentença e escreve a Londres dizendo que havia uma ameaça de massacre a europeus. Essa ameaça foi reportada pelo quediva⁵⁷ durante uma reunião com representantes das potências.⁵⁸

Só que esse plano falhou, já que Malet não conseguiu o apoio, apesar de ter impressionado a secretaria de Relações Exteriores. Longe de se render, quando os encouraçados chegaram, o governo egípcio, apoiado pela maior parte da população, organizou a defesa do país. Além disso, mudanças na política francesa, refletiram na forma como a questão egípcia iria ser enfrentada.⁵⁹

Diferente de Gambetta, em fevereiro de 1882, assume em seu lugar, Charles-Louis de Saulces de Freycinet (1882-1886), o qual renuncia de todas as ambições intervencionistas do seu antecessor.

52 Do inglês *First Lord of Admiralty*.

53 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 484

54 *Ibidem.*, p. 479

55 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 382

56 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 481

57 Durante o processo, o quediva apresenta uma postura ambígua. Secretamente ele tinha pedido a frota britânica para bombardear Alexandria e que as tropas inglesas deveriam desembarcar depois do evento, quando encontrarium o Exército egípcio disperso, mas em público ele pedia ao gabinete para resistir a pressão britânica. *Ibidem.*, p. 483 a 486

58 Só que o Cônsul Geral austríaco escreveu a Viena, em 12 de maio, dizendo que não tinha ouvido sobre essa ameaça. SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 782 e 783.

59 *Ibidem.*, p. 783

Desde que assumiu o poder, Freycinet demonstrou que era contra a qualquer forma de intervenção no Egito, fosse ela uma ação anglo-francesa ou turca sob gerência dessas potências. Ele tinha receios de que a intervenção poderia ter reflexos em Túnis⁶⁰ e atuava tentando influenciar o quediva Tawfiq.⁶¹

Além das divergências com a França, havia também divergências no parlamento britânico. Quando a Nota Conjunta foi assinada, os membros do gabinete deveriam decidir como ela seria transformada em medidas concretas.⁶² Três opções surgiram: (1) recorrer ao Concerto Europeu; (2) apoiar uma intervenção Turca, sob a tutela anglo-francesa; (3) realizar uma intervenção anglo-francesa. Hartington advogava pela intervenção anglo-francesa e pressionou Gladstone e Granville para tanto.⁶³

Em abril, Granville indica um representante para abrir uma discussão sobre como os egípcios poderiam participar da administração financeira e econômica do país. Todavia, Colvin não queria concessões e Malet aconselhou a secretaria das Relações Exteriores a não negociar com os egípcios. Granville seguiu o seu conselho⁶⁴. No período de 14 a 19 de junho, frente à inatividade do governo, Hartington ameaçou renunciar caso Urabi não fosse destituído. Ao mesmo tempo, ele concorda com a proposição francesa de enviar uma esquadra conjunta a Alexandria⁶⁵ e Granville, pressionado por Hartington e Malet, aceita participar dessa demonstração naval.⁶⁶

O secretário considerava um erro mandar uma esquadra sem tropa, então ele pressionou Freycinet para que tropas turcas fossem usadas⁶⁷. Freycinet declina de usá-las e Granville autoriza o almirantado a continuar com a demonstração naval, com três navios de guerra franceses e três britânicos. Seis dias depois, os cônsules francês e britânico avisaram Urabi que se ele causasse qualquer distúrbio, os poderes europeus iriam atacar, exigir seu exílio e a demissão do ministério de Barudi. Urabi se recusa a se submeter, mas o quediva Tawfiq aceitou e, em resposta, o gabinete destituiu-se.⁶⁸ Essa medida gerou protesto das tropas e da polícia de Alexandria⁶⁹, os quais exigiram a volta de Urabi. Três dias depois, ele é empossado como ministro da guerra. Esse fato não diminuiu

60 *Ibidem.*, p. 774

61 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 378.

62 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 481

63 *Ibidem.*, p. 482

64 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 781

65 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *op.cit. loc.cit.*

66 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 783

67 Northbrook achava que mandar navios antes de uma intervenção turca poderia levar a dois péssimos resultados: (1) o enfraquecimento da posição do quediva e (2) os soldados egípcios poderiam atacar os europeus lá instalados. GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 482 e 483

68 *Ibidem.*, p. 483 a 486

69 De acordo com os artigos consultados, as revoltas de junho eram menos sérias do que se supõe e eram espontâneas. Se foi premeditado, a suspeita cairia sobre o quediva Tawfiq, que tinha interesse em desacreditar Urabi.

as tensões em Alexandria e em 11 de junho tumultos se romperam pela cidade. Diversos europeus foram mortos e propriedades foram danificadas antes que as guarnições egípcias restabelessem a “ordem”.⁷⁰

Enquanto o quediva estava em Alexandria, Urabi encontrava-se em Cairo. Há informações de que Tawfiq ou um dos seus homens não informou Urabi, responsável pela ordem pública, sobre as revoltas em Alexandria, visando com isso, desacreditá-lo. O ministro soube dos distúrbios horas depois e convocou as tropas para reprimir as revoltas. Entendendo os eventos de forma diferente, a maioria do parlamento e a imprensa britânica optam por acatar a visão de que Urabi estava instigando esse movimento.⁷¹ Com isso, Hartington passa a propagar que a intervenção era necessária e que ela deveria ser feita somente pelo Reino Unido. Ele contou com o apoio de grande parte do parlamento, inclusive de Joseph Chamberlain.⁷²

Fora do parlamento, um grande apoio à intervenção foi do próprio comandante da missão. O Almirante Beauchamp Seymour era ambicioso e desejava entrar em ação. Tanto Seymour, quanto os seus superiores estavam conscientes de que o ataque não oferecia perigos para a frota britânica. Mesmo assim, nos telegramas para o governo, Seymour exagerava sobre a ameaça à frota e afirmava que Urabi estava dedicado a ingressar em uma guerra santa contra o Ocidente. Além disso, o almirante havia se comprometido, consigo mesmo, a bombardear, mesmo sem a autorização do primeiro-ministro, da secretaria das Relações Exteriores ou do gabinete.⁷³

Assim, a partir desses fatos, falta comentar sobre as duas principais questões presentes nas explicações que partem da teoria do imperialismo, a questão do Canal e a rivalidade entre França e Reino Unido.

Seguindo o pensamento, também presente na teoria imperialista, de proteção dos interesses econômicos e financeiros, o Reino Unido teria intervindo para assegurar a sua posição no Canal, principalmente para proteger a rota que ia a Índia, a “jóia da Coroa”. Além disso, a entrada no Egito obrigou o Reino Unido a consolidar o seu controle no leste africano para prover segurança no Oceano Índico para as rotas. Por causa disso, compensações tiveram que ser feitas pelo Reino Unido, no oeste africano, à França pela perda que teve no Egito.⁷⁴

70 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 483

71 *Idem.*

72 *Ibidem.*, p. 484

73 *Ibidem.*, p. 485

74 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 371

Ao analisar a documentação do primeiro-ministro britânico, Galbraith e Al-Sayyid-Marsot, acreditam que a segurança do Canal não justificava uma ação militar. Para começar, Alexandria foi a cidade bombardeada e não Porto Said, localizado a 150 milhas a leste, nem Cairo. Em 1877, Gladstone havia escrito em um artigo na revista *Nineteenth Century* que receava que a Rússia, não a França, pudesse fechar o Canal, prejudicando interesses comerciais, mas as perdas seriam somente dos impostos arrecadados e não justificava uma intervenção militar. Da mesma forma pensava o secretário de Relações Exteriores, Lord Granville.⁷⁵ Além disso, o argumento em prol da segurança do canal foi construído somente duas semanas antes do evento e surgiu pelo fato dele ser o mais aceito pelo partido Liberal e pela opinião pública⁷⁶, por afirmar que o livre comércio e as comunicações internacionais estavam em perigo.⁷⁷ Como apareceu escrito no *Pall Mall Gazette* de 3 de Julho,

Relutantemente e devagar, a opinião pública nesse país tem se declarado favorável que a proteção da livre passagem pelo Canal seja somada às responsabilidades do governo inglês... O interesse que temos de vigiar não é tão imediata como a segurança futura do Canal.⁷⁸

Além disso, os conservadores britânicos não tinham uma estratégia para o Mediterrâneo ou uma proposta de “novo imperialismo” com a entrada em países no leste africano, e durante a década de 1870, eles rejeitaram qualquer possibilidade de ocupação do Egito.⁷⁹ Ainda mais relutantes eram os Liberais. Até 1881, a política de não intervenção na África era a tendência. Dentre os políticos mais influentes, só Lord Hartington advogava em prol de uma política mais ativa.⁸⁰

Como observado, mais detalhadamente, por Bukharin e Lenin, no novo capitalismo haveria um cenário de rivalidade entre as potências, as quais disputavam pelo direito de conquistar posições monopólicas nos países. Assim, no caso do Egito, foi observado que haveria uma competição entre Reino Unido e França. Com medo da inserção francesa na política egípcia e um possível domínio da Rota de Suez, o Reino Unido teria arquitetado esse movimento para induzir o afastamento da França de qualquer pretensão no Egito.

O primeiro argumento que ajuda a questionar essa visão é o fato do bombardeio em

75 APUD “tax only, not a disaster, and certainly would not justify the occupation of Egypt” GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 472.

76 *Ibidem.*, p. 473

77 HOPKINS, A. G. *op.cit. loc.cit.*

78 Tradução livre de: “Reluctantly and slowly public opinion in this country has declared in favour of the protection of the free passage of the Canal being added to the responsibilities of the English Government...The interest which we have to guard is not so much the immediate as the future safety of the Canal” SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 784

79 *Idem.*

80 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 372

Alexandria ter sido feito pela marinha francesa e britânica, ou seja, uma ação conjunta, que apresentou um aspecto peculiar. Até o último momento, Freycinet acreditava que os tumultos no Egito poderiam ser resolvidos por meio de um acordo com Urabi, mas o governo britânico argumentava que a solução dos problemas só poderia ser alcançada por meio da destituição de Arabi Pasha e do partido militar egípcio.⁸¹ Além disso, Freycinet sofreu uma derrota quando pediu ao Parlamento para votar a favor da participação francesa na expedição com o Reino Unido.⁸² Em primeiro de julho, o almirante francês foi instruído a remover os seus navios próximos dos britânicos e quatro dias depois as autoridades francesas decidiram não participar do bombardeio. Porém, no dia oito de julho, Seymour foi autorizado pelo gabinete a emitir o seu ultimato.⁸³ E, em 11 de julho de 1882, começa o bombardeio em Alexandria, uma ação conjunta do Reino Unido e da França.

Assim, um discurso foi construído pelo governo britânico para legitimar a ação tomada. Ele foi pautado pelos interesses nacionais, em prol da segurança do Canal e a liberdade dos mares, do dever britânico de defender vidas e propriedades e da necessidade de elevar o Cristianismo frente ao Islã militante.⁸⁴

Por fim, um fato deve ser ressaltado. Depois do bombardeio, o Reino Unido fez 66 declarações oficiais para se retirar do Egito no período entre 1882 a 1922. Mesmo assim, os britânicos continuaram lá. O governo liberal manteve esse contexto, porque os mesmos membros que fizeram Gladstone ir ao Egito, não aceitaram a retirada até que os seus objetivos fossem alcançados. E, dessa forma, o já citado Baring, cônsul geral no Egito, em 1883, continuou a política anterior. Do lado Conservador, o primeiro-ministro Lord Salisbury, em seus mandatos, incentivou a política de manter a integridade do Império Otomano e estava, também, determinado a manter o domínio britânico no Egito.⁸⁵

CONCLUSÃO

Não pretende-se banir por completo a teoria do imperialismo na análise da presença britânica no Egito. A existência de britânicos como Malet e Colvin pode ser relacionada ao imperialismo britânico e ao “desejo” do capital financeiro de garantir o monopólio sobre o Egito. Porém, isso não explica

81 SCHÖLCH, Alexander. *Op.cit.*, p. 776

82 HOPKINS, A. G. *Op.cit. loc. cit.*

83 GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *Op.cit.*, p. 485. Apesar de reticente, os franceses apoiam os ingleses porque isso manteve os interesses franceses no Egito e como à época, a França estava engajada na Tunísia, na Argélia e na Indochina. HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 388

84 HOPKINS, A. G. *Op.cit.*, p. 384

85 *Ibidem.*, p. 388

porque os britânicos decidiram bombardear Alexandria, ou seja, não ajuda a elencar as possíveis *causas* desse evento, corroborando simplesmente a visão sobre possíveis ameaças aos interesses dos capitais e do Estado britânico. Nesse ínterim, é válido marcar a diferença entre “interesses britânicos” e “interesses de britânicos no Egito”, os “*men on the spot*”.

Da mesma forma, a historiografia também apresentou certos equívocos. Um motivo pode ser levantado para explicar isso. Parte da bibliografia sobre o bombardeio foi escrita por Malet, Barings ou, os seus escritos e visões foram usadas por outros pesquisadores para entender o bombardeio. Resumindo, foram os britânicos residentes no Egito que fizeram a historiografia da intervenção britânica, apresentando os britânicos como vítimas dos franceses, afirmando que os egípcios não sabiam se autogovernar, expondo o Canal de Suez e os europeus a uma situação de grande insegurança.

Desse modo, procurou-se nas páginas anteriores mostrar um outro lado da história, apoiados em uma nova historiografia, que decidiu rever a história e a teoria, trazendo à tona a visão dos vencidos e mostrando que as ações das grandes potências nem sempre são tão racionais como um primeiro olhar desatento pode considerar.

BIBLIOGRAFIA

- BUKHARIN, Nikholai. *A economia mundial e o imperialismo*. Coleção “Os economistas”. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- EFRAIM, Davidi. “*La crisis del Canal de Suez en 1956: El fin de una época en el Medio Oriente y el comienzo de otra*”. HAOL, Núm. 10 (Primavera, 2006), 145-153
- FERGUNSON, Nial. *Empire, How Britain Made the Modern World*. Londres: Penguin Books, 2004
- GALBRAITH, John S. & AAL-SAYYID-MARSOT, Afaf Lutfi. *The British occupation of Egypt: Another View*. Int. J. Middle East Stud. 9 (1978), 471-478. Cambridge: Cambridge University Press.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOPKINS, A. G. *The Victorians and Africa: A Reconsideration of the Occupation of Egypt, 1882*. The Journal of African History, vol. 27, no 2, Special Issue in Honor of J.

D. Fage (1986), pp. 363-391. Cambridge: Cambridge University Press.

- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LENIN, V. *O imperialismo: face superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- SCHÖLCH, Alexander. *The “Men on the Spot” and the english occupation of Egypt in 1882*. *The Histotical Journal*, 19, 3 (1976), p. 773-785. Cambridge: Cambridge University Press.



DEVOÇÕES INDIVIDUAIS DOS SOLDADOS MORTOS EM GUERRA: A DOCUMENTAÇÃO DO PELOTÃO DE SEPULTAMENTO (1944-1945)

Adriane Piovezan¹

RESUMO

O presente artigo trabalha com a questão das devoções individuais dos soldados brasileiros caídos durante a Segunda Guerra Mundial. A documentação pesquisada refere-se aos relatórios individuais gerados pelo Pelotão de Sepultamento, responsável pela coleta, identificação e enterramento dos mortos em campanha. Além de elementos práticos, cabia ao Pelotão a realização dos ritos simbólicos finais referentes ao sepultamento do soldado. Nesta perspectiva, percebemos que a dimensão religiosa interfere neste universo temporal-espacial do sujeito, longe de casa em outro país, em um período em que a mortalidade era considerável. Desta forma, o imaginário devocional de cada soldado também é revelado, com a presença em seu cadáver de objetos de cunho religioso que teriam a função de proteger e demonstrar sua crença.

Palavras-chave: morte, instituições militares, Pelotão de Sepultamento.

Quando foi criada em agosto de 1943, a FEB (Força Expedicionária Brasileira), não intencionava enviar um grupo de capelães militares junto com os soldados. Tal decisão só foi ocorrer dois meses antes do embarque da tropa para a Itália em 1944. O motivo para que este descaso com a questão religiosa na organização e preparação para a guerra se deve ao histórico de conflitos entre Igreja e Exército desde a Proclamação da República até aquele momento.

As alegações sobre as circunstâncias nas quais, afinal, foi reconstituído o corpo de capelães militares no Exército ainda não foram totalmente esclarecidas. As poucas informações disponíveis dão conta de que se tratou, de fato, do resultado de um acordo de cúpula, entre as elites políticas e religiosas. Havia também, claro, questões de ordem prática. As experiências recentes com os conflitos e revoluções internas sugerem que não se cogitava a ausência de capelães nestas circunstâncias.

Veja-se, por exemplo, a interpretação de um tenente de artilharia da FEB:

“O Serviço de Assistência Religiosa teria sido restabelecido, no Brasil, em consequência de pedido do Cardeal Câmara ao Presidente. O fato ocorrera por ocasião do desfile de despedida

¹ Doutoranda no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui graduação em História e mestrado em Letras, também pela UFPR.

da FEB ao povo do Rio de Janeiro, no dia 24 de maio de 1944. Mostrando as enfermeiras desfilando, o dr. Getúlio Vargas dissera ao Cardeal: ‘Vossa Excia. Revma. está contente de vê-las?’ ao que ouvi dizer lhe fora respondido: ‘Sim, Sr. Presidente, mas estão faltando os Capelães militares’. ‘Pois bem, sr. Cardeal, a FEB os terá’.

O autor, ele mesmo assim o admite, “ouviu dizer” que assim teriam se passado esses eventos. Não se conhece nenhuma outra interpretação para o episódio, muito embora a subordinação da FEB ao padrão organizacional do Exército dos EUA por si só já a obrigasse a contar com um corpo de capelães. Ambas interpretações não são antagônicas, mas o episódio narrado acima sugere no mínimo uma má vontade política em prover a FEB de capelães; no limite, a intenção de procrastinar – ou evitar - ao máximo sua reincorporação ao Exército.

Independentemente ou não deste episódio ter supostamente ter ocorrido, de fato, dois dias depois o presidente Vargas assinou o Decreto-Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944, recriando o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas (SARFA) destinado a compor os efetivos da FEB. Em função disso foram tomadas providências, junto a Igreja Católica, para o recrutamento de 25 capelães, todos voluntários. Posteriormente, quando inclusive já havia zarpado para a Itália o 1º Escalão de tropas da FEB foram acrescentados dois pastores protestantes, um da Igreja Batista e outro da Evangélica, também incorporados voluntariamente.

A recriação do corpo de capelães para a FEB coloca várias questões intrigantes, relativas às devoções pessoais e as correspondentes atitudes de indivíduos diante da possibilidade ou iminência da própria morte. A primeira diz respeito a proporção de capelães de diferentes confissões na FEB, em comparação aos dados disponíveis sobre a filiação da população a cada uma delas. Retomaremos essa questão ao tratar da representatividade, suposta ou real, da FEB em relação a população brasileira. A segunda diz respeito a intensidade da atuação desses religiosos junto a tropa, bem como suas implicações.

Teria havido demanda pelos serviços religiosos, ou ainda, apoio à sua prestação, por parte de membros de uma força armada notoriamente desligada das questões religiosas desde a promulgação da primeira constituição republicana? E, nesse caso, teria a atuação dos capelães contribuído para fomentar as devoções cristãs entre os combatentes da FEB?

Responder a qualquer das questões de forma conclusiva demandaria extensas pesquisas, para as quais, talvez, não se encontre mais as fontes necessárias. O que se sabe é que existem

evidências que nos permitem responder de forma afirmativa a ambas as indagações. Tais vestígios são esparsos, pontuais, geralmente obtidos em livros de memórias, biografias e escritos legados pelas altas autoridades da FEB. Começemos por estes últimos.

No Boletim Interno no. 64 de 5 de março de 1945 o comandante da FEB fez as seguintes referências elogiosas a atuação do Serviço Religioso:

“Eficiente tem sido a atuação do serviço religioso... Acompanhando com desvelo a vida do soldado, fortalecendo-lhe a convicção na dignificante missão que veio executar tão longe da pátria, confortando-o nos momentos de crise com a palavra de amigo ou com os sacramentos da Igreja, esses pastores da alma tem grandemente auxiliado a ação de comando... Alentando os feridos na frente de combate ou nos hospitais, aplicando-lhes os socorros espirituais tão necessários, esses missionários da paz muito tem feito pelo bom êxito da FEB na guerra.”

Estas breves considerações tem sido confirmadas em outras obras, sejam de memórias, sejam biografias, tanto de religiosos como de autoridades ou combatentes comuns. Ou seja, existem evidências de que havia vasta demanda pelos serviços religiosos entre os militares da FEB. Missas eram rezadas diariamente, se assim a situação militar o permitisse. Os padres e pastores se esforçaram por estar junto aos feridos e moribundos, tanto na linha de frente quanto nos hospitais à retaguarda. Inversamente, é importante notar, não se conhece exemplos de veteranos da FEB que tenham criticado, dispensado ou entendido como desnecessária ou irrelevante a atuação dos capelães.

A segunda questão já é mais complexa. Por um lado existem indícios de que a atuação dos capelães teria, de fato, contribuído para fomentar as devoções cristãs. Por exemplo, o caso do padre Jacob Schneider, que montou um fichário para listar os membros do 1º. Batalhão do 1º. RI que ainda não tivessem praticado a primeira comunhão. Ou o reverendo Sören que organizou com praças da FEB o primeiro coro militar evangélico da história do Brasil, o qual contava inicialmente com 40 vozes, mas que logo atingiu o efetivo de 70 militares.

Contudo, por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que o simples fato dos militares da FEB se encontrarem em um dos teatros de operações da mais letal e mortífera guerra que a Humanidade já conheceu, deveria, muito provavelmente, estimular a adesão, ou intensificação da adesão, às devoções religiosas. A proximidade ou iminência da morte tem, por si só, o efeito de levar os indivíduos a reforçarem – ou criarem – laços mais estreitos e intensos com o além e a vida religiosa, dada a alta probabilidade de virem a serem mortos ou feridos.

Além deste auxílio espiritual junto aos vivos, os capelães também se fizeram presentes no

interior mesmo do Cemitério Militar de Pistoia. Ao baixar a sepultura os corpos dos brasileiros mortos invariavelmente se faziam acompanhar das orações proferidas por um capelão. É significativo que no formulário individual empregado pelo PS conste um campo para indicar a religião seguida pelo morto, a fim de providenciar o rito fúnebre correspondente.

Em que pese a precariedade das fontes disponíveis a conclusão a que se pode chegar é que a presença de capelães militares entre os efetivos da FEB teve, muito provavelmente, o efeito de estimular as devoções. Particularmente entre os militares mais expostos aos perigos da linha de frente, e muito especialmente entre aqueles que convalesciam ou agonizavam nos hospitais, a ação dos capelães levou a intensificação ou adesão às práticas religiosas por parte dos militares da FEB.

Diante deste panorama, nos detemos agora com a questão das devoções individuais que nos revelam as atitudes e representações diante da morte naquele contexto histórico específico.

Estes estudos para o Brasil contemporâneo são particularmente escassos. Uma das principais causas desse fenômeno se deve ao fato de que, no que se refere a esse período, as fontes disponíveis são muito mais raras e esparsas. Por outro lado, pode-se achar fontes e referências numerosas para se entender as atitudes e representações diante da morte em manifestações oficiais e monumentos públicos.

As atitudes individuais contam com muito menos fontes ou, no limite, inexistem. De fato, em se tratando de acessar as providências que tomam os indivíduos diante da possibilidade de morrerem, o período anterior à República oferece fontes muito mais ricas e diversificadas do que aqueles que se seguem. É compreensível que os mais relevantes, consistentes e fundamentados estudos sobre as atitudes diante da morte no Brasil sejam aqueles dedicados aos períodos colonial e imperial.

Nossa tentativa é de que a partir desta amostra, ou seja, dos mortos durante a Segunda Guerra Mundial, indicar uma possibilidade de análise do tema tomando como fonte os relatórios individuais gerados pelo Pelotão de Sepultamento.

Na organização da FEB, a ideia do que fazer com os possíveis mortos no conflito não foi levada em consideração no início. Constatamos isso ao perceber que o Pelotão de Sepultamento foi criado somente em 4 de julho de 1944, dois dias depois do primeiro escalão da FEB ter zarpado do Rio de Janeiro, levando cerca de cinco mil homens para a Itália. O fato do PS não ter seguido de imediato com o primeiro escalão colocou como problema para aquelas tropas a remoção, identificação e enterramento dos mortos em combate nessa primeira fase da Campanha da Itália.

Desde sua origem o PS esteve subordinado ao Serviço de Intendência, primeiro agregado a Companhia de Intendência e, em seguida, ao Depósito de Intendência da FEB. Tal era a prática organizacional adotada pelo Exército Americano e que coube à FEB emular. Aqui é importante notar outras peculiaridades da organização militar então adotada. Cabia ao Serviço de Intendência o abastecimento das tropas de todos gêneros alimentícios, munição, peças de reposição, etc. Havia, contudo, uma exceção importante: o abastecimento de água da tropa era incumbência da arma da Engenharia, e não do Serviço de Intendência.

O PS só foi conseguir chegar à Itália em 9 de outubro daquele ano. As tropas brasileiras estavam em combate desde 15 de setembro, de forma que foi necessário formar um PS na Itália. Esse primeiro PS foi treinado pelos norte-americanos, oferecendo estágios aos brasileiros nos cemitérios militares e postos de coleta do Exército dos EUA. O PS original não foi substituído por aquele criado no Brasil, mas fundido a ele. Os recém-chegados foram incorporados como recompletamentos ao PS original.

Cabia ao pelotão o preenchimento do relatório individual de cada morto. Nesta documentação, constam diversos elementos que nos permitem analisar algumas características referentes aos caídos em combate. Neste momento, destacamos os objetos encontrados nos corpos identificados pelo trabalho do Pelotão.

Sobre estas fontes geradas pelo Pelotão de Sepultamento, duas críticas devem ser feitas. A primeira questão é relacionada a integridade do corpo do morto e seus pertences dizem respeito ao tempo decorrido desde a morte até o sepultamento, por um lado e, por outro, a natureza das causas da morte.

Pode se assumir como óbvio que quanto menor for o tempo decorrido desde a morte do indivíduo e o seu sepultamento, maior será a probabilidade de se resgatar, identificar e preservar em bom estado o conjunto dos pertences legados. Inversamente, quanto maior for o tempo passado entre a morte do sujeito e o seu sepultamento, tanto menores serão tais possibilidades.

A forma pela qual o indivíduo morreu também é determinante no grau de sucesso da tarefa dos membros do PS em descrever de forma acurada os pertences encontrados com o morto. Parece claro que os corpos – e o objetos pessoais - de indivíduos que morreram em combate na linha de frente podem ter passado por extensos processos de fragmentação, degradação e dispersão de seus fragmentos. Deve-se ter em conta que o maior número de baixas - tanto de mortos quanto de

feridos - brasileiros na Campanha da Itália decorreu entre aqueles que foram atingidos por estilhaços. A razão para tão alta letalidade destes projéteis é explicável. Trata-se de fragmentos de metal de tamanho variado, arremessados instantaneamente em todas as direções pela explosão de granadas. A própria explosão da granada no impacto com o solo gerava mais e mais estilhaços, aumentando a probabilidade dos homens expostos sobre o solo serem atingidos em qualquer uma das suas partes.

As granadas podiam ser disparadas tanto por canhões pesados ocultos na retaguarda inimiga, quanto pelos morteiros operados pela infantaria na imediata linha de frente. É importante lembrar que não apenas durante a fase de atuação da FEB, como também em toda Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, foram os morteiros os responsáveis pelo maior número de baixas em ambos os lados em luta. As razões são simples de entender. Por dispararem suas granadas em uma trajetória acentuadamente curva (“parabólica”) são capazes de atingir tanto o inimigo oculto atrás dos morros que ocupa, quanto dentro de suas trincheiras e outros abrigos abertos no solo. Desta forma seus projéteis alcançam homens que, inclusive, se encontram protegidos contra projéteis que tem uma trajetória paralela ao do solo.

Para além dos estilhaços de granadas de canhão ou morteiro, na vizinhança imediata da explosão se verificava a súbita e insuportável compressão do ar, capaz de provocar extensos danos aos órgãos internos dos indivíduos, favorecendo seu esfacelamento. A explosão de minas explosivas terrestres, ocultas no solo, ou de armadilhas explosivas plantadas nos bosques, edificações, etc. também podiam provocar efeitos similares sobre os cadáveres de suas vítimas. Também o impacto das balas de metralhadora que podiam desfigurar, desmembrar, mutilar partes extensas do corpo dos soldados expostos ao combate na linha de frente.

Tais são as principais razões pelas quais os corpos encontrados pelo PS na linha de frente tinham muito menor probabilidade de estarem preservados do que os corpos dos mortos na retaguarda. Cabe mencionar um fator secundário, mas importante, da maior probabilidade dos corpos encontrados na linha de frente: a ação humana, tanto de inimigos quanto de civis.

Até que finalmente fossem encontrados pelos membros do PS tais corpos podem ter sido revistados, saqueados ou – como afirmam algumas poucas fontes, minados pelos alemães. Civis italianos, tanto moradores das regiões onde ocorreram os combates, quanto refugiados (“sffolatti”) de passagem podem ter também saqueado os corpos de brasileiros mortos. Finalmente, o fato mesmo do corpo de um combatente brasileiro ter caído na linha de frente praticamente garantia que o mesmo

não poderia ser recuperado imediatamente. Pior ainda, no caso de terreno que foi abandonado em poder do inimigo, muito tempo pode ter decorrido até que os membros do PS pudessem ter acesso aos corpos ali caídos. Já os corpos dos mortos na retaguarda podiam ser – como em alguns casos foram – enterrados no Cemitério Militar de Pistóia no mesmo dia em que morreram.

Ainda sobre a crítica destas fontes, existem considerações referentes as atitude e procedimentos de indivíduos que atuaram no Pelotão de Sepultamento e seu grau de comprometimento com as tarefas que lhes cabiam executar. E aqui reside uma pergunta crucial para o destino de toda pesquisa histórica que, neste caso, cabe formular assim: cumpriam os membros do PS seu compromisso com a descrição acurada, precisa e honesta dos bens e valores encontrados nos corpos que recuperavam?

Partir do pressuposto de que essas fontes são merecedoras de crédito implica em responder tal pergunta afirmativamente. Não se trata aqui de tomar tais fontes com “reflexo” fiel da realidade histórica, mas perceber as fortes motivações – positivas e negativas – que tinham os membros do PS para (na medida permitida pelas circunstâncias) executarem suas tarefas a contento, profissionalmente, responsavelmente.

As motivações positivas para o bom desempenho das funções dos membros do PS dizem respeito ao papel que assumiram: o de tornar possível para os entes ligados aos mortos tanto os procedimentos legais quanto espirituais decorrentes do falecimento de um combatente. De seu desempenho em recuperar, identificar e resgatar os corpos dos brasileiros mortos dependia a comunicação da morte aos parentes, o pagamento de pensões à viúvas, e o envio dos pertences do morto à família, única última - e frequentemente premeditada - ligação dos mortos com o mundo dos vivos. Não se tratam de tarefas que possam ser facilmente negligenciadas, a não ser por parte de indivíduos distantes ou mesmo completamente desligados dos valores morais vigentes à época, os quais também eram insistentemente apregoados pelas instituições religiosas e militares, para não mencionar a sociedade brasileira mais ampla.

Cabe destacar que a demora, negligência ou mesmo a impossibilidade em se recuperar e identificar os cadáveres seria causa de angústia entre os entes queridos dos falecidos, sempre inclinados a pensar no pior na ausência de notícias por muito tempo. Seus dependentes seriam reduzidos à pobreza, se não pudessem obter através da comprovação da morte em combate de seu provedor, os benefícios financeiros da pensão concedida pelo Governo Brasileiro. Nesse cenário, somente indivíduos marginalizados dos valores morais compartilhados por amplas camadas da

sociedade brasileira na época, no limite, párias diante de seus semelhantes na comunidade da qual se originaram, deixariam de encarar com seriedade suas atribuições.

Havia, porém, um imperativo moral ainda mais forte para motivar a ação eficiente dos membros do PS em suas tarefas: a responsabilidade que lhes cabia de serem os portadores da última comunicação, da última vontade ou manifestação dos mortos aos seus entes queridos. Os membros do PS certamente sabiam que, independentemente de raros ou banais, caros ou baratos, pessoais ou indistinguíveis, os objetos, valores ou documentos encontrados com o morto seriam sempre encarados pelas famílias como de incalculável valor afetivo. Para além da afeição, seriam também os últimos objetos terrenos que o morto destinaria aos vivos, o que o que os ligava de forma inequívoca a ocorrência de toda sorte de reações psicológicas e sensoriais. Negar essas possibilidades aos parentes vivos não poderia ser encarada de outra forma que não o exercício de uma crueldade e grave infração ética.

É o que se percebe através do exame do relatório que o comandante do PS, 1º. Tenente Lafayette Varga Moreira Brasileiro apresentou em 2/02/1945. Logo de saída, em seu preâmbulo lê-se:

“A guerra moderna em sua complexidade sentiu a necessidade de criação de um serviço de sepultamento, que viesse de modo conveniente atender a esta parte do seu desenrolar, evitando os lamentáveis casos ocorridos nas guerras passadas, de verdadeiras hecatombes de epidemias mortíferas, ocasionadas, em geral, pela displicência com que eram tratados os mortos, permanecendo na maioria das vezes insepultos e, não havendo preocupação com registros e outros documentos indispensáveis à perfeita identificação dos mesmos, assim como cuidado e o carinho que deve existir pelos objetos pessoais deixados por eles, porque estes são o maior conforto moral que uma mãe, esposa, irmã ou noiva pode ter ao receber essas relíquias que pertenceram àqueles que souberam com desprendimento de espírito e com honra, sacrificar o que há de mais precioso, que é a própria vida, em holocausto à causa sagrada da Pátria”.

Para além dos imperativos morais e éticos a regerem a ação dos membros do PS havia, claro, a coerção institucional, manifesta tanto nas sanções administrativas e penais a transgressões ao regulamento, quanto no estímulo ao bom comportamento como pré-requisito a uma bem-sucedida carreira militar. O interesse do comando da FEB no êxito das ações do PS não se prendia apenas a realização de ações do interesse dos entes queridos dos falecidos, nos termos já comentados. A rápida e bem sucedida remoção dos corpos da área de trânsito e combate da FEB era também um imperativo

de ordem moral. É sabido que a visão dos corpos dos companheiros caídos, decompondo-se à vista (e ao olfato) de todos é deletéria para a vontade de combater das tropas. Daí os cuidados que o comando da FEB dedicou a oferecer meios de consecução das tarefas do PS.

Isso não resolve, obviamente, o problema fundamental de estabelecer o grau de honestidade e seriedade dos membros do PS no exercício de suas funções. Mesmo uma rápida e eficaz remoção de cadáver não impede os responsáveis pelo serviço de se apropriarem dos bens e valores encontrados em poder dos mortos. Afinal de contas, trata-se de bens portáteis, facilmente ocultáveis para serem oportunamente desviados. Se isso aconteceu frequentemente, ou mesmo como regra, toda base empírica aqui analisada seria de escassa utilidade. Contudo, existem razões para se acreditar que tal não aconteceu.

Cabe examinar os fatores que negativa e positivamente contribuíram para a lisura dos trabalhos dos membros do PS. Já foram citadas as objeções de ordem moral e ética à subtração de bens encontrados nos corpos dos brasileiros mortos no Teatro de Operações na Campanha da Itália. Cabe agregar a estas as restrições de ordem legal. Nos termos do Código Penal Militar tanto o roubo, quanto o furto e a apropriação indébita são tipificados como crimes, incorrendo seus autores em penas de prisão respectivamente de, no mínimo, quatro anos no primeiro caso e até seis anos, no máximo, no demais. Também a violação de correspondência é tipificada como crime, e nele poderiam ter incorrido os membros do PS, dada a recorrência com que eram encontradas cartas, postais e outras correspondências nos cadáveres dos mortos na guerra. Nesse último caso, a pena prevista era de até seis meses de prisão. Finalmente, cabe lembrar que também a lei civil criminaliza a violação do cadáver, prevendo o Código Penal de 1940 sentenças de um a três anos e multas para os que a praticassem.

Consultando os registros da Justiça Militar Brasileira na Campanha da Itália não constatamos o envolvimento de nenhum dos membros do PS em quaisquer dos crimes citados. Aliás, não consta que nenhum dos seus integrantes tenham sido levados às cortes militares por terem cometido quaisquer crimes, de qualquer tipo ou gênero. Desse ponto de vista, não há como deixar de reconhecer que o OS era uma unidade, do ponto de vista disciplinar, impecável. É difícil imaginar que, se houvesse existido a prática – seja eventual, seja frequente - de desvio de valores e bens dos mortos da FEB por parte dos membros do PS ela não tivesse sido jamais descoberta ou denunciada.

Para encerrar essa parte cabe colocar outra hipótese que pesaria contra a lisura e

o profissionalismo dos integrantes do PS: a de que elementos estranhos ao serviço a ele fossem incorporados como “castigo”. É um fato estabelecido a ligação do serviço militar no Brasil com o papel de instituição correcional ou mesmo prisional, conforme já comentado. Na FEB essa dimensão foi – em certa medida - preservada, transmutando-se no uso da transferência de indivíduos de comportamento desviante ou condenável para tarefas mais penosas do que aquelas que exerciam. Destas, a mais temida era, obviamente, a transferência das cômodas, lucrativas e seguras atividades de retaguarda para o serviço na linha de frente dos combates. À luz disso, pode-se descartar também esse fator como possível “porta-de-entrada” de elementos de perfil criminoso ou delituoso no PS, na medida em que inexistem menções ao fato. Com efeito, só se encontram disponíveis descrições de tais punições que tratam da incorporação de elementos sob punição exclusivamente para serviço na linha de frente.

Que necessidade teriam eles de roubar valores ou bens dos mortos quando não só todas suas necessidades básicas eram satisfeitas pela logística do V Exército Americano, como também recebiam na qualidade de militares brasileiros os mais altos salários pagos naquele Teatro de Operações? Pode-se entender a eventual profanação dos cadáveres dos brasileiros por parte dos militares alemães ou dos civis italianos. Ambos os grupos passavam por privações de todo tipo e, portanto, inclinados a saquear bens e valores encontrados nos mortos. No caso dos alemães, haveria ainda o natural desprezo pela condição dos mortos brasileiros: inimigos, aos quais não se devia, na prática, qualquer respeito.

Nenhum dos militares brasileiros em ação na Itália – incluindo aí obviamente os membros do PS – jamais foi submetido a carências materiais de qualquer tipo que os levassem (por hipótese) a se apropriarem dos bens e valores de companheiros mortos. Todas necessidades relativas a alimentação, agasalho, diversão, calçado, transporte, cigarros, etc. eram abundantemente supridas pela logística norte-americana.

Muito pelo contrário, contavam os brasileiros com tamanha abundância de bens que se permitiam negociar com ou doar aos civis italianos suas mercadorias excedentes. É um fato estabelecido que mesmo o mais modesto dos soldados era perfeitamente capaz de dispor na maior parte do tempo de bens de consumo de todo tipo para barganhar ou, caridosamente, dar de graça a civis italianos. Não havia, absolutamente, motivações relacionadas à privação material que levassem os membros do PS a tomar para si o que encontrassem com os mortos. Os substanciais valores em dinheiro de diversas procedências entregues pelos membros do PS para serem remetidos aos seus

entes no Brasil não deixa margem à dúvida nesse aspecto.

Nosso problema maior seria o caráter sintético e lacunar das informações sobre os objetos encontrados com os mortos. Os objetos encontrados com os mortos são listados, mas não descritos. Em que pese a diversidade de objetos encontrados com os mortos, os RI se atém a lista-los de forma a mais simples e direta possível.

O maior problema com que se defronta o pesquisador diz respeito à diversidade dos objetos. Um primeiro conjunto de objetos, os quais apareciam com maior recorrência, mereceram ser identificados e contados. Dentre estes se incluem, em ordem de importância: dinheiro (com a especificação das quantias e origem do papel moeda), fotos, medalhas religiosas, cartas, estampas de santos, cartão de identificação, crucifixos, orações, quadros religiosos, rosários, imagens santas, relíquias religiosas, bíblias, etc.

Um segundo conjunto de objetos diz respeito àqueles encontrados com pouca frequência, ou mesmo apenas uma única vez, com os mortos. Aqui tem-se uma diversidade de objetos tanto de uso diário quanto de caráter religioso, a qual é difícil se estabelecer uma frequência de aparecimento de caráter estatístico. Nesse caso, os objetos encontrados pelo PS foram colocados numa categoria a parte (“outros”).

Finalmente, um outro ponto se refere ao elevado número de corpos com os quais nada foi encontrado. Aqui é fundamental se estabelecer uma diferença entre os casos em que isso decorreu da vontade do indivíduo daqueles em que o fato decorreu das circunstâncias nas quais o corpo foi encontrado. Em se tratando de corpos encontrados e sepultados com relativa brevidade, em especial no que diz respeito a indivíduos exercendo atividades na retaguarda, pode-se assumir que o fato derivou de uma opção do falecido. Já o mesmo não se pode afirmar com relação a corpos recuperados e sepultados muito tempo após a morte. Aqui é mais cabível se presumir que o fato de nada ter sido encontrado se deve à perda, saque ou extravio dos bens do morto no tempo decorrido entre o falecimento e o achado do cadáver.

A classificação preliminar dos objetos encontrados nos forneceu esta tabela:

Objeto	Ocorrências mais frequentes
Chapa de identificação	333
Objetos diversos	187
Nada	175
Dinheiro	144
Fotografias	116
Medalhas religiosas	84
Correspondência	59
Carteira	51
Estampas de Santos	47
Cartão de Identificação	43
Crucifixos	34
Orações	32
Quadros Religiosos	31
Anel	30
Manual de Orações	27
Relógio	27
Recibo Banco do Brasil	24
Rosários	23
Corrente	21
Registro de Vacina	20
Caneta	19
Canivete	15
Imagens Religiosas	11
Telegrama	10
Relíquias Religiosas	9

A porcentagem de indivíduos que continham objetos de uso religioso é de 32,17%. Em praticamente um terço dos cadáveres foram encontrados artefatos ou impressos relacionados a diferentes devoções, praticamente todos de origem cristã. O fato parece indicar, por si só, um

acentuado distanciamento do apego às devoções - mesmo num contexto de permanente e extremo risco de vida - por parte dos componentes desse grupo social tão peculiar, mas ao mesmo tempo tão significativo para se entender a sociedade na qual foram formados.

Parece claro que os componentes da FEB viviam num período histórico em que a laicização das práticas e das representações associadas aos ritos funerários já estava bem adiantada. No caso dos militares brasileiros esse processo estava muito mais próximo da concretização do que no resto da sociedade, mesmo à luz de alguns desenvolvimentos que parecem contradizer essa tendência mais geral, como é a própria reinstituição do corpo de capelães que seguiu com a FEB.

O período a que se refere essa pesquisa está historicamente, muito longe dos tempos em que os brasileiros levavam à frente das suas tropas em combate imagens de santos que os protegessem dos perigos do campo de batalha e atemorizassem seus inimigos. Tal aconteceu na prolongada campanha das tropas do Império Português contra a ocupação holandesa no Brasil do século XVII.

Porém, historicamente, os indivíduos aqui examinados já estavam bastante próximos da época em que rezava-se missas antes das batalhas e jurava-se fidelidade ao imperador com a mão direita sobre a bíblia. Essa foi a prática institucional até o fim do Império, distante escassos 56 anos do momento em que acabou a Segunda Guerra Mundial. Contudo, e pensando em termos teleológicos, os brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial estão muito mais próximos dos anos 1970, quando se nota pela primeira vez e de forma inequívoca, a interdição das atitudes diante da morte e da invisibilidade do luto. Apenas um quarto de século separa os combatentes da FEB deste contexto que para nós é tão contemporâneo.

A época em que viveram os membros da FEB é marcada por sucessivas revoluções urbanas, industriais, científicas e tecnológicas. Todas essas amplas, importantes e, por vezes, radicais transformações agiram no sentido do enfraquecimento dos dogmas religiosos, do reforço da crença no poder da ciência e na geral laicização de todos ritos e monumentos públicos.

No caso dos membros da FEB essas tendências devem ter sido sentidas de maneira a mais intensa que se possa, a princípio, conceber. A razão é fácil de se perceber: foram incorporados à um dos exércitos mantidos na linha de frente da Segunda Guerra Mundial pela maior super-potência econômica, industrial e científica que o mundo já havia conhecido – os EUA.

As demonstrações da superioridade material, organizacional, cultural, etc. da civilização norte-americana, e seu profundo efeito sobre os brasileiros, são bem conhecidas. Nenhum dos

ex-combatentes que escreveu a respeito deixou de descrever da forma a mais intensa e explícita possível sua admiração, por vezes até assombro, diante da materialidade do caráter superior da civilização construída nos EUA. Quaisquer indivíduos que alimentassem simpatias ou veleidades sobre o fascismo ou nazismo como modelos de organização social e política, tão importantes entre alguns militares brasileiros dos anos 1930, mudaram completamente de idéia diante da inequívoca e ampla demonstração da superioridade da sociedade norte-americana. Inversamente, não se conhecem escritos legados pelos ex-combatentes que enfatizassem o papel das crenças religiosas como elemento relevante para o sucesso de quaisquer das operações da FEB.

A Segunda Guerra Mundial foi um choque armado no qual questões como o nível de produtividade industrial, o grau de desenvolvimento científico e tecnológico e a adequada organização dos recursos nacionais foram os fatores decisivos. Nada disso estava disponível no Brasil dos anos 1940, ainda mais se tratando de cumprir com o compromisso de participar de uma guerra na Europa contra a Alemanha Nazista.

É possível afirmar que na guerra travada pelos brasileiros nos Montes Apeninos na Itália ao final da Segunda Guerra Mundial a importância do poder material foi demasiado evidente para poder passar despercebida ou ser minimizada por qualquer um vivendo naquela época. A todos envolvidos era óbvio que, embora as habilidades militares e a motivação para combater fossem importantes, a vitória viria como decorrência da superioridade material dos Aliados contra o Eixo.

As aparentemente infinitas disponibilidades materiais da logística norte-americana ajudariam os brasileiros a prevalecer diante dos defensores alemães, respeitados como combatentes, mas padecendo de graves privações materiais e humanas. No caso dos membros da FEB, se acontecesse de serem atingidos em combate os brasileiros sabiam que podiam contar com a remoção pelos padioleiros até uma ambulância, que os levaria até um hospital, no qual suas chances de sobreviver e se recuperar seriam maximizadas numa escala sem precedentes. E, se acontecesse o pior, igualmente sabiam os brasileiros que seus companheiros – e, novamente, a Intendência – providenciariam para que ele tivesse um enterro decente.

O que se está sugerindo aqui é que a crença no poder material, na capacidade de construção e destruição possibilitada pela logística que o exército norte-americano fornecia à FEB, teria deslocado o papel que noutros tempos teria sido desempenhado pelas crenças religiosas. Longe estavam os tempos nos quais a fé na verdadeira crença traria a desejada vitória. Agora se os brasileiros venciam e

(sobre) viviam era devido ao fato de responderem aos alemães com dez tiros para cada um que fosse disparado por eles. Era porque tinham roupas, calçados e luvas apropriados ao clima. Era porque tinham uma dieta hiper-calórica. E assim indefinidamente. Era um cenário no qual as crenças no além não tinham muito a oferecer, exceto no caso de morte.

A partir destes dados, percebemos que a dimensão religiosa interfere neste universo temporal-espacial do sujeito, longe de casa em outro país, em um período em que a morte estava presente em cada ação de combate. Desta forma, o imaginário devocional de cada soldado também é revelado, com a presença em seu cadáver de objetos de cunho religioso que teriam a função de proteger e demonstrar sua crença. Tais elementos configuram aspectos destas atitudes diante da morte no Brasil contemporâneo reveladas por estas fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. Sobre a História da morte no Ocidente desde a Idade Média. Lisboa, Teorema, 1975.
- _____. O homem diante da morte. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, v1 e 2.
- BOLETIM ESPECIAL DO EXÉRCITO. Os mortos da FEB, Rio de Janeiro, 1984.
- CARVALHO, J. M. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. vol. 1. A sociedade em Rede, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, C. A invenção do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, C. & IZECKSOHN, V.(org). Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FVG, 2004.
- FERRAZ, F.C. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Tese (Doutorado em História Social) USP, 2003.
- LE GOFF, J. As mentalidades: uma história ambígua. In: NORA, P. & LE GOFF, J. (org) História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 71-72.
- _____. O nascimento do purgatório. Lisboa: Estampa, 1993.
- MCCANN, F.D. Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945) Rio de Janeiro: Biblioteca

do Exército, 1995.

- _____. Os soldados da pátria: História do exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MARTINS, J. S. (org.) A morte e os mortos na sociedade brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1983.
- MORAES, J.B.M. A FEB pelo seu comandante. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
- MOURA, S. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira, vol 3 O Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1986, pp.323-342.
- MUNIZ, P. H. O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais. In: Revista Varia Scientia, v. 06, n. 12, p. 159-169
- PERUCCI, A, SOUZA, B. & CAMARGO, C. Igreja Católica (1945-1970) In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1986, pp.343-380.
- REIS, J. J. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- RIGONI, C. Monumentos Brasileiros na Itália: honra e glória aos veteranos da FEB. Curitiba, 2005.
- RODRIGUES, Cláudia. Nas fronteiras do além A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- _____. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. Varia
- Hist. 2008, vol.24, n.39, pp. 255-272.
- SCNEIDER, J. E. Vivência de um ex-capelão da FEB. Rio de Janeiro: Edições Rosário, 1983

A PRÁTICA DE ESPORTE ENTRE “OFFICIAIS GRADUADOS” E “AS SIMPLES PRAÇAS”: INSTRUMENTO PARA “DESENVOLVIMENTO PHYSICO DO PESSOAL” OU PRÁTICA “EM PROMISCUIDADE COMPLETA”?¹

Karina Barbosa Cancellata²

RESUMO

As disputas esportivas realizadas no interior das Forças Armadas brasileiras no início do século XX eram controladas por duas entidades reguladoras: a “Liga de Sports da Marinha” e a “Liga de Sports do Exército”. Este trabalho analisa como os princípios de hierarquia e disciplina foram tratados no âmbito da prática esportiva, transitando entre os campos da História Militar e da História do Esporte. As normativas internas do Ministério da Guerra e do Ministério da Marinha com relação ao esporte e os registros das Ligas, observados à luz do método de análise crítica de documentos, evidenciaram que estas entidades organizavam suas atividades reforçando a separação de seus militares em todas as instâncias, com rígidas normas com relação à interação entre os diferentes círculos hierárquicos na prática esportiva, transportando a estas as distinções políticas existentes em todos os níveis das instituições militares.

Palavras-chave: Esporte; Ligas Militares; Hierarquia.

ABSTRACT

The sporting competitions held by the Brazilian Armed Forces in the beginning of 20th century were controlled by two regulators organizations: the “Navy League of Sports” and the “Army Sports League.” This research present the analysis of hierarchy principles and discipline and your particularities in the sport area, transiting between of Military History and the History of Sport fields. The internal regulations of the Ministry of War and Navy Ministry in relation to sport and the fonts from the Leagues, observed in the light of the critical analysis documents method, showed that these entities organized their activities reinforcing the separation of its military in all instances, with

¹ Versão preliminar deste artigo foi apresentado no III Seminário Nacional de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro realizado no período de 17 a 21 de outubro de 2011 – Rio de Janeiro / RJ.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ); Integrante do Sport – Laboratório de História do Esporte e do Lazer (UFRJ); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: karinacancellata@gmail.com

strict rules regarding the interaction between the different hierarchical levels in sport, carrying these distinctions existing policies at all levels of military institutions.

Keywords: Sport; Military Leagues; Hierarchy.

HIERARQUIA, DISCIPLINA E O ESPORTE.

As instituições militares brasileiras são organizadas em torno de dois conceitos basilares: hierarquia e disciplina. Segundo o Estatuto dos Militares,³ a “hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas” e a disciplina a “rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar”, devendo ser respeitadas em todos os níveis e instâncias da vida dos militares, dentro e fora dos quartéis. Apesar deste Estatuto datar da década de 1980, suas definições sobre hierarquia e disciplina remetem-se a aspectos de organização interna já presentes nos códigos disciplinares que estruturavam as Forças Armadas brasileiras ainda no século XIX, como o Código Disciplinar da Armada de 1890.⁴

Estes aspectos definem os processos de interação pessoal e profissional nas instituições militares, sendo estendidos a todas as atividades realizadas, caracterizando as estruturas de distinção a partir dos “círculos hierárquicos”, organizados em três níveis principais: Oficiais (Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Subalternos), Sub-oficiais e Praças (Sargentos, Cabos, Marinheiros, Soldados). O convívio social e as atividades profissionais dos militares devem respeitar esta hierarquização, estando os subordinados sempre em obrigação de cumprimento disciplinar para com seus superiores. A não obediência da cadeia hierárquica e do cumprimento das normas e determinações dentro dos critérios da disciplina podem acarretar sanções, desde uma advertência até a prisão, dependendo da circunstância e do posto ou graduação do militar.

A rigorosa observância destes critérios de organização perpassou a história das instituições militares brasileiras desde suas formações, ainda no século XIX. Em todas as atividades desenvolvidas, desde suas funções institucionais de defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, até as interações sociais corriqueiras, os critérios de hierarquia e disciplina precisavam ser

3 BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm >. Acesso 12 jun. 2011.

4 BRASIL. Decreto n. 509 de 21 de junho de 1890. Cria o Código Disciplinar para a Armada.

seguidos com a máxima atenção. No início do século XX, as Forças Armadas brasileiras (FFAA) eram constituídas por Exército Brasileiro (EB) e Marinha do Brasil (MB), uma vez que a Força Aérea Brasileira (FAB) foi criada somente em janeiro de 1941, através do Decreto-Lei nº. 2.961, que estabeleceu a criação do Ministério da Aeronáutica e a transferência de todos os militares que compunham a Arma de Aeronáutica do Exército e o Corpo de Aviação Naval para a subordinação daquele Ministério.

Visando compreender como estas determinações de hierarquia e disciplina foram tratadas no âmbito da prática do esporte no interior das instituições militares brasileiras, este trabalho transita entre os campos da História do Esporte e da História Militar e utiliza o método de “análise crítica de documentos” para tratamento das fontes documentais selecionadas para observação. Este método foi empreendido em duas etapas: a crítica externa, a fim de identificar a efetiva relação da produção com a datação do documento informada; e a crítica interna, onde é observado o conteúdo informado na fonte, o objetivo de produção do documento, as características do produtor e as circunstâncias em que foi produzido, além de seu público alvo (CALADO e FERREIRA, 2005).⁵

As FFAA brasileiras, em fins do século XIX e início do século XX, acompanharam o processo de introdução das atividades físicas e esportivas na sociedade brasileira. A aproximação dos militares com o esporte iniciou-se ainda em meados do século XIX com a inserção de atividades físicas e esportivas no cotidiano destas instituições através de mudanças no currículo das diferentes escolas de formação militar. Ainda em 1858, tanto EB como MB tornaram item obrigatório dos currículos da Escola de Marinha e das Escolas do Exército a prática de tiro, natação, ginástica e esgrima, além da equitação militar e “hipiátrica”.^{6,7}

Além das preocupações com o processo de treinamento técnico dos militares, ao longo da segunda metade do século XIX e anos iniciais do século XX as preocupações com o preparo do corpo se intensificaram após os problemas identificados nas batalhas travadas naquele período, como no caso da Guerra do Paraguai. As dificuldades enfrentadas na guerra possibilitaram avaliações em diferentes aspectos das atividades militares, evidenciando não somente a defasagem material em relação às demais Forças Armadas envolvidas no conflito, mas também em questões técnicas, físicas

⁵ As transcrições de trechos das fontes analisadas respeitarão a grafia original da época.

⁶ BRASIL. Decreto nº 2.116, de 01 de março de 1858. Aprova o Regulamento reformando os da Escola de Aplicação do Exército e do Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte. Coleção de Leis do Império de 1858.

⁷ BRASIL. Decreto nº 2.163, de 01 de maio de 1858. Reorganiza a Academia de Marinha em virtude da autorização concedida no parágrafo 3º. do artigo 5º. da Lei n. 862 de 30 de julho de 1856. Coleção de Leis do Império de 1858.

e de formação militar (SILVA e MELO, 2011).

Estas novas necessidades de preparo físico do pessoal para a criação de FFAA mais estruturadas para o Brasil, aos moldes das Forças europeias, e o acompanhamento da abrangência do movimento esportivo no país nos anos finais do oitocentos possibilitaram a aproximação entre os militares e a prática sistemática de atividades físicas e esportivas. Esta aproximação seguiu o movimento de difusão deste fenômeno no Brasil ainda no século XIX. O “esporte moderno”, como afirma Melo (2010), pode ser identificado como um fenômeno característico de uma sociedade moderna que deveria ser regulada e controlada em suas mais diversas atividades e foi sistematizado na Inglaterra oitocentista seguindo os ideais de que esta “prática seria de grande utilidade para educar e formar os jovens das elites que ocupariam os espaços de liderança no Império” (MELO, 2010, p. 04).

Ao longo do processo de difusão do movimento esportivo no Brasil, inúmeras instituições como clubes, escolas, universidades e também as FFAA que originalmente não apresentavam qualquer ligação com o esporte inseriram tais atividades entre suas funções. Estas práticas passaram, então, a figurar nas FFAA brasileiras, tendo alguns militares participado do processo de difusão e regulamentação de diferentes modalidades na sociedade.⁸ Além de contribuir para a ampliação do movimento esportivo no Brasil, as FFAA ainda atuaram na introdução no país dos chamados “esportes militares”, atividades criadas especificamente dentro das corporações envolvendo práticas específicas onde são simuladas partes do treinamento funcional exigido pela atividade militar.⁹

Entre meados do século XIX e as décadas iniciais do século XX, os militares passaram a não somente praticar as ginásticas e os esportes no interior dos quartéis, mas também desempenharam importante papel de fomentadores no meio civil, através da atuação na função de instrutores de

8 O turfe, prática esportiva bastante difundida no século XIX no Brasil, chegando a ter cinco hipódromos funcionando simultaneamente na cidade do Rio de Janeiro, teve em seu processo de organização a participação de militares do Exército Brasileiro. O primeiro clube da modalidade, nomeado de *Club de Corridas*, foi fundado por iniciativa de um grupo onde figuravam o Major Suckow e Luiz Alves de Lima e Silva, então Conde de Caxias e atualmente Patrono do Exército Brasileiro (MELO e MAIA, 2005). Já o remo e a vela são exemplos de esportes onde registra-se a participação de militares da Marinha em seus processos de institucionalização no Brasil. Em 1897, por iniciativa do Capitão-Tenente Eduardo Ernesto Midosi foi criada a União de Regatas Fluminense, que posteriormente se tornaria o Conselho Superior de Regatas, a fim de organizar os clubes de regatas existentes no Rio de Janeiro (Revista Marítima Brasileira, 2º semestre de 1901, p. 6-19). Em 1906 foi fundado também no Rio de Janeiro o primeiro clube de Vela do Brasil, o *Yacht Club Brasileiro*, tendo como primeiro Comodoro o então Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar (CBVM, 2011).
9 Atualmente, o CISM reconhece como integrantes da categoria “esportes militares” de verão as modalidades: Orientação, Paraquedismo, Pentatlo Aeronáutico, Pentatlo Naval, Pentatlo Militar e Tiro Esportivo. No entanto, outras modalidades hoje já consagradas em meio civil e até mesmo integrantes do quadro dos Jogos Olímpicos de Verão foram inicialmente praticadas quase que exclusivamente por militares, sendo posteriormente difundidas para não-militares. Alguns exemplos são a Esgrima, Hipismo e o Tiro Esportivo. Nos 5º JMM, as competições ocorreram em 20 modalidades organizadas em 05 categorias: Esportes Individuais (Atletismo, Natação, Hipismo, Pentatlo Moderno, Vela, Triatlo), Esportes Coletivos (Basquete, Futebol, Vôlei), Esporte de Exibição (Vôlei de Praia), Esportes Militares (Pentatlo Aeronáutico, Pentatlo Militar, Pentatlo Naval, Paraquedismo, Tiro, Orientação), Esportes de Combates (Boxe, Esgrima, Judô, Taekwondo). (CISM, 2011; RIO2011, 2011).

ginástica em escolas civis, assim como na participação como esportistas em competições de diferentes modalidades e também no papel de liderança em entidades reguladoras esportivas (GARRIDO e LAGE, 2005; SILVA e MELO, 2011).

Este trabalho coloca em diálogo dois campos de estudo que, até o momento, não haviam travado contatos mais profundos no Brasil: a História do Esporte e a História Militar. O surgimento de um campo de estudos específicos sobre a história do fenômeno esportivo ao redor do mundo traz como bases os pressupostos da Nova História Cultural ao colocar em evidência para análises históricas aspectos da cultura e de suas diversas práticas. À parte das discussões se a História do Esporte seria uma subdisciplina consolidada ou em vias de consolidação ou mais um dos domínios da História que podem surgir ou desaparecer com rapidez, de acordo com as necessidades ou “modas” dos períodos, Victor Melo (2007a) destaca as características de consolidação do campo a partir do levantamento de diversas sociedades nacionais e internacionais dedicadas ao estudo da História do Esporte, além de periódicos e eventos científicos específicos sobre a temática.¹⁰ A ampliação das discussões teóricas e metodológicas no campo da História do Esporte destaca significativas aberturas para análise de diferentes aspectos deste movimento, não somente por historiadores, mas também por profissionais de diferentes formações acadêmicas. Os estudos sobre a história do fenômeno esportivo ganharam maior projeção no Brasil no final da década de 1990 e principalmente nos anos 2000, sendo conduzidos “se não somente [...] por ‘historiadores de formação’, certamente por pesquisadores que, independente de sua filiação acadêmica original, procuram fazer uso das discussões metodológicas do campo da História” (MELO, 2007b, p. 13).

Acompanhando estes movimentos de novos objetos e abordagens, a História Militar brasileira também passou a incorporar novas discussões em suas pesquisas. Comumente dedicada aos estudos das guerras e batalhas e das instituições militares, este campo tem passado por significativas mudanças com a introdução de novas metodologias que possibilitam a compreensão das “múltiplas interfaces da História Militar, tais como social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, entre outras” (PARENTE, 2009, p. 3).

As aproximações entre a História Militar e a História Social propiciaram um fecundo campo na historiografia atual possibilitando uma compreensão mais ampla das relações das instituições e

¹⁰ Sociedades nacionais como a *North American Society of Sport History* e internacionais como a *International Society for the History of Physical Education and Sport*; Periódicos como *Internation Journal*, *Sport History Review* e *Journal of Sport History*; de eventos científicos como o Congresso Internacional do Comitê Europeu de História do Esporte (MELO, 2007a, p. 12-13).

fenômenos militares com a vida cotidiana das sociedades, deixando de lado a pura História Batalha. Parente (2009) propõe, dentro das novas perspectivas dos estudos militares, possibilidades múltiplas de observação das instituições não somente nos processos de atuação em guerras ou batalhas, mas também a necessidade de se analisar as atividades das Forças Armadas em tempo de paz. Seguindo estas novas possibilidades, este trabalho inicia discussões sobre as relações travadas pelas instituições e seus membros com o esporte no Brasil, debatendo como as questões relacionadas à hierarquia e disciplina foram incorporadas a estas atividades que inicialmente garantiam espaço como uma modalidade de lazer para os militares, mas que com o tempo passaram a ser item fundamental do cotidiano das corporações.¹¹

Acompanhando o processo de intensificação da disseminação da prática esportiva no Brasil nas primeiras décadas do novecentos, as duas forças (EB e MB) iniciaram medidas para reconhecimento institucional e organização destas práticas no interior de suas estruturas. Apesar de inúmeras modalidades esportivas já serem praticadas corriqueiramente por praças e oficiais do EB e da MB desde o século XIX, somente em 1915 se efetivou a criação das primeiras entidades reguladoras do esporte no interior destas instituições, sendo consequência de uma preocupação em centralizar o controle da organização dos jogos já praticados e normatizar os processos de participação nestes. Esta preocupação acompanhou o processo de estruturação e regulamentação de entidades esportivas e clubes já identificado no meio civil desde a virada do século XX. A necessidade de criação de instituições para reger a organização do esporte, tendo uma grande diversidade de modalidades e clubes surgindo a cada momento, tornava-se cada vez mais emergente. Já se destacavam, naquele momento, entidades diretivas de modalidades como remo (Federação Brasileira de Sociedades de Remo) e futebol (Liga Metropolitana de *Sports Athletics*). (REEBERG, 2007; SANTOS, 2010; SILVA e SANTOS, 2006).

No ano de 1915, o Exército Brasileiro criou sua primeira forma de regulamentação dos esportes, fundando a *Liga Militar de Football*. A criação de uma liga específica de futebol justificava-

¹¹ Ao longo das primeiras décadas do século XX, Exército e Marinha intensificaram as medidas de treinamento físico dos seus militares através da atuação de suas Ligas Esportivas. Neste processo, as duas instituições aproximaram-se da Educação Física, sendo fundadas na década de 1920 a Escola de Educação Física da *Liga de Sports da Marinha*, no ano de 1925, e o Centro Militar de Educação Física, que apesar de ter sido regulamentado em 1922 com funções de dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física (influenciado pela Escola Francesa) e suas aplicações desportivas, somente foi efetivamente instalado em 1929. Além disso, militares participaram do processo de organização da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil em 1939. Em 1926 o Ministro da Marinha tornou a Educação Física obrigatória. A partir desta determinação, a prática esportiva passou a ser não somente uma atividade recreativa, como nos anos iniciais de atuação da *Liga de Sports da Marinha*, mas sim um compromisso dos militares tanto nos treinamentos diários como nas competições internas promovidas entre os navios e corpos da Marinha do Brasil.

se por vários militares participarem de equipes dos principais clubes de futebol do Rio de Janeiro, promovendo competições amistosas entre os regimentos do Exército onde serviam. Por iniciativa do Tenente Francisco Mendes, atleta do *Fluminense Football Club* foi instalado um campo ao lado do 1º. Regimento de Artilharia Montado, na Vila Militar para a realização das partidas (RIBEIRO, 2009).

A Liga Militar de *Football* foi reconhecida institucionalmente através de Aviso do Ministério da Guerra nº. 966 de 22 de junho de 1915, publicado em Diário Oficial da União de 29 de junho de 1915, e teve seu funcionamento autorizado pelo então Ministro José Caetano de Faria sendo facultado ao pessoal dos corpos do Exército a inscrição na referida Liga e participação em suas atividades.¹² O primeiro presidente foi o Coronel Chripim Ferreira e seus primeiros cinco anos de atividade foram dedicados à modalidade futebol.

Em 25 de novembro do mesmo ano de 1915, um grupo de oficiais efetivou a fundação de uma entidade diretora de esportes navais na sede do Clube Naval que recebeu o nome de *Liga de Sports da Marinha* (LSM). A fundação oficial ocorreu em 1915, mas sua regulamentação institucional foi reconhecida a partir da publicação em Ordem do Dia do Ministério de Negócios da Marinha nº. 01 de 04 de janeiro de 1916 onde o Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar autorizava o funcionamento da LSM com o seguinte disposto:¹³

Sr. Chefe de Estado Maior da Armada, declaro-vos, para fins convenientes, que, aprovados os intuitos da Liga de Sports da Marinha, fundada por oficiais com o fim de concorrer para o desenvolvimento physico do pessoal da Armada, por meio dos jogos e exercícos, com campeonatos annuaes, resolvi permittir que a citada Liga se corresponda com as autoridades da Marinha, em relação ao que for necessário a seus fins, e que as autoridades lhe facilitem os meios de acção, sem prejuízo para o serviço, fazendo-se os jogos sob direção da referida Liga e seus representantes nos navios, corpos, estabelecimentos, ficando a acção destes últimos sujeita a aprovação dos respectivos comandantes. Saúde e fraternidade. Assignado Alexandrino Faria de Alencar.

Como referenciado no documento, o objetivo de autorização de funcionamento da LSM era o “desenvolvimento physico do pessoal da Armada, por meio de jogos e exercícos”, e para tal as autoridades navais deveriam facilitar seus meios de ação para a organização das atividades esportivas. Neste documento identificam-se algumas regulamentações partindo do Ministério da Marinha sobre os processos de organização e participação nas atividades, destacando a necessidade

12 BRASIL, *Diário Oficial da União de 29 de junho de 1915*, Seção 1, p. 05.

13 ALENCAR, Alexandrino. *Relatório do Ministério de Negócios da Marinha de 1916*. Anexo A, p. 01.

de autorização dos comandantes (oficiais superiores) para que seus subordinados participassem das atividades da Liga e que esta instituição deveria se corresponder com as autoridades navais para a comunicação de suas propostas, fato este somente possível por se configurar como uma iniciativa de oficiais da Armada (envolvendo também oficiais superiores), já que os processos de comunicação e correspondência também deveriam respeitar a cadeia hierárquica.

As primeiras competições organizadas pela LSM envolviam diferentes modalidades como o *football* e os esportes aquáticos remo, vela, *water polo* e natação, tradicionalmente praticados por militares da Marinha do Brasil desde o fim do século XIX. Entre os anos de 1915, o ano de fundação da Liga, e 1940, quando foi extinta para a criação do Departamento de Educação Física da Marinha, registraram-se competições e participação de equipes pela LSM em diferentes modalidades esportivas. As competições eram realizadas entre os grupos esportivos que representavam os navios e estabelecimentos da Marinha, entre estes grupos e equipes do Exército Brasileiro, também registrando-se participações em disputas com equipes civis.¹⁴

Entre 1915 e 1920, o Exército contou com uma liga esportiva criada com o intuito de atuar na organização da modalidade futebol. No entanto, através dos registros de competições e correspondências da LSM, foi possível identificar a participação de equipes do Exército em eventos de outras modalidades como nas disputas anuais da “Taça Flamengo” com competição entre Exército e Marinha em futebol, cabo de guerra e corrida de estafetas realizadas entre os anos de 1917 e 1924. Ainda como *Liga Militar de Football*, o Exército enviou equipes para o Campeonato Acadêmico de Escolas Superiores (Escola Naval e Escola Militar) nas modalidades de *water polo* e natação, sendo registradas edições deste campeonato entre 1919 e 1924.¹⁵

Somente em 1920 sua nomenclatura foi alterada para *Liga de Sports do Exército* (LSE), conforme aprovado por Aviso do Ministério da Guerra nº. 534 de 31 de julho de 1920 e publicado em Diário Oficial da União de 06 de agosto de 1920.¹⁶ Suas atividades, no entanto, não se ampliaram de maneira significativa no desenvolvimento de outras modalidades inicialmente. Passou a incorporar outros esportes de forma mais efetiva a partir de 1922, já com influência da Missão Militar Francesa¹⁷

14 Cf. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I (1915-1920) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II (1920-1922) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo III (1922-1924) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Registro de Competições (1923-1928) Comissão de Desportos da Marinha.

15 *Idem*.

16 BRASIL, *Diário Oficial da União de 06 de agosto de 1920*, Seção 1, p. 10.

17 Missão Militar Francesa foi enviada ao Brasil com objetivos de modernizar a instrução das tropas com grande influência no processo de formação de oficiais, em especial no campo doutrinário. Adaptando os ensinamentos do Exército Francês à realidade nacional brasileira, esta missão esteve em atividade entre 1919 e 1940 na tentativa de criação de uma doutrina

atuante desde 1919 e comandada pelo General Maurice Gamelin. A partir desta influência, além de estabelecer uma nova doutrina militar, outros conceitos sobre a generalização da prática esportiva passaram a figurar no cotidiano do EB seguindo as diretrizes da Escola de *Joinville Le Pont* (MARTINS, CUNHA e SOEIRO, 2007).

As Ligas Esportivas Militares (LEM), além de organizar as competições, tinham como função regulamentar a prática esportiva estabelecendo os critérios para participação e composição de suas equipes representantes tanto para as competições internas como para as disputas com equipes civis para as quais eram convidadas. Este processo de regulamentação e organização envolveu a criação de Diretorias com responsabilidade de atuar nas diferentes áreas da estrutura das Ligas. As definições sobre a organização interna da LSM foram efetivadas na primeira reunião de diretoria com a nomeação de diretores dos diferentes jogos a serem coordenados pela Liga. Além das funções de Diretor-Presidente, Diretor-Secretário e Diretor-Tesoureiro, foram criadas as diretorias de “Serviços de Remo”, “Serviços de Vela” e “Serviços de *Football*”.¹⁸

A cada ano eram realizadas eleições com voto individual entre os sócios para seleção daqueles que ocupariam as funções diretivas da instituição nos cargos de Diretor-Presidente, Diretor-Tesoureiro e Diretor-Secretário, assim como os suplentes. Este processo era realizado durante as Assembleias Gerais, como registrado em Ata da 1ª. Assembleia Geral de 20 de novembro de 1916 para a escolha do corpo diretivo para o ano de 1917.¹⁹ Apesar do processo “democrático” de escolha, somente poderiam se candidatar aos cargos de direção os sócios da Liga que, por sua vez, eram compostos por oficiais e guardas-marinha, conforme determinações definidas ainda em 1915.²⁰ Desta forma, encontravam-se fora do processo de organização esportiva e definição de regras e prioridades todos os demais integrantes da Força (marinheiros, cabos, sargentos e suboficiais), sendo-lhes permitida apenas a participação nas competições desde que devidamente autorizadas por seus comandantes. Ao estabelecer o regulamento para os eventos eram criadas categorias distintas para oficiais, suboficiais e praças, mantendo a estrutura hierárquica como definição da participação esportiva. Com esta organização, evitava-se não somente que oficiais e praças, por exemplo, competissem uns contra os outros, mas também que competissem lado a lado nos esportes coletivos.

militar institucionalizada no interior do EB, até então inexistente.

18 “1ª. Sessão da Diretoria de 16 de dezembro de 1915” - Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

19 “1ª. Assembleia Geral de 20 de novembro de 1916”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I, p. 22v e 23. Comissão de Desportos da Marinha.

20 “1ª. Assembleia de Representantes de 24 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I, p. 3 e 3v. Comissão de Desportos da Marinha.

A composição das equipes esportivas e a participação nas competições apresentavam fortes características de separação entre os diversos círculos hierárquicos que organizam o pessoal militar das FFAA. Tanto na LSM como na LSE, foi possível identificar declarações textuais reforçando a necessidade de manter-se na prática esportiva a distinção entre oficiais, suboficiais e praças, não sendo bem recebida a convivência entre estes grupos, mesmo que apenas durante as participações no esporte. Na Marinha, esta foi uma temática discutida já em suas primeiras reuniões, ainda no ano de 1915, a fim de determinar as ações na organização de suas primeiras competições. Na ata da 2ª Assembleia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915 registra-se o processo de organização das primeiras competições, definindo-se a criação de categorias para oficiais, suboficiais e praças nas competições de natação, remo e vela. Para as competições de *water polo* e futebol, levantaram-se questões sobre a composição mista das equipes, havendo grupos a favor e contra. Sobre isso, o então Diretor Secretário Capitão-Tenente Alberto de Lemos Basto, informa que ²¹

(...) a intenção da Directoria é estabelecer logo que possa os campeonatos de foot ball e water polo e que, para permitir que todos os navios tomem parte nestes jogos se estabelecer campeonatos separados para officiaes, sub officiaes e praças o que, ao menos ao principio, não e possível, pensa propor que o campeonato de foot ball seja desde já estabelecido para as praças (...)

A questão da composição mista de equipes, com oficiais e praças, foi tema de debate em alguns momentos ao longo da vida da LSM, mas observando os registros de organização e de resultados com a manutenção das provas distintas ao longo da década de 1920, percebe-se a sustentação das ideias de separação baseadas nos círculos hierárquicos.

No caso da LSE, a primeira normativa textual sobre a composição mista de equipes foi identificada em Aviso do Ministério da Guerra nº. 23 de 14 de outubro de 1922, assinado pelo então Ministro João Pandiá Calógeras. Este aviso tratava sobre uma consulta do Comando da 9ª Companhia de Metralhadoras Pesadas se seria lícita a participação de um oficial junto com praças em uma festa pública náutica de remo. Em resposta, determinou-se²²

a) Que o regulamento interno dos serviços geraes, sem cogitar propriamente de casos relativos aos jogos sportivos, manda que “o superior deve tratar seu subordinado com estima, consideração e bondade, **sem nunca descer a familiaridade**”; b) Que a observância de

21 “2ª. Assembleia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I, p. 04. Comissão de Desportos da Marinha.

22 CALOGERAS, José. *Relatório do Ministério da Guerra de 1922*, Anexo AB, p. 136-137.

círculos, fora do serviço onde estejam separados os oficiais graduados, e as simples praças, mostra a inconveniência de qualquer promiscuidade; c) Que não devem ser usados entre indivíduos que fazem parte dos círculos diferentes os jogos de dependem sobretudo de agilidade e do emprego de força física, tais como foot-ball, o Box, a luta romana e outros; d) Que será de inteira vantagem que os homens, uma vez incorporados ao exército, se tornem ágeis e fortes, pelo cultivo dos jogos sportivos mais aconselhados; entretanto, a pratica delles, em promiscuidade completa, traz serio prejuízo a disciplina, não podendo guardar compostura que devem ter officiaes e praças em quaesquer situações em que se encontrem; e, e) Que, em taes condições, não é permittido aos officiaes tomar parte em torneios sportivos, ao lado de praças, afim de disputarem em commum quaesquer provas. Saude e Fraternidade – Calogeras.

O uso do termo “promiscuidade” na especificação sobre as aproximações entre oficiais e seus subordinados ressalta o rigor na aplicação dos círculos hierárquicos no EB naquele momento. A proibição de participação nas competições com equipes mistas e em confrontos entre superiores e subordinados foi reforçada em Aviso do Ministério da Guerra de 03 de junho de 1930, publicado em Diário Oficial de 07 de junho de 1930, determinando que²³

III — E inconveniente conforme preceitua o art. 292 do R. I. S. G. a possibilidade de militares de círculos diferentes, em torneios sportivos. Essa disposição, aliás, não é nova, pois o actual regulamento interno dos serviços geraes apenas consolidou ordens vigentes reguladas pelos avisos ns 23, de 14 de outubro de 1922 (ministro Calogeras) e n.º. 13 de 18 de fevereiro de 1926 (Ministro Setembrino).

Tratadas como “promiscuidade” e “inconvenientes”, as participações de oficiais e praças lado a lado em competições esportivas eram reprimidas no Exército, desde os anos iniciais da LSE, estendendo-se à década de 1930. O mesmo se verifica na LSM a partir da manutenção das competições distintas, como anteriormente comentado. O rigor com relação às separações hierárquicas passa por questões disciplinares comuns às FFAA, sendo uma constante no processo de organização esportiva nas duas instituições.

As questões disciplinares apresentadas na análise deste objeto podem ser compreendidas à luz das proposições de Michel Foucault (1984) que observa a disciplina como uma forma de poder e controle sobre o corpo que visa a sua “domesticação”. Os corpos domesticados, ou dóceis como o autor refere, são de mais fácil domínio e manipulação. O autor explora a concepção de poder a partir

23 BRASIL, *Diário Oficial da União de 07 de junho de 1930*, Seção 1, p. 12.

da disciplina. A sociedade está submetida à força da disciplina e, ao mesmo tempo, assume papel de disciplinadora, uma vez que disciplina para manter a ordem e a produtividade. Todas as instâncias da sociedade buscam disciplinar umas às outras, como um movimento contínuo e circular, onde a disciplina e o controle assumem o papel principal de ordenadores da sociedade e de suas múltiplas abordagens. No caso do objeto desta pesquisa, a aplicação da disciplina é base de definição das principais atividades das FFAA, desde o comportamento, os movimentos do corpo e até mesmo em normas sobre vestimentas (sejam os uniformes ou as roupas fora das organizações militares).

Sendo as FFAA essencialmente disciplinadoras em suas ações, o transporte desta configuração para as relações e interações travadas no momento da prática esportiva não nos apresenta surpresa. No entanto, as rigorosas distinções e distanciamentos oficialmente normatizados para atividades que, a princípio, não se enquadram no quadro de ações institucionais destas Forças e, portanto, podem ser identificadas como atividades paralelas ou recreativas, reforçam as questões relacionadas à organização política destas instituições e sua estrita relação com as bases da hierarquia e da disciplina. Estes fatores seriam, portanto, definidores não somente das atribuições e subordinações no interior do organismo institucional, mas também dos locais políticos e sociais por onde poderiam transitar os indivíduos e as interações permitidas ou “promíscuas”, como o então Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras definiu a prática de esporte entre oficiais e praças do Exército Brasileiro.

A partir da análise dos documentos é possível concluir que mesmo a prática esportiva sendo introduzida como forma de “desenvolvimento físico”, a participação nas referidas atividades mostrava-se inteiramente enquadrada e definida pelos critérios hierárquicos estruturadores das instituições militares, aplicando-se à participação nas competições as mesmas prerrogativas e obrigações presentes nas demais áreas de atuação dos militares brasileiros.

REFERÊNCIAS

- CALADO, Cristina; FERREIRA, Cristina. **Análise de documentos:** método de recolha e análise de dados. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2005.
- BVM. Confederação Brasileira de Vela e Motor – **Vela de Cruzeiro**. Disponível em: <http://www.cbvm.org.br/programa/automatic_site/index.php?idioma=0&id=11>. Acesso 31 out. 2011.

- CISM. Conseil International Du Sport Militaire - **Sports**. Disponível em: <http://www.cism-milспорт.org/eng/003_SPORTS/000_menu_sports/000_menu_sports.asp>. Acesso 22 jul. 2011.
- FOUCAULT; Michel. (Trad.) VASSALO; Ligia M. Ponde. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- GARRIDO, Fernando; LAGE, Ângela. O Esporte na Marinha do Brasil. In: DaCosta, L.P. **Atlas do Esporte do Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- MARTINS Luiz Eduardo Almeida; CUNHA, Rafael Soares Pinheiro da; SOEIRO, Renato Souza Pinto. “O proeficiente papel da Comissão de Desportos do Exército para o desenvolvimento esportivo nacional”. **Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro: Outubro de 2007.
- MELO, Victor. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, mar. 2010.
- _____. **História Comparada do Esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007a.
- _____. Por uma história comparada do esporte... **Revista Movimento**. , v. 13, n. 03. Porto Alegre: set-dez 2007b, p. 11-41.
- PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova História Militar. **Revista Brasileira de História Militar**. Edição especial de lançamento, dezembro de 2009.
- REEBERG, W. **História da FRERJ**. 2007. Disponível em: http://www.remolivre.com/historia_frerj.html . Acesso em 22 nov. 2009.
- RIBEIRO, André Morgado. “Contribuições da Missão Militar Francesa para o desenvolvimento do desporto no Exército Brasileiro: Comemoração aos 100 anos do início da orientação daquela Missão”. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro: IPCFEx, p. 9-15, 2009.
- RIO2011. 5°. Jogos Mundiais Militares do CISM – **Modalidades**. Disponível em: <http://www.rio2011.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=826&Itemid=2&lang=pt>. Acesso 22 jul. 2011.
- SANTOS, J. **Revolução Vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). Programa

de Pós-Graduação em História Econômica. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 490 f.

- SILVA, F.; SANTOS, R. **Memória Social dos Esportes: futebol e política** – A construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora, FAPERJ, 2006.
- SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da; MELO, Victor Andrade de. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, Jun. 2011, P. 337-353.



AS MULHERES NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS COMBATENTES SOVIÉTICAS

Ana Claudia de Rezende Costa Dutra e Mello¹

RESUMO

Este artigo é produto realizado para o I Encontro de Historiadores Militares, realizado na Academia Militar das Agulhas Negras, Maio, 2012. Tem por objetivo central, apresentar o papel das mulheres combatentes da União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial. Por mais que o conflito já seja um tema bastante explorado, esta mesma busca pelos fatos e acontecimentos mais específicos, direciona os historiadores a momentos curiosos e pouco trabalhados (e divulgados) pela academia. A participação das voluntárias soviéticas como partisanas, atiradoras de elites, enfermeiras e pilotos de bombardeiros marcou - não só para seu próprio país, mas para toda Europa – de forma expressiva, o papel da mulher na guerra, mais precisamente nos campos de batalha. Na maioria dos países participantes do conflito, as mulheres desempenharam papel central no esforço de guerra e em serviços auxiliares, mas eram proibidas de portar armas e atuarem no *front*. A ideologia Marxista e os princípios Stalinistas baseados na igualdade do cidadão serão o impulso e a causa primeira pelos quais as voluntárias se alistariam: defender a terra, a família e a pátria a qualquer custo.

ABSTRACT

The present article is a paper made for the 1th Meeting of Military Historians, fulfilled at the Military Academy of Agulhas Negras, May 2012, Brazil. It aims to introduce the role of women fighters of the Soviet Union during the Second World War. As a subject well explored, the search for facts and most specific events at the Second World War, lead historians to some curious and less disclosed events by the academy. The participation of the soviet volunteers as partisanas, snipers, nurses and bomber pilots marked – not only for they own country, but abroad – in an expressive way, the role

¹ A autora é pós-graduada em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e graduada em História pela Universidade Gama Filho. Também é integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais - GEPRI da Universidade Gama Filho e Grupo de Pesquisa da Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

of women at war, specially at battlefields. In most countries of the conflict, women played a center role at war effort and at auxiliary services, but were forbidden to carry weapons and act at the front as combatants. The Marxist ideology and Stalin's principles, based on the equality of citizens will be the impetus and the first cause in which those volunteers would enlist: defend their land, their families and their homeland at any cost.

Palavras-chave: 1. Mulheres na Guerra. 2. Segunda Guerra Mundial. 3. União Soviética.

INTRODUÇÃO

É certo afirmar que a Segunda Guerra Mundial é um dos fatos históricos mais estudados e pesquisados durante as últimas décadas. A quantidade de romances, filmes e séries somados a uma vasta bibliografia, resulta em um enorme acervo de informações e peculiaridades do conflito: quanto mais se estuda e investiga os bastidores da guerra – considerada a mais trágica já ocorrida na história – mais situações particulares, mas não menos importantes, aparecem ao pesquisador que as investiga, questiona e divulga.

Dentro desta ótica, podemos compreender como, pouco a pouco, as consideradas minorias históricas (mulheres, negros, crianças etc.), foram sendo incluídas dentro do contexto do conflito, trazendo mais informações e proporcionando uma visão mais completa e significativa do que foi a guerra e quais as transformações tecnológicas, econômicas e político-sociais subseqüentes. É caso da participação feminina durante a Segunda Guerra Mundial. Muita literatura e pesquisas acadêmicas a respeito podem ser encontradas, sempre produzidas pelos países que participaram do conflito e que passaram por este processo. Entretanto estas produções, nem sempre com ampla divulgação, abordam mais o caráter cultural e social do emprego de mulheres em fábricas e serviços públicos e dão menos ênfase ao ingresso e à participação destas mulheres nas forças militares.

Quando analisamos a sociedade do período durante a guerra, essa atuação feminina adquire amplitude impressionante, estando elas presentes em áreas cada vez mais diversas: trabalhavam em setores auxiliares, de serviços públicos; como mecânicas, operárias e até mesmo em construções de navios e aviões – sempre batendo recordes de produção. Mas algo nem sempre lembrado e explorado é o início difícil e a aceitação social frente à participação destas mulheres nos exércitos como combatentes. A atuação como partisans pode ser um caso a ser generalizado neste sentido,

pois muitas das nações participantes do conflito têm em suas tropas irregulares, alguma participação feminina. Contudo, dos países participantes do conflito que mobilizaram uma política de voluntariado e recrutamento feminino para o esforço de guerra, somente um permitiu que suas mulheres pudessem combater oficialmente: a União Soviética. Com um início expressivo na área médica, as mulheres vão expandindo sua atuação para outras funções, tornando-se até mesmo pilotos de bombardeiros e atiradoras de elite.

O objetivo deste artigo, portanto, é retratar a participação das combatentes soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial. Quais foram os processos de convocação e treinamento e como sua atuação repercutiu dentro da sociedade soviética e para os exércitos alemães. Verificar se é possível considerarmos esta atuação como essencial para a vitória do Exército Vermelho sobre a invasão alemã ou não. É uma tentativa de trazer a participação das mulheres para além das fábricas, das ruas e dos escritórios.

1. AS MULHERES NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UM PANORÂMA GERAL SOBRE SUA ATUAÇÃO

Desde a Primeira Guerra Mundial – e até em alguns conflitos anteriores – as mulheres foram pouco a pouco ocupando o espaço público, mesmo que temporariamente. Sua atuação em indústrias e fábricas aumenta durante a Primeira Guerra Mundial, mas atinge seu auge alguns anos depois, quando são maciçamente convocadas para suprir o esforço de guerra durante a Segunda Guerra Mundial – é aqui que veremos mulheres trabalhando longas jornadas diárias em fábricas de armamentos, suprimentos militares, balões de barragem, aviões e navios.

A Inglaterra foi neste caso, a primeira a perceber que precisaria recorrer às mulheres para suprir a mão-de-obra masculina, que estava nos campos de batalha. Segundo Claude Quétel, as mulheres estavam incluídas no programa de esforço de guerra declarado por Winston Churchill em 1940 e não encontrariam grandes resistências em relação a isso.

Apesar da convocação das voluntárias ter acontecido, o número atingido de trabalhadoras não foi o suficiente para suprir a demanda. Assim, em abril de 1941 o governo acaba instituindo o recrutamento de mulheres para o esforço de guerra: poderiam optar por empregos civis, auxílio ao exército e defesa civil. Contudo esta escolha não dura muito tempo, pois os postos de auxiliares

do exército ganham cada vez mais adeptas, mais do que qualquer outro cargo a ser preenchido fazendo com que no ano de 1943 o recrutamento para estes postos fossem suspensos. Das fábricas aos exércitos, todos os setores vão sendo maciçamente ocupados e, em alguns casos, comandados por mulheres – vemos isso com mais força nos países aliados.

O caso Alemão e Italiano se difere nesta política de recrutamento feminino. No início da guerra ambos os países encontram-se muito receosos em relação às mulheres exercerem funções no espaço público. Muito se discutiu a respeito de qual papel elas desempenhariam na guerra, principalmente no caso Alemão. Enquanto a sociedade italiana era mais cautelosa nesta política de voluntariado feminino, por conta de um forte conservadorismo e por pressão da Igreja, a Alemã também o era, mas por outros princípios. Ligado ao conservadorismo e a certa relutância social estava o significado da mulher para o governo. As mulheres eram vistas como provedoras dos filhos do *reich* e antes de assumirem qualquer outra função, deveriam cumprir com seus deveres de boas esposas, boas mães e boas parideiras.

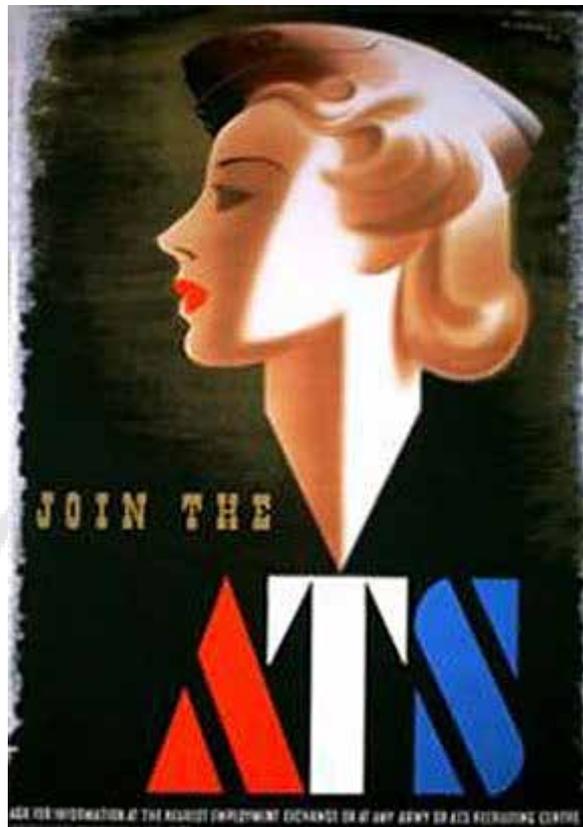
O início da Segunda Guerra traz um dilema para a filosofia dos países do Eixo, em especial a Alemanha. Como conciliar a idéia da mulher mãe e procriadora com a de trabalhadora do esforço de guerra? Uma expressão mencionada no livro de Quétel, dita por Göring em 1942, resume bem essa questão: “Éguas reprodutoras ou éguas de tração?” Fato é que tal problema foi desencadeado ao passo que o país se encontrara em uma posição desfavorável frente às indústrias dos países aliados.

Neste contexto, entendemos porque a Alemanha demorou a reagir frente ao recrutamento feminino que ocorria nos países vizinhos – de início, as francesas, no governo de Vichy, eram a maioria atuante no esforço de guerra alemão, pois as alemãs teriam a função de perpetuar a “raça” ariana. Com o decorrer da guerra, as alemãs ocupam postos de secretárias, assistentes, nos serviços públicos e em alguns postos em indústrias, mas o contingente de voluntárias é muito inferior ao visto na Inglaterra, por exemplo.

A emergência da guerra acaba falando mais alto, e não há outro caminho senão o de convocar as mulheres para atuarem no esforço de guerra. Alemãs, britânicas, americanas, belgas, francesas, chinesas e soviéticas: mesmo que com algumas limitações empregatícias e com a disparidade salarial entre homens e mulheres, todas possuem alguma função no cenário de guerra.

Entretanto, tal função é comumente limitada quando falamos de mulheres e o exército.

A política de quase todos os países se assemelha quanto a não aceitação de mulheres nas frentes de combate. Todos os órgãos e grupamentos exclusivamente femininos nos exércitos foram criados somente com a função de tirar os soldados de funções secundárias e auxiliares.



**CARTAZ DE CONVOCAÇÃO PARA SERVIÇOS
 AUXILIARES**

Um exemplo forte para provar isso seria a criação do *ATS – Auxiliary Territorial Service* (Serviço Auxiliar Territorial) no ano de 1938, Grã-Bretanha, às vésperas da guerra. De início o ATS contava com cerca de 17.000 voluntárias e em meados de 1943 seu número crescera pra mais de 200.000 (ver cartaz de convocação). As mulheres que serviram neste grupamento faziam todo tipo de serviço – menos atirar ou atuar diretamente no conflito. Mas fora isto, seus serviços mais comuns eram dirigir caminhões, motocicletas, trabalhar como engenheiras, cozinheiras, tradutoras, etc.

E o exemplo feminino na guerra não pararia nas ruas de Londres. Pouco a pouco a participação das mulheres era cada vez mais visível e mais presente nos exércitos de outros países, incluindo Estados Unidos, Canadá, Austrália, etc. Para citar alguns exemplos da participação feminina na guerra podemos nos prender somente a alguns grupos oficializados por diversos governos como: WASP (*Women's Airforce Service Pilots* – criado nos EUA em 1943); WAC (*Women's Army Corps*, criado

nos EUA em 1943); CWAC (*Canadian Women's Army Corps*, criado no Canadá em 1941), WAAF (*Women's Auxiliary Air Force*, criado na Inglaterra em 1939); WRCN (*Women's Royal Canadian Service*, criado no Canadá em 1942); WAVES (*Women's Accepted for Voluntary Emergency Service*, criado nos EUA em 1942), etc.

As Lottas da Finlândia são, segundo Quétel, o primeiro exemplo europeu de um grupamento militar exclusivamente feminino (na imagem abaixo, Lottas em um posto de observação aéreo). As voluntárias assumem todas as funções não combatentes do exército finlandês que contava com cerca de apenas 600 mil homens. As 150 mil voluntárias atuavam nos serviços de retaguarda como: serviços de saúde, motoristas de ambulâncias e caminhões, administradoras, intendentess, etc.



AUXILIARES FINLANDESAS EM POSTO DE OBSERVAÇÃO AÉREO

Entretanto, surge durante a guerra, um país que se diferirá de tal política. Enquanto os países citados empregam suas mulheres em muitos postos de seus exércitos, menos os de combatentes, a União Soviética – após ter um início semelhante ao de outros países, não terá alternativa senão ceder às suas políticas Stalinistas mais fortes, que se transformam durante o conflito. No início, Stalin tentaria ao máximo afastar a mulher de encargos do esforço de guerra – tal razão por concepções próprias em relação à mulher e sua posição social, entretanto, os ideais marxistas de igualdade de direitos e deveres prevaleceriam e as mulheres poderiam se alistar para o combate. Apesar de a mulher ter um papel difícil e muitas vezes renegado na sociedade soviética, seu empenho e ideais patrióticos acabaram levando-as para a guerra.

É assim que as atiradoras de elite e as aviadoras surpreenderão não só os alemães, mas toda a Europa. Não seria somente mais uma questão de mulheres ingressando nos exércitos, e sim, de mulheres que passariam por treinamento rigorosamente semelhante ao dos homens, não teriam uniformes próprios, enfrentariam toda e qualquer adversidade do conflito e que atuariam no front de maneira exemplar.

2. A IDEOLOGIA MARXISTA, STALIN E A INCORPORAÇÃO DE MULHERES AO EXÉRCITO VERMELHO.

A participação de mulheres em guerras, revoluções e como integrantes do Exército Vermelho não é exclusividade da Segunda Guerra Mundial, pelo contrário. Mesmo antes das políticas marxistas e stalinistas vemos a atuação de russas em combate. Desde o reinado de Catarina, a Grande, passando pelas Guerras Napoleônicas, Guerra da Criméia, Guerra Russo-Turca (1877-1878), Guerra Russo-Japonesa e Primeira Guerra Mundial, temos o registro de mulheres em combate. A participação de mulheres nos exércitos ou como partisanas não é uma novidade ou fruto (tão somente) da revolução bolchevique, mesmo esta última tendo grande importância em perpetuar esta participação.

Desta forma, para compreendermos a convocação de mulheres para atuar nas frentes de batalha durante a Segunda Guerra Mundial – e o porquê a URSS foi o único país a fazê-lo, precisamos, sem sombra de dúvidas, analisar – mesmo que superficialmente, as bases formadoras da civilização soviética.

Durante todo o regime czarista, a sociedade russa como um todo passara por períodos de repressão e controle – a situação da mulher não fugia a essa regra: o Estado, segundo Pichugina, possuía muitas vezes, controle até mesmo sobre as questões conjugais. Entretanto, como em qualquer estudo histórico e, principalmente, com enfoque nas questões de gênero, é importante um cuidado ao classificar as mulheres como sendo uma só, com mesmas origens e cotidiano. É óbvio imaginar e compreender que as camadas mais desprivilegiadas possuíam menos direitos e atuação social – se aproximando da afirmação de Vajskop – onde a mulher encontrava-se em uma posição inferior e submissa. Contudo, tal situação não pode ser generalizada, ao passo que antes mesmo da revolução bolchevique, algumas mulheres já atuavam em cenário público. A Revolução de 1917 - e a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

– pretende para estas mulheres, um reconhecimento e importância semelhante ao dos homens, com igualdade de direitos e deveres em todas as esferas do Estado: econômica, social, cultural e política - mesmo que a declaração de tais direitos pudesse não ser cumprida integralmente, no caso das mulheres ou de qualquer cidadão, não se pode negar que a nova constituição molda novos campos de atuação para elas. O artigo 122 da Constituição Soviética afirma que:

“A possibilidade de exercício desses direitos é assegurada às mulheres garantindo-lhes direitos iguais em trabalho, salário, descanso e lazer, seguridade social e educação, e pela proteção estatal dos interesses de mãe e filho, (...), licença maternidade com remuneração integral e a prestação de serviços de uma ampla rede de maternidades, creches e jardins de infância.”

Quando Stalin assume o governo da URSS, em 1922, o cenário político-social soviético sofre significativas modificações. Muitos teóricos afirmam que por suas políticas repressoras, regime totalitário e coercitivo, o Estado Stalinista se afastava por estes e outros aspectos da filosofia marxista. Segundo Vajskop, Stalin foi um personagem muito mais paranóico e intenso, que nunca se via completamente satisfeito com o comprometimento dos cidadãos soviéticos.

Entretanto, de forma curiosa, o governo de Stalin tinha suas origens nos ideais de Lênin. Este defendia a idéia de que todo e qualquer cidadão do regime deveria ser capaz, tanto de plantar seu próprio sustento, quanto de governar o Estado. Nesta idéia, percebemos que, ainda dentro dos ideais marxistas, todo e qualquer cidadão (homem ou mulher) deveria assumir uma função social – mas esta função não o impedia de ter o conhecimento próprio para assumir outra, caso fosse necessário. Essa atitude, que deveria ser compreendida e exercida por todos os cidadãos, se refletiria no sucesso do regime. Stalin, nesse sentido, pode ser considerado um perpetuador de tais idéias e políticas, de uma maneira mais feroz, mais ativa.

2.1 Soviéticas e A Segunda Guerra Mundial

Durante a Segunda Guerra Mundial, o papel que os indivíduos assumiriam não seria diferente. Segundo Vajskop, a URSS foi pega desprevenida – o exército encontrava-se defasado, com armas ultrapassadas, moral baixo e com a maioria dos comandantes expulsos pelo Grande Expurgo - e o sofrimento da população frente ao controle do Estado era latente. Em meio a tal situação, Stalin inicia uma política de “renascimento nacionalista”

, fazendo propagandas em prol da civilização soviética e contra o governo fascista alemão. Grandes promessas sobre um futuro rico e próspero ao final da guerra foram feitas, com o intuito de unir os cidadãos pela causa única da guerra – sempre de forma persuasiva.

Para seguirmos com um exemplo a respeito de tal política e do comprometimento do cidadão para com o Estado, temos o já citado Exército Vermelho. Sua trajetória sempre foi moldada em rigorosidade disciplinar, onde todos os seus soldados deveriam almejar a perfeição – um soldado perfeito, bem treinado e instruído garantia a defesa e força do Estado Soviético. Os cidadãos eram convocados para servir durante toda a vida e promoções só seriam aceitas por vias de merecimento e não de privilégios – a idéia de que o comprometimento com o regime era a força do Estado. Esta era uma filosofia aplicada ao exército e à sociedade como um todo.

Nesse sentido, as mulheres foram ganhando maior espaço de atuação. Stalin defendia o direito que a mulher tinha de lutar e defender sua pátria, assim como os homens – e estes deveriam compreender que, estas mulheres tinham muito mais o que oferecer, além do trabalho como operárias, enfermeiras e professoras. Desta forma, as mulheres começariam a se alistar para servir ao Exército Vermelho – primeiramente com grande participação em setores auxiliares, de apoio logístico e como enfermeiras, para depois ganharem os campos de batalha.

Apesar de Stalin não desencorajar tal engajamento, também se preocupava com as questões biológicas em torno da mulher. Apesar de possuir os mesmos direitos que os homens, elas possuíam o direito natural de serem mães, que tinha a maior importância social para o regime. Essa preocupação e a posição não definida da mulher na guerra, começariam a causar problemas para o relacionamento entre homens e mulheres e ainda, trazia a ambigüidade da questão feminina ligada ao gênero: enquanto Stalin não as desencorajava, mas também não as influenciava a ingressar no exército, as propagandas do regime mostravam a mulher tanto como mãe e esposa, quanto como pilotos combatentes. Desta forma, as mulheres não tinham, ao certo, a idéia concreta de quais posições deveriam assumir durante o conflito.

Mesmo passando por treinamentos paramilitares (desde antes da guerra) as mulheres, até o final de 1941, não tinham a liberdade ou a garantia de poder servir ao Exército. Tal decisão ficava a cargo dos comandantes e oficiais de cada região para qual se alistassem. Somente a partir de março 1942 – provavelmente para suprir a demanda de pes-

soal – Moscou permite que se faça o voluntariado e recrutamento oficial de tais mulheres. A grande falta de homens nos batalhões e até mesmo nos serviços não combatentes foi, de fato, causa primeira pela qual as mulheres obtiveram permissão para assumir tais postos. Cerca de 820.000 mulheres serviram ao Exército e destas, cerca de 120.000 serviram como combatentes.



CARTAZ DE CONVOCAÇÃO DE ENFERMEIRAS

Sua atuação começa em peso nos setores médicos dos campos de batalha. Sua preparação foi totalmente apoiada e custeada pelo governo, inclusive com treinamentos simulando as pressões dos campos de batalha. Forte incentivo através de discursos e propagandas convocavam tais mulheres para se voluntariarem para o serviço médico, como pode ser observado na imagem ao lado. Traduzindo os dizeres do cartaz lê-se: “Mulheres, juntem-se ao exército das linhas de frente! Mulheres em armas são soldados, auxiliares e amigas!”

A presença de tais médicas e enfermeiras foi crucial para o feroz combate travado nas linhas de frente – de início cuidavam dos feridos à retaguarda do combate, mas eventualmente atuavam junto aos batalhões no intuito de resgatar os mais enfermos tornando “indefinida a linha divisória entre combatentes e não combatentes”. A imagem acima demonstra tal situação, onde uma enfermeira socorre um soldado ferido em meio a um bombardeio.



ENFERMEIRA SOVIÉTICA ATUANDO NO FRONT

Ainda segundo Vajskop, os números de mulheres em funções médicas traduziam-se em um total de 41% de médicas, 43% de cirurgiãs, 43% de médicas assistentes e 100% de enfermeiras atuando no *front*.

Entretanto, essa atuação e número expressivo de mulheres no exército põem à prova as questões ainda não resolvidas das relações de gênero dentro da sociedade soviética. A relação entre homens e mulheres no Exército Vermelho durante este período, ainda é muito dúbia segundo Anna Krilova – principalmente porque tais mulheres não se viam atuando em um espaço masculino, mas sim cumprindo com sua função de cidadãs soviéticas. Em sua pesquisa, Krilova tenta destrinchar a partir da História Oral as questões mais profundas em relação ao respeito e reconhecimento que tais mulheres tiveram durante sua atuação. Percebe que, mesmo em uma sociedade que não distinguia muito bem as funções e papéis dos gêneros, no exército a fragilidade feminina só era colocada em xeque para aquelas não combatentes. A relação entre essas mulheres e soldados era difícil sendo quase todas, vítimas de abuso e violência sexual. Já quando analisa as relações entre os soldados e as mulheres combatentes, encontra um respeito maior por elas, observando poucos casos de abusos.

A hipótese de que a visão masculina fosse diferenciada sobre as combatentes e não combatentes pode ser explicada quando percebemos que estas mulheres atuavam lado a lado e com as mesmas condições que estes mesmos homens.



SOLDADO SOVIÉTICA ORIENTANDO TRÁFEGO DURANTE A 2ª GUERRA MUNDIAL

3. AS COMBATENTES SOVIÉTICAS: O EXEMPLO PELO AR E PELA TERRA.

A principal questão entorno da participação como combatentes é definir onde essa função começava e/ou terminava. As mulheres que estão em postos “auxiliares” podem muito bem exercer a função de médicas e diretoras de hospitais – como vimos anteriormente, todo cidadão, fosse homem ou mulher, deveria estar disposto a assumir qualquer função dentro da sociedade. E de fato foi o que ocorreu. É assim que os limites entre o *front* e os serviços auxiliares começam a se mesclar. Segundo Quérel, complicaria até mesmo a definição do que seria ou não ser combatente: “(...) todas as mulheres jovens e idosas que defendem Leningrado sitiada, de setembro de 1941 a janeiro de 1944, cavando com pá 600 quilômetros de fossos antitanque sob o tiro de obuses alemães são civis, auxiliares militares ou combatentes? Essas definições, tipicamente ocidentais, não fazem parte do universo mental e semântico da Grande Guerra Patriótica”. Ou seja, são acima de tudo, cidadãs soviéticas e assumiriam qualquer função para agirem como tal. A fotografia abaixo retrata uma jovem soviética controlando o tráfego de veículos. Segundo a descrição da fotografia: “elas eram bombardeadas, mas

não podiam deixar seus postos (...) muitas destas mulheres perderam a vida”. Em meados da guerra, qualquer mulher que não tivesse filhos e que não estivesse empregada em nenhum outro setor do esforço de guerra deveriam se inscrever (ou se disponibilizar) para atuar nos regimentos da Força Aérea Soviética, as chamadas *protivovoz-dushnaia*. Como vimos, a partir de 1942, e com mais intensidade nos anos seguintes, as mulheres foram sendo incentivadas a ingressar no Exército Vermelho. E são essas aviadoras que detém hoje o maior reconhecimento, dentre todas as outras, por sua atuação – pois elas são as primeiras que atuarão como combatentes na guerra. No livro de Kasimiera Cottam, encontramos um depoimento interessante sobre o treinamento destas aviadoras:

“Nós começamos a treinar intensivamente, em uma sala de aula, em um depósito de armas, a bordo de um avião e em um campo de tiros... trabalhar em condições de tempo severas nos amadureceu; acostumamos-nos a jornadas pesadas e desenvolvemos uma condição física mais forte. Sem qualquer dificuldade, carregávamos 40 quilos de bombas nos treinamentos...”.

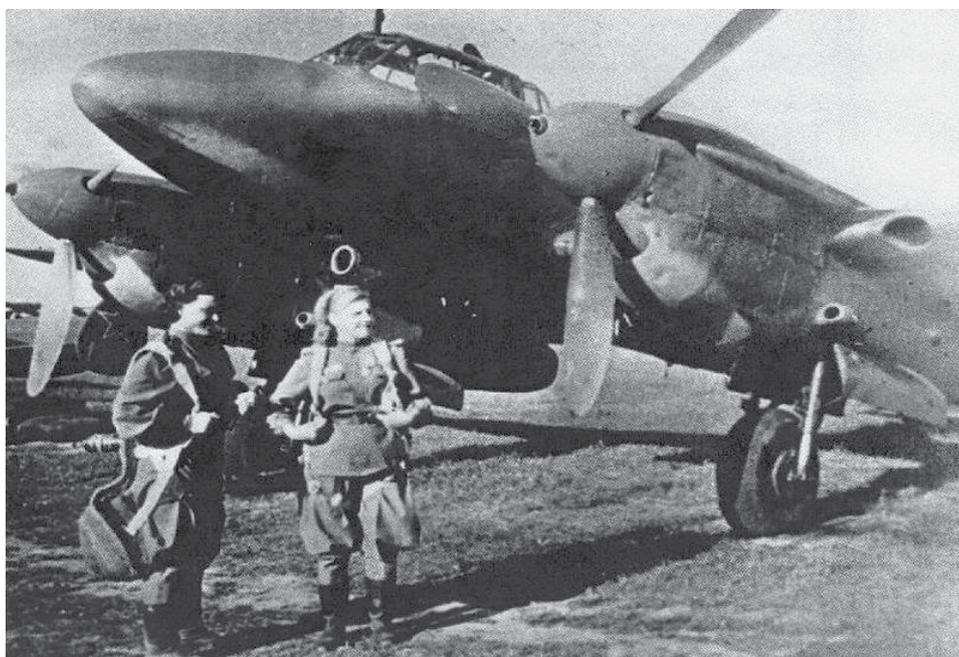


MARINA RASKOVA

Já no final de 1941, uma personagem em especial dá chance às mulheres de atuar no cenário de guerra. Marina Raskova - imagem ao lado - uma piloto soviética, convence Stalin a permitir que as mulheres atuassem em quase todos os regimentos de aviação e ainda, autorizasse a criação de três regimentos exclusivamente femininos (ativados em 1942): o 586º Regimento de Combate; o 587º Regimento de Bombardeio Diurno e o 588º Regimento de Bombardeio

Noturno – a numeração de tais regimentos na série “500” significava que estavam ligados diretamente ao interesse do *Gosudarstvennyy Komitet Oborony* ou, Comitê Nacional de Defesa.

Tais regimentos atuavam tanto para fazerem a defesa quanto de forma ofensiva durante a guerra. Analisando especificamente cada um deles, percebemos a importância que tiveram no teatro de operações. O 586º Regimento tinha a função primeira de proteger e defender refinarias de petróleo, portos, plantas de gás, fábricas de aviões, pontes e também escoltavam bombardeiros e aviões de transporte. Este Regimento fez até o encerramento de suas atividades em 1945, cerca de 9.000 vôos, sendo metade deles considerados missões de combate. Em 125 batalhas aéreas, derrubaram 38 aviões inimigos dos quais doze seriam caças, quatorze seriam bombardeiros, um de transporte e onze aeronaves de reconhecimento.



588º REGIMENTO DE BOMBARDEIO NOTURNO: THE NIGHT WITCHES

O 587º Regimento e o 588º Regimento eram regimentos de bombardeio, o primeiro diurno e o segundo noturno. O primeiro era composto por aviões Petlyakov Pe-2, um bombardeiro de mergulho capaz de voar a 620 quilômetros por hora. Este regimento em particular – que também tinha alguns homens como pilotos, foi responsável por diversos embates contra a JG 54 da Luftwaffe. Com um total de 1.134 missões, somaram um total de 980 mil toneladas de bombas lançadas. A imagem acima retrata a piloto Ellena Kulkova (à direita) e sua navegadora, do 587º Regimento em frente a um bombardeiro Pe-2.

O 588º Regimento pode ser considerado o mais conhecido ou mais famoso dos três

regimentos. Também cumprindo funções de bombardeio, este regimento noturno também é conhecido por outros dois nomes: o 46º Regimento de Guarda Feminino de Bombardeiro Noturno ; e como *The Night Witches*, do original alemão *Nachhexem* (representadas na imagem a seguir). Este regimento também lutou contra a JG 54 alemã, mas de forma peculiar.



PILOTOS SOVIÉTICAS E SEU AVIÃO PETLYAKOV Pe-2

Em seus bombardeiros leves, quase sempre sem pára-quadras, realizavam manobras perigosas contra os alemães, desligando seus motores ao se aproximarem do alvo, para atacarem quase que despercebidas. Por esta razão foram apelidadas de “feiticeiras da noite”. Segundo Anna Noggle e Christine White, ao final da guerra este regimento teria somado sozinho aproximadamente 24 mil incursões e mais três mil toneladas de bombas lançadas em um total de 1.100 noites de combate. O número de incursões realizadas para tal regimento pode parecer algo impressionante – e de fato o é. Principalmente por ocasião deste regimento em particular, utilizar para seus vôos aviões Polikarpov Po-2 (que podem ser vistos ao fundo da foto acima apresentada), bombardeiros leves, construídos em madeira. Vinte e quatro, das trinta e três mulheres condecoradas como Heroínas da União Soviética vieram deste regimento.

O 588º Regimento tinha a missão de destruir pontos táticos inimigos como depósito de armas e combustível, veículos, pontes, desorganizar tropas terrestres; assim como transportar soldados e suprimentos para as tropas no *front*.

Patrulharam Stalingrado, Minsk, Novorossisk, Berlim, entre outras cidades. Por sua atuação incrível, mesmo com adversidades como o tempo chuvoso e inverno rigoroso, nem mesmo os alemães poderiam imaginar que estavam combatendo contra mulheres:

“nós simplesmente não acreditávamos que os pilotos soviéticos que nos causaram grandes problemas eram, na realidade, mulheres. Elas não temiam nada. Vinham noite após noite, em seus lentos bombardeiros biplanos, e por longos períodos não nos davam nenhum descanso.”

Todos os três regimentos citados foram de grande importância para as batalhas travadas entre Alemanha e URSS. Segundo Vajskop, alguns ataques foram de extremamente significativos para a vitória soviética, como a explosão de um depósito de combustíveis alemão em 1942, onde o fogo espalhou-se pelo campo de pouso e destruiu seis aeronaves Ju-88s e He-111s; como a morte de dois pilotos alemães importantes por uma aviadora, o tenente Franz Müller e Karl-Otto Harloff; como as incursões feitas na Batalha de Kursk, ditas uma das mais difíceis da História; e com o “ataque da tenente Valeriya Khomyakova que derrubou o avião Ju-88 pilotado por Gerhard Maak, condecorado por seus bombardeios na Polônia, França, Holanda e Inglaterra”.

Por mais que estes regimentos tenham papel inquestionável na vitória da URSS sobre a Alemanha, não poderíamos esquecer-nos de mencionar, as já negligenciadas *snipers* ou atiradoras de elite soviéticas. Muita atenção é dada aos regimentos de aviação, mas pouco se estudou profundamente a respeito destas atiradoras – e muito se duvidou de suas capacidades. Como veremos a seguir, os números de baixas ocasionados por tais mulheres é considerável e importante para o Exército Vermelho.

Em 21 de Abril de 1943 é criada a primeira Escola de Treinamento para Atiradoras de Elite. Em um período de somente dois anos, esta escola foi capaz de formar 1.061 atiradoras e 407 instrutoras. Ainda segundo Vajskop, as mulheres eram consideradas perfeitas para tal função por possuírem características como paciência, precisão, habilidades de tiro e resistência. Depois de formadas, as atiradoras atuavam em um dos dois grupos de tiro da URSS durante a Segunda Guerra. O principal fazia parte das Reservas do Alto Comando do Estado e possuía uma brigada inteira somente composta por mulheres.

Segundo Vajskop, tais atiradoras lutaram e perseguiram os alemães em todas as variações de clima, rastejando por cima de terrenos acidentados, entrando em buracos e se arriscando em território inimigo, podendo ser atingidas por rojadas de tiros ou até mesmo explosões de bombas. Tais mulheres

poderiam atuar sozinhas ou em pares, e com tempo, ganharam prestígio dentro do Exército:

“Aos poucos o Coronel constatou, não sem surpresa, que suas atiradoras de elite tinham melhores escores que os homens, que elas eram infinitamente mais inventivas e eficazes na arte da camuflagem, indissociável da função do atirador de elite. No final da guerra a subtenente Pavlichenko, atiradora da 25ª Divisão de Infantaria Tchaperev, terá matado sozinha, 300 alemães”.

Lyudmila Pavlichenko (abaixo²) e Maria Ivanova Morozova são, sem sombra de dúvidas, duas das mais lembradas atiradoras de elite. A primeira com um total de 300 baixas matou somente em três meses de combate o recorde de 187 soldados germânicos. Maria Ivanova logo formada como atiradora é imediatamente incorporada ao 62º Batalhão de Rifle e em depoimento confessa o quão difícil foi matar o primeiro homem, mas que depois estaria acostumada a fazê-lo, ficando até 12 horas imóvel, deitada na neve ou em cima de uma árvore.³



LYUDMILA PAVLICHENKO

Tais atiradoras também receberam apelidos, como “bolshevik beasts, amazons devoid of femininity and ferocious riflemen”⁴. Tais apelidos foram resultado de uma campanha extraordinária feita por elas, que mataram entre tantas vítimas, importantes figuras alemãs que poderiam ter causado um prejuízo maior ao Exército Vermelho. Por esta ocasião, pouquíssimas atiradoras (que tiveram a possibilidade de se render) foram feitas prisioneiras: o ódio alemão frente estas mulheres era tão grande a Wehrmacht decretou que o exército liquidasse com tais *snipers* rapidamente, deveriam ser

² Lyudmila Pavlichenko: _____. *Lyudmila Pavlichenko*. Disponível em: <http://www.letterefilosofia.it/2011/02/ne-sante-ne-puttane-anche-le-donne-tornano-in-piazza/pavlichenko1-2/> Acessado em: 25 de Junho de 2012.

³ Idem.

⁴ Traduzidos respectivamente como “bestas bolcheviques”, “amazonas desprovidas de feminilidade” e “atiradoras ferozes”.

executadas. Claro que, movidos pelo sentimento de raiva e vingança, os soldados alemães praticariam atrocidades contra tais mulheres que, por precaução, guardavam a última bala, para elas.⁵

Sem sombra de dúvidas, dados os exemplos acima, o papel das mulheres combatentes durante a Segunda Guerra Mundial não só foi expressivo como decisivo para o combate aos nazistas. Em todas as áreas em que atuaram, demonstraram comprometimento, engajamento e eficiência em cumprir com todos os seus deveres e objetivos. A vitória da URSS sobre as forças alemãs, que culminou com o fim da guerra, não pode deixar de ser sustentada, entre outros aspectos, na atuação de tais mulheres que, como cidadãs soviéticas deram o maior exemplo “feminino” de patriotismo até então.

CONCLUSÃO

Mesmo com a dificuldade de acesso aos documentos oficiais, os trabalhos escritos e apresentados até hoje, seja por base na História Oral, fotografias e alguns documentos, nos mostram o quanto expressiva foi a atuação das mulheres do Exército Vermelho durante a Segunda guerra Mundial. Tanto por serem as únicas oficialmente permitidas a ingressar em uma frente de combate, mas também, pelo seu desempenho desde o treinamento até o *front*.

Estudar as mulheres na guerra contribui para a compreensão que temos hoje a respeito de seu ingresso nos exércitos ao redor do globo. As concepções sócio-políticas e culturais são determinantes para este processo – por esta razão, o historiador deve estar sempre atento em suas análises a fim de não realizar críticas anacrônicas a respeito do por que essa atuação feminina em batalhas ocorre de maneira tão heterogênea em diversos países. Como vimos no exemplo soviético, o principal ponto diferenciador desta participação ligava-se justamente às questões políticas stalinistas que permitia esta entrada feminina nos exércitos.

Entretanto, que o pesquisador, historiador ou o leitor mais despreocupado não se engane. O exército soviético foi considerado um dos mais violentos e mais agressivos em relação às suas mulheres. Os índices de violência e estupro são altos tanto dentro de seu próprio país quanto os praticados contra as alemãs, no final da guerra. Mesmo que as soviéticas tivessem a permissão de participar do combate, isso não significou uma aceitação unânime masculina – muitas foram vítimas de seus comandantes, colegas e até mesmo de soldados de outros exércitos. Contudo, por mais que as adversidades e dificuldades tenham existido, tais mulheres persistiram aos preconceitos e

⁵ VAJSKOP, Samantha. Op. Cit., página 21.

abusos, se mantendo fiéis às suas ideologias e ao seu patriotismo. Tais mulheres atuaram como nunca tinha se visto antes, batendo recordes de bombardeios – no caso das pilotos – e recordes em baixas – no caso das atiradoras de elite. Por mais que os resultados de tal participação ainda impressionem, somente tardiamente estas mulheres começam a ganhar uma história oficial – muito também por parte das políticas do pós-guerra que, como em todos os países participantes, promovem o retorno destas mulheres para seus lares e desmobilizam qualquer tipo de organização em que elas tenham participado, apagando parcialmente sua atuação histórica.

Portanto se faz necessário para a História Militar, que pesquisadores se atentem para algumas exceções que, na verdade, estão presentes em toda história (exceções que nem sempre permeiam somente o campo da batalha, aparecendo através da menor análise social). Cada fato é único e possui rebarbas que precisam ser desvendadas, desta forma, apresentamos um fato histórico já estudado a partir de uma nova perspectiva. As mulheres na guerra, mais precisamente como combatentes na Segunda Guerra Mundial, trazem para um conflito tão estudado, uma nova maneira de se pensar e interpretar as relações de gênero em tempos de guerra e o papel fundamental que tais mulheres tiveram como sujeitos históricos.

REGISTROS ICONOGRÁFICOS:

- Figura 1: **Cartaz de Convocação Britânico Auxiliar Territorial Service.** _____. *Join the ATS.* 1940. Disponível em: <http://www.war-stories.com/war-posters-wwii-3.asp>. Acessado em: 25 de Junho de 2012.
- Figura 2: **Auxiliares finlandesas em um posto de observação aéreo.** _____. *Lot-ta Svärd Ilmavalonta Spotter Team on the job.* 1940. Disponível em: <http://www.alternatehistory.com/discussion/showthread.php?p=5079242>. Acessado em: 25 de Junho de 2012.
- Figura 3: **Cartaz de propaganda soviético.** _____. *Join the army of front-line women! Women at arms are soldiers, helpers and friends!* Disponível em; <http://russiatrek.org/blog/army/the-propaganda-of-soviet-union-during-world-war-ii/>. Acessado em: 25 de Junho de 2012.
- Figura 4: **Enfermeira soviética atuando no front.** _____. Enfermeira Soviética. Disponível em: <http://pictureshistory.blogspot.com.br/2009/11/aamzing-photos-from-rus->

- [sian-front-ww2.html](#). Acessado em: 25 de Junho de 2012.
- Figura 5: **Enfermeiras soviéticas**. _____. *3 Russian nurses wearing the Obr 35 ptnn polyshubok sheepskin coat*. Disponível em: <http://www.ww2incolor.com/soviet-union/russian+nurses.html>. Acessado em; 25 de Junho de 2012.
 - Figura 6: **Soldado soviética controlando tráfego durante a 2ªGM**. _____. *Auf schwierigem Posten*. 1945. Disponível em: https://einestages.spiegel.de/static/entry/soldat_an_allen_fronten/85965/_____kuestrin_april_1945.html?o=position-ASCENDING&s=0&r=48&a=21921&of=13&c=1. Acessado em: 25 de Junho de 2012.
 - Figura 7: **Marina Raskova Morosova**. _____. *Marina Raskova*. 1943. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Raskova.jpg>. Acessado em: 25 de Junho de 2012.
 - Figura 8: **Pilotos Soviéticas e seu avião Pe-2**. _____. *Pe-2 Female Pilot and Navigator*. Disponível em: <http://www.ww2aircraft.net/forum/aircraft-pictures/pe-2-female-pilot-navigator-16907.html> Acessado em: 25 de Junho de 2012.
 - Figura 9: **588º Regimento de Bombardeio Noturno** _____. *588(46G)NBAP Nightwitches*. Disponível em: <http://wio.ru/aces/gal0/witches.jpg> Acessado em: 25 de Junho de 2012.
 - Figura 10: **Lyudmila Pavlichenko**. _____. *Lyudmila Pavlichenko*. Disponível em: <http://www.letterefilosofia.it/2011/02/ne-sante-ne-puttane-anche-le-donne-tornano-in-piazza/pavlichenko1-2/> Acessado em: 25 de Junho de 2012.

BIBLIOGRAFIA

- BRYANT, Louise. *Six Red Months in Russia: Women Soldiers*. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/bryant/works/russia/ch21.htm>. Acessado em: 05 de Maio de 2012.
- COTTAM, Kazimiera. *Women in Air War: The Eastern Front of World War II*. Neapan, Canada: New Military Publishing, 1997.
- EXELER, Franziska. *A. Krylova: Russian Women in Combat*. Review, 2010. Disponível em: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=32095>. Acessado em: 05 de Maio de 2012.

- KEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KRILOVA, Anna. *Russian Woman in Combat: A History of Violence on the Eastern Front*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- NOGGLE, Anne; White, Christine. *A Dance With Death: Soviet Women in World War II*. Texas: A&M University Press. 2007.
- O'BRIEN, Mary Louise. *Women and the Soviet Military*. AirUniversity Review, 1982. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/aureview/1982/jan-feb/obrien.html>. Acessado em: 06 de Maio de 2012.
- PENNINGTON, Reina. *Wings, Women, and War: Soviet Air Women in World War II Combat*. Kansas: University Press of Kansas, 2001.
- PICHUGINA, M. *Women in the USSR*. Foreign Language Publishing House, 1939. Disponível em: <http://www.marxists.org/subject/women/authors/pichugina/women.html>. Acessado em: 05 de Maio de 2012.
- QUÉTEL, Claude. *As Mulheres na Guerra: 1939-1945*. Volume 1 e 2. São Paulo: Larousse, 2009.
- STOCKTON, Harold; TIMINSKY, Dariusz; BERGSTRÖM, Christer. *Marina Raskova and Soviet Female Pilots*. Disponível em: <http://www.elknet.pl/acestory/raskov/raskov.htm>. Acessado em: 18 de Abril de 2012.
- THOMPSON, John. *Russia and the Soviet Union: Na Historical Introduction from the Kievan State to the Present*. Colorado: Westview Press, 2004.
- VAJSKOP, Samantha. *Elena's War: Russian Women in Combat*. Ashbrook Statesmanship Thesis, 2008. Disponível em: <http://www.ashbrook.org/publicat/thesis/vajskop/vajskop.pdf>. Acessado em: 21 de Abril de 2012.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES

ANAIS ELETRÔNICOS



FOTO: PEÇAS DO ACERVO DO ARQUIVO DO EXÉRCITO

Realização

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO



<http://www.dac.ensino.eb.br>
cephimex.eventos@yahoo.com.br

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO

ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES

Anais



ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES

Academia Militar das Agulhas Negras
Resende, de 18 a 20 de maio de 2012.

Comissão Organizadora:

Cel (R1) Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, CEPHiMEEx e UFRJ/IH/PPGHC
Profa. Doutoranda Vanessa Ferreira de Sá Codeço, UFRJ/IH/PPGHC/LHIA



Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército
(CEPHiMEEx)

Palacete Laguna - Rua General Canabarro, nº 731, Maracanã
Telefone: (0 xx 21) 2565-8390
Seg a quin: 09:00h às 17:00h e às sextas: 08:00h às 12:00h
<http://www.dphcex.ensino.eb.br/>
cephimex.eventos@yahoo.com.br



EXÉRCITO BRASILEIRO

Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Div EDUARDO JOSÉ BARBOSA

Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército
Gen Bda (R1) MARCIO TADEU BETTEGA BERGO

Imagem da Capa:

Acervo Palácio Duque de Caxias

Revisão dos Textos: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa e Vanessa Ferreira de Sá Codeço.

Encontro de Historiadores Militares (1 : 2012: Resende, RJ)

Anais do Encontro de Historiadores Militares, Resende, RJ, Brasil, de 18 a 20 de maio 2012. / Organizado por: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa e Vanessa Ferreira de Sá Codeço. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2012.

ISBN 978-85-65480-00-0

1.História Militar. 2.História Antiga e Medieval. 3.História Moderna e Contemporânea. I.Pedrosa, Fernando Velôzo Gomes (Org.) II.Codeço, Vanessa F. de Sá (Org.) III. Anais do Encontro de Historiadores Militares.

CDD 355.00981

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores.

Índice

História Militar – Abordagens novas e tradicionais.

ABORDAGEM TRADICIONAL DA HISTÓRIA MILITAR
Gen (Rfm) Sérgio Roberto Dentino Morgado (IGHMB).....009

DE GUERREIROS HISTÓRICOS A RITTER LITERÁRIOS – POR UM ESTUDO COMPARATIVO DA TRADIÇÃO MILITAR GERMANA DA TARDO ANTIGUIDADE À BAIXA IDADE MÉDIA
Prof Dr Álvaro Alfredo Bragança Junior (UFRJ).....020

A Pesquisa na História Militar.

PESQUISA NA HISTÓRIA MILITAR
Cel (Rfm) Cláudio Moreira Bento (AHMTB).....035

HISTÓRIA NAVAL: UM CAMPO DE POSSIBILIDADES DE PESQUISAS.
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN/IGHMB).....047

A História Militar na formação de oficiais das Forças Armadas.

A HISTÓRIA MILITAR NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE MARINHA
CAlte (RM1) Guilherme Mattos de Abreu, (EN).....056

A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA MILITAR NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS COMBATENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.
Cap Elton Licério Rodrigues Machado (AMAN).....070

O ENSINO DA HISTÓRIA MILITAR NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA
Cel Claudio Passos Calaza (AFA).....094

A História Militar nos cursos de altos estudos militares.

A HISTÓRIA MILITAR NOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL
CMG Alceu Oliveira C. Jungstedt (EGN).....112

O ENSINO E A PESQUISA DA HISTÓRIA MILITAR NA UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
TC Maria Luíza Cardoso (UNIFA).....128

Comunicações

O EMPREGO DA ARTILHARIA NA DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO NA II GUERRA MUNDIAL
Cel RI Antônio Ferreira Sobrinho (DPHCEX).....141

CAPACIDAD MILITAR DEL PARAGUAY DURANTE LA GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA	
<i>Arq. Carlos Aleksy Von Horoch Benitez e Lic. Yobana Insúa Rojas.....</i>	<i>151</i>
LA BATALLA DE TUYUTÍ	
<i>Adv. Renato Javier A. Aponte e Lic. Fabián A. Chamorro Torres.....</i>	<i>164</i>
A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO MILITAR FRANCÊS NO PÓS RIMEIRA GUERRA MUNDIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO.	
<i>Fábio Neves Luiz Laurentino.....</i>	<i>198</i>
A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS CONFLITOS DE 1831-1870	
<i>Roberto Cesar Medeiros Ferreira.....</i>	<i>207</i>
A OCUPAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DO PARAGUAI: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA REGIÃO PRATA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI	
<i>Rodrigo Souza da Fonseca.....</i>	<i>216</i>
NIEPHEM: DIÁLOGO E REFLEXÃO	
<i>Professor Bruno de Melo Oliveira.....</i>	<i>232</i>
AFONSOS (SÉCULO XVII – SÉCULO XX)	
<i>SO Gustavo de Mello.....</i>	<i>241</i>
CAMPO DOS AFONSOS, 100 ANOS DE AVIAÇÃO: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO	
<i>1º Ten Mauro Vicente Sales.....</i>	<i>243</i>
ESCOLA DE AERONÁUTICA E O CAMPO DOS AFONSOS (1941-1973): APONTAMENTOS PARA UMA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA.	
<i>1º Ten Thiago Starling de Mendonça.....</i>	<i>257</i>
O PODER NAVAL E A FORMAÇÃO DO BRASIL. BREVES REFLEXÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA E A MODERNIZAÇÃO DO MUSEU NAVAL	
<i>CMG (RM1) Edina Laura C. Nogueira da Gama.....</i>	<i>276</i>
A REAL COMPANHIA E ACADEMIA DOS GUARDAS-MARINHA: ASPECTOS DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR DE ENSINO NA ALVORADA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO OFICIALATO MILITAR, (1808 - 1839).	
<i>CF Carlos André Lopes.....</i>	<i>286</i>
A ARMADA IMPERIAL NA COSTA DA ÁFRICA: (1827-1830).	
<i>1º T (RM2-T) Marcelo Rodrigues Oliveira.....</i>	<i>305</i>

AS FORÇAS ARMADAS E O ESPORTE: INTRODUÇÃO DE NOVAS FERRAMENTAS PARA "CONCORRER PARA O DESENVOLVIMENTO PHYSICO DO PESSOAL" E INCORPORAR "AS MELHORES E MAIS SALUTARES DISTRACÇÕES".	
<i>Prof.ª Karina Barbosa Cancellata e 1º Ten Leonardo José Mataruna dos Santos.....</i>	<i>320</i>
IMPACTO DA MUDANÇA ALIMENTAR NOS PRACINHAS DA FEB, NA FRENTE ITÁLIANA.	
<i>TC Durland Puppim de Faria.....</i>	<i>337</i>
MAX WOLF FILHO – UM EXEMPLO, UM LÍDER, UM SARGENTO DA FEB.	
<i>Cap Elton Licério Rodrigues Machado.....</i>	<i>355</i>
ABORDAGEM SOBRE A CULTURA DA GUERRA NAS INVASÕES MONGÓIS AO JAPÃO DO SÉCULO XIII	
<i>Douglas Magalhães Almeida.....</i>	<i>362</i>
A ARTE DE GUERRA DOS REINOS ESPANHÓIS DO SÉCULO XVI	
<i>Daniel Albino da Silva.....</i>	<i>382</i>
A MULHER NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS COMBATENTES SOVIÉTICAS	
<i>Profa. Ana Cláudia Dutra e Mello.....</i>	<i>394</i>
1942 – UM ANO SINGULAR.OS 70 ANOS DOS TORPEDEAMENTOS E DA ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.	
<i>Eng. Israel Blajberg.....</i>	<i>412</i>
A COBRA FUMOU: A ATUAÇÃO DAS PATRULHAS BRASILEIRAS NA 2ª GUERRA MUNDIAL	
<i>2º Sarg. Moises Bastos de Moraes.....</i>	<i>428</i>

História Militar
Abordagens novas e tradicionais.

ABORDAGEM TRADICIONAL DA HISTÓRIA MILITAR

*Gen Bda Sergio Roberto Dentino Morgado**

Participar de um evento de tão grande significado para o ensino desse ramo da História é um privilégio para os que, como eu, militam na atividade. Creio que estamos fazendo História, na medida em que aproximamos os acadêmicos dos que a produzem por diletantismo e amor, sem o diploma que afiança o reconhecimento do saber profissional, e essa relação será importante porque a História Militar, a tanto tempo relegada a um lugar secundário, será a maior beneficiada nessa troca de experiências e sinergia.

A proposta que recebi do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHMEx), entidade da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural no Exército (DPHCEEx), importa em discutir “*Como as escolas tradicionais da História Militar entendem essa disciplina em termos de abordagens, objetos, metodologia e utilidade*”, ao me caracterizar como um representante dessa escola em função do meu currículo.

A primeira questão a ser discutida é definir o que seria uma *Escola tradicional de História Militar*. Nas leituras e conversas de que tenho participado surge a idéia de se trata de uma atividade voltada apenas para o estudo da batalha, interessada na sua mera descrição, sem visão analítica ou reflexão, destacando o culto dos heróis como exemplo para as gerações futuras. Que o “*lente*” responsável pela atividade demonstra falta de interesse em compreender e estudar o comportamento humano e as instituições militares, em seus contextos social, econômico e cultural. Penso que é desta forma que nos veem, ou nos viam. A esse lente que me refiro, diferentemente do título de professor, denominamos de instrutor, que também desempenha a fecunda tarefa de ensinar.

* Membro do Instituto de Geografia e História militar do Brasil. Antigo Diretor de Assuntos Culturais do Exército. Foi instrutor dos cursos de Comando e Estado-Maior, e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, ambos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

É nesse contexto que pretendo oferecer minha visão sobre esse questionamento, representando, pois, os militares historiadores, que encaram a História Militar em termos utilitaristas, tratando da evolução da arte da guerra, do desenvolvimento da doutrina militar, da questão da liderança e das virtudes militares, questões fundamentais na preparação do profissional da guerra e, em especial, dos chefes militares, para o desempenho de suas funções.

Acrescento aqui, à guisa de estímulo, nas discussões que se seguirão, de uma parte do depoimento do Professor Doutor Marcos Sanches, do corpo docente da Faculdade de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, reproduzida em artigo publicado no primeiro número da *Revista Brasileira de História Militar*:

“Conheci tardiamente a história militar. Não represento exceção, mas a quase totalidade de gerações anteriores que não foram apresentadas e/ou se ocuparam desta temática específica. Somos “filhos”, com maior ou menor semelhança, dos Annales ou da análise marxista.

Poucos foram os historiadores profissionais que se ocuparam da questão ao longo do Século XX, rotulada pejorativamente de “história batalha”, e seu estudo ficou relegado a alguns militares profissionais, no caso do Brasil, herdeiros da Missão Francesa, que valorizava o estudo de História Militar como fundamento para a elaboração da Doutrina”¹

Isto nos coloca em face da relação **MISSÃO X PROFISSÃO**, ou seja, da comparação entre o Instrutor de História Militar e o Professor do mesmo assunto, considerando que o primeiro, via de regra, estará cumprindo uma missão para a qual foi designado, como parte de seu ofício de profissional das armas, diferentemente do professor, que tem no ensino a sua atividade fim.

Mas o que é (ou era) esse *Instrutor de História Militar* ? Ao me reportar ao passado, me apoio na crença que este “lente” que fui por muito tempo, começa a ter uma nova capacitação.

¹ SANCHES, Marcos. A Guerra: Problemas e Desafios do campo da História militar Brasileira. In Revista Brasileira de História Militar. Ano I – No. 1 – Abr 2001. Disponível <http://www.historiamilitar.com.br/Artigo1RBHM1.pdf>. p. 1

Impõe-se descrever, embora sumariamente, a preparação que as Escolas Militares executam para que o militar desempenhe essa missão.

Começamos pelo *Tenente instrutor*, que ensinará História Militar nos Corpos de Tropa, tratando da história de sua Organização Militar, dos Patronos do Exército e das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia...), das datas cívicas e de fatos históricos relevantes. Ele é preparado nesta Academia Militar (AMAN) onde lhes são ministradas 60 horas de História Militar Geral, no 2º ano de sua formação profissional e outra 60 horas sobre História Militar do Brasil, que fazem parte da ementa de formação do cadete, junto com as disciplinas de cunho técnico-profissional e as disciplinas de conhecimentos gerais necessárias à complementação dessa formação (Ciências matemáticas, políticas e sociais).

O *Capitão instrutor*, que recebe ensinamentos correspondentes a um curso de mestrado acadêmico na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, e que o prepara para o desempenho de funções até o posto de Coronel, tem, nesse estabelecimento de ensino, uma carga horária de 20 horas de História das Batalhas. A EsAO é uma escola voltada para o ensino da tática e precisa de referências históricas para introduzir os ensinamentos militares neste campo. O capitão aperfeiçoado vai, igualmente, ministrar instruções sobre datas cívicas e fatos históricos relevantes nas Organizações Militares onde for servir. É nessa fase da profissão que, normalmente, o interesse pelo assunto (História Militar) começa a afluir mais intensamente, através de leituras e de experiências pessoais; é o começo do despertar do historiador militar.

O *Major e o Tenente Coronel instrutores* são preparados na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), estabelecimento de ensino militar que desenvolve curso semelhante aos níveis de doutorado acadêmico e habilita o oficial para o generalato. A ECEME oferece 61 horas de aprendizado de História Militar voltada, ao longo de dois anos, para o estudo de casos históricos de operações nos níveis tático, operacional e estratégico-militar, que são introdutórios ao estudo dos temas de estudos militares, além de fornecer conhecimentos, nessa área ao estudo de estratégia. Essa preparação é intercalada e complementada com conhecimentos nas áreas de ciências política, econômica e psicossocial.

O *Coronel instrutor* do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, também realizado na ECEME, que prepara o assessor dos mais elevados escalões da Força Terrestre, aplica a História Militar nos estudos dos Conflitos, da Grande Estratégia e da Estratégia Operacional, além do emprego do conhecimento em técnicas de gestão, onde sobrepõem-se os estudos das obras de Sun Tsu, Clausewitz, Maquiavel e outros mestres (ou tratadistas) da Arte da Guerra. Nesse nível de ensino acontece, com mais profundidade, a relação entre o profissional militar e profissionais de diversas áreas que participam da formação do militar nesse nível, estabelecendo uma sinergia que resulta numa aplicação de conhecimento bastante crítica e analítica, inclusive da História Militar.

Ao descrever a preparação e o desempenho do Instrutor de História Militar, não posso deixar de contrapor duas idéias de eminentes personagens que fizeram ou trataram da História dos soldados.

O primeiro é Alfred de Vigny, escritor e poeta francês, autor da obra “Servidão e Grandeza Militar”, citado pelo Professor Leonardo Trevisan em seu livro “Obsessões Patrióticas”:

“A servidão militar é, para todo profissional da guerra, um estranho molde capaz de fazer com que todo homem se apague sob o soldado”²

Em resposta, cito o General Manoel Luis Osório, extraordinário condutor de homens e um dos maiores heróis militares de nossa História :

“ A farda não abafa o cidadão no peito do soldado ”³

São opiniões de quem viu ou estudou a guerra contrapostas às de quem viveu a guerra.

E para concluir essa breve introdução à questão formulada, estabeleço algumas considerações sobre o militar historiador.

² VIGNY, Alfred de. Apud TREVISAN, Leonardo. Obsessões Patrióticas. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011. p 11

³ <http://tibicentenariosoosorio.blogspot.com.br/2008/08/frases-do-general-osrio.html>

Normalmente é um autodidata, podendo ter formação acadêmica; trabalha voluntariamente, mas podendo desempenhar esse papel cumprindo determinação recebida; tem experiência como instrutor, professor, palestrante, conferencista, painalista, ensaísta, podendo ter exercido (ou exercer) função na área cultural. Tem gosto pelo estudo da História, participa de Institutos e Academias (Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Institutos estaduais e municipais, Academia de História Militar Terrestre do Brasil).

Mas a questão fundamental desse painel é discutir as novas dimensões do estudo de História Militar, uma abordagem que se faz necessária em face dos novos tempos que a humanidade vive, e como se trata do estudo da guerra, do estudo do conflito, que hoje se desenvolve em parâmetros muito mais complexos nas relações entre meios e fins, cabe defender uma nova postura por parte de historiadores, professores e instrutores dessa matéria fascinante.

Como o tempo disponível é curto, escolhi três aspectos, que se interligam, para me posicionar. São eles a *memória, os valores e o futuro*.

Começemos pela memória, que abrange o uso das fontes e dos acervos disponíveis. Existe uma nova realidade que se chama informática, que nos coloca em contato com um acervo fantástico, cuja dimensão e credibilidade exigem de cada um de nós uma capacidade de avaliação, coordenação e controle muito cuidadosa. Some-se a isto o potencial da mídia, dos software e da internet, que nos proporciona, além do conhecimento, uma possibilidade quase ilimitada de interação desses campos, oferecendo e exigindo de todos nós uma preparação apropriada para o seu uso em benefício do nosso ofício.

Esses meios também nos possibilitam uma abordagem mais profunda nos acervos existentes, que na maioria das vezes ainda não foram convenientemente explorados. Refiro-me aos acervos do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos diversos Institutos Históricos e Arquivos, a nível estadual e municipal, muitos deles em fase de digitalização. Não devemos nos esquecer da possibilidade de acesso aos acervos estrangeiros através da internet.

Quero dizer que nessa nova realidade, a pesquisa histórica, mais do que uma arte, dependendo da nossa sensibilidade, deve demandar uma atitude ou abordagem científica.

A globalização também esta presente nessa nova realidade. A literatura mundial que trata da História Militar cresceu assustadora e beneficemente. As novas obras são de fácil aquisição e o idioma não chega a ser mais um empecilho.

Os conflitos mais recentes estão sendo registrados com muita rapidez e são acompanhados pelos diferentes tipos de mídia. Google Earth, YouTube, e outros meios assemelhados nos disponibilizam informações preciosas para a construção ou reconstrução do fato histórico.

Tudo isso desperta um gosto maior e mais refinado pelo estudo e uso da História Militar, nos leva a meditar e, quem sabe, redimensionar os atuais cursos de pós graduação e igualmente, repensar e redimensionar as cargas horárias e conteúdos dos curso dos nossos estabelecimentos de ensino.

Volto ao Professor Marcos Sanches e ao seu artigo, que nos provoca ao indagar sobre “*que tipo de questão nos interessa e como se pretende investigá-la.*”, complementando que devemos “*discutir a própria configuração do campo de investigação e construir ferramentas teórico-metodológicas capazes de explorá-lo*”.⁴

Essa provocação nos leva ao segundo aspecto da questão – os valores.

Um dos fundamentos da profissão militar é o juramento que todo soldado faz, independente de posto ou graduação, perante a Bandeira do Brasil, simbolizando seu compromisso com a Pátria. E sua parte mais importante é aquele em se compromete com a defesa da “honra, integridade e instituições, que defenderá com o sacrifício da própria vida”.⁵ Ora, oferecer a vida em defesa de ideais pressupõe uma firme convicção e um procedimento calcado em valores que justifiquem essa atitude.

O General Otávio Costa, um “*Febiano*” que se projetou no Exército como uma de suas melhores cabeças, com importantes contribuições na área da Comunicação Social, afirmou:

⁴ SANCHES. Op. Cit. p. 1

⁵ BRASIL. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. p. 22.

*“O esforço principal da formação militar é um trabalho de autoconstrução, porque se trata muito mais de interiorizar valores do que de guardar conhecimentos”.*⁶

Essa consciência terá sido construída com base no pensamento e na ação do General José Pessoa, o idealizador da nova Academia Militar, trazida do Realengo para Rezende, época da qual é contemporâneo. Um homem providencial cuja crença se assentava na certeza de que :

*“Para cumprir todas as missões no presente e no futuro de um Brasil com a GRANDEZA que se sonhava, o esforço magno da Instituição deveria estar voltado para formar multiplicadores comprometidos com a sua Profissão”*⁷

Para tanto estabelecia um ideário a ser ensinado e seguido pelos cadetes:

- Crença no futuro da Nação
- Profissão de fé
- Elevado Profissionalismo
- Verdade e Probidade
- Lealdade e Responsabilidade
- Capacidade de Defesa do Patrimônio Nacional
- Prestígio internacional
- Respeito e confiança da população.

Como se vê, trata-se de um conjunto de valores que fundamentam a profissão militar e a base para o seu conhecimento se estabelece nos relatos de conduta constantes da memória dos procedimentos dos nossos heróis – personagens que se destacaram no cumprimento do dever.

É preciso, neste ponto, fazer uma breve referência sobre a abordagem que a moderna historiografia faz sobre a Guerra da Tríplice Aliança, onde atuaram os principais heróis que nos servem de referência: Caxias, Osório, Sampaio, Mallet, Cabrita, e tantos outros. A abordagem ideológica tenta desconstruí-los, para, quem sabe,

⁶ COSTA, Octávio. <http://tibicentenariioosorio.blogspot.com.br/2008/08/frases-do-general-osrio.html>

⁷ In CÂMARA, Hiram. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2010.

tentar desconstruir o próprio Exército. O livro “O Genocídio Americano” do jornalista Júlio Jose Chiavenatto, transformado em “bestseller”, e adotado como livro texto em nossas escolas de ensino fundamental, é uma prova disso.

Recorro a Juan Ribaut, um filósofo e parapsicólogo espanhol que, ao indagar “*O que é a verdade*”, responde:

*“A verdade se estabelece em nossa consciência partir da maneira como vemos o mundo e da forma como percebemos e interpretamos a realidade”.*⁸

Mas interpretar a realidade não pressupõe a mentira, porque os fins não justificam os meios, e voltamos a Marcos Sanches – “*Que tipo de questão nos interessa?*”⁹

Permito-me expô-los a refletir sobre algumas afirmações importantes, a respeito desse aspecto:

Do historiador e acadêmico José Murilo de Carvalho

*“Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideais e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva”*¹⁰

Do General Osório

*“ O povo é a Nação, a Nação a Pátria, a Pátria uma religião”*¹¹

*“O dever patriótico obriga o indivíduo a interessar-se pelo destino de sua Pátria, tanto na guerra como na paz.”*¹²

*“É fácil a missão de comandar homens livres; basta mostrar-lhes o caminho do dever.”*¹³

*“A data mais feliz da minha vida seria aquela em que dessem a notícia de que os povos civilizados festejam sua confraternização queimando seus arsenais.”*¹⁴

O último aspecto que desejo abordar é a questão do futuro.

⁸ Ver em <http://www.institutobiosegreto.com.br/index.php/terapeutas?layout=edit&id=112>

⁹ SANCHES. Op. Cit. p. 1

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; p. 55.

¹¹ <http://tubicentenarioosorio.blogspot.com.br/2008/08/frases-do-general-osrio.html>

¹² <http://tubicentenarioosorio.blogspot.com.br/2008/08/frases-do-general-osrio.html>

¹³ <http://tubicentenarioosorio.blogspot.com.br/2008/08/frases-do-general-osrio.html>

¹⁴ <http://tubicentenarioosorio.blogspot.com.br/2008/08/frases-do-general-osrio.html>

Refletir sobre a contribuição do ensino de História Militar na preparação do Exército do futuro, com base nas novas dimensões dos conflitos e na nova tecnologia disponível.

Trata-se de usar a memória para avaliar o futuro. Trata-se de observar o presente para prever o futuro. Trata-se de preparar o soldado do amanhã, cumprindo as mesmas e tradicionais missões num ambiente modificado. Esse o grande desafio do instrutor, do professor e do historiador.

Consideremos como as modificações na arte da guerra vão influir no processo historiográfico, considerando o moderno arsenal que esse processo disporá. O que nos cabe fazer?

Consideremos as novas formas de conflito, as chamadas guerras de 4ª e 5ª gerações, a primeira já em desenvolvimento, onde a volta a chamada Guerra Assimétrica, onde conflitam o “*Fraco contra o Forte*”, países desenvolvidos contra adversários menos capazes política, econômica e militarmente. A guerra onde avultam o terrorismo, a guerra irregular, os fundamentalismos de toda a ordem (religiosos, ideológicos, econômicos).

Guerra onde acontecem as chamadas ações de não-guerra, representadas pela ação dos “hackers”, a participação e controle das mídias, o uso da internet.

Guerra onde estão sendo introduzidas as Companhias Militares privadas, um novo invólucro para a ação dos mercenários, geralmente movidos por interesses econômicos e pela inversão de valores no “*fazer a guerra pela guerra*”.

Estão ainda incluídas nesse processo as chamadas “Missões de Paz”, da qual o Brasil tem participado com relevo, e que caracterizam uma intervenção, controlada por Organismos internacionais, da vida interna de Nações em conflito.

Também merecem estudo e reflexão as chamadas “Missões de Defesa interna”, como a pacificação de áreas controladas por marginais do tráfico de entorpecentes e bandidos de toda ordem, onde prevalece a pobreza, o abandono e a marginalidade.

Surge, então um novo conceito, a se projetar no futuro, denominado de “*Guerra de Quinta Geração*”,¹⁵ que segundo especialistas, será o resultado de uma contínua troca nas lealdades políticas e sociais, de Nações por causas. E a causa que desponta como motivação para esse conflito é a Ecológica, que está sendo marcada pelo poder crescente de entidades cada vez menores, as ONGs, e pela explosão da biotecnologia.

Ao registrar esse fato nossa consciência se volta para a nossa Amazônia, cobiçada pelo mundo em face da sua incomensurável biodiversidade, uma riqueza bioenergética e mineral, cuja posse e controle vem sendo contestada e até mesmo apropriada por entidades internacionais.

Isto posto, convém perguntar :

“Como preparar o combatente de 4ª e 5ª geração, com base na memória das experiências vividas e já registradas pela historiografia?”

“Como será o historiador de 5ª geração? Como deve ser preparado? Já existe o de 4ª?”

“Como os videogames, a robótica, a nanotecnologia, a biotecnologia e outros assuntos correlatos serão abordados pelo docente de História Militar? Que tipo de formação, para tanto, ele deve ter?”

Enfim,

“Qual será o perfil do futuro docente de História Militar?”

Não será fácil responder, hoje, a essas indagações. As coloco para nossa reflexão, na esperança de contribuir para o desenvolvimento de um processo de mudança que nos cabe implementar.

¹⁵ Ver em HAMMES, T. X. A Guerra de Quarta Geração evolui, a Quinta emerge. Military Review Set/Out 2007. pp. 16-27.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Disponível em <http://www.1gbs.cbmerj.rj.gov.br/documentos/legislacao/Regulamento%20de%20Continencias.pdf>.

CÂMARA, Hiram. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da república do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

HAMMES, T. X. A Guerra de Quarta Geração evolui, a Quinta emerge. **Military Review** Set/Out 2007. pp. 16-27. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MRSetOut07.pdf>.

SANCHES, Marcos. A Guerra: Problemas e Desafios do Campo da História Militar Brasileira. In **Revista Brasileira de História Militar**. Ano I, No. 1, Abr 2001. Disponível <http://www.historiamilitar.com.br/Artigo1RBHM1.pdf>.

TREVISAN, Leonardo. **Obsessões Patrióticas**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

DE GUERREIROS HISTÓRICOS A RITTER LITERÁRIOS – POR UM ESTUDO COMPARATIVO DA TRADIÇÃO MILITAR GERMANA DA TARDOANTIGUIDADE À BAIXA IDADE MÉDIA

*Álvaro Alfredo Bragança Júnior**

Dulce et decorum est pro patria mori. (Horácio, **Odes**, III, 2.13)
igitur qui desiderat pacem, praeparet bellum. (Vegetius, **De re militari**, Livro III, Prefácio)
Der Krieg ist eine bloße Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln (Carl von Clausewitz, **Vom Kriege**, Livro I, Capítulo I, Subcapítulo 24).
A guerra não é uma atividade intelectual, mas brutalmente física (John Keegan).

I. Introdução

Indubitavelmente, dentro do campo da História Militar, a cavalaria configura-se como uma das mais importantes Armas no decorrer dos séculos. Desde a Antiguidade até o início do século XX, seu uso em operações terrestres em tempo de guerra muitas vezes decidia a sorte de embates menores e batalhas mais amplas. cremos, contudo, que foi no ambiente medieval, mais especificamente a partir do século XI, que um sentido de *classis* se faz presente nos homens a cavalo a serviço de reis e poderosos nobres feudais.

Entre os séculos XII e XIII, tal sentimento de pertencimento a um grupo seletivo, apoiado em um primeiro momento pelas intenções da Igreja em efetivar sua proposta ideológica de criação de uma cristandade, leva à formação em grande parte da Europa Ocidental, de um *esprit de corps*, em que o nobre guerreiro a cavalo se transforma em um *miles christianus*. Para se alcançar, porém, esta fusão identitária, recorre-se à Literatura, propagadora de modelos comportamentais.

Este artigo pretende traçar, em linhas gerais, essa história valorativa da cavalaria e do cavaleiro no mundo germanófono entre os séculos XII e XIII, em que a nobreza militar se alia à nobreza d'alma, gerando a figura do caval(h)eiro, ao mesmo tempo

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras / Instituto de História, Doutor em Letras Clássicas com Estágio Pós-Doutoral em História Medieval.

homem da guerra e do amor. Para se alcançar tal escopo, passemos uma rápida vista d'olhos à tradição da guerra a cavalo no mundo germânico da Tardoantiguidade.

II. O guerreiro germano na Antiguidade e na Alta Idade Média – algumas palavras¹

Os dados relativos ao emprego da cavalaria entre as tribos germânicas durante a Antiguidade praticamente inexistem. Guerreiros a pé, munidos de machados de batalha, lanças, espadas e escudos, e arqueiros compõem o contingente de germanos em batalha. Posteriormente, especialmente a partir dos séculos II e III, germanos são incorporados nas tropas auxiliares romanas e, no século IV, pode-se falar dos visigodos com estaque, inclusive, pela presença de um corpo de cavalaria couraçada, decisivo na batalha de Adrianópolis (378). Já em 476, *terminus ad quem* da estrutura política do Império Romano do Ocidente, havia destacamentos de cavalaria em várias tribos germânicas².

Entretanto, em uma perspectiva cultural e civilizacional, como proposto por Norbert Elias, desde os primeiros contatos entre germanos e romanos mencionam-se aquilo que podemos denominar de “embriões” de duas posturas adotadas no ápice do sistema cavaleiresco na Europa. Tácito em sua **Germania** alude ao *comitatus*, a relação de fidelidade entre o guerreiro germânico e seu senhor, expressa muitas vezes pela permanência daquele junto a este último em batalhas. O próprio direito de *ban*, de liderança incontestada atribuída aos guerreiros germânicos da Antiguidade, pressupunha também uma relação intrínseca entre comandante e comandados.

Após o esfacelamento político do Império Romano do Ocidente pós 476 d.C. e o estabelecimento paulatino de uma Europa Ocidental fortemente moldada em reinos sob bases galo-romano-germânicas assiste-se no século VIII a ascensão de Carlos Magno a rei dos francos (771) e posteriormente imperador do Sacro Império (800). Uma das principais estruturas políticas e sociais que possibilitaram ao franco transformar seu reino em um império referendado pela sagração papal prende-se à reutilização dos *comites palatini*, isto é, não mais simplesmente um título honorífico, à época romana, mas sim trazendo consigo implicações jurídicas, administrativas e também militares. Uma das razões para a associação deste grupo às obrigações bélicas assenta-se no fato

¹ - Parte destas reflexões encontra-se em BRAGANÇA JÚNIOR, 2012.

² - Para visualização, inclusive, dos trajes dos guerreiros e cavalarianos germânicos cf. REZENDE FILHO, (1996).

de que, entre os séculos VIII e IX, boa parte da Europa Ocidental sofre com os ataques de vikings, magiares e sarracenos, o que demanda, como contramedida, a preparação de milícias prontas a repeli-los. No caso do mundo germanófono, os condes palatinos serão os *Pfalzgrafen*, tradução literal dos termos latinos, ou com a criação das Marcas, os *Markgrafen*, os margraves. Portanto, estes homens importantes para a manutenção da paz e dos territórios imperiais começam a ser legitimados social e nobiliarquicamente através da remissão e/ou criação de linhagens associadas a um passado remoto.

A partir do momento em que na Idade Média Central se consolidou um período de maior paz no continente, também se propiciou o fortalecimento de um sistema de relações sociais, o feudalismo, que terá como um de seus mais destacados elementos os *milites christiani*.

III. Um novo modelo sócio-econômico de guerreiro³

Entre os séculos V e VII assiste-se nas monarquias germânicas ao estabelecimento de laços mais sólidos entre os proprietários de cavalos, que se tornaram guerreiros destacados, e os seus líderes, em um tipo de aliança sobre a qual posteriormente se assentará a base do modelo feudal. A partir do século VIII, com a preponderância do reino franco dentro do mundo germânico continental principalmente após a sagração de Carlos Magno como seu soberano, os *socii* (companheiros) de lutas do rei e futuro imperador cristão adquirem um prestígio que lhes permite definir um padrão linhagístico que os faz sobressair ainda mais dentro do sistema social do alto medievo, sendo encarregados da guarda e defesa dos territórios régios.

Klaus Militzer⁴ (2001: 4) assim sumariza o viés militar da nova relação feudo-vassálica: “Quem recebia o feudo prestava, em seguida à *commendatio* com a imposição de mãos, um juramento de fidelidade, pelo qual prometia servir ao senhor feudal.” A tal cerimônia, contudo, era adjudicado um importante viés do ato de servir: “O serviço consistia especialmente no serviço militar”.⁵ O historiador alemão prossegue e enfatiza agora o diferencial desta nova prática: “Devido ao feudo o vassalo deveria ... , manter

³ - Parte destas reflexões encontra-se em BRAGANÇA JÚNIOR, 2011; BRAGANÇA JÚNIOR, 2012.

⁴ - Klaus Militzer, “Alemanha na Baixa Idade Média – feudalismo e cavalaria”, *Revista forum deutsch* 5, pp. 20-35.

⁵ - *idem*, p. 23.

um cavalo e, como cavaleiro, lutar a cavalo. No caso de feudos maiores, aquele deveria ser colocado em condições de servir com um grupo de homens”.⁶

O cumprimento das obrigações entre senhor e vassalo, no caso das regiões pertencentes ao Sacro Império, passava por vários atores oriundos de diferentes estamentos. Como senhores feudais e dignitários da igreja, bispos exerciam poder secular e temporal, participando decisivamente da vida política no império, apoiando ora a casa imperial ora as pretensões papais.⁷ Por outro lado, os nobres oscilavam no jogo político entre o clero e o imperador, servindo também como fiéis da balança em questões judiciais e de segurança para o império.

Uma singularidade, porém, chama nossa atenção ao vincularmos sua existência ao crescimento da cavalaria no mundo germânico continental: os ministeriais. Inicialmente servos, “que viviam como serviçais na casa do senhor e realizavam as tarefas ao bel prazer deste último”⁸, os *Dienstherren*, ministeriais, podiam servir aos interesses do império e, por se tornarem homens de confiança dos altos escalões da nobreza, paulatinamente começaram a granjear uma posição de certo destaque social. No início, eles não eram enfeudados, isto é, tinham direito a feudos, mas devido a sua proximidade e relativa intimidade com seus senhores, como afirma Militzer⁹, os ministeriais “em sua origem servos, ascenderam e conquistaram na sociedade uma posição igual a da nobreza.”

Este processo de afirmação social em desenvolvimento desde o século XII e com maior ênfase no século XIII contribuiu para a aproximação entre esses servos de confiança e os membros da baixa nobreza, que encontraram exatamente no ideal da cavalaria a expressão de seus anseios e expectativas de progressão dentro do universo feudal. Nesse momento, condes, viscondes, margraves e landgraves constituem um grupo especial, a cujos filhos caberá um papel fundamental no centro e baixo medievo – consolidar um novo modelo de guerreiro, montado, viril, porém com propósitos cristianizadores. Tal missão a ser desempenhada, tanto no plano bélico quanto no ficcional, permite sua inserção dentro de uma perspectiva cultural, razão pela qual é

⁶ - *idem, ibidem*.

⁷ - Sobre a importância dos dignitários eclesiásticos no Sacro Império e as relações com os senhores feudais laicos cf. MILITZER, *op. cit.*, pp. 24-29.

⁸ - *idem*, p. 28.

⁹ - *idem*, pp. 29-30.

necessária um campo de conhecimento interdisciplinar que lhe possibilite a operacionalização, a Medievalística Germanística.

IV. Medievalística Germanística – conceituação breve

Entendemos os termos em alemão *Germanistische Mediävistik* como a ciência que tem por finalidade estudar uma determinada língua e a literatura compilada nesta língua durante a Idade Média e que as considera não como um fenômeno isolado, mas as contextualiza em uma época com sua cultura e civilização específicas. A Medievalística Germanística em alemão, como propomos, prende-se aos estudos de *Kulturwissenschaft*, que, em linhas gerais, pode ser sumarizado pelas palavras de Doris Bachmann-Medick (1996: 10):

Compreender cultura como texto significa delimitar um campo comum, o qual somente poderá ser lavrado através de questionamentos que se sobreponham às disciplinas: a cultura é um domínio, que, de forma semelhante a um texto, - incita a variadas formas de leitura. A atenção dirige-se para as próprias concentrações de significados interpretativos das formas de representação cultural assim como para as estratégias retóricas na representação das culturas.

O debate sobre a validade dos textos literários como fontes historiográficas perpassa, pois, boa parte dos primeiros quartéis do século XX, em que a dicotomia testemunho/documento ainda imperava para a credibilidade da análise de obras literárias pela Historiografia tradicional. Todavia, o entendimento de que o texto historiográfico também constrói-se como discurso e nele estão espalhados e espelhados os valores do mundo circunjacente ao historiador – figura humana - não deve ser mais posto em dúvida. Muda-se o eixo da discussão não para questões de verdade ou verossimilhança dos textos literários, mas sim de que forma o autor-historiador operacionaliza e interpreta essas obras, transformando-as em fontes de pesquisa, em nosso caso, a questão do caval(h)eiro medieval.

No centro deste mundo a conquista de uma dama é analogicamente colocada ao lado das demonstrações de proezas relativas ao mundo bélico. Passemos, pois, a um rápido esboço da inserção desse nobre, a partir de uma ótica interdisciplinar, dentro da esfera de estudo da História Militar.

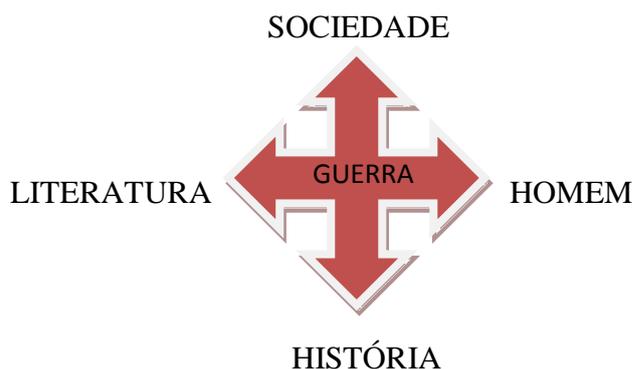
V. A guerra na História Militar e na cultura da Europa Medieval

Ponto pacífico para os estudiosos, sob o ponto de vista teórico a História Militar possui duas grandes fases, sendo denominadas de História Militar Tradicional e a mais recente a Nova História Militar. John Keegan (*apud* PEDROSA, 2011:2), maior referência no assunto, assim sumariza a primeira:¹⁰

A História Militar é um conjunto de muitas coisas. É – e para muitos escritores do passado e do presente é pouco mais do que isso – o estudo dos generais e do generalato [...]. A História Militar é também o estudo do armamento e do sistema de armas, da cavalaria, artilharia, castelos e fortificações, do mosquete, do arco, do cavaleiro com armadura, do encouraçado, do bombardeiro estratégico. [...] A História Militar é, por outro lado, o estudo das instituições, regimentos, estados-maiores e escolas de estado-maior, dos exércitos e das marinhas em geral, das doutrinas estratégicas adotadas na batalha [...]. A História Militar, podemos inferir daqui, tem, em última análise, de tratar da batalha.

Já a Nova História Militar, oriunda do mundo pós-1945, é um dos principais centros de atenção da Antropologia, da Sociologia, Ciência Política, das Relações Internacionais, constituindo-se em um campo de estudos interdisciplinares por excelência, valorizando os sujeitos participantes e as entidades comprometidas na guerra.¹¹

Desta forma, concebemos a guerra como produto intrínseco às esferas abaixo:



¹⁰ - Um interessante artigo que baliza bem os limites próprios da História Militar Tradicional e da Nova História Militar é de autoria de PEDROSA, 2011 em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf

¹¹ - Para um entendimento melhor da Nova História Militar cf. CARDOSO & VAINFAS, 2012.

Como esse germano a cavalo é representado na documentação literária da Tardoantiguidade, estendendo-se até o século XII? Seleccionamos alguns exemplos que demonstram os valores amalgamados pelos combatentes a cavalo de então.

VI. O modelo germânico – A canção de Hildebrando

A **canção de Hildebrando** é um poema escrito em antigo-alto-alemão, com datação provável entre 830 e 840, tendo sido encontrado na capa de um missal no mosteiro beneditino de Fulda. O texto retrata um episódio da vida do herói lendário Hildebrando, mestre de armas do rei Dietrich von Bern, o qual retorna à sua terra natal após 30 anos de exílio. Ao chegar, Hildebrando encontra o exército de seu filho, Hadubrand, que pensa que seu pai está morto. Pai e filho enfrentam-se a sós no campo de batalha, entretanto não se sabe o final do poema, embora fontes posteriores indiquem que o filho tenha sido morto pelo guerreiro mais experiente. No trecho abaixo sente-se o clangor do combate homem contra homem, escudo contra escudo, bem característico de uma época, em que a cavalaria ainda não tinha alcançado o prestígio de alguns séculos depois:¹²

A Canção de Hildebrand (Original em antigo-alto-alemão), v. 65-68	A Canção de Hildebrando (século IX), v. 63-68
<p><i>do lettun se ærist asckim scritan scarpē scurim dat in dem sciltim stont · do stoptun tosamane staim bort chcludun · hewun harmlicco huitte scilti · unti im iro lintun luttilo wurtun · giwigan miti wabnum</i></p>	<p>Então fizeram primeiro as lanças de freixo voar, acerbo horror, que no escudo se fixaram. Então caminharam ao encontro, os escudos rachando, bateram dolorosamente no claro escudo, até que seus escudos de tília cortados ficaram, despedaçados pelas armas (...)</p>

Tardoantigo em origem e revivido em um texto da Alta Idade Média, o mundo germânico e seus valores guerreiros sofrem uma transformação de viés cristão quando o

¹² - Convém salientar que embora transcrito apenas no século IX o enredo histórico d'A **canção de Hildebrando** se remete à época da invasão hunna, no século V. O fato histórico serve de base para uma reapropriação literária decorrente de três séculos de oralidade prévia.

sistema feudal e a cultura eclesiástica forjam um novo modelo de homem, em belicosidade e em cortesia.

VII. O amor cortes e a cavalaria

Como forma de regulamentar as relações sociais dentro do universo das cortes e para moldar uma cultura que espelhasse as aspirações da nobreza sob a observação da Igreja, o amor cortes – *Minnesang* em alemão – talvez tenha sido uma das mais decisivas criações dentro do campo literário no medievo e na própria história da humanidade. Aqui, cavaleiro e dama desempenham papéis pré-estabelecidos e devem comportar-se segundo a convenção inerente a sua posição dentro da sociedade. Empreende-se uma transposição para o plano literário das relações feudo-vassálicas e nesse modelo ganha destaque o jovem homem a cavalo.

Em nossa espacialidade estudada, já aqui o Sacro Império¹³, vejamos sucintamente a Passando diretamente ao nosso tópico de estudo, o cavaleiro medieval, no campo da Medievística e da historiografia alemãs do século XX¹⁴, importantes estudos foram feitos sobre o tema.¹⁵

Joachim Bumke (1999) defende em seu capítulo *O conceito de caval(h)eiro e o estamento caval(h)eiresco*¹⁶ a opinião de que a emblemática figura do cavaleiro, tornada caval(h)eiro, faz parte de um jogo convencional, criado exclusivamente para aprazer a platéia masculina, encantada com feitos heróicos de personagens que seriam iguais a eles. O amor apresentado na matéria cavalheiresca em romances e poemas épicos, com o correspondente endeusamento da mulher, serviria para enaltecer a dignidade masculina. Transfere-se simplesmente o ambiente dos torneios e justas para o da recitação e musicalização. Instaure-se o real poético ao lado da realidade guerreira.

Contudo, uma outra visão, defendida pelo medievista Horst Wenzel (1974), aponta para o caval(h)eiro presente nesse tipo de literatura como um ideal pedagógico a ser imitado e alcançado, com vistas à legitimação da nobreza e sua posição de destaque. Mesmo que pensemos que tal modelo literário estilizado não pudesse ser concretizado

¹³ - O Sacro Império Romano foi estabelecido formalmente por Oto o Grande em 862, tendo somente no século XV recebido o título oficial de “Germânico”. Cf. o nome oficial em alemão, *Heiliges Römisches Reich Deutscher Nation*.

¹⁴ - Não nos deteremos em análises sobre as visões da historiografia alemã anteriores a esse século devido às limitações espaciais deste artigo.

¹⁵ - Parte destas reflexões encontra-se em BRAGANÇA JÚNIOR, 2011; BRAGANÇA JÚNIOR, 2012.

¹⁶ - No original, **Ritterbegriff und Ritterstand**.

na vida real dos séculos XII e XIII, as intenções moralizantes do clero faziam-se sentir nos círculos cortesês.

Sugerimos um meio-termo às vozes de Bumke e Wenzel¹⁷: não apenas um ideal, mas também a prática lúdica de um exercício, similar ao manejo das armas, caracterizariam através da lupa interdisciplinar da Medievalística Germanística o espaço de interpretação e representação desse **ludus**, sem referência aqui ao tipo de drama litúrgico em latim contemporâneo aos textos “cavaleirosos”.

É a seguinte nossa proposta de esquema:



Interessante notar que o léxico, a partir desta época, começa a registrar os espaços de atuação dos novos guerreiros a cavalo. Pensando na língua alemã atual encontramos *Reiter*, o cavaleiro e o termo *Ritter*, que exprime o *gentleman* com as damas, mas o nobre combatente a cavalo. O mesmo par evidencia-se em inglês com *horseman* e *knight*. No tocante à educação encontramos em português o verbo *cortejar*, que etimologicamente se prende ao comportamento correto dentro da corte, à educação nela demonstrada.¹⁸ Juntas, essas duas faces da mesma moeda emblematizam-se nos poemas a seguir.

¹⁷ - Álvaro Alfredo Bragança Júnior. “O estudo da literatura medieval em alemão no Brasil à luz da Medievalística Germanística – algumas palavras”, *V Encontro Internacional de estudos medievais – Anais*, pp. 258-268.

¹⁸ - Cf. em alemão *höflich*, “educado”, cuja origem está em *Hof*, “corte”.

VIII. O modelo do cavaleiro cortes em terras germanófonas - exemplos¹⁹



Jovens cavaleiros, em busca de fama e de reconhecimento, lutam em torneios sob o olhar de damas, que umas as outras apregoam as habilidades de seu preferido. Tal imagem simbólica é normalmente associada ao imaginário contemporâneo sobre a relação cavaleiro-donzela na Idade Média. Para tal fim, os textos literários são meios eficazes de disseminação deste ideal.

<p><i>Ich zôch mir einen valken</i> Der von Kûrenberg (sécuro XII)</p>	<p>Eu criei um falcão para mim Der von Kûrenberg (sécuro XII)</p>
<p><i>Ich zôch mir einen valken mære</i> <i>danne ein jâr.</i> <i>dô ich in gezamete als ich in wolte hân,</i> <i>und ich im sîn gevidere mit golde wol</i> <i>bewant,</i> <i>er huop sich ûf vil hôhe und fluog in</i> <i>anderiu lant.</i> <i>Sît sach ich den valken schône fliegen:</i> <i>er fuorte an sînem fuoze sîdine riemen,</i></p>	<p>Eu criei um falcão para mim por mais de um ano. Ao acabar de domesticá-lo ao querer tê-lo, E ter ornado sua penugem com tecidos de ouro, Ele levantou-se bem alto e voou para outras terras. Desde então via eu do falcão o belo vôo: Ele portava em suas patas anéis de seda,</p>

¹⁹ - Ilustração do **Codex Manesse**, *Der herzoge von anhalte*, disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/File:Codex_Manesse_%28Herzog%29_von_Anhalt.jpg

<i>und was im sîn gevidere alrôt guldîn. got sende si zesamene die gerne geliep wellen sîn!</i>	E toda sua penugem era de um ouro brilhante. Que Deus reúna aqueles que querem se amar!
---	--

Neste poema percebe-se metaforicamente todo o ciclo de vassalagem amorosa. Uma jovem dama criara um falcão para ser seu animal de caça favorito e após anos de domesticação, o pássaro partiu para outras terras, tornando-se conhecido pelos seus belos vôos. A ave identifica-se com o jovem *Ritter*, o qual, desejoso de participar de aventuras e granjear fama, deixa a amada a esperar e suspirar pelo seu retorno, como indicado no último verso. Sua habilidade guerreira iguala-se aos graciosos vôos da ave símbolo da nobreza medieval.

Um outro texto faz a simbiose entre o germano e o cavaleiro cortes, embora sua ambiência seja bem mais fortemente moldada na Tardoantiguidade. **A canção dos Nibelungos** traz, já em seus versos iniciais, os guerreiros heróis e suas façanhas:²⁰

<i>Das Nibelungenlied</i> (século XIII)	A canção dos Nibelungos (século XIII)
<i>Uns ist in alten mæren wunders vil geseit von helden lobebæren, von grôzer arebeit, von freuden, hôchgezîten, von weinen und von klagen, von küener recken strîten muget ir nû wunder hæren sagen</i>	Contam-nos em antigas lendas acerca de prodígios tantos, de heróis dignos de louvor, de grandiosas façanhas, de alegrias, festejos, de chorares e lamentos; sobre lutas de bravos guerreiros podeis agora ouvir maravilhas.

O fim do poema expõe toda a dramaticidade das lutas entre os protagonistas, culminando no lamento do eu-lírico pelo desfecho sangrento:

<i>Das Nibelungenlied</i> (século XIII)	A canção dos Nibelungos (século XIII)
<i>Diu vil michel êre was dâ gelegen tôt.</i>	A mui grande honra jazia então morta Todos lamentavam com gemidos a triste

²⁰ - Adaptado de BUNSE (1984:250, 259). Sobre o enredo do poema e sua complexidade cf. **A canção dos Nibelungos** (2001).

<p><i>diu liute heten alle jâmer unde nôt. mit leide was verendet des küniges hôchgezît, als ie diu liebe leide z'aller jungste gît.</i></p> <p><i>I'ne kan iu niht besceiden, was sider dâ geschach: wan ritter und vrouwen weinen man dâ sach, dar zuo die edeln knehte, ir lieben friunde tôt. hie hât daz maere ein ende. daz ist der Nibelungen nôt.</i></p>	<p>sorte.</p> <p>Com dores terminara assim a festa do rei, Pois pagar o amor com sofrimento sempre foi lei.</p> <p>Não vos posso contar o mais que se passou, senão que se viam a chorar cavaleiros e damas - e ainda os nobres guerreiros dos queridos amigos a morte.</p> <p>Aqui acaba a história: dos Nibelungos a triste sorte.</p>
---	--

Ponto central dos versos finais é o lamento dos *ritter unde vrouwen* – cavaleiros e damas – irmanados na dor da perda de inúmeros *knehte*, cavaleiros-serviçais, tombados em luta. O caval(h)eiro pranteia, junto com as figuras femininas, seus pares.

IX. Considerações finais

Historiadores, medievistas e os teóricos de literatura alemães há muito discutem o papel daquela ordem para a formação da futura Alemanha, sempre dicotomizada entre a realidade e ao ideal. Seja, porém, examinada sob o olhar da História, seja sob os pontos de vista da Literatura, a cavalaria permeia a própria história da Europa.

Para finalizar podemos debater com Klaus Militzer²¹, quando este afirma que

Na verdade, a idéia da cavalaria uniu por bom tempo senhores e baixa nobreza, porém não pôde amalgamá-la em uma classe. A classe dos cavaleiros não era e nunca foi uma classe homogênea fechada em si. Contudo, a idéia da cavalaria conduziu a um florescimento de uma cultura secular de cavaleiros, que claramente

²¹ *op. cit.*, p. 35.

contrastava com outra impregnada pelo meio eclesiástico. Todavia, esta cultura foi cultivada apenas em poucas cortes e não atingiu, de forma alguma, todos os nobres da mesma maneira. Porém esta cultura haverá avançado através de contatos durante os torneios, outras diversões, as cruzadas ou viagens à Roma até o último rincão do Império Alemão e haverá de deixar resultados, embora eles ainda possam ter sido diminutos.

Somos de opinião, contrariamente ao estudioso, que o legado dos homens de armadura, que “defendiam belas damas, protegiam fracos e oprimidos, honravam reis e respeitavam a Deus” ainda está presente, não sendo diminuto, mas expandido pelo imaginário dos homens – e mulheres – através dos séculos. Encontramos no século XX a figura dos *Rittmeister*, que se aventuram em uma nova Força, a Força Aérea, durante os anos iniciais da Primeira Guerra Mundial. A antiga força hipomóvel torna-se a cavalaria aérea e dois anos após o início daquela conflagração, os Mark I, macho e fêmea, fazem seu *début* na batalha de Fles-Courcellette, durante a ofensiva do Somme, descortinando novos tempos para uma arma que se no(ta)bilizou e no(ta)biliza até hoje em momentos de guerra e de paz, ao desembainhar dos sabres, ao disparo dos atuais canhões, mas também à luz da pena dos trovadores medievais.

Referências Bibliográficas

A canção de Hildebrando. In: <http://de.wikisource.org/wiki/Hildebrandslied>

A canção dos Nibelungos. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

BACHMANN-MEDICK, Doris. **Kultur als Text.** Frankfurt am Main: Fischer, 1996.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria.** Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BORST, Arno. (Org.) **Das Rittertum im Mittelalter.** 3ª edição. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Do guerreiro germano ao cavaleiro do século XIII – personagens históricos e modelos civilizacionais no mundo germânico continental: faces e interfaces. In: MONGELLI, Lênia Márcia. (Org.). **De cavaleiros e cavalarias. Por terras da Europa e Américas.** São Paulo: Humanitas, 2012. p. 77-86.

- BUMKE, Joachim. **Höfische Kultur**. Literatur und Gesellschaft im hohen Nittelalter. 9ª edição. München: DTV, 1999.
- BUNSE, Heinrich. **Iniciação à Filologia Germânica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1983.
- BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. A cavalaria na Idade Média – entre a guerra e a civilização. In: PEDROSA, Fernando V. Gomes **et alii**. **Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval**. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2011. p. 54-69.
- BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Literatura e História enquanto discursos sobre o real no baixo medievo germanófono: algumas palavras. In: KESTLER, Isabela Maria Furtado. (Org.). **Revista forum deutsch**, Rio de Janeiro, 8: 116-140, 2004.
- BUMKE, Joachim. **Höfische Kultur**. Literatur und Gesellschaft im hohen Nittelalter. 9ª edição. München: DTV, 1999.
- CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v.2.
- FILHO, Cyro de Barros Rezende. **Guerra e guerreiros na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1996.
- FLECKENSTEIN, Josef. **Rittertum und ritterliche Welt**. Berlin: Siedler, 2002.
- FLECKENSTEIN, Josef. **Ordnungen und formende Kräfte des Mittelalters**. 2ª edição. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1991.
- KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- MILITZER, Klaus. “Alemanha na Baixa Idade Média – feudalismo e cavalaria”. Tradução de Álvaro Alfredo Bragança Júnior. **Revista forum deutsch**, Rio de Janeiro, 5: 20-35, 2001.
- PARAVICINI, Werner. **Die ritterlich-höfische Kultur des Mittelalters**. 2ª edição. München: R. Oldenbourg, 1999.
- PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História Militar tradicional e a “Nova História Militar”.
In: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf, acesso em 10 de maio de 2012.
- PRESTAGE, Edgar. **A cavalaria medieval**. Porto: Civilização, /s.d./
- WENZEL, Horst. **Frauentienst und Gottesdienst**. Berlin: Erich Schmidt, 1974.

A Pesquisa na História Militar

PESQUISA NA HISTÓRIA MILITAR

Cel (Rfm) Cláudio Moreira Bento

Aqui participamos como Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Resende, Marechal Mário Travassos, fundada em Resende há 16 anos, em 1º de março de 1996, e da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), criada, em Resende, em 23 de abril de 2011, no Bicentenário da AMAN.

A Federação e a AHIMTB/Resende - Marechal Mário Travassos, são instituições sediadas na AMAN, e hoje a convite da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército presta informações sobre Pesquisa na História Militar, com apoio em nossa experiência sobre o assunto, em 41 anos de atividade neste setor, como membro de instituições de História internacionais, nacionais, estaduais, regionais e municipais, e hoje, também, como jornalista, por decisão do STJ.

Inicialmente quero distinguir os dois campos de pesquisa em História Militar: A História Militar Descritiva e a História Militar Crítica.

A primeira consiste na reconstituição de eventos militares com apoio em fontes primárias de História visando preencher lacunas ou corrigir interpretações em determinadas versões amadoras e manipuladas sobre variados aspectos.

A segunda é muito relevante para o fortalecimento da auto-estima dos integrantes de uma força militar considerada. Ajuda ao desenvolvimento da identidade e perspectiva históricas dos mesmos e serve de apoio a estudos profissionais de História Militar, porque é realizada à luz de fundamentos de Arte e da Ciência Militar, visando o seu ensino aos quadros de nossas Forças Terrestres, bem como ao fornecimento de subsídios para o desenvolvimento de uma doutrina militar brasileira genuína, em contribuição a conquista de determinados Objetivos Estratégicos do Exército que por ela obrigatoriamente transitam.

Esta é uma atividade a ser desenvolvida por profissionais do Exército e em especial por oficiais de Estado-Maior, que na ECEME tomaram conhecimento e praticaram análises com apoio em fundamentos da Arte e da Ciência Militar. Uma

doutrina de emprego do Exército genuína, foi o sonho manifesto de Caxias, em 1861, como Ministro da Guerra e chefe do Gabinete de Ministros, ao adaptar a Doutrina de Portugal, baseada as realidades operacionais européias, às realidades operacionais sul-americanas, que ele vivenciara em 4 campanhas internas e uma externa as quais comandara. E enfatizou: “até que nosso Exército disponha de uma doutrina militar genuína”. Sonho a realizar por integrantes do presente e do futuro do nosso Exército, como um dos seus objetivos estratégicos de um Brasil potência econômica e social, não potência militar, mas com poder militar defensivo dissuasório compatível.

Caxias foi consagrado patrono da FAHIMTB e das Academias de História Militar Federadas, por seu pioneirismo, demonstrado em sua atuação nas guerras de 1851 e do Paraguai, e por sua análise crítica militar pioneira da Batalha do Passo do Rosário, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico de que era membro.

Nossa primeira experiência real em História Militar Crítica foi a missão militar recebida de escrevermos a obra “As Batalhas dos Guararapes” - análise e descrição militar, já com duas edições 1971 e 1999, e na condição de coordenador do projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes em 1970/71. Então, reunidas as fontes primárias sobre o assunto e de posse de um levantamento cartográfico preciso dos Montes Guararapes, realizado pelo INCRA, e as descrições de partes de combate dos contendores, reconstituímos descritivamente o que ali ocorreu. A seguir, com o conhecimento de fundamentos da Arte e Ciência Militar aprendidos e praticados no curso da ECEME, escrevemos o livro “As Batalhas dos Guararapes”, à luz dos seguintes fundamentos de Arte Militar: Manobra, princípios de guerra e elementos do Fator Militar.

De Recife fomos transferidos para o Estado-Maior do Exército e integramos sua Comissão de História (1971/1974), como adjunto do seu Presidente, o Cel. Francisco Ruas Santos, veterano da FEB. Com ele contribuímos, na elaboração de uma “Teoria de História Operacional e Institucional do Exército”, traduzida pela publicação pelo Estado-Maior do Exército do livro “Sistema de Classificação de Assunto das Forças Terrestre Brasileiras” e na edição da coleção “História do Exército Brasileiro — perfil militar de um povo”, em 1972, a nosso cargo, além dos trabalhos na Comissão. Nela

produzirmos, como historiador convidado pelo Estado-Maior, o capítulo referente às guerras holandesas.

Nesta Comissão recebemos a missão de desenvolver o Projeto Iconográfico de História do Exército, com o auxílio de cinco aquarelistas que traduziam nossas pesquisas e orientações históricas em suas aquarelas.

Ao tempo em que servimos no Departamento de Engenharia e Comunicações entre 1974/75 e cursamos a Escola Nacional de Informações em 1976, escrevemos três livros premiados em concurso no Rio Grande do Sul e de conteúdo dominante de História Militar Terrestre. “O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul”, “Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul” e mais “Hipólito da Costa, o gaúcho fundador da Imprensa Brasileira”, este em concurso promovido pela Assembléia Legislativa gaúcha e pela Associação de Imprensa gaúcha. Nele abordamos pioneiramente as guerrilhas portuguesas baseadas nas serras dos Tapes e do Herval, em Canguçu e Encruzilhada do Sul. Guerrilhas esquecidas pela historiografia e em grande parte responsáveis pela expulsão definitiva dos espanhóis da Campanha do Rio Grande do Sul, do qual haviam controlado por cerca de treze anos, cerca de 3/4 de seu território. Guerrilhas responsáveis por uma doutrina genuína brasileira de Guerra de Resistência que passou a história como Guerra à gaúcha.

Aí repetimos estudos de Guerra de Resistência como os que realizamos no Nordeste, de uma Guerra de Resistência intensa e genuinamente brasileira contra o invasor holandês de 1622-1645, na Bahia e Pernambuco, que denominamos Guerra Brasília, a qual culminou com as duas batalhas dos Guararapes. Estudos nos quais revelamos para a História Militar do Brasil, o soldado profissional Major Antônio Dias Cardoso, enviado da Bahia, na forma hoje de um oficial de Forças Especiais e responsável pela organização e adestramento, nas Matas do Pau Brasil, de forças patriotas improvisadas. Hoje, por uma referência a ele no texto e numa ilustração, em nosso artigo na História do Exército, ele passou a ser cultuado pelas nossas Forças Especiais até ser consagrado como o seu Patrono, para o que concorremos com nossos estudos e justificação.

Em São Paulo, no então II Exército, em 1977, no Sesquicentenário da Batalha do Passo do Rosário, a estudamos criticamente, à luz dos fundamentos da Decisão Militar:

Missão, Inimigo, Terreno e Meios, a situação dos dois exércitos, bem como, dia a dia, as suas marchas para a Batalha. E, mais tarde traduzimos no livro “Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário”.

Foi um estudo muito revelador, realizado com apoio de uma carta topográfica e não num esboço, como em 1827. O estudo ressaltou a grande atuação do Marquês de Barbacena, retirando o Exército de Santana, comandado por um soldado incompetente, numa grande manobra estratégica, interpondo-se numa serra, com o seu Exército, forte em Infantaria, entre o inimigo, forte em Cavalaria, e os principais centros do Rio Grande. É ainda, importante destacar que nas Guerras da Independência, as três divisões portuguesas que guarneciam o Brasil foram obrigadas a retornar. Só em dezembro de 1824, teve o Exército Brasileiro a sua 1ª Organização com improvisadas tropas locais e só depois de, no Nordeste, enfrentar, em 1824, a Revolução da Confederação do Equador, voltou-se para o Sul do país. Este fato criou a oportunidade ideal para que a Província Cisplatina e o Rio Grande do Sul fossem invadidos, duas vezes, por tropas argentinas veteranas, bem organizadas e experientes em suas lutas pela independência.

Nomeado instrutor de História Militar na AMAN, para o período 1978/80, trouxemos pronta a obra “Como estudar e pesquisar a História do Exército”, que foi publicada, em 1978, pelo Estado-Maior do Exército na forma de um manual e reeditado ampliado em 1999. Obra onde traduzimos toda a nossa experiência em pesquisa de História Militar, na qual destacamos os seguintes assuntos: História. História da Doutrina Militar, Fundamentos de Crítica para o estudo e pesquisa de História Militar, Teoria de emprego operacional das Forças Terrestres Brasileiras e Metodologia de estudo e pesquisa de História Militar, esta já editada em separata pela ECEME. Nela abordamos didaticamente, à luz dos Fundamentos de Arte Militar a Batalha dos Guararapes e, pioneira e criticamente, o Combate de Monte Castelo. Obra da qual o Estado-Maior do Exército destinou exemplares à AMAN, à EsAO, à ECEME, à AHIMTB e que está disponível em Livros no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br. Também coordenamos e ampliamos com pesquisas pioneiras de nossa lavra os seguintes livros textos direcionados para o ensino de História Militar Crítica na AMAN: História Militar do Brasil, em dois volumes, textos e mapas e A História da Doutrina Militar. Ambos serviram ao ensino de História na AMAN por longos anos e dos quais os generais mais novos que foram nossos alunos devem lembrar. Livros todos

patrocinados pelo Estado-Maior do Exército que havia recorrido à Cadeira de História para pesquisas históricas em razão da extinção, por volta de 1970, de sua seção de História, criada desde 1898, dando lugar à seção de Ações Psicológicas.

No comando do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, no período de 1981/82, escrevemos a obra *A Guerra da Restauração do Rio Grande*, com apoio no inexplorado relatório em francês do Ten. Gen. Henrique Bohn, comandante do Exército do Sul e sua correspondência com o Vice Rei. Nela, pela primeira vez criticamente, à luz dos Fundamentos da Arte Militar destacamos o Ataque Noturno, a partir de São José de Norte à Vila de Rio Grande para reconquistá-la depois de 13 anos sobre domínio espanhol. No assalto, foram usadas no Ataque Principal Jangadas feitas com madeiras e soldados enviados de Pernambuco. A obra foi publicada mais tarde pela BIBLIEx. Nesta época a pedido do GBOEx. elaboramos o álbum, a História do Brasil através dos seus fortes, hoje esgotado e disponível em Livros no site da FAHIMTB, www.ahimtb.org.br, sob o título *Fortaleza Brasil*.

Também resgatamos a esquecida História do Batalhão, com o concurso de seus oficiais, do qual foi dispensado o Aspirante Júlio César de Arruda, atual comandante da AMAN, por comandar e bem adestrar o Pelotão de Operações Especiais do Batalhão.

Transferido para o Rio de Janeiro, publicamos em 1989, com apoio do SENAI, o livro “O Exército na Proclamação da República” que foi lançado na ECEME e amplamente distribuído na AMAN.

No Arquivo Histórico do Exército produzimos as obra de História Militar Crítica, “A participação das Forças Armadas do Brasil e de sua Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial”, com duas edições e disponível no site da FAHIMTB. Posteriormente, foi escrita a obra “Os 68 Sargentos mortos na FEB”, lançado na Escola de Sargentos das Armas, no centenário do Sargento Max Wolff, em 2011.

No Arquivo Histórico do Exército, no período de 1985-1990 foram incontáveis as nossas pesquisas e realizações relacionadas com a História do Exército. Entre elas destaco a obra “O EXÉRCITO FARRAPO E OS SEUS CHEFES”, obra na qual estudamos o perfil dos chefes imperiais, com destaque para o Duque de Caxias e os chefes Farroupilhas. Muitos deles lutaram em defesa da Soberania e Integridade do Brasil, e não do Império, nas guerras contra oribe e Rosas (1851/52) e na tríplice

Aliança (1865/70), contra o governo do Paraguai. Neste livro estudamos a Doutrina Militar do Exército Farrapo e as vitórias farrapas de Seival e Rio Pardo, à luz dos Princípios de Guerra da Manobra e seus elementos e do Fator Militar.

Publicamos com apoio da Secretaria Geral do Exército, pioneiramente, sobre os sítios farrapos de Porto Alegre e sobre a administração de Caxias como presidente da Província. E por solicitação da POUPEX publicamos pioneiramente os álbuns: Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas, A guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República e Quartéis Gerais das Forças Armadas do Brasil. E com o apoio do GBOEx publicamos o álbum Memória da Canção Militar Brasileira, tendo em anexo um disco com canções. Não conseguimos apoio editorial para a publicação dos álbuns; Os patronos nas Forças Armadas e Moedas de Honra, que estão disponíveis em Livros no site da AHIMTB: www.ahimtb.org.br

Como historiador da AMAN, a partir de 1994, na Reserva e residindo em Resende/Itatiaia, produzimos as seguintes obras: 1994 - Academia Militar das Agulhas Negras, Jubileu de Ouro em Resende, 2001 - Resende na História Militar (1744 - 2001), 2004 - Os 60 anos da AMAN em Resende e 2010 - 200 anos da criação da Academia Real Militar a AMAN. A convite do comando da AMAN cooperamos na obra institucional “Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército.” A obra foi baseada em pesquisa histórica do período 1811-2011 e coordenada pelo Cel Carlos Roberto Peres, nosso acadêmico, vice presidente da FAHIMTB e da AHIMTB/RESENDE

No período em que exercia o Comando da ECEME o Acadêmico Emérito da FAHIMTB, Gen Ex Paulo Cesar de Castro, elaboramos os seguintes subsídios para o Ensino a Distância de candidatos aos Cursos ECEME: Brasil - Conflitos Internos 1500-1932 e Brasil - Lutas Externas 1500-1945 e, em separado, o livro Amazônia Brasileira. Conquista. Consolidação. Manutenção. História Militar Terrestre 1616-2003. Nesta obra estudamos, em separado, os Conflitos Internos e Lutas Externas na Amazônia e abordando as Guerras de Resistência vitoriosas no Acre contra o Exército da Bolívia e forças para-militares do Bolivian Syndicate. No Amapá contra franceses e no Baixo Amazonas, a guerrilha fluvial, contra ingleses e holandeses, capitaneadas por Pedro Teixeira.

Coordenamos, culturalmente, como 3º vice presidente do Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV) em 1996, na AMAN, o Simpósio do IEV sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, que contou com a presença do Centro de Recuperação de Itatiaia e da Associação Educacional D. Bosco, traduzido em alentada documentação, encadernada e disponível no acervo da FAHIMTB, na AMAN, e ainda, contribuímos com a obra “História Militar do Vale do Paraíba”.

Em 1994 fomos convidados pela 3ª Região Militar para desenvolvermos o Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul que resultou na produção de 20 livros:

- Histórias do Comando Militar do Sul e da 3ª Região Militar, 1º volume;
- História da 3ª RM, 2º e 3º volumes;
- Histórias das 3º e 6º Divisões de Exército;
- Histórias das 6º Brigada de Inf Blindada e 8º Brigada de Inf Motorizada;
- Histórias das 1ª e 2ª Brigadas de Cavalaria Mecanizada;
- Histórias das 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e AD/6;
- Comandantes de Batalhas e Patrono da Imprensa;
- História da AD/3;
- O Duque de Caxias e a Unidade Nacional 1ª e 4ª capas;
- Histórias do General Osório e do Brigadeiro Antônio de Sampaio;
- O Conde de Porto Alegre e Hipólito da Costa, o patrono da Imprensa;
- História dos Grandes Comandos;

Na obra “A História dos Grandes Comandos”, no subtítulo, “Os comandantes e suas experiências profissionais, ações e lições de comando” tomamos a iniciativa de cobrir a grande lacuna existente, desde a Proclamação da República, devido a falta das biografias dos generais do Exército Brasileiro. Hoje mais do que antes, o Exército precisa conhecer os perfis de seus chefes com vistas a elaboração de sua Doutrina no tocante a liderança Militar. Ao inaugurarmos a cadeira Marechal Floriano Peixoto, na Academia Resendense de História, da qual somos um dos fundadores, um orador assim

falou: “O homem tem três mortes: a primeira ao dar o último suspiro, a 2ª ao baixar a sepultura e a 3ª, e definitiva, na última vez que seu nome foi pronunciado”. Muito já produzimos sobre pesquisas de História Militar Terrestre Brasileira que está publicado em revistas, jornais, informativos e nos sites; www.ahimtb.org.br, www.hitrgs.com.br, www.militar.com.br. E muito pode ser recuperado no sites do google e no militar, em Cláudio Moreira Bento. A partir de 1996 todas estas pesquisas de História Militar, descritivas, críticas ou mistas foram obras da AHIMTB, em 16 anos de existência e publicadas pela editora FAHIMTB. Hoje ela dispõe de todo o acervo acumulado, especializado em História Militar Terrestre do Brasil, organizado em Sala na AMAN, localizada na Biblioteca Cel Panizutti, que acredito seja, salvo melhor juízo, o acervo indexado mais importante de História das Forças Terrestres do Brasil e que pode ainda, ser complementado com o acervo das Bibliotecas da AMAN.

- Histórias da Escola Militar de Rio Pardo e do Casarão da Várzea; e

Nestas duas obras resgatamos o Ensino do Exército, no Rio Grande do Sul, realizado nas Escolas Militares de Rio Pardo e no Casarão da Várzea, sede da Escola de Guerra (1906/1911), da Escola Preparatória de Cadetes, onde estudamos, e do Centenário Colégio Militar de Porto Alegre.

- Quatro obras sobre História Militar Terrestre.

Toda a minha motivação inicial para História Militar foi criada pelo desejo de resgatar a esquecida História de minha terra natal, Canguçu- RS, nó orográfico e ponto estratégico obrigatório de passagem na Serra dos Tapes, entre as bases portuguesas de Rio Grande e Rio Pardo, que foi base de guerrilha portuguesa de 1763/77, na luta contra os espanhóis. Foi sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu 1783/89, administrado por militares do Regimento de Bragança. A sede de Canguçu foi fundada em 1800, na iminência da guerra de 1801, como Acidente Capital para aprofundar a defesa na via de acesso, Forte Cerro Largo — Herval — Piratini — Canguçu, local onde se poderia cortar a ligação terrestre entre as bases portuguesas de Rio Grande e Rio Pardo e dali partir para a conquista desses povoamentos.

A localidade fundada homenageia N.S. da Conceição, rainha e padroeira de Portugal, do Brasil e de seus Exércitos. Local onde o Barão de Caxias colocou a base da Ala Esquerda do seu Exército para concluir a pacificação da Revolução Farroupilha nas

Serras do Sudeste. A igreja erigida em invocação a N.S. da Conceição, santa de sua devoção, contou com a proteção da tropa ali destacada para impedir a sua ruína. Local onde, de 1845 a 1849, Caxias destacou o Capitão Antonio de Sampaio para consolidar a Pacificação nas Serras do Sudeste e onde o Patrono da Infantaria conheceu a sua esposa, filha do local, a jovem Júlia dos Santos. Localidade que contribuiu com 10 % dos gaúchos tombados na FEB, mortos em combate, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial e cuja rua principal consagra o nome do general Osório, por suas fortes ligações com o local como Senador. Enfim, um trabalho de reconstituição histórica do qual muito me orgulho.

Um dos nossos últimos trabalhos de História Militar Terrestre Crítica foi “O Combate de Jenipapo”, na Guerra de Independência. E mais o “Memória de minhas atividades como historiador”, em especial do Exército, em que inventariamos até 2009 o que produzimos como historiador militar. Em sua 4ª capa reproduzimos as capas de alguns de nossos livros mais importantes e capas de álbuns espalhados pelo Brasil : A História do Brasil através dos seus fortes, Memória da canção militar brasileira, Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas, A Guarnição Militar do Rio de Janeiro na Proclamação da República e Quartéis Gerais das Forças Armadas.

Toda a nossa obra sobre livros, álbuns, plaquetas e artigos em revistas e jornais registramos em Bibliografia do Historiador e em Relação de seus livros em várias bibliotecas. Como curiosidade registro a existência de 22 livros na Biblioteca de Nova York bem como grande parte deles na Biblioteca do Congresso dos EUA. Toda a documentação histórica produzida e recebida em 41 anos consta em índices de documentos históricos.

Também como historiador escrevo minhas Memórias de 1945 a 1966 e estou prosseguindo, escrevendo-as além de 1966, já com mais de 300 páginas.

Em meu escritório, em minha casa, guardo em um armário todos os livros, plaquetas e álbuns de minha autoria, bem como os livros de que participei com subsídios, os artigos em revistas e a coleção de exemplares da Revista “A Defesa Nacional” nos quais possuo artigos de minha autoria.

No mesmo armário estão revistas de institutos históricos estaduais e municipais e Academias de História de que sou sócio, Revistas do Exército, do Clube Militar, da

Sociedade de Amigos da 2ª DE, Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, todos com artigos de nossa autoria, com índices de conteúdo por assunto, e índice de autores de outros assuntos. Existem ainda, caixas onde está depositada a documentação histórica por nós colecionada desde 1970, indexada em documento mostrado o índice dos índices.

Apresentamos também, uma visão de nosso escritório em nossa casa a rua Florença 266, Bairro Jardim das Rosas Itatiaia, próximo de Penedo.

Finalmente, uma exposição de capas de parte de livros e plaquetas de nossa autoria e ilustrando nossa palestra e a do acadêmico Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, sobre o Brigadeiro Antonio de Sampaio, em seu bicentenário, em 24 de maio de 2010, em Santa Maria-RS, para oficiais e graduados da 6ª Brigada de Infantaria Motorizada, comandada pelo Gen Bda Décio Luis Shons, nosso ex-aluno de História Militar na AMAN, em 1979, e organizada pelo Delegado Major Adriano Wesseley Borges Lima, da Delegacia da AHIMTB - Ten Cel da Brigada Militar José Luiz Silveira em Santa Maria- RS.(Foto do Arquivo do autor nos arquivos da FAHIMTB, na AMAN).

Palavras Finais

Desde o início da AHIMTB, que em 23 de abril de 2011, Bicentenário da AMAN, foi transformada em FAHIMTB inicialmente com 4 AHIMTB federadas, trabalhamos para contribuir com o Exército, em especial, na conquista do Objetivo Atual nº 1, então definido em documento pelo Centro de Comunicação Social do Exército.

“Pesquisar, preservar, divulgar a História, as Tradições e os Valores Moraes, Culturais e Históricos do Exército.”

E também, segundo definição para as Atividades do Exército no Campo da História, constante da Diretriz do Estado-Maior do Exército nº 73 de 20 out 1982:

“Contribuir para a formulação e desenvolvimento da Doutrina da Força Terrestre e proporcionar subsídios para a formação e o aperfeiçoamento dos quadros e da tropa”.

E para finalizar recorremos a afirmação feita em nosso manual; Como estudar e pesquisar a História do Exército, repetida em 1993 em publicação da ECEME sobre

nossa Metodologia de Ensino e Pesquisa da História Militar onde se destacam os seguintes conceitos:

Do Alemão Moltke — o Velho:

“A História Militar por dominar a conduta prática da guerra (e não teórica) é uma fonte inesgotável de ensinamentos para a formulação de uma Doutrina Militar”.

Do norte-americano General Patton:

“A leitura Crítica da História Militar é condição do êxito para o militar.”

Do francês Marechal Ferdinand Foch, que saiu da Cadeira de História Militar da Escola Superior de Guerra, para comandar a Vitória na 1ª Guerra Mundial.

“Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo, em lições e meditações do que o da História Militar”.

Este foi o pensamento adotado pela AHIMTB em seus diplomas para inspirar seus membros.

Ouvimos de palestra, de S. Excia Gen Ex Ueliton José Montezano Vaz, titular do DECEX, na AMAN. em seu 201º aniversário, em 23 de abril de 2012, abordar, entre outros, os objetivos Estratégicos do Exército a seguir mencionados:

- “- Elevar o nível de Operacionalidade da Força Terrestre;
- Aperfeiçoar o Sistema de Doutrina Militar Terrestre;
- Atingir elevado grau de Dissuasão Militar Terrestre;
- Fortalecer a consciência de Defesa Nacional em todos os segmentos da Sociedade de Brasileira.
- Ampliar a Projeção Internacional do Exército Brasileiro, em apoio a Política Externa do Brasil.”

Até hoje desconhecemos na História Militar Mundial chefe, planejador, pensador e historiador militar, com autoridade vivida em Arte da Guerra, afirmar o contrário. Ou seja, que a História Militar Crítica, a qual a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil vem se dedicando há 16 anos, não seja a mestra das mestras do profissional das armas ou do soldado. E mais, que a conquista dos Objetivos Estratégicos do nosso Exército citados, salvo melhor juízo, passam obrigatoriamente por sua História Militar Crítica, operacional e institucional. Isto foi o que aprendemos e ensinamos na AMAN, como instrutor de História Militar de 1978 a 1980, ao estudarmos a história das grandes potências militares. Ou seja, de que país rico deve ser forte militarmente. O Brasil é hoje rico e está militarmente fraco. Este panorama, espera-se que seja mudado pelas lideranças eleitas pelo povo brasileiro, do qual suas Forças Armadas são o seu braço armado. E hoje insuficientemente armado. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação. Por via de consequência consideramos, da maior urgência, o Brasil construir poder militar defensivo dissuasório compatível, no caso das Forças Terrestres, em defesa de sua Amazônia Verde cujas riquezas são alvo de ambições internacionais crescentes.

HISTÓRIA NAVAL: UM CAMPO DE POSSIBILIDADES DE PESQUISAS.

CMG (RMI) Francisco Eduardo Alves de Almeida.*

Uma característica que vem se estabelecendo nos estudos históricos contemporâneos tem sido a fragmentação temática. Os pesquisadores têm se debruçado em diversos assuntos que, certamente, não fariam parte do interesse historiográfico alguns anos atrás. Estudos de sexualidade, vida privada, marginalidade, gênero e outros temas povoam as revistas especializadas de forma natural e corriqueira e cada vez mais adquirem vigor produtivo e interpretativo. Nada mais natural no campo da História, que cada vez mais se torna multidisciplinar, procurando estabelecer conexões com outras disciplinas como a antropologia, a sociologia e a lingüística.

Segundo José D` Assunção Barros essa fragmentação temática tem sido um fenômeno que se acentuou no século XX por meio de dois caminhos distintos e independentes. O primeiro, a crescente especialização do profissional da História, labutando em campos cada vez mais específicos e o segundo pela fragmentação de perspectivasⁱ, isto é, a multiplicidade de visões de um mesmo problema, o que se constitui, em síntese no próprio avanço do conhecimento científico.

O que se pretende investigar nesse artigo é o sub-domínioⁱⁱ da História Naval dentro do campo da História e suas principais linhas temáticas como um campo aberto a novas pesquisas acadêmicas.

A HISTÓRIA NAVAL: UM SEGMENTO DA HISTÓRIA MARÍTIMA.

Durante muitos anos houve nos estudos históricos internacionais (pelo menos nos países com maior tradição acadêmica) uma falta de clareza na definição do que seria História Marítima e História Naval. Por muitos anos procurou-se associar os dois campos como idênticos, no entanto, a partir dos anos 80 do século passado chegou-se à conclusão

* Oficial de marinha, graduado em História (UFRJ), mestre em História Comparada (UFRJ) e aluno de doutorado dessa mesma universidade. Professor da Escola de Guerra Naval, Av. Pasteur 470 Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ. alves.de.almeida@egn.mar.mil.br.

de que existiam diferenças marcantes entre esses domínios, a partir de estudos do que seria definido como poder marítimo e poder naval.

Nos dias atuais a História Marítima tem o propósito de abordar assuntos que tratam amplamente dos mares e oceanos e suas relações com o homem.ⁱⁱⁱ A História Marítima envolve questões relativas à ciência, tecnologia, cartografia, indústria, economia, comércio, política, relações internacionais, desenvolvimento de organizações ligadas ao mar, rivalidades tendo o mar como referência, comunicações marítimas, migrações, direito marítimo, questões sociais, liderança e ética, arte e literatura, com o fulcro no mar. O campo de estudos é vasto e os pontos de contato entre os assuntos incomensuráveis.

Segundo John Hattendorf^{iv} dentro do grande domínio da História Marítima existem diversas e reconhecidas subdivisões temáticas. Cita o caso da História da Navegação Marítima e Ciências do Mar, História dos Navios e da Construção Naval, História Econômica Marítima, História da Pesca, História da Marinha Mercante, História da Navegação de Recreação, História da Exploração Marítima, a Cartografia Histórica, a História Social Marítima, a História do Trabalho Marítimo, a História da Saúde com ênfase no mar, História do Direito Marítimo, História da Arte Marítima, História da Literatura Marítima e finalmente a História Naval.^v Cada uma dessas subdivisões, dentro do domínio marítimo, mantém relações intrínsecas com as demais dimensões e abordagens históricas^{vi}.

A História Naval, como uma subdivisão da História Marítima, trata especificamente da guerra no mar com todas as suas implicações tecnológicas, políticas, institucionais, operacionais, estratégicas e financeiras. Ela envolve necessariamente o estudo e a análise das formas como os governos organizaram e empregaram a força no mar para conquistar os seus objetivos políticos. Ela se interessa também pela investigação de como as decisões foram elaboradas e na forma como as armas e sistemas de combate navais foram utilizados para a obtenção dos fins sociais e políticos pretendidos por determinada sociedade organizada ou mesmo a não organizada. O modo mais interessante de definir o que poderia ser a História Naval foi o formulado pelo historiador naval inglês Sir Herbert Richmond em 1939. Disse ele o seguinte:

A História Naval inclui os ‘por quês’ da estratégia em todas as suas fases, da esfera política a pequena estratégia e as táticas de esquadras e esquadrões. Inclui também os ‘como’ e não menos importantes os ‘por

quês' dos sucessos e fracassos. Ela engloba todos esses elementos das relações internacionais, da economia e comércio, do Direito Internacional, do posicionamento estratégico, dos princípios de guerra, da administração, da natureza das armas e das personalidades.^{vii}

A História Naval não pode ser percebida apenas dentro do contexto militar, embora a esse contexto ela em muito se referencie. A guerra no mar, objeto de pesquisa da História Naval, deve ser compreendida dentro de um contexto político e social mais amplo, como uma extensão de outras abordagens, domínios e dimensões que lhe servem de referência teórica e metodológica.

Como exemplos de abordagens distintas pode-se utilizar fontes orais para determinar eventos e esclarecer visões que extrapolam a documentação naval corrente. As biografias de personalidades navais são casos interessantes de pesquisa e investigação, pois podem elucidar motivações e interesses nem sempre explícitos na documentação arquivística. A Micro-História seria outra abordagem que auxilia os estudos da História Naval ao reduzir a escala de observação do pesquisador, de modo a perceber aspectos que não seriam verificados de outro modo, como por exemplo, questões envolvendo uma unidade de combate, com o acompanhamento de determinadas trajetórias de atores sociais (tripulantes) de forma a compreender, a partir deles, a capacidade de combate de um navio. Por outro lado, a utilização de séries históricas poderia indicar tendências das marinhas em determinado período histórico, apontando os diferentes projetos de forças navais. A metodologia comparativa poderia ser utilizada para se confrontar os diferentes modos como as marinhas de guerra se desempenharam em combate, comparando os seus resultados. Esses são alguns exemplos que demonstram a multiplicidade de abordagens da História Naval.

Quanto aos domínios, os estudos envolvendo estruturas hierárquicas e burocráticas navais podem ser investigadas dentro de um enfoque sociológico do tipo weberiano, o que reforçaria o marco teórico dos resultados da investigação. A História Social das Idéias, como um domínio específico, tem uma ligação intensa com a História Naval ao se discutir as diferentes ideologias e concepções estratégicas nos diferentes períodos da História, explicando como essas concepções se refletiram em sucessos ou fracassos em relação à eficiência combativa de determinada marinha de guerra. Outro exemplo interessante envolvendo a História Naval com outros domínios do campo histórico refere-se ao estudo

das imagens, a partir de fontes iconográficas e fotográficas navais, ao se confrontar aspectos operacionais e sociais de imagens nos diferentes períodos de tempo enfocados. Um campo que possui ampla conexão com a História Naval é o domínio que trata da História do Direito, com as diferentes interpretações do Direito Humanitário no mar, o Direito da Guerra e as condições de neutralidade e a definição do que seria contrabando em alto-mar em caso de conflito.

Quanto às dimensões, a História Econômica tem ampla conexão com a Naval ao investigar os efeitos que uma campanha submarina teria sobre a economia de determinado país ou mesmo os efeitos que poderiam causar na economia um esforço de guerra intensivo para mobilizar determinada marinha. A História Social seria outra dimensão com grande interface com a Naval. Como exemplo se poderia mencionar os círculos de sociabilidade dentro de determinada marinha e os efeitos que uma guerra no mar produziria nos relacionamentos hierárquicos, apontando tensões e distensões nesses diferentes grupos sociais. Na própria História das Mentalidades, nos dias atuais menos prestigiada que em décadas passadas, com a investigação de diferentes grupos sociais navais e a questão da morte em combate no mar ou mesmo a sempre presente discussão de como a hierarquia naval afetaria os grupos de praças subalternas e como as últimas perceberiam os chefes. A Geo-História com os estudos de longa duração envolvendo a importância das linhas de comunicação marítimas nos diferentes períodos históricos e a História Cultural, ao se investigar de que maneira as culturas nacionais afetavam o modo de se combater no mar, dialogam frequentemente com a História Naval.

Em que pese todas essas dimensões, a que estabelece maior ligação com a História Naval tem sido a História Política que estuda especificamente as guerras, as instituições e o poder. Pode inclusive ser afirmado que a História Naval se insere na História Militar, subdivisão formal da História Política. O que deveria ser um fator de força, entretanto, transformou a História Naval em um fator de fraqueza temática, principalmente nos estudos acadêmicos no Brasil.

Francisco Falcon afirmou que a partir de 1929/1930 começou de fato o declínio da História Política^{viii}, levando consigo a História Militar tradicional. Os historiadores dos Annales foram incisivamente críticos com esse domínio, até ali prestigiado no meio historiográfico, com a exceção do campo anglo-norte americano que manteve certo

distanciamento desses inovadores franceses. Para os historiadores dos Annales a História Política exigia pouco, ao prestigiar eventos descritivos, sem problematizações e enaltecer vultos históricos e batalhas militares. Os Annales trouxeram novas interpretações e visões que transformaram a História Política em um campo desprestigiado, sem atrativos e tampouco desafios. Acompanhando essa queda em rumo ao abismo, a História Militar aos poucos foi sucumbindo. A História Naval como parte integrante dessa última a acompanhou. Esses acontecimentos se deram particularmente na França e o Brasil, sofrendo forte influência francesa, seguiu essa tendência. Há que se considerar, no entanto, que países de língua inglesa, da mesma maneira que a França, com forte tradição acadêmica, os efeitos foram mais moderados.

No meio acadêmico britânico e norte-americano os efeitos dos Annales foram menos sentidos e a História Militar continuou a produzir inúmeros trabalhos de qualidade^{ix}. Universidades como a Ohio State University, Temple, North Carolina e Duke^x nos Estados Unidos da América e Cambridge e Oxford do Reino Unido produziram e continuam a produzir um grande número de investigações interessantes e originais no campo militar, embora não tenham programas específicos de História Militar e Naval nos seus cursos de pós-graduação^{xi}. A única exceção é o King's College que mantém uma linha de pesquisa específica de História Naval com uma cátedra nomeada de John Knox Laughton Chair of Naval History sob a batuta do conhecido historiador naval britânico Andrew Lambert.

A TIPOLOGIA DE HISTÓRIA NAVAL SUMIDA/ROSENBERG:

A Segunda Guerra Mundial trouxe consigo também novas discussões sobre a História da Guerra, com interseções originais com a Sociologia e a Antropologia da Guerra, com a Polemologia e a própria Teoria da Estratégia, catalisando ainda mais as pesquisas interdisciplinares no campo militar nesses países até o tempo presente.

Pode ser percebida, também, uma clara predominância de trabalhos de História Naval dos países com maior tradição na guerra do mar como o Reino Unido que dominou os mares por cerca de 350 anos e dos Estados Unidos da América que mantém atualmente uma primazia naval incontestável nos oceanos do mundo.

Os historiadores Jon Sumida da Universidade de Maryland e David Rosenberg da Universidade Temple formularam nos anos 90 do século passado uma tipologia específica para a História Naval. O primeiro tipo de História Naval foi chamada de História Naval Central^{xii} que consiste na narração de tópicos abordados com ênfase nos aspectos políticos, diplomáticos e operacionais, sendo sua ênfase tanto no caráter nacional como comparativo internacional. Os historiadores ligados a essa forma de história reconhecem a importância de aspectos técnicos, econômicos, administrativos e financeiros, no entanto não se preocupam com a profundidade de suas pesquisas nesses campos. Esse tipo congrega historiadores que discutem a chamada História Naval tradicional com fortes ligações com a História Militar clássica^{xiii}. O segundo tipo de História Naval foi chamado por ambos de História Naval Auxiliar^{xiv}, consistindo de estudos que tratam primariamente de assuntos técnicos envolvendo a propulsão, direção de tiro e sensores, biografias de pessoas ligadas direta ou indiretamente com o campo naval, fabricação e gestão de assuntos técnico-navais. Normalmente os historiadores ligados a esse grupo aceitam passivamente o discurso da História Naval Central ou a ignoram completamente e não se preocupam com as questões políticas e operacionais. Trata-se assim de um campo super-especializado e restrito. Normalmente compõe-se de poucos especialistas^{xv}. Por fim o terceiro tipo de História Naval foi cunhado como História Naval Cognata^{xvi} que se distingue das duas anteriores, consistindo de trabalhos que abordam questões navais, no entanto a ênfase de suas pesquisas são centradas nos aspectos da ciência política, história econômica, história social, história cultural, história intelectual, história da ciência, antropologia histórica, história total, ou campos de estudos que abordam assuntos de sociologia, de estudos estratégicos, de segurança e defesa e interdisciplinares. Os historiadores ou pesquisadores que se congregam nesse tipo não estão preocupados com assuntos relativos ao campo estritamente naval, mas sim ao papel que as marinhas exercem na política doméstica ou internacional, no ambiente marítimo e nos ambientes econômicos, sociais, culturais, intelectuais e científicos. Embora se apoiem nos pressupostos estabelecidos na História Naval Central, se afastam das questões provenientes da História Naval Auxiliar e normalmente utilizam métodos provenientes de outros campos do conhecimento^{xvii} como por exemplo da sociologia, da economia, da ciência política, teoria da estratégia ou mesmo da antropologia.

Embora esses três tipos sejam perfeitamente definidos, poderão existir trabalhos que transitem entre dois ou mesmo três tipos de História Naval, o Central, o Auxiliar e o Cognato. Vale notar, todavia, que haverá prevalência de um dos três tipos, identificado na ênfase do texto apresentado.

CONCLUSÃO

Como conclusão pode-se verificar que a História Naval se apresenta como um campo de pesquisas a ser desbravado. Embora apresente uma conexão ainda forte com a História Militar, a História Naval oferece aos jovens pesquisadores caminhos diversos, indo desde a clássica História Militar Naval com a chamada História Naval Central, até a mais elaborada e teórica História Naval Cognata que aborda questões envolvendo discussões de antropologia, sociologia, teoria estratégica, direito, ciência política e um grande número de outros campos do conhecimento. Esse último tipo parece atrair mais os historiadores por envolver maiores discussões teóricas e assim proporcionar maior riqueza epistemológica.

NOTAS

ⁱ BARROS, José D` Assunção. *O Campo da História : especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p.11.

ⁱⁱ O domínio corresponde a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos (no caso a guerra no mar) para os quais será dirigida a atenção do historiador. Fonte: Ibidem, p. 20.

ⁱⁱⁱ HATTENDORF, John. The Uses of Maritime History in and for the Navy. *Naval War College Review* Newport: Naval War College Press, v. Lvi, n. 2, p.15, primavera 2003.

^{iv} O Professor Doutor John Hattendorf é o atual titular de História Marítima da Escola de Guerra Naval dos Estados Unidos da América e detentor da cadeira “Ernest King” dessa Escola.

^v Ibidem, p. 20.

^{vi} Uma dimensão pode ser entendida como um tipo de enfoque ou um “modo de ver” o objeto histórico, enquanto uma abordagem implica em um modo de “fazer a história” a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador. Fonte: BARROS, op.cit. p. 20.

^{vii} RICHMOND, Herbert. The Importance of the Study of Naval History. *Naval Review*. London: Naval Society, n. 27, p. 201, mai 1939.

^{viii} FALCON, Francisco. História e Poder. *Domínios da História*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus. 1997, p. 68.

^{ix} Para que se tenha uma idéia da produção acadêmica da Inglaterra e Estados Unidos da América em História Militar no período compreendido entre 2005 e 2006, pode-se apontar os seguintes números de teses de doutorado defendidas nesse período (um ano) :

- a) História militar antiga – 9 teses; história militar asiática- 34 teses; história militar africana – 7 teses.
- b) História militar do oriente médio- 12 teses; história militar europeia – 55 teses.
- c) História militar da Grã-Bretanha – 63 teses; história militar da Rússia – 6 teses.
- d) História militar da América Latina – 5 teses; história militar do Canadá – 7 teses.
- e) História militar dos EUA – 54 teses

- f) História da Guerra – operações de paz – 3 teses, relações internacionais- 14 teses, filosofia – 9 teses, revoluções e terrorismo- 10 teses e outros temas militares e de guerra – 8 teses.
g) Total de teses defendidas em um ano – 296 teses de doutorado.

Dados retirados do *Doctoral dissertations in military affairs: a bibliography* publicadas pela Kansas State University e *Historical research for university degrees in the United Kingdom* publicada em maio de 2007 pela Universidade de Londres. Dados indicados na *Journal of Military History* v.71, n.3, de julho de 2007, informados entre as páginas 1007 e 1023. A compilação desses dados foi realizada pelos professores doutores Edward Goedecken (Iowa State University) e Dennis Showalter (Colorado College).

^x MORILLO, Stephen; PAVKOVIC, Michael. *What is Military History*. Cambridge: Polity, 2006, p.106.

^{xi} O King's College na Inglaterra seria uma exceção a essa lista pois possui um programa de pós-graduação específico para a ciência militar histórica.

^{xii} Sumida e Rosenberg chamaram esse tipo de Core Naval History, traduzido pelo autor como História Naval Central.

^{xiii} SUMIDA, Jon; ROSENBERG, David Alan. *Machines, Men, Manufacturing, Management and Money: The Study of Navies as Complex Organizations and the Transformation of 20th Century Naval History*. In: HATTENDORF, John. *Doing Naval History. Essays toward improvement*. Newport: Naval War College Press, 1995, p. 26.

^{xiv} Sumida e Rosenberg chamaram esse tipo de Ancillary Naval History, traduzido pelo autor como História Naval Auxiliar.

^{xv} Idem.

^{xvi} Sumida e Rosenberg chamaram esse tipo de Cognate Naval History, traduzido pelo autor como História Naval Cognata.

^{xvii} Ibidem, p. 28.

BIBLIOGRAFIA

1. BARROS, José D` Assunção. *O Campo da História : especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
2. FALCON, Francisco. *História e Poder. Domínios da História*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus. 1997.
3. HATTENDORF, John. *The Uses of Maritime History in and for the Navy*. *Naval War College Review* Newport: Naval War College Press, v. Lvi, n. 2, p.15, primavera 2003.
4. MORILLO, Stephen; PAVKOVIC, Michael. *What is Military History*. Cambridge: Polity, 2006.
5. RICHMOND, Herbert. *The Importance of the Study of Naval History*. *Naval Review*. London: Naval Society, n. 27, p. 201, mai 1939.
6. SUMIDA, Jon; ROSENBERG, David Alan. *Machines, Men, Manufacturing, Management and Money: The Study of Navies as Complex Organizations and the Transformation of 20th Century Naval History*. In: HATTENDORF, John. *Doing Naval History. Essays toward improvement*. Newport: Naval War College Press, 1995.

A História Militar na formação de oficiais das Forças Armadas.

A HISTÓRIA MILITAR NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE MARINHA

Contra-Almirante (RMI) Guilherme Mattos de Abreu

..... la historia, ... , depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir.

Miguel de Cervantes

A História sempre foi, em todos os tempos, a maior fonte de ensinamentos de que dispõe a Humanidade.

Vice-Almirante João do Prado Maia (1961)

A apresentação a seguir traduz a nossa visão quanto aos objetivos que se busca alcançar com o ensino da disciplina História Naval nos cursos de formação de Oficiais de Marinha, em particular, os graduados na Escola Naval (EN).

Neste trabalho, a expressão “História Militar” abrangerá os ambientes, naval, terrestre e aeroespacial, que são interdependentes. A expressão “História Naval”, portanto, será tratada como uma componente da História Militar.

Antes de prosseguirmos, vale destacar que o Estatuto dos Militares¹ estabelece, em seu artigo 27:

Art. 27. São manifestações essenciais do valor militar:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

III - a fé na missão elevada das Forças Armadas;

IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;

V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e

VI - o aprimoramento técnico-profissional.

Em nossa avaliação, os conhecimentos adquiridos no ensino da História Militar são essenciais para a moldagem desses atributos.

Mais especificamente, a Ordenança Geral para o Serviço da Armada (OGSA)² - documento orientador das tradições e procedimentos marinheiros, sucessivamente aperfeiçoado, e cujas origens remontam a cerca de setecentos anos³ - estabelece, em seu artigo 6-1-15:

¹ Lei nº 6.880, DE 9 de dezembro de 1980.

² Decreto nº 95.480, de 13 de dezembro de 1987, alterado pelos Decretos nº 937, de 23 de setembro de 1993, e nº 1.750, de 19 de dezembro de 1995.

³ A forma mais antiga das “Ordenanças” encontrada são “*Ordinationes Ripariae*”, elaboradas pelos dirigentes marítimos de Barcelona e confirmadas por Jaime I (Rei de Aragão), em 1258, tratando do armamento que deveriam levar os marinheiros embarcados em suas naves. Pouco depois, surgiu o código de “*Las Siete Partidas*” (1265), de Afonso X, o Sábio (Rei de Leão e Castela), que regulou como se deveria reger uma Marinha constituída essencialmente de navios de guerra.

Mesmo após a Restauração Portuguesa, tal legislação quase sempre foi observada pela Armada lusitana até quase o século XIX. De grande influência em nossa Marinha, foram, também, o documento “*The King’s Regulations and Admiralty Instructions for the Government of Her Majesty’s Naval Service*”, ou seja, as Ordenanças britânicas. Suas origens remontam, da mesma forma que as do Reino de Aragão, aos usos e costumes navais do Mediterrâneo, possivelmente os estabelecidos nas Leis de Rodes (800 AC), preservadas pelas compilações romanas sob a designação “*Lex Rhodia*”.

Art. 6-1-15. São qualidades desejáveis do Oficial de Estado-Maior:

- a) dominar intelectualmente sua área de atividade e sobre ela exercer domínio profissional;*
- b) ter conhecimento das novidades técnicas que o progresso introduz na prática, tanto nas armas em si, como no seu emprego;*
- c) ter conhecimentos estratégicos e táticos;*
- d) ter conhecimentos de história militar e naval; e*
- e) ter a habilidade para o trabalho em grupo, a consciência de que a assessoria se destina à decisão do Chefe e de que uma vez esta assumida, deve empenhar-se totalmente no seu cumprimento.*

Verifica-se que a Ordenança, especificamente, estabelece que dispor dos conhecimentos de História Militar e Naval é uma qualidade de um oficial de Estado-Maior. Mas, do mesmo modo que ocorre em relação ao artigo 27 do Estatuto dos Militares, conclui-se que os conhecimentos adquiridos no ensino da História Militar são essenciais para a moldagem das demais qualidades elencadas.

Coerentemente com o Estatuto e a Ordenança, o Currículo da Escola Naval estabelece o perfil dos Oficiais de Marinha ali graduados, bem como aponta os atributos, competências e habilidades que devem apresentar (grifos do autor):

Ao longo de 5 anos ⁴, o Aspirante da Escola Naval será preparado para, a partir do condicionamento moral, militar e psicológico, exercer as funções inerentes aos postos de Segundo-Tenente e Primeiro-Tenente e ser capaz de desenvolver-se para exercer as funções de comando e direção inerentes aos demais postos da carreira.

(.....)

Como síntese das qualificações desejáveis ao Oficial Subalterno verifica-se que a este são cometidas responsabilidades por atividades operacionais e técnico-administrativas, sendo que dele se espera o exercício eficiente da liderança na condução e supervisão de tarefas de subordinados. Deverá possuir, ainda, uma sólida formação acadêmica que assegure, ao longo da carreira, sua capacidade de perseguir o contínuo aperfeiçoamento profissional, sujeito, cada vez mais, a transformações velozes e sofisticadas.

Adicionalmente, a “*Rosa das Virtudes*”, estabelecida na publicação “Doutrina de Liderança da Marinha”, do Estado-Maior da Armada, lista os dezesseis traços de caráter que um militar da Marinha deve possuir, em um diagrama no formato de uma rosa dos ventos.

Em Portugal, do qual nos ficaram as leis, usos e costumes navais, só muito tarde o vocábulo ordenança foi utilizado para a legislação naval. Excetuando o período filipino, quando as “ordenanzas” espanholas nortearam a atuação das armadas comuns, foi notória a preferência lusa pela palavra “*regimento*” para denominar procedimentos gerais. (OGSA, Título X – HISTÓRICO).

⁴ Quatro anos do Ciclo Escolar, acrescido de um ano do Ciclo Pós-Escolar, como Guarda- Marinha.



Figura 1: A Rosa das Virtudes

O estudo da História Militar e de seu componente naval contribui sobremaneira para a moldagem de tais atributos, competências, habilidades e traços de caráter.

O Currículo estabelece como objetivos gerais da disciplina História Naval:

- Analisar o desenvolvimento do fenômeno da guerra e suas implicações nos campos político, diplomático e militar.
- Analisar o desenvolvimento dos meios navais e a evolução da guerra naval associada às operações terrestres e aéreas que lhe forem relacionadas, integrando-a no desenvolvimento geral da guerra.

Esta visão abrangente, de associar a guerra naval às operações terrestres e aeroespaciais e aos campos político, diplomático e militar, em suma, à grande estratégia, é tradicional no ensino de História Naval na EN. O saudoso professor Capitão-de-Mar-e-Guerra Léo Fonseca e Silva (1927-1997), então responsável pela cátedra de História Naval, há mais de quarenta anos, orientava-nos a estudar História associada à Geografia (preparava, assim, as nossas mentes para absorver os conceitos da geopolítica); insistia em apontar que o conhecimento e a interpretação dos acontecimentos do passado seriam importantes para moldar o posicionamento dos futuros oficiais diante dos fatos, ao longo da carreira; salientava os vínculos da guerra naval ao que se passava nos demais ambientes. Exaustivamente, repetia que inexistia, nem nunca existiu, a arma absoluta – aquela que nunca seria confrontada:

De vez em quando, o homem pensa ter chegado à perfeição, com a descoberta de uma nova arma, tão terrível que não poderá ser mais superada, isto é, a arma absoluta! E por vezes chega a ter a ilusão de que tal arma, por ser absoluta, virá acabar com a guerra, já que ninguém terá coragem de usá-la! Assim foi sempre, especialmente com a arma de fogo, o gás asfíxiante, o avião, o submarino, a bomba atômica, a bomba de hidrogênio e já se fala em raios terríveis e bombas orbitais! Conseguirá um dia o homem chegar à perfeição absoluta de destruir todo e qualquer inimigo, ou seja, ele próprio?! (SILVA, 1980, p.74.)

Cabe ainda destacar que, ao longo do curso, existe uma ampla gama de oportunidades para se trazer ao Aspirante os referenciais do passado. São exemplos: as cerimônias alusivas à

Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho) e ao Dia do Marinheiro (13 de dezembro); visita anual dos Veteranos de Guerra, inauguração do Memorial de Honra, em homenagem aos Oficiais e Guardas-Marinha falecidos em operações de guerra; resgate de marcos históricos, como a “*Canção da Divisão Naval em Operações de Guerra*” (DNOG - Primeira Guerra Mundial (IGM))⁵, visitas guiadas ao Museu Naval e ao Espaço Cultural da Marinha etc.

Como o Sistema de Ensino da Naval (SEN) é um processo de educação contínuo e progressivo, o estudo de História na Escola Naval representa a continuidade do iniciado no Colégio Naval e, por sua vez, tem prosseguimento na Escola de Guerra Naval.



Figura 2: Inauguração do Memorial de Honra, em homenagem aos Oficiais e Guardas-Marinha falecidos em operações de guerra, por veteranos de guerra e outras autoridades, em 2011.

Ao estudar a História Militar e seu componente naval e conhecer as realizações do passado, o nosso Aspirante assimila o exemplo dos grandes líderes; sedimenta o patriotismo, o civismo, o culto às tradições históricas, o compromisso com o legado construído pelas gerações passadas; o espírito de corpo, o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida e a fé na missão elevada das Forças Armadas; bem como encontra motivação para o aprimoramento técnico-profissional. Adquire a convicção de que o mar sempre esteve presente na história do Brasil: que o expôs ao mundo, que lhe trouxe o progresso e as ameaças.

De fato, constatará quão vulnerável é o nosso país às ações vindas do mar ou conduzidas no mar, ao analisar a sua história. A vulnerabilidade, já grave, em função da dependência da economia em relação ao tráfego marítimo, evidenciada nas duas Guerras Mundiais, vê-se hoje aguçada em função de possuímos uma cadeia produtiva de petróleo dispersa em nossa extensa

⁵ Na I GM, tornou-se muito conhecida a marcha britânica “*It’s a long way to Tipperary*”. O Capitão-de-Corveta Benjamim Goulart (Comandante do Navio-Tender “Belmonte” e, mais tarde, do Cruzador “Bahia”) criou versos para serem cantados com a música dessa marcha. A Canção da D.N.O.G. foi muito cantada pelas guarnições da Divisão Naval e recentemente recuperada para emprego em cerimônias na Escola Naval.

Amazônia Azul e de existir, em terra, concentração de macrovalores ao alcance de ações bélicas de caráter naval.⁶

Ao examinar as mudanças das táticas em função da evolução tecnológica, constatará que procedimentos antigos ressurgem com novas roupagens. Assim, o abalroamento deliberado com o uso de esporões⁷, típico do combate com galés⁸, seria novamente adotado no século XIX (exemplos: Batalha Naval de Hampton Roads (Guerra Civil Americana – 9/09/1862, Batalha Naval do Riachuelo⁹ (Guerra da Tríplice Aliança - 11/06/1865), Batalha Naval de Lissa (Itália versus Áustria – 20/07/1866) e outras), decaindo a sua relevância como tática deliberada na primeira metade do século seguinte. A abordagem, que ao longo do século XX tornara-se um evento com pouca probabilidade de ocorrência, voltou a merecer atenção em nosso tempo, passando a figurar nos programas de adestramento em função da incidência de operações de interdição de área marítima (*MIO – Maritime Interdiction Operations*), como a que está em execução em águas libanesas pela Força Naval da UNIFIL (*United Nations Interim Force in Lebanon*), comandada por um Almirante da Marinha do Brasil.

A Abordagem ontem e hoje

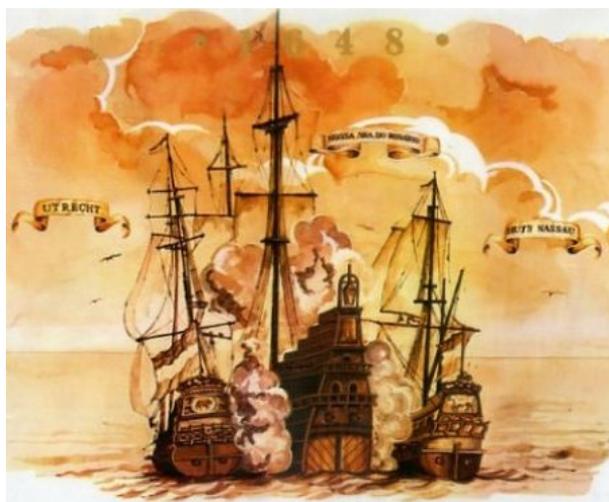


Figura 3: Combate dos galeões holandeses “Utrecht” e “Huys Van Nassau” contra o português “Nossa Senhora do Rosário” (Bahia – setembro de 1646)¹⁰



Figura 3: Grupo de Visita e Inspeção da Fragata “União”, em treinamento de abordagem a viva força, em águas libanesas.

⁶ Tal observação nos remete ao conceito de “áreas vitais”, onde se encontra maior concentração de poder político e econômico, conforme define o subitem 4.3 da Política de Defesa Nacional (Decreto 5.484/2005).

⁷ Esporão - protuberância pontuda e muito resistente na proa dos navios de guerra, destinada a perfurar o casco dos navios adversários.

⁸ Galé - Navio de guerra da antiguidade impelido por remos, podendo ou não possuir vela como recurso de propulsão auxiliar.

⁹ O abalroamento foi empregado pelo Almirante Barroso na Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho de 1865), ainda que a Fragata Amazonas, seu capitânia, não fosse equipada com esporão. Os navios encouraçados do tipo monitor, construídos à época, incorporariam o esporão no seu projeto.

¹⁰ Os navios holandeses aferraram-se ao português, cujo comandante decidiu explodir o seu navio, levando com ele o “Utrecht” e avariando seriamente o “Huys Van Nassau”, que, posteriormente, foi recuperado e incorporado à Armada portuguesa.

Ao instruir-se sobre as Guerras Greco-Persas (século V AC), aprecia, na segunda delas, a estratégia do Rei de Esparta, Leônidas, de posicionar os seus soldados no desfiladeiro das Termópilas (480 AC), neutralizando em larga escala a superioridade numérica do invasor. Ao mesmo tempo, contempla um caso remoto de guerra naval associada às operações terrestres. O movimento das forças terrestres persas se dava ao longo a costa, pois estava vinculado ao apoio de uma força naval.

Os espartanos sucumbiriam depois de derramar muito sangue persa, em Termópilas; os persas seriam derrotados na batalha naval de Salamina e em outros confrontos, colocando a termo a invasão. Eventos que permitem abordar a estratégia de fazer o inimigo combater em situação que lhe é desfavorável; bem como assinalar a interdependência da força naval e terrestre, desde a Antiguidade, condicionada ao cenário estratégico.

Ao estudar a Guerra Russo-Japonesa, conhece a excelência da manobra nipônica na Batalha Naval de Tsushima; e aprende que não se deve subestimar o inimigo (a liderança russa *“nada conhecia sobre a capacidade do Japão em mobilizar suas reservas, e alimentavam a ilusão de que um soldado russo equivalia a três japoneses”*; o Tsar Nicolau II e muitos de seus súditos descreviam os japoneses como macacos e seu exército como imaturo.¹¹).

Ao pesquisar sobre os meios envolvidos na guerra naval e aeronaval no Oceano Pacífico na Segunda Guerra Mundial (IIGM), pode identificar que a mentalidade ofensiva tradicional japonesa fez com que os militares daquele país desprezassem os recursos tecnológicos voltados à sobrevivência em combate. Enquanto navios e aeronaves norte-americanos, mesmo com danos severos, conseguiam retornar as bases, ser recuperados e voltar à ação, os seus congêneres japoneses eram destruídos em combate¹². Aspecto que chama a atenção para a diversidade de preocupações que pode assomar a um líder militar de alto nível para alcançar o sucesso - no caso, contrapor-se a condicionamentos culturais de seu povo.

O nosso Aspirante, ao estudar a campanha contra os holandeses (século XVI), toma conhecimento da amplitude do teatro de operações, que se estendia até a Europa e ao litoral africano¹³; da divisão dos escassos recursos militares portugueses em função de seus interesses na Ásia, na África e no Brasil, influenciando o correr dos acontecimentos em nossa terra; de inúmeros combates navais e desastres naturais, com elevado custo em vidas de parte a parte; bem como de que uma significativa batalha da História Naval espanhola e portuguesa se deu no

¹¹ JUKES. p. 21.

¹² Os navios japoneses possuíam recursos muito limitados de controle de avarias, comparativamente aos norte-americanos. Os aviões japoneses eram dotados de tanques de combustível rígidos, que explodiam quando atingidos, em função da concentração de gases de evaporação; enquanto os norte-americanos desenvolveram modelos com tanques colapsáveis.

¹³ Exemplos: Confrontos navais nas linhas de comunicação marítimas entre a América e as metrópoles européias; ocupação holandesa de Angola (25/08/1641) e sua retomada por Salvador Correia de Sá e Benevides, a frente de uma expedição que partira do Rio de Janeiro (maio de 1648).

Brasil, com direito a ser imortalizada em tela na Espanha¹⁴: a Batalha Naval de Abrolhos (12/09/1631).



Figura 4: Combate Naval de Abrolhos (Tela de Juan de la Corte (1597-1660), Museu Naval, Madrid).

Verifica que os aperfeiçoamentos do canhão levaram os ingleses a conceber, em 1578, um navio de guerra que, embora em aparência fosse semelhante aos portugueses e espanhóis, era mais leve e ágil e melhor artilhado, ainda que com menor capacidade de transporte de tropa para abordagem. Concepção que foi copiada pelos holandeses, mas não pelos portugueses e espanhóis. Com isso, nesta época, ingleses e holandeses conseguiam posicionar-se favoravelmente nos embates com os pesados e grandes navios ibéricos, evitando sistematicamente a abordagem (ou recusando o combate, quando conveniente) (MONTEIRO, Vol. V, 1996, p. 11). Carência de flexibilidade intelectual que nos remete a Basil Liddell-Hart: *“A única coisa mais difícil que introduzir uma nova ideia na mente dos militares é remover-lhes uma ideia antiga”*.

Torna-se permeável à complexidade das relações internacionais, ao conhecer a exótica situação em que Portugal foi colocado após a Restauração: aliado da Holanda na Europa; inimigo dos holandeses no hemisfério sul.

Aprecia a iniciativa, a ousadia e a dissimulação do Governador-Geral Antônio Teles da Silva que, em um plano astucioso, determinou (março de 1645) que uma coluna de afro-brasileiros, sob liderança de Henrique Dias, simulando escravos fugitivos, se dirigisse para Pernambuco, utilizando os caminhos do interior; e que uma coluna de índios, sob o comando de

¹⁴ Tela de Juan de la Corte (1597-1660), Museu Naval, Madrid. (HIERRO, p. 46). Na manhã de 12/09/1631, uma esquadra luso-espanhola, comandada pelo Almirante D. Antônio de Oquendo (19 navios de guerra, escoltando 23 navios mercantes com destino à Europa e 12 caravelas transportando tropas para Pernambuco), foi atacada por uma esquadra holandesa (16 navios). No fim da tarde, os holandeses estavam em fuga, com severas baixas, inclusive de seu comandante, Almirante Andriaan Janszoon-Pater. Do ponto de vista tático a vitória foi indecisa, mas foi uma vitória estratégica, visto que Oquendo conseguiu cumprir a sua missão, pois o comboio seguiu incólume.

Felipe Camarão, partisse em seu “encalço” (de tudo isso daria conta aos holandeses em Pernambuco, pedindo ajuda para prender Henrique Dias). Enviados os emissários, o Governador despachou uma esquadra comandada por Jerônimo Serrão de Paiva, que realizou uma operação anfíbia, desembarcando os terços comandados por André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno na baía de Tamandaré, ao sul de Recife. Em maio, com a aproximação das tropas de Henrique Dias e de Felipe Camarão, dar-se-ia a sublevação de João Fernandes Vieira. Desencadeava-se a Insurreição Pernambucana! (MONTEIRO, Vol. VI, 1996, p.260)

Por fim, a A Guerra Luso-Holandesa chegaria a termo, com o bem sucedido cerco por terra e bloqueio por mar de Recife, que levariam os holandeses à rendição.

Após a independência, o período monárquico oferece ao Aspirante os exemplos de liderança, descortino e espírito de sacrifício dos grandes chefes navais e militares, que contribuíram para a manutenção da integridade territorial de nosso Brasil. Naquele tempo, não se falava em operações combinadas ou conjuntas, mas a exigências dos teatros de operações levaram os eminentes chefes a planejarem e a operarem coordenados, para o que contribuía o conhecimento mútuo e o sentimento de interdependência fraterna desenvolvidos entre eles. O Almirante Tamandaré e o General Osório, por exemplo, eram grandes amigos; assim como o Duque de Caxias e o Almirante Visconde de Inhaúma.¹⁵

Entretanto, observa-se que, ao final do Império e na República, tal capacidade deteriorou-se gradualmente. Raros foram os eventos em que ocorreram ações envolvendo as duas, depois as três Forças, de forma ampla e coordenada.

Na IGM, a nossa participação, no dizer do Marechal Dutra, “... *se limitou a uma contribuição platônica de manifestos, passeatas e declarações ferventes de votos, exclusiva a contribuição real de uma divisão naval e de alguns poucos e espontâneos voluntários que à luta se atiraram.*”^{16,17}

Na II GM, a nossa Força Naval operou agregada à Quarta Esquadra norte-americana; A Força Expedicionária Brasileira foi incorporada ao V Exército norte-americano e incluída nos quadros do IV Corpo de Exército; e os meios de nossa nascente Força Aérea Brasileira operaram integrados ao “350th Fighter Group” da Força Aérea do Exército norte-americano, na Itália, e

¹⁵ No início da guerra da Tríplice Aliança, o Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré foi o Comandante-em-Chefe da Esquadra Imperial; O General Manuel Luís Osório, Marquês do Erval, foi o comandante do Exército Imperial. Mais adiante, o perfeito entendimento entre Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Comandante do Teatro de Operações, e o Almirante Joaquim José Inácio de Barros, Visconde de Inhaúma, que sucedera Tamandaré, contribuiria efetivamente para o sucesso das operações.

¹⁶ Este comentário está incluso em correspondência do Ministro da Guerra ao Presidente da República, datada de 27 de janeiro de 1942, que trata dos preparativos do Exército com relação à IIGM, conforme reproduzido em: LEITE, NOVELLI. 1983, p. 367.

¹⁷ Além da Divisão Naval, enviou-se uma missão médica, composta por civis e militares, para a França; um grupo de aviadores navais, acrescido de um oficial do Exército, foi incorporado à Real Força Área Britânica. Oficiais da Marinha e do Exército foram destacados na Marinha Norte-Americana, na Marinha Real Britânica e no Exército Francês.

da Quarta Esquadra, na proteção área à navegação marítima, a partir das bases no litoral brasileiro.¹⁸ (MORAES, 2005, p.7. Lavenère-Wanderley, 1966, p. 354 e 355)

Quanto a esses conflitos, cabe registrar o despreparo e a obsolescência que se observava nas nossas Forças Armadas, à época.

Entretanto, constatar que a atuação brasileira na IGM foi militarmente modesta, não significa ignorar os esforços custosos e admiráveis realizados, considerando as limitações de nosso país no início do século XX. Tais deficiências fizeram com que a prontificação de uma força naval nas dimensões da DNOG, que requeria poucas semanas em qualquer das grandes potências, tardasse cinco meses. Apesar disso tudo, a Divisão materializou-se e foi útil no cenário africano e a contribuição do Brasil teve alto significado político: Em consequência da participação militar, o país ganhou o direito de se fazer representar na Conferência de Paz de Versalhes e, mais tarde, a ocupar papel de relevo na Liga ou Sociedade das Nações, fazendo parte de seu Conselho, o qual é o antecedente jurídico do Conselho de Segurança da ONU.

A DNOG, com suas dificuldades e limitações, representou um alerta para a necessidade de que Forças Armadas estejam sempre prontas e adestradas. Alerta que rapidamente caiu no esquecimento, considerando as condições em que ingressamos na Segunda Guerra Mundial.

Na IIGM, foi com enorme esforço e com auxílio norte-americano que as Forças Armadas se atualizaram e se reequiparam. Encerrado o conflito, o Brasil encontrava-se prestigiado.

A atuação dos brasileiros em tais eventos é repleta de episódios de grandeza a motivar os nossos discípulos. Entretanto, as condicionantes existentes ao longo do século fizeram desvanecer o sentimento de interdependência e o conhecimento mútuo, o que criou condições para existência de divergências - ocorrências que, no passado, foram manipuladas para cindir as Forças Armadas, em função do envolvimento dos militares com a política.¹⁹

Com a ativação do Ministério da Defesa, passaram a ser realizadas operações conjuntas em grande número, bem como se incrementou a atuação do país em operações de paz, ocorrências que têm contribuído para reverter este quadro.

Personalidades civis relevantes

Personalidades civis também fazem jus a destaque na História Militar. No Brasil, entre outros, merecem destaque dois grandes personagens, por vezes antagônicos em suas concepções, os quais constituem referências para o nosso tempo: José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio

¹⁸ Em 23 de agosto de 1942 foi assinado um acordo de cooperação entre o Brasil e os EUA, em que se traçavam as normas e condições destinadas a regular o concurso das forças militares e econômicas dos dois países. Por este acordo o Comando da Força do Atlântico Sul (Marinha do EUA) detinha o comando operacional das forças navais e aéreas do Brasil. A 4ª Esquadra possuía uma Ala Aérea, composta de esquadrões de aviões e de "blimps". (Lavenère-Wanderley, 1966, p. 354 e 355)

¹⁹ Como exemplo, o período entre Guerras é internamente conflituoso: Revolta da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana (1922); Revolução de 1923 (Rio Grande do Sul); Revoluções em São Paulo (1924 e Constitucionalista de 1932); Coluna Prestes (1925 a 1927); Revolução de 1930, que culminou com a deposição do Presidente da República, Washington Luís, impedimento da posse do presidente eleito, Júlio Prestes, e pôs fim à República Velha; Intentona Comunista (1935); golpe de estado de 1937 (instituiu o Estado Novo); Levante Integralista (1938); movimento anarquista; etc.

Branco, e Rui Barbosa.

O Barão, em sua gestão na pasta das Relações Exteriores, para apoiar a política externa, procurou obter o respaldo do Poder Militar, que então era insuficiente e necessitava ser ajustado para um nível que conferisse credibilidade. Nessa época, o tema Defesa virou motivo de discussão nacional, sendo debatido na mídia e no Congresso. O Barão defendia a tese de que era necessário ser forte para ser pacífico.²⁰

Rio Branco, em seus importantes escritos, assinalou:

*Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais.*²¹

*Os povos que, ..., desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa de seu território, dos seus direitos, e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações conseqüentes da derrota.*²²

*Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra se aprende a guerra.*²³

Nota-se que o Barão evoluía com desenvoltura nos quatro campos clássicos do Poder²⁴: Não apenas guiava-se com base no culto ao Direito e no poder coercitivo, pois se escudava em seu profundo conhecimento e capacidade de persuasão (inclusive por meio da imprensa), além de recorrer ao Poder Econômico, pois, de outra forma, não viabilizaria as compensações acordadas nas negociações.

Rui Barbosa, o grande e polêmico jurista, político, diplomata e escritor brasileiro, foi um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo. Muito citado – mais que lido –, deixou importantes escritos relacionados à Defesa Nacional, entre outros temas, os quais devem fazer parte da cultura militar. Em “*Cartas de Inglaterra*”, citando Spencer Wilkinson, argumentou²⁵:

Um escritor inglês, (...), traduziu uma verdade memorável nestas palavras: “As nações anuem ao arbitramento em desavenças triviais; mas nunca se submetem a ele em pendências, que sejam, ou se acredite serem de importância vital para elas. Uma nação que confia nos seus direitos, em vez de confiar nos seus marinheiros e soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda”.

Especificamente quanto ao Poder Naval, acrescentou:

A defesa de um estado é o mais importante dos seus problemas. E nesse problema, o mais imperioso é a defesa marítima. Esta requer uma longa antecipação de trabalhos, uma aturada preparação técnica, um concurso de meios que não se apuram na ocasião da necessidade. (...) As fronteiras terrestres não raro tem na sua própria natureza, nos rios, nos montes, nos acidentes do solo, as condições da sua guarda, ao passo que a fronteira oceânica é uma porta escancarada a todas as incursões.

(.....)
 (...). *esquadras de guerra não se evocam de improviso, nem se atamancam entre apuros com invenções engenhosas de momento.*

Antes de prosseguir, vale a pena identificar, em uma visão prospectiva, o cenário que espera o combatente brasileiro no século XXI, salientando que é fato concreto que o nosso país muito evoluiu da IIGM para cá. Também é fácil depreender que o Brasil assume uma nova estatura geopolítica, considerando os recursos que dispõe, em um mundo ávido por água,

²⁰ Mas não se pode ser pacífico sem ser forte, como não se pode, senão em intenção, ser valente sem ser bravo. Discurso de agradecimento do Barão do Rio Branco, por ocasião de homenagem no Clube Militar, sem data indicada (ANTUNES,1942, p.102.)

²¹ Discurso pronunciado no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1906. (Discursos. p. 104).

²² Discurso pronunciado no Clube Militar, Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1911. (Discursos. p. 279).

²³ Carta a Joaquim Nabuco (24/08/1892)

²⁴ Aqui, nos referimos aos Poderes Político, Econômico, Militar e Psicossocial como componentes clássicos do Poder Nacional, conforme conceituação adotada pela Escola Superior de Guerra, no passado. Posteriormente, agregou-se um quinto poder componente: o Científico-Tecnológico. Esta conceituação, com cinco componentes, foi acolhida na Doutrina Militar de Defesa.

²⁵ BARBOSA, p. 130.

energia, alimentos e espaço. Aspectos que encerram uma ampla gama de oportunidades, mas também vulnerabilidades, que não podem ser desprezadas.

O jornalista William Waak resumiu esta conjuntura em uma frase singela ²⁶: “*A gente tem tudo que todo o mundo quer.*”

O Almirante-de-Esquadra Guimarães Carvalho, ex-Comandante da Marinha, certamente, acrescentaria: “*Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção.*” ²⁷

Trata-se de uma situação diferente da que o país vivenciou até o século passado, por estar distante do eixo dos grandes acontecimentos. As novas tecnologias e a expectativa de obtenção de recursos em larga escala tornaram este afastamento desprezível.

Nossos interesses transcendem as nossas fronteiras! Temos que ter capacidade de gerenciá-los e protegê-los, de abster-nos de atitudes além da conta e de cultivar a boa imagem de nosso país, o que inclui o Poder Militar.

Enfrentamos e enfrentaremos divergências! É conveniente ter em mente que, apesar das visões positivas quanto às impressões do estrangeiro, veiculadas pela mídia amiúde, enfrentaremos constrangimentos, bem como há quem não nos aprecie e não nos leva em conta.

Adicionalmente, em nossa época, o Brasil vem realizando uma ofensiva em vários ambientes, com o propósito de aumentar a sua inserção no cenário internacional. A mudança da conjuntura geoestratégica ora observada e tal postura aumentam a possibilidade de que ocorram eventos em que seja necessário empregar as Forças Armadas em proveito da política externa ou para atender interesses brasileiros no exterior.

Eis o ambiente que espera o combatente do século XXI!

Cabe a nós, educadores, contribuir para que ele esteja apto para enfrentá-lo. Das diversas disciplinas, a História Militar é uma das que apresenta maior potencial para fomentar o conhecimento mútuo, que não só é importante para o desenvolvimento de estudos estratégicos e a condução eficiente das operações conjuntas e combinadas, mas também contribui para minorar divergências. É importante refletir sobre tais demandas; bem como inculcar uma cultura, na qual todos os elementos sejam encorajados a desenvolver um senso de interdependência, respeito mútuo e confiança. Isto acompanhado de simpatia e de conhecimento recíprocos, ou seja, da faculdade de reconhecer e compreender as capacidades, necessidades, sensibilidades e limitações de cada Força Singular.

Vale lembrar que a educação adequada mostra-se instrumento relevante para a formação dos membros das instituições militares. As pessoas são propensas a rejeitar as mensagens que

²⁶ “Globo News Painel”. 24 de abril de 2011.

²⁷ “A outra Amazônia”, Folha de São Paulo”, 25/02/2004 (CARVALHO)

colidam com as suas idéias, valores e expectativas. Por outro lado, os indivíduos mais educados tendem a ser mais firmes nos seus pontos de vista, além de serem mais capacitados a decidir.

Assim, em proveito da instituição, a educação militar deve inculcar profundamente os valores fundamentais, suplementando ou reformando o adquirido com a educação externa à Força. Mais uma vez, podemos apontar que o ensino de História é um dos instrumentos apropriados para a fixação de tais valores.

O nosso Brasil merece!

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, G. *Defesa e Diplomacia: Uma Visão Geral*. Conferência apresentada no Palácio Itamaraty, Brasília, em 18 de junho de 2007, por ocasião do Seminário “As Forças Armadas na Defesa da Amazônia”, promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), em parceria com a Escola Superior de Guerra.
- ABREU, G. A Importância Geoestratégica do Atlântico Sul: Variável Defesa. Conferência apresentada no Seminário Segurança e a Defesa do Atlântico Sul, organizado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, (INCAER), Rio de Janeiro, em 28 de abril de 2011.
- ABREU, G. Política Externa e Defesa na Primeira Metade do Século XX. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval nº 14 (dezembro de 2009).
- ANTUNES, P. História do Grande Chanceler Rio de Janeiro: Biblioteca Militar. Ministério da Guerra, 1942.
- BEAUFRE, A. Introdução à Estratégia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- BARBOSA, R. Cartas de Inglaterra. São Paulo: Saraiva & C. Editores, 1929.
- CARDIM, Carlos Henrique. A Raiz das Coisas: Rui Barbosa: o Brasil no Mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, R. A outra Amazônia. São Paulo: Folha de São Paulo”, 25 de fevereiro de 2004.
- DOCTRINA de Liderança da Marinha (EMA-137 Mod 1). Brasília: Estado-Maior da Armada, 2004.
- DOCTRINA Militar de Defesa. Portaria Normativa nº 113 /SPEAI/MD (Ministério da Defesa). 1º de fevereiro de 2007.
- ESTATUTO dos Militares. Lei nº 6.880, DE 9 de dezembro de 1980.
- HIERRO, J. España En La Mar: Una Historia Milenaria. Barcelona: Lunweg Editores, 1998.
- HISTÓRIA Naval Brasileira (coletânea). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- JUKES, G. The Russo-Japanese War: 1904-1905. Oxford. UK: Osprey Publishing Midland House. 2002.
- KING, D. Science, Technology, Innovation and Wealth Creation: Skills and Capacity Building for Developing Countries. (conferência). Banco Mundial. Washington, EUA, 11 de julho de 2007. Disponível: siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/2 - 2007-07-16. Acessado em 30 de abril de 2012.
- LAVENÈRE-WANDERLEY, N. História da Força Aérea Brasileira. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1966.
- LEITE, M. NOVELLI Junior, L. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983.
- MONTEIRO, A. Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (coletânea). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1996.
- MORAES, J. A FEB por seu Comandante. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.
- O EXÉRCITO na História do Brasil (coletânea). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército / Salvador: Odebrecht, 1998.
- OBRAS do Barão do Rio Branco (Discursos). Volume IX. Ministério das Relações Exteriores. Fragmento sem data de edição.

ORDENANÇA Geral para o Serviço da Armada (OGSA). Decreto nº 95.480, de 13 de dezembro de 1987, alterado pelos Decretos nº 937, de 23 de setembro de 1993, e nº 1.750, de 19 de dezembro de 1995.

SILVA, L. ARMARIA. Revista Marítima Brasileira JAN-FEV-MAR 1980. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1980.

A EVOLUÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA MILITAR NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS COMBATENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

Cap Elton Licério Rodrigues Machado (AMAN)

Introdução

O método historiográfico moderno, que visa aprender lições importantes para o presente através do estudo do passado, é inaugurado por Maquiavel na sua obra “O Príncipe”¹. Assim, os generais que pensaram as questões relativas à guerra, a partir do século XVIII, procuraram resolver os seus questionamentos recorrendo a fontes historiográficas. Esse é um dos principais argumentos que fazem da História Militar um campo freqüentado, muitas vezes, quase exclusivamente por militares. Este foi uma importante questão que motivou a atual pesquisa e definir certa metodologia de trabalho. No presente artigo não se buscou trabalhar diretamente com as interpretações históricas e suas metodologias. No entanto, o trabalho ao resgatar a evolução da disciplina de História Militar, indiretamente e sem se aprofundar, tratou desses assuntos.

A evolução da disciplina dentro do curso de formação faz parte do contexto do próprio desenvolvimento da História enquanto ciência ou campo do conhecimento humano, principalmente no Brasil. Não obstante, do presente trabalho não se procurou discutir ou estabelecer relações com os trabalhos que analisam as teorias e metodologia da História Militar atualmente².

Para descrever o processo histórico da evolução da disciplina, o presente trabalho buscou abordar a problemática em duas partes distintas, mas que mantêm integração ente si. A primeira parte se concentra na atuação do coronel e professor Pedro Cordolino frente a disciplina na Escola Militar. Foram os primeiros registros

¹ A obra O Príncipe, de Maquiavel, comentado por Napoleão editado pela BIBLIEx em 1998, é um exemplo.

² Importantes trabalhos que possuem como objeto a discussão teórica da História Militar são os artigos do Professor Arno (WEHLING, 2001); do professor Marcos Sanches (SANCHES, 2010) e; o primeiro capítulo do Livro Nova História Militar Brasileira (CASTRO, 2004).

sobre os problemas da História Militar. Acompanhando o Coronel Cordolino, inferiu-se sobre como a História era abordada e seus problemas em definir os objetivos da disciplina, para o curso de Formação.

Na segunda parte, aparece a importante contribuição do Coronel Ruas Santos, que procurou estabelecer uma história científica, amparado nas primeiras referências sobre teoria e metodologia do conhecimento histórico, produzidas no Brasil. Nessa parte, abordou-se ainda, o distanciamento entre a História Militar e a evolução do conhecimento teórico da produção historiográfica, ocasionada pela conjuntura político-ideológica como a principal causa do estabelecimento de uma metodologia própria para o ensino da História Militar, a partir da década de 1970. Da mesma forma, demonstrou a procura recíproca entre os militares e as universidades, depois de superado os conflitos.

Finalmente, percebeu que a História Militar, enquanto disciplina do curso de formação do oficial combatente, está em permanente construção. Consequência de seu condicionamento, por um lado, as políticas de ensino e as mudanças curriculares da AMAN e, por outro, o constante aperfeiçoamento nos estudos e pesquisas no campo da História militar.

O Ensino de História Militar de 1810 a década de 1950.

A preocupação de estudar a História Militar surge, como disciplina voltada para a formação de oficiais da Força Terrestre, no momento da criação da Academia Real Militar, impressa no Decreto de 1810. Mas ficou dependente da agregação de um oitavo ano e da criação de uma biblioteca. Somente, a partir do regulamento de 1839, o estudo da História Militar passou realmente a fazer parte do currículo e ser ministrado dentro do curso de formação. (MOTTA, 1998, p. 77-78). A disciplina compreendia o mesmo que fora estabelecido no primeiro estatuto, ou seja, um estudo da “*História Militar de todos os povos e seus respectivos progressos na Arte e Ciência militar. Dará ideia dos maiores generais nacionais e estrangeiros e explicará os planos das mais célebres batalhas*”. (AZEVEDO, 1998, p. 33).

A partir de então o ensino de História Militar não saiu mais dos currículos. No entanto, não passou incólume pelas inúmeras reformas curriculares pelas quais

passou a construção do ensino militar no século XIX. Como discorre o Coronel Cordolino³, sobre o ensino da disciplina na segunda metade do século XIX:

Foi, pois, um bom começo esse estudo da História, tal como determinaram os regulamentos de 1810 e 1833. Mas, depois, com as sucessivas reformas, demos novo rumo ao estudo da disciplina, juntando seu estudo com o da Tática e da Estratégia, tal como se fez nos regulamentos de 1860 e 1863. Depois, seu estudo foi mais prejudicado no regulamento de 1889, no qual a História Militar aparece reunida àquelas duas disciplinas e acrescida da Fortificação. Isto no que diz respeito aos cursos de Infantaria e Cavalaria. Quanto aos cursos de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior, a História não era neles matéria de cogitação. Passava seu estudo, assim, a ser relegado a um plano inferior, já que não era exigido dos oficiais que seriam um dia chamados a dirigir o Exército.

O absurdo a que chegamos em relação a tão capital assunto culminou com regulamento de 1890. Nesse, então, a História foi incluída no 5º ano de curso geral - das três Armas - com a designação geral de Tática, Estratégia e História Militar, especialmente do Brasil. Na Escola Superior de Guerra, então criada, nada havia a respeito. (AZEVEDO, 1998, p. 33).

Quem corroborou as reflexões de Cordolino foi o General Tasso Fragoso, que foi aluno da Escola Militar na década de 1880. Tasso Fragoso relatou na sua primeira obra de História Militar, a deficiência em relação aos assuntos históricos, principalmente, aos que competem a História do Brasil:

Logo que aos primeiros passos de minha vida como oficial do exército, senti com mágoa a deficiência de minha preparação histórica. Reconheci sem demora não só que me falecia em geral o conhecimento dos fastos da Pátria, mas sobretudo o de seus grandes eventos militares. [...] E por que seria a História Militar do Brasil tão descurada na antiga Escola da Praia Vermelha,

³ O Coronel Pedro Cordolino F. de Azevedo foi professor na Escola Militar do Realengo desde os anos finais da década de 1910, transferiu-se junto com a Escola para a cidade de Resende, onde atuou, aparentemente, nos primeiros anos. Lecionou História Militar no curso de formação de oficiais combatentes do Exército por 26 anos. O coronel, como se verá mais adiante, ainda é uma influência marcante nos conteúdos e no ensino da História Militar na AMAN. Quando se aposentou, o professor juntou suas notas de aula em um livro. A edição conhecida foi publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional no ano de 1950, com o título de História Militar, volume 1, que versava sobre História Militar Geral. No entanto, existem informações de uma publicação do ano de 1946. No ano de 1998, a Biblioteca do Exército (BIBLIEx), lançou uma nova edição do volume 1, sob o mesmo título, sem mencionar que era o primeiro volume. O segundo volume tratou sobre a História Militar do Brasil, e segundo informação do General Jonas de Moraes Correia Neto, na apresentação que faz da edição de 1998, foi lançada em 1952, pelo Departamento de Imprensa Nacional.

quando ali estanciei durante a melhor quadra de minha vida. (FRAGOSO, 1922, p. 6).

No entanto, o próprio autor, ao buscar a explicação para este questionamento, encontra resposta nos movimentos filosóficos que de, uma forma ou de outra, influenciava nos currículos da Escola Militar e diminuiu a importância da participação da História Militar na formação do oficial:

Nos anos anteriores ao advento da República havia se arraigado no espírito de muitos, a falsa ideia de que a democracia verdadeira e a fraternidade real entre os povos, deviam fundamentar-se no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado. Daí o estado de alma da geração militar a que pertenci e do meio que preparava. Neste ambiente havia um temor de falar em guerras na presença dos moços. (FRAGOSO, 1922, p. 7)

Era a filosofia positivista e o evolucionismo que “*empolgou lentes e alunos, inspirando novas concepções de currículo e de programas de ensino*”. (MOTTA, 1998, p. 146). Assim, o envolvimento no movimento abolicionista e, sobretudo, no republicano desviou a atenção dos problemas relativos à formação do oficialato na Escola Militar da Praia Vermelha⁴.

Outro problema que atingiu o ensino de História Militar na Escola foi apontado também por Cordolino. Segundo esse autor, existia a tentativa de estabelecer um vínculo entre a História Militar e o estudo da estratégia e da tática. O cuidado do autor em diferenciar a História Militar dos estudos vinculados a Estratégia e da Tática se encontram nas páginas iniciais do seu escrito.

Mas, se no estudo da História, cuidar o professor da indagação apenas dos ensinamentos militares decorrentes, pode-se chegar ao excesso de transformar esse estudo em um curso de Estratégia ou de Tática. Reagindo contra esse outro excesso, cabe ao professor orientar o ensino de modo que, ao expor o encadeamento dos fatos e suas consequências, não se aventure em edificar sobre as conclusões de suas lições qualquer doutrina tática ou estratégica. No caso, agirá erradamente, pois lida com estudantes dando os primeiros passos na carreira militar. A atuação do professor sobre o espírito do aluno, no ponto de vista tático, deverá ser grande, de certo, mas sempre

⁴ Sobre o assunto: CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995. Também: LOBATO FILHO, General. **A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992.

indiretamente, não tendo esse ponto de vista como objetivo. (AZEVEDO, 1998, p. 31).

A posição do Coronel Cordolino, traduz a preocupação, de não transformar a disciplina de História Militar em análises de batalhas, onde se procura desenvolver apenas os conceitos estratégicos e/ou táticos. Da mesma forma que a filosofia positivista, a união de História Militar com análises mais próprias da profissão militar, segundo Cordolino, foram responsáveis por certo desprestígio do estudo desta disciplina no curso de formação na Praia Vermelha, entre a década de 1870 e os primeiros anos do século XX.

Desse modo, são assinalados dois problemas que fizeram o declínio do ensino da História Militar na escola de formação durante o Império e início da República: fatores externos em que o ensino militar se viu envolvido por conta da sua orientação pedagógica (inclinação para as ciências exatas e o positivismo), e a união dos conteúdos de História Militar com os estudos de Estratégia e de Tática.

Dificuldades estas que, ao que tudo indica, começaram a ser resolvidas nas primeiras décadas do século XX.

O fechamento da Escola da Praia Vermelha em 1904 e os novos regulamentos, editados entre 1905 e 1919, reformaram o ensino militar, com o objetivo de “*acabar com o bacharelismo militar*” (MOTTA, 1998, p. 232). Estas ações conseguiram impor uma formação técnico-profissional no curso da Escola Militar e, em parte, conter o engajamento político dos alunos da escola⁵.

Já a solução do conflito entre História Militar e os conteúdos que seriam próprios do ensino da Estratégia e de Tática demonstrou ser um problema mais complexo. Por certo, fez parte da rotina do Coronel Cordolino, nos seus anos de trabalho na Escola Militar do Realengo. Ao que tudo indica a fonte deste conflito estava em alguns aspectos das orientações e práticas produzidas pela influência da Missão Militar Francesa.

A entrada da Missão Militar Francesa na Escola, a partir do ano de 1924, marcou um novo período na formação do oficial combatente e deixará profundas marcas na mentalidade do Exército Brasileiro do século XX. No entanto, no que se refere ao

⁵ Ver MOTTA, 1998, especialmente o capítulo 5: A Era do Realengo.

curso de História Militar, Cordolino faz algumas ressalvas. A primeira, em relação ao escasso conteúdo atinente à História Militar do Brasil e, a segunda, sobre os conteúdos de Tática e Estratégia que dominam o ensino da História.

Para o Ensino de História Militar, o regulamento editado em 1924, sob os auspícios da Missão Militar Francesa prescreve que: “*o professor escolherá duas ou três guerras modernas e as estudará em suas linhas gerais, com o fito de mostrar aos alunos como o futuro dos povos depende da organização militar existente no tempo de paz*”. (MOTTA, 1998, p. 273). Cordolino ao escrever na década de 1940, fez referência a essa orientação do currículo, e adverte ao que entendia como uma falha no regulamento francês: “*É de notar-se aqui a restrição imposta pelo regulamento de 1924 ao curso de História: só se devia estudar uma única campanha do Brasil em cada ano, enquanto se devia estudar várias de Napoleão e outros povos*”. (AZEVEDO, 1998, p. 35).

Defensor dos episódios da História Militar do Brasil e do seu ensino durante o curso de formação, Cordolino buscou implantar os conteúdos da disciplina na Escola Militar. Seu esforço foi reconhecido por antigos companheiros que escreveram, no ano de 1949, a apresentação de seu livro:

É de frisar, e o fazemos com dever de indeclinável justiça, que fostes o primeiro professor da Escola Militar a introduzir no programa da cadeira o ensino completo de toda a História Militar do Brasil, quando, até então, este estudo se limitava apenas ao da Guerra do Paraguai e esta mesmo dada somente em uma única aula. (AZEVEDO, 1998, p. 10).

Assim, o Coronel Cordolino buscou estabelecer, o que até então não havia ocorrido, um curso completo dos episódios de História Militar brasileira, o que atendeu às aspirações produzidas pelo general Tasso Fragoso no início da década de 1920. Contudo, isso ocorreu aos poucos, e consolidou-se, sobretudo, após o término da influência francesa na Escola Militar do Realengo. Mesmo assim, Cordolino (AZEVEDO, 1998, p. 34), faz uma ressalva, pois critica o regulamento de 1942, por ater-se o estudo da História, “inexplicavelmente, apenas ao limitado campo da História Militar do Brasil”. Assim, faz também uma crítica aos excessos das mudanças que frequentemente ocorriam no ensino militar.

Com relação ao segundo ponto, ou seja, os conteúdos de Estratégia e Tática, a crítica aos regulamentos franceses, aparece de forma indireta nas palavras de Cordolino.

Um exemplo, do modelo francês, aparece em um pequeno livro, com edição em 1934, mas fazendo referência na capa ao Curso de História Militar (ano de 1932). Este livro foi escrito pelo Diretor do Ensino Militar que, na época, era um membro da Missão Militar Francesa na Escola Militar do Realengo⁶. Sendo um estudo pormenorizado de uma batalha da Primeira Guerra Mundial, este livro reflete o que Cordolino considera ensinamentos para um curso a parte, “com programas e professores próprios”. (AZEVEDO, 1998, p. 31). Portanto, ao se comparar os escritos do Coronel Cordolino, com a obra do oficial francês, percebe-se que a crítica aos ensinamentos de Estratégica ou Tática estão na amplitude com que se estudava uma campanha. Para Cordolino o estudo na escola de formação seria apenas das campanhas militares, não se aprofundando em estudo analítico das batalhas.

Ao escrever sobre o que parece ser o primeiro regulamento da Escola Militar em Resende, publicado no ano de 1944, exalta o retorno da História Militar ao que indicava os princípios imediatamente anteriores à influência da Missão Militar Francesa de Instrução:

[...] E surge com independência e autonomia imprescindíveis a assunto de tanta monta. Descartando-se de seus apêndices – Tática e Estratégia – não obstante suas afinidades, retoma o lugar que lhe cabe na formação da cultura do oficial, pois, sendo rica de casos concretos, ela pode dar ao jovem estudante o senso tático indispensável, surgindo de maneira indireta, pelo estudo dos fatos de guerra no seu encadeamento lógico e nas consequências essenciais. (AZEVEDO, 1998, p. 34).

Entretanto, a Missão Militar Francesa de Instrução estimulou uma prática que já fora incluída no primeiro estatuto que regulou o ensino militar, isto é, do decreto de 1810: entre as incumbências do professor cabia-lhe escrever um compêndio do conteúdo ensinado em sala de aula. Segundo Jehovah (MOTTA, 1998, 274-275), um dos poucos professores que atenderam a esta solicitação foi o Coronel Cordolino que,

⁶ LANGLET, Ten Cel P. **Batalha de St. Quentin-Guise** (Grande Guerra – Ago de 1914). Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1934.

por certo, escreveu e distribuiu suas notas de aula durante seu período de docente da Escola Militar e que irá se traduzir nos livros editados em 1950⁷.

Ao que tudo indica, graças a esta determinação, as notas de aula do Coronel Cordolino, bem como as do Tenente-Coronel Langlet, são preciosas informações, que se dispõe atualmente, sobre os conteúdos que se ministravam a respeito de História Militar antes de 1950.

O professor e Coronel Pedro Cordolino deixa a cadeira de História Militar em meados da década de 1940 e, ao ver pelos seus escritos estava convencido de que o último regulamento, o primeiro da nova Escola Militar, na cidade de Resende, deixava os conteúdos da disciplina em sintonia com o que preconizava ser importante na formação do jovem oficial:

Filiando-se realmente a esse programa de ensino, cumprindo-se as determinações acima, fazendo-se História na aula e não um curso de tática, despertando-se no cadete o interesse para se aprofundar no estudo dos casos concretos de que a História é vasto celeiro, estudando-se o chefe, o terreno, o equipamento bélico, procurando-se ligar os acontecimentos de modo a serem postos em evidência os laços táticos que promanam dos recontos de uma mesma época, preparando-se o espírito para o estudo da guerra seguinte com o natural evoluir dos meios e processos de combate em uso e fazendo-se sentir a constância dos princípios de guerra e a variedade dos métodos de combate, bem terá o professor cumprido o seu dever e o resultado será o desejo do jovem oficial de dedicar-se, com proveito para si e para a classe, ao estudo da História Militar. (AZEVEDO, 1998, p. 35).

Por certo, o programa de História Militar do primeiro regulamento da Escola Militar em Resende, possui influência de Cordolino. Assim, ao deixar de lecionar no curso de formação de Oficiais do Exército Brasileiro, celebra a volta da História Militar aos preceitos contidos no Estatuto de 1810.

Em resumo, a História Militar ministrada no curso de formação de oficiais combatentes pretendia, para o antigo professor, iniciar o aluno nos estudos das campanhas militares representativas da antiguidade aos tempos contemporâneos. E, desta maneira, concluir sobre a importância da organização militar, da evolução tática e dos processos de combate sob o impacto da evolução do armamento. Ainda, extrair desse estudo o valor do chefe militar e os princípios fundamentais da guerra, bem como

⁷ Ver nota de rodapé número 1.

estimular os alunos ao estudo contínuo, que visava a contribuição das suas pesquisas para a evolução da arte da guerra. Assim, de uma forma geral, ficou definido o curso de História Militar na AMAN, entre os anos de 1944 e 1959.

Particularmente, até os dias atuais o ensino da História Militar segue, em linhas gerais no que diz respeito aos conteúdos, o que foi prescrito por Cordolino. Em um exame rápido no Plano de Disciplinas (PLADIS), utilizado a partir de 2008, nos seus objetivos particulares das disciplinas que compõe a cadeira de História Militar, isto é, Geral e Brasil, percebe-se este fato⁸. Para tanto, aos conteúdos anteriores, foram agregados os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, inclusive, aos nossos dias. No entanto, os objetivos do curso continuam os mesmos e correspondem a importância que o estudo de História Militar, atualmente, possui na formação dos oficiais combatentes do Exército.

O ensino de História Militar de 1960 ao início do século XXI.

Após a Segunda Guerra Mundial é consenso, entre os pesquisadores, a manifesta influência norte-americana nas instituições militares brasileiras. A Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), sob a inspiração, principalmente, do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, desempenhou um papel importante na difusão do novo pensamento militar⁹. Oficiais que realizaram o curso de Estado-Maior foram os difusores desse pensamento. Dentro dessa nova fase, a História Militar, ganhou prestígio. A partir da década de 1950, oficiais com curso de Estado-Maior, passaram a ser nomeados instrutores da disciplina, sendo privativo o de instrutor-chefe para os oficiais do QEMA (Quadro de Estado-Maior). A partir de então, os professores da Cadeira de História Militar, serão designados instrutores.

⁸ História Militar do Brasil - Objetivos Particulares da Disciplina no Curso – PLADIS 2008

- a. Descrever a evolução social brasileira, à luz da História Militar do Brasil.
- b. Distinguir a importância do culto às tradições militares brasileiras.
- c. Demonstrar interesse e atitudes favoráveis ao estudo e à pesquisa da História Militar do Brasil.
- d. Aplicar os conhecimentos adquiridos em prol do desenvolvimento do pensamento militar nacional.

História Militar Geral - OBJETIVOS PARTICULARES DA DISCIPLINA NO CURSO – PLADIS 2008

- a. Identificar a base de conhecimentos sobre a evolução social à luz da História Militar.
- b. Explicar os fundamentos e princípios da arte da guerra.
- c. Propor contribuições para o desenvolvimento do pensamento militar nacional.

Disponível em:

http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=44&Itemid=100

Obs: foram suprimidos os objetivos concernentes a área afetiva, conhecidos com objetivos integradores.

⁹ Conforme PERES, Carlos Roberto; CÂMARA, Hiram de Freitas (Orgs.) ECEME a Escola do Método: um século pensando o Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005.

Nesse contexto, encontrou-se à frente da Cadeira de História Militar entre os anos de 1958 e 1963, o Coronel Francisco Ruas Santos. Nesses anos foram sistematizados os conteúdos da disciplina de História Militar em um plano de livros-texto, com 17 volumes abrangendo os planos e operações de guerras, desde a antiguidade até a Guerra da Coréia (1950-1952). A coleção, publicada pela Editora Acadêmica (gráfica da própria AMAN), tinha cerca de 2.500 páginas e cerca de 600 mapas. (Santos, 1998, p. 15 – 16). Um amplo estudo das principais campanhas militares da História. Ao que tudo indica esses livros-texto, foram reunidos, por Ruas Santos, em um ensaio em dois volumes, que será utilizado pela cadeira de História Militar da AMAN, após a saída do autor até o fim da década de 1970. Esse ensaio foi publicado, em apenas um volume, no ano de 1998, pela Editora do Exército (BIBLIEx) com o título de “*A Arte da Guerra*”.

No plano de apresentação de estudos, o coronel Ruas Santos faz menção a outras obras que poderiam ser utilizadas pelos cadetes, tais como: “*O Brasil na II Grande Guerra*” do Tenente-Coronel Manoel Tomás Castelo Branco; e dois livros do Coronel João Batista Magalhães, “*Civilização, Guerra e Chefes Militares*” e “*Evolução Militar do Brasil*”. (Santos, 1998, p. 15 – 16).

Neste período também foram publicados, sob a responsabilidade do Coronel Ruas Santos, juntamente com a disciplina de Geografia, na forma de livros-texto, estudos sobre os principais Estados da época, pois “*a preocupação maior dos professores de História Militar na elaboração desses trabalhos de equipe tem sido a de dar uma ideia sintética daqueles aspectos, desde o início da História de cada Estado até os nossos dias*”. (Santos, 1998, p. 17). Esse programa, elaborado a partir da década de 1960, dividiu a História Militar em dois conteúdos distintos até o fim da década de 1990, em que em um ano se estudará os conteúdos de História Militar propriamente dito, e no outro ano, os estudos vinculados a história das grandes nações (Império Britânico, EUA, URSS), áreas de conflitos (Oriente Médio) e independência dos países da América do Sul. Nas palavras de um instrutor da última década do século XX, estes assuntos eram conhecidos como um curso de geo-história. Sendo o termo sufixo “geo”, correspondia a uma “geografia política”¹⁰.

¹⁰ Informação prestada ao autor pelo Cel Da Cás, instrutor da Cadeira de História Militar na década de 1990.

O trabalho realizado entre os anos de 1959 e 1961 foi uma obra conjunta dos oficiais da Cadeira de História Militar, sob a chefia do Coronel Ruas Santos, portanto, foi o que mais atendeu a determinação contida no primeiro regulamento da Academia Militar e reforçada pela Missão Militar Francesa de Instrução, na década de 1920, ou seja, a necessidade do professor de escrever compêndios. No entanto, Ruas Santos, procurou enfatizar o caráter “artesanal” do trabalho desenvolvido naqueles anos:

Por fim, deve ser registrado que todos os trabalhos de História Militar aqui mencionados e feitos pela Seção de História Militar da Academia, entre 1959 e 1962, são calcados na bibliografia que apresentam. Em muitas de suas partes nada mais são do que traduções ou adaptações de passagens de livros compulsados. O único crédito do autor terá sido o de concatenar, traduzir ou adaptar textos, elaborar mapas e arranjar figuras para ilustrar os textos. (SANTOS, 1998, p. 18).

A elaboração dos textos procurava atender ao programa de História Militar da AMAN, que certamente personificava um programa desenvolvido a partir dos instrutores oriundos do Quadro de Estado-Maior. Nada é mencionado em relação aos franceses na Escola Militar, ou ainda, às notas de aula do coronel Cordolino. Mas isso não significou, necessariamente, um rompimento total, com os trabalhos desenvolvidos pelos professores do período anterior a 1950.

Os conteúdos relativos à História das nações mais importantes visavam “preencher uma lacuna sensível na formação dos futuros oficiais, em sua maior parte oriundos das Escolas Preparatórias, onde não se estudavam a História Geral e a Geografia Geral”. (SANTOS, 1998, p. 18). Já os conteúdos mais voltados a História Militar eram os mesmos, estudo das campanhas e o desenvolvimento da “arte da guerra”. O que mudou nos escritos de Ruas Santos em relação ao período anterior foi o que Jehovah Motta (1998, p. 297) notou ao perceber, mesmo antes da Segunda Guerra, “um certo modo de fazer e de dizer tipicamente americano”. Esta influência como já visto, acentuou-se na década de 1950. Os escritos do Coronel Ruas Santos, resumidos no livro “A Arte da Guerra” demonstram uma preocupação com uma nova didática. Os conteúdos são os mesmos que a época anterior, o que mudou foi forma de apresentá-los.

Um exame superficial entre as duas obras que estão sendo trabalhadas no presente trabalho podem refletir a nova concepção didática.

No livro do Coronel Cordolino “*História Militar*” são dezessete capítulos ao longo de 306 páginas. Já “*A Arte da Guerra*” do coronel Ruas Santos são 378 páginas, 23 capítulos, mas divididos em subcapítulos, nenhum atingindo mais de 05 páginas. Somente o sumário ocupa 08 páginas, tal a preocupação com a síntese para melhor compreensão por parte do aluno.¹¹

Esta preocupação com o desempenho e o aprendizado do cadete foi uma preocupação constante do Coronel Ruas Santos. O volume de material didático colocado a disposição do cadete excedia em muito os anos anteriores. Para tanto, foram elaborados dois livros-texto sobre pesquisa e estudo em História Militar para auxiliar nos “*trabalhos de análise e síntese, que os cadetes são chamados a realizar em suas atividades no curso de História Militar*”. (SANTOS, 1998, p. 17). O primeiro, lançado em 1961, se chamou “Teoria e Pesquisa em História Militar” e o segundo “Guia para o Estudo da História Militar do Brasil”, que foi elaborado e editado em 1963, pela Seção de História Militar (SANTOS, 1998, p. 17 e 19). Estes dois livros, ao que tudo indica não foram publicados fora da AMAN, ainda sendo inéditos ao grande público¹².

No livro “Teoria e Pesquisa em História Militar”, Ruas Santos procurou apresentar uma metodologia para expor a disciplina de História de forma científica. Para tanto baseou seus escritos no livro de José Honório Rodrigues “Teoria da História do Brasil: introdução metodológica”, editado em 1949. O trabalho do Coronel Ruas Santos está dividido em três capítulos, cada qual com inúmeros subcapítulos, dando à obra forma de manual, ou seja, mais uma indicação da influência norte-americana. O primeiro capítulo trata sobre noções de teoria da História, especialmente da História do Brasil; o segundo, da Teoria e pesquisa em História Militar, especialmente do Brasil e; o terceiro capítulo, ocupando a maior parte, aborda a História Militar, seus conteúdos e seus objetivos como disciplina, na AMAN.

¹¹ O coronel Cláudio Moreira Bento em sua obra (BENTO, 1999, p. 4-30), se refere a uma carta do Ten-Cel Henrique Wiedersphan nos seguintes termos: “O missivista, contemporâneo do General Cordolino, considera injustiçado como historiador e vítima de uma conspiração do silêncio: parece haver um restrição a maneira como ele redigia seus trabalhos. Talvez, por colidirem de certo modo, com as diretrizes da Missão Francesa da época, anteriores à 2ª Guerra Mundial e por esta modificadas em sua essência pelos acontecimentos de 1940, sob ponto de vista doutrinário”. O coronel Bento referindo-se ao professor Cordolino, ainda escreve: “Até hoje, parte dos seus estudos infra-estruturam o ensino de História Militar na AMAN. Sua história era descritiva”.

¹² No final da década de 1970 o Coronel Cláudio Moreira Bento publicou, ao que tudo indica, grande parte das pesquisas do Coronel Ruas Santos no Manual “Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro”. Para o presente trabalho será utilizado a segunda edição do Manual, a de 1999.

Assim Ruas Santos, procurou embasar cientificamente seu trabalho e, a partir de então, elaborar uma teoria sobre a História Militar que seria adequada para o estudo na AMAN. Sobre a História Militar, entendida como um campo da História, o autor sintetiza:

Tem devorado (a História Militar) grande parte da História Política, sendo talvez por isto que até hoje não se constituiu numa verdadeira especialidade. De regra, a História Militar se enquadra na historiografia pragmática, pois serve de base à instrução, seja porque é em suas conclusões que se apoiam os manuais, seja pelo papel que desempenha na formação e no aperfeiçoamento profissional dos oficiais. (SANTOS, 1961, p. 37).

Neste ponto, o coronel Ruas Santos é coerente com a teoria sobre o declínio dos estudos historiográficos sobre política, pois segundo o professor D'Assunção:

Objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de “poder”. Neste sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da Historiografia política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna de a partir dos anos 1930, com as últimas décadas do século XX começaram a retornar com um novo sentido. (Barros, 2002, p. 107).

O Coronel Ruas Santos se filia a uma historiografia mais tradicional, bastante coerente com a sua época. Mostra afinidade com as teorias mais divulgadas no Brasil, da História em seu período e, a partir dessas teorias, verificou a necessidade de uma construção teórica e metodológica para uma História Militar do Brasil, ou ainda, uma história do Exército Brasileiro¹³. Afinal, para Ruas Santos, a História Militar possui uma função pragmática ou didática, onde o historiador tem a preocupação de extrair os ensinamentos dos fatos que apresenta (SANTOS, 1961, p. 2). Portanto, tanto na formação como no aperfeiçoamento do oficial, os conhecimentos transmitidos se fazem necessários ao desempenho das suas funções profissionais (Idem, p.67).

Para tanto era necessário o desenvolvimento de uma História Militar do Brasil e, mesmo, do Exército. Após verificar como países como os Estados Unidos e a França resolveram seus problemas neste campo, examinou os problemas que existiam para o desenvolvimento neste campo no Brasil:

¹³ Desse projeto resultou a História do Exército Brasileiro – Perfil militar de um povo. Obra editada, em 1972, sob os cuidados do Estado-Maior de Exército (EME).

Na verdade, examinando-se mais de perto o problema da elaboração da História Militar do Brasil temos a prova evidente de que o Exército não dispôs, até aqui, dos meios necessários para essa elaboração, em particular pela falta de preparo metodológico da parte daqueles que por gosto, ou funcionalmente, quiseram ou viram-se obrigados a resolvê-lo.

É preciso reconhecer, entretanto, que essa deficiência é um reflexo da situação geral da História Geral do Brasil, cujos problemas básicos também não estão resolvidos, embora já equacionados.

Nessas condições, é de se esperar que, com um maior desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil, a nossa História Militar disso venha a se beneficiar-se. (SANTOS, 1961, p. 66).

O Coronel Ruas Santos aponta a carência no preparo metodológico, como resultado de uma causa conjuntural, ou seja, a falha, no Brasil, se encontra no estágio de desenvolvimento da História enquanto ciência. Da mesma forma, sugere que esses problemas já podem ser resolvidos, possivelmente referindo-se a formação dos cursos nas Universidades. Portanto irá apontar soluções inovadoras para que o Exército acompanhe a evolução da disciplina:

De qualquer modo, o estágio de alguns oficiais nos centros em que tais estudos se realizam seria altamente benéfico para a nossa História Militar.

Outra maneira de se melhorar a conjuntura é ministrando pelo menos algumas noções de metodologia na Academia Militar das Agulhas Negras e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. (SANTOS, 1961, p. 66-67).

Duas soluções foram assinaladas, por Ruas Santos, para atender as necessidades do preparo metodológico do pessoal para trabalhar com a História Militar: o estágio de oficiais em instituições e, ministrar, nos dois principais estabelecimentos de ensino do Exército, fundamentos, do que se conhece hoje, por teoria e metodologias científicas, principalmente no campo da História.

No Capítulo 3, o Coronel Ruas Santos estabelece, para os cadetes, o que seria o curso de História Militar na AMAN, com relação à teoria e a pesquisa. Ao concluir o item “utilidade da História Militar” estabelece que:

A História Militar no seu aspecto puramente informativo esclarece-nos quanto a fatos do presente. Na sua função educativa, didática ou pragmática, a História Militar, de modo muito particular, desperta o entusiasmo que

beneficiam a formação do espírito militar, e contribui decisivamente para solidificar e ampliar os fundamentos dos nossos conhecimentos profissionais. Como fator de compreensão do presente, a História Militar permite reviver as experiências do passado transformadas em princípios, normas e processos contidos nos nossos manuais, isto é, da vivência presente aquilo que ela mesma produziu. [...] Em síntese, a História Militar é a verdadeira base de conhecimentos profissionais do oficial e, como este tem que ampliá-los sempre, a História Militar forma o alicerce sobre o qual lança as novas construções de seu saber profissional, até o fim da sua carreira militar. (SANTOS, 1961, 79-80).

No mesmo capítulo estrutura o programa e o método do que irá se estudar na História Militar da AMAN. E será reproduzido em vários polígrafos durante décadas. Os principais conceitos que fazem parte, ainda hoje, do que se preceitua como fundamentos da Doutrina Militar, foram introduzidos ou aprofundados por Ruas Santos. Os princípios de guerra, os fatores da decisão, a manobra e seus elementos, aparecem em definições claras e objetivas e, em última análise, representaram a sistematização dos métodos de estudos que foram produzidos na ECEME e que foram intencionalmente introduzidos na AMAN. Assim se estabeleceu um método de ensino e aprendizagem de História Militar próprio que, paulatinamente, irá se afastar do contexto geral da evolução da disciplina de História.

O que provocou este afastamento? Por um lado, foram circunstâncias políticas que se estabeleceram na década de 1960, decorrentes de um modo geral da “Guerra Fria”, dos regimes impostos na América do Sul e, mais particularmente no Brasil, do regime pós-1964. Por outro lado, a disseminação do materialismo histórico, e uma das suas principais correntes, o revisionismo das décadas de 1960 e 1980, que produziu uma historiografia voltada para a denúncia. Um exemplo típico desta época, onde o momento político influi diretamente na construção do conhecimento, é a historiografia sobre a Guerra do Paraguai, tal como informou o professor Doratioto:

Uma das formas de combater essas ditaduras era desmoralizar seus referenciais históricos, seus ídolos – na Argentina, Mitre; no Brasil, o duque de Caxias – e seus alicerces ideológicos. Daí o espírito acrítico com que o mundo acadêmico aceitou e reproduziu, naquele momento, publicações “revisionistas” sobre a Guerra do Paraguai, que mistificaram Solano López e responsabilizavam o imperialismo britânico pelo conflito. (DORATIOTO, 2002, p. 20)

Essas foram alguns fatores que provocaram um distanciamento, entre a evolução do conhecimento histórico produzido nos centros universitários e a História Militar. Esta ficou sendo um campo quase restrito a pesquisadores militares que não possuíam uma formação acadêmica e não acompanharam o desenvolvimento das teorias e metodologias da História. Portanto, ficaram restritos a uma historiografia tradicional, que vinculou a uma história narrativa, ou ainda, com as informações de uma teoria da história vinculadas a escola metódica ou científica. Ainda, a historiografia produzida dessa forma ficou restrita aos Institutos de Geografia e História, como um dos únicos círculos de divulgação.

O isolamento da disciplina de História Militar na AMAN em relação às teorias e metodologias produzidas a partir de 1960, e as introduções sistemáticas de instrutores oriundos do QEMA produziram uma História Militar que tinha por finalidade a análise das campanhas “*segundo metodologia e a luz dos conceitos de Arte e Ciência militar, em ensinamentos didáticos e subsídios para o desenvolvimento da Doutrina do Exército*”. (BENTO, 1999, p. 2- 9). Desta forma, os conteúdos do curso de História Militar na AMAN permaneceram, praticamente, cópias do que foram produzidos por Cordolino e por Ruas Santos. O que se alterou foi a didática e o objetivo dos estudos, cada vez mais vinculados aos processos oriundos da ECEME, pois o termo “doutrina militar” começou a aparecer nos escritos.

Ao que tudo indica, até o ano de 1977, não foram produzidas mudanças significativas. Os livros-texto concebidos por Ruas Santos, de uma forma ou de outra, ainda estavam sendo distribuídos aos cadetes. Naquele mesmo ano foi publicado um documento para orientar as atividades de História no âmbito do Exército (BRASIL, 1977). Foi um documento de caráter geral, pois não estabeleceu nenhuma ação concreta, mas servirá de instrumento para mudanças na Cadeira de História Militar. A diretriz publicada pelo Estado-Maior do Exército estabeleceu que os estudos de História Militar seriam realizados, no âmbito do Exército em três níveis, que corresponderiam as três escolas: AMAN, EsAO e ECEME que, respectivamente, formam, aperfeiçoam e preparam para o exercício do comando os Oficiais combatentes do Exército. Para a AMAN corresponderia:

Nesse nível, deverão ser realizados estudos gerais das principais campanhas militares e batalhas ocorridas no passado que permitam ao futuro oficial: 1) entender a íntima relação existente entre a História Militar, de um lado, e a

História Geral, a Geografia e a Ciência e Tecnologia de outros; 2) apreciar as virtudes e as qualidades de liderança dos chefes militares do passado, especialmente os brasileiros.

A partir desse documento, no ano de 1978, foi realizada uma nova estruturação do material didático distribuído anualmente aos instruídos. Uma comissão foi nomeada para revisar os aspectos de História Militar. Esse grupo de Oficiais, todos do QEMA, elaborou um “ensaio” onde procurou condensar as inúmeras apostilas que foram produzidas anteriormente, pois: “*O presente ensaio - História da Doutrina Militar - traduz pesquisas que vêm sendo realizadas há mais de 50 anos pela Cadeira de História Militar das Agulhas Negras*” (AMAN, 1979, p. 5). Portanto, o ensaio é um resumo dos livros-texto elaborados, na década de 1960, pela equipe do coronel Ruas Santos e atende, em um primeiro momento, a uma necessidade. No entanto, traduziu a influência e o prestígio constante que os oficiais de Estado-Maior trouxeram para a cadeira de História Militar na AMAN, o que provocou mudança significativa na metodologia.

Em um primeiro momento, havia uma necessidade na AMAN de reduzir significativamente o volume de documentos editados. Os livros-texto produzidos anualmente pela Cadeira, durante a década de 1960, já estavam sendo publicados nos anos iniciais da década de 1970, a cada três anos, devido ao custo do papel. Portanto, a solução seria produzir um material didático permanente, necessidade esta a que o ensaio de “História da Doutrina Militar” veio atender. Essa percepção fica mais contundente com a indicação do Atlas Histórico Escolar editado pelo MEC. (AMAN, 1979, p. 5).

Em um segundo momento, ficou nítido a participação efetiva dos oficiais de Estado-Maior na concepção de uma História Militar para a AMAN. Na página anterior a da “apresentação”, foram transcritas três citações: uma sobre o estudo de História Militar, retirada do Manual Básico da ESG (Escola Superior de Guerra); outra da Portaria Nr 61 do EME, já citada anteriormente; e, por fim o conceito de Doutrina Militar, retirada do Manual de Campanha C 20-230 do EME. (AMAN, 1979, p. 3). Isso representa o direcionamento que foi estabelecido para os conteúdos de História Militar. O capítulo 5 do referido ensaio faz referência ao processo de ensino que “*baseia-se na exploração e análise de casos históricos à luz dos fundamentos da Arte da Guerra a seguir enumerados*”. Após, foram estabelecidos os conceitos de Doutrina Militar,

Fatores da Decisão Militar, Fator Militar, Princípios de Guerra e seus elementos e, por último a Manobra e seus elementos. (AMAN, 1979, p. 155 - 163).

Não são conceitos complexos, são simples. De forma alguma, foi novidade, pois nas notas de aula do coronel Cordolino, já se mencionava o estudo dos Princípios de Guerra e ordem das tropas em campo de batalha. No entanto, as alterações trouxeram a conexão entre o estudo de todo os conteúdos e os “processos de ensino”. Procurou-se estudar a história dentro dos elementos da doutrina militar, conceitos elaborados também no ensaio. Foram transcritas duas provas, ao que tudo sugere, aplicadas aos cadetes no ano de 1978, nas quais se percebe nitidamente a metodologia, voltada para o estudo da análise dos aspectos referentes à doutrina militar e ao estudo das batalhas. (AMAN, 1979, p. 181 – 194).

A partir de então, a História Militar da AMAN ficou vinculada a esta metodologia de ensino. A comissão irá concluir por chamar o ensaio de, “*com mais propriedade de História da Doutrina Militar, em substituição ao título anterior Evolução da Arte da Guerra*”. (AMAN, 1979, p. 198). Não era apenas uma mudança de nome, mas sim uma ruptura. Não se tratava mais de uma história ligada aos conceitos historiográficos, mas sim subordinada a aprendizagem dos conceitos básicos de fundamentos da doutrina militar, tal como, estudada na ECEME. Sob os auspícios da comissão, foram publicados mais três livros para completar a coleção, com a finalidade de produzir material didático permanente para os cadetes. Gerações de oficiais passaram pela cadeira de História Militar e utilizaram os famosos “livros de Capa azul”, pois foram utilizados até o fim da década de 1990.¹⁴

Um dos oficiais da comissão destacou-se na produção e divulgação de pesquisas em História Militar: o coronel Claudio Moreira Bento. Esse oficial iria se destacar, sobretudo, após sua passagem para a reserva, no papel de divulgador e incentivador de uma mentalidade de estudo e pesquisa da História Militar de diversas instituições militares. Seu órgão de divulgação, fundado por ele mesmo, é a Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

¹⁴ Os livros publicados foram: HISTÓRIA DA DOUTRINA MILITAR (da antiguidade a II GM), AMAN, 1979; História do Brasil – Texto. AMAN, 1979; História do Brasil – Mapas. AMAN, 1979; Revoluções no Brasil após a República. AMAN, 1980.

Na segunda metade da década de 1990, surge no Exército Brasileiro o processo de “modernização do ensino”. Esse projeto, foi planejado pelo órgão de direção setorial responsável pela política de ensino no Exército Brasileiro, teve por objetivo rever as práticas pedagógicas, os processos de ensino e, sobretudo, aperfeiçoar o sistema de ensino “*que lhe permitam fazer frente, em melhores condições, aos desafios do futuro, no qual, mais do que nunca, a Educação exercerá papel preponderante*”. (BRASIL, 1996, p. 2). Na AMAN, os trabalhos do processo de modernização do ensino foram estabelecidos a partir de 1999.

Foram estabelecidos novos planos de assuntos e os conteúdos de História Militar foram divididos em duas disciplinas. História Militar Geral e História Militar do Brasil, essa pela primeira vez, realmente, com conteúdos próprios onde se destacam a História das instituições militares do Brasil desde o período colonial. Ao lado de novas metodologias baseadas no processo ensino-aprendizagem, o que não é objeto da presente pesquisa, aparece à necessidade de acabar com a chamada “*cultura dos polígrafos, das apostilas, das notas de aula ou, até mesmo, das cópias das transparências*”. (BRASIL, 1996, p. 5). Visando a atender estas necessidades e produzir material didático em forma de livros, foram estimulados alguns lançamentos editoriais pela BIBLIEx, que possuíram o nítido objetivo de suprir a AMAN. Com este intuito, pelo menos quatro livros são publicados no ano de 1998: A evolução militar do Brasil, de João Batista Magalhães; História Militar de Pedro Cordolino de F. Azevedo; A Arte da Guerra de Francisco Ruas Santos e; A formação do Oficial do Exército de Jehovah Motta. Todos os lançamentos são praticamente, reimpressões de edições anteriores. Com exceção de Jehovah Motta, seus autores e conteúdos são conhecidos da disciplina de História Militar da AMAN.

Confirmando as afirmações anteriores o Coronel Sérgio Paulo Muniz Costa, então Instrutor na seção responsável pela História Militar na AMAN, preconizou na apresentação da edição do ano de 1998 da “A Arte da Guerra” do coronel Ruas Santos:

No momento em que a AMAN privilegia a leitura e a pesquisa no processo ensino-aprendizagem, consoante as diretrizes de modernização de ensino, visualizando do preparo do oficial do Exército do século XXI, a obra do coronel Ruas Santos *Arte da Guerra* torna-se acessível aos instrutores e cadetes, quarenta e seis anos depois de ter sido escrita, como fonte abalizada,

digna de figurar em planos de disciplinas e referências bibliográficas dos trabalhos de discentes e docentes. (SANTOS, 1998, p. 5).

Desta forma, a História Militar na AMAN entrou o século XXI, buscando retornar as obras, principalmente, dos professores que lecionaram a disciplina, ou mesmo de autores que escreveram, até o início da década de 1860. O estímulo a pesquisa e a produção científica, fundamentos do processo de modernização do ensino, levaram a busca de referenciais de qualidade, e que na sua época, possuíam um rigor acadêmico necessários ao desenvolvimento científico.

Considerações Finais

A História Militar, enquanto disciplina da Academia Militar, passou por inúmeras modificações, mas estas são reflexos das constantes variações na política de ensino no Exército e pela influência a que estas políticas estavam subordinadas. O espaço temporal e a delimitação temática do presente trabalho não comportam tais investigações. Portanto, para um melhor esclarecimento, serão necessárias inúmeras investigações, onde há um campo aberto para novas pesquisas, de nível acadêmico e pós-graduação.

No entanto, a presente pesquisa, averiguou certas influências, debates e, também pessoas, que vão determinar a construção da disciplina de História Militar na escola de formação de oficiais combatentes.

Assim, o despreparo do general Tasso Fragoso, diagnóstico realizado por ele mesmo, na década de 1920, refletem o contexto da sua formação inicial na Escola Militar ao final do Império. As preocupações do professor Cordolino em relação ao ensino de Estratégia e Tática junto com os conteúdos de História Militar, no âmbito da formação, se defrontaram com os preceitos da Missão Militar Francesa. As elaborações sistemáticas de livros-texto e a preocupação com o ensino e a pesquisa do Coronel Ruas Santos, no início da década de 1960, são frutos da influência norte-americana sobre a organização do Exército, após a 2ª Guerra Mundial. A didática e metodologia próprias, implantada no final da década de 1970, refletiu o distanciamento proporcionado, já na década anterior, pela conjuntura político-ideológica brasileira.

Da mesma forma, que superados aquela fase, nos anos 1990, as políticas de ensino visam melhorar os processo de ensino-aprendizagem, as novas metodológicas

baseadas no processo ensino-aprendizagem, tendo o aluno como centro desse processo (BRASIL, 1996), determinaram uma aproximação com os pesquisadores de diferentes instituições universitárias. Este foi um caminho aberto e de mão dupla, que se desenvolve atualmente. Muitas instituições abriram linhas de pesquisas que fomentaram trabalhos e revisitaram antigos temas militares por meio de novas abordagens teórico-metodológicas. Construíram também, um espaço teórico para o debate sobre o campo da História Militar enquanto ciência histórica.

As disciplinas de História Militar na AMAN, na primeira década do século XXI, sob o impacto do processo de modernização do ensino, sofreram algumas mudanças, sobretudo, de ordem didático-pedagógicas. Procurou-se implantar novos processos de ensino-aprendizagem com a valorização da pesquisa e técnicas de trabalhos em grupo. Com esse intento, foi substituído o mobiliário de algumas salas de aula, onde as antigas carteiras individuais deram lugar a mesas coletivas de até oito lugares.

Já do ponto de vista teórico-metodológico, na primeira década do século XXI, sob a influência de oficiais formados em cursos superiores de História, manuais foram produzidos substituindo os antigos textos de História Militar. O desafio foi o de ampliar o conceito de doutrina militar, antes restritos a análises de batalhas. Procurou-se assim, perceber o desenvolvimento das instituições militares a partir da organização social, econômica e política, enfim da cultura de uma determinada sociedade. Partindo desses pressupostos, analisar como esta sociedade organizou-se para atender as suas necessidades de defesa, e como contribuíram para a evolução da arte da guerra ou doutrina militar¹⁵.

Não obstante e, no intuito de conclusão, algumas reflexões podem ser consideradas para manter e ampliar o debate sobre a história militar, enquanto disciplina no curso de formação de oficiais. Para tanto, será relevante apresentar algumas observações que constam de um trabalho de nível doutorado que realizou parte de suas pesquisas na AMAN no ano de 2004.

¹⁵ As obras produzidas na primeira década do século XXI por integrantes da Cadeira de História Militar foram: 1) GIGOLOTTI, João Carlos Jânio. **Estudo de História Militar**. Vol. 1 e 2. Resende: AMAN, 2003; 2) SAVIAN, Elonir José & LACERDA, Paulo Henrique. **Manual de História Militar Geral**. Resende: AMAN/Div Ens, 2008; 3) FARIA, Durland Puppim de. et al. **Manual de História Militar do Brasil**. Resende: AMAN, 2011.

A tese de doutorado da professora Tânia levanta algumas questões importantes para discussão, principalmente o capítulo quatro (OLIVEIRA, 2005, p. 111-148). O estudo, mesmo não tendo este seu principal objetivo, destacou propriedades, que permaneceram ao longo das décadas, no ensino de História Militar na AMAN e que levantam questionamentos, demandam pesquisas e estimulam debates.

Um dos pontos do referido trabalho destaca a importância da História Militar pela sua vinculação a formação técnico-profissional. A pesquisadora notou que a disciplina não pertenceria ao grupo de disciplinas destinadas à formação superior (acadêmica) do oficial, pois “*podemos designar as disciplinas de História Militar como da área técnico-especializada*”. (OLIVEIRA, 2005, p. 134). Esta é ainda, em grande parte fruto da orientação metodológica proposta a partir da década de 1970.

Da mesma forma, a professora Tânia observou que os professores, apesar de não serem prioritariamente do Quadro de Estado-Maior, eram todos militares. (OLIVEIRA, 2005, p. 138-139). Esta situação demonstra, ainda, uma forte tendência de ver a História Militar como uma disciplina pragmática e dogmática. Nesse sentido, os ensinamentos do passado serviram para contribuir com os estudos visando a evolução de uma doutrina militar na atualidade. Estas observações revelaram, para a autora, uma filiação dos pesquisadores militares, com uma produção historiográfica mais tradicional. O que afinal os livros publicados pela BIBLIEx, no ano de 1998, são um indício favorável a esta teoria. Arelada a um determinado pragmatismo da História, enquanto disciplina, e certo dogmatismo em relação a transmissão de valores, seriam inclusive impeditivos, segundo a professora Tânia (OLIVEIRA, 2005, p. 147), a presença de civis lecionando História Militar na AMAN.

Desta forma, as observações da professora Tânia, seriam muito mais um ponto de partida do que de chegada, pois abre portas para os debates em torno da disciplina de História Militar da AMAN, frente a novas teorias, enfoques, abordagens e fontes disponíveis. Essas condições levariam, em suma, a maiores reflexões e posicionamento crítico perante a História Militar. Porém, esses são temas para outros trabalhos de pesquisa e, por conseguinte, outras histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Pedro Cordolino F. **História Militar**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

- BARROS, José D'Assunção. **O campo Histórico**. Rio de Janeiro: CELA, 2002.
- BENTO, Claudio Moreira. **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Resende: AHMTB, 1999.
- BRASIL. **Diretriz para as Atividades do Exército no Campo da História**. Portaria N° 061-EME, de 07 de outubro de 1977.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Da história militar à “nova” história militar**. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bom Texto, 2004, p. 11- 42.
- DORATIOTO. Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.
- FRAGOSO. Tasso. **A Batalha do Passo do Rosário**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar – EME, 1922
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte**. Tradução e notas de Edson Bini. Rio de Janeiro. BIBLIEx. 1998.
- MOTTA, Jehovah. **A Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy Torres de. **O Estudo da Guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)**. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade de São Carlos, 2005.
- PERES, Carlos Roberto (Org.). **“Da Academia Real Militar à AMAN: dois séculos formando os Líderes e Chefes Militares do Exército Brasileiro**. Resende: AMAN, 2011.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo, IPE: 1949.
- SANCHES, Marcos Guimarães Sanches. **A Guerra: problemas e desafios do campo de história militar brasileira**. In *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, Ano I, N° 01, Abr 2010. <http://www.historiamilitar.com.br/Artigo1RBHM1.pdf>, acessado em 30 de Abril de 2012.
- SANTOS, Francisco Ruas. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- WEHLING, Arno. **A pesquisa da História Militar brasileira**. In *Da Cultura*, Rio de Janeiro, Ano I, N° 1, Jan/Jun 2001.

Documentos publicados pela Cadeira de História Militar da AMAN

- **Evolução da Arte da Guerra**. Vol 1. AMAN, 1967.
- FARIA, Durland Puppín de. et al. **Manual de História Militar do Brasil**. Resende: AMAN, 2011.

- **FUNDAMENTOS DA ARTE DA GUERRA**. Nota de Aula. Cadeira de História Militar – AMAN, s/data.
- GIGLOTTI, João Carlos Jânio. **Estudo de História Militar**. Vol. 1 e 2. Resende: AMAN, 2003.
- **HISTÓRIA DA DOCTRINA MILITAR** (da antiguidade a II GM), AMAN, 1979.
- **História do Brasil** – Texto. AMAN, 1979.
- **História do Brasil** – Mapas. AMAN, 1979.
- **Revoluções no Brasil após a República**. AMAN, 1980.
- **PESQUISA HISTÓRICA**. Nota de Aula. Cadeira de História Militar – AMAN, s/data.
- SANTOS, Francisco Ruas. **Teoria e pesquisa em História Militar**. AMAN: Editora Acadêmica, 1961.
- SAVIAN, Elonir José & LACERDA, Paulo Henrique. **Manual de História Militar Geral**. Resende: AMAN/Div Ens, 2008.

O ENSINO DA HISTÓRIA MILITAR NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Cel Claudio Passos Calaza¹(AFA)

INTRODUÇÃO

As escolas de formação de oficiais das grandes potências militares, do passado e atuais, sempre conferiram à História Militar uma posição de destaque em seus currículos. Tal fundamento teve início na célebre *Kriegsakademie* prussiana, a primeira instituição de ensino militar superior nos moldes de uma Força Armada moderna. Sob a orientação do venerado Helmut von Moltke, a exemplar instituição baseava seus estudos da Arte da Guerra nas experiências fornecidas pela História. Segundo Moltke, a História Militar, por dominar inteiramente a conduta prática da guerra, é uma fonte inesgotável de lições para a Arte da Guerra.

Para tal fundamento, os educadores da *Kriegsakademie* receberam influência do próprio Clausewitz ao prescrever que "os exemplos históricos esclarecem tudo; possuem, além disso, um poder demonstrativo de primeira categoria quando se trata de ciência empírica. Isso se verifica na Arte da Guerra mais do que em qualquer outro campo".¹ Sob a batuta de Von Moltke, os Estados-Maiores da Prússia, e depois da Alemanha unificada, reuniram documentos históricos e estudos das muitas campanhas e batalhas do passado para que servissem de orientação aos seus futuros comandantes.

A partir desse momento, o significado da História na educação castrense penetrou de forma indelével na mentalidade do Exército germânico e, sendo ele o padrão a ser seguido a partir da segunda metade do século XIX, acabou por influir no processo educacional militar de muitos países que buscavam organizar seus exércitos sob os princípios da modernidade e do profissionalismo. E dessa forma, a História Militar assentou-se como matéria propedêutica para o estudo da tática, da estratégia e da logística nas muitas academias militares do mundo que se inspiravam no modelo germânico, inclusive no Brasil.

¹ Coronel dentista da Aeronáutica, especialista em História Militar, mestre em Ciências Aeronáuticas pela Universidade da Força Aérea. Docente da disciplina de História Militar da Academia da Força Aérea. Endereço eletrônico: calaza@lancernet.com.br

Como não poderia deixar de ser, a História Militar se fez presente na grade curricular dos cursos da Academia da Força Aérea (AFA), a principal escola de formação da Aeronáutica. Nela são formados os oficiais de seus principais quadros – aviadores, intendentos e infantos – os futuros líderes da Força. Mas, sob que fundamentos ela está sendo ministrada?

FUNDAMENTOS DO ENSINO DA HISTÓRIA MILITAR

O caráter da História Militar nos diversos ambientes acadêmicos se alterou constantemente ao longo dos anos. Segundo Peter Paret, o desenvolvimento da disciplina partiu de uma análise que se caracterizava pela preocupação com as campanhas militares, as narrativas batalhas, suas estratégias e táticas, enquanto considerações sobre a forma como a guerra influenciava as estruturas institucionais, sociais e econômicas do período eram negligenciadas.² Embora diante das novas escolas e abordagens da História Militar, sua forma tradicional foi bastante cultivada pelo ambiente castrense.

Os historiadores militares e docentes de História das escolas militares foram pródigos em imputar as muitas aplicabilidades do estudo de sua matéria na formação dos profissionais da guerra, sobremaneira de futuros líderes. Na AFA, corroboramos todas elas, dividindo basicamente seu significado em dois sentidos educacionais que, muitas das vezes acabam por interagirem e se sobreporem:

- a) Função propedêutica para a Arte da Guerra – História militar instrumental
- b) Função formadora da identidade militar – História militar sócio-institucional

A função propedêutica da História Militar é aquela na qual ministramos uma História Militar instrumental, encarada como ferramenta de transmissão indireta de conhecimentos profissionais para a Arte da Guerra. Certamente, é esse o sentido didático primordial da História na formação de oficiais, aprender com as experiências do passado. Antes do teórico Clausewitz, o grande gênio do poder militar terrestre, Napoleão Bonaparte, prescrevia:

O conhecimento superior da Arte da Guerra só se adquire pela história das guerras e das batalhas dos grandes Capitães. Façam a guerra como Alexandre

Aníbal, César, Gustavo Adolfo, Turenne, Frederico o Grande, Eugênio. Leiam e releiam criticamente a História de suas campanhas e guiem-se por elas. Eis o único meio de se fazer um grande General e aprender os segredos da Arte da Guerra. ³

Essa função diz respeito à utilização dos conteúdos da disciplina como substituta da experiência prática, uma vez que a guerra não é algo que se possa criar ou simular em sua total realidade para fins treinamento. Partindo do princípio de que a vocação militar se torna uma profissão pelo acúmulo de experiências que promoveriam um conjunto de conhecimentos profissionais, Samuel Huntington delimitou que o estudo da História Militar seria um modo de acumular tais experiências:

Na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Liddell Hart, “a experiência universal”, e História Militar, como disse Moltke, “é o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz”. Desse modo, a ética militar dá grande valor ao estudo metódico e objetivo da História. Mas a História só tem valor para o militar quando é aproveitada para desenvolver princípios capazes de futura aplicação. ⁴

Um dos significados da disciplina de História Militar ministrada na AFA é o de servir como ferramenta indispensável na constituição do pensamento militar e substituto da experiência direta em combate. Sob esta ótica, Russel Weigley acrescentou que o militar em formação ao mergulhar no estudo da História, objetivando a preparação para enfrentar suas futuros encargos, sejam de ordem tática, logística ou estratégica, acredita, naturalmente, que a História lhe propicie os princípios práticos para guiar suas ações, mediante exemplos dos líderes do passado.⁵ Tânia Godoy, também educadora da AFA, observou esse caráter pragmático da disciplina nas escolas de formação de oficiais, como meio de extrair lições de episódios históricos que possam ser utilizados em situações futuras para qual são preparados os militares.⁶

No mesmo sentido, Liddel Hardt considerou a História como a experiência universal de muitos sob as mais diversas condições, transformando-se em ideal de preparo militar uma vez que proporciona uma experiência indireta de grande valor pela sua variedade e extensão:

Aqui está a explicação racional de se ter a história militar como base da educação militar – seu valor prático preponderante para a formação e desenvolvimento mental do militar. Porém, como toda experiência, os benefícios dependerão da amplitude e do método utilizado em seu estudo.⁷

Além do aspecto educacional, a História Militar possui autoridade de servir de manancial para a formulação de doutrinas militares. A ciência histórica como fundamento para o estabelecimento de doutrina militar veio a ser citada na década de vinte do século XX pelos pressupostos do general inglês John Frederick Charles Fuller, advogando a transformação da Arte da Guerra em ciência para seu melhor entendimento e aplicação. Fuller assinalou que a legítima função da História dos profissionais da guerra é ajudá-los a rever conceitos e pensar sobre o futuro.⁸

Todavia, muito tempo antes de Fuller, a utilização da História como ferramenta de concepção doutrinária já havia sido prescrita por um eminente teórico do Poder Naval, o norte-americano Alfred Thayer Mahan. Foi se aprofundando na observação da História, como professor desta matéria na Escola de Guerra Naval, que Mahan pode coletar elementos para sua obra *The Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783*. Nela concluiu que é na “História Militar que vamos buscar a fonte de toda a Ciência Militar”.⁹

O valor do conhecimento histórico como fonte para a doutrina militar também se propagou no campo do Poder Aéreo, e isto se deu por meio do major-general I. B. Holley ao mencionar que

a experiência histórica fornece a prova do que funcionou e do que não funcionou. A experiência nos leva além da visão e da especulação dos teóricos. A experiência prática revela o que é prático. Mas o que queremos dizer verdadeiramente por experiência? Vivenciar uma operação é, de algum modo, "experimentá-la". Contudo, não é isso que queremos dizer quando falamos em experiência utilizável para propósito doutrinário. Para ser utilizável a experiência que observamos ou vivenciamos tem que ser objeto de reflexão e tem que ser registrada.¹⁰

Ainda sobre o papel da História Militar no estabelecimento das doutrinas militares, o coronel Dennis Drew, eminente pensador da Força Aérea dos Estados Unidos, menciona que, “a fonte primária de crenças sobre como melhor conduzir assuntos militares é a experiência de como as coisas foram conduzidas no passado. Em

outras palavras, a fonte primária da doutrina militar é a História Militar”.¹¹ Drew recomenda o estudo sistemático da História para gerar conhecimentos capazes de construir referências sólidas para posicionamentos futuros. Sob esse entendimento, o futuro oficial pode aquilatar o quanto a História Militar é um instrumento válido não só para sua formação, mas também para toda carreira.

Estudando o Poder Aéreo na Segunda Guerra Mundial, em especial na estratégia da Alemanha em subjugar a Grã-Bretanha pelos maciços bombardeios aéreos, o cadete da Aeronáutica pode verificar a invalidação dos pressupostos doutrinários de Giulio Douhet, o precursor das teorias do Poder Aéreo, concebidas ao final da Primeira Guerra Mundial. As doutrinas militares, sobremaneira as do Poder Aéreo, encontram-se em permanente evolução, e a disciplina de História Militar da AFA apresenta ao futuro oficial o quanto ela pode ser útil na formulação e revisão de documentos que tratam da doutrina e da estratégia aeroespacial.

Essa visão instrumental da História para os militares talvez tenha abatido o impulso da História Militar como disciplina no ambiente acadêmico civil, pois essa orientação afetaria a coleta e a seleção de dados. Porém, essa é uma característica que pode ser encontrada em qualquer a produção historiográfica e não somente militar. O espírito instrumentalista e a fé na relevância da experiência histórica sempre foram forças guia da História Militar.¹²

Na AFA, a disciplina de História Militar assume ainda uma segunda e importante função, como contribuinte formadora da identidade e do espírito militar. Estamos, aí, ministrando uma História Militar sócio-institucional. Esta é bastante criticada pelo meio acadêmico civil, mas é de fundamental importância no ambiente castrense. Trata-se de sua utilização como elemento de doutrinação militar, principalmente dos jovens ingressantes na vida castrense. Mais especificamente, como meio de lhes transmitir não somente a História da instituição na qual estão se inserindo, mas principalmente de imbuí-lo de seus valores intrínsecos e do modo de vida ao qual terão que se adaptar.

É característica das instituições militares utilizarem a História para afirmar identidades enraizadas em tradições remotas, para referendar a autoridade estabelecida, para respaldar – embasados em ações de líderes do passado – condutas e valores. Em todos esses casos, a função da História Militar é dotar de identidade a diversidade de

homens e mulheres que ingressam na carreira militar. A valorização do passado tem por finalidade criar valores sociais compartilhados, inculcar a ideia de que a corporação tem uma origem comum, semeando a convicção de que o passado constitui um elemento comum de coesão entre os diversos membros de um corpo militar para enfrentar as dificuldades do presente e assumir os desafios do futuro.

É próprio das sociedades humanas estarem organizadas e motivadas, em grande parte, por uma cultura herdada. Os seres humanos devem seu caráter distinto ao fato de compartilhar memórias institucionais e sustentar valores herdados do passado.¹³ Dessa forma, dotar uma tropa de um passado comum e fundar nessa origem remota uma identidade coletiva é uma importante e permanente função social da História Militar. Ela desperta a vibração e reforça o espírito de corpo.

Para exemplificar essa prática pedagógica na AFA temos que, quando o cadete da Aeronáutica estuda a saga do Correio Aéreo passa a se identificar com o espírito intrépido daqueles aviadores que levaram a efeito, em pleno século XX, um novo descobrimento do interior do Brasil, assim como fizeram navegadores portugueses e bandeirantes paulistas no passado colonial brasileiro.

A trajetória de homens como Eduardo Gomes, Nero Moura e Casimiro Montenegro inspira o cadete a se identificar com estas lideranças, cultivando com maior motivação os valores e tradições aeronáuticas. Também trabalhamos a História Militar na AFA como um instrumento a propiciar o desenvolvimento de um *ethos*¹⁴ próprio do combatente do ar. Um dos objetivos gerais da matéria é valorizar a cultura militar e aeronáutica brasileira a partir da trajetória histórica de suas instituições e personagens.

A História Militar da AFA de hoje busca assumir um papel relevante como disciplina profissionalizante no campo militar mas, apesar do fato e remoto embasamento teórico, este pensamento nem sempre encontrou força ao longo dos tempos. A concretização de alguns fundamentos educacionais tem sido um constante desafio na história da formação dos oficiais da Aeronáutica, desde os tempos da Escola de Aeronáutica, predecessora da atual AFA.

EVOLUÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA MILITAR NA AERONÁUTICA

A Escola de Aeronáutica, estabelecida em 1941 com a criação do Ministério da Aeronáutica, veio a herdar, em larga medida, princípios e práticas educacionais do Exército. A nova escola, situada no Campo dos Afonsos, aproveitou e ampliou estruturas físicas da Escola de Aviação Militar do Exército, onde se dava a formação especializada dos oficiais da Arma de Aviação. A Aeronáutica foi organizada hegemonicamente a partir da Aviação Militar, que detinha um maior efetivo e desenvolvia maior atividade aérea que a Aviação Naval. Certamente, a Escola Militar de Realengo muito influenciou na organização da nova escola de formação, onde a História Militar, ministrada no último ano daquela escola, tinha um papel de destaque no currículo como disciplina profissionalizante.¹⁵

Entretanto, a Escola de Aeronáutica inicia suas atividades de forma precária e em regime de urgência, com um curso de formação de três anos, tendo por base curricular a ênfase na área das ciências exatas, enquanto a fase especializada era quase que totalmente devotada à instrução de voo. O envolvimento do Brasil na Segunda Grande Guerra justificou ainda mais uma formação destinada à pronta operacionalidade dos oficiais egressos. Sendo assim, num primeiro momento, a formação dos oficiais da nova força não contemplava o estudo da História Militar.¹⁶ O estudo da guerra se localizava no tempo presente e as doutrinas de Poder Aéreo estavam ainda por serem testadas. O contexto da época não acenava em favor de uma formação mais prolongada e intelectualizada.

Em 1945, verificamos a inserção de uma disciplina História no currículo da Escola de Aeronáutica. Tratava-se, entretanto, de um curso de História do Brasil, possivelmente ministrada com algum enfoque militar, mas sem um sentido pragmático para a Arte da Guerra. De 1949 a 1952, esta mesma disciplina desaparece da grade curricular dos cursos da Escola da Aeronáutica. Somente em 1953 é que aparece uma disciplina com a denominação própria de História Militar. Ela era ministrada rotineiramente no terceiro ano e, ocasionalmente, incluída no segundo ano dos cursos. Nesse momento, os cursos de formação de oficiais aviadores e de intendentes mantinham a duração de três anos.¹⁷

A partir da década de 1960, devido ao intenso tráfego aéreo e avanço da área urbana da cidade do Rio de Janeiro, passa a ser ativada de forma progressiva as atividades do destacamento precursor da nova sede da Escola, em Pirassununga, onde é ministrada, a partir de 1964, a instrução de voo avançada. Em 1969, a Escola de Aeronáutica passa a ser denominada Academia da Força Aérea e se prepara para a transferência definitiva. É a partir de 1970 que a formação dos oficiais da Aeronáutica passa a incluir um quarto ano, nem sempre feito todos no mesmo local. Natal foi base transitória da instrução de voo primária.

A transferência definitiva da sede para Pirassununga ocorre no final do ano de 1971, mesmo assim, se arrasta paulatinamente até 1974, quando todas as instruções se concretizam na nova localidade. Esse período de mudança de sede é bastante turbulento, influenciando sobre o plano de ensino então praticado. Contudo, foi ano de 1971, ainda no Campo dos Afonsos, que a disciplina de História Militar sofre uma modificação importante, passando a se chamar História do Poder Aéreo, tendo seu alvo para a atividade-fim da Aeronáutica.

Conforme mencionamos, a transferência para Pirassununga acabou por comprometer o cumprimento dos programas curriculares, sobretudo devido à carência de professores e instrutores na nova localidade, então bastante afastada dos grandes centros urbanos da época. A AFA mantinha uma peculiaridade na constituição de seu corpo docente composto basicamente por professores civis com formação específica na área. Somente as instruções militares, de voo e técnico-especializadas eram ministradas por militares.

É nos primeiros anos de Pirassununga que uma reforma curricular orientou a formação do oficial aviador para as disciplinas de Engenharia. A exigência de maior conhecimento na área tecnológica pelos pilotos justificava a medida. O novo currículo foi então inspirado e modelado com base nos cursos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Foi o momento bacharelesco do curso de Engenharia, e seu currículo desprezava, quase que totalmente, as disciplinas da área das ciências humanas, dentre elas os conhecimentos provindos da História Militar. De 1972 a 1974, observa-se não ter sido possível dar continuidade à disciplina de História do Poder Aéreo, pela falta de docentes. Ela veio a ser restabelecida apenas no ano de 1975, com carga horária de 68 horas, vindo logo a desaparecer nos anos seguintes.¹⁸

A partir de 1978, passam a serem inseridos na grade curricular alguns conteúdos destacados tratando de História da Aviação, História da Força Aérea Brasileira e História da Segunda Guerra Mundial, sendo ministrados como disciplinas complementares ou na forma de palestras eventuais. Os objetivos educacionais tendiam a ser mais doutrinários e institucionais do que em favor da propedêutica para a Arte da Guerra. Na grade curricular desse período havia também uma disciplina denominada Estudos Sociais, que compreendia conteúdos gerais de História e Geografia, chegando a deter uma carga horária de 100 horas. A manutenção de uma disciplina de Estudos Sociais, até o final da década de 1980, seguia uma orientação educacional própria do período, quando da outorga da Lei 5692/1971.¹⁹

O ano de 1983 marca a volta da disciplina de História do Poder Aéreo, ministrada com carga horária de 40 horas no quarto ano do curso para aviadores e intendentes.²⁰ Diante de tantas alterações curriculares no período, podemos verificar que o ensino de conteúdos de História Militar que se manteve mais estável na AFA foi feito a partir da disciplina de História do Poder Aéreo ou Aeroespacial. De um modo geral, esta matéria era ministrada por militares do quadro de aviadores provenientes de outras unidades. O conteúdo seguiu sendo complementado com palestras de História da Segunda Guerra e da Força Aérea Brasileira. O estudo da Segunda Guerra Mundial, era baseado em projeções de um reconhecido documentário da época exibido na televisão, “O Mundo em Guerra”.²¹

A atual disciplina de História Militar da AFA, tal como a temos hoje em sua denominação, embora sofrendo diversas revisões de conteúdo e alterações de carga horária, teve início no ano de 1984. A iniciativa emanou de órgãos superiores e se inspirava na cadeira da Academia Militar das Agulhas (AMAN). Nesse momento, o corpo docente da AFA – composto majoritariamente por professores civis – não possuía nenhum professor com formação específica na área. A solução encontrada na época foi empregar um docente “voluntário” da área de Direito para tal missão. A disciplina se refez em Pirassununga a partir do zero, sem quaisquer fundamentos nem suporte didático. O professor de Direito acabou por se motivar com o desafio e buscou recursos de toda ordem, recorrendo ao material disponibilizado pela AMAN e outras escolas do Exército para dar início ao curso. Somente em 1986 é que se deu a admissão de um

docente específico, com licenciatura em História, para assumir a disciplina, mesmo assim, sua permanência foi efêmera.²²

Esta pioneira História Militar em Pirassununga foi inicialmente implantada com uma carga horária de 52 horas, divididas e ministradas nos dois últimos semestres dos cursos. Frequentes alterações curriculares ora aumentavam, ora reduziam a carga horária da disciplina. Embora militar em sua denominação, é possível perceber, verificando o Plano de Unidades Didáticas da época, que os conteúdos ainda estavam um pouco distanciados de uma autêntica História Militar, figurando grande parte de conteúdos em torno da História Geral, com ênfase nos aspectos políticos, sociais e econômicos. O legítimo estudo da guerra, em sentido pragmático, envolvendo os aspectos dos princípios e evolução da Arte da Guerra, da conduta no conflito, da organização militar, e mesmo das narrativas das batalhas, ainda não era uma realidade na AFA nesse momento.²³

No início da década de 1990, recorreu-se a contratação temporária de um novo professor civil, com destacado conhecimento empírico na Arte Militar, mas a duração deste também foi efêmera por problemas de vinculação. Em meados da década de 1990, novos problemas vieram a comprometer o curso de História Militar na AFA com a aposentadoria do professor da área de Direito que sustentava a disciplina. Nos anos de 1994 e 1995, a Divisão de Ensino da AFA ficou sem nenhum professor para ministrar a matéria, gerando atrasos na programação curricular de duas turmas. A efetivação de uma professora concursada com formação em História no ano de 1996 permitiu a continuidade do ensino da matéria, que passou a ser dividida em duas disciplinas – História Militar I e História Militar II – com a carga horária total de 60 horas.

Novos desafios e ameaças se apresentaram no ano de 2004 com a introdução do curso de Administração na AFA, que redirecionou a formação de todos os cursos para o cunho bacharelesco das Ciências da Administração. A profunda e revolucionária reformulação curricular, que supostamente se distanciaria do profissionalismo militar, causou grande impacto curricular e acadêmico mas, de fato, não chegou a comprometer o ensino da História Militar, sendo mantida sua carga horária com algumas revisões de conteúdo.

SITUAÇÃO ATUAL, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM

Apesar dos muitos óbices e turbulências do passado, provocando a descontinuidade do ensino da História Militar nos cursos de formação dos principais oficiais da Aeronáutica, hoje é possível afirmar que a disciplina se encontra estruturada e consolidada nos currículos da AFA. Inserida no Campo Militar, na área das Ciências Militares, sua real importância parece ter se tornado inquestionável no pensamento da educação superior da Força. Esse caráter inquestionável da matéria se traduz em seu recente amparo, embora de forma implícita, no mais alto dispositivo a reger o ensino da Aeronáutica.²⁴ Presente nos três cursos de formação da AFA, a matéria é dividida em dois módulos disciplinares – História Militar I e II – perfazendo carga horária de 72 horas, incluindo os tempos de avaliação.

A História Militar I, com 38 tempos de aula, é ministrada no quarto semestre para o curso de formação de aviadores e no quinto semestre dos cursos de Intendência e Infantaria. Para os aviadores, ela é inserida na fase final da instrução de voo primária, o que eventualmente prejudica o interesse do cadete pela matéria que invariavelmente opta por priorizar a atividade aérea. A disciplina provê uma introdução à História Militar e se aprofunda no estudo dos principais conflitos mundiais, com ênfase para o Poder Aeroespacial. Os objetivos específicos da disciplina são:

- a) interpretar o desenvolvimento tecnológico do incremento bélico enquanto elemento decisivo nas mudanças apresentadas nos teatros de operações de guerra ao longo do século XX (Av);
- b) valorizar a importância do estudo da História, em especial da História Militar, para o aprimoramento individual e profissional nas diversas fases da vida militar (Av);
- c) apreciar a importância do homem no fenômeno guerra, dando ênfase ao desenvolvimento do Poder Aeroespacial (Av); e
- d) explicar o contexto sócio-político e militar das nações envolvidas nos grandes conflitos armados do século XX (Cp).²⁵

A ementa de História Militar I menciona os seguintes tópicos a serem abordados:

- 1) Conceito de História e de História Militar: o estudo da guerra e a História Militar. 2) A Primeira Grande Guerra (1914-1918): a ofensiva alemã, o

desenvolvimento da aviação durante o conflito, os tratados de paz, suas consequências e as contribuições para a arte da guerra.

3) O Período Entre-Guerras (1919-1939): teorias pioneiras do Poder Aéreo; ascensão política do nazi-fascismo na Europa.

4) A Segunda Guerra Mundial e a consolidação do Poder Aéreo (1939-1945): a Blitzkrieg alemã e a guerra de movimentos; atuação de Dowding, a guerra eletrônica e análise do emprego do Poder Aéreo na Segunda Guerra; desenvolvimento estratégico, principais batalhas aéreas e marítimas nos teatros europeus e no teatro do Pacífico e ensinamentos extraídos; a importância da Força Aérea no desenvolvimento e decisão da guerra e consequências da Segunda Guerra.

5) O Poder Aeroespacial e os conflitos do pós-Segunda Guerra Mundial: conceito de Poder Aeroespacial e seus elementos; emprego bélico dos helicópteros nos diversos conflitos do pós-2ª Guerra Mundial; evolução do emprego do Poder Aeroespacial nos conflitos contemporâneos. ²⁶

A História Militar II, com 34 tempos de aula, é ministrada no quinto semestre do curso formação de aviadores e no sexto semestre dos cursos de Intendência e Infantaria. Para os aviadores, esta alocação, no início do terceiro ano, favorece o aproveitamento da matéria por não coincidir com nenhuma fase da instrução de voo. O conteúdo dessa segunda disciplina incide sobre o estudo da História Militar e Aeronáutica brasileiras. Os objetivos específicos da disciplina são:

- a) Valorizar a identidade militar e aeronáutica brasileira a partir da trajetória histórica das Forças Armadas e de seus personagens (Av);
- b) analisar a evolução da sociedade e da nação brasileira à luz da História Militar (An);
- c) interpretar o papel dos militares na organização social e política do Brasil (Av);
- d) identificar a formação do pensamento aeronáutico brasileiro, destacando as iniciativas em prol do desenvolvimento tecnológico e da indústria aeroespacial (Cp); e
- e) aplicar conhecimentos históricos em favor da evolução da Defesa Nacional e do Poder Aeroespacial brasileiro (Ap). ²⁷

A ementa de História Militar II prevê os seguintes assuntos:

- 1) Formação da Nação brasileira: Processo de independência do Brasil e a gênese das Forças Armadas brasileiras; Conflitos armados do século XIX.

2) Evolução da tecnologia e indústria aeroespacial brasileira: Alberto Santos Dumont e os pioneiros da aviação e os primórdios da construção aeronáutica no Brasil; A criação do CTA e o desenvolvimento da tecnologia e da indústria aeroespacial brasileira até os dias atuais.

3) História da Força Aérea Brasileira: A formação do pensamento aeronáutico brasileiro; Evolução das aviações militares no Brasil e a criação do Ministério da Aeronáutica; Participação do Brasil e da FAB na Segunda Guerra Mundial.

4) Os militares na política: Do final da Guerra do Paraguai à Proclamação da República; Participações e papel dos militares na política durante no período republicano: o Movimento Tenentista; O golpe de 1964 e o Regime Militar no Brasil.²⁸

Os conteúdos são ministrados por meio de aulas expositivas, projeção de filmes e visitas pedagógicas. O material didático fornecido ao cadete se baseia em textos apostilados, selecionados e elaborados pelos docentes. Tornou-se uma tendência recente o abandono do fornecimento de material impresso ao cadete, optando-se pela disponibilização de arquivos digitais composto de textos, vídeos e *slides* apresentados em sala de aula. Os cadetes são também estimulados a buscar outras fontes como livros, periódicos e a realizar pesquisas na *internet*, tudo visando ampliar os conhecimentos.

O aproveitamento é medido por meio de exercícios avaliatórios, provas e exames. As provas e exames, de acordo com o Plano de Avaliação vigente, obrigatoriamente envolvem questões de múltipla escolha, resposta curta e dissertativa. Segundo este plano, a média para aprovação é grau 7,0. Ao cadete submetido a exame final é exigida média 5,0.

Em geral, observamos que o interesse geral do cadete da Aeronáutica pelo estudo da História Militar é alto, com alto grau de motivação durante as aulas. Este interesse reside não apenas sobre temas de estudo da guerra ou do Poder Aéreo mas, inclusive, sobre assuntos relativos ao papel dos militares na política.²⁹ Alguns poucos cadetes detêm, por esforço próprio, um bom nível de conhecimento preliminar, o que lhes permitem realizar questionamentos inteligentes e reflexões oportunas. A polêmica historiográfica e temas de aviação têm sido as molas mestras a despertar o cadete para o estudo da matéria.

Mesmo com grande volume de conteúdo, o grau de aproveitamento nas avaliações é elevado. Grande parte dos cadetes concorda que a carga horária da

disciplina é insuficiente. A História Militar vem sendo tema bastante escolhido nas monografias.³⁰ Muitos dos trabalhos apresentados versam sobre a importância do estudo da História Militar na formação do oficial. Todos acabam por concluir ser a carga horária restrita e o que os conhecimentos deveriam ser mais aprofundados. Conforme manifestou um cadete em seu expressivo trabalho:

Apesar desta Academia formar líderes militares e combatentes que usam de grande tecnologia para entrar em combate, o avião no caso, alinhando perfeitamente com a descrição clausewitziana, esta instituição não provê muito no estudo de HM, relegando esta matéria a um plano secundário. (...) Em suma, a relevância do curso de HM na AFA é baixa se comparados a formação idealizada dos líderes militares sugeridas pelos teóricos de guerra estudados neste trabalho (Clausewitz e Fuller).³¹

Conforme depoimento de outro cadete, a História Militar foi uma rara oportunidade para o estudo da guerra em seu curso, apesar da reduzida carga horária da disciplina.

Durante o CFOAV a única disciplina que abrangeu satisfatoriamente o tema da guerra foi História Militar, (...) este estudo não propicia ao cadete a capacidade de avaliar, com crítica, os acontecimentos abordados, dado o seu caráter superficial (em função dos tempos de aula alocados para tal) (Cadete 23 do 4º ano Aviação – AFA).³²

O aumento da carga horária da História Militar traduz uma antiga demanda de docentes e discentes da AFA, mas essa proposta sempre deparou com óbices face às muitas conjunturas curriculares e limitações, inclusive de recursos humanos. Sob este último aspecto, vivenciamos atualmente uma fase de boas perspectivas. Antes restrito e com predomínio de mestres civis, o corpo docente de História Militar da AFA encontra-se hoje ampliado e combinado, sendo composto por uma professora civil com titulação em doutorado e dois militares com titulação em mestrado. Destes, um é proveniente do quadro de dentistas e outro pertence ao quadro de oficiais convocados com formação em História.

Essa experiência da heterogeneidade no corpo docente parece se mostrar estimulante em favor do ecletismo acadêmico, do incremento de conhecimentos e da troca de experiências. Entendemos que um corpo docente heterogêneo amplia os

horizontes da abordagem histórica e favorece a interação acadêmica, evitando as limitações da História Militar tradicional, centradas na história batalha, que mitifica personagens e fatos tornando-os, em última instância ahistóricos. Da mesma forma, entendemos que algumas abordagens da Nova História Militar podem se mostrar pouco pragmáticas e até perniciosas à construção do espírito militar.

Na AFA, fazemos uma abordagem da História Militar com ênfase na História Aeronáutica ou do Poder Aéreo, conforme a própria natureza de nosso emprego. Nós da Força Aérea acreditamos que a doutrina do Poder Aeroespacial é especialmente dinâmica, continua a crescer, evoluir e amadurecer com constantes e novas tecnologias, mas sempre recorre à reinterpretação de experiências anteriores. Conhecer a História do Poder Aéreo, em profundidade, é crucial para nós da Aeronáutica, sobretudo para o curso de formação de oficiais aviadores. Contudo, não podemos dispensar os exemplos constantes na História Militar Terrestre e Naval para uma compreensão mais ampla e enriquecida de muitos aspectos. Apesar do curso ser o mesmo para intendentess e infantess, vivenciamos a perspectiva de que estes devessem possuir conteúdos distintos, voltados às especificidades de emprego de seus próprios quadros.

A abordagem da História em uma instituição militarizada exprime um constante desafio. Como cumprir os diversos objetivos da disciplina no interesse castrense mantendo o caráter científico da História? Mesmo perseguindo o sentido instrumental da matéria na formação do profissional para a guerra, buscamos fazer entrever ao futuro oficial as diversas faces do saber histórico, mostrando que a verdadeira História existe na medida em que ela não é uma obra de ficção, sendo construída a partir de fatos, de processos sociais e de seus personagens. Ao mesmo tempo, tudo isso é objeto de uma interpretação particular do historiador, e que este trabalha em favor de interesses e conjunções das mais diversas.

Por fim, encaramos a História Militar essencial para a dinâmica do processo de educação militar dentro dos modernos conceitos da formação castrense focada na Inteligência Cultural. Ela amplia os conhecimentos profissionais e, mais ainda, se torna contributiva para o pensamento prospectivo. A Força Aérea Brasileira carece forjar líderes militares educados para acompanhar criticamente a evolução do Poder Aeroespacial, não apenas formados para gerenciar uma aeronáutica militar de uma

nação pacífica. Devemos proporcionar a visão intelectual para o futuro oficial se adaptar a um mundo multicultural em constantes transformações.

NOTAS

1 CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Prefácio de Anatole Rapaport. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes Ed., 1979 [1832], p. 191.

2 PARET, Peter. “The history of war and the new military history”. In: *Understanding war: essays on Clausewitz and the History of military power*. Princeton, 1993, p. 210.

3 CHANDLER, David G. *The Military Maxims of Napoleon*. New York : Macmillan, 1997, p.89.

4 HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996, p. 82.

5 WEIGLEY, Russell F. *Novas Dimensões da História Militar - Vol. 1*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1981, p. 15.

6 OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy. O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996 – 2004). 2005. 344 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. UFSCar – São Carlos, p. 25.

7 LIDDELL HART, Basil H. *As grandes guerras da história*. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1982, p.26.

8 FULLER, John Frederick Charles, *The Foundations of the Science of War*, London: Hutchington and Co Ltd., 1925, p. 97.

9 MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History*. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

10 HOLLEY JR., I. B. *Sobre cargas de sabre, caças de escolta e aeronaves espaciais*. Air University Review, edição brasileira, Maxwell AFB, primavera 1984, p. 26-35.

11 DREW, Dennis M. *Of trees and leaves*. Air University Review, jan./feb. 1982. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/aureview/1982/jan-feb/drew.html>. Acesso em: 1º mar. 2007.

12 PARET, op. cit., p. 15-16.

13 CLARK, John Grahame Douglas. *Space, time and man – A prehistorian’s view*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 39.

14 O termo *ethos*, utilizado pela Sociologia, significa uma espécie de síntese dos costumes de um povo. Indica, de maneira geral, os traços característicos de um grupo, do ponto de vista social e cultural, que o diferencia de outros. Seria assim, um valor de identidade social.

15 MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 266 - 296.

16 Dados obtidos com base em pesquisa nas fichas de histórico escolar dos cadetes de 1941 a 1944. Fonte: arquivo da Divisão de Ensino da AFA.

17 Dados obtidos com base em pesquisa nas fichas de histórico escolar dos cadetes de 1945 a 1960, Fonte: arquivo da Divisão de Ensino da AFA.

18 Dados foram obtidas com base em pesquisa nas fichas de histórico escolar dos cadetes de 1961 a 1988, Fonte: arquivo da Divisão de Ensino da AFA.

19 OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy. Ensino de História Militar: Uma Análise centrada na concepção do ensino de História na formação dos oficiais da Força Aérea Brasileira. 2001. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFSCar – São Carlos, p. 43.

20 Em 1983, passa a ser ministrado na AFA o curso de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, que antes era realizado em Curitiba, na Escola de Oficiais Especialistas e de Aeronáutica e de Infantaria e Guarda (EOEIG).

21 “O Mundo em Guerra” - *The World at War*, Grã-Bretanha, 1974 - foi um seriado sobre a História da Segunda Guerra Mundial exibido na televisão brasileira no ano de 1975, onde se destacava a locução do ator Walmor Chagas. A série, uma produção da *Thames Television* continha 26 episódios e foi considerada na época o mais completo documentário histórico sobre o conflito. Seu produtor era Jeremy Isaacs.

22 Conforme depoimento do professor Jorge Devitte, mestre em Direito, que deu início a organização da matéria de História Militar na AFA no ano de 1984. Entrevista realizada em 14 mai 2012.

23 Plano de Unidades Didáticas da Academia da Força Aérea, ano 1985.

24 A Lei 12.464, de 5 de agosto de 2011, menciona em seu Art 3º que são princípios do ensino na Aeronáutica: II- a profissionalização continuada e progressiva, IV- a preservação das tradições nacionais e militares, e V- a permanente atualização doutrinária. Para a observância de tais princípios torna-se evidente a necessidade do ensino e valorização da História Militar nas escolas do Sistema de Ensino da Aeronáutica.

25 Currículo Mínimo dos cursos de formação da Academia da Força Aérea – CFOAV, CFOINT e CFOINF. – atualização 2011.

26 Idem.

27 Idem.

28 Idem.

29 Segundo pesquisa de opinião realizada entre os cadetes da turma Asgard no de 2011 sobre a preferência de assuntos a serem abordados na disciplina de História Militar II, a escolha por temas envolvendo o papel dos militares na política foi inesperadamente elevado em detrimento de assuntos do estudo da guerra e temas aeronáuticos. O resultado da pesquisa apontou que o assunto de maior interesse da turma recaía sobre o Golpe de 1964 e o Regime Militar, seguido pela participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

30 Informações obtidas com base no levantamento de monografias de conclusão de curso apresentadas na AFA de 2008 a 2011.

31 CARDES, Guilherme Motta. *A relevância do ensino de História Militar na AFA*. Trabalho de conclusão de curso de formação de oficiais aviadores 2008. Academia da Força Aérea – Pirassununga, 2008, p. 20-21.

32 Transcrição de depoimento de cadete da AFA em: GODOY, Tânia Regina Pires. *O Estudo da Guerra na Formação do Oficial Militar Brasileiro*. XXIV Simpósio Nacional de História – São Leopoldo, 2007, p.9.

A História Militar nos cursos de altos estudos militares.

A HISTÓRIA MILITAR NOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG Alceu Oliveira Castro Jungstedt

1 INTRODUÇÃO

A história militar está presente nos cursos de altos estudos militares da Escola de Guerra Naval (EGN), como subsídio para diversas disciplinas, como Estratégia, Política, Geopolítica e Direito. Este conteúdo também está presente em algumas disciplinas ministradas pelo Instituto COPPEAD/UFRJ, responsável pelos cursos de especialização nesta Escola. Entretanto, inexistente uma disciplina específica com este nome por ser, em verdade, uma ferramenta que contribui para o bom entendimento das demais.

O propósito deste artigo é apresentar como a história militar permeia os cursos de altos estudos militares da EGN. Desta forma será abordado o conteúdo de dois dos maiores segmentos constantes de sua grade: o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) e o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), ambos de pós-graduação, *strictu sensu*, em ciências navais, nos níveis de mestrado e doutorado, respectivamente.

2 O ENSINO NA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

“O ensino na EGN¹ tem o propósito de contribuir para a capacitação dos oficiais para o desempenho de comissões operativas e administrativas, bem como para o exercício de cargos de comando, chefia, direção e funções em estado-maior e nos altos escalões da Marinha”. (BRASIL, 2009)

O C-EMOS destina-se a ampliar o conhecimento dos Capitães-de-Corveta/Fragata do Corpo da Armada (CA), Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e Corpo de Intendentes da Marinha (CIM), visando às funções de estado-maior e de assessoria de alto nível, com ênfase em planejamento de operações navais. (BRASIL, 2009)

O C-EMOS é primordialmente doutrinário ele:

... dissemina os conceitos de mais alto nível da doutrina naval e do emprego dos componentes do poder naval; enfatiza o planejamento no nível operacional (comandante de força naval e de teatro de operações navais) e as suas vinculações com os níveis estratégico e político...; detalha e destaca conceitos de estratégia militar, em especial aqueles aplicáveis à guerra naval; ... e transmite conhecimentos

¹ Baseado no Plano Diretor Acadêmico (PDA) da EGN. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/cursos.php>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

relativos à logística, política, economia, direito, ciência e tecnologia. (BRASIL, 2009)

Pode-se perceber a elevada influência da história militar no C-EMOS, principalmente nos aspectos referentes à doutrina naval, ao planejamento operacional, à estratégia militar e à guerra naval.

O C-PEM destina-se a complementar a qualificação dos Capitães-de-Mar-e-Guerra dos CA, CFN, CIM, Corpo de Engenheiros Navais (CEN) e Corpo de Saúde da Marinha (CSM), no caso deste, apenas para Oficiais Médicos (Md), visando ao exercício dos cargos da alta administração naval. Este curso dedica-se ao trato de assuntos relacionados com:

... a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha (SPAN); o Plano Estratégico da Marinha (PEM); as conjunturas nacional e internacional; as políticas nacionais, principalmente a de defesa; a logística de defesa; as estruturas administrativas governamentais, empresariais e da Marinha; as relações internacionais; a estratégia; o direito internacional público; e o direito internacional dos conflitos armados. (BRASIL, 2009)

Neste curso estimulam-se a criatividade e a discussão de temas relacionados às políticas e doutrinas em vigor, de qualquer natureza. Possibilita a evolução do pensamento naval e o fornecimento de subsídios para eventuais alterações doutrinárias a serem submetidas ao Estado-Maior da Armada (EMA) pela EGN. Portanto o C-PEM não é um curso doutrinário. (BRASIL, 2009)

No C-PEM o conhecimento da história militar servirá de apoio a assuntos como a estratégia, a política de defesa, contribuindo para o entendimento das conjunturas nacional e internacional.

A guerra naval é a referência que baliza o esforço acadêmico maior da EGN. O amplo leque de atividades desenvolvidas na Marinha compõe o espectro de efeitos que se pretende obter no aprimoramento dos Oficiais-Alunos (OA), por meio dos conhecimentos ministrados nos cursos de responsabilidade da EGN, os quais abrangem as formações técnica, administrativa e humanística. Nesse sentido, uma das formas de aprimoramento desta formação decorreu da introdução de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização em gestão empresarial e em gestão internacional, respectivamente, no C-EMOS e no C-PEM. (BRASIL, 2009)

Tais cursos são atualmente ministrados pelo Instituto COPPEAD/UFRJ que aborda a conjuntura político-estratégica do mundo contemporâneo, conhecimento considerado indispensável para as formulações de políticas e estratégias aplicadas à configuração e ao

emprego do Poder Naval em época de paz, em situações de manobra de crise de natureza político-estratégica e em conflitos armados. (BRASIL, 2009)

A separação temporal entre estes cursos é, em média, de oito anos. Este tempo oferece a oportunidade para reciclar conhecimentos e, também, agregar novas competências necessárias ao desempenho das funções nos postos mais elevados, considerando a progressão na carreira dos Oficiais. (BRASIL, 2009)

Os currículos desses Cursos são enriquecidos por palestras e conferências proferidas por autoridades militares das Forças Armadas brasileiras, onde são expostas as doutrinas operativas. Participam, também, autoridades de outros ministérios e autarquias, enfocando aspectos de interesse da Defesa Nacional e renomados intelectuais, nacionais e estrangeiros, detentores de notório saber em assuntos julgados de interesse para a Marinha do Brasil. (BRASIL, 2009)

3 A HISTÓRIA MILITAR NO C-EMOS

O curso é realizado em regime de tempo integral, com duração de um ano letivo.

Está estruturado de forma a prover os conhecimentos profissionais necessários ao oficial, para habilitá-lo às funções de estado-maior e de assessoria de alto nível, com ênfase na formulação de um planejamento militar no nível operacional e em Operações Navais. (BRASIL, 2009)

Para cumprir essa finalidade, o C-EMOS provê, entre outros, os fundamentos teóricos dos assuntos relacionados às ciências sociais, onde se destacam: direito internacional, liderança, relações internacionais, história, ciência política e estratégia. (BRASIL, 2009)

3.1 Exame de seleção

Para ser matriculado no C-EMOS o candidato presta um exame de seleção² onde são exigidos, entre outros, conhecimentos de estratégia, geopolítica e geografia política, operações navais, política, direito e relações internacionais, além de história.

O propósito da realização da prova de Estratégia é avaliar os conhecimentos sobre a evolução da estratégia, segundo os autores mais importantes. A bibliografia básica consiste nas seguintes publicações: “Guia de Estudos de Estratégia”, da EGN; “Construtores da Estratégia Moderna”, organizado por Peter Paret; e o “Tratado de Estratégia”, de Hervé Coutau-Bégarie. (BRASIL, 2011)

² Baseado no Apêndice I do Anexo da Portaria nº 45/2011 da EGN, que divulga o propósito, a matéria e a bibliografia das disciplinas referentes às provas do exame de seleção ao C-EMOS/2013. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/cemos-exameselecao.php>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

A matéria da prova dessa disciplina contém um forte conteúdo de história militar, pois exige, entre outros, conhecimentos sobre: os autores precursores (Sun Tzu e Nicolau Maquiavel) e os fundadores do pensamento estratégico (Antoine-Henri Jomini e Carl von Clausewitz); os pensadores da guerra no mar (Alfred Thayer Mahan e Julian Stanford Corbett); o uso militar do ar (Giulio Douhet, Alexander Seversky e outros); pensadores do século XX (Liddel Hart, Mao Tsé-Tung e o General André Beaufre); revoluções nos assuntos militares (RAM); Helmuth Von Moltke, o Velho e a ascensão do Estado-Maior; guerra convencional na era nuclear; guerra revolucionária; e a estratégia marítima contemporânea. (BRASIL, 2011)

A prova de Política, Direito e Relações Internacionais também contém alguns itens que utilizam a história militar como subsídio, a saber: o Poder Marítimo e o Poder Naval; os conflitos e o emprego das forças armadas; a guerra naval; autodefesa individual, autodefesa coletiva e operações de paz; o direito da neutralidade; designação do objetivo; pessoal não-combatente; e medidas de despistamento durante o conflito armado. (BRASIL, 2011)

A prova de História tem por propósito avaliar os conhecimentos, a capacidade crítica e o poder de análise e de síntese dos candidatos com relação a: eventos significativos da História Geral e do Brasil, que permitam a compreensão e análise dos cenários político-estratégicos global e nacional, nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos, militares e tecnológicos; aspectos gerais da história militar; e fatos mais significativos da evolução da Marinha do Brasil. (BRASIL, 2011)

A bibliografia dessa disciplina é constituída pelos seguintes livros: “Uma breve história do século XX”, de Geoffrey Blainey; “História das Guerras”, organizado por Demétrio Magnoli; “Guerra no Mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história”, organizado pelo Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal e pelo Comandante Francisco Eduardo Alves de Almeida; “A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro”; e “A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro – meados da década de 70 até os dias atuais”, ambos do Almirante Vidigal. (BRASIL, 2011)

Com se pode perceber, a história militar entremeia a maioria da bibliografia da prova através do estudo dos seguintes conflitos: Guerra de Secessão; Guerra do Paraguai; Primeira Guerra Mundial (1ªGM); Segunda Guerra Mundial (2ªGM); Guerras da Indochina; Guerras Árabe-Israelenses; e Guerras do Golfo.

Em relação à história naval, são cobradas, especificamente, as Batalhas: de *Hampton Roads*; Naval do Riachuelo; da Jutlândia; do Atlântico na 2ªGM; do Golfo de Leyte; e o Conflito no Atlântico Sul (Guerra das Malvinas). No caso mais específico da história naval

brasileira são cobrados os dois livros do Almirante Vidigal sobre a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, citados acima. (BRASIL, 2011)

Ao final do exame de seleção espera-se, entre outros, que o candidato aprofunde os conhecimentos adquiridos até esta fase de sua carreira sobre a história militar e adquira novos conhecimentos que permitam que ele acompanhe e participe ativamente das atividades propostas pelo C-EMOS.

3.2 A história militar na disciplina de Estratégia

No C-EMOS a influência da história militar está presente, principalmente, na disciplina Estratégia³, que tem por objetivo geral “analisar e criticar conceitos de estratégia operacional, aplicando-os ao Poder Naval brasileiro”. Utiliza-se da história militar como ferramenta em suas quatro Unidades de Ensino (U.E.), a saber: elementos conceituais de estratégia; estratégia operacional; estratégia naval e crise. (BRASIL, 2012a)

A primeira U.E. – elementos conceituais de estratégia – tem por objetivo interpretar e criticar o pensamento dos principais autores que influenciaram a estratégia moderna: Sun Tzu, Jomini, Clausewitz, Mahan, Corbett e Mao Tsé-Tung. Disponibiliza-se um tempo de aula (TA) para cada autor, onde o instrutor apresenta e comenta novas fontes de pesquisa, além das utilizadas no concurso. (BRASIL, 2012g) Até 2006 eram quatro TA por autor e realizava-se apenas um trabalho escrito. Entretanto, a partir de 2007, a EGN reformulou seu ensino, a fim de evitar uma atmosfera fria do tipo “professor-transmissor” e “aluno-receptor”, incentivando a intensa participação de seus discentes, sob a orientação dos instrutores. Desta forma, os tempos das aulas foram diminuídos em prol da disponibilização de tempos para a realização de trabalhos em grupo (TG) e de debates orientados (DO). (BRASIL, 2007)

Durante o TG os OA, a partir dos assuntos e questionários apresentados, e à luz da distribuição dos temas por grupos, terão 12 TA para debater, com base nos conceitos existentes e nas fontes bibliográficas apontadas. Os instrutores percorrem os grupos para sanar possíveis dúvidas; orientar os alunos; e escolher os grupos que expõem os trabalhos elaborados e os que realizarão comentários acerca destas apresentações. (BRASIL, 2012e)

Para a escolha dos grupos expositores leva-se em consideração, não apenas os melhores trabalhos, mas também os que poderão suscitar um debate mais rico. Os grupos indicados para um mesmo tema e que não foram selecionados para exposição oral serão denominados grupos comentadores, que no DO deverão citar os pontos divergentes e

³ Baseado no Currículo do C-EMOS, nas Instruções para o Curso e nas Instruções para os Trabalhos da disciplina Estratégia para 2012.

convergentes, acrescentando outras observações apontadas pelo seu grupo. Para a realização dos DO são alocados oito TA. (BRASIL, 2012e)

A dinâmica do DO será a seguinte: apresentação do grupo expositor (30 minutos); comentários do grupo comentador (15 minutos); comentários e perguntas de outros OA; perguntas dos instrutores; e comentários dos instrutores, que definirão o posicionamento oficial da Escola sobre as questões estudadas. São, portanto, oito TA de preleção, 12 TA de TG e oito TA de DO, no total de 28 TA. Este procedimento se repete tanto para a U.E. estratégia operacional, quanto para a estratégia naval.

Os instrutores da EGN devem estar capacitados não apenas para a preparação de uma aula, mas também para conceber um trabalho, incentivar uma pesquisa, encaminhar um debate, esclarecer e orientar, sem inibir o esforço dos OA. (BRASIL, 2007)

Cobra-se um relatório escrito, de 10 a 15 páginas, após o término do DO, para permitir a internalização de todos os comentários e observações realizadas durante o TG e o DO. (BRASIL, 2012e)

O trabalho sobre a primeira U.E. – elementos conceituais de estratégia – tem por propósito “interpretar e criticar o pensamento dos principais autores de estratégia”. Visa estimular os OA à leitura, à pesquisa e ao debate das suas principais obras. (BRASIL, 2012e)

Os oficiais analisarão, entre outras, as seguintes referências bibliográficas, que demonstram a importância da História Militar para este estudo:

- Tema 1 - Sun Tzu: “A Arte da Guerra: Sun Tzu”, de James Clavell; “Os treze momentos: análise da obra de Sun Tzu”, de Alberto M. Cardoso; “Sun Tzu e A Arte da Guerra Moderna”, de Mark Mcneilly.

- Tema 2 – Jomini e Clausewitz: “*Précis de l’Art de la Guerre*”, de Antoine Henri de Jomini; “Da Guerra”, de Carl Von Clausewitz; “Construtores da Estratégia Moderna”, organizado por Peter Paret.

- Tema 3 - Mahan e Corbett: “*The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*”, de Alfred T. Mahan; “*Some Principles of Maritime Strategy*”, de Julian Corbett; “Construtores da Estratégia Moderna”, organizado por Peter Paret; “Tratado de Estratégia”, de Hervé Coutau-Bégarie; quatro artigos sobre Alfred Thayer Mahan, o homem; os elementos do Poder Marítimo; os princípios da estratégia marítima; e a geopolítica, publicados na Revista Marítima Brasileira (RMB), entre abr/jun 2009 e abr/jun 2010 de autoria do Comandante Alves de Almeida.

- Tema 4 - Mao Tsé-Tung e a Guerra Revolucionária: “Obras Escolhidas”; “O Livro vermelho”; e “*On Guerrilla Warfare*”, de Mao Tsé-Tung; “Construtores da Estratégia

Moderna”, organizado por Peter Paret; “Guerras Insurrecionais e Revolucionárias da Antiguidade aos nossos dias”, de Gabriel Bonnet. (BRASIL, 2012e)

A publicação “Guia de Estudos Estratégicos” (EGN-304B), da EGN, revisada em 2007, compila todos estes autores e é utilizada como bibliografia básica no C-EMOS.

Os grupos poderão recorrer a outras fontes, devendo nesse caso relacioná-las nas referências de seus relatórios.

Cada tema é dividido em quatro questões. São exemplos de algumas perguntas de cada tema que demonstram a importância da história militar:

- Tema 1 - Sun Tzu: “Segundo Sun Tzu, a arte da guerra é governada por cinco fatores (Cap. I, J. Clavell). Na visão do grupo, estes fatores são suficientes para os dias atuais? Comente cada um deles, em especial o fator a que se refere ao chefe”. (BRASIL, 2012e)

- Tema 2 – Jomini e Clausewitz: “No que diz respeito à 1ªGM, o Centro de Gravidade conceituado por Carl Von Clausewitz estaria situado no Exército Alemão? Ou seria algum outro fator?”; e “A Campanha Naval do Pacífico entre os EUA e seus aliados contra o Japão durante a 2ªGM teve algum ponto culminante do ataque, sob o ponto de vista japonês?” (BRASIL, 2012e)

- Tema 3 – Mahan e Corbett: “A guerra no mar na 1ªGM pode ser considerada uma guerra “mahaniana” ou “corbettiana”? Justifique sua resposta com fatos históricos”; e “Cite três pontos concordantes e três pontos discordantes entre as teorias de Alfred Mahan e Julian Corbett, utilizando, sempre que possível, exemplos históricos que os corroborem”. (BRASIL, 2012e)

- Tema 4 – Mao Tsé-Tung e guerra revolucionária: “Repetindo Sun Tzu, Mao também pregava a prática do engodo, da dissimulação e o uso da surpresa. É possível afirmar que tais ensinamentos, no caso de Mao, voltados para a guerra revolucionária e a guerra de guerrilhas, continuam válidos hoje, inclusive para a guerra convencional?” (BRASIL, 2012e)

A segunda U.E. – estratégia operacional – tem por objetivo identificar e interpretar os conceitos de estratégia operacional. São apresentados os elementos conceituais da estratégia operacional; níveis de decisão/condução da guerra e a estrutura militar de defesa brasileira. (BRASIL, 2012g)

O propósito do trabalho em grupo de estratégia operacional é identificar e empregar os seus conceitos na análise de conflitos históricos: Guerra do Vietnã; Guerra das Malvinas; e Guerra do Golfo (1991). (BRASIL, 2012e)

Com relação aos conceitos de estratégia operacional são utilizados o “Manual de Estratégia Operacional” (EGN-601, vol. I, II e III) da EGN e a “Doutrina de Operações Conjuntas” do Ministério da Defesa (MD-30-M-01, vol. I, II e III) de 2012.

Entre outras, as referências bibliográficas sugeridas para a pesquisa são:

- Guerra do Vietnã: “*Civilian Command or Civilian Control?*”, de Samuel P. Ingram; “O Vietnam segundo Giap”, de Vo Nguyen Giap; “*On strategy*”, do Coronel Harry G. Summers; e “*Strategy for defeat*”, do Almirante Ulyssis S. Grant Sharp Jr.

- Guerra das Malvinas: “Conflito das Malvinas”, do General Paulo de Queiroz Duarte; “*One hundred days*”, do Almirante Sandy Woodward; “*El Libro Guinness de los Desastinos Navales*”, de Geoffrey Regan; e “Conflito no Atlântico Sul”, capítulo do livro “Guerra no Mar”, do Almirante Vidigal.

- Guerra do Golfo (1991): “*A Critical Analysis of the Gulf War*”, de Harry G. Summers; “Tempestade no Deserto”, de Frank Schubert; e “A Guerra do Golfo – Uma Análise Político-Estratégica e Militar”, artigo do Almirante Vidigal para a RMB. (BRASIL, 2012e)

As questões formuladas versam, primordialmente, sobre os fundamentos e os conceitos de estratégia operacional aplicados aos conflitos.

Uma pergunta é aplicada a todos os temas: “identificar e analisar, no nível operacional, o centro de gravidade (CG) dos oponentes no conflito, utilizando os conceitos de estratégia operacional e de CG de Clausewitz”. (BRASIL, 2012e)

Outros exemplos são:

- Guerra do Vietnã: “Avalie se tanto os Estados Unidos da América (EUA) quanto o Vietnã do Norte interpretaram corretamente a natureza da guerra e adequaram suas estratégias para atingirem seus objetivos políticos”. (BRASIL, 2012e)

- Guerra das Malvinas: “Apesar da eficácia conseguida na guerra, o Reino Unido, segundo alguns autores, enfrentou dificuldades por ter decidido manter em Londres o Almirante Fieldhouse, que era, na estrutura militar de guerra britânica, o Comandante do Teatro de Operações (nível de decisão operacional). Avalie esta decisão”. (BRASIL, 2012e)

- Guerra do Golfo:

Evidenciou-se na Guerra do Golfo o emprego de operações conjuntas, praticadas com o emprego de um comando operacional unificado e comandos táticos dotados de grande autonomia decisória. Identifique e analise, de acordo com a estrutura militar de defesa do Brasil, os níveis de decisão/condução da guerra observados pela Coalizão e se os ensinamentos colhidos pelos EUA na Guerra do Vietnã foram incorporados e aplicados. (BRASIL, 2012e)

A terceira U.E. – estratégia naval – tem por objetivo identificar e interpretar os conceitos de estratégia naval, como a “posição estratégica”, a “força organizada” e as “linhas de comunicações marítimas”. (BRASIL, 2012g)

O trabalho em grupo de estratégia naval tem o propósito de identificar e aplicar os conceitos das estratégias navais clássicas (Guerra de Corso, Desgaste, *Jeune École*, Bloqueio, Batalha Decisiva e Esquadra em Potência) e debater a relação entre a força organizada e a posição estratégica; o controle do mar e a manobra estratégica; e as comunicações marítimas e o controle do mar. (BRASIL, 2012e)

Como bibliografia básica, são sugeridos os seguintes livros: “Guia de Estratégia Naval”, de Bernard Brodie; “Delineamentos da Estratégia”, do Almirante João Carlos Gonçalves Caminha; “*Seapower as strategy: navies and national interests*”, de Norman Friedman; “*Seapower and strategy*”, de Colin Gray; “*Seapower: a guide for the twenty-first century*”, de Geoffrey Till; e “Tratado de Estratégia”, de Hervé Coutau-Bégarie. (BRASIL, 2012e)

Abrangendo estes conceitos, a EGN possui a publicação “Noções de Estratégia Naval” (LS-III-0401A) de 2004.

As “estratégias navais clássicas” são exploradas verificando-se como as diferentes concepções de estratégia naval atendem às demandas brasileiras em crises político-estratégicas no Atlântico Sul/Antártica. Na ocasião, são comentados exemplos históricos passíveis de serem enquadrados no estudo. (BRASIL, 2012e)

Na análise do “binômio força organizada e posição estratégica” é muito utilizado, como exemplo, o conflito das Malvinas, entre o Reino Unido e a Argentina, onde uma força naval moderna e balanceada constitui-se um instrumento essencial da política externa de um Estado. (BRASIL, 2012e)

Quanto ao “controle do mar e a manobra estratégica” e as “comunicações marítimas e o controle do mar” a história militar pode ser empregada para exemplificar o posicionamento dos OA quanto ao controle do mar. (BRASIL, 2012e)

Estes temas também são confrontados com as políticas, as estratégias nacionais e os livros brancos de países do nosso entorno geopolítico, como a Argentina, o Chile, o Peru e os EUA. Em seguida voltam a ser analisados no ambiente operacional, onde as forças militares são empregadas em prol de um objetivo político. Aqui são explorados os estratagemas, destinados a encobrir nossas intenções e dividir ou ofuscar o nosso oponente, que tão bem caracterizam a “arte da guerra”, milenarmente ensinada por Sun Tzu. Uma vez mais, as experiências trazidas da história militar são fundamentais para a compreensão da estratégia.

Finalmente, na U.E. – crise –, além da apresentação dos principais conceitos relacionados à manobra de crises político-estratégicas internacionais, é realizada uma demonstração prática que utiliza o filme “Treze dias que abalaram o mundo” para aplicação dos conhecimentos ministrados. (BRASIL, 2012g)

A “Crise dos Mísseis de Cuba” é utilizada como pano de fundo para a apresentação de aspectos relevantes de um caso de crise internacional político-estratégica.

Percebe-se a importância da história militar no conteúdo da disciplina Estratégia do C-EMOS, sendo, portanto, plenamente satisfatória a sua utilização pelos instrutores e OA na pesquisa, nos trabalhos e nos debates das quatro U.E. desta disciplina.

3.3 A história militar nas demais disciplinas do C-EMOS

Na disciplina Política do C-EMOS⁴, a história militar serve de subsídio para a U.E. – sociologia dos conflitos – cujos objetivos são examinar e aplicar os seus fundamentos teóricos para entender a guerra. São apresentadas as bases conceituais; a abordagem histórica; e os aspectos antropológicos e sociológicos do conflito. Em seguida, são apresentadas a evolução, a lógica e os significados da guerra. (BRASIL, 2012a)

Na disciplina Geopolítica é realizado um TG/DO cujo propósito é efetuar a análise geopolítica da conjuntura nacional/internacional e, dentro deste quadro, de um conflito/crise contemporâneo(a). As situações a serem analisadas são: os limites geográficos envolvendo China e Japão – Ilhas Diaoyu/Senkaku; a crise envolvendo o programa nuclear do Irã; a crise na Síria; a crise envolvendo a soberania das Ilhas Malvinas e os conflitos de limites na Região do Oceano Ártico. (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012e)

Outra disciplina que se utiliza da história militar, como subsídio para a análise de casos, é o Direito, por meio de suas U.E. – DICA e o direito do mar. (BRASIL, 2012a)

No DICA são avaliadas, entre outras: as relações entre o uso da força armada nas relações internacionais e as normas de direito internacional; as Convenções de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais e a proteção de civis, de pessoas e bens, os combatentes e prisioneiros de guerra e seus estatutos. Os princípios do DICA: proporcionalidade, necessidade militar, distinção, limitação e humanidade também são discutidos. (BRASIL, 2012g)

No direito do mar são analisados os regimes jurídicos dos espaços marítimos, as restrições às liberdades dos mares, a imposição do direito do mar pelos Estados, a patrulha

⁴ Baseado no Currículo do C-EMOS, nas Instruções para o Curso e nas Instruções para os Trabalhos das disciplinas de Política, Geopolítica e Direito para 2012.

naval e a construção jurisprudencial do direito do mar. (BRASIL, 2012g)

No exame destas matérias, os exemplos históricos, colaboram para a compreensão dos institutos, princípios e regras do DICA e do direito do mar.

Dentre as disciplinas do Instituto COPPEAD/UFRJ, a que se utiliza da história militar é a História do Tempo Presente, ministrada pelo Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira Da Silva, que tem por objetivo analisar as questões decorrentes do fim da bipolaridade e seu impacto sobre a nova arquitetura mundial, com especial ênfase nas relações entre os grandes blocos econômicos mundiais e a emergência de novos centros de poder (13 TA), além do surgimento dos chamados “novos atores mundiais” – Organizações Não-governamentais (ONG), organismos multilaterais, “Estado-Rede”, crime organizado etc. – e seu papel na configuração das chamadas “novas ameaças mundiais” (13 TA). (BRASIL, 2012a)

Pode-se destacar, da bibliografia apresentada aos OA, os seguintes livros: “Paz e Guerra entre as Nações”, de Raymond Aron; “A Guerra e a Paz na História Moderna”, de Philip Bobbit; “A Guerra”, de Luigi Bonanate; “*An Atlas of World Affairs*”, de Andrew Boyd; “*New & Old Wars*”, Mary Kaldor; “Uma História da Guerra”, John Keegan; “Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX”, organizado pelo Prof. Doutor Francisco Carlos, entre outros. (BRASIL, 2012a)

A história militar está presente, também, no conteúdo de algumas disciplinas do C-EMOS, como na Política, na geopolítica, no Direito e na História do Tempo Presente, por meio das atividades acadêmicas desenvolvidas pelos instrutores e OA.

4 A HISTÓRIA MILITAR NO C-PEM

A grade curricular do C-PEM propicia a reciclagem dos fundamentos teóricos ministrados no C-EMOS e aprofunda esses conhecimentos de forma a garantir um consistente entendimento das conjunturas nacional e internacional. Tal fato servirá de base para a aplicação da SPAN. Os fundamentos teóricos para as formulações estratégicas são ministrados, em disciplinas específicas, com profundidade correspondente ao nível doutorado. (BRASIL, 2009)

O curso é realizado em regime de tempo integral, com duração de um ano letivo, consistindo no estudo de disciplinas que abrangem as formações operativa, administrativa e humanística. (BRASIL, 2009)

Por ser presencial, permite o desenvolvimento de atitudes e competências voltadas para o relacionamento com órgãos e instituições, decorrentes dos cargos mais elevados da

Marinha. Para tal, são realizadas inúmeras atividades onde é necessário o posicionamento dos OA sobre os temas abordados. (BRASIL, 2012d)

Os trabalhos, quando avaliados, não recebem graus. São realizados DO, painéis e um jogo de crise, ocasião em que os trabalhos devem ser apresentados. A grade curricular comporta ainda as disciplinas de pós-graduação em gestão internacional do COPPEAD/UFRJ. (BRASIL, 2012d)

4.1 Leituras Recomendadas para o C-PEM

A EGN recomenda aos oficiais matriculados no C-PEM⁵ a leitura ou a releitura de uma bibliografia básica para reciclar e ampliar os conhecimentos desses oficiais antes do início do curso. Pode-se citar: “*Military Power: explaining victory and defeat in modern battle*”, de Stephen Biddle; “Guerra e Cooperação internacional”, de Paulo Emilio V. Borges de Macedo; “Historia ilustrada da Primeira Guerra Mundial”, de John Keegan; “Construtores da Estratégia Moderna”, organizado por Peter Paret; “*One Hundred days*”, do Almirante Woodward e “A arte da guerra: Sun Tzu”, de James Clavell.

Observa-se a repetição de alguns livros muito utilizados no C-EMOS: “Construtores da Estratégia Moderna” e “A arte da Guerra”. A releitura destes livros, nesta fase da carreira, é importante para sedimentar estes conhecimentos nos oficiais que assumirão, em breve, os altos postos da administração naval.

4.2 A história militar nas disciplina do C-PEM

Para o melhor atendimento à estrutura do curso⁶, o conjunto de disciplinas ministradas pela EGN e pelo COPPEAD/UFRJ pode ser estruturado em três grandes blocos. (BRASIL, 2012d)

No primeiro bloco, após a revisão de uma base conceitual, constando de assuntos ligados à teoria da guerra, sociologia dos conflitos, ciência política, geopolítica, relações internacionais, metodologia para planejamento estratégico, são apresentados aos OA os elementos necessários à análise de conflitos. O propósito é estimular a formulação de juízos de valor e extrair lições desses conflitos. (BRASIL, 2012d)

A história militar está presente na disciplina Política onde, neste nível, são discutidas as definições de sociologia dos conflitos propostas por Julien Freund e suas implicações; a

⁵ Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cursos/cpem/bibliografiaRecomendada.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

⁶ Baseado no Currículo do C-PEM, nas Instruções para o Curso e para os Trabalhos de 2012.

relação entre a mente humana e o impulso belicoso; e a polemologia e as causas da guerra segundo Gaston Bouthoul. (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012h)

Na disciplina Estratégia a U.E. – estudo estratégico de casos de guerra –, atualmente, analisa a Guerra das Malvinas e a Pirataria na Somália, em forma de DO, buscando avaliar e debater os principais aspectos político-estratégicos que nortearam as decisões, acertadas ou não, dos atores envolvidos na opção do uso da força para atingir objetivos políticos. (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012h)

O propósito do trabalho sobre a Guerra das Malvinas é analisar os aspectos político-estratégicos desta guerra. A bibliografia utilizada é, além dos livros indicados para o C-EMOS, as seguintes obras, entre outras: “O inferno no Atlântico Sul: os 25 anos da guerra aérea das Falklands/Malvinas”, de Carlos Lorch; “Malvinas conflito vigente”, do Almirante Carlos Büsser; “*No Vencidos: Relato de las Operaciones Navales del Atlántico Sur*”, de Horácio Mayorga e Jorge Errecaborde; “*Malvinas/82: Como y por qué*”, de Alberto De Vita; e o “Relatório Rattenbach”. (BRASIL, 2012f)

Uma das questões suscitadas, por exemplo, é:

Analisar as ações tomadas pelo Reino Unido após a invasão e ocupação das Ilhas Malvinas por força militar argentina que visavam estabelecer um acordo diplomático em relação à posse das referidas ilhas. Avaliar as pretensões de cada país e o porquê do conflito não ter sido evitado. Qual o reflexo da solução do conflito nos dias atuais? (BRASIL, 2012f)

O propósito do trabalho sobre a pirataria na Somália, que é conduzido pela Professora Doutora Sabrina Medeiros, é analisar os aspectos político-estratégicos da Pirataria na região. (BRASIL, 2012f)

O estudo de caso da Somália possui dois elementos que o tornam importante: a existência de pirataria em águas territoriais e internacionais, assim como o fato de que crises originalmente de ordem doméstica representam um risco para a estabilidade dos fluxos internacionais e, por consequência, da manutenção do sistema internacional. (BRASIL, 2012f)

A bibliografia adotada, entre outras, é a seguinte: “*Addressing the Resurgence of Sea Piracy: Approaches and Possible Responses*”, de Emiliano Alessandri; “*The Maritime Dimension of International Security: Terrorism, Piracy, and Challenges for the United States*”, de Peter Chalk; “A pirataria na Somália”, do Almirante Antônio Ruy de A. Silva (publicado da RMB, 1º. Trimestre/2010); e “*Piracy, Law of the Sea, and Use of Force: Developments off the Coast of Somalia*”, de Tullio Treves. (BRASIL, 2012f)

Um exemplo de questionamento:

O combate à pirataria nas costas e no entorno da Somália é agravado pelas dificuldades que o país tem de controlar suas águas jurisdicionais. Além disso, a decisão de enviar uma Força-Tarefa da OTAN, um organismo de defesa regional de outro continente, pode ter repercussões políticas. Avalie quais as repercussões políticas da atuação da Força-Tarefa da OTAN e a sua eficiência no controle da pirataria. (BRASIL, 2012f)

No DICA o C-PEM discute a aplicação da lei da guerra no contexto da relação entre a política global e o direito internacional, avaliando as decisões e suas repercussões, por meio de aulas expositivas e palestras de renomados acadêmicos, como os Professores Doutores Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo, Gustavo Senechal de Godoffredo, Antônio Celso de Alves Pereira e Adherbal Meira Mattos. (BRASIL, 2012h)

As disciplinas do curso de pós-graduação em gestão internacional do COPPEAD/UFRJ, ministradas no decorrer do primeiro bloco, também se utilizam da história militar.

A disciplina Estratégia, Negociação e Crise na Nova Ordem Mundial: uma abordagem histórica, por exemplo, conduzida pelo Prof. Doutor Francisco Carlos, tem por objetivo geral a discussão das diversas estratégias nacionais (com ênfase nas da Rússia, EUA e China Popular) no Pós-Guerra Fria, depois de 1991, além do estudo de casos sobre formulações estratégicas e resolução de crises, com ênfase em casos atuais. (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012f)

Na U.E. – a “nova ordem mundial” – são discutidos: a história e o conceito de ordem internacional; a “nova ordem mundial” e o problema da guerra e da paz; o “unilateralismo”; e as crises regionais. (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012h)

A U.E. – estudo estratégico de casos – discute, atualmente, as possibilidades, meios e consequências de um conflito Irã/Israel ou Irã/Israel/EUA ou Irã/EUA; da crise e do conflito entre a Líbia e o Ocidente; e a Guerra Federação Russa versus Geórgia. (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012f)

No segundo bloco realiza-se o trabalho de “Avaliação Estratégica da Conjuntura”. Nesta análise, os OA identificam as tendências futuras e seus possíveis pontos de ruptura, de modo a propiciar a elaboração de cenários futuros, os quais servirão de ferramenta para a formulação de um “Conceito Estratégico Naval Brasileiro”. (BRASIL, 2012b)

No terceiro bloco está prevista a realização dos trabalhos “Formulação de um Conceito Estratégico Naval Brasileiro” e “Concepção de um Arranjo de Força Naval” para o Brasil. Nesse contexto realiza-se um jogo de manobra de crise, com o propósito de permitir que os

OA exercitem o emprego político do Poder Naval, verificando sua interdependência com as demais expressões do Poder Nacional e a sua adequabilidade. (BRASIL, 2012b)

A história militar esta presente nas leituras recomendadas antes do início do curso e em algumas disciplinas do mesmo, sendo utilizada como base nas atividades acadêmicas do C-PEM.

5 CONCLUSÃO

A presença da história militar no C-EMOS inicia-se no exame de seleção para o curso. As provas de estratégia e de história avaliam os conhecimentos do candidato, respectivamente, sobre a evolução da estratégia e os eventos mais significativos da História Geral e do Brasil, com um forte conteúdo militar e naval.

No decorrer do C-EMOS a influência da história militar está presente, principalmente, na disciplina Estratégia, onde são analisados alguns dos principais conflitos mundiais.

Outras disciplinas ministradas pelos instrutores da escola para o C-EMOS, como a Política, a Geopolítica e o Direito, bem como algumas das disciplinas ministradas pelo Instituto COPPEAD/UFRJ, no curso de pós-graduação em gestão empresarial, como a História do tempo presente, também se apoiam nos conhecimentos adquiridos pelo estudo da história militar. No exame destas matérias, os exemplos históricos colaboram para a compreensão dos seus conteúdos.

Entre o C-EMOS e o C-PEM são recomendadas aos oficiais a leitura de uma bibliografia, onde se destaca a história militar, visando reciclar conhecimentos e, também, agregar novas competências necessárias ao desempenho das funções nos postos mais elevados.

No C-PEM, disciplinas como a Estratégia, com a análise político-estratégica de casos, a Política, por meio da Sociologia dos Conflitos, e o Direito, onde se discute a aplicação da lei da guerra no contexto da relação entre a política global e o direito internacional, utilizam-se da história militar como subsídio, de forma a garantir um consistente entendimento das conjunturas nacional e internacional.

A disciplina Estratégia, Negociação e Crise na Nova Ordem Mundial, do curso de pós-graduação em gestão internacional do COPPEAD/UFRJ, também se utiliza da história militar na discussão das diversas estratégias nacionais e no estudo de casos sobre formulações estratégicas e resolução de crises.

As pesquisas, os trabalhos, os debates, os painéis e as outras atividades acadêmicas são oportunidades para os alunos e instrutores do C-EMOS e do C-PEM absorverem e usufruírem da história militar ao longo da permanência dos oficiais na EGN.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL. Escola de Guerra Naval. **Currículo do C-EMOS 2012**. Rio de Janeiro, 2012a.
2. _____. _____. **Currículo do C-PEM 2012**. Rio de Janeiro, 2012b.
3. _____. _____. **Informações para os Instrutores da EGN**. FI-10-A. Rio de Janeiro, 2007.
4. _____. _____. **Instruções para o C-EMOS 2012**. Rio de Janeiro, 2012c.
5. _____. _____. **Instruções para o C-PEM 2012**. Rio de Janeiro, 2012d.
6. _____. _____. **Instruções para os trabalhos curriculares do C-EMOS**. Rio de Janeiro, 2012e.
7. _____. _____. **Instruções para os trabalhos curriculares do C-PEM**. Rio de Janeiro, 2012f.
8. _____. _____. **Plano Diretor Acadêmico**. Rio de Janeiro, 2009.
9. _____. _____. **Portaria nº 45**, de 05 de setembro de 2011. Aprova as instruções reguladoras para o Exame de Seleção, que ocorrerá em AGO2012, ao C-EMOS/2013. Rio de Janeiro, 2011.
10. _____. _____. **Projeto Específico** das Disciplinas de Estratégia; Política; Geopolítica; Direito; e História do Tempo Presente do C-EMOS 2012. Rio de Janeiro, 2012g.
11. _____. _____. **Projeto Específico** das Disciplinas de Estratégia; Política; Direito; e Estratégia, Negociação e Crise na Nova Ordem Mundial do C-PEM 2012. Rio de Janeiro, 2012h.

O ENSINO E A PESQUISA DA HISTÓRIA MILITAR NA UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA

Ten. Cel. Maria Luiza Cardoso¹

A Universidade da Força Aérea (UNIFA), criada em 1983, é constituída das seguintes Organizações de Ensino: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR) e Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR). Também, a própria UNIFA possui uma Coordenadoria de Pós-Graduação (CPGRAD), que oferece cursos de mestrado e doutorado em Ciências Aeroespaciais.

Ao recebermos o convite para a realização desta pesquisa, iniciamos a investigação a partir *do ano 2000 até o ano atual (2012)*, buscando nos currículos dos cursos dessas Escolas/Coordenadoria a disciplina “História Militar” e, para nosso desespero, nada encontramos sobre o tema. Todavia, analisando, com mais cautela, os conteúdos a serem abordados nas aulas, bem como seus objetivos, descobrimos que esse assunto tem sido contemplado nos cursos, ao longo desses 12 anos, com outras denominações, como veremos a seguir.

Na **ECEMAR**, no *Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA)*, pudemos observar que:

- entre os anos de 2000 e 2004, a *História Militar não foi abordada*.
- nos anos de 2005 até 2007, esse assunto foi contemplado somente nas aulas de “*Revisão teórico-conceitual de política e estratégia militares*”, que tiveram a duração de 3 ou 4 tempos (considerando-se 45 minutos para cada tempo), conforme o ano. Uma vez que a carga horária total de cada curso, nesse período, ficou em torno de 1.540 tempos, *podemos concluir que o assunto foi abordado em apenas 0,2 % do total de tempos dos CPEA oferecidos entre 2005 e 2007*.

- no ano de 2008, podemos observar um aumento significativo desse assunto. Ele foi contemplado nas aulas de “*Revisão teórico-conceitual de política e estratégia militares*” (3 tempos), de “*Desenvolvimento histórico do pensamento político*” (36

¹ Chefe do Centro de Memória do Ensino Militar (CME), localizado na Universidade da Força Aérea (UNIFA).

tempos) e de “*Dimensão histórica da guerra*” (36 tempos). Considerando que a carga horária total do curso foi de 1.588 tempos, *podemos concluir que o assunto foi abordado em 4,7 % do total de tempos do CPEA*, o que representou um grande avanço, em relação aos anos anteriores.

- de 2009 até 2012, a matéria foi tratada nas aulas de “Desenvolvimento histórico do pensamento político” (20 tempos) e de “Dimensão histórica da guerra” (20 tempos), ou seja, *houve uma diminuição de 35 tempos, em relação ao ano anterior (em torno de 2,6 % de conteúdos relacionados à História Militar, em comparação com a carga horária total do curso)*.

Quanto à pesquisa sobre História Militar no CPEA, infelizmente, não tivemos tempo suficiente para analisar os conteúdos dos trabalhos finais de curso.

No que se refere ao *Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (CCEM)*, também, ministrado na ECEMAR, podemos observar que:

- de 2000 a 2003, o curso foi ministrado na modalidade semi-presencial, e tinha uma carga horária em torno dos 1.000 tempos de aula.

- de 2004 a 2011, o CCEM passou a ser ministrado na modalidade presencial, com uma carga horária em torno de 1.500 tempos.

Todavia, *somente a partir de 2012, iniciou-se o estudo de temas relacionados à História Militar nesse curso*², por meio da disciplina “Pensadores do Poder Militar”, que possui 22 tempos de aula, da carga horária total de 1.468 tempos (1,5% do curso).

Quanto à realização de pesquisas na área da História Militar, curiosamente, podemos observar a existência de vários trabalhos monográficos sobre o tema, realizados por alunos e ex-alunos do CCEM, no decorrer desses 12 anos.

Na **EAOAR**, no *Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (CAP)*, pudemos observar que, desde 2002³, a “História Militar” tem sido contemplada da seguinte maneira:

- no ano de 2002, ela foi abordada nas aulas sobre “Teorias do Poder” (3 tempos de 45 min. cada), “Elementos teóricos da guerra” (4 tempos) e “Análise de conflitos de

² Acreditamos que esse fato, bem como os que estão sendo mencionados neste texto, tenham causado sérios prejuízos à formação de Coronéis e Oficiais Gerais para a FAB.

³ Não encontramos informações sobre os currículos dos cursos, referentes aos anos de 2000 e 2001.

guerra” (15 tempos), perfazendo um total de 22 tempos, num curso de 536 tempos (4,1% do curso).

- em 2003, houve uma redução drástica na sua carga horária: ela passou de 22 tempos para 03 tempos, uma vez que só foram abordadas as “Teorias do Poder”. Considerando a carga horária total do curso como sendo de 597 tempos, *apenas 0,5% do conteúdo foi dedicado ao assunto.*

- já no ano de 2004, ela foi abordada nos seguintes assuntos: “Teorias da Guerra” (2 tempos), “Teorias da Estratégia” (3 tempos), “Teorias do Poder Aéreo” (2 tempos), “Evolução do Poder Aéreo” (2 tempos) e “A FAB na 2ª G.M.” (3 tempos), perfazendo uma carga horária de 12 tempos de aula. Infelizmente, não foram encontrados documentos que revelassem a carga horária total deste curso.

- em 2005, *o assuntos anteriormente citados foram acrescidos de mais 10 tempos de aula*, perfazendo uma carga horária de 22 tempos destinados ao tema objeto do nosso trabalho. Infelizmente, também, nesse caso, não encontramos informações sobre a duração do curso.

- no ano de 2006, dos assuntos mencionados no item anterior, foi excluído a “Evolução do Poder Aéreo”. Assim, *a carga horária destinada à História Militar passou de 22 tempos para 10 tempos*, perfazendo 1,9% do conteúdo do curso.

- em 2007, os assuntos que abordavam a História Militar eram os seguintes: “Teorias da Guerra (2 tempos), “Teorias da Estratégia” (2 tempos), “Teorias do Poder Aéreo” (2 tempos), “Histórico do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA)” (1 tempo) e “A FAB na 2ª G.M.” (4 tempos). Total: *11 tempos dos 489 tempos totais.*

- o ano de 2008 não pôde ser analisado por falta de informações.

- de 2009 a 2012, a carga horária total do curso variou de 501 a 737 tempos de aula e, a que abarca a História Militar, de 28 a 40 tempos. Os assuntos, agora, são os seguintes: “Teorias da Guerra” (2 tempos), “Teorias do Poder Aéreo” (2 tempos), “Histórico do DICA” (1 tempo) e “Estudo de Guerras” (29 tempos).

Quanto às pesquisas realizadas na EAOAR, pudemos observar que, ao longo desses anos, foram elaborados trabalhos monográficos sobre História Militar.

Como podemos verificar, o currículo do CAP foi modificado, no mínimo, cinco vezes nesses 12 anos. Todavia, o último deles está vigorando há 3 anos. Acreditamos

que uma investigação séria acerca das causas que provocaram tais mudanças frequentes, traria muitos benefícios para a organização de um curso mais duradouro.

No que diz respeito à **Coordenadoria de Pós-Graduação da UNIFA**, pudemos observar que, desde a criação, em 2004, do seu primeiro Curso de Mestrado, a disciplina “História Militar” nunca foi ministrada. Todavia, o assunto aparece, principalmente, nas aulas sobre “Política” e “Estratégia”. Também, há algumas dissertações cujo objeto de estudo foi a História Militar.

No ano de 2011, foi realizado um encontro denominado “O pensamento político-estratégico brasileiro de 1906 a 1941”.

A área de concentração do Programa, *hoje*, visa ao desenvolvimento de estudos inseridos na “grande área” da Ciência Política e das Relações Internacionais, e possui duas linhas de pesquisa: *Poder Aeroespacial Brasileiro, Segurança e Defesa e Relação entre Estados, Pensamento Estratégico Contemporâneo e Poder Aeroespacial*.

Infelizmente, *nenhum dos professores militares e civis do campus, já possuidores do título de Doutor, participa do Programa* (nem mesmo como membros de bancas examinadoras).

Cabe mencionar que, no período entre o Encontro de Historiadores Militares promovido pelo Exército Brasileiro (realizado em maio) e a elaboração deste texto (em junho), foi criada uma disciplina optativa no Programa de Pós-Graduação denominada “História da Aviação Militar Brasileira”, que será ministrada por um professor doutor que, também, não pertence ao *campus*.

A pesquisa da História Militar e da História do Ensino Militar no Centro de Memória do Ensino Militar, da Universidade da Força Aérea

Histórico

A idéia da criação do Centro de Memória do Ensino Militar (CME) surgiu quando da realização de um curso de Doutorado em Educação, na Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2004, quando tivemos contato com o Centro de Memória da Educação daquela instituição.

Como orientanda da Prof^ª. Dr^ª. Diana Gonçalves Vidal, especialista no assunto e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE), pude observar o trabalho realizado naquele Centro. Também, tive a oportunidade de participar da organização do I Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, realizado em 2005, na USP, organizado pelo referido NIEPHE.

Durante a realização de um doutoramento “sandwich” na Universidade de Coimbra, em 2005/2006, financiado pela CAPES e pela Aeronáutica, tive a oportunidade de investigar a existência de um centro de memória da educação militar, na Europa e na América. Todavia, nada encontrei, na época.

Convicta da importância do assunto para a melhoria da qualidade do ensino na Aeronáutica, elaborei projeto de implantação do CME, cuja finalidade seria a preservação do que já foi realizado na área do ensino por militares e civis, no passado, de modo a aproveitar esses saberes, perdidos no tempo, para a compreensão e a melhoria da missão educacional militar presente.

O projeto foi aprovado em 2008, pelo então Maj. Brig. do Ar Josuá, na época, Comandante da UNIFA. No ano de 2010, no Comando do Maj. Brig. do Ar Robinson, o CME foi criado oficialmente, através da Portaria UNIFA nº 127/CME, de 29 de dezembro, e ganhou o seu espaço físico.

No ano de 2011, gestão do Maj. Brig. do Ar GRACZA, o espaço físico do CME foi restaurado e realizou-se parceria técnico-científica, acadêmica e cultural com o *Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Infância* (LIEPHEI), instituição congênere ao Centro de Memória, pertencente à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Objetivos do CME:

- ✓ Divulgar a história militar e a história do ensino militar , principalmente, a sua contribuição para a educação brasileira;
- ✓ Aperfeiçoar o ensino militar atual, principalmente, o ensino da história militar, considerando o que já foi realizado no passado;

- ✓ Lembrar aos militares e civis das Forças Armadas sobre quem somos, a fim de sabermos para onde vamos.

Atribuições do CME:

- ✓ Desenvolver atividades para a preservação, a organização, a guarda e a divulgação de acervos significativos para o resgate da história militar e da educação militar;
- ✓ Promover estudos e pesquisas voltados para a reconstrução da história militar e do ensino militar;
- ✓ Desenvolver atividades relativas à divulgação e à discussão da história militar e do ensino militar;
- ✓ Promover trabalhos científicos sobre a história das instituições, principalmente, as ligadas ao ensino militar;
- ✓ Prestar assessoria a projetos ligados à história, à memória e ao patrimônio histórico relacionados à história militar e ao seu ensino;
- ✓ Interagir com instituições congêneres e pesquisadores, em prol do desenvolvimento de estudos e de pesquisas acadêmicas afetos à área da história militar e da sua educação;
- ✓ Colaborar com as Organizações de Ensino na organização de espaços históricos dedicados à história da educação; e
- ✓ Promover e participar de encontros, fóruns, simpósios, seminários e eventos acadêmicos voltados para o campo da história militar e do seu ensino.

Algumas Instituições congêneres ao CME

No Mundo:

- ✓ Museo Pedagógico de Galicia (Espanha)
- ✓ Centro Internacional de la Cultura Escolar – CEINCE (Espanha)
- ✓ Institut National de Recherche Padagogique – INRP (França)

No Brasil:

- ✓ Centro de Memória da Educação (USP)
- ✓ Centro de Memória (UNICAMP)

Observação:

Nenhuma delas tem como objeto de estudo o *ensino militar*.

A Parceria com o LIEPHEI-UERJ

No ano de 2011, como mencionado, realizou-se parceria técnico-científica, acadêmica e cultural com o *Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Infância* (LIEPHEI), instituição congênera ao Centro de Memória, pertencente à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Essa parceria tem como objetivo estabelecer ações de caráter de ensino, de pesquisa, de extensão e de prestação de serviços em áreas de mútuo interesse, bem como a conjugação de esforços no sentido de trocar informações acadêmicas e de desenvolver projetos, estudos e serviços técnicos, de forma integrada.

De maneira mais específica, a parceria do CME/UNIFA com o LIEPHEI/UERJ tem como objetivos:

- Organizar e catalogar o acervo histórico sob a guarda do CME-UNIFA;
- Viabilizar o trabalho de higienização, acondicionamento e tratamento adequado aos registros documentais que compõem os fundos arquivísticos;
- Digitalizar os registros documentais referentes aos fundos, visando constituir um Banco de Dados sobre o conjunto da documentação manuseada;
- Desenvolver novas metodologias para a análise e para a interpretação das fontes pesquisadas;
- Empregar o método da história oral para registrar as experiências vividas por ex-alunos, professores e diretores de instituições de ensino militares;
- Oferecer oportunidade de pesquisa e de estágio monitorado, junto ao acervo;
- Constituir exposições e elaborar material multimídia, visando fazer circular conteúdos acerca da história e da memória do ensino militar; e
- Programar e gerenciar um centro de pesquisa adequado à formação do historiador.

Os Registros Documentais do CME

Os registros documentais, oriundos das três Forças Armadas Brasileiras e que estão sob a guarda do CME, abrangem um período extenso da história militar do Brasil, que remonta à época colonial. (Agradecimento especial à Biblioteca do Exército e da Marinhapela doação de livros)

Esses fundos compõem-se de: Atas, livros raros, apostilas, periódicos, mapas, planos de aula, legislações sobre o ensino militar, equipamentos de auxílio à instrução, mobiliário escolar, fitas, filmes, fotografias, pinturas, coleções científicas, coleções didáticas, dentre outros documentos.

Com a ajuda do NIEPHEM⁴ e do NIPHEI⁵, cerca de mais de vinte e cinco mil documentos estão sendo pesquisados na perspectiva de produção de catálogos sobre essas fontes.

No que se refere ao acervo fotográfico, podemos dizer que, a partir de um levantamento preliminar, identificamos, por exemplo, imagens relacionadas aos inventos e à vida social de Santos Dumont, a partir de 1900, aos primeiros vôos da aerostação no Brasil, realizados a partir de 1910, à criação do primeiro Aero Club Brasileiro, em 1911, à criação das primeiras escolas de aviação nacionais, bem como fotografias que retratam a passagem do Graf Zeppelin pelo Rio de Janeiro. Também, há fundos fotográficos que retratam a Revolução Constitucionalista, de 1932, a Intentona Comunista, de 1935, e o período de constituição e de participação da Força Aérea Brasileira na II Grande Guerra Mundial.

CONCLUSÃO

A nossa hipótese para explicar a insuficiência (e, às vezes, ausência) de tempos de aula destinados à “História Militar” nos cursos da ECEMAR e da EAOAR, desde o ano de 2000, é a seguinte:

Considerando o “boom” de cursos de especialização (principalmente, de MBAs⁶), mestrados e doutorados observado no início do século XXI, no Brasil, os cursos militares (principalmente, os de carreira) foram considerados sem valor na sociedade, tanto para os próprios militares como para os civis, uma vez que não eram reconhecidos pelo MEC (no caso dos cursos de especialização *lato sensu*) e, muito menos, pela CAPES (no caso dos cursos *stricto sensu*).

Os militares que se aposentavam, apesar de terem realizado vários cursos nas Forças Armadas, não possuíam qualificação (ou melhor, *títulos*) para preencherem as vagas de emprego no mercado de trabalho do meio civil.

⁴ Grupo de pesquisa do CME, denominado “Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação Militar”, criado em 2011.

⁵ Grupo de pesquisa do LIEPHEI, denominado “Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Infância”.

⁶ Os Master Business Administration (MBA), inicialmente, confundidos com cursos de mestrado devido à palavra inglesa “master”, nada mais eram/são que cursos de pós-graduação *lato sensu* ou de especialização.

Também, havia dúvidas sobre o seu valor *profissional*, uma vez que os conteúdos dos cursos encontravam-se (no caso da Aeronáutica), em sua maioria, desatualizados, e não eram produto de *pesquisas científicas* como as que eram realizadas no meio acadêmico.

Devido a essa baixa auto-estima, foram realizados convênios com universidade civis para ministrarem cursos de pós-graduação *lato sensu*, ou MBAs, na ECEMAR e na EAOAR. Assim, *essas instituições de ensino ficaram responsáveis pelo planejamento de, praticamente, todo o CPEA, o CCEM e o CAP*. O enfoque desses cursos passou a ser a gestão empresarial aplicada à administração pública e a palavra de ordem era ensinar “Metodologia Científica” para que os seus alunos tivessem condições de elaborar uma monografia, de acordo com os padrões científicos, para ser entregue ao final dos cursos. Resultados: 1) As matérias relacionadas ao campo militar sofreram uma grande redução; 2) Todos os trabalhos de pesquisa dos alunos (monografias e artigos) passaram a ser revertidos em prol dessas instituições, que os empregavam para ganhar pontos junto à CAPES; *mas*, 3) os alunos passaram a receber um certificado que tinha valor no meio civil.

A partir de 2004, quando da implementação do primeiro Curso de Mestrado em Ciências Aeroespaciais da UNIFA, do qual fui organizadora e professora, o tema da História Militar *(re)começou* a revelar-se imprescindível para a formação dos líderes militares da Aeronáutica, tema esse que, na época, penso que não era muito abordado no meio acadêmico civil, como hoje. Assim, verificou-se que havia matérias importantes (além da História Militar) que não estavam sendo contempladas nos cursos militares da ECEMAR e da EAOAR, e que não poderiam ser ministradas por professores civis que não tivessem como objeto de estudo o campo militar.

A partir daí, os cursos passaram a ser planejados para serem ministrados em parceria: por docentes do meio acadêmico civil e do meio acadêmico militar.

É importante frisar, que ainda temos *muito* o que melhorar, no que tange ao ensino da História Militar, não somente, no que se refere ao incremento e adequação do seu conteúdo aos diferentes tipos e níveis de cursos, mas, também, ao incentivo à pesquisa nessa área e ao aperfeiçoamento da sua metodologia de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. EAOAR.
Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2002.

- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2003.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2004.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2005.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2006.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2007.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2009.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2010.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2011.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CAP de 2012.
- _____. _____. _____. ECEMAR. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2000.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2001.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2002.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2003.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2004.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2005.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2006.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2007.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2008.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2009.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2010.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2011.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CCEM de 2012.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2000.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2001.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2002.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2003.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2004.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2005.
- _____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2006.

_____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2007.

_____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2008.

_____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2009.

_____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2010.

_____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2011.

_____. _____. _____. _____. Plano de Unidades Didáticas do CPEA de 2012.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria UNIFA nº 127/CME, de 29 de dezembro de 2010.

Coordenadoria de Pós-Graduação da Universidade da Força Aérea. Programa de Pós-Graduação. Área de Concentração. In: www.unifa.aer.mil.br/posgrad/index. Acesso em: 10 de junho de 2012.

_____. _____. Corpo Docente. In: www.unifa.aer.mil.br/posgrad/index. Acesso em: 10 de junho de 2012.

_____. _____. Disciplinas. In: www.unifa.aer.mil.br/posgrad/index. Acesso em: 10 de junho de 2012.

Comunicações

O EMPREGO DA ARTILHARIA NA DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO NA II GUERRA MUNDIAL

Cel/R1 Antonio Ferreira Sobrinho (DPHCEX)

1 – INTRODUÇÃO

A pesquisa ora encetada destina-se a levantar o emprego da arma de Artilharia do Exército Brasileiro na II Guerra Mundial, atuando no território nacional, particularmente, no seu litoral.

Pretende-se abordar inicialmente, os elementos da aliança estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos a partir de 1940, que transformaram o País no principal parceiro político, militar e econômico dos norte-americanos na América Latina, resultando na declaração de guerra contra a Itália e a Alemanha, participação na defesa conjunta do Saliente Nordestino e no envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao TO do Mediterrâneo.

A atuação das comissões militares criadas no Brasil e nos EUA para desenvolverem a defesa conjunta do TO do Atlântico Sul, redundou nos planejamentos de emprego das forças armadas nacionais na zona de guerra estabelecida, que abrangia, praticamente, todo o litoral brasileiro.

O estudo do emprego da artilharia nesse dispositivo de defesa enfocou a sua organização para o combate, a ocupação dos fortes e fortalezas já existentes, a aquisição de novos materiais (canhões, viaturas e munições), a criação de unidades de Artilharia de Costa Movel e o seu posicionamento ao longo das diversas áreas passíveis de desembarque por parte do inimigo.

Na sequência será mostrada a desmobilização e a reestruturação dessa artilharia após o fim do conflito, concluindo-se pelas as transformações ocorridas na doutrina e na organização básica da Artilharia do Exército Brasileiro.

2 – AMBIENTAÇÃO

Entre 1940 e 1942, os governos de Getúlio Vargas (BRASIL) e Franklin D. Roosevelt (EUA), construíram uma aliança político-militar que culminou na transformação do Brasil no principal parceiro dos EUA na América Latina. Na construção dessa aliança, os EUA queriam o fornecimento de minerais estratégicos

brasileiros e a cessão de bases militares no nordeste do Brasil. Em contrapartida, o Brasil receberia os recursos necessários a modernização de suas forças armadas e ao programa de industrialização do país.

Principais momentos da construção dessa aliança¹:

Oportunidades	Eventos Ocorridos
Outubro de 1940	Criação da Comissão Mista Militar Brasil-EUA (medidas comuns de defesa).
Julho de 1941	O Brasil autoriza a instalação de bases americanas no Nordeste.
Janeiro de 1942	Conferência do Rio de Janeiro- Os países americanos assumem o compromisso de solidariedade hemisférica com os EUA..
Maior de 1942	Assinado o Acordo Bilateral Brasil-EUA (criação de comissões militares no Brasil e nos EUA para desenvolverem a defesa conjunta do Nordeste).
Julho/Agosto de 1942	Acontecem grandes protestos nas capitais brasileiras, exigindo a declaração de guerra a Alemanha, por conta do afundamento de 19 navios brasileiros por submarinos alemães, matando 740 pessoas.
31 Agosto de 1942	O Brasil declara guerra a Alemanha e a Itália.



Reconhecido o estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália, as forças armadas brasileiras participam do esforço de guerra aliado nos TO do Atlântico Sul e do Mediterrâneo, conforme os termos contidos no Acordo Bilateral Brasil-EUA, cabendo ao Exército Brasileiro:

1 PRODÓSCIMO, César. A Missão Militar Norte Americana no Brasil.2010, Monografia-UNIRIO, Rio de Janeiro.

“Defender o seu território compreendido na zona de guerra criada, particularmente, o saliente nordestino (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), ai incluído o arquipélago de Fernando de Noronha, além de integrar o V Exército americano com uma Força Expedicionária, valor Corpo de Exército, no TO do Mediterrâneo.”

3- A PARTICIPAÇÃO DA ARTILHARIA NO PLANO DE DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO²

Decorrido um mês e três dias da entrada do Brasil na guerra, o Dec 10490-A, de 25 de setembro de 1942, criou a Zona de Guerra Brasileira. Ela abrangeu todo o litoral do Brasil, o vale do rio São Francisco e as águas oceânicas contíguas ao Brasil, e mais a nossa fronteira no Rio Grande do Sul. O restante foi considerado Zona do Interior.



² - BENTO, Claudio Moreira. A participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)

A Zona de Guerra foi dividida em Teatros de Operações (TO): Amazônico, Nordeste, Centro Meridional, Meridional, Mato Grosso e Marítimo, que foram na prática nominais, em função da remota possibilidade de um ataque do Eixo, à exceção do TO Nordeste, que organizou um plano, respondendo às seguintes possibilidades:



- prática de atos de guerra por forças aeronavais contra comunicações marítimas de interesse do Brasil (o que veio a concretizar-se);

- ações de envergadura contra o Nordeste (Saliente Nordestino), após dominarem a África Oriental e o Atlântico Sul, utilizando uma base da Marinha francesa situada no Senegal, então colônia da França, defronte ao litoral brasileiro, para montarem operações de desembarques isolados, em Natal ou Recife.

Em função disso, a defesa do Nordeste e, por via de consequência, do Brasil e das Américas, devia concentrar-se no triângulo Natal - Recife - Fernando de Noronha.

Para fazer face às possibilidades levantadas, o Plano de Defesa do TO Nordeste estabeleceu missões de vigiar o litoral e defender os portos e bases militares.

Para o cumprimento dessas missões, o TO Nordeste foi dividido entre a 10ª Região Militar (MA, PI, CE) e a 7ª Região Militar sobre o Saliente Nordestino (RN, PB, PE., AL) e, mais, o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, composto de tropas de Infantaria, Artilharia (de Costa e Antiaérea), Comunicações e Engenharia.

As maiores concentrações de tropa ocorreram em ordem de valor: Recife, Natal, Fernando de Noronha, Fortaleza, Campina Grande (Reserva da 7ª Região Militar), Salvador, Caravelas, Vitória e Aracaju. O resto da tropa foi distribuído por todo o litoral do Nordeste, numa linha tênue e descontínua.

Ao Destacamento Misto de Fernando de Noronha competia: impedir qualquer desembarque inimigo, principalmente face à Baía de Santo Antônio; precaver-se contra

bombardeios aéreos e navais, e impedir a todo o custo que Fernando de Noronha fosse usada como base aeronaval do Eixo, para operações contra o Continente.



Afim de guarnecer os diversos pontos favoráveis a desembarques, foram designadas unidades de artilharia de campanha, associadas a tropa de infantaria local e pescadores, inteligentemente enquadrados por graduados, servindo as velhas fortificações do litoral como pontos de primeiro destino e, algumas vezes de acantonamento.

Nos TO restantes, as operações se concentraram na proteção de portos e vigilância do litoral, daí, no final da guerra, haver sido editada uma Lei que passou a ser conhecida como *Lei da Praia*, que trouxe a vantagem de mais uma promoção na reserva aos que durante esse período serviram na Zona de Guerra Brasileira.

As defesas planejadas para os portos do Rio de Janeiro e de Santos atingiram elevado grau de eficiência, reforçando-se os grupos e baterias que guarneciam os fortes e fortalezas existentes e redobrando os cuidados com o armamento e outros meios de defesa.

No litoral Sul foram novamente guarnecidos o Forte da Ilha do Mel em Paranaguá-PR e Marechal Moura, em Naufragados-SC, bem como aumentou-se o efetivo do Forte Marechal Luz, de São Francisco do Sul-SC. Para outros pontos, como Itajaí, Imbituva, Laguna, todos em Santa Catarina, Tramandai e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, foram enviadas baterias e grupos de artilharia de campanha.

Essa situação constituiu-se na oportunidade de maior importância para a Artilharia Brasileira desde a guerra do Paraguai, não só pela quantidade de efetivos, de materias empregados e Unidades criadas, como pela sua distribuição ao longo do território nacional. Em 1943, estava assim organizada a Artilharia Brasileira para o combate³ :

- 1º GACos* (Fortaleza de Santa Cruz/RJ);

3 FORTES, Hugo Borges. Canhões Cruzados. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001

- 2ºGACos(Fortaleza de São João/RJ);;
- 3º GACos(Forte Copacabana/RJ);
- 5ºGACos(Fortaleza de Itaipu/SP);
- 6º GACos(Forte Coimbra/MS);

** Grupos de Artilharia de Costa, com duas baterias e uma seção extra numerária em cada um*

e as as seguintes baterias isoladas:

- 1ª /4º GACos (Forte da Lage/RJ);
- 1ª BiaAC* (Forte Marechal Hermes – Macaé /RJ)
- 2ª BiaAC (Forte Barão do Rio Branco/RJ);
- 3ª BiaAC (Forte de Imbuí/RJ);
- 4ª BiaAC (Forte Duque de Caxias/RJ);
- 5ª BiaAC (Forte de Munduba - Santos/SP);
- 6ª BiaAC (Forte Marechal Luz – São Francisco do Sul/SC);
- 7ª BiaAC (Forte Marechal de Moura – Naufragados/SC);
- 8ª BiaAC (Forte de Óbidos – Óbidos/PA);
- 9ª BiaAC (Forte da Ilha do Mel – Paranaguá/PR);
- 1ª Bia de Projétores do Distrito de Defesa de Costa/RJ

** Bateria de Artilharia de Costa*

Além dessas Unidades, foram criados os GRUPOS MÓVEIS DE ARTILHARIA DE COSTA (GMAC), outra grande contribuição da Artilharia Brasileira no esforço de guerra, tornada possível com a compra feita ao governo dos Estados Unidos de canhões de suas fortificações no Panamá, de calibres 6 polegadas (152,4mm). No decorrer da guerra os canhões 152.4mm foram modernizados, no lugar das rodas de metal foram instalados pneus de borracha e construídas as plataformas metálicas para o seu acionamento, além de receber a sua viatura de tração Mineapolis Moline, de 7,5 toneladas. Essas adaptações foram realizadas no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.



Canhão Vickers Armstrong em exercício na praia do Cassino - Rio Grande - RS



Artilharia de Costa Ferroviária também fazia parte do conjunto de unidades de artilharia moveis de defesa – *possibilitava maior mobilidade para as peças, tornando mais difícil a sua localização*. Um real avanço em relação a doutrina de emprego da artilharia de costa , que atuava, até então, em pontos fixos do litoral.

Pelo decreto – lei nº 5.370,43 de 02 de Abril de 1943, foi criado o 13º Grupo Movel de Artilharia de Costa, em Niterói/RJ, com Estado-Maior; Seção Extra e 02 Baterias de tiro, com a missão de reforçar a defesa do Porto do Rio de Janeiro⁴.

O 13º GMAC era mobilhado por 11(onze) canhões ferroviários de 7 pol (177,8mm), comprados dos EUA e transformados nas oficinas Trajano de Medeiros no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, que também projetou todo o seu material rodante.

4 PRODÓSCIMO, César. A Missão Militar Norte Americana no Brasil.2010, Monografia-UNIRIO, Rio de Janeiro.

A premência das medidas de defesa do nosso imenso litoral e as possibilidades criadas pelas grandes aquisições de material de artilharia, junto aos arsenais americanos, foram determinantes para a organização das seguintes unidades:

OM	CONSTITUIÇÃO	DESTINO
1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa	Duas baterias de canhões 152.4mm e um efetivo de 16 Oficiais e 513 Praças	Ilha de Fernando de Noronha
2º Grupo Móvel de Artilharia de Costa		Natal (RN)
3º Grupo Móvel de Artilharia de Costa		Olinda (PE)
4º Grupo Móvel de Artilharia de Costa		Salvador (BA)
5º Grupo Móvel de Artilharia de Costa		Rio de Janeiro (RJ)
6º Grupo Móvel de Artilharia de Costa	Duas baterias de canhões 152.4mm e um efetivo de 16 Oficiais e 513 Praças	Praia Grande (SP)
7º Grupo Móvel de Artilharia de Costa		Rio Grande (RS)
8º Grupo Móvel de Artilharia de Costa		Rio de Janeiro (RJ)
12º Grupo Móvel de Artilharia de Costa		Curitiba (PR)- 1ª Bateria em Laguna (SC) e a 2ª em Imbituva (SC)
13º Grupo Móvel de Artilharia de Costa	Guarnecia à Artilharia Ferroviária, com o canhão 7 pol (177,8mm)	Niterói (RJ)
1ª Bia Móvel de Artilharia de Costa	Composta de 3 peças de 152mm	Belém (PA)
1ª Bia de Projetores do Distrito de Defesa de Costa	04 projetores Sperry	Rio de Janeiro (RJ)

As necessidades de pessoal especializado para preencher os claros dessas novas unidades de Artilharia de Costa, obrigou a Escola de Artilharia de Costa, sediada no Rio de Janeiro, a funcionar em dois turnos, formando, a partir de 1943, Oficiais R/2 (Asp Of e Ten) em cursos de emergência



com duração reduzida, além de continuar funcionando com os cursos normais para o pessoal da ativa (Of Sp-Cap/Ten e Sgt).

4- A DESMOBILIZAÇÃO

Cessada a guerra na Europa, várias unidades foram reduzidas ou deixadas sem efetivo. Os GMAC, também foram desmobilizados ou transformados, sendo os seus materiais (canhões, tratores e projetores) aproveitados para organizar novas unidades, aquarteladas em velhas fortificações, tais como os Fortes Marechal Hermes, Imbuí, Itaipu e Marechal Luz, cujos armamentos fixos estavam obsoletos e postos fora de serviço. As convocações de oficiais da reserva e de reservistas para o serviço ativo não mais se fizeram para as unidades de defesa costeira e, já em 1945, deixou de funcionar na Escola de Artilharia de Costa o curso de emergência para Asp Of/ Ten da reserva.

5- CONCLUSÕES

- O sucesso da negociação da cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos, na década de 1940, resultou em uma aliança estratégica capaz de garantir armas e equipamentos para uma eficiente defesa nacional, no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

- O papel das comissões militares do Brasil e Estados Unidos, encarregadas de desenhar os planos de defesa conjunto e elevar a capacitação das Forças Armadas Brasileira, tornou possível o ressurgimento da importância da Artilharia Brasileira, desde a guerra do Paraguai.

- As possibilidades reais da realização de ações de desembarque alemão no litoral do Brasil, foram perfeitamente confrontadas com emprego massivo dos Grupos Moveis de Artilharia de Costa e com o reforço do seu dispositivo existente e seus

efetivos, particularmente no Nordeste, no Rio de Janeiro e no Sul do País.

- O esforço de guerra brasileiro naquele período mutiplicou em muito o poder de combate da Artilharia, resultado do expressivo repletamento do material e atualização doutrinaria de seu emprego.

- Após o conflito, o emprego da Artilharia de Costa no litoral brasileiro ficou reduzido, uma vez que as posições fixas (fortificações) e mesmo a Artilharia de Costa Movel se tornaram inexoravelmente vulneráveis aos avanços tecnológicos desenvolvidos na Aviação e na Marinha dos nossos potenciais inimigos.

6- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Claudio Moreira. **A Participação Militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial** (1942-1945)

FORTES, Hugo Borges. **Canhões Cruzados: BIBLIEx**, 2001.

PRODÓSCIMO, César. **A Missão Militar Norte Americana no Brasil**.2010, Monografia-UNIRIO, Rio de Janeiro.

NIEPHEM: DIÁLOGO E REFLEXÃO

Prof. Dr. Bruno de Melo Oliveira (UNIFA)

1. Introdução:

O presente texto tem por preocupação traçar uma breve descrição da formação do *Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação Militar* (NIEPHEM). Procuraremos explicitar as motivações da promoção do grupo e apresentar sua proposta norteadora. Para tanto, o centro de nossa abordagem, que são os estudos sobre a dinâmica educacional, ou melhor, sobre a instrução militar, em uma perspectiva histórica, na Força Aérea, dependem de uma série de campos pré-existentes, elementos primordiais que contribuem para o funcionamento da pesquisa acadêmica.

Ao refletirmos sobre o atual estágio de desenvolvimento dos estudos dedicados à aeronáutica brasileira, em especial à Força Aérea, notamos que um campo livre se abre para os pesquisadores. De fato, inúmeras temáticas, muitos objetos, várias abordagens e diversos recortes cronológicos, caracterizam as oportunidades para todo aquele que deseja se lançar à tarefa de produzir análises dedicadas à aeronáutica militar. Todavia, o que parece um terreno de amplas possibilidades esbarra em uma realidade dura e restritiva. Ao mesmo tempo em que os estudos aeronáuticos constituem um terreno a ser desbravado, o mesmo campo, pelo mesmo fato de ser pouco explorado, tende a limitar as investidas dos pesquisadores.

Quando alguém se propõe a empreender um estudo monográfico sobre a Força Aérea ou a aeronáutica como um todo tem a forte impressão de que subsídios faltam e se multiplicam as dúvidas. Elementos fundamentais para a viabilidade de uma pesquisa, como uma bibliografia especializada, mostram-se, muitas vezes, pouco presentes na maioria dos casos. A especificidade do tema de estudo nos mostra o quão pouco foi produzido. A carência de especialistas também compromete o bom andamento de uma séria monografia, de uma séria dissertação e de uma séria tese. O terreno que pode ser livre pode impor também estes inconvenientes. Ainda que os estudos sobre história da aeronáutica se amparem em produções dedicadas ao Exército ou à Marinha, por

similaridade de contexto ou inserção destas instituições no destino do país, a analogia e a comparação pode não se mostrar fértil.

Diferente de outros períodos da história do mundo ocidental, que é marcado pela dificuldade de acesso às fontes, pois, muitas vezes o tempo e a humanidade exerceram o efeito deletério que lhe são peculiares, a inserção da aviação militar, aqui, mais precisamente, no Brasil, no mundo contemporâneo não representou na facilidade de abordar o objeto. O estabelecimento de arquivos públicos, civis e militares, a continuidade da instituição e suas atividades e a publicação de memória de militares, que formam um importante subsídio a pesquisa não significou no incremento das pesquisas acadêmicas. Em especial no campo da História, podemos dizer que há muito que se fazer. Mas, para isso, para se produzir um empreendimento historiográfico efetivo, alguns esforço, mesmo em pequena escala, para superar o estado atual em que se encontram os estudos. A reunião de pesquisadores e a convergência dos estudos sobre aviação militar, em seus diversos aspectos, representam uma missão de importância fundamental.

2. Criação do NIEPHEM:

Nós não estamos dizendo, em hipótese alguma, que não existem historiadores ou qualquer cientista da área de humanidades interessados ou produtores de um saber refletido sobre a Força Aérea ou a aeronáutica. Ao contrário, com uma busca rápida por qualquer navegador podemos encontrar no Brasil algumas dissertações e monografias produzidas com o profissionalismo esperado. Todavia, este número restrito, mesmo disperso, mostra-nos que existe uma procura pela temática aeronáutica, um certo número de pesquisadores atuando de maneira ainda isolada, fato que gera uma demanda de não pouca importância.

Por outro lado, temos conhecimento de que a bibliografia especializada é muito carente. No mais, principalmente em língua portuguesa, as obras que já são muito raras, são fruto do esforço de pesquisadores diletantes, pessoas interessadas pela aviação militar e seu entorno, mas que não possuem a devida formação acadêmica. Tal postura não é uma demonstração de pedantismo, mas um cuidado, uma preocupação com a necessidade de se seguir um conjunto de procedimentos básicos que auxiliam na melhor

condução da pesquisa. Não estamos desprezando as contribuições de entusiastas, pois, muitas vezes, os únicos trabalhos dos que dispomos para realizar nossa são justamente àqueles oriundos do labor solitário de apaixonados pela aviação e pelas instituições militares responsáveis por sua execução. No antigo e célebre livro de Marc Bloch, o autor apontava para uma das características fundamentais para o empreendimento de um trabalho acadêmico, que é gostar daquilo que se está fazendo¹. Somos a favor da continuidade do trabalho de pesquisadores amadores, desde que determinados condicionamentos sejam devidamente respeitados. Ou como comentou o historiador acerca da sua ciência:

Independente até de qualquer eventualidade de aplicação à conduto, a história terá portanto o direito de reivindicar seu lugar entre os conhecimentos verdadeiramente dignos de esforço apenas na medida em que, em lugar de uma simples enumeração, em vínculos e quase sem limites, nos permitir uma classificação racional e uma progressiva inteligibilidade².

Cientes desta realidade limitadora dos estudos sobre aeronáutica militar, os membros do Centro de Memória do Ensino (CME-UNIFA), perceberam que o estado atual não favorece o desenvolvimento do referido campo. Dentro do próprio Comando da Aeronáutica, mais precisamente na Força Aérea Brasileira, instituição diretamente associada à prática da aviação militar, não dispunha de um espaço de convergência de indivíduos desejosos de refletir e debater o seu papel no devir histórico. Mostrava-se, portanto, imperiosa a constituição de um esforço unificado para dirimir as dificuldades apresentadas. Um primeiro esforço formal partiu do Centro de Memória do Ensino, da Universidade da Força Aérea (CME-UNIFA), que criou o *Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação Militar* (NIEPHEM).

Fundado em agosto de 2011, o NIEPHEM é o primeiro grupo de pesquisa histórica e pedagógica do Comando da Força Aérea. Tal como o CME-UNIFA, onde está inserido, o núcleo é um elo Sistema do Patrimônio Histórico e Cultural da

¹ “Decerto, mesmo que a história fosse julgada incapaz de outros serviços, restaria dizer, a seu favor, que ela intretém. Ou, para ser mais exato – pois cada um busca seus passatempos onde mais lhe agrada -, assim parece, incontestavelmente, para um grande número de homens (...). Aos olhos de qualquer um que não seja um tolo completo, com quatro letras, todas as ciências são interessantes. Mas todo cientista só encontra uma única cuja prática o diverte. Descobri-la para a ela se dedicar é propriamente o que se chama vocação”. BLOCH, Marc. Introdução. In:_____. **Apologia da História:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 43.

² Ibid., p. 45.

Aeronáutica (SISCULT), ou seja, parte integrada de um esforço institucional para a promoção da cultura material e imaterial da Aeronáutica. A formação do NIEPHEM tirou proveito de uma tendência favorável. E como bem diz o Prefácio da regulamentação do sistema:

os integrantes da Aeronáutica, militares e civis, são agentes fundamentais na implementação das ações culturais, conclamando-se todos a participarem ativamente para o resgate e a preservação da nossa História, das tradições, das crenças e do valioso acervo material da Força Aérea Brasileira³.

A autonomia do grupo permitiu a formação de um vínculo com o *Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância* (NIPHEI) da UERJ. O contato com este laboratório é uma estimulante modalidade de interação com o mundo acadêmico civil, fomentando a interação entre pesquisadores em uma perspectiva interdisciplinar. A reunião de esforços de profissionais de diferentes áreas é um importante instrumento de promoção de um diálogo produtivo. A união de energias e a convergência de vontades contribuem para o desenvolvimento de qualquer campo do conhecimento. O isolamento que havíamos falado no último tópico representa uma dispersão nociva dos trabalhos acadêmicos, contexto com o qual o NIEPHEM busca superar. O intercâmbio de idéias, o debate, a crítica, o diálogo e o trabalho são ferramentas necessárias para a prática de uma boa reflexão.

3. Finalidade:

A sociedade humana é complexa, dinâmica, dividida em esferas de especialização, campos do conhecimento, pouco ou muito hierarquizada e mutável. Em meio a uma realidade aparentemente caótica a escolha do objeto é muito importante. A adequação do recorte demanda uma preocupação dos pesquisadores, que precisam conduzir seu trabalho a um bom termo. A opção pela formação de um grupo interdisciplinar vincula-se a necessidade de produzir, pela primeira vez, um trabalho de análise da dinâmica do ensino militar de maneira global na Aeronáutica. O ensino, a instrução militar, os cursos de carreira, etc., são parte de um processo fundamental na constituição do grupo militar. A diferenciação entre civis e militares se constrói

³ SISCULTI, P. 9.

justamente no processo de formação daqueles que ingressam no círculo das Forças Armadas⁴.

Com base nesta realidade, o NIEPHEM tem por finalidade desenvolver pesquisas voltadas para o campo da “educação militar” em seus diversos aspectos. Assim sendo, o grupo preocupa-se em resgatar a memória da FAB e de seu ensino; empreender pesquisas historiográficas sobre a Aeronáutica e a educação militar; formar um banco de dados (textuais, iconográficos e cinematográficos) sobre a história da Aeronáutica e da educação militar; congrega pesquisadores civis e militares de diversas áreas de conhecimento; e estruturar a produção historiográfica sobre a Aeronáutica.

O desenvolvimento de um estudo crítico sobre a formação da “educação militar” em uma perspectiva histórica a dinâmica pedagógica da Força Aérea corresponde a procura da compreensão e da explicação da maneira pela qual alguém se torna um militar da aeronáutica e a repercussão que isto tem.

4. Membros:

A proposta de formação do grupo insere-se em uma perspectiva interdisciplinar. A convergência que alguns indivíduos, com suas diversas formações acadêmicas visa o enriquecimento das pesquisas. O núcleo surgiu dos esforços da Ten. Cel. Prof^a Dr^a Maria Luiza Cardoso (UNIFA), pedagoga, idealizadora e coordenadora, que, como também responsável pelo Centro de Memória do Ensino (CME-UNIFA), gerencia o desenvolvimento e as atividades do nascente grupo. Prof. Dr. Bruno de Melo Oliveira (UNIFA), historiador, auxilia na coordenação do NIEPHEM. Integram a equipe de pesquisadores do grupo os 1^{os} Ten. Ms. Mauro Vicente Sales (CENDOC) e Ms. Tania Aparecida de Souza Vicente (CENDOC), respectivamente, historiador e arquivista. A Profa. Ms. Andrea Costa da Silva (UNIFA), o Prof. Ms. Renato Vilela Oliveira de Souza (UFRJ) e 1^o Ten. Márcia da Silva (MUSAL), que são, na seqüência, lingüista, historiador e bibliotecária. Os 2^o Ten. Historiador Tiago Starling de Mendonça

⁴ No campo teórico, destacamos a contribuição dos trabalhos dos sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron no tange a compreensão e explicação do sistema de educação, inculcação de valores, definição de *habitus*, etc. BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil. 2004. BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude, PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004. BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, s.d.

(CENDOC) e museóloga 2º Ten. Aline Pessôa da Ascensão (MUSAL). Os historiadores SO R/1 Gustavo de Mello (MUSAL) e 3S R/1 Jairo de Paula Baptista, que estão no quadro da reserva da aeronáutica. O Sr. Wladimir Gonçalves (MUSAL), pedagogo e arquivista e a historiadora Graduanda Karen Carneiro Teixeira Barbosa (UFRJ). A equipe, constituída por civis e militares, engajados em um esforço em comum. A prática da reflexão e da pesquisa, antes promovidas de maneira dispersa e fragmentada, puderam convergir, otimizando os trabalhos de pesquisa.

5. Projetos em andamento:

A formação do NIEPHEM coincidiu com as comemorações dos *100 anos do Campo dos Afonsos*, que se realizará no segundo semestre do ano de 2012. O contexto favoreceu muito a consolidação do núcleo, pois reforçou a importância das atividades idealizadas por ele. A receptividade da iniciativa propiciou a organização do *I Seminário Nacional de História da Aviação Brasileira. “Campo dos Afonsos: Um Século de História da Aviação Brasileira (1912-2012)”*, evento que tem por objetivo a aproximação de diversos pesquisadores do meio civil e militar interessadas nos estudos dedicados a história da aviação em seus diversos campos e recortes. Programado para ocorrer entre os dias 17 e 19 do mês de julho deste ano, o seminário foi também proposto para servir de espaço de diálogo e de intercâmbio de informações. Além de fomentar o contato entre estudiosos da organização da Guarnição do Campo dos Afonsos, o NIEPHEM tem o interesse em mapear a localização da produção fragmentária sobre história da aviação. O empenho em criar um ambiente de convergência historiadores, museólogos, sociólogos, arquivistas, pedagogos, etc., procura a melhoria do nível do conhecimento sobre aeronáutica.

Paralelamente, os membros do NIEPHEM vêm redigindo capítulos que formarão o *livro histórico* sobre a História do Campo dos Afonsos, obra que não será uma publicação apenas comemorativa, mas também um primeiro investimento historiográfico feito por um grupo no interior da Força Aérea Brasileira. Mais uma vez ressaltamos, aquilo que foi feito sem o devido cuidado com as formalidades acadêmicas teve a sua importância, mas, a partir de agora, a empreitada precisa ser feita de maneira diferente. A análise de fontes, a identificação de arquivos, o levantamento bibliográfico,

o balanço teórico, o emprego de metodologias científicas e a adoção de uma postura crítica, norteiam a construção do saber no NIEPHEM.

Visando a preservação da *cultura material* da Força Aérea, o núcleo de pesquisa está preparando um livreto dedicado a abordar a importância do patrimônio cultural da Aeronáutica (CME-INCAER). Para melhor nos fazermos compreender empregaremos aqui, mesmo que brevemente, uma reflexão acerca da definição de “cultura material”. O historiador francês Jean-Marie Peséz, que adota uma perspectiva marxista, fornece importantes contribuições sobre este campo do conhecimento. Segundo o autor, podemos notar a preocupação com esta modalidade de fonte ou objeto no primeiro volume de *O capital*, é de 1867⁵. No livro, Karl Marx não emprega a expressão “cultura material”, mas, nesta, e em outras obras, pode-se perceber sua preocupação com a “construção de uma história das condições materiais da evolução das sociedades”. Marx não separa uma história da tecnologia da história do trabalho do homem, pois ambos fazem parte do processo de produção⁶.

A atividade dedicada a “cultura material” se explica pelas fontes. São definidas como fontes materiais “aquelas através das quais os arqueólogos [por exemplo] abordam as sociedades do passado, de maneira que, nas reconstituições que propõem, os aspectos materiais das civilizações prevalecem naturalmente”⁷.

Jean-Marie Pesez não pretende propor uma definição de “cultura material” que esgote todas as situações, ele aponta para a “materialidade associada à cultura”⁸. Segundo o historiador francês, “a cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura”⁹. Nem toda resposta dada ao ambiente é manifestação da “cultura material”¹⁰. Portanto, ao lançar um olhar sobre o conjunto do patrimônio da Força Aérea, estaremos procurando sempre identificá-lo dentro de uma inserção mais ampla, de sua relação com as condições de produção, com a missão que cada objeto ou bem possuiu a ser idealizado e como esta função se modificou com o tempo.

⁵ PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 238.

⁶ PESÉZ, op. cit., p. 238.

⁷ Ibid., p. 240.

⁸ Ibid., p. 241.

⁹ Ibid., p. 241.

¹⁰ Ibid., p. 241-242.

O presente projeto está sendo administrado pela Profa. Andrea Costa da Silva (UNIFA), pela 1º Ten. Márcia da Silva (MUSAL) e pela 2º Ten. Aline Pessôa da Ascensão (MUSAL). Cientes da importância do acervo arquitetônico, dos marcos históricos, das pedras e placas fundamentais, dos símbolos, insígnias e objetos provenientes da Força Aérea, foi preparado um manual informativo a ser distribuído em todas as unidades da referida instituição. A manutenção de tais elementos contribui para dar significado ao conjunto dos bens concretos existentes.

Ainda vinculado às comemorações dos *100 anos do Campo dos Afonsos*, o NIEPHEM está atuando junto ao CME e ao CECOMSAER, no documentário sobre a história do Campo dos Afonsos, atividade esta coordenada pela 1º Ten. Tania Aparecida de Souza Vicente (CENDOC). Os membros do núcleo também estão colaborando na edição histórica da Revista da UNIFA com a redação de artigos científicos.

6. Parceria com o INCAER:

O CME-UNIFA, atuando pelo NIEPHEM, juntou esforços junto ao Instituto Histórico e Cultura da Aeronáutica (INCAER), no intuito de estimular, promover e preservar a cultura material e imaterial pertencente à Força Aérea. O núcleo está se programando para o estreitamento de vínculos com o instituto, buscando promover palestras junto ao INCAER. Paralelamente, o grupo se comprometeu em realizar pesquisas históricas e elaborar publicações historiográficas.

7. Novos esforços e possibilidades:

O NIEPHEM não se limita a atuar como um grupo de pesquisa ligado às comemorações nos Afonsos. Apesar de este evento ter tido um importante papel no fortalecimento do núcleo, ele não corresponde à única força motora da existência deste, não se extinguirá ao final das festividades. Muito pelo contrário, o NIEPHEM tem a intenção de continuar e já possui metas para o próximo ano. Primeiramente, estamos desenvolvendo um projeto de identificação de sítios históricos para custódia cultural pelo INCAER. Tal proposta se liga a criação do livreto sobre preservação patrimonial da Força Aérea, tema de grande importância para o INCAER.

O núcleo também tenciona colaborar com as próximas edições dos livros “História geral da aeronáutica brasileira”, do INCAER, além de se assessorar com o mesmo na implantação de uma política de valorização do patrimônio histórico e cultural da Aeronáutica.

Para reforçar a postura científica do NIEPHEM, seus membros publicarão em revistas acadêmicas visando contribuir na divulgação do conhecimento acerca da aviação militar, história da formação

8. Referências Bibliográficas:

BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude, PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo:** preliminares epistemológicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução.** Petrópolis: Vozes, s.d.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico.** São Paulo: Bertrand Brasil. 2004.

FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da história geral.** Bauru: Edusc, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAPACIDAD MILITAR DEL PARAGUAY DURANTE LA GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA

*Arq. Carlos Aleksy Von Horoch Benitez
Lic. Yobana Insua Rojas*

Introducción

Desde la época colonial el Paraguay sufrió grandes penurias por su situación geográfica, encerrado en medio del continente con la única ventaja de poseer ríos navegables y con el inconveniente de no tener yacimientos minerales que lo hagan atractivo a los ojos de la corona española, por eso el Paraguay era sólo un puesto de avanzada para contener la expansión del territorio portugués para el cual no necesitaba gran poder material ni humano, pues la distancia y la gran superficie de espesos bosques y pantanos hacían de defensa disuasiva entre hispanos y lusitanos.

Con la llegada de la independencia porteña, Buenos Aires intentó someter por las buenas o por las malas a todas las provincias sobre la cual había tenido influencia y al Paraguay envió una fuerza pequeña pero bien armada con la intención de atraer a la causa a los paraguayos antes de llegar a Asunción, el pensamiento conservador de un pueblo mediterráneo, aislado y poco culto hizo fracasar la anexión de los paraguayos a la causa y los porteños fueron derrotados por una fuerza mediocrementemente armada y entrenada pero superior numéricamente y conocedora del terreno.

Luego de esto, el Paraguay logró su independencia por cuenta propia y tras un breve lapso de ensayos de gobiernos alternantes quedó bajo la férrea dictadura de Francia que eliminó todo liderazgo competente en la población tanto militar como político, instalando un sistema de gobierno exótico y rayando en lo utópico que hizo que los de afuera vieran al Paraguay como un país misterioso. De esta forma, nadie se atrevió a acercarse a algo desconocido, esta situación defendió al Paraguay durante unos 30 años.

Tras la muerte de Francia, Carlos Antonio López accedió al poder, uno de los pocos intelectuales que aun quedaba en el país; si bien él mismo era conservador, era más flexible que Francia e introdujo nuevas ideas, permitiendo así que el Paraguay ya no siguiera ajeno al mundo. Mientras duró el Bloqueo de Rosas, el Brasil fue el único contacto con el mundo exterior. Dicho país estaba más que interesado en mantener al Paraguay independiente de Buenos Aires, así que cooperó con misiones militares para repotenciar el arcaico y débil ejército paraguayo. Una vez abierta la navegación del Paraná en 1852 el Paraguay pudo progresar sin el padrinazgo del Brasil, y de ahí en más preparó su defensa, no solo contra Argentina, sino que también contra su antiguo aliado y otras potencias externas a la región.

A partir de una infructuosa expedición a corrientes en 1846, C. A. López se negó a participar de conflictos externos pero su gobierno sufrió agresiones e incidentes con Brasil, E.E. U.U., Inglaterra y Francia, motivo por el cual se vio obligado a mejorar su capacidad de defensa. El Paraguay era un país mucho menos poblado y con menor capacidad económica que sus hipotéticos adversarios, inclusive dependía materialmente de la mayoría de ellos, por lo tanto era imposible lograr poseer una superioridad armamentística sobre dichos rivales, la única ventaja era su geografía perimetral salvaje e inexplorada y la cantidad de hombres que podía disponer en el escenario bélico. Esto último era fácil de lograr pues el Paraguay tenía su escasa población concentrada en un solo punto con distancias no mayores a los 150 kilómetros. Tantos años de vivir bajo gobiernos dictatoriales y la carencia de partidos políticos y otros tipos de divisiones sociales hacían que el paraguayo no dude en atender con obediencia ciega las órdenes del gobierno.

Igualmente, C.A. López hizo el esfuerzo de equipar en lo posible a sus fuerzas armadas con material foráneo y nacional.

Luego de la muerte del segundo dictador paraguayo, asumió el hijo de éste, Francisco Solano. Una parte de la historiografía muestra a este personaje como el transformador del Paraguay en una maquinaria bélica sin comparación en el Rio de la Plata, la verdad es que en el corto tiempo de su gobierno en estado de paz no incrementó

su ejército, ni siquiera adquirió armamento importante que no haya sido encargado por su padre. Sin embargo, continuó las obras civiles y también engrandeció su patrimonio personal y familiar, pero no hay mayores innovaciones en la parte militar hasta antes de los sucesos de la Banda Oriental. Todo preparativo o intento de adquirir equipo bélico se remonta a pocos meses antes del inicio de las hostilidades y una vez iniciadas éstas, se comprueba la pobre preparación humana y material del ejército paraguayo que fue disimulada principalmente por la peor situación en que se encontraban los ejércitos de la Argentina y el Uruguay (excepto en los mandos medios) y la gran distancia que tenía que recorrer el poderoso ejército Imperial, apoyado por una inmensa Guardia Nacional, que si bien algunos autores no la consideran preponderante, no tenía nada que envidiar a la preparación y al equipamiento de los ejércitos vecinos.

Con la presentación de este trabajo esperamos dar a conocer la situación lo más cercana posible a la realidad sobre la capacidad militar del Paraguay en comparación con los ejércitos Aliados durante la Guerra de La Triple Alianza. La poca información disponible y la gran cantidad de datos errados nos obligan a presentar este trabajo no como la verdad absoluta pero si como un aporte al debate histórico.

Sistema Defensivo Paraguayo

El Paraguay es un país mediterráneo al cual, hasta principios del siglo XX, prácticamente sólo se podía acceder por vía fluvial. Aquellos que se aventuraron a hacer una campaña militar vía terrestre sufrieron tantas privaciones que los ponía en situación de desventaja cuando lograban tener contacto con los sitios poblados del Paraguay.

Es por esto, que desde antes de su independencia (14 y 15 de mayo de 1811), el Paraguay solamente tenía puestos de vigilancia con escasa guarnición en los puntos de acceso terrestre, otorgando así mayor importancia al eje fluvial.

El primer punto de este eje, era el fuerte de Itapirú, ubicado en la confluencia de los Ríos Paraná y Paraguay, vigilándose a través de este, el acceso a aguas territoriales

paraguayas en ambos ríos. Sin embargo, dicha posición era sólo la punta del iceberg de un sistema defensivo notable y enmarcado por una extensa superficie de pantanos, solamente conocidos por militares paraguayos.

El punto focal de este complejo sistema defensivo está ubicado en la curva más pronunciada del Río Paraguay, en el sitio denominado Humaitá. Algunas fuentes señalan que en 1812 ya se había fortificado ese paso para evitar un contraataque de la flota realista de Montevideo. Ya durante el gobierno de Don Carlos Antonio López dicho punto fue fortificado de manera permanente y dotado de una guarnición numerosa.

Con la llegada de técnicos ingleses contratados por el gobierno de Carlos Antonio López y la misión militar brasilera que prestó importantes servicios al Paraguay para asesorarlo en materia bélica con el fin de evitar que Buenos Aires someta al mismo y lo anexe como provincia, se logra mejorar los emplazamientos de las baterías y adiestrar a los artilleros.

Tras la caída de Rosas en el año 1852 y la apertura de la vía fluvial, el Paraguay pudo comerciar libremente y adquirir armamento para reforzar su antiguo arsenal que dependía en mayor medida de equipamientos de la época colonial.

De esta forma, Humaitá se convirtió en un fuerte cerrojo que protegía la soberanía territorial paraguaya y generaba respeto por parte de los países de la región.

Ante la hipótesis de un ataque al Paraguay por vía fluvial, el invasor se vería obligado a forzar el paso de Humaitá y desembarcar fuerzas terrestres en una zona de suelo anegadizo y desconocido, o bien bloquearlo y de esta forma dejar a la suerte cuál de los contendientes resiste por más tiempo: el Paraguay sitiado o el agresor que debe mantener los costos de una flota desplegada.

Además de la fortaleza de Humaitá, para enfrentar dicha situación el Paraguay contaba con su propia e incipiente industria bélica: Los arsenales y astilleros de *San Gerónimo* (Asunción) y la fundición de hierro de *La Rosada* (Ybycui).

Armada Paraguaya

Durante la época del Dr. Gaspar Rodríguez de Francia, la armada paraguaya sólo constituyó un puñado de buques a vela menores como balandras y goletas. La mayor parte de los buques más importantes sufrieron el olvido y se echaron a perder en los distintos puertos del país. A causa del bloqueo comercial y diplomático de Buenos Aires, esta situación se repitió en la primera mitad del gobierno de Don Carlos Antonio López, hasta los sucesos de Caseros, a partir del cual se determinó la libre navegación de los ríos de la Cuenca del Plata.

Así como ya se ha mencionado anteriormente, el Paraguay tuvo la libertad de renovar material bélico. Esto incluyó buques de propulsión a vapor, especialmente el *Tacuarí*, único buque paraguayo construido con fines militares. Además de este último, adquirió y construyó una decena de vapores mercantes, siendo luego la mayoría adaptada de manera improvisada como marina de guerra.

Dicha flota sería un temible adversario frente a la casi inexistente marina de guerra argentina, que carecía de un buque a la altura del *Tacuarí*, pero de ninguna manera, podría hacer frente a la marina imperial del Brasil, que contaba con más de 40 buques de guerra de primer orden.

En la década de 1850, el Paraguay sufrió al menos tres incidentes navales con el imperio del Brasil, los EE.UU e Inglaterra. Ante esta situación, el gobierno planteó la posibilidad de reforzar la flota de guerra paraguaya, enviando especificaciones a Inglaterra, para la construcción de al menos un buque a hélice y con casco de metal, pero los costos y el estudio de las características del mismo, conspiraron para que no se concrete la operación.

Paralelamente, en el astillero naval se concibió la construcción de un tipo de embarcación sin propulsión propia, de escaso tamaño y borda, que montaba un solo cañón y cuyo uso sería defensivo. Estas serían las denominadas *Chatas*, que entrarían en acción tanto en *Riachuelo* como en *Itapirú*, fueron diseñadas por el Ingeniero Naval Desiderio Trujillo. En total se fabricaron cerca de 10 unidades, y se harían luego famosas bajo el mando del Tte. Fariña. Tan buena impresión causaron, que los aliados usaron posteriormente el mismo principio, especialmente en el bombardeo de *Curupayty*.

Una vez iniciadas las hostilidades, se adquirieron a cualquier precio, los buques mercantes que estaban en el puerto de Asunción, entre ellos el *Ranger*, el *Vesubio* y el *Salto Oriental*. A estos, se sumaron los buques capturados al Brasil que son el *Marques de Olinda*, *Anhambay* y el *Vizconde de Ipanema* (capturado en Asunción), y los tomados de la Argentina en el Puerto de Corrientes que son el *25 de mayo* y el *Gualeguai*. A este total, se sumaron los buques de vela, capturados durante la campaña en el Mato Grosso.

La artillería de la época

La artillería es considerada como el arma más importante y decisiva en los campos de batalla durante la Guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay. El periodo inmediato a la independencia se caracterizó porque la artillería paraguaya solo poseía cañones procedentes de la época colonial. A mitad del siglo XIX, estos cañones ya estaban en una situación crítica debido a su obsolescencia. En las guerras napoleónicas, la artillería sufrió cambios significativos y recién con el gobierno de Don Carlos Antonio López, se introdujeron algunas innovaciones a dicha arma, vía Brasil.

Cuando fue posible comerciar con otros países en forma libre, el gobierno paraguayo adquirió una gran cantidad de cañones de distintos tipos y calibres. En su mayoría, eran deshechos de ejércitos europeos que ya habían sido suplantados por otros

sistemas más modernos, pero se entendía que estos armamentos eran mejores que los ya disponibles.

A partir de la *Guerra de Crimea*, se utilizan por primera vez los cañones de ánima estriada, que aumentan de manera considerable la precisión, el alcance y el daño que pudiera ocasionar un proyectil del mismo tipo. Este sistema de armas estuvo disponible para la venta poco tiempo antes del inicio de la Guerra de la Triple Alianza, por lo que fue prácticamente imposible para el Paraguay poder disponer de estos elementos, debido al bloqueo del Río Paraná por parte de las fuerzas aliadas. Aún así, gracias a la captura de cañones y proyectiles enemigos, el ejército paraguayo pudo contar con estos e incluso el ingenio y la proeza de los técnicos de los arsenales de *San Gerónimo* y de la fundición de *La Rosada*, hicieron posible la fabricación de algunos cañones de ánima estriada en ambos establecimientos.

Los cohetes *a la congreve* fue un sistema de armas adquirido en Europa por Francisco Solano López durante su misión. Inicialmente fueron concebidos para defensa costera contra buques de madera y vela, sin embargo, se los utilizó ampliamente y con mucho éxito, durante la *campana del cuadrilátero*, ya que, además de producir daño físico, también ocasionaban temor y respeto, bajando así la moral del adversario.

Había tres regimientos de artillería volante, que constaban de cuatro baterías de seis cañones cada una, otra batería de cañones rayados de acero de a 12, el resto era de todos los tamaños, forma, peso y metal inimaginables, variando su calibre entre 2 y 32.

La artillería de plaza (toda lisa) constaba de 24 cañones de 8 pulgadas de diámetro y 251 arrobas de 5 libras de peso, dos de 56 y al menos 100 más cuyos calibres variaban entre 24 y 32. De estos, 18 de 8 pulgadas de diámetro, 2 de calibre de 56 y 70 de menor calibre, entre los que había muchos de 12 y de 8, que constituían el armamento de las temidas baterías de Humaitá.

Durante el gobierno de Francisco Solano López, se adquirió medios para instalar una fábrica de los mismos.

Los soldados de artillería ligera, además de su propio ejercicio, eran adiestrados en el de caballería, y los de plaza, en las maniobras de batallón. El Paraguay contaba con un total de 300 a 400 cañones de todo tamaño.

La infantería de la época

La pequeña extensión en la cual estaba asentada la mayor parte de la población paraguaya, hacia que las comunicaciones entre el gobierno y esta sean rápidas. De esta manera, un reclutamiento en caso de emergencia podía ser logrado en poco tiempo, cosa que era muy difícil para la mayoría de los países latinoamericanos. Además hay que agregar que el Paraguay era una nación que no tenía divisiones en su población, no había partidos políticos y para 1864 el paraguayo ya tenía más de 50 años de vivir bajo regimenes dictatoriales, lo que lo convertía en un obediente ciego.

Es así como la infantería paraguaya podía en poco tiempo convertirse en una fuerza poderosa, en cuanto a número, no así en armamentos y medios logísticos. La causa de la dificultad de adquirir armamentos del exterior, se da a consecuencia de que a partir de 1852 una serie de guerras (Crimea, Guerra Civil Estadounidense) acapararon el mercado y el excedente de la segunda recién estuvo disponible una vez iniciado el bloqueo de los Ríos de la Cuenca del Plata, así como motivos económicos, impidieron la renovación total del material bélico del que se disponía.

Cada batallón de infantería se dividía en seis compañías de cien hombres cada una, llamadas: de granaderos, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª y de cazadores. La compañía de granaderos estaba compuesta por los hombres más fornidos y altos del batallón y la mayor parte de los batallones constaban de 800 a 1000 hombres, conteniendo a veces más de seis compañías, compuesta cada una de 120 hombres.

La infantería paraguaya siguió contando con fusiles a pedernal de *ánima lisa*, salvo escasos regimientos que poseían fusiles rayados del tipo *minié*. Los fusiles a

pedernal tenían un alcance efectivo de entre 45 y 80 metros, mientras que el *minié* y otros fusiles tipo fulminante, alcanzaban eficazmente los 200 metros, con una mayor cadencia de disparo. Esto, suponía una notable desventaja para la infantería paraguaya, que por lo menos debía soportar cinco descargas antes de encontrar una oportunidad de batir al enemigo. Sólo tres batallones estaban armados con rifles *Witon*.

A partir de la segunda mitad del conflicto, el ejército aliado, principalmente el brasileño, adquirió fusiles aún más avanzados que el *minié*, como el *dreysse* (fusil aguja) y el *spencer* que poseía un alcance efectivo de entre 500 y 700 metros.

La caballería de la época

La caballería paraguaya estaba dividida en regimientos, y cada regimiento a su vez, en cuatro escuadrones, compuesto de 100 hombres cada uno; debían ser mandados por un coronel, un teniente coronel y dos sargentos mayores, etc. Sin embargo, muchos regimientos sólo eran mandados por un teniente y raras veces por un oficial de mayor graduación que un capitán. La causa de esto, era la escasez de oficiales superiores.

A manera que la guerra se prolongaba, la fuerza de los regimientos disminuía, y no era posible remontarlos del todo. Estos, estaban armados con sables, lanzas y carabinas de chispa.

La escolta del presidente se componía de doscientos cincuenta hombres armados con carabinas rayadas, de cargar por la recámara, sistema Turner, el *regimiento de dragones* de la escolta con carabinas comunes rayadas.

La caballería montaba en recado, no usaban freno y para suplirlo, pasaban una fuerte guasca o cuerda, que les servía de rienda por dentro de la boca del caballo, asegurándola con un nudo. En esta época había en Paraguay, unos 100 mil caballos, de los cuales sólo la mitad podría utilizarse para la campaña. Los caballos paraguayos no tenían buenas características, esto se debe a que por la mediterraneidad del Paraguay, el largo bloqueo que sufrió y la economía cerrada que lo caracterizó, hacía que sea

complicado importar razas para mejorar los ya existentes y durante la guerra, habrían sido atacados por enfermedades de todo tipo, diezmado un gran número de estos.

Oficiales paraguayos al inicio de la guerra

Al inicio de las hostilidades con la Triple Alianza, el Paraguay contaba sólo con dos generales: el Gral. Wenceslao Robles, y el Gral. Francisco Solano López.

- **Oficiales de Carrera del Ejército Paraguayo:** Robles, Resquin, Barrios, Estigarribia, Marcó y Duarte.
- **Oficiales con Altos Estudios:** Bruguez, Centurión, Herreros, Trujillo, Aquino.
- **Oficiales formados en la Guerra:** Caballero, Bado, Escobar, Molas y Díaz.

La invasión de Flores al Uruguay se produjo en abril de 1863. Es recién en enero de 1864 que, como consecuencia de la intervención brasileña en la guerra civil del Uruguay, el gobierno paraguayo decide la iniciación de preparativos militares. En mayo de este año, Francisco Solano López decretó “el empadronamiento de todos los ciudadanos de 16 a 60 años, aptos para el servicio militar”. El total de ciudadanos empadronados alcanzó a cerca de 70.000 hombres, y es éste el origen del pensamiento de que el Paraguay era una potencia militar de primer orden en Sudamérica. Debe comprenderse que el número de hombres, no dilucidaba entrenamiento militar ni preparación ante la hipótesis de un conflicto armado.

En febrero de 1864, había en el campamento Cerro León unos 5.000 reclutas. En la misma época habría en Humaitá, Paso de la Patria y Concepción, en conjunto, otros 8.000 hombres. Se iniciaba por entonces además, el campamento de Pindapoí, cerca del Paraná. El total del ejército paraguayo a principios de 1864, no alcanzaba pues a más de 15.000 hombres.

Cabe resaltar que la fundación del campamento Cerro León, fue la principal obra militar realizada durante el gobierno de Francisco Solano López. Con esto creó el centro neurálgico de reclutamiento masivo en caso de emergencias defensivas.

Otro punto a tener en cuenta para dimensionar la fuerza del ejército paraguayo en tiempo de paz es el escaso número de oficiales, especialmente los de alto rango militar, entre ellos figura 1 solo General de División, 1 Brigadier, 3 Coronoles, 2 Tenientes Coronoles y 10 sargentos mayores.

Características del soldado paraguayo

El soldado paraguayo provenía de una sociedad sin divisiones políticas y prácticamente, sin división social por estratos rígidos.

Al comienzo de la guerra, solamente los ciudadanos libres fueron llamados para tomar las armas. A partir de 1866, ante las grandes pérdidas humanas se admitieron esclavos en el ejército paraguayo, teniendo en cuenta que la población esclava en el Paraguay, no era superior a los 20.000 y el número de éstos enrolados en el ejército, no contribuía un porcentaje importante.

El paraguayo estaba acostumbrado a la vida rural, aunque estaba bien alimentado y con las necesidades básicas cubiertas por el mismo gobierno, la sociedad se desenvolvía en un ambiente rústico y sin lujos, careciendo de las características propias de una ciudad desarrollada. Es por esto que, el soldado estaba acostumbrado a la vida en cuartel y en campaña militar, más aún teniendo en cuenta que el área donde se desarrolló la Guerra de la Triple Alianza tanto en campañas defensivas como ofensivas, eran muy similares al terreno y al clima, conocidos por este.

La alimentación del paraguayo se basaba principalmente en frutas, verduras y granos, y ya a inicios de la guerra, el soldado debió acostumbrarse a una dieta basada casi exclusivamente en carne vacuna. En un principio, se faenaba una cabeza vacuna, por cada 70 hombres, y ya avanzada la guerra, se faenaba una cabeza de ganado, por

cada 200 hombres. La carne que se consumía en los campamentos, generalmente se trataba de carne cansada, por el desplazamiento constante del ganado vacuno que acompañaba a las fuerzas, esto provocaba enfermedades varias en los combatientes, llevando a algunos incluso a la muerte. Este cambio brusco de alimentación, disminuyó las fuerzas físicas del hombre, disminuyendo así también su capacidad de combate, principalmente en un enfrentamiento cuerpo a cuerpo.

Cuando el desarrollo de la guerra alcanzó la campaña de la cordillera, la caballería fue disminuyendo notablemente, debido a que los caballos eran faenados a fin de alimentar a las tropas, ya que el ganado vacuno escaseaba e incluso al final de la guerra, se cazaba y consumía animales silvestres. En caso de que no se lograra cazar, se apelaba al consumo de raíces, frutas silvestres y cuero cocido.

La moral del soldado paraguayo, se vio enaltecida a partir de la publicación del Tratado Secreto de la Triple Alianza, en el año 1866, ya que esto le hizo dimensionar que la lucha librada por el Paraguay significaba que este siguiera existiendo y se mantuviera independiente.

Conclusión

Con esta investigación concluimos, que el Paraguay bajo el gobierno de Francisco Solano López no se estaba preparando para iniciar un conflicto bélico, ni para ser una potencia militar en la región, salvo a mitad del año 1864 en que el conflicto de la Republica Oriental del Uruguay se estaba tornando muy complicada y tanto el Imperio del Brasil como la República Argentina estaban dando señales de intromisión en el conflicto interno Oriental, abandonando así la posición neutral.

A partir de ese momento, el Paraguay lanzó un ultimátum a fin de demostrar que estaba dispuesto a defender la soberanía del Uruguay, y con esto se da inicio a sus preparativos militares, que no logra concretar de manera adecuada, antes de la invasión al suelo uruguayo por parte del Imperio del Brasil.

Bibliografía

ASOCIACIÓN CULTURAL MANDU'ARA. **Memoria del Segundo Encuentro Internacional de Historia sobre las operaciones bélicas durante la Guerra de la Triple Alianza**. Asunción: Tiempos de Historia, 2010.

CARDOZO, Efraín. **Hace 100 Años**. Asunción: Editorial el Lector, 2011.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo (Cel.). **Memorias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay**. Asunción: Editorial El Lector, 2010.

DORATIOTO, Francisco **Maldita Guerra**. Buenos Aires: Editorial Emecé Historia, 2008.

DE PALLEJAS, León. **Diario de Campaña del Coronel al servicio de la República Oriental, León de Pallejas**. Departamento Editorial General Artigas, Centro Militar, Montevideo, Uruguay, Agosto 1984.

GRAU, Jaime. **Investigación Histórica sobre la Armada Paraguaya**. Asunción: Talleres Graficos de la Dirección de Comunicación Social de la Armada, 2011.

MARIOTTI, Rafael. **Conferencia de sobre “Tuyuti”**. Asunción: 11 de marzo del 2010. No publicada.

PEREZ ACOSTA, Juan. **Carlos Antonio López – Obrero Máximo**. Asunción; Servilibro, 2011.

THOMPSON, George. **La Guerra del Paraguay**. Asunción: Editorial AGR Servicios Gráficos, 2003.

WHIGHAM, Thomas. **La Guerra de la Triple Alianza – Tomo II**. Asunción: Editorial Taurus, 2011.

Sites:

<http://www.histarmar.org/>

<http://www.histarmar.com.ar/ArmadasExtranjeras/Paraguay/TrAl-BuquesParag.htm>

<http://www.histarmar.com.ar/ArmadasExtranjeras/Paraguay/Lanchones.htm>

<http://www.histarmar.com.ar/ArmadasExtranjeras/Paraguay/RiachBuques.htm>

<http://www.histarmar.com.ar/IndiceARA-%20EscSarmiento.htm>

LA BATALLA DE TUYUTÍ

*Abog. Renato Angulo
Lic. Fabían Chamorro*

Introducción

El 24 de mayo de 1866 se libró en territorio paraguayo, la batalla más grande y sangrienta de todos los tiempos en esta parte del continente Americano. Enfrentó a las fuerzas del Ejército paraguayo al mando del Mariscal Francisco Solano López y a los Ejércitos de la Triple Alianza, quienes conformaban las fuerzas coaligadas del Imperio del Brasil, la República Argentina y la República Oriental del Uruguay.

Ya había pasado más de un año del inicio de las hostilidades entre los países, y después de una infructuosa campaña ofensiva sobre los ríos Paraná y Uruguay, las tropas del Mariscal paraguayo debieron cruzar nuevamente el río para esperar el ataque. La invasión se dio en abril del año 1866 y en uno de los lugares más difíciles para el tránsito que es los pantanos y humedales de la confluencia del río Paraguay con el Paraná. Allí abrían de librarse las batallas más grandes del transcurso de una guerra que apenas estaba empezando, pues recién culminaría en el año 1870.

Para entender como llegó el Ejército paraguayo a realizar el mayor ataque, debemos analizar varios aspectos, que nos den la respuesta sobre como un plan que para muchos historiadores y contemporáneos de aquellas lejanas eras, podría ser llamado fantástico, ridículo, asombroso, etc.

Por eso analizamos la personalidad de los comandantes inmediatos de las operaciones, los Jefes de las cuatro columnas de ataque. No analizamos al Mariscal, pues es extensa la biografía sobre El, en cambio fueron Resquín, Barrios, Díaz, Briguez y Marcó quienes participarían de forma directa en el combate y sus nombres quedarían gravado en el bronce de la acción.

Posteriormente presentamos el Orden de Batalla poco conocido del Ejército paraguayo para ese día. Todavía queda mucho por investigar para poder identificar a los batallones y regimientos de cada columna y a sus jefes con los oficiales. A su vez presentamos una pequeña hipótesis sobre la cantidad verdadera de hombres que participaron en el asalto a Tuyutí.

Para ilustrar mejor la composición de las unidades, se describe a cada una de ellas, señalando sus uniformes, armamentos, formaciones, orientación y cantidad. Y hablando de armamentos, se expone en el trabajo, cada uno de los elementos bélicos con los que contaron los soldados paraguayos ese día de mayo, describiendo sus características y cualidades, los que nos dará un mejor panorama de su efectividad en la línea de fuego.

El trabajo no puedo de dejar de contemplar el plan de ataque, analizarlo y por sobre todo, desentrañar en sus detalles, intentado descifrar que pasó por la mente del Mariscal aquella noche del 23 de mayo, cuando loideo, la proyección del mismo y su concepción estratégica.

Luego viene el relato del combate, uniendo varios relatos como los de León de Pallejas, Resquín, Thompson, Centurión y otros autores que son recopilados por el Historiador norteamericano Thomas Whigham.

Para concluir, ponemos las consecuencias del combate, sus alcances, sus efectos en las tropas y en las operaciones posteriores. Las razones del porque creemos que fracasó el plan del Mariscal López y de porque triunfaron magníficamente los Aliados en esta batalla.

Sin más preámbulos, le presentamos lo investigado para su apreciación.

Biografía y Personalidad de los Comandantes Paraguayos

Coronel José María Bruguez

Nació en 1827 en el barrio de Recoleta de la Capital. Era hijo de boticario catalán, fabricante de pólvora y fundidor de campanas. Ingreso al Ejército en 1845 y fue destinado al arma de Artillería, donde estudió bajo las ordenes del Teniente Boliviano Antonio V. Pena y fue alumno de la Misión Militar Brasileira en 1848. Ascendió a Alférez el 19 de noviembre de 1849. Luego fue trasladado al campamento de Paso de Patria donde en 1852 a 1854 fue alumno de otra Misión Militar Brasileira donde se especializó en su arma. Ascendió a Capitán el 24 de diciembre de 1855. En 1859 es ascendido a Mayor y es destinado a la construcción del ferrocarril y en 1862 fue Jefe de la Estación Central. Al inicio de las hostilidades comandaba el Regimiento N° 2 de Artillería Caballo.

Participó directamente al mando de su artillería en los siguientes combates. Colaboró con su regimiento de artillería el 11 de junio de 1865 a los buques paraguayos en la batalla de Riachuelo permitiendo que los mismos puedan replegarse después del fallido encuentro. Frenó el paso a los buques brasileros en Barranca Mercedes el 20 de junio causándole daños en sus estructuras. El 12 de agosto del mismo año en el paso del río Paraná en Cuevas se enfrentó a la Armada Imperial donde averió a varios buques. El 19 de marzo de 1866 libró un fiero combate con la armada desde Itapirú dañando al buque Tamandaré. El 11 de abril atacó a los buques que habían participado en la defensa del Banco frente a Itapirú matando al Comandante Villagrán Cabrita quien fuera su mentor en 1854. El 02 de mayo cubrió con sus fuegos el repliegue de las tropas de Díaz que retrocedían del Estero Bellaco.

Era un Jefe instruido y respetado. Sus acciones de combate en el Teatro del Sur le sirvieron para ganarse la confianza del Mariscal, siendo además el mejor artillero con que contaba el Ejército. Sus cañonazos eran conocidos por todo el Ejército Aliado por lo que su presencia era respetada. Contaba con 39 años.

Coronel José Eduvigis Díaz

Nació en Pirayú en 1833. En el año 1852 con diez y nueve años ingreso a la Milicia. Presento plaza en el Batallón de Infantería al mando del Sr. Venancio López. Luego paso a ser Sub Teniente de la Policía de la Capital quién era comandada por su antiguo Jefe de Compañía en el Batallón, el entonces Capitán Hilario Marcó. En 1859 acompañó a la Comitiva del General Francisco Solano López a la Argentina cuando fue mediador entre las fuerzas de Buenos Aires y de las Provincias. Por estas acciones fue ascendido a Teniente a finales de 1862. En el año 1864 fue ascendido a Capitán el 23 de mayo, y fue nombrado Jefe de Policía.

Fue ascendido a Sargento Mayor al inicio de la contienda y le cupo organizar un batallón de infantería con soldados de la Capital. Organizó un cuerpo de 1.000 plazas que fue encuadrado en el Ejército como el Batallón N° 40.

Fue asignada su Unidad para participar en la invasión de Corrientes. Estuvo a las órdenes del General Wenceslao Robles. Posteriormente cuando la División estuvo al mando del General Francisco I. Resquín, participó en el combate del arroyo Ambrosio el 23 de julio de 1865 al mando de 3.000 hombres. Combatió el último día de la Batalla de Corrales el 01 de enero de 1866. Fue ascendido a Teniente Coronel. Le tocó dirigir el asalto al reducto Aliado frente a Itapirú el 10 de Abril de 1866. Posteriormente se le asignó una fuerte cantidad de soldados entre 7.000 hombres para repeler el desembarco. Sus fuerzas combatieron el 16 de abril y el 17 en Itapirú no pudiendo evitar la formación de la cabeza de puente del Ejército Aliado debido a la potencia de fuego que le proporcionaba la armada además de la superioridad numérica. Le tocó estar al frente del asalto a la Vanguardia del Ejército Aliado el 02 de Mayo en su campamento al Sur del Estero Bellaco, donde derrotó a las fuerzas comandadas por Flores, para ser luego contraatacado por las fuerzas del General Osorio, llevándose del campamento, 4 cañones. Fue ascendido a Coronel por esta acción.

Era un Jefe animoso y valiente. Muy disciplinado. Por sus características era muy popular entre las tropas, comunicándose en la lengua materna con ellos y sus

superiores. La confianza en su persona por parte del Mariscal López se hace notar, ya que fue el que comando los asaltos más difíciles durante los inicios de la campaña de Humaitá. No recibió instrucción en el extranjero y sus conocimientos eran empírico, acostumbrado a comandar tropas desde sus inicios en la Policía para luego comandar grandes unidades en la campaña del Sur. Participó en varios combates con anterioridad a la Batalla de Tuyutí como le hemos señalado, teniendo ya la experiencia de organizar tropas y dirigir las bajo el fuego enemigo. Fue subalterno de dos de los Jefes durante el ataque de Tuyutí. Contaba con 33 años.

Coronel Hilario Marcó

Nació en Yaguarón en 1827. Ingreso en 1845 a la imprenta del Estado. En 1850 ingreso al Ejército y es destinado como Alférez de una de las compañías de Granaderos del Batallón N° 1 acampado en Paso de Patria. Fue ascendido a Teniente en 1855 a finales del mismo año a Capitán. En 1857 es nombrado Jefe de Urbanos y Comandante Militar. En 1858 es nombrado Jefe de la Policía de la Capital. En 1863 asciende a Mayor y en 1864 es promovido a Coronel pasando a formar parte del Estado Mayor del Ejército.

Al inicio de las hostilidades formó parte de los asesores del Mariscal López. En 1866 participó en los movimientos de tropas para repeler el desembarco Aliado. Combatió en la Batalla de Estero Bellaco el 02 de mayo, donde comando a sus tropas para cubrir a las del Teniente Coronel Díaz que atacaban a la Vanguardia del Ejército Aliado.

Era un Oficial culto y polifacético, que contaba experiencia en combate. Tenía experiencia en el mando de tropas y de dirigir bajo el fuego enemigo. Carecía de la impetuosidad y energía de Díaz y no contaba con la misma popularidad entre sus tropas, pero era respetado por su antigüedad. Contaba con 39 años.

General de División Francisco Isidoro Resquín

Nació en 1823 haciendo sus estudios en los colegios de la Capital. Ingreso a la Milicia desde muy joven. Los primeros registros de sus actividades castrenses se encuentran en 1843 donde se registra su ascenso a Sub Teniente en el Primer Escuadrón de Caballería de la Capital.

Formo parte del contingente en la Campaña contra el Dictador Argentino Rosas en Corrientes durante el año 1845, donde participo de todo el movimiento de las tropas aunque la misma no participó en ninguna escaramuza, posteriormente lo ascendieron a Teniente al retorno de las tropas. Fue ascendido ese mismo año a Capitán el 8 de noviembre de 1847. En 1849 fue trasladado a las Unidades al mando del General Francisco Solano López en Paso de Patria. Allí fue comandante de la Tranquera del Loreto. En 1853 es nombrado Jefe del Estado Mayor del Ejército acampado en Paso de Patria.

En 1855 era comandante de las tropas paraguayas apostadas en el Fuerte de Itapirú que dominaba el acceso fluvial al país. Dio la orden de cañonear a la nave norteamericana Water Witch cuando esta forzó el paso del río sin autorización. En 1858 acompaña al General López en su Misión de conciliación en la República Argentina. A su vuelta en 1859 es promovido a Coronel.

Posteriormente es designado comandante militar de la Villa Concepción en el norte en el año 1861. Fuentes brasileras afirman que en 1862 realizo expediciones de espionaje en el territorio del Matto Grosso, que posteriormente le tocaría invadir.

En 1864 siendo ya Coronel fue enviado a la población Norteña de la Villa Concepción para la organización de un cuerpo de caballería. Estallada la guerra en diciembre de 1865 fue nombrado segundo del Coronel Vicente Barrios en la Expedición del Matto Grosso. Le toco comandar la invasión terrestre con 3.500 soldados de caballería ocupando la Villa Miranda, Combatió el 30 de diciembre de 1864 en Paso Feo cerca del poblado de Nioac, los Puertos sobre los ríos Brillante y Vacarúa donde venció a las fuerzas que los guarnecían. Después capturó el poblado Villa Miranda. Al finalizar la campaña Jefe de la División del Norte, teniendo su comandancia en la Villa

Miranda el 09 de enero de 1865, luego fuerzas de su Unidad capturaron Cuchin poniendo en fuga a sus defensores.

En junio fue llamado a Humaitá don el 24 de junio de 1865 se lo ascendió a General de División y Jefe Especial de toda la Caballería. Se le ordenó arrestar al General Wenceslao Robles Jefe de la División del Sur acampada al sur de la ciudad de Corrientes para ser luego nombrado nuevo comandante de dicha Gran Unidad.

Después de la destrucción de la columna que operaba sobre el río Uruguay, le toco realizar el repliegue al país, empezando el 02 de octubre el cruce del Paraná y concluyendo el 30 del mismo mes, donde paso con 27.000 soldados de las tres armas.

Siendo el Jefe de la Caballería y uno de los Oficiales de más trayectoria en el Ejército, le fue confiado el mando una columna de caballería compuesta de 8 regimientos para el asalto sobre el campamento Aliado de Tuyutí. A pesar de su antigüedad no había participado en combates en forma directa, tocándole siempre a El dirigir movimientos de tropas. Esta vez, pondría a prueba su experiencia, comandado una enorme masa de caballería desde las primeras líneas. Contaba con 43 años.

General de División Vicente Barrios

Nació el 05 de abril de 1825 en la Capital. Ingreso al Ejército como soldado de la primera compañía del Batallón N° 2. Fu ascendido a Teniente en 1846 y trasladado al campamento del Cerrito. En 1847 fue ascendido a Capitán. Fue promovido a Mayor el mismo año en noviembre. Fue trasladado a Paso de la Patria donde ascendió a Teniente Coronel en 1850. Contrajo matrimonio con una de las hermanas del Presidente Don Carlos Antonio López.

En 1853, integra la comitiva del General López cuando fue de Misión a Europa. A su vuelta en 1855 es ascendido a Coronel y se le nombra comandante del Batallón N° 3 de Infantería. En 1857 y 1858 fue destinado a fundar la Villa del Rosario y la colonia de inmigrantes en el chaco, Nueva Bourdeos. En 1864 retorno al comando de otro

Batallón el N° 1 en la Capital. Al inicio de las Hostilidades fue nombrado Jefe de las Operaciones en el Alto Paraguay y debía invadir la provincia brasilera del Matto Grosso por agua, al mando de varios batallones y una flota de buques.

Participo en la captura del Fuerte de Coímbra el 27 de diciembre de 1864, punto más fortificado sobre el río que cerraba el paso a esas regiones. Capturó las poblaciones abandonadas de Albuquerque y Corumba que se encontraba fortificada, fue abandonada sus fuerzas.

El 26 de marzo volvió a la capital, para ser promovido a General de Brigada. Fue nombrado Ministro de Guerra y Marina el 26 de mayo, pasando a ocupar un cargo Administrativo después de sus acciones en el Norte.

Ante el avance Aliado, fue nombrado Jefe de la Vanguardia del Ejército Paraguayo, teniendo bajo su comando el fuerte de Itapirú y Paso de Patria. El 23 evacuó el campamento de Paso de Patria incendiándolo para ocupar el Paso Rojas frente a Paso Pucú para esperar a las fuerzas Aliadas, después de haber soportado por un día el bombardeo de la Flota Aliada,.

Era un Oficial de confianza del Mariscal López en cuanto a lo emotivo y lealtad, debido al parentesco que los unía. No hay datos de que fuera muy popular entre las tropas. Siendo el Ministro, le fue asignado el mando de una columna para el asalto a Tuyutí, contando con la experiencia de la toma de posiciones atrincheradas como fue el caso del Fuerte de Coímbra. Bajo su mando, se pusieron antiguos batallones que ya habían estado bajo su comando en la Campaña del Matto Grosso por lo que conocía muy bien a sus sub alternos y de sus capacidades. Contaba con 40 años.

.....

El Mariscal a la hora de elegir a los comandantes de sus columnas de ataques no estaba del todo equivocado en cuanto al concepto que tenía de ellos y de la función que debían cumplir. Para comandar a una gran masa de caballería, eligió al Comandante de

Caballería con más experiencia en ese momento, siendo este el Coronel Resquín que a su vez era Jefe Especial de la caballería, le correspondía a El y a nadie más comandar la mayor carga de caballería que la historia registraba hasta el momento. Tenía la desventaja que no contaba con la experiencia directa en la línea de fuego, pero lo creía capaz de realizar el envolvimiento y luego cargar con sus tropas desde la retaguardia.

En la elección de Díaz, era obvia, necesitaba un Comandante que con fuerza amarré al enemigo mientras era desbordado el flanco enemigo. Sus tropas estaban acostumbradas a cargar con fuerza y Díaz sabía reunir las y organizarlas bajo el fuego enemigo. El Coronel Marcó ya había participado en acciones con Díaz, por lo que ambos podían confiar en sus habilidades, a su vez fueron camaradas en dos ocasiones. Tenía una misión igual de complicada, amarrar a las fuerzas de la Alianza

La elección de Barrios correspondía a que él era el Jefe de la Vanguardia y Ministro de Guerra. Sus vastos años de servicios demandaba un puesto en esta acción. Pesaba por una parte que ya había atacado una posición bien defendida como Coímbra. Claro que no se tuvo en cuenta que allí lo hizo con superioridad de artillería y fuerzas. Confiado en su cargo y de que comandaba a tropas que ya habían peleado con El y además eran las más antiguas y con mayor experiencia entre las Legiones conformaban el Ejército Nacional, se le confió la misión más difícil, bordear un extenso bosque y salir a la retaguardia enemiga.

En ese momento eran los Jefes con más experiencias en combate y en el manejo de grandes Unidades. A su vez contaban con la antigüedad necesaria para poder comandar tropas en un terreno difícil como el que se le venía encima. Sólo dos de ellos contaban con estudios técnicos o una formación más integral, ellos eran Marcó y Briguez, pero sólo Hilario participaría directamente del combate. Díaz, Resquín y Barrios eran oficiales disciplinados y cuarteros pero sin ningún estudio superior o técnico.

Orden de Batalla del Ejército Paraguayo

División del General Vicente Barrios:

Comprendía diez Batallones de Infantería, entre ellos los N° 4, 6, 7 y 9. A su vez contaba con dos Regimientos de Caballería 13 y 20.

Estos eran los Batallones de Infantería más veteranos que fueron utilizados desde los inicios de la campaña, por ser los más fogueados se le dio la tarea más difícil de atravesar el monte del Potrero Piris y Sauce, formar a la retaguardia del enemigo y atacar.

Contaba a su vez con 4 coheteras y 4 obuses livianas de a 16 modelo paisan.

División del Coronel José Eduvigis Diaz:

Comprendían cinco Batallones de Infantería, entre ellos los N° 25 y 40 y dos regimientos de caballería.

Contaba con batallones bisoños pero con Jefes fogueados y decididos. También contaba con 4 obuses pequeños de a 16 modelo paisan.

División del Coronel Hilario Marcó:

Comprendían cuatro Batallones de Infantería, y cuatro regimientos de caballería, entre ellos el N° 7.

La mayoría tropas de refrescos.

División del General Isidoro Resquín:

Comprendían dos Batallones de Infantería, y ocho regimientos de caballería, entre ellos el N° 17 y el 24. Contaba además con una cohetera.

Reserva

La reserva en varios libros se menciona como al mando del Coronel Brúguez, al mando de 7.000 hombres de las tres armas y contando además con 48 piezas de artillería. Dicha reserva era el total de fuerzas acampadas en Paso Pucú, es decir el resto del Ejército Paraguayo que completaba la línea de defensa en todos nuestros puntos. Tampoco se menciona si estas fuerzas estaban prestas para entrar en combate o sólo desplegadas a lo largo de la línea.

Fuerzas que atacaron el campamento de Tuyutí

En total, las fuerzas atacantes eran 21 Batallones de Infantería (4, 6, 7, 9, 25, 40) y 16 Regimientos de Caballería (7, 8, 13, 17, 20). A su vez como armas de apoyo se llevaron al menos 8 obuses pequeños de calibre 16 modelos paisan y 5 coheteras a la Congreve. Si el número de soldados en cada Batallón era normalmente de 600 plazas tenemos un total de 12.600 infantes, y si cada Regimiento de Caballería tenía normalmente 400 plazas, tenemos que 6.400 jinetes. En total da una suma de 19.000 hombres. Si tenemos en cuenta que al inicio de la Guerra los Batallones tenían 800 plazas y 500 plazas los Regimientos de Caballería, la suma ascendería a 16.800 Infantes y 8.000 jinetes los que da una suma de 24.800 soldados atacantes.

Creemos particularmente que el total de 23.000 o 25.000 soldados que se suele utilizar como base de las fuerzas atacantes, está un poco inflado, debido a que los batallones no solían contar con tantas plazas a estas alturas de la guerra y ya que la mayoría se encontraba movilizado desde la invasión a Corrientes, a su vez, varios de ellos habían participados en los combates como Itapiru, del Banco, Estero Bellaco entre otros por lo que no podrían estar en su plena capacidad. A su vez, para completar las plazas, se tuvo que usar a soldados recién llegados de los campos de reclutamientos, bisoños y con poca experiencia de combate, con las consecuencias que uno puede imaginarse al momento de estar en contacto con el enemigo. La suma real de soldados

atacantes estaría entre el mínimo posible de tropas que contarían los cuadros de 19.000 y los 18.000 hombres mencionados por el Coronel Crisóstomo Centurión.

Composición de los Cuadros

La Caballería

Los hombres altos y más fuertes eran escogidos para la caballería. Los Regimientos que era la Unidad base, se dividía en Escuadrones, cada Regimiento contaba con cuatro escuadrones de 100 hombres. Centurión por su parte señala que eran 5 los Escuadrones al comienzo de la contienda los que componían en Regimiento. Debían ser mandados por un Coronel según la reglamentación vigente que era copiada del Reglamento de Unidades del Ejército Francés. Debía contar con dos Tenientes Coroneles y otros dos Sargentos Mayores. Pero como lo señala Thompson y como se observan en las anotaciones del Coronel Juan Crisóstomo Centurión, muchos Regimientos eran mandados por Tenientes y raras veces por un Oficial con una graduación mayor a la de Capitán.

En cuanto a los elementos de montar, se usaba el recado, que era una silla de cuero simple muy común en todo el país que a su vez le servía de cama en los descansos. No usaban freno para las riendas, por lo que usaban una fuerte cuerda que además fungía de rienda. Al comienzo de la contienda existían 100.000 caballos, de los cuales la mayoría eran pequeños y no aptos para la guerra. A su vez, los pantanos de la zona de Humaitá no eran abundantes los buenos pastos por lo que era difícil contar con animales robustos. El Historiador Norteamericano Thomas Whigham relata algo más sobre los cuadrúpedos:

Los caballos de los paraguayos tendían a ser petisos y esqueléticos, infaliblemente gregarios. Individualmente, normalmente buscarían huir para protegerse en situaciones como estas. Pero en hordas el instinto se apoderada de

ellos, y seguían lo que fuera que hiciera el animal que liderada, incluso se lanzaban contra el fuego concentrado de la mosquetería enemiga.

Si los caballos recibían impactos, un sonido sordo, señalaba que una bala estaba entrando en su carne. Luego de un respingo, seguían como si la herida no fuera más que un rasguño. Un caballo alcanzado en una pierna, usualmente seguían adelante en tres. Incluso mortalmente heridos continuaban hasta que la pérdida de sangre los hiciera tropezar, vacilar y caer. En este sentido, los caballos daban tanto de su resolución a la batalla como lo daban los jinetes

El uniforme consistía en una camiseta color roja con vivos negros, chiripá mortero y sobre los pies descalzos iban las espuelas. Usaban además un morrión de cuero de color negro, que tenía una flor de lis con los colores de la bandera. Los soldados de caballería usaban como armamento carabinas a chispas, sables curvos de caballería, lanzas y pistolones del mismo sistema.

La Infantería

La Infantería tendía a ser la más numerosa entre las Unidades del Ejército Paraguayo. La Unidad Base era el Batallón y se dividía en compañías. Las compañías contaban con 100 hombres que se sub dividían en tres pelotones. Las primeras cuatro compañías eran llamadas de Granaderas al igual que el Ordenamiento Francés, donde eran escogidos los hombres más altos y fornidos del batallón, formaban a la cabeza del Batallón. Las demás eran llamadas de Cazadores o de Infantería ligera, normalmente usados en reconocimiento, persecución y en el combate cercano para fusilar al contrario dejando la pelea cuerpo a cuerpo a los Granaderos.

Según Thompson al principio de la Guerra, varios Batallones contaban con 800 plazas y algunos pocos llegaron a tener 1.000 plazas, aumentando el número de compañías. Al igual que la Caballería, el Ejército Paraguayo, carecía de la cantidad de Oficiales necesarios para llenar el plantel de los mismos en cada Batallón por lo que varios de ellos eran mandados por Capitanes o Tenientes.

El Uniforme del soldado de Infantería consistía en una camisa, calzoncillos y pantalones blancos. Encima una camiseta de bayeta grana con vivos blancos y azules, sobre esta camiseta llevaba un cinturón blanco y no usaban calzado. El gorro era el segundo distintivo del uniforme, era parecido al gorro del cuartel de infantería de la Guardia Imperial Francesa, pero con pico, su color era colorado con vivos negros o negros con vivos colorados.

Los Primeros batallones estaban armados con rifles Sistema Witon. Otros tres a cuatro con fusiles fulminantes y el resto utilizaba el fusil a chispas Brown Bress Ingles como arma reglamentaria. Como arma blanca usaban la bayoneta, que casi siempre iba calada. Algunos pocos batallones usaron machetes como arma blanca, entre ellos el Batallón N° 6.

La Artillería

Un grupo de los hombres fuertes elegidos para la caballería era destinado a prestar servicio en esta arma. Su Unidades se dividían en artillería de plaza o volante (ligera o a caballo). Existían tres regimientos de artillería volante o a caballo que se subdividían en 4 baterías con 6 piezas cada una. La artillería de plaza no estaba encuadrada en Regimientos, si no asignada a los emplazamientos, sub dividiéndose en baterías.

Los soldados de la artillería ligera además de ser instruido en el disparo con estas armas, eran adiestrados en la caballería y los miembros de la Artillería de plaza, aprendían a moverse como un batallón de infantería. La mayoría no utilizaba los implementos de medición para realizar el disparo, si no levantaban más el tubo cañón teniendo una puntería certera.

Su uniforme era idéntico al soldado de infantería pero usaba como distintivo un morrión de cuero en la cabeza de color negro y tenía dibujada la escarapela nacional.

Como armamento contaba con varios cañones de hierro y bronce de todos los calibres inimaginables. Para la defensa de sus posiciones usaban las mismas armas que la infantería.

Plan de Ataque

La tarde del jueves 23 de Mayo, el Mariscal cabalgó frente a sus batallones de reserva en Paso Pucú para arengarles. Les recordó a sus hombres que ahora los brasileños nos habían invadido su país para esclavizar a su pueblo; que ellos, sus leales soldados, podrían en poco tiempo verse ellos mismos en los mercados públicos de esclavos de Río de Janeiro, igual que los desafortunados negros de África; y sus esposas e hijas, después de ser ultrajadas por estos monos despreciables, los seguirían pronto. Sus tierras, mientras tanto, serían desbastadas y sus aldeas incendiadas.

Pero Yo se que mis bravos y queridos paraguayos sufrirán miles de muertes antes de soportar semejante infamia en manos de estos brutos, que son menos que cerdos. Juro, y Ustedes son testigos de mi juramento, que, mientras viva, estas bestias nunca alcanzarán sus brutales propósitos. El suelo sagrado de nuestra Patria ha estado contaminado por seis semanas por los pies de estos kambas, pero nosotros lavaremos esa desgracia con nuestra propia sangre. Mañana! El Ejército entero se lanzará sobre estos cobardes sinvergüenzas y los exterminarán! Nada de misericordia, nada de piedad con ellos! He traído a estos asquerosos ladrones a este lugar para que ninguno escape de sus vengadoras espadas! Aquí! En los esteros, se pudrirán sus cuerpos y se blanquearan sus huesos al sol! Tuyutí será reconocida como su campo de carroña en el futuro! Soldados! Solo 6000 paraguayos vencieron a todo el Ejército enemigo el 2 de mayo. Mañana nuestra fuerza entera les propinará un tremendo golpe. Se que cada uno de Ustedes cumplirá su deber! Venzámoslos mañana y, si es necesario, muramos gritando, Viva la República del Paraguay! Independencia o muerte!.

Fue ciertamente un encendido discurso, con los ecos intactos de Cicerón. Y tuvo el efecto deseado. Todos los presentes concordaron en que había llegado el momento de destrozarse a los Aliados de una vez por todas.

La idea de llevar el ataque al campamento Aliado en forma tan apresurada es según algunos relatos que había sido capturado un espía brasilero quien confesó las intenciones de ataque el 25 de mayo. A su vez, López tenía en cuenta que el año pasado, el General Mitre había atacado la ciudad de Corrientes capturada por los paraguayos por ser el día de la Independencia de la República Argentina. Queriendo evitar que el 25 de este año, se produzca algo similar (un avance con el grueso del Ejército sobre sus posiciones) quiso ganar la iniciativa y se decidió por el ataque. El 23, con apenas pocas horas antes de la acción, se resolvió el ataque. Tampoco era tan larga la distancia que los separaba a ambos Ejércitos en sus líneas más adelantadas.

Consistía el plan en atacar al Ejército Aliado en su misma posición atrincherada simultáneamente por sus tres costados: frente, y flancos derecho e izquierdo; y ejecutando parte de las columnas asaltantes por estos costados un movimiento envolvente, para atacar también por la retaguardia. Usaba como base, lo ocurrido en la batalla del 02 de Mayo.

La división del coronel José Díaz y de Hilario Marcó, debía atacar al centro, reunir y organizar sus tropas en el bosque de Sauce y el otro detrás del camino real a Humaitá, buscando el lugar más próximo al enemigo, procurando no ser visto ni sentido, y una vez avisado por Barrios del paso de su columna a la retaguardia enemiga, lanzarse al ataque. La señal debía darla un cohete, al Centro nuestro, o sea al coronel Briguez, para disparar un cañonazo con una pieza de a 68, que fue la señal convenida para iniciar el ataque general. En líneas generales, su ataque a bayoneta calada y sable en mano, debía desbandar a la vanguardia y apoderarse de los cañones. Otra opción era la de aferrar al enemigo en su frente e izquierda, mientras las otras dos divisiones la envolvían por las alas. Los obuses de Díaz debían poner fuera de combate cualquier fortificación.

La división del general Vicente Barrios, debía hacer desfilar sus tropas por la estrecha picada abierta en el bosque de Sauce y salir al Potrero Piris para caer sobre la espalda del enemigo en el momento que corriera a defender su frente y flancos atacados.

Esta división debía desfilar por la picada del potrero de la Laguna de Piris, para atacar el costado izquierdo de la línea enemiga. Se calculaba que en general Barrios podría terminar el pasaje del Sauce a las 9 de la mañana del 24 de mayo. El debía atacar con su infantería la retaguardia y con su caballería unírseles a algunos regimientos de Resquín, formar y cargar contra los Aliados quien atacados desde su retaguardia por una gran masa de caballería, y no pudiendo huir por el frente o costados, serían masacrados al estilo Cannas.

El principal ataque tenía que llevarse por la izquierda, con la división del general Resquín, debía reunir sus tropas, antes del amanecer, detrás de los palmares de Yataity Corá, donde no podían ser vistas por el enemigo, y a la hora señalada, su caballería debía hacer un movimiento envolvente hasta encontrarse con la división del general Barrios que tenía que hacer igual movimientos por el ala izquierda. La mitad de sus regimientos atacarían a los argentinos tomándole sus cañones más adelantados y el resto irían a la retaguardia a buscar la División de Barrios.

El éxito dependía de Barrios. Sus hombres tenían que deslizarse rápidamente a través de espesas enredaderas y carrizales hasta el Potrero Pirirs y agacharse esperar la señal. Esto implicaba movilizarse en fila india a lo largo de precarios senderos con los jinetes desmontados y guiando a sus caballos a pie. El Mariscal ordenó a Díaz avanzar hasta cerca del enemigo sin que este lo notara. En el momento indicado, el Coronel se abalanzaría contra la vanguardia Aliada con su usual fervor. Mientras Marcó haría lo mismo.

En la parte esencial del plan en el primer ataque la caballería se apoderase de la artillería, para luego utilizarla contra el enemigo. A este efecto, los mejores artilleros traídos desde Humaitá, irían montados a la grupa de los jinetes, para entrar inmediatamente en acción.

El teniente coronel Paulino Alén, jefe de la Mayoría, teniendo como ayudante al teniente Juan Crisóstomo Centurión, se constituyó en el Paso Gómez para atender y dirigir la partida de tropas a sus respectivos puestos, y participar al Mariscal las

novedades. El Mariscal López dirigiría la batalla desde su Cuartel General de Paso Pucú.

Cuando el Mariscal anuncio el plan de batalla, solamente el Coronel Franz Wisner de Morgenstein arriesgó una objeción. Observó que abandonar las trincheras preparadas para tomar la ofensiva significaba dejar atrás la excelente cobertura de fuego que podía proporcionar Bruguez. El Mariscal admitió el problema, pero trató de tranquilizar a su viejo consejero que el argumento de que una sorpresa generalizada, compensaría las desventajas y haría la diferencia a favor de Paraguay. Wisner siguió escéptico, pero reprimió la lengua. Comprendía no solo cuán audaz era el nuevo plan, sino que dependía demasiado de la buena sincronización, sin cual la victoria era improbable.

Es un plan fantástico, ridículo, brillante y espléndido. Pero sólo la victoria o la derrota demostrarían que concepción tendría.

El Estero Bellaco – Terreno y características

El Coronel George Thompson en su libro sobre la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza, describe muy bien el terreno donde se enfrentarían las fuerzas. Lo transcribimos a continuación

El Estero Bellaco consiste en dos corrientes de agua paralelas, que casi siempre guardan una distancia de tres millas y separadas una de otra, por un espeso bosque de palmas llamadas en el río Paraguay por la Laguna Piris, y en el río Paraná como a cien millas al Este¹.

El agua de estos esteros es sumamente clara y agradable, y está llena de un junco que crece entre un metro y medio hasta los dos metros y setenta centímetros sobre el nivel del agua. El agua estancada en algunos lugares por falta corriente, y cubierta de

juncuales, es extraordinariamente agradable. Estos juncos crecen a la distancia de dos pulgadas el uno del otro, y por consiguiente constituyen por sí mismo un obstáculo intransitable; el fondo en que se arraigan es siempre un barrizal profundo cubierto por 90 cm a 1,8 metros de agua. En algunos puntos una y hasta dos o tres personas montadas en buenos caballos, pueden pasar a través de los juncos, pero luego que pasado un caballo, el fondo se empeora todavía más por los hoyos que dejan los basos. Estos esteros forman la principal defensa de los paraguayos.

Los Aliados se movilizaron de sus posiciones el 20 de mayo, atravesando el Bellaco en tres columnas, acampando al borde del bosque de Palmas llamado Yataity Cora, ocupando inmediatamente su Vanguardia a las ordenes de Flores, el terreno bajo, ocupando inmediatamente el Sur del Estero Bellaco del Norte. El Ejército Brasileiro al mando de Osorio, ocupaba la izquierda del Potrero Piris hasta la izquierda de Flores y los argentinos ocupaban la derecha extendiéndose hasta el bosque que cubría la entrada del Norte del Estero Bellaco del sur

Construyeron inmediatamente dos reductos, uno en su centro y otro a su izquierda. Las unidades se colocaron de manera escalonada de manera de formar una triple línea de defensa. Contaban con 150 cañones de todos los calibres para enfrentar cualquier ataque.

La Vanguardia al mando del General Venancio Flores estaba compuesta por los batallones orientales, dos Divisiones brasileras y un Regimiento de Caballería argentino. Tenía 30 piezas de artillerías argentinas. Los brasileros Tenían 5 Grandes Divisiones todas con sus comandantes subordinados al General Manuel Luis Osorio. y los argentinos a sus dos Cuerpos de Ejército, uno al mando del General Wenceslao Paunero y otro del General Emilio Mitre. El comandante General era Bartolomé Mitre.

Armamento con lo que contaban los paraguayos.

Fusil Brown Bress

Los soldados paraguayos estaban armados con el fusil reglamentario del Ejército Paraguayo que era el Brown Bress inglés, funcionaba a chispa, que montaba una bayoneta de cubo de 39 centímetros de largo. Este fusil estaba operativo en el Ejército Británico desde 1722 hasta 1838. Fueron adquiridos de un lote de armamentos que el Imperio del Brasil había ofertado por renovar sus armamentos.

La precisión de la Brown Bess era justo, al igual que la mayoría de los mosquetes otros. El alcance efectivo es a menudo citado como a 160 metros, pero el Brown Bess fue disparado a menudo en masa en 50 yardas (46 m) para infligir el mayor daño al enemigo. El proyectil podría infligir una gran cantidad de daños al golpear y la gran longitud del arma permitió mayor alcance en los compromisos de bayoneta.

Tenía 120 centímetros de largo, pesaba cuatro kilos con setecientos gramos. La carabina Brown Bress utilizaba para la caballería, tenía la mitad del largo.

El gran problema que el sistema a chispa o piedra a pedernal, tenía muchas posibilidades en climas húmedos o fríos en fallar al disparo, debido que no se producía la ignición de la pólvora al impactar el percutor, por lo que era necesario volver a realizar el disparo. Por supuesto que al estar frente al enemigo, esto resultaba una desventaja enorme, empeorando la situación si era en campo abierto

Carabina Tercerola

La tercerola o carabina de caballería, era un arma corta con una gran boca en el cañón lo que facilitaba su carga en el lomo del caballo. Varias de ellas llegaron de distintas manera al Paraguay y eran utilizadas por las tropas de caballería y de infantería.

El calibre era de 18 mm, y el sistema de ignición es a pistón. Era y aun hoy en día podemos decir que lo es, una de las armas más intimidantes por su aspecto y la menos comprendidas, porque el embudo del extremo del cañón no persigue otra finalidad que facilitar la recarga sobre la montura.

Lo corto del cañón limitaba el alcance a unos 100 metros cuanto máximo. El nombre "tercerola" deriva del hecho que los jinetes la portaban terciada a la espalda, también llamado Trabuco Oriental o Naranjero por el tamaño del cañón. Se trata de un arma de gran calibre y boca ancha, cargada con metralla de recortes de metal. Su disparo a quemarropa era equivalente al de un pequeño cañón.

Cohetes a la Congreve

Las coheteras fueron una de las pocas armas modernas con las que contaba el Ejército Paraguayo en la contienda contra la Triple Alianza. Fueron traídos de Europa por el Mariscal en su viaje al viejo continente.

El Cohete Congreve típico constaba de un cuerpo cilíndrico constituido por una camisa realizada con una lámina de hierro y una punta u ojiva cilindro-cónica casi siempre del mismo material.

Dentro de la parte cilíndrica se hallaba el elemento propulsor: combustible sólido (casi siempre pólvora especialmente tratada y compactada), tal combustible entraba en ignición mediante un sistema de mecha. La camisa metálica poseía en el costado inferior de su parte externa una guía que se deslizaba por una especie de riel ajustado a la plataforma de lanzamiento. Para asegurar la certeza del disparo y evitar que la trayectoria del cohete Congreve fuera errática, de la "cola" o parte posterior de la camisa salía una vara que servía de guía aerodinámica.

Tales cargas oscilaban entre los 1 a 10 kilogramos, el cohete Congreve de 24 libras(= 10 kg) fue el más utilizado, se lanzaba en salvas (generalmente de a pares) con rieles guía de cinco metros de longitud montados en caballetes de hierro, tales caballetes

tenían un perfil con forma de A por lo que se les conoce como "*A frames*" (marcos A); lanzado con un ángulo casi rasante el alcance de un cohete Congreve 24 era de 3 kilómetros, los artilleros que operaban a estas armas podían disminuir el alcance y ajustar la puntería graduando el ángulo de los *A frames* mediante sistemas de roscas.

Lanzas

Las lanzas del Ejército Paraguayo eran de tres yardas de largo es decir de de dos metros con setenta centímetros.

Lanza Paraguaya de metal forma lanceolada doble filo, mesas bastas, filo corto, buen trabajo de punto lo que aseguraba una excelente penetración, arma simple muy, de fácil producción, cuyo largo en el presente caso es de tres metros.

Presenta en el extremo inferior un regaton de hierro confeccionado con un chapón de 3 cm de espesor doblado agusado y remachado sobre la madera debidamente trabajada para poseer un hermanamiento muy bueno.

Espadas

El sable de caballería paraguaya era largo y curvo.

Combate del 24 de Mayo

Al reventar a las once y media el cohete lanzado por las tropas paraguayas que fue a caer en medio del Batallón Oriental Florida. Apenas impacto, las tropas de Díaz que se encontraban salían de sus posiciones a la izquierda del dispositivo enemigo mientras las tropas del Coronel Marcó hacían lo propio por el centro del dispositivo.

Los dos regimientos de caballería del Comandante José María Aguiar y el Capitán Hilario Marcó que conducía al Regimiento 7 y otro más, se lanzaron desde su escondite viniendo por el camino real a Humaitá, sable en mano embistiendo al

piquete de caballería argentina y al Regimiento Escolta del General Flórez que se encontraba desmontado dispersándola al igual que a un piquete de soldados argentinos. Una vez desbandados enfilaron a los batallones Orientales Independencia y Libertad que fueron tomados de imprevistos, se aprestaron a formarse, pero la caballería se le vino encima causando una mortandad terrible entre estos batallones. Cayo muerto el Comandante Castro del Batallón Libertad y Elías del Independencia herido. El sargento Teodoro Rivas del Regimiento Nº 7, tomo la bandera del Batallón Libertad. Detrás de estas tropas avanzaba la infantería al trote y con la bayoneta calada.

Ante la sorpresa, la batería Oriental con sus 28 piezas de artillería, que se encontraba a la izquierda de la primera línea del campamento y las 25 piezas del Primer Regimiento de Artillería Ligera brasilera abrieron fuego de metralla a menos de 300 metros sobre la caballería que se prestaba a asaltar el foso una vez dispersado los batallones Orientales. El fuego a quemarropa fue demoledor. A su vez, los batallones 24 de Abril y Florida que protegían el reducto de Mallet abrieron fuego con sus armas a los jinetes que lograban acercarse después de las descargas de los cañones. Esto dio tiempo para que las tropas del Libertad y del Independencia que sobrevivieron puedan llegar hasta esta batería y resguardarse.

Envuelta desde dos partes por cañonazos, que le vomitaban metralla y bombas de 10 libras, Aguiar tantea una carga sobre Mallet, pero solo consiguió llegar hasta 50 metros del foso, por lo que se retiró con el resto de sus escuadrones sobre la derecha del mismo para entrar en las posiciones argentinas.

Resquín al oír el disparo del cohete, salió con sus regimientos del escondite que estaba detrás del palmar de Yataity Corá. Apenas salió dividió su fuerza en dos columnas y la primera compuesta de 4 regimientos atacó a la caballería argentina que estaba compuesta por la Caballería Correntina al mando del General Manuel Hornos y el General Nicanor Cáceres, también estaba el Regimiento 7 que se encontraba desmontado. Los jinetes del Acá Carayá y otros recibieron al alud de jinetes paraguayos, por lo que fueron dispersando hacia el camino real por detrás del Foso de Mallet. La otra columna se dirigió al sur conforme al plan, siendo alcanzado por el

fuego de los cañones argentinos mientras cruzaban los esteros. Uno de los batallones de Resquín iba montado en la grupa de los jinetes para llegar más cerca de los soldados argentinos.

El Coronel Díaz salió de su escondite y ordeno cargar a sus soldados, pero su carga se vio entorpecida por un estero que tenía enfrente a las posiciones brasileras de la 3° División de Infantería al mando del General Antonio Sampaio quién envió seis de sus ocho batallones a auxiliar a los acosados uruguayos. Cada hombre llevaban diez caja de cartuchos y 125 capsulas, y cada batallón fue seguido por varios carros de municiones, esto era más que suficiente para hacer una diferencia crucial para salvar a la Vanguardia al mando del General Venancio Flores quienes cubrían la batería Oriental que se encontraba disparando sobre Marcó. Los soldados iban con sus fusiles sobre las cabezas, siendo un blanco fácil. Los brasileros hicieron fuego con sus rifles minie que tenían un alcance de 400 metros.

La Primera columna de Resquín que atacaba más al norte enfiló hacia los batallones de Línea 3° al mando del Teniente Coronel Manuel Fraga, quien ocupo al trote la orilla del estero mientras los jinetes se les acercaban. Recibieron la orden de replegarse pero el Coronel Rivas Jefe de la Segunda División, dio una contra orden para que esperarse a su unidad generando una confusión que hizo que los soldados hayan olvidado de cebar sus fusiles lo que permitió que en el choque sufran varias bajas y produciendo el desbande que fue a llegar hasta y el 5° Línea que ante la fuga de sus camaradas tuvo que realizar la misma maniobra hacia el centro del dispositivo Argentino.

Tomando contacto Aguiar y sus fuerzas con las tropas de Resquin que ya habían vapuleado a la caballería correntina, avanzan estos escuadrones sobre una desprevenida batería argentina donde el Regimiento N° 7 disperso a sus artilleros a sablazos teniendo al Capitán Martínez al frente de estas tropas. De pronto una bomba de cañón le arranco un pedazo de carne del pecho cayendo herido, fue auxiliado por uno de sus soldados llamados Justo Torres quien lo llevo al galope al campamento de Paso Pucú. Los Regimientos descabezado y desorganizado fueron diezmados por soldados argentinos

del 4° y 6° de Línea, que recuperados del primer empuje, contraatacaron cargando contra ellos, concluyendo con ellos.

Uno de los batallones de Díaz, que encabezaba el ataque, el N° 25, se arremolino en medio del estero, sus soldados inexpertos, ante el inesperado fuego y viéndose hundidos en el agua, se desorganizaron, sufriendo la casi total aniquilación de sus componentes cuando la artillería le arrojó cuantas bombas tenía. Rechazadas en un primer momento por las tropas de la 3° División Brasileña, Díaz, ordenó reagrupar a sus tropas dentro del monte. No sería vencido tan fácil.

La infantería de Marcó que precedió a su caballería, fue cargando a la bayoneta por el mismo trayecto que habían seguido sus camaradas jinetes, esta fuerza chocó de frente contra el Fosó de Mallet, pero los cañones hicieron fuego contra ellos desde varios cientos de metros y al estar al alcance de las armas del Florida y 24 de abril fueron fusilados deteniendo su furiosa carga dejando a casi todos tendidos en tierra y el resto se dispersó en los pajonales y bañados aledaños. Los batallones Orientales tuvieron un Oficial herido y 4 soldados. En esta carga, el Coronel Marcó fue herido en la mano, volviendo al campamento de Paso Pucú.

Los jinetes que no son alcanzados por la metralla, envuelven los cuadros en toda la línea de las Divisiones del General Wenceslao Paunero. Los cañones del Coronel Vedia son rodeados por los jinetes de Resquín y capturados en total de 20. Enseguida se envió parte al Mariscal sobre la captura de dichas piezas. La infantería llegó para tomarlas

Fue en ese momento que la batería oriental desde el otro lado del campo abrió también fuego sobre ellos al igual que otras piezas ubicadas en el campamento. No teniendo espacio para maniobrar y cargar los jinetes paraguayos en medio de las tropas del Primer Cuerpo de Ejército Argentino, fueron exterminadas por las inexpugnables formaciones de cuadros de sus Unidades.

Sus infantes después de una débil carga y ampliamente superados en números, se replegaron al ver que las trincheras argentinas eran una posición inalcanzable.

El Coronel Díaz se dispuso para otra carga sobre la batería Oriental y el centro. En ese instante llegaba la División Brasileña a cargo del Coronel Victorino quien ocupó posiciones con los batallones orientales que cubrían a Mallet quien aún era acosado por fuerzas de caballería dispersas de la columna de Díaz e infantes de Marcó. A su vez, la Tercera División Brasileña que se defendían de Díaz, fue auxiliada por la Primera División al mando del General Argolo quien era comandada por el mismo General Osorio.

La embestida fue brutal, cayendo mortalmente herido el General Sampaio, por lo que sus tropas empezaron a ceder. Fue ahí que Osorio irrumpió entre las titubeantes tropas de la Primera División y los arengó diciendo “tres meses de cacha y soldo, adelante!” fue suficiente ardor para que sus tropas arrojaran nuevamente a Díaz del otro lado del Estero.

Los demás jinetes de Resquín llegaron al bosque de palmas al oeste del campamento conforme al plan de ataque, pero antes de llegar a cruzarlos, las tropas argentinas al mando del General Emilio Mitre, formados en cuadros ocuparon posiciones en el palmar dispararon sus armas, frenando el avance.

Uno de los Regimientos, al mando del Capitán Olabarrieta, logró sobreponer las líneas y llegó a la retaguardia donde formó para esperar a la caballería del General Barrios. El resto de los escuadrones baja hacia el bosque de palmas al sur para intentar el mismo movimiento que el Regimiento 17.

Cuando la división del general Barrios entró en combate, con un retraso de tres horas por las grandes dificultades con que tropezó a su paso por el bosque de la retaguardia, la batalla estaba casi decidida en el frente y en los flancos. El grueso del ejército brasileño se puso en movimiento para despejar el peligro que significaba esta

irrupción en la retaguardia. Resquín frenado en los palmares, inició la retirada por donde vino.

La Segunda División al mando del General Mena Barreto y la Quinta al mando del General Tristan fueron dispersadas por los regimientos del capitán José María Delgado, y poco después avanzaba la infantería del mayor Luís González, atacando con gran impetuosidad.

Ante este hecho, el General Osorio bajo al galope a la retaguardia, reunió a sus tropas y llevando cañones de la División de Argolo, formó a las tropas y aguardaron la carga enemiga.

Recibidos por numerosos batallones y piezas de artillería, se batieron denodadamente. Fueron rechazados hasta la orilla del bosque, donde se reorganizaron y volvieron a la carga. Varias veces avanzaron triunfaron triunfantes y otras tantas debieron ceder terreno. El intrépido capitán Delgado cargaba sin cesar, pero nada podía contra la inmensa superioridad numérica del enemigo. Las tropas uruguayas como el 24 de abril, fueron trasladadas también hacia ese punto de la acción pero no llegó a entrar en acción.

Pero, al fin, después de tanto pelear y disminuido considerablemente su número por los estragos de los cañones y rifles brasileiros, el general Barrios, ya persuadido de que la división de Resquín no podía unírsele, como se había planeado, ordenó la retirada de las últimas tropas, que se efectuó bajo la protección de la columna de Díaz, mientras atravesaba de nuevo la espesas selvas del Potrero Piris y Sauce.

El Capitán Olabarrieta cansado de esperar en la retaguardia, cabalgó por el camino donde había estado Barrios, sableando a las tropas brasileiras y peleando brazo a brazo, llegando al bosque casi sólo y mal herido. Fue esta la última acción del día, finalizando el combate cerca de las 16 horas.

Algunas tropas brasileras y orientales salieron de sus posiciones y avanzaron por el frente hasta llegar cerca de las líneas de defensa paraguaya persiguiendo a pie a los batallones desechos que se replegaban, fue allí que la numerosa artillería de Bruguez abrió fuego obligando a los perseguidores a volver a sus posiciones, permitiendo que los soldados extenuados lleguen hasta sus posiciones. El último de entrar a las trincheras paraguayas fue Díaz cuando Barrios ingreso con el resto de sus fuerzas.

En la primera etapa de la batalla, el Mariscal López se instaló en el cementerio de Paso Pucú y luego se dirigió a un bosquecito entre Paso Fernández y Rojas; allí estuvo recibiendo las noticias del desarrollo de la batalla, e impartiendo instrucciones. A las 5 de la tarde dio la orden del repliegue general. Cinco horas de fuego, pero de un fuego incesante y estruendoso, en que las repetidas descargas de artillería y fusilería, conmovían la atmósfera cubriéndola de una inmensa masa de espeso humo. Ya muy tarde al ponerse el sol, y después de haber impartido instrucciones respecto a los heridos que quedaron tendidos en su mayor parte en las selvas y en los esteros inmediatos, se volvió a Paso-Pucú.

Consecuencias de la Batalla

El mariscal resuelve ganar de mano al adversario, pero no porque éste le va a atacar, sino porque; primero teme que descubra los puntos débiles de nuestra defensa, segundo teme que abandone el campo de Tuyutí que es especialmente apto para un ataque de aniquilamiento, aplicando los principios de maniobra y la sorpresa, para aniquilar al enemigo, que aunque no fue derrotado quedó tan maltrecho que no se atrevió a perseguir al casi disuelto ejército paraguayo, el precepto sincronización que es la disposición de las actividades en el tiempo, espacio y propósito para concentrar la máxima potencia de combate relativa en el lugar y momento decisivo, concentración de efectos de la potencia de combate en el campo de batalla para abrumar al enemigo o dominar la situación, requiere coordinación detallada. Se apuntala la sincronización con iniciativa y agilidad, algunas actividades de supresión pueden suceder antes de la

operación decisiva. Fue una tentativa desesperada en que las probabilidades de victoria no residían en superioridad material sino exclusivamente en la sorpresa, en la rapidez y en el valor incomparable del soldado paraguayo.

El procedimiento era acercarse a la posición enemiga, atravesando anchos y profundos esteros, bajo el fuego horroroso de la artillería que vomitaba libremente sus proyectiles sobre ella y de la fusilería de los infantes resguardados por parapetos, sin llevar artillería ni reservas. La ausencia de estos dos elementos, importaba desconocer la importancia de la artillería en las batallas, y el poder eficaz y destructor de las reservas para coronar una victoria o contener la persecución de un enemigo audaz y activo. Lo real es que el ataque frontal no aferró, no atrajo sobre sí al enemigo. Desde ya el envolvimiento estaba destinado al fracaso. Las tropas del frente, se trasladaban a los puntos que fueran necesarios para continuar peleando con las tropas paraguayas que aparecían por todos los costados.

Por otra parte, la ejecución del plan ha dado mucho que desear. Confiada a jefes inexpertos que sabían dar una carga, pero no entendían nada de estrategia, y por consiguiente, incapaces de maniobrar en el campo de batalla, para prevenir un golpe inesperado, o para corregir o suplir alguna falta que no hubiera sido prevista al trazar el original, era natural que no se hubiesen portado a la altura de la misión que estaban encargados a desempeñar. La cantidad de soldados era insuficiente para realizar un aferramiento frontal y un doble envolvimiento.

Las pérdidas fueron de 5 piezas de artillería, 500 mosquetes, 700 espadas y sables, 200 machetes, 400 lanzas y 50.000 balas. También 12 tambores, 15 cornetas y 8 banderas de batalla y banderolas de regimientos. Los informes iniciales alzaron el número de paraguayos muertos en 4.200, pero al final cerca de 6.000 fueron encontrados entre los arbustos y esteros. Otros 350, todos ellos heridos, fueron tomados prisioneros por los Aliados. El número de soldados paraguayos llegó al hospital de Humaitá y otros puntos más al norte, se acercó a 7.000. Aquellos con heridas menores no recibieron permiso de unírseles y tuvieron que reasumir inmediatamente posiciones dentro de las trincheras a lo largo del brazo Norte del Bellaco. La escasez de medicinas

y las condiciones insalubres y desordenadas de ese lugar, hicieron inevitable que muchos de ellos sucumbieran luego de septicemia. En total, 13.000 hombres fuera de combate, más del 50% de la fuerza atacante.

Dada la escala de la carnicería, era extraño que el Mariscal hubiera perdido solamente un oficial de campo, un Mayor tan gordo y entrado en años apenas podía cumplir la tarea de pasar la lista. Todos los Oficiales de menor rango participaron en la acción en Tuyutí, sin embargo, habían recibido impactos y varios tenían heridas de gravedad. En consecuencia la cohesión se desvaneció. El Batallón 40 de Díaz, por ejemplo, sufrió una pérdida del 80% de sus hombres, y el admirado Batallón Nambi'i (Batallón 6) compuesto exclusivamente por negros paraguayos, fue prácticamente aniquilado por completo. Muchas de las otras unidades corrieron la misma suerte.

La masacre provocada por los cañones Aliados dejó una espeluznante impresión y León de Palleja no fue el único en el bando Aliado en sentir compasión por el calvario enemigo.

...Esta raza pura y viril ha sido fortalecida por su miseria, desnudez y privaciones; estas maldiciones han hecho del soldado paraguayo duro, valiente y fatalista, un hombre de primera para la guerra. Veo con un gran pena el exterminio de los paraguayos han sufrido en tantas repetidas y desgraciadas batallas el último año y me pregunto ¿Por qué? Debido a un hombre, y en pleno siglo diecinueve! El soldado paraguayo merece mejor destino.

Dejando de lado estas muestras de simpatía por parte de testigos Aliados, la obstinación paraguaya también tenía mucho de desconcertante. Después de todo, las bajas entre los hombres de López fueron repulsivamente altas a causa de su determinación de no rendirse ni desviarse de sus órdenes. En ausencia de instrucciones flexibles (O de Oficiales de campo dispuestos a actuar por su propia iniciativa), la valentía paraguaya nunca generó más que logros limitados. No se podía enfocar en un objetivo estratégico, ya que cada vez que un Oficial caía, sus hombres avanzaban

ciegamente al frente. Los paraguayos podían lograr alguna victoria momentánea en el proceso, pero vencer a los Aliados requería más que obstinación.

Una vez que la premisa principal de que el ataque sea realizado en las primeras horas de la mañana no fue cumplida, el Mariscal debió cancelar la orden de ataque según algunos estadistas. Pero a la luz de los acontecimientos, después de haber movilizad o tantos efectivos y puestos ya en las primeras líneas ya era difícil realizar un repliegue. Recordemos además que el quería ganar el golpe a los Aliados, que en teoría atacarían el día 25. Ya no había vuelta atrás, los Jefes de División se lanzaron al ataque cumpliendo con las órdenes recibidas.

Otro tema a tener en cuenta, es que el Mariscal basaba su premisa, en que los Aliados de la vanguardia se desbandarían al ver la carga de los jinetes de Díaz y Marcó. Desbandada la tropa, capturada sus cañones, haría pedazos a los hombres que huían. No ocurrió ni lo uno, ni lo otro. Las tropas atrincheradas esperaron en sus puestos a los atacantes y los rechazaron. La premisas principales (sorpresa, desbande) de la estrategia del Mariscal no se cumplió, por ende el ataque fracaso desde el inicio.

Las pérdidas del lado Aliado, sumaron menos de 1.000 muertos y 3.000 heridos, la gran mayoría de ambos brasileños. Lo que demuestra que bien atrincherados en sus posiciones pudieron batir a los paraguayos desde larga distancia sin entrar en el cuerpo a cuerpo, salvo las tropas que combatieron contra Diaz y la caballería de Barrios. Al contrario de lo que había ocurrido el 02 de mayo donde no contaban con semejantes obras de defensa, por lo que en un principio habían huido, en esta ocasión ya no lo harían.

Con esta derrota las fuerzas del Ejército Nacional quedaron sumamente mermadas, perdiendo a varios soldados veteranos, no así a los Oficiales, que la mayoría sobrevivió al combate, muchos de ellos heridos.

Por su parte los Aliados, durmieron en los laureles de la victoria. Al carecer de datos sobre el terreno y a pesar de las bajas sufridas en los dos combates de mayo.

Decidieron atrincherarse por casi dos años. La carencia de caballos y la fatiga del cruce del Paraná, evitaron una persecución a las tropas vencidas, a su vez, las posiciones de Rojas y Paso Pucú, eran muy respetadas como para intentar un ataque frontal.

Esta batalla, fue la más grande librada hasta hoy en Suramérica y hoy aún seguimos descubriendo partes de las piezas que nos darán en un futuro, una recreación lo más cercana posible a lo que ocurrió en la realidad y sus consecuencias reales. Relatar en tan pocas páginas, todo lo que abarco por uno de los beligerantes no da abasto. Tuyutí por sí misma, da para libros enteros.

Esperamos que el trabajo haya sido de su provecho y agrado.

Bibliografía

WHIGHAM, Thomas. **La Guerra de la Triple Alianza Tomo II**. Asunción: Editorial Taurus, 2011

THOMPSON, George. **La Guerra del Paraguay**. Asunción: Editorial AGR Servicios Gráficos, 2003.

DE PALLEJAS, León. **Diario de Campaña del Coronel al servicio de la República Oriental, León de Pallejas**. Departamento Editorial General Artigas, Centro Militar, Montevideo, Uruguay, Agosto 1984.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo (Cel.). **Memorias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay**. Asunción: Editorial El Lector, 2010.

RESQUÍN, Francisco Isidoro (Gen.). **Memorias del General Francisco Isidoro Resquín**. Asunción: Editorial El Lector, 1996.

CARDOZO, Efraín. **Hace 100 Años**. Asunción: Editorial el Lector, 2011.

DORATIOTO, Francisco “Maldita Guerra”. Buenos Aires: Editorial Emecé Historia, 2008

DE MARCO, Miguel Ángel. **La Guerra del Paraguay** (1ª Ed.) Buenos Aires: Booket, 2010.

O'LEARY, Juan E. **Nuestra Epopeya**. Asunción: Editorial Comuneros, 1988.

Datos proporcionados por el ex Director del Museo de Historia Militar del Ministerio de Defensa del Paraguay, Gral S.R. Hugo Mendoza.

Datos proporcionados por el Ing. Rafael Mariotti en cuestiones de armamento y tecnología.

AFONSOS (SÉCULO XVII – SÉCULO XX)

*SO RI Gustavo de Mello**

O ano 2012 marca o centenário da implantação da aviação no Campo dos Afonsos.

Desde a cessão por parte do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, de uma faixa de terra para o Aeroclube Brasileiro, este sítio passou por importantes acontecimentos referentes não só da História da Aeronáutica, mas também da História do Brasil.

Por este motivo, o NIEPHEM (Núcleo Interdisciplinar de Ensino e Pesquisa em História e Educação Militar) do Centro de Memória, na Universidade da Força Aérea (UNIFA), iniciou ainda em 2011, uma série de pesquisas visando o levantamento da história deste aeródromo.

Paralelamente, o Museu Aeroespacial, sediado neste Campo, recebendo uma variada gama de visitantes tem como primeira indagação de seus usuários a seguinte questão: “Por que Afonsos?”.

Desta forma, as pesquisas do NIEPHEM extrapolaram os marcos temporais de 1912 – 2012, e foram buscar as origens deste topônimo, recuando três séculos e meio.

Traçar um panorama geral sobre a origem do Afonsos até o início do século XX, é uma tarefa difícil em virtude da fragmentação das fontes, espalhadas por diversos arquivos públicos e particulares. O incêndio ocorrido no arquivo da Cidade do Rio de Janeiro em fins do século XVIII levou para o esquecimento, informações sobre as origens das propriedades, e, por conseguinte, uma importante parte da história agrária do Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XVII, para além dos limites da Cidade do Rio de Janeiro, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá estendia-se da altura do Engenho Velho até a região do Curato de Santa Cruz, seguindo o velho traçado do “Caminho dos Jesuítas”, mais tarde conhecido como “Estrada Real”.

Esta importante via de acesso terrestre para a Capitania do Rio de Janeiro cortava diversos engenhos, dentre os quais o de Nossa Senhora do Desterro, de propriedade do cristão novo Luiz Paredes.

Com a morte de Luiz, ocorrida na virada do século XVII para o Século XVIII sua filha Ighes Paredes e seu esposo, João Affonso de Oliveira passam a administrar a propriedade que passou a ser conhecida como Engenho dos “Afonsos”. Inicia-se assim a história dos Afonsos. Uma história fragmentada e com diversas incorreções.

De forma geral, a sucessão dos legítimos proprietários e demais ocupantes confundem-se em épocas e em homônimos. Casos como os de João Affonso, que em referencias bibliográficas aparece como dono de outra propriedade, a do “Córrego

Seco” (atual Petrópolis), propriedade esta, pertencente a outro Afonso, ou o de João Marcos Vieira, identificado em duas épocas diferentes, mas na verdade avo e neto homônimos.

Outro fator de dificuldade está na delimitação da propriedade, demarcada através da “vala cabocla”, facilmente modificável em seu traçado original dando margens a contestações. Ou das partes desmembradas do Engenho, que se apresentam confusamente propostas, criando dúvidas sobre a transferência da propriedade e de seus legítimos donos ou eventuais ocupantes.

A presente pesquisa sobre os Afonsos abre uma perspectiva de novas investigações históricas, como or exemplo as ligadas a História da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, a História da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e a para a História da Aeronáutica.

A diversidade das profissões também apontam um viés de pesquisa para a origem dos proprietários de terras na colônia, além das ligações destes com ordens religiosas.

A pesquisa iniciada pelo NIEPHEM sobre os Afonsos, antes de ter a pretensão de esgotar o assunto, extrapola o âmbito da História Militar, convidando pesquisadores de outras áreas da História.

Fontes para pesquisa:

- Livro de Registros de Batismos, Casamentos e Mortes das Freguesias de Irajá e Candelária.
- Livro de Visitação do Monsenhor Pizarro;
- Relatório Ministerial – Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- Imprensa Régia.
- Processo de Ighes Paredes – Torre do Tombo - Portugal

Bibliografia:

- INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA (INCAER). **História Geral da Aeronáutica Brasileira**, Vol. I . Rio de Janeiro:
- GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio de Janeiro**. - editora Brasiliiana -1965

* SO Gustavo de Mello – Historiador do Museu Aeroespacial
Membro do NIEPHEM – Especialista em História Militar IGHMB/UNIRIO

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO MILITAR FRANCÊS NO PÓS RIMEIRA GUERRA MUNDIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO.

*Fábio Neves Luiz Laurentino**

Introdução e contextualização

O presente trabalho, de cunho histórico, tem por objetivo com auxílio das devidas referências historiográficas (fontes primárias, representações iconográficas, etc.) mostrar de forma sucinta como se deu a reformulação do Exército Brasileiro por ocasião da vinda da Missão Militar Francesa, contratada em setembro de 1919 para orientar, a partir de 1920, a modernização do Exército Brasileiro. Foi utilizado para tal pesquisa documentos contidos no arquivo "Service Historique de l'Armée de Terre" (SHAT), do Ministério da Defesa da França (Chateau de Vincennes), em Paris, e também fontes do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, no Rio de Janeiro, e extensa bibliografia escrita por pesquisadores brasileiros e franceses, e as conferências (publicadas durante o período da Missão pela Imprensa Militar - do Brasil) ministradas por oficiais franceses, principalmente na então Escola de Estado-Maior, atual Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), localizada no Rio de Janeiro.

Era estudada uma reforma no Exército por oficiais mais abertos a novas idéias desde as revoltas internas recém acontecidas na virada do século (Revolta Federalista em 1893, Canudos em 1896 e Contestado em 1912), na qual o Exército Brasileiro foi posto à prova, e mostrava com alguma preocupação uma estagnação e limitação profissional por parte de uma ala de oficiais, boa parte dela ainda com pensamento proveniente das campanhas no Paraguai. Os primeiros passos de modernização, ainda que lentos e com temor por parte de políticos e alguns líderes militares conservadores, apareciam nas forças militares estaduais, com a justificativa de que era preciso reforçar essas corporações para garantir seus instrumentos de força e garantir a estabilidade interna, ou seja, uma visão micro da segurança territorial, a favor unicamente dos interesses das oligarquias estaduais que ali governavam. Assim, em 1905, ocorreram as primeiras negociações para o contrato de uma missão de oficiais estrangeiros para a Força Pública de São Paulo.

Toledo de Piza, Embaixador do Brasil na França, paulista, juntamente com o Ministério de Assuntos Estrangeiros da França e o Estado-Maior do Exército francês acertavam a vinda em 1906 de uma Missão de Instrução Militar chefiada pelo Coronel Paul Balagny para modernizar e treinar a Força Pública de São Paulo. Conforme parecer do Estado Maior do Exército francês, o fechamento do contrato se deu por insistência do Ministério de Assuntos Estrangeiros da França, visto que o Exército francês se interessava somente em enviar uma Missão Militar para o Exército brasileiro, por motivos óbvios, de maior exposição e intercâmbio dos militares franceses e maiores possibilidades de negócio com fábricas francesas para o reaparelhamento do Exército brasileiro:

"As tropas de São Paulo são apenas forças policiais. O interesse puramente militar, neste caso, parece bastante limitado. Mas o Estado em questão é muito próspero e o Departamento de Negócios Estrangeiros atribui uma grande importância ao envio desta missão solicitada pelo senhor de Piza". (SHAT, 27/05/1905. Note pour le Chef de l'Etat Major, Paris.)

Para a vinda da Missão Militar para o Exército, anos mais tarde, o principal responsável pelo contrato fora Pandiá Calógeras. Ainda como membro da delegação brasileira na Conferência de Paz, em Paris, foi convidado para assumir o cargo de Ministro da Guerra, que segundo as palavras de Francisco de Paula Cidade, em sua obra *Síntese de três séculos de História Militar brasileira*, "deu racional e necessária solução ao problema fundamental de modernização de nosso Exército". (página 436). É necessário lembrar também que nos anos de 1906, 1908 e 1910 um grupo de oficiais (aproximadamente 30) do Exército brasileiro integraram um "estágio" no Exército Imperial alemão, convidados pelo Estado Maior do Exército do Imperador Guilherme II, convite esse feito pessoalmente ao então Ministro da Guerra do Brasil Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, e reforçado pelo Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, de tendência pró-germânica. Esses jovens oficiais, posteriormente apelidados e lembrados como *Jovens Turcos*, aqui tentaram iniciar uma "revolução" e modernização do Exército brasileiro por via da literatura, fundando jornais que expressavam seu desejo de mudança e aspirações para o "novo Exército". A *Revista dos Militares* de 1910, e *A Defesa Nacional* de 1913, foram os principais meios

para mostrar aos brasileiros o que foi visto por eles na Alemanha, essas duas revistas inspirada nos escritos da *Militar-Wochenblatt*, principal revista militar alemã.

A Alemanha por sua vez já havia feito duas missões de modernização e instrução militar em países da América do Sul (Chile e Argentina), e já olhava para o Brasil com esperanças de um próximo contratado.

O historiador americano Frank McCann (1980: 6-7), afirma que também houve uma pequena aproximação de militares americanos para defender uma possível missão de instrução e modernização liderada pelo Exército dos Estados Unidos, e assinala que o adido militar americano no Brasil insistia junto ao Departamento de Estado para que convidasse oficiais do Exército e da Marinha para estagiar na Coast Artillery School, na Virgínia. Segundo o adido militar: “era necessário um trabalho rápido e organizado para por fim a influência alemã no Brasil”.

A corrida armamentista que ocorria dos Estados Unidos ao Império Russo e da Inglaterra até as colônias européias na África, no período que precede a Primeira Guerra Mundial, e o conceito de “Paz Armada”, também atingiam a preocupação do governo brasileiro, que acelerava o debate por uma contratação de uma missão de modernização e instrução militar, mas em julho de 1914, esses planos de mudança e modernização seriam novamente adiados, tendo em vista a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que pôs novamente frente a frente o poderio bélico francês e alemão, pouco mais de 40 anos do final da Guerra Franco-Prussiana.

Ao final do conflito, a Alemanha derrotada e atingida por inúmeras limitações econômicas e militares por conta do Tratado de Versalles, ficara mais distante de assumir uma missão de modernização e instrução militar no Brasil, abrindo caminho para a escolha dos franceses por parte do governo brasileiro. Foram utilizados de muitos argumentos por parte dos políticos e da imprensa para a escolha dos franceses, de aproximação cultural (vide influência social e arquitetônica francesa na reforma Pereira Passos no início do século XX), até a essencialmente militar, mostrando os exemplos do então Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque que atuara junto com tropas francesas nas batalhas em carros de combate mecanizados, da Missão de Aviação (em 1918) composta por 9 soldados franceses para instituir uma Escola de Aviação Militar

no Brasil, do corpo de saúde brasileiro liderado por Nabuco de Gouveia enviado junto aos franceses aos campos da Primeira Guerra Mundial, e da nomeação do comandante Fanneau de La Horie (antigo membro da missão junto a Força Pública de São Paulo) para o posto de adido militar no Brasil.

Sendo assim, era assinado em Paris no dia 8 de setembro de 1919, o contrato contendo 15 Artigos entre o governo brasileiro e o governo francês, que levava uma missão de orientação e modernização para o Exército brasileiro.

A atuação da Missão Militar Francesa no Exército brasileiro

No Artigo II e III, respectivamente do contrato da Missão Militar Francesa, consta explicitamente a subordinação desta Missão e sua área de atuação. No Artigo II, consta, por exemplo, que o General Chefe da Missão Militar Francesa ficará subordinado ao Chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, e unicamente ao Ministério da Guerra do Brasil. E sua área de atuação: a direção da Escola de Estado-Maior, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência, e da Escola de Veterinária. Assim, o pensamento militar francês seria apresentado e introduzido aos oficiais dos postos de Capitão a Coronel, responsáveis por captar essas novas idéias e levá-las a “práxis” nas organizações militares (práxis numa concepção pedagógica, onde o processo pelo qual uma teoria, lição ou habilidade é executada, ou praticada, se convertendo em parte da experiência vivida).

Depois de concluída a etapa diplomática, de negociação e assinatura do contrato, era necessária agora a escolha do General Chefe da Missão e todo corpo de instrutores. O Exército francês encontra no General de Brigada Maurice Gamelin, um oficial general de grande prestígio, e “bagagem” tanto militar, quanto diplomática (uma vez que essa delegação representaria o Exército francês em terras estrangeiras, era necessário passar uma boa imagem diplomática e a tradição militar francesa). Como militar, formado pela Escola Especial Militar de Sanit-Cyr (principal academia militar francesa), foi chefe de gabinete do Marechal Joffre, comandante das forças francesas na Primeira Guerra

Mundial, testado em batalhas na mesma guerra, e portador da maior condecoração de guerra francesa, a Legião de Honra. Os demais componentes da Missão Militar Francesa como o Subchefe da Missão, o Coronel Durandin (originário da Escola Politécnica), Coronel Barat (originário de Saint-Cyr), Coronel Buchalet (originário da Escola Superior de Intendência) e Tenente Coronel Derougemont (originário de Saint-Cyr), detentores da Legião de Honra e da Cruz de Guerra (com várias citações em batalhas), destacaram-se não só como líderes na Primeira Grande Guerra, mas também por seu diferencial em ciências humanas e exatas, com destaque para a Geografia, História, Engenharia e Matemática, ministrando aulas de instrução teóricas e práticas principalmente na Escola de Estado Maior e na Escola de Aperfeiçoamento para os oficiais alunos brasileiros.

As Escolas de Veterinária, Administração Militar e de Intendência foram as primeiras “criações” dentro do contexto de “revolução educacional” provocada pela Missão Militar Francesa. Criada ao moldes das congêneres francesa essas novas organizações militares iniciaram novos regulamentos e uma nova noção de Emprego de Grandes Unidades, Serviço de Estado Maior em Campanha, Exercícios de Combate de Infantaria e Cavalaria, Emprego e Regulação de Tiro de Artilharia, Observação Aérea, Empregos dos Meios de Transmissões, Alimentação em Campanha e Serviço de Retaguarda. A Escola de Aviação Militar (instituída também por uma Missão com soldados franceses em 1919) no Campo dos Afonsos, em 1927 se torna uma Arma, sendo reformulada nos moldes da Missão Militar Francesa.

A Escola Militar do Realengo, onde eram formadas as futuras gerações de oficiais combatentes do Exército brasileiro, ficara de fora das primeiras intervenções francesas até 1925, quando o alto comando do Exército (conservador) se “rende” ao trabalho modernizador e positivo que a Missão já fazia a cinco anos em boa parte do território brasileiro, e dirigido por uma nova chefia (General de Brigada Frédéric Coffec 1925 a 1927), juntamente com o empenho do então Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (comandante da Escola Militar entre 1931 e 1934) que aprendera toda influência tradicionalista francesa na Escola Especial Militar de Saint-Cyr em 1916, é reformulada por completo o ensino, e o olhar para a escola de formação de oficiais, sendo agora adicionada tradições em volta de grandes personagens da História Militar

brasileira a fim de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de transformação histórica que era vivida a época da Missão Militar Francesa no Brasil. A mudança física da Escola, a criação de símbolos como novos uniformes, o espadim do cadete, e o culto a Duque de Caxias eram, semelhantes ao visto por José Pessoa na França ao Imperador dos franceses, Napoleão I, com a finalidade de dar firmeza e estabilidade às tradições do Exército brasileiro, como diz o antropólogo e historiador Celso Castro: “a figura de Caxias deveria pairar no seio dos cadetes do Brasil como Napoleão entre os de Saint-Cyr e Washington entre os de West Point.” (CASTRO, 1994. Página 235).

Aspectos teóricos e metodológicos: “o livro, o manual, o pensamento cartesiano”.

Os três maiores destaques em conferências da Missão Militar Francesa no Brasil, General Gamelin, Coronel Barat e o Tenente Coronel Derougemont, buscavam atingir uma plena concepção “Saint-cyriennes” desde antes mesmo chegar ao Brasil. A bibliografia básica pra ser lida (por alunos da Escola de Estado Maior) antes da Missão se iniciar continha obras sobre Geografia Geral, História, Estratégia, Tática e obras de cunho patriótico. A justificativa seria que essas obras são livros essenciais para a formação e estruturação do espírito militar, baseado também nas teorias e nos conhecimentos científicos e literários modernos.

Segundo o historiador francês Jean Pierre Blay, a ciência militar no Brasil se desenvolve, assim que, por exemplo, foi publicado o Regulamento para exercícios de Cavalaria, em 1908, pelo então General José Caetano de Faria, comandante do 1º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro. Antes disso, o “conceito Lippe” perdurou de 1763 até 1881, quando é fundada A Biblioteca do Exército pelo Ministro Franklin Doria, Barão de Loreto, com a finalidade de difundir entre os oficiais brasileiros uma biblioteca com títulos sobre guerras. Com a chegada da Missão Militar Francesa, os oficiais franceses deram um impulso no pensamento militar brasileiro modernizando-os com obras sobre campanhas recentes como a batalha de Sedan, e a batalha de Sadowa. A partir desse momento, tratados, livros de instrução e regulamentos internos e de

campanha foram traduzidos ou elaborados para os oficiais alunos do Exército brasileiro. Ao final de 1922, boa parte dos regulamentos brasileiros foram reformulados.

A lógica cartesiana francesa na administração militar mostrou ao Exército brasileiro uma nova concepção de uma compreensão da nova doutrina militar que estava sendo apresentada.

As conferências feitas por instrutores contratados pela Missão, principalmente ministradas na Escola de Estado Maior, que posteriormente foram publicadas pela Imprensa Militar do Brasil, mostram exatamente o cuidado filosófico e minucioso em relação à preparação individual de cada oficial aluno tendo em vista o seu crescimento não só profissional como soldado, mas também crescimento humanístico e social, com a apresentação de novos conceitos, como por exemplo, “o homem instrumento de guerra” e “o soldado e o chefe”, contidos na obra *Tactique de Infanterie*, publicado em 1921, de autoria do Tenente Coronel Barat. Outras obras como *Cours de Stratégie et Histoire Militaire* (Tenente Coronel Derougemont, publicada em 1921), e *Conférences de Géographie* (Tenente Coronel Lelong, publicada em 1922), também abordavam temas de assuntos contemporâneos e ensinamentos sobre conduta, aspectos sobre a preparação e a direção da guerra ainda desconhecidos de boa parte dos oficiais brasileiros.

Considerações finais

O fortalecimento e a mudança do Exército brasileiro com a vinda da Missão Militar Francesa são notórios e visíveis até os dias de hoje. O resultado a curto prazo pode ser notado logo após, nos anos 40, com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, representado pela Força Expedicionária Brasileira. As viagens de grupos do Estado Maior brasileiro antes do embarque do primeiro escalão para a Itália para estudo da geografia do terreno, condições climáticas e apoio logístico são exemplos claros da influência do pensamento militar francês.

Exemplos mais significativos são percebidos com a participação de oficiais superiores e generais nos principais centros acadêmicos e de estudos de Defesa ao redor do mundo, como: nas Missões de Paz realizadas pela ONU, nas lideranças na Junta

Interamericana de Defesa, nas Escolas Superiores de Guerra das nações amigas e principalmente observamos o pensamento militar francês ainda presente na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), em seus planejamentos no Curso de Preparação e Seleção (CPS), Curso de Política Estratégia e Alta Administração Militar (CPEAEx), Cursos de Chefia e Estado Maior de Intendência (CCEM Int), e Médicos (CCEM Med) dando ênfase a articulação filosófica e aprimoramento profissional de seus candidatos.

Referências Bibliográficas

BLAY, J. P. *A Missão Militar Francesa e sua influência na formação tecnológica das elites militares brasileiras*. Revista IGHMB, N 80/94, anos 1993/1994

CIDADE, F. de P. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

DOMINGOS, M. A disputa pela missão que mudou o Exército. Revista de estudos históricos, UNESP, São Paulo, v. 8, PP. 197-215, 2001.

DUROSELLE, J. B. *La Grande Guerre dès Français: L'incompréhensible*. Paris: Perrin, 1998.

GALBRAITH, J. K. *A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GARCIA, E. V. *Entre América e Europa: a política externa brasileira da década de 1920*. Brasília: Ed. UnB-Funag, 2006.

MIALHE, J. L. *O contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais*. Caderno de Direito, Piracicaba, v 10 (18): 89-119, jan-jun. 2010.

MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar do Brasil*. Prefácio a 2ª Edição, General Jonas Correa Neto, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MALAN, A. S. *Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

McCANN, F. M. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS CONFLITOS DE 1831-1870

*Roberto Cesar Medeiros Ferreira**

1 – Apresentação e Introdução do tema:

1.1 – Elementos iniciais:

O presente tema, faz referência a um período marcado por diversos conflitos internos e externos que ocorreram no Brasil Imperial. Durante este período histórico, o Exército Imperial Brasileiro encontrava-se com efetivo reduzido e que chegou a menos de quinze mil homens. Por esta razão, por vezes as polícias-militares estaduais tiveram de intervir em conflitos ou reforçar a atuação das forças do Exército Imperial. Foi um período conturbado na história e que quase conduziu o país a um esfacelamento. O presente trabalho pretende mostrar os diversos conflitos e episódios que, dentro deste contexto histórico, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro atuou em diversos conflitos no período de 1831 até 1870, por vezes sozinha. Por vezes complementando o Exército Imperial, que encontrava-se enfraquecido em efetivo.

Para melhor apresentação e entendimento deste trabalho, vamos dividir o período abordado em duas partes: sendo a primeira a era de Luis Alves de Lima e Silva (1832-1839) e a segunda a era do Reinado de D Pedro II (1840 – 1870).

É importante ainda frisar que o contido neste artigo, é o que se logrou recuperar através da pesquisa até o momento. Sempre há de se ter em mente, que a pesquisa histórica é dinâmica e futuramente novos fatos podem surgir.

2 – Introdução: Contextualizando o período inicial (1831)

No ano de 1831, após a abdicação de D. Pedro I, e ante a forte presença de elementos restauradores¹, o efetivo do Exército Imperial Brasileiro foi reduzido, com

* Bacharelado em História pela Universidade Gama Filho

1 O Movimento Restaurador: Foi um movimento de caráter político, que iniciou-se após a abdicação de D. Pedro I, e propunha a restauração do monarca como Imperador do Brasil. Este movimento possuía muita força entre Portugueses residentes no Brasil (membros do Partido Português ou Restaurador) e

diversas unidades sendo dissolvidas ou deslocadas para outros locais. Isto enseja episódios como o da sublevação do 26º BI, que finda por gerar em 14 de julho de 1831, a sublevação da Guarda Imperial da Polícia. Em razão desta sublevação, foi a mesma extinta, por ordem de Diogo Antônio Feijó, em 17 de julho de 1831.

Com os fatos que ocorriam, a Regência cria a Guarda Nacional (1831) e um corpo policial de status civil (Guarda Urbana – 1831). Porém, ante a instabilidade, fazia-se mister a criação de um corpo autônomo, próprio para a segurança pública e que, frente aos problemas de disciplina observados na Guarda Urbana², tivesse status militar. Em razão disto, ocorre o decreto de 10 de outubro de 1831: Por esta legislação de 10 de outubro de 1831, são criados os *Corpos de Guardas Municipais Permanentes*, nas províncias. No entender de HOLLOWAY(1997) esta vai ser a origem da instituição Polícia Militar no Brasil.³ O certo é que na cidade do Rio de Janeiro, por este decreto, é criado o embrião do que viria a ser, em linha direta a Polícia Militar da Guanabara, uma das antecessoras da atual PMERJ, e que teria participação em diversos episódios de forma autônoma ou com o Exército Imperial Brasileiro no período de 1831 a 1870.

2 - A era de Luis Alves de Lima e Silva (1832-1839)

2.1 – O Comando de Luis Alves de Lima e Silva (1832-1839)

O futuro Duque de Caxias comandou os *Permanentes* durante mais de sete anos (de abril de 1832 até dezembro de 1839). É importante ressaltar que o comando do Tenente Coronel Lima e Silva é profícuo em inovações. São comprados cavalos, ampliando a cavalaria. São criados postos fixos – as estações - guarnecidos pela infantaria e com rotas de patrulhamento entre si, cobertas pela cavalaria. O *Corpo de Permanentes* é gradualmente ampliado: Em 1865, na Guerra do Paraguai, sua infantaria somava mais de 500 *Permanentes*. Outras mudanças são efetivadas pelo Tenente Coronel Lima e Silva, como a aquisição de armamento moderno – o mesmo usado pelo Exército Imperial. Além disto defende seus subordinados em problemas causados pela Guarda Nacional. É indiscutível, que graças ao comando e a atuação do Tenente Coronel Lima e Silva, o *Corpo de Permanentes* começa a adquirir junto ao Governo – e

alguma força entre integrantes do Exército Brasileiro.

2 HOLLOWAY :

3 Existem outras correntes, mas que não serão abordadas aqui, pois fugiriam completamente do foco do nosso trabalho

principalmente junto ao futuro Imperador D. Pedro II – um grande prestígio, similar ao que gozava o seu antecessor – A Divisão Militar da Guarda Real da Polícia - junto a D. João VI.

Sobre o Comando do Tenente-Coronel Luis Alves de Lima e Silva no Corpo de Permanentes, nunca é demais citar o Dr. Prof. ARNO WEHLING:

“...Com relação ao período que Luis Alves, como Tenente Coronel, exerceu o comando do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, nove anos, remeto o leitor ao meu artigo: O Corpo de Guardas Municipais Permanentes e a Regência, in Revista do Exército, vol 119, abril/junho de 1982. Penso ter sido este período de notável valia para o amadurecimento das qualidades que seriam demonstradas no decorrer da sua vida...”⁴

2.2 – A Rebelião de Miguel de Frias (3 de abril de 1832)

“Avisado o Major Luis Alves de Lima, correu sem detença com seu Corpo de Permanentes sobre os revoltosos, a quem em breve prazo dispersava”

Pinto de Campos, Biógrafo Oficial do Duque de Caxias⁵

Com menos de um ano de criado, o *Corpo de Guardas Municipais Permanentes* tem o seu batismo de fogo: em 3 de abril de 1832, o Major Miguel de Frias e Vasconcelos lidera um levante Restaurador: Estando preso na Fortaleza de Vilegnagnon, subleva a guarnição daquela fortificação e a da Fortaleza de Santa Cruz. Os amotinados, somando duzentos homens e armados com um canhão, desembarcam na Praia de Botafogo. A sua intenção é derrubar a Regência. Marcham para o centro da cidade. O seu objetivo é tomar o Paço Imperial e derrubar a Regência, restaurando o Imperador D. Pedro I no trono. No caminho deparam-se com uma força de pouco mais de cem *Permanentes*, aos quais voluntariamente se juntara o Major Luis Alves de Lima e Silva, que ainda não fazia parte do Corpo. Os *Permanentes*, embora em menor número, atacam os revoltosos a tiros e os dispersam com uma carga de baionetas. Miguel de Frias fugiu e a rebelião fracassou. Devido a sua atuação neste confronto frente aos *Permanentes*, o Major Luis Alves de Lima e Silva foi designado para ser o Sub-Comandante do Corpo.

4 ARNO WEHLING, citado in FROTA,(2000:329)

5 In MORAES, (2003:34)

2.3 – A Intentona do Barão de Bulow (17 de abril de 1832)

Pouco depois da rebelião de Miguel de Frias, ocorre nova rebelião: Sob o Comando do mercenário Alemão Augusto Hoiser, que se auto intitulava Barão de Bulow, cerca de 250 integrantes do Partido Português (Restaurador) reúnem-se na Quinta da Boa Vista. Marcham em direção ao Paço Imperial. À exemplo da rebelião de Miguel de Frias, os revoltosos pretendem derrubar a regência e restabelecer D. Pedro I no trono. No caminho deparam-se com uma força legalista, sob o comando de Luis Alves de Lima e Silva, composta pela cavalaria dos *Permanentes*, por um corpo de Cavalaria vindo de Minas Gerais e um Batalhão da Guarda Nacional. Os rebeldes são rapidamente dispersados.

2.4 – A prisão de José Bonifácio (15 de dezembro de 1833)

Em 14 de dezembro de 1833, informações dão conta de que José Bonifácio estaria por trás da articulação de golpes restauradores e mais: os restauradores já estariam com armamento em mãos para deflagrar um novo golpe. É expedida então as ordens de prisão e da destituição de José Bonifácio do cargo de tutor de D. Pedro II.

Em 15 de Dezembro de 1833, uma força de 240 *Permanentes*, divididos igualmente em Cavalaria e Infantaria e sob o Comando do Capitão João Nepomuceno Castrioto (homem da máxima confiança de Luis Alves de Lima e Silva), cerca a Quinta da Boa Vista, apoiando os Juízes que levam a ordem de prisão contra José Bonifácio. Após uma breve resistência de caráter verbal, José Bonifácio sai escoltado pelo Capitão Castrioto para a Ilha de Paquetá, onde ficou preso.

2.5 – As intervenções externas à Corte:

Durante o comando de Luis Alves de Lima e Silva, o Corpo de *Pemanentes* da Corte irá participar de três missões externas aos limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro:

Em 1837, segue para Santa Catarina uma força de 90 *Permanentes* para ajudar a restabelecer a Ordem Pública naquela província, que encontrava-se prejudicada pela Revolução Farroupilha. Esta força igualmente colaborou para a reestruturação da força policial Catarinense: A maior parte dos *Permanentes* lá permanece e ajuda a compor a força policial daquela província.

Em 05 de novembro de 1838, sob o Comando do Tenente Coronel Luis Alves de Lima e Silva, parte para Paty do Alferes uma coluna composta por integrantes do *Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte*⁶ e da *Força Militar do Rio de Janeiro*⁷: pela primeira vez, atuarão juntas as duas instituições que dão origem à PMERJ. O objetivo é restabelecer a Ordem Pública no local, pois ocorrera um levante de escravos liderado pelo escravo Manoel Congo. Porém, quando a força policial lá chega, a rebelião já fora reprimida pela tropa local da Guarda Nacional. Para prevenir algum outro eventual levante, a força policial permanece ocupando a região, por algum tempo.

Por fim, em 1839, sob o Comando do próprio Tenente Coronel Luis Alves de Lima e Silva, parte para o Rio Grande do Sul, uma força de 200 *Permanentes*, onde participam dos combates naquela guerra.

2.6 – O fim do Comando de Luis Alves de Lima e Silva

Em 04 de dezembro de 1839, Luis Alves de Lima e Silva é promovido a Coronel. Em 20 de dezembro de 1839 passa o comando dos *Permanentes*, em razão da sua nomeação para pacificar a província do Maranhão. Abaixo, transcrevemos o texto da Ordem do Dia do Coronel Luis Alves de Lima e Silva⁸:

“Camaradas! Nomeado presidente e comandante das Armas da província do Maranhão vos venho deixar, e não é sem saudades que o faço: o vosso comandante e companheiro por mais de oito anos, eu fui testemunha de vossa ilibada conduta e bons serviços prestados à pátria, não só mantendo o sossego público desta grande capital, como voando voluntariamente a todos os pontos do Império, onde o governo imperial tem precisado de nossos serviços.

*Quartel de Barbonos, 20/12/39.
Luis Alves de Lima e Silva”.*

3 – A era do Reinado de D Pedro II (1840 – 1870)

3.1 - As Revoltas Liberais de 1842.

Em 1842, ocorre o episódio conhecido na história do Brasil como as Revoltas

6 Futura Polícia Militar do Estado da Guanabara

7 Futura Polícia Militar do Rio de Janeiro (fundida em 1975 com a Polícia Militar do Estado da Guanabara, dando origem à atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro)

8 In COSTA(2001)

Liberais: o levante armado das elites Liberais de São Paulo e Minas Gerais, contra o poder central.

As razões deste levante reportam-se a muito antes, ao ano de 1834, quando é criado o “Ato Adicional”. Esta legislação, inicialmente era de cunho liberal e entre outras medidas cria o antigo Estado do Rio de Janeiro⁹ com capital na cidade de Niterói.

Apesar da criação do Ato Adicional ser em 1834, a sua regulamentação só vai ocorrer em 1842, sob uma ótica Conservadora. As consequências não tardam: Líderes liberais das províncias de São Paulo e Minas Gerais, se levantam contra o Governo, Ameaçam marchar contra a presidência das províncias e em nome do Imperador D. Pedro II, tomar o poder. Os conservadores reagem a altura: O maior líder Militar dos Conservadores é convocado para combater as rebeliões: Luis Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

Sob o Comando dele, integrando as forças legalistas, mais uma vez marcham juntas as forças Policiais Militares da cidade do Rio de Janeiro (Corte) e da província do Rio de Janeiro (atual interior do Estado do Rio de Janeiro).

Em São Paulo, o avanço das forças Imperiais é rápido, e no enfrentamento a rebelião é rapidamente sufocada. Em Minas Gerais, porém, a luta é mais complexa. Em Santa Luzia, a coluna comandada pelo futuro Duque de Caxias, cai em uma emboscada, só sendo salva da derrota pela chegada de reforços comandados pelo seu irmão. A bravura em combate dos integrantes dos *Permanentes* da Corte foi de tal monta, que Luis Alves de Lima e Silva, os recomenda ao Imperador. Graças a isto o Imperador concede ao Corpo a honra de ter o seu estandarte e de conduzirem a Bandeira do Império.

3.2 - A Guerra do Paraguai (1864-1870)

Em dezembro de 1864, sob alegação do cumprimento do tratado de auxílio mútuo com o Uruguai, e em razão da campanha do Uruguai, feita pelas forças brasileiras naquele mesmo ano, tropas Paraguaiais iniciam agressões contra o território e a soberania brasileiras. O Exército Imperial, que como já foi mencionado anteriormente encontrava-se com efetivo reduzido, repentinamente viu-se confrontando uma força muito maior que a sua. Enquanto que do lado brasileiro reuniam-se menos de vinte mil homens, dispersos pelo território nacional, no lado Paraguai, estima-se que o exército

tivesse algo em torno de 80 a 90 mil homens. A solução para o Exército Imperial, foi a de criar os Corpos de Voluntários da Pátria (CVP).

13 – Os 12º e 31º Corpo de Voluntários da Pátria

Contrariamente a crença popular, os CVP não foram exclusivamente compostos por escravos. Muitos foram compostos por cidadãos livres. Além disso todas as Polícias Militares Estaduais contribuíram para a guerra, formando Corpos de Voluntários da Pátria com o seu efetivo. Não vamos aqui discorrer sobre as outras Polícias Militares, para não fugirmos do recorte abordado. Vamos nos prender apenas aos Corpos de Voluntários da Pátria que saem das duas Polícias Militares que dão origem à atual PMERJ. Da Cidade de Niterói, Capital da Província do Rio de Janeiro, parte o 12º CVP. Da Corte (cidade do Rio de Janeiro), parte o 31º CVP, compostos por toda a sua Infantaria.

Ao longo da Guerra estes CVP irão participar das seguintes campanhas:

O 12º CVP participa das Batalhas do Riachuelo, Curupaiti, Avaí, Lomas Valentinas e Ita Ivaté. Depois de Curupaiti, devido ao excesso de baixas, o 12º CVP vai ser reestruturado como 44º CVP. Após esta transformação o 44º CVP será comandado pelo então Major Floriano Peixoto.

O 31º Corpo de Voluntários da Pátria participa das batalhas de Tuiuti, Boqueirão do Sauce, da tomada do Forte Estabelecimento, Arroio Surubi e Cerro Corá. Apesar de sofrer muitas baixas durante a guerra, há um fluxo contínuo de policiais-militares da Corte para suprir a unidade: Ao longo da guerra, cerca de 800 Infantes da Polícia-Militar seguem da corte para os campos de batalha, para recompletar o efetivo da unidade. Graças a isso, é que o 31º CVP é uma das unidades que não são dissolvidas e que regressam vitoriosas.

Uma curiosidade sobre o 31º CVP é o cão “BRUTO”, o único animal que se tem notícia no Brasil que encontra-se envolvido com a história de uma instituição: Ele era um cachorro de rua, grandalhão, tipo Mastim, que frequentava o Quartel do Corpo Municipal Permanente da Corte¹⁰, nos Barbonos e se tornou mascote da tropa. Com a eclosão da Guerra do Paraguai e a consequente criação do 31º Corpo de Voluntários da Pátria, o cachorro partiu junto com os soldados, para a campanha. Participou dos

10 A época era o nome que a Polícia Militar da Cidade do Rio de Janeiro tinha.

combates com eles e inclusive foi ferido a bala duas vezes. Apesar disto sobreviveu a guerra, retornando com o vitorioso 31º CVP. Morreu posteriormente, ao comer uma bola de carne envenenada que era usada pela prefeitura para erradicar os cães vadios. Os integrantes do Corpo Militar de Polícia da Corte (nome que substituiu o dos *Permanentes*), em respeito a memória do valente animal mandaram embalsamar o seu corpo e fazer uma coleira de prata para ele, onde estava gravada a seguinte frase: “CONSTANCIA, AMOR E FIDELIDADE ÀS PRAÇAS DO CORPO DE POLÍCIA DA CORTE, NA CAMPANHA DO PARAGUAY”. Atualmente o corpo do cão BRUTO está em exposição no museu da PMERJ.

CONCLUSÃO

Muito embora não fosse subordinado a pasta de assuntos militares, como sua antecessora a Guarda Imperial da Polícia, e sim a pasta da justiça, os *Corpos de Permanentes*, antecessores diretos das Polícias Militares brasileiras, possuíam uma estruturação militar desde a sua formação. No caso em específico do Corpo da Cidade do Rio de Janeiro, comandado (e formatado!) pelo próprio Luis Alves de Lima e Silva, podemos acompanhar ao longo do presente trabalho diversos conflitos em que o mesmo se envolveu ao longo do período 1831-1870. Neste período, o Exército Imperial estava muito deficitário em efetivo. Suas forças estavam abaixo do necessário e a Guarda Nacional era carente de um aspecto profissional, portando-se como “os guerreiros das boas horas”¹¹, numa alusão a só atuarem quando convinha a eles. O cenário convidava para uma aventura por alguma potência externa e a instabilidade política era reinante. Em razão disto vemos a participação da Força Policial Militar da Corte (com a denominação que tivesse no período), sob o Comando de Oficiais oriundos do Exército Imperial, combatendo na época em conflitos ora sozinha ou ora ombreando-se com o Exército Imperial na defesa contra rebeliões e até na invasão do território nacional pelo Paraguai. Esta é uma característica que cria um vínculo de ligação entre ambas as instituições, que irá manter-se até o presente, produzindo reflexos na Segurança Pública do Brasil até o tempo presente.

11 HOLLOWAY, 1997

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935
- COSTA, Virgílio Pereira da Silva. *A vida dos grandes brasileiros: Duque de Caxias*. Editora Três, RJ, 2001
- FILHO, Mello Barreto e LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro – 1º volume (1565-1831)*. Editora A Noite, Rio de Janeiro/DF, 1939
- FILHO, Mello Barreto e LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro – 2º volume (1831-1870)*. Editora A Noite, Rio de Janeiro/DF, 1942
- FRAGOSO, Augusto Tasso, *História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai – Volume 2*. BIBLIEX, Rio de Janeiro, RJ, 2010
- FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de história do Brasil*. BIBLIEX, 2000
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro – Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ. 1997
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 2001
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Editora Hucitec., Rio de Janeiro, 1994
- MELLO, Gustavo Moncorvo Bandeira de; REIS, Carlos da Silva e MONTEIRO, Albino, *História da Polícia Militar do Distrito Federal – 1º Volume*, Imprensa da PMDF. Rio de Janeiro/DF, 1925
- MORAES, Eugênio Vilhena de, *O Duque de Ferro*. BIBLIEX, 2003

**A OCUPAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DO PARAGUAI: A
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA REGIÃO PRATA
DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI**

*Rodrigo Souza da Fonseca**

O Império brasileiro contou ao longo do século XIX com um eficiente corpo diplomático, talvez o mais competente da América Latina. Sem dúvida esse fato pesou muito a favor do Império brasileiro antes, durante e depois do conflito com o Paraguai.

Mas a ação diplomática do Império muitas vezes foi sustentada pela presença militar, pela ameaça de guerra e em última instância o conflito deflagrado. Temos como exemplo a ameaça de guerra contra o Paraguai quando este não estava pronto para um conflito meados da década de 1850, as várias intervenções e presença militar no Uruguai desde a ingerência na “Guerra Grande” o apoio aos colorados e o período de hesitação e intervenção em 1864, e por fim o conflito aberto e deflagrado contra o Paraguai 1865-1870 e a legitimação da diplomacia brasileira com a presença militar em Assunção de 1869-1876.

Com a criação de obstáculos por Carlos López à livre navegação do rio Paraguai por navios brasileiros, condicionando-a à delimitação da fronteira entre os dois países no rio Branco. A vital importância dessa navegação para o Império levou-o a ameaçar o Paraguai com uma guerra, para a qual não estava preparado. O governo paraguaio cedeu e assinou com o Império, em abril de 1856, um tratado em garantia a livre navegação e postergou por mais seis anos a discussão das fronteiras, mantendo-se o *status quo* do território litigioso entre os rios Apa e Branco.

Apesar do acordo assinado em 1856, as autoridades paraguaias continuaram a dificultar, por meio de regulamentos, a passagem de navios brasileiros que rumavam para Mato Grosso. “Carlos López era

* Graduando da Universidade Gama Filho

dominado pela ideia de que, com a livre navegação, o Império fortaleceria militarmente essa província e ameaçaria seu país”. (CHÁVES, 1968: 254)

O governo imperial, por sua vez, no final da década de 1850, não descartava a possibilidade de um conflito com o país guarani. “Paulino de Souza afirmou que no caso presente, tem toda a aplicação o princípio de que na paz cumpre preparar a guerra”. (BANDEIRA, 1985: 195-196)

Nesse ano, o almirante Marques de Lisboa foi enviado para a Europa, com a missão de comprar 100 mil rifles e acompanhar a construção de seis navios de guerra. O governo do Rio de Janeiro agia com prudência e articulava os preparativos militares com movimento diplomático. (DOATIOTO, 2002: 33)

Preocupava à diplomacia imperial o eventual expansionismo argentino, liderado por Buenos Aires, que levasse a anexação desses países e ao surgimento de uma forte república, ao sul, que se tornaria ameaça potencial, política, militar e econômica ao Império.

Quanto a Confederação, Buenos Aires e o próprio Uruguai o Império não tinha uma política externa definida, das quatro alternativas que entraram na linha de conta, nos meios políticos brasileiros não houve uma definição nem por uma ou a combinação de várias: a) a reaproximação com Rosas; b) marchar contra ele, por meio da aliança Paraguai; c) marchar contra ele, juntamente com França e Inglaterra; d) confrontá-lo diretamente, com ou sem alianças de terceiros. (CERVO; BUENO, 2010: 110-111)

A diplomacia brasileira hesitava, e como resultado dessa hesitação ainda recolhia mágoas impertinentes: Rosas e seu agentes assimilavam a neutralidade brasileira à covardia; França e Inglaterra desdenhavam a ideia de ação conjunta; o Paraguai de Carlos Antonio

López se decepcionava pela inépcia brasileira, assim como Montevideú, os gaúchos e os mato-grossenses. Uma situação insustentável a longo prazo, que, em dado momento, demandaria entre Rio de Janeiro e Buenos Aires o entendimento ou o confronto.

Era condição, da parte brasileira, para um possível entendimento duradouro com Rosas a satisfação das seguintes exigências: a) obtenção do tratado definitivo de paz, decorrente da convenção de 1828, para a garantia da independência do Uruguai; b) reconhecimento da independência do Paraguai; c) liberdade de navegação; d) neutralização da ilha de Martín García, que dominava o estuário; e) reconhecimento dos limites sulinos, conforme o *uti possidetis* da época da independência f) estabelecimento do comércio regular regional ; g) aproveitamento das pastagens uruguaias para o abastecimento do charque, cuja demanda interna crescia com a importação de escravos. (CERVO; BUENO, 2010: 111-112)

A estratégia de guerra foi armada da melhor forma, envolvendo a diplomacia, as alianças e a colaboração de homens fortes, como Duarte da Ponte Ribeiro, no Pacífico; Bellegarde, em Assunção; Honório Hermeto, em Montevideú; e Caxias, no Rio Grande do Sul. Rosas também abandonou para sua derrocada, ao abandonar o federalismo, perseguir brutalmente seus adversários, provocar a revolta no interior, cujo comércio controlava Buenos Aires, e fechar os rios à navegação internacional. O exército que o derrotou era comandado pelo seu compatriota Urquiza. Dois outros erros cometeu Rosas em seus derradeiros: cair na cilada de que lhe preparou Paulino, declarando guerra à primeira aliança, após a derrota de Oribe, e permanecer quase inativo depois, na expectativa do auxílio de Palmerston. As operações contra ele seriam executadas com máxima rapidez, como se planejara,

precisamente para impedir a chegada em tempo do auxílio inglês, que finalmente não veio.

A batalha de Monte Caseros (3 de fevereiro de 1852) foi grandiosa pelo número de homens engajados (cerca de 50 mil) e pelo seu significado histórico: derrota de Rosas, que já nem lutou, sua retirada para a Inglaterra, a derrota de uma política inglesa para o Prata e a ascensão do Brasil como nova potência regional, temporariamente hegemônica.

Não haveria uma base conceitual para qualquer doutrina intervencionista, mas em face das circunstâncias¹, os parlamentares viram-se impelidos a esclarecer a opinião nacional sobre as razões de uma guerra naquela situação, ressaltando a posterior condenação a quaisquer outras intervenções. Assim foi que, quando Rosas, apoiado por Oribe na Banda Oriental, declarou a guerra, o governo imperial já se encontrava preparado para ela, tendo tido para isso o apoio da opinião nacional. Havendo o Brasil vencido a guerra, expandiu sua influência econômica e política na região do Prata. (MANZUR, 1999: 4)

A ação do Império sobre o Prata definiu-se em função de necessidades internas do Brasil, isso demonstra que a política externa de um determinado Estado é o reflexo da política interna, às quais foram acoplados objetivos concretos de seu interesse. Podiam estes últimos coincidir ou conflitar com interesses das potências capitalistas que também se faziam presentes na região. A eliminação de Oribe e Rosas não levou à superação das contradições locais, que repercutiam ainda sobre a vida política e sobre a formação dos Estados.

¹ Já incomodava a passividade brasileira decorrente da voluntária neutralidade e o sentimento nacional passou a se exaltar contra as arbitrariedades a que eram sujeitos os brasileiros residentes na Banda Oriental.

Coordenando uma ação diplomática intensa com as finanças e o comércio, exercia o Estado brasileiro sua hegemonia, obtendo ganhos sem ter de fazer a guerra, à sombra de sua força, cujo emprego estava reservado somente a soluções de última instância. Movia-se o Brasil no Prata, por três motivos básicos; econômicos, estratégicos e políticos todos eles faziam da política externa brasileira um reflexo da necessidade e política interna do Império de autoafirmação, como uma potência regional e periférica substituindo as potências anteriormente dominantes, exercendo uma hegemonia com um certo grau moderado do caráter imperialista.

A construção de um tratado que atendesse tanto a interesses brasileiros quanto a argentinos e uruguaio não foi fácil. A diplomacia imperial demonstrou toda uma desenvoltura para salvaguardar os interesses do Império assim como a diplomacia argentina mostrou para garantir os interesses da República Argentina.

O Tratado da Tríplice Aliança, como ficou conhecido o pacto entre o Império do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai assinado em 1º de maio de 1865 em Buenos Aires, pelos respectivos representantes Francisco de Octaviano de Almeida Rosa, que acabara de substituir o ministro plenipotenciário Paranhos em sua “missão especial ao Prata”, Rufino de Elizalde e Carlos Castro.

O novo ministro plenipotenciário recebeu instruções de colaborar para fortalecer o governo de Flores, bem como verificar o valor das reclamações de prejuízos causados a brasileiros pela Guerra Civil uruguaia quais recursos o Estado oriental tinha disponíveis e, ainda, como este poderia cooperar com o Brasil na guerra contra o Paraguai. Em relação a Argentina, Almeida Rosa deveria, como “objeto principal”, conseguir que seu governo não criasse obstáculos à ação do Império contra Solano López. (DOATIOTO, 2002: 157)

O texto do acordo continha, além de uma aliança militar, os pré-requisitos para o posterior estabelecimento da paz com o país guarani, sendo objetivo principal a derrubada do governo de Solano López mas a manutenção da independência da República do Paraguai que deveria ser respeitada, pelo artigo 9º do Tratado de Aliança determinou que, finda a guerra, seriam garantidas a independência, a soberania e a integridade territorial paraguaia. Essa integridade e soberania seria do que restasse do Paraguai após aplicado o artigo 16º do Tratado, pelo qual o Paraguai perdia para os aliados territórios até então sob sua soberania, ou, ainda litigiosos.

Mesmo com as relações argentino-brasileiras, antes da assinatura do Tratado de Aliança, os países não superaram o plano das desconfianças. Havia indícios, realmente, de que o governo argentino não descartava, a época, a possibilidade de anexar o Paraguai, embora ao que tudo indica, não tivesse um plano preparado nesse sentido.

Paranhos ouviu de José Mármol, em almoço que ambos tiveram em Montevideu, que a incorporação do país guarani era pensamento de Mitre e que isso determinaria uma aliança da Argentina com o Brasil. O ministro inglês em Buenos Aires, por sua vez, escutou do presidente argentino que não pensava, “por agora”, anexar o Paraguai, mas que não desejava assumir nenhum compromisso nesse sentido com o Império, pois as circunstâncias poderiam ser diferentes no futuro. Rufino de Elizalde foi mais explícito com Thornton, afirmando que “esperava viver o bastante para ver a Bolívia, o Paraguai e a República Argentina unidas em uma confederação, formando uma poderosa república na América do Sul”. (DOATIOTO, 2002: 160)

Os anos entre 1868 e 1876 marcam uma fase decisiva para a diplomacia imperial, com a ocupação de Assunção em 1º de janeiro por

tropas brasileiras sob o comando do coronel Hermes da Fonseca a cidade foi encontrada totalmente deserta. Nesse contexto, acreditavam os governantes brasileiros na ameaça “argentina”. Com o quadro caótico de infraestrutura, pólo de refugiados famintos e doentes.

Os governantes conservadores desejavam o fim da aliança com a Argentina, mas de forma natural, com desaparecimento dos motivos que levaram à sua constituição.

Em 1868 assumiram o poder o Partido Conservador, no Brasil, e Domingo Faustino Sarmiento, na Argentina. A diplomacia imperial retornou, assim à política de contenção de Buenos Aires. Sarmiento, por sua vez, resistia à aliança com o Brasil, desconfiado de eventuais planos do Império para tornar-se potência continental no pós-guerra à custa de seus vizinhos. (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY; DORATIOTO, 2004: 210)

O Exército Imperial assumiu as funções administrativas exercidas por seus integrantes, com a existência de uma capitania brasileira no porto assuncionense as funções administrativas da cidade, tais como o funcionamento do porto, a segurança pública e outras tarefas, eram exercidas por integrantes do Exército brasileiro. Em primeira instância com objetivo de trazer a ordem foi criado um Tribunal Militar Misto, para cumprir a função judiciária, composto por três brasileiros, três argentinos e três uruguaios, suas decisões eram sumárias e sem apelação, exceto em casos muito especiais, quando se podia recorrer.

Como resultado da ação da diplomacia brasileira, em agosto de 1869, as funções foram entregues a um governo paraguaio provisório na forma de um triunvirato, Solano López ainda se encontrava vivo pois morreu em 1º de março de 1870. “A instalação desse governo era uma forma de o Império ratificar a continuidade do Paraguai como Estado independente”. (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY; DORATIOTO, 2004: 2011)

Coube ao chanceler José Maria da Silva Paranhos que chefiava uma missão especial a estabelecer um governo provisório paraguaio com que se pudesse assinar a paz. Cabendo ao governo escolhido se comprometer a apoiar os aliados na luta contra López, bem como aderir ao Tratado da Tríplice Aliança. Este deveria ser cumprido por inteiro, contudo, segundo as instruções dadas à Paranhos, “qualquer modificação que, no próprio interesse do Paraguai, se estipule no Tratado de Paz por mútuo assentimento dos aliados e do mesmo governo provisório”².

Com essa ressalva, o gabinete conservador brasileiro dava os primeiros passos no sentido de reduzir as concessões territoriais paraguaias à Argentina, evitando que esta tivesse fronteira com o Brasil em Mato Grosso e, ainda, que o território argentino ficasse limítrofe com Assunção. Se o enviado imperial não tivesse sucesso nesse sentido, o tratado de paz que fosse assinado com o Paraguai significaria, segundo Cotegeipe, apenas uma trégua, “mais ou menos longa”, seguida de eventual eclosão de uma guerra com a Argentina. “O governo imperial estava convencido de que o presidente Sarmiento queria anexar o Paraguai a Argentina”. (DOATIOTO, 2002: 420)

Na reconstrução do Estado paraguaio, o governo brasileiro enfrentaria dois obstáculos: a *Legión Paraguaya* e Buenos Aires. Os exilados paraguaios, que faziam parte da *Legión* ao regressarem procuravam preencher o vazio no poder, deixado pela precária situação militar de Solano López.

Na tentativa de compor o governo Paranhos realizou uma reunião em Assunção com representantes dos dois grupos políticos, expondo que o novo governo paraguaio teria que aceitar os termos do tratado de 1º de maio de 1865, para contar com o apoio do Império do Brasil,

² Instruções de Cotegeipe, ministro interino do Ministério dos Negócios Estrangeiros para Paranhos. Paranhos é o autor das instruções, mas, por uma questão formal, não podendo instruir a si mesmo, consta o nome de seu substituto, o barão de Cotegeipe, como autor.

enquanto os *bareiristas* aceitaram os *decouistas* solicitaram mais tempo para um exame detalhado sobre perdas territoriais paraguaias.

Sem nenhum acordo no horizonte, Paranhos se viu entre duas alternativas montar uma comissão formada por quatro representantes, dois de cada grupo político, que seja capaz de encaminhar a formação de um governo capaz de negociar com os aliados. Caso contrário em última instância formaria um governo militar no Paraguai.

Para Mariano Varela, o governo provisório seria apenas um elemento auxiliar dos aliados, “embora mais importante que a *Legión Paraguaya*”, com a função de preparar a organização definitiva do país. Não havia ele necessidade de conseguir nenhuma garantia das autoridades provisórias, pois, acreditava que não haveria resistências futuras à livre navegação, nem a celebração dos tratados de limites.

Foi com “grande dificuldade” que o enviado brasileiro conseguiu a concordância de Varela quanto à instalação do governo provisório. A pressão dos liberais mitristas também colaborou para que o presidente Sarmiento admitisse a tese brasileira e aceitasse que se constituísse tal governo. A oposição mitrista defendia ser indispensável firma rapidamente um tratado de paz com o Paraguai, devido ao despreparo de Buenos Aires para outra guerra naquele momento e de modo a evitar que o Brasil tivesse um pretexto para tratar separadamente com o país vencido, beneficiando-se mais que a Argentina com a vitória aliada.

A política original de Varela pretendia ser franca com o vencido, e discutir com o Paraguai, em pé de igualdade, a questão de limites. Desprezava a aliança com o Império, por temer que este, utilizando-se do Tratado de 1865, estabelecesse um protetorado sobre o país guarani.

Assim que formada a comissão, Paranhos intensificou as conversações com o ministro das Relações Exteriores argentino, Mariano Varela e com representante uruguaio, Adolfo Rodríguez, sobre o governo provisório. Depois de complicadas reuniões, em 2 de junho de 1869, representantes aliados assinaram dois protocolos. Um

estabelecendo a criação do governo provisório paraguaio, composto por três membros eleitos pelos cidadãos guaranis, comprometendo a agir em acordo com as forças aliadas, mas mantendo sua liberdade e sua soberania nacional. O segundo protocolo estabelecia os termos de aceitação do governo provisório, determinando que as autoridades eleitas não poderiam tratar com Solano López ou qualquer pessoa sob sua influência.

Assim que estabelecido e transferido, os poderes acordados para o governo provisório na forma de um triunvirato em 15 de agosto de 1869, o governo provisório teve que enfrentar um problema externo, quando o governo argentino instalou uma guarnição militar em Villa Occidental, localizada na margem oposta a Assunção, no rio Paraguai. Os novos governantes paraguaios e o governo Imperial explicitaram, então, sua oposição à posse do Chaco pela Argentina.

Mariano Varela, esclareceu que seu país não se recusava a discutir o direito de posse desse território, afirmando que a vitória militar não dava o direito às nações aliadas de impor limites ao Paraguai, os quais deveriam ser discutidos com o governo permanente que viesse a constituir-se. (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY; DORATIOTO, 2004: 2011)

A Argentina, abandonava vantagens territoriais obtidas no Tratado da Tríplice Aliança, o qual não estabelecia a apresentação de documentos pelos aliados na posse de territórios litigiosos com o Paraguai.

“Os primeiros decretos estabelecido foi de proibir os paraguaios de continuarem a servir Solano López, além de declarar ser dever dos

cidadãos paraguaios contribuírem para a vitória dos aliados³”. (DOATIOTO, 2002: 420)

Acertado o estabelecimento de um governo provisório em Assunção iniciou-se a reorganização do Estado paraguaio, que pôs fim à Primeira República, caracterizada pelo sistema político autocrático.

No dia 9 de maio, representantes plenipotenciários do Império brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, da Argentina, Mariano Varela, e do Uruguai, Adolfo Rodríguez, iniciaram uma série de reuniões em Buenos Aires com objetivo de modificar o acordo de 02/06/1869. O novo acordo modificado, foi oficialmente apresentado e assinado no dia 20 de junho e foi tido pelos aliados como um tratado preliminar de paz.

Logo no primeiro Artigo do acordo modificado, ficava restabelecida a paz entre República do Paraguai e as nações aliadas. Além disso, reiterava a aceitação pelo governo provisório do Tratado de 1º de maio de 1865 como condição primordial para a paz, franqueava a todos os países aliados a navegação dos rios Paraná e Paraguai e garantia o apoio dos aliados para a reestruturação política do país guarani. Os aliados se comprometiam, também a só negociar os Tratados definitivos de paz depois da eleição do governo permanente.

Ao assinar o acordo no dia 20 de junho, o governo provisório assumiu o compromisso de realizar eleições num prazo de três meses a partir do dia da assinatura, ou seja, no dia 20 de setembro. Caso o governo paraguaio não conseguisse cumprir esse prazo, os países aliados deveriam intervir no sentido de apressar a realização dessas eleições.

No entanto, as eleições paraguaias somente foram realizadas no dia 24 de novembro do então corrente ano. No dia 25 sagraram-se vencedores da eleição Cirilo Antônio Rivarola como presidente e Caio

³ Uma curiosidade é que, nos decretos, acrescentava-se à data: “ano 1º da liberdade da República do Paraguai”.

Miltos como vice-presidente. Além disso, houve no mesmo dia o juramento à Constituição paraguaia, a primeira da história do país.

O general Auto Guimarães comandou a divisão do Exército imperial até início de 1875 participando ativamente da política interna no Paraguai, as facções políticas buscavam o apoio dos Aliados, e destes somente o Império tinha poder para dominar a situação devido a sua superioridade militar se iniciava dava-se continuidade a diplomacia militar do brasileira, mesmo com forças aquarteladas em *Villa Occidental* o contingente argentino não passava de 300 homens sem artilharia e cavalaria e sem uma possibilidade de aumento devido as lutas internas em Entre Rios. Enquanto o contingente brasileiro chegava em 1876 com sua retirada 1.894 militares mais no mínimo 6 navios de guerra fundeados no porto de Assunção.

A disputa interna de poder pelas facções políticas paraguaias interessava tanto ao Brasil quanto à Argentina, na medida que pudesse instrumentalizá-la para alcançar seus objetivos próprios.

Após a eleição do novo presidente os países começaram a se movimentar no intuito de assinarem logo um tratado de paz, que seja vantajoso para em primeira instância para eles próprios e em segundo que garantisse a mútua vantagem isso gerou uma nova rodada de negociações. Em 09 de agosto o Barão de Cotegipe foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do governo imperial, com a missão de ser o representante imperial, juntamente com o representante argentino, Manuel Quintana, e o representante uruguaio Adolfo Rodríguez, no grupo que iria e discutir e negociar o tratado de paz com o governo paraguaio.

As divergências entre Brasil e Argentina logo surgiram sobre uma cláusula referente à proibição do governo paraguaio de construir qualquer tipo de fortificação ou bateria ao longo do curso ou ilhas do Rio da Prata, essa cláusula estava prevista no Tratado de Aliança, que pudessem impedir a livre navegação.

O representante argentino argumentava que a câmara de seu país desaprovava, enquanto o brasileiro com apoio do uruguaio lembrava que o protocolo já havia sido aprovado em parte previamente, não podendo ser desaprovado por outra. Além da divergência entre a aplicação da cláusula do Tratado de 1º de maio de 1865, que tratava de posse do Chaco pela Argentina, o representante brasileiro achava prematura essa decisão e que deveria ser discutido posteriormente entre os governos da Argentina e Paraguai.

Segundo Cotegipe era impossível que todos os países saíssem satisfeitos sem que o Paraguai fosse muito prejudicado. A partir daí o representante argentino voltou à Buenos Aires deixando o caminho livre para Cotegipe tratar em separado com o Paraguai argumentado que o tratado de paz já havia sido assinado por todos os países e o Império tratava das negociações de paz, amizade, limites e navegação.

A postura do plenipotenciário argentino demonstra o interesse de seu país em anexar o Paraguai. Para a Argentina, se o Tratado da Tríplice Aliança fosse mantido na íntegra, o Paraguai ficaria envolto num “abraço apertado” pelo vizinho, o que certamente acarretaria forte ingerência do vizinho argentino e, possivelmente, dificultaria sua sobrevivência como Estado independente.

O governo paraguaio não sabia se as negociações cessariam com a retirada do ministro plenipotenciário da Argentina para Buenos Aires, resolveu arriscar enviando uma nota “inocente” a Cotegipe onde perguntava se as negociações com os aliados estariam encerradas, devido aos acontecimentos. Cotegipe viu a possibilidade de negociar a paz em separado com o Paraguai ao enviar uma nota em que dizia “Nenhuma dúvida tenho em abrir negociações para o ajuste das questões pendentes entre o Brazil e Paraguay, desde que o governo da República nisso convenha e nomeie o plenipotenciário com quem eu deva tratar”.

Ainda enviou outra nota onde explicava que o plenipotenciário argentino não fala pelo governo imperial ou pelos aliados e sim por seu governo, ao saber da decisão brasileira de tratar a paz com o governo

do Paraguai em separado, e que o representante uruguaio sabia e estava de acordo. Pondo a culpa no representante argentino pelos acontecimentos ao abandonar as negociações e se retirar a Buenos Aires.

Dessa forma o Brasil assinou o Tratado Loizaga-Cotegipe no dia 09 de janeiro de 1872. Mantendo a paz e amizade entre os dois países mas, principalmente, os limites que o Brasil pleiteava desde 1850 com que Paranhos propusera a Carlos López, a mesma havia sido disputada por Portugal e Espanha no século XVIII, manteve a livre navegação dos rios e o reconhecimento da dívida de guerra, determinada pela Tríplice Aliança um modo de afastar qualquer intenção da Argentina anexar o Paraguai, pois se caso o fizesse teria que assumir a dívida do Estado Paraguaio automaticamente. Essa dívida era mera formalidade e não seria cobrada pelo Império, sendo mais um “compromisso” do Paraguai.

Restou a Argentina também discutir a paz com o Paraguai tendo em 1873 iniciado as discussões, com observação do Brasil pois o Tratado Loizaga-Cotegipe permitia o Império manter as tropas de ocupação pelo tempo que julgar conveniente. Os olhos diplomáticos e militares brasileiros estavam em Assunção e voltados para Buenos Aires. Evitando que em maio de 1875 no Rio de Janeiro em um encontro entre o ministro das Relações Exteriores argentino, Carlos Tejedor, o enviado paraguaio, Jaimes Sosa chegassem a um acordo que não agradava aos representantes brasileiros ao abrir mão de Villa Occidental, em troca da dívida de guerra paraguaia e a divisão do Chaco acima do rio Pilcomayo entre Argentina e Paraguai, como esse acordo foi firmado a revelia dos representantes brasileiros. Causo certa intimidação do governo paraguaio, já que as tropas brasileiras ainda ocupavam Assunção, Bautista Gil então presidente do Paraguai eleito com apoio brasileiro, mas que na época estava saindo da órbita brasileira, optasse por não ratificar o acordo, sob o argumento de que seu representante fizera concessões sem o reconhecimento de seu governo.

Em dezembro, após uma tentativa de golpe contra Bautista Gil por parte do chefe da Legação brasileira em Assunção, Felipe José Pereira Leal. Que manteve uma iniciativa própria ao incitar o golpe acreditando que o Paraguai passara para o lado argentino. As relações entre Brasil e Paraguai foram rompidas brevemente e embora restabelecidas não voltou ao patamar atingido anteriormente.

Levando que o Paraguai se aproximasse da Argentina e em 03 de fevereiro de 1876 os dois países assinassem o Tratado de Paz, Amizade e de Comércio e Navegação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Expansionismo Brasileiro. Brasília: Editora UnB/Ensaio, 1995.

BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História, Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História, Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscência da Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1980.

CERVO, Amado Luiz. O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889). Brasília: Ed. UNB, 1981.

CERVO, Amado Luiz; BUENO Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

DORATIOTO, F. Monteoliva. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, F. Monteoliva. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876) In. CASTRO, Celso; IZECSON, Vitor & KRAAY, Hendrik (orgs). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CARRÓN, Juan M. (org). El Régimen Liberal 1870-1930, Sociedad, Economía y Cultura. Assunção: Arandurã, 2004.

POMER, Léon. Paraguai: Nossa Guerra contra esse Soldado. São Paulo: Global, 1984.

ROSA, Silvia Barcelos. A Imprensa do Império na Guerra do Paraguai. 1995.1. Monografia para obtenção do grau de Bacharel, Universidade Gama Filho, Centro de Ciências Sociais, Departamento de História, Rio de Janeiro.1995.

CAMPO DOS AFONSOS, 100 ANOS DE AVIAÇÃO: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

1º. Tenente Historiador Aeronáutico Mauro Vicente Sales (CENDOC)

Tema da pesquisa historiográfica

A atividade aeronáutica na velha Fazenda dos Afonsos comemorará seu Centenário neste ano de 2012, quando completa 100 anos da escolha do terreno para a construção do primeiro aeródromo na cidade do Rio de Janeiro, à época, capital do país.

As negociações têm início em maio de 1912, quando o presidente da República de então, o Marechal Hermes, autorizou os entendimentos entre o Aeroclubes Brasileiro e o Ministério da Guerra para a obtenção do uso do terreno. Finalmente em 12 de dezembro de 1912 o terreno foi cedido, pelo governo federal, a “título precário”, ao AeCB.

Esse artigo tem o objetivo de fazer uma fotografia de momento da pesquisa em andamento, bem como trazer informações metodológicas de sua realização pelo NIEPHEM.

Conhecimento acerca do assunto até o momento da pesquisa

Localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, a *Guarnição dos Afonsos* abriga, atualmente, diversas unidades militares pertencentes à Força Aérea Brasileira: a Universidade da Força Aérea (UNIFA); o Centro de Desportos da Aeronáutica (CDA); o Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF); a V Força Aérea (VFAE); o Museu Aeroespacial (MUSAL); o Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC); a Base Aérea dos Afonsos (BAAF); a Prefeitura de Aeronáutica dos Afonsos (PAAF); o Hospital de Aeronáutica dos Afonsos (HAAF); e o Instituto de Medicina Aeroespacial (IMAE).

A partir de sua cessão precária, documentada por ofício do Ministro da Justiça ao Comandante da Invernada da Polícia Militar do Distrito federal, em 12 de dezembro de

2012, ao AeCB, no Campo dos Afonsos passou-se a desenvolver atividades aeronáuticas. Das suas primeiras ocupações consta a construção de um hangar pelo engenheiro italiano Nicola Santo, em meados de 1913 e, também, pela criação da primeira escola de aviação no Rio de Janeiro, a *Escola Brasileira de Aviação (EBA)*, em ajuste assinado em 18 de janeiro de 1913, entre o Ministério da Guerra e a firma particular de aviação “Gino, Buccelli&Cia”, e sua inauguração em 2 de fevereiro de 1914.

A EBA teve a matrícula de 60 militares do Exército e da Marinha, e contou com instrutores estrangeiros. Essa primeira Escola malogrou, poucos meses após a inauguração, por dificuldades financeiras. Os hangares e aviões da EBA passaram a ser usados pelo *Aeroclube Brasileiro* no Campo dos Afonsos.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, o Campo dos Afonsos passou a ser novamente utilizado pelo Exército em atividades aeronáuticas. Foi criada, em 29 de janeiro de 1919, com o apoio da Missão Militar Francesa de Aviação, a *Escola de Aviação Militar (EAM)* instruindo aviadores militares e mecânicos para o recém-criado Serviço de Aviação do Exército. O desenvolvimento prodigioso da Aviação do Exército deu ensejo à *criação da Arma de Aviação*, em 1927.

Alguns visionários, como o aviador militar Lysias Augusto Rodrigues, passaram a defender a criação do *Ministério do Ar*, como um instrumento fundamental de organização e racionalização de meios e pessoal da aviação civil e militar brasileira, em função da defesa nacional.

Esta preocupação com o desenvolvimento econômico e social na construção de um país mais forte no cenário internacional tornou-se a ordem do dia com a irrupção da Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, contando com o apoio fundamental dos antigos revolucionários “tenentes” da década de 1920, entre eles Eduardo Gomes.

Nos Afonsos, foi criado o 1º Regimento de Aviação e seu primeiro grupo operacional, o Grupo Misto de Aviação, em 1931, atuando em conjunto à existente EAM. Neste Campo dos Afonsos, a indústria aeronáutica deu os seus primeiros passos, desde as

experiências dos construtores aeronáuticos Alvear, Villela e Lafay e possibilitou o surgimento de talentos da engenharia brasileira, como o engenheiro aeronáutico capitão Antônio Guedes Muniz, projetista do primeiro avião a ser construído em série no Brasil, o Muniz M7, para instrução primária.

Também, neste sítio histórico, nasceu e se desenvolveu o *Correio Aéreo Militar (CAM)*, em vôo inaugural de 12 de junho de 1931, a mais importante iniciativa de integração do território brasileiro ocorridas na história republicana do País, mais tarde rebatizado de Correio Aéreo Nacional (CAN), em virtude da criação do Ministério da Aeronáutica (MAER) em 20 de janeiro de 1941.

A partir dos Afonsos, diversas personalidades militares protagonizaram importantes e cruciais episódios da turbulenta história política nacional, como, por exemplo, a *Revolução Constitucionalista de São Paulo*, em 1932, o envolvimento de alguns elementos da Escola de Aviação Militar na *rebelião comunista*, em 1935, bem como a pronta repressão ao movimento sedicioso.

Neste sítio, também, se desenvolveu parte significativa da história do *Ministério da Aeronáutica*. A passagem de Comando das Armas de Aviação Naval e Aviação Militar ocorreu nos Afonsos. *Foi aqui que a Força Aérea Brasileira nasceu*. O primeiro ministro da Aeronáutica, *Joaquim Pedro Salgado Filho*, assim se referiu ao fato histórico:

A cerimônia imponente foi a transferência do acervo aeronáutico do Exército e da Marinha para o recente Ministério da Aeronáutica, a qual teve lugar no Campo dos Afonsos, em 27 de janeiro de 1941, no recinto da ex-Escola de Aviação do Exército, presidida por dois Ministros de Estado, o da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, o novo Ministro da Aeronáutica, e o Diretor da Aeronáutica Naval, Contra-Almirante Armando Trompowsky de Almeida.

Havia tropa formada, cerca de quatro centenas de aviões pertencentes ao Exército e à Marinha, alinhados ao fundo do campo, e ambos os Ministros passaram em

revista às tropas ali formadas. Foi a primeira cerimônia militar presidida por mim, como ministro.¹

Assim, no Campo dos Afonsos, passou a funcionar a *Escola de Aeronáutica*, criada em 23 de março de 1941, e que iria formar todos os aviadores militares do País, a partir de então, até a transferência da *Academia da Força Aérea* para a cidade de Pirassununga-SP, em 1971.

A saída da Escola de Aeronáutica dos Afonsos não alterou a vocação de ensino do sítio histórico. Durante os 12 anos seguintes, estiveram sediadas as seguintes organizações de ensino: 1) o Centro de Especialização de Saúde da Aeronáutica (CESA), para a formação de oficiais médicos; 2) o Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), que substituiu o CESA na formação de oficiais da área de saúde e passou a formar, também, engenheiros, capelães, oficiais do Corpo Feminino, e monitores e instrutores de Educação Física; e 3) a Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA). Também, foi criado o Grupo de Apoio dos Afonsos (GAP), que prestava auxílio administrativo para essas Organizações Militares.

Por outro lado, nos Afonsos, continuaram a se executar as diversas e complexas atividades aeronáuticas ligadas à aviação de transporte, pela BAAF; à busca e salvamento, pelo PARASAR; à logística, pelo GAP-AF; à indústria aeronáutica e manutenção, pelo PAMA-AF; à medicina aeroespacial, pelo HAAF e pelo CIEAR (mais tarde, foi criado, também, o IMAE); bem como novas atividades foram incorporadas ao sítio histórico, como a salvaguarda de documentos e a preservação histórica, pelo CENDOC e pelo MUSAL.

A *Universidade da Força Aérea (UNIFA)*, criada em 26 de setembro de 1983, funcionando em instalações da antiga Escola de Aeronáutica, recebeu a missão de coordenar o ensino das Escolas de pós-formação de oficiais da Aeronáutica, como a ECEMAR, a EAOAR e o CIEAR, funcionando na atualidade.

¹ SALGADO, Maiza e CORRÊA, Edison. **Salgado Filho**: Primeiro Ministro da Aeronáutica do Brasil. Rio de Janeiro: Adler, 2007. pp.24-25.

A comemoração do Centenário do Campo dos Afonsos reveste-se em uma *oportunidade única para a realização de um trabalho de pesquisa sobre a história aeronáutica nacional*, renovando valores e tradições culturais da Força Aérea Brasileira, como preconiza o Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica (SISCULT), aprovado por portaria do Comandante da Aeronáutica nº 119/GC3, de 26 de fevereiro de 2010.

Durante o ano de 2011 e no decorrer do ano de 2012 diversas atividades foram planejadas para a comemoração do Centenário do Campo dos Afonsos. Dentre elas, a que nos interessa especialmente é a produção historiográfica, a sua pesquisa e os produtos de divulgação dos produtos culturais derivados da pesquisa histórica (exposição museológica, documentário, recuperação de monumentos, publicações de revista e livro comemorativo). Eles serão um importante instrumento de relacionamento com a sociedade brasileira, *produzindo-se conhecimento científico inédito sobre a história aeronáutica brasileira*.

A pesquisa historiográfica está sendo realizada por um núcleo multidisciplinar de especialistas, chamado NIEPHEM (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas de História da Educação Militar), ligado ao Centro de Memória da Educação (CME) da UNIFA, contando com historiadores, pedagogos, museólogos, bibliotecários e arquivistas, militares e civis, pertencentes a diversas Organizações Militares (OM) da Guarnição dos Afonsos. A pesquisa foi dividida em capítulos cronológicos, a saber:

- A ORIGEM DOS AFONSOS
- PRIMÓRDIOS: DE 1912 A 1918
- A CONSOLIDAÇÃO DA AVIAÇÃO MILITAR: DE 1919 A 1926
- A EXPANSÃO DO CAMPO DOS AFONSOS: DE 1927 A 1940
- A ESCOLA DE AERONÁUTICA: DE 1941 A 1973
- A READAPTAÇÃO DA MISSÃO: 1974 A 1982
- A UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA: DE 1983 A 2012

Cada historiador e sua equipe foi incumbida de desenvolver a pesquisa de cada capítulo para a composição do Livro Histórico a ser publicado em novembro de 2012. Além desse livro, planeja-se publicar artigos na Revista da UNIFA, que conta com o

reconhecimento Qualis da CAPES. O trabalho historiográfico deverá contar com produtos culturais marcantes, a saber, duas exposições referentes ao Centenário, uma a ser montada em um espaço do Museu Aeroespacial (MUSAL), e outra a ser itinerante pelo país.

Fontes utilizadas

Nesta pesquisa, premida pelo curto tempo, optou-se por priorizar duas fontes documentais primárias, que foram expressivas de maneiras diferentes na época. Em primeiro lugar, tais debates ganharam corpo paulatinamente nas páginas da revista de assuntos militares *A Defesa Nacional*, desde seu primeiro número, no ano de 1913. Em segundo lugar buscou-se localizar no jornal diário carioca *A Noite* os impactos dos debates políticos militares, em especial referentes à aeronáutica, desde 1911.

A revista *A Defesa Nacional*, o mais importante canal de comunicação do pensamento militar brasileiro na primeira metade do século XX, foi criada por um grupo de jovens oficiais do Exército Brasileiro. Estes oficiais, cognominados impropriamente “jovens turcos”,² estavam interessados vivamente em discutir novas ideias, técnicas e doutrinas para mudar profissionalmente a corporação. De acordo com Bastos Filho, a revista

não era uma publicação oficial do governo ou de algum ministério militar. Entre seus redatores predominaram jovens oficiais que, com o passar do tempo e em consequência dos acontecimentos em nossa política interna, vieram a ocupar, em sua maioria, destacados postos no próprio Exército, bem como no aparelho de Estado.³

Iniciando sua circulação em 10 de outubro de 1913, a revista “de assuntos militares” *A Defesa Nacional* em editorial, no seu primeiro número, anunciou o seu programa de ação:

A Defesa Nacional tem o seu programa contido na fórmula que lhe serve de epígrafe. O escopo dos seus fundadores é colaborar na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme soma de interesses que sobre ele se acumulam.⁴

² INCAER. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: INCAER/Itatiaia, 1990, vol.2, p.38. Este autor, ao longo do texto, utilizou a palavra aeronáutica com minúsculas, ao se referir à atividade, e em maiúsculas referente à Instituição civil ou militar.

³ BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1994, p.3.

⁴ *A Defesa Nacional*, No.1, 10/10/1913, Editorial.

O problema da presente pesquisa foi caracterizar o debate desenvolvido pela *A Defesa Nacional* na pauta de um programa de modernização do Exército, em especial a indústria siderúrgica e a criação da aeronáutica militar. Outros assuntos tratados na revista passavam pelo aumento do efetivo em homens aptos e mobilizáveis, a compra de armamentos, a reorganização administrativa, a ativação efetiva do Estado-Maior, e a implantação de escolas militares modernas e voltadas para o ensino profissional das armas. Percebeu-se, assim, que a revista tinha planos ambiciosos, e que tais planos foram paulatinamente colocados em prática pelas autoridades militares e civis.

A pesquisa desenvolvida no escopo do Projeto Centenário do Campo dos Afonsos chegou à conclusão de que os debates sobre assuntos militares não eram de domínio apenas militar, mormente o início do século XX. Um dos periódicos que mais se envolveram com os assuntos militares foi o jornal vespertino carioca *A Noite*. Fundado pelo jornalista Irineu Marinho, passou a circular na Capital da República em 18 de julho de 1911, com um estilo popular, sensacionalista e ter grande tiragem.⁵

Efetivamente os entusiastas da aviação ganharam com o jornal um grande aliado, pois ele trouxe definitivamente o problema aeronáutico para o debate e para o conhecimento do grande público, na terra natal do pioneiríssimo da Aviação, Alberto Santos Dumont.

O debate estabelecido por militares e civis na imprensa levou as autoridades políticas a tomarem decisões políticas referentes à modernização militar brasileira, na qual a aeronáutica militar estava necessariamente incluída.

É interessante perceber na pesquisa em desenvolvimento que essa modernização das Forças Armadas inicialmente não passava pela questão industrial, pois que se debatia o consumo de equipamentos franceses ou alemães, as potências que disputaram o mercado militar brasileiro, pelo menos até o início da Primeira Guerra Mundial. Para a aeronáutica brasileira, a situação mostrou-se rigorosamente a mesma, com o consumo de equipamentos aeronáuticos estrangeiros e, no final da Primeira Grande Guerra, a contratação de uma Missão Militar de Instrução e a criação da Escola de Aviação Militar, em 1919. Neste

⁵ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil - 1900-2000*. Mauad Editora, 2007, p. 85.

período, algumas tentativas bem sucedidas de construção de aviões foram noticiadas, o que poderia ter sido o núcleo de uma industrialização aeronáutica no Brasil.

A industrialização brasileira passou a ser discutida nas páginas da revista *A Defesa Nacional* como bastante freqüência ao fim da Primeira Guerra Mundial, havendo uma série de artigos sobre a indústria militar e sobre a siderurgia nacional. Tal não ocorria antes, apesar de a ideologia industrialista não ser estranha ao debate de ideias no período focado.⁶

É fato que, durante e após a Primeira Guerra Mundial, a indústria brasileira recebeu um impulso no sentido de substituir as importações, e isso ocorreu nos ramos dos bens de consumo, mas não ocorreu nos ramos da economia que demandavam mais tecnologia agregada, como de bens de capital e de consumo duráveis.⁷

A leitura da revista *A Defesa Nacional* mostra haver uma rápida guinada da preocupação de seus redatores para a fragilidade brasileira frente ao imenso poderio industrial colocado em confronto pelas potências na Primeira Guerra Mundial. Passava-se a lutar por uma indústria militar e siderúrgica nacional. As dificuldades econômicas do país eminentemente agrário eram percebidas também por diversos atores que estiveram diretamente envolvidos com os debates sobre a defesa nacional e, no caso específico da pesquisa, relacionados à aeronáutica.

Os anos de 1912 e 1930, marcos da pesquisa realizada por este historiador para o Projeto Centenário, praticamente coincide com os anos de fundação do jornal *A noite e do AeCB* (1911), da revista *A Defesa Nacional* (1913), e a fundação da EBA (1914) bem como o ano de 1927, ano da criação da Arma de Aviação no Exército, e o início do CAM (1931).

A pesquisa sobre os Primórdios revela a existência de iniciativas particulares de construtores de aviões, que voaram no campo dos Afonsos. Os protótipos construídos, cada

⁶ BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. Editora 34, 2003, pp.100 e 101. CARDOSO, Fernando Henrique. "Dos governos militares a Prudente de Moraes-Campos Sales", In: FAUSTO, Boris. (org) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*, Tomo III, vol.8. São Paulo: Difel, 1975, pp.35 e 36.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965. p.268; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Fundo de Cultura, 1964, pp. 229 e 230; e MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

qual com características próprias, em geral modelos copiados de aviões estrangeiros, possuíam motores importados, mas já traziam tecnologia nacional em seus componentes aerodinâmicos. Entretanto, quaisquer dessas iniciativas não contaram com o apoio do Estado⁸, tanto em incentivo fiscal, ou na criação de centros de pesquisas aeronáuticas, ou mesmo em encomendas, a exemplo dos EUA na mesma época.

De acordo com o INCAER, nem mesmo se poderia falar

nessa ‘indústria’, remontando a um tempo em que a aeronáutica brasileira mal passara da aeroestação com balões livres e aos voos em minúsculos e elementares aparelhos mais pesados que o ar, quase todos de origem estrangeira.⁹

É interessante lembrar que nos países industrializados, a aeronáutica surgia como uma indústria, com produção seriada e encomendas governamentais.¹⁰ Na França, por exemplo, o avião *Demoiselle*, de Alberto Santos-Dumont, era produzido em série pela fábrica de automóveis *Clement-Bayard*, já em 1908.¹¹

Os êxitos aeronáuticos de Alberto Santos-Dumont, na França, impactaram os debates aeronáuticos no Brasil. Desde meados de 1911, o jornal vespertino *A Noite* trazia o problema aeronáutico para o grande público, citando o Pioneiro ao criticar a não existência de aviação no país.¹²

Dentro deste contexto histórico ligado às questões de defesa nacional, a criação da Arma de Aviação no Exército, em janeiro de 1927, veio como a coroar todos os debates levados a efeito na imprensa popular (*A Noite*) e na especializada (*A Defesa Nacional*), entre outros, marcando temporalmente o final dessa pesquisa.

Nesse período de duas décadas, que é o recorte temporal dessa pesquisa, o Brasil viveu conjunturas variáveis, em termos econômicos e políticos, passando por uma guerra mundial, a ascensão do movimento operário, uma revolta camponesa-messiânica, duas revoltas militares e uma guerrilha militar contestadora da ordem oligárquica.

⁸ MORAES, Fernando. *Montenegro*. São Paulo, Planeta, 2006, p.104.

⁹ INCAER. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: INCAER/Itatiaia, 1988, vol.1, p.482.

¹⁰ INCAER, 1988, p.406. Em 1910, a marinha norte-americana, por exemplo, já começava a projetar navios de guerra que previam espaço para pouso e decolagem de balões dirigíveis e aviões.

¹¹ PIONNIERS: *Revue Aéronautique Trimestrielle des Vieilles Tiges*, No. 23, 15 Janeiro 1970, p.14.

¹² *A Noite*, 01/08/1911, “Plauchut voará”, p.1.

O cotidiano militar do Exército passou a viver uma espécie de intervenção consentida, a Missão Militar Francesa, a partir de 1919, enquanto a Marinha também vivia a Missão Norte-Americana. Dentro deste contexto, a visão militar brasileira sofreu a influência estrangeira, de quem havia vivido as doutrinas militares nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, e que as autoridades militares da época acreditavam benéfica ao país.

O objetivo deste trabalho foi acompanhar e analisar o debate desenvolvido sobre a aeronáutica militar nas páginas da revista *A Defesa Nacional* nas primeiras décadas do século XX, período marcado por turbulências políticas, sociais e militares, sob um fundo econômico, e como esse debate repercutiu na imprensa carioca, em especial no jornal *A Noite*.

A pesquisa, desta maneira, procurou contextualizar o eixo de debates político-ideológico brasileiro do período, nos trinta primeiros anos do século XX, marcadamente ligado à ascensão da esquerda revolucionária, e que teve implicações militares bem conhecidas aos historiadores brasileiros.

Relativamente ao desenvolvimento da aeronáutica nacional, nessa pesquisa houve necessidade de se realizar leituras referentes ao contexto político do período para se entender a movimentação de diversos indivíduos importantes para a história brasileira posterior.

Discussão Bibliográfica

Refente aos capítulo Primórdios e Consolidação da Aviação Militar, a cargo deste pesquisador, foi realizado um trabalho de revisão da literatura já publicada, bem como um cotejamento das fontes primárias, principalmente jornais e revistas de época, bem como documentos manuscritos diversos. O interessante da pesquisa histórica em desenvolvimento é que, nas primeiras décadas do século XX o debate político e profissional sobre o desenvolvimento aeronáutico militar brasileiro teve grande importância no contexto de modernização das Forças Armadas e, em especial, do Exército.

Tal debate não ficou circunscrito na esfera militar, como um aspecto puramente profissional, mas foi objeto também de preocupação dos círculos civis nacionais, dentro de um contexto de urgência de modernidade. Nesse contexto, as autoridades militares brasileiras, em relação à Aeronáutica, optaram por focar-se na criação de escolas de aviação militares, na contratação de uma missão de instrução estrangeira e de uma indústria aeronáutica, mesmo que incipiente, no Brasil.

A produção historiográfica sobre a aeronáutica brasileira tem, em diversos momentos, mostrado essa preocupação dos contemporâneos com o uso da aviação para a defesa nacional. Entretanto, os textos, em geral, permanecem em marcos teórico-metodológicos tradicionais, notando-se uma tendência destes em enumerar fatos em um contexto político factual, não se propondo a considerar o contexto econômico-social brasileiro. Seriam, de acordo com a historiografia mais recente, obras de História Evento, de base factual, que não se propõem a problematizar a respeito dos fatos que narram em ordem rigorosamente cronológica.¹³

De certa forma, as publicações historiográficas não problematizam os eventos enumerados sobre a aeronáutica brasileira. A visão de uma história evento em publicações do MAER foi percebida por Cláudio Passos Calaza¹⁴, para quem “o espírito épico e mitificador de alguns autores da historiografia aeronáutica brasileira procuraram, sobretudo, mesmo que instintivamente, valorizar o pioneirismo da iniciativa e o heroísmo de seus personagens”. Porém, segundo Pierre Vilar, a história deve ser uma “história da sociedade em movimento”.¹⁵

Da literatura histórica publicada pelo antigo MAER depreende-se um inegável valor documental, no que suas informações compiladas terem sido retiradas diretamente das fontes, como relatórios, atas de reuniões, legislação, imprensa. Na verdade, existem poucos trabalhos sobre a Aeronáutica Brasileira na historiografia acadêmica, e principalmente para o período delimitado.

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, 6a. ed., p.21; e BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004; e BURKE, Peter. *História e Teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002, p.24.

¹⁴ CALAZA, Claudio Passos. *Aviação no Contestado: investigação e análise de um emprego militar inédito*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UNIFA, 2007.

¹⁵ VILAR, Pierre. *La Méthode Historique*, Apud CARDOSO e BRIGNOLI, p. 349.

Enfim, ao se pretender construir um discurso histórico, o historiador tem seus olhos voltados para o futuro para, na ação pelo presente, selecionar e recortar o objeto de seu estudo no passado. Como a atualidade da conjuntura mundial pode afetar uma visão futura referente à defesa nacional?¹⁶ O Projeto Centenário do Campo dos Afonsos permitiu ao grupo de pesquisadores do NIEPHEM mergulhar nas fontes e recuperar os debates militares e civis sobre a implantação e desenvolvimento da aeronáutica no Brasil, percebendo-se a gênese das decisões políticas que foram importantes para o futuro da Aeronáutica enquanto instituição nacional e constitucional.

Assim, a revisão da literatura passou, prioritariamente, pela análise crítica das publicações citadas do MAER, problematizando o tema sobre a aeronáutica brasileira em um contexto político-militar e econômico.

A pesquisa historiográfica ainda em andamento procurou utilizar-se fontes primárias, existentes do CENDOC, na UNIFA, no INCAER e no MUSAL. Também foram realizadas pesquisas primárias no arquivo do AeCB, na BIBLIEX, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional.

Realizou-se um cotejamento das informações coletadas da revista *A Defesa Nacional*, encontrada em sua coleção completa na Biblioteca do Exército (BIBLIEX) de 1913 e 1927, com o jornal *A Noite*, encontrado microfilmado na Biblioteca Nacional. No Aeroclub Brasileiro (AeCB), foram verificadas suas atas e recortes de jornais. Tem sido prática dos pesquisadores do NIEPHEM a digitalização dos documentos e livros raros para evitar a manipulação excessiva e a danificação dos mesmos.

Por outro lado, foi realizada uma leitura crítica dos livros *História Geral da Aeronáutica Brasileira*¹⁷ e *História da Força Aérea Brasileira*¹⁸, entre diversos outros livros publicados pelo INCAER.

Finalizando, procurou-se, nesta pesquisa, realizar uma contextualização historiográfica com a produção acadêmica brasileira mais recente e clássica, tentando-se

¹⁶ BRASIL. *Política de Defesa Nacional*. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=diretrizes>. Acessado em 14 de novembro de 2008.

¹⁷ INCAER, vol.1, 1988, e vol. 2, 1990.

¹⁸ WANDERLEY, Nelson Freire Lavenère. *História da Força Aérea Brasileira*. MAER, 1975.

com isso romper um muro existente com a produção historiográfica realizada pelos militares individualmente ou por seus institutos de pesquisa cultural.

Referências Bibliográficas

A Defesa Nacional, no.1, 10/10/1913, Editorial.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa Brasil - 1900-2000*. Mauad Editora, 2007.

BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004; e BURKE, Peter. *História e Teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. Editora 34, 2003.

BRASIL. *Política de Defesa Nacional*. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=diretrizes>. Acessado em 14 de novembro de 2008.

BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1994.

CALAZA, Claudio Passos. *Aviação no Contestado: investigação e análise de um emprego militar inédito*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UNIFA, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos militares a Prudente de Moraes-Campos Sales”, In: FAUSTO, Boris. (org) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*, Tomo III, vol.8. São Paulo: Difel, 1975.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Fundo de Cultura, 1964.

INCAER. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: INCAER/Itatiaia, 1988, vol.1.

_____. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: INCAER/Itatiaia, 1990, vol.2.

Jornal A Noite, 01/08/1911, “Plauchut voará”, p.1.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MORAES, Fernando. *Montenegro*. São Paulo: Planeta, 2006.

PIONNIERS: *Revue Aéronautique Trimestrielle des Vieilles Tiges*, No. 23, 15 Janeiro 1970.

SALGADO, Maiza e CORRÊA, Edison. **Salgado Filho**: Primeiro Ministro da Aeronáutica do Brasil. Rio de Janeiro: Adler, 2007.

WANDERLEY, Nelson Freire Lavenére. *História da Força Aérea Brasileira*. MAER, 1975.

ESCOLA DE AERONÁUTICA E O CAMPO DOS AFONSOS (1941-1973): APONTAMENTOS PARA UMA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA.

2º Ten Tiago Starling de Mendonça (COMAER / CENDOC/NIEPHEM)

Introdução

A Escola de Aeronáutica (EsAer) foi a principal instituição de formação da oficialidade da Força Aérea Brasileira (FAB) entre os anos de 1941 a 1973. Sediada no Campo dos Afonsos, centenária guarnição de aeronáutica localizada na cidade do Rio de Janeiro, a EsAer formou gerações de líderes do Ministério da Aeronáutica (MAER), sendo palco de acontecimentos marcantes na história desta instituição. Destacam-se a solenidade de transferência do acervo aeronáutico do Exército para o MAER (jan/1941), a recepção ao 1º Grupo de Aviação de Caça (1º GavCa) – que representou a FAB nos céus da Itália (jul/1945) - e a criação da Esquadilha da Fumaça, (maio/1952), iniciativa de pilotos instrutores da EsAer (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

A ligação entre EsAer e os Afonsos permaneceu forte por cerca de três décadas. Em 10 de Julho de 1969 passou esta Escola a denominar-se Academia da Força Aérea (AFA)¹. Em 1971, por meio do decreto nº 69.416, e da portaria nº 77/GM2², foi determinada a transferência dos principais órgãos e da sede da AFA para a cidade de Pirassununga – SP, aonde permanece até os dias atuais. Criou-se também o escalão recuado da AFA, que ficou no Rio de Janeiro até o ano de 1973, quando foram cortados todos os laços da Academia com o Campo dos Afonsos³.

¹ BRASIL. Decreto nº 64.800, de 10 de julho de 1969. Muda a denominação de Organização do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências. In: **Livro Histórico da Escola de Aeronáutica**. Vol. 3. p. 53. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME), da Universidade da Força Aérea (UNIFA).

² BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria 77/GM2, de 27 de setembro de 1971. Transfere o comando da Academia da Aeronáutica para Pirassununga e dá outras providências; BRASIL. Decreto nº 69.416, de 23 de outubro de 1971. Transfere a sede da Academia da Aeronáutica para Pirassununga e dá outras providências In: **Livro Histórico da Escola de Aeronáutica**. Vol. 3. p. 85; 89. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME) da UNIFA.

³ BRASIL. Ministério da Aeronáutica Portaria nº 37/GM3, de 11 de maio de 1972. In: **Livro Histórico da Escola de Aeronáutica**. Vol. 3. p. 100. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME), da Universidade da Força Aérea (UNIFA); BRASIL. Decreto nº 72.909, de 10 de outubro de 1973. Cria, no

Assim sendo, pretende-se apresentar os resultados parciais da pesquisa que vem sendo desenvolvida junto ao NIEPHEM/CME (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação Militar / Centro de Memória do Ensino), com o apoio do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), do Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC) e da Universidade da Força Aérea (UNIFA).

O tema da investigação em curso é a Escola de Aeronáutica e o Campo dos Afonsos no período entre 1941 a 1973. A delimitação temporal corresponde à criação da Escola, em 1941, no bojo da unificação dos meios aeronáuticos brasileiros em torno do MAER, e ao fim das atividades do escalão recuado da AFA na Guarnição dos Afonsos, em 1973.

A despeito de sua relevância ímpar para a História da FAB, a produção acadêmica sobre a EsAer é praticamente inexistente. A literatura de cunho histórico, desenvolvida por pesquisadores diletantes, acerca da Escola, é pequena e pouco aprofundada. Por sua vez, há disponível nos arquivos da FAB - e demais instituições de pesquisa - grande volume de fontes primárias, em sua maior parte inexploradas e de grande relevância para a história contemporânea do Brasil.

Assim sendo, iniciar um trabalho de investigação histórica sobre a Escola de Aeronáutica requer, primeiramente, que se faça algo como um “reconhecimento de terreno”. Em outras palavras: um trabalho de levantamento de dados que possa indicar possíveis abordagens e problemas de pesquisa.

Este, portanto, é o objetivo do presente artigo; Apresentar o levantamento das principais fontes levantadas, acompanhado de alguma descrição sobre as possibilidades que ensejam a análise de tais documentos, bem como indicar os potenciais problemas que começam a surgir a partir deste esforço inicial.

A Guarnição dos Afonsos e a criação da EsAer.

O Campo dos Afonsos é uma guarnição de aeronáutica que abriga atualmente diversas organizações militares (OM) da FAB, tais como a Universidade da Força Aérea (UNIFA); o Centro de Desportos da Aeronáutica (CDA); o Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF); a V Força Aérea (VFAE); o Museu Aeroespacial (MUSAL); o Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC); a Base Aérea dos Afonsos (BAAF); o Batalhão de Infantaria de Aeronáutica Especial dos Afonsos (BINFAE-AF); a Prefeitura de Aeronáutica dos Afonsos (PAAF); o Hospital de Aeronáutica dos Afonsos (HAAF); e o Instituto de Medicina Aeroespacial (IMAE).

A atividade aeronáutica nos Afonsos comemora seu centenário neste ano de 2012. Em 12 de dezembro de 1912, o Ministério da Justiça autorizou a Brigada Policial do Distrito Federal, detentora do terreno da internada dos Afonsos “a ceder, a título precário, ao Aero-Club Brasileiro, uma área de terreno 725.000 m”⁴ daquela propriedade.

O Aero-Club Brasileiro (AeCB), primeira instituição nacional dedicada ao desenvolvimento da aviação, construiu ali seu aeródromo, com a finalidade de preparar pilotos, civis e militares, num esforço para a “implantação da aviação no Brasil”⁵.

Em 2 de fevereiro de 1914 inaugurava-se a Escola Brasileira de Aviação (EBA), iniciativa particular da firma *Gino, Buccelli & Cia.*, apoiada pelo Ministério da Guerra. A EBA teve vida curta, encerrando suas atividades ainda em 1914, poucos meses antes da eclosão da 1ª Guerra Mundial.

Com a falência da EBA, suas instalações e aeroplanos passaram a ser utilizados pelo AeCB. Em 29 de janeiro de 1919, o Exército viria a ocupar definitivamente o Campo dos Afonsos, com a criação da Escola de Aviação Militar (EAM), acompanhando a implementação do Serviço de Aviação do Exército. Era o início de um

⁴ BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Diretoria de Justiça. **Protocolo de entrada**. Rio de Janeiro, DF, 13 dez. 1912. p. 191. Disponível em: Arquivo Nacional. Série Justiça. IJ² - 5207.

⁵ AERO-CLUB BRASILEIRO. Resumo, em ata, dos trabalhos executados pelo conselho e pela diretoria, até a reunião de 1º de maio de 1912. **Livro de atas do Aero-Club Brasileiro**. Rio de Janeiro, DF. 22 maio 1912. p. 4-5. Disponível em: Arquivos do Aero-Club Brasileiro.

longo período de desenvolvimento aeronáutico no local, levado a cabo pelo Exército até o ano de 1941.

A criação do Ministério da Aeronáutica (MAER), em 20 de janeiro de 1941, determinou a junção das aviações militares de Exército e Marinha, bem como toda a estrutura organizacional e encargos do Departamento de Aeronáutica Civil (DAC)⁶. Neste contexto, o que fora a Escola de Aviação Militar transformava-se na Escola de Aeronáutica, criada em março de 1941⁷ e sediada no Campo dos Afonsos (INCAER, 1991; LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975).

Conhecimento acerca do assunto até o momento da pesquisa

Parte da história da EsAer pode ser conhecida através da leitura de Lavanère-Wanderley (1975) e INCAER (1991)⁸. São estas as principais fontes secundárias sobre a referida organização. Não são, entretanto, trabalhos focados exclusivamente na Escola de Aeronáutica, antes um esforço de síntese sobre a história da FAB e das atividades aéreas no país.

São feitos ao longo dos livros diversas citações sobre a EsAer, sempre no bojo de uma história geral da FAB. Acerca da referida Escola, os autores apresentam e descrevem um conjunto factual considerado prioritário, cujos principais temas são; solenidades e formaturas; homenagem aos primeiros comandantes da escola; instrução aérea; transferência da Escola para fora do Rio de Janeiro; equipagens utilizadas; ativação e desativação de organizações militares, entre outros. Há um grande volume de informações disponíveis, principalmente nomes dos aspirantes formados na EsAer, em seus primeiros anos, relações de comandantes e oficiais do efetivo, bem como fotografias ilustrativas.

⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.961 de 20 de janeiro de 1941. Cria o Ministério da Aeronáutica. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 20 jan. 1941. Seção 1, p. 1022.

⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.142, de 25 de março de 1941. Cria no Ministério da aeronáutica a Escola de Aeronáutica. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF 27 mar. 1941. Seção 1, p. 6259.

⁸ INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA (INCAER). **História Geral da Aeronáutica Brasileira**, Vols. 3 e 4. Rio de Janeiro: INCAER; Belo Horizonte: Vila Rica, 1991; LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira, 1975.

Tais dados, entretanto, vem desprovidos de uma devida problematização, transformando-se, muitas vezes, em informações de almanaque, muito úteis para o círculo de oficiais que de alguma forma fizeram parte – ou conhecem quem os fez – daquelas listas de aspirantes e comandantes da Escola. Entretanto, para um público mais amplo, pouco significam.

É frágil a forma como são citadas as fontes, pois não se faz referência direta entre estas e os dados inseridos ao longo dos textos. A ausência de práticas típicas de historiadores de formação mostra a insuficiência destes trabalhos no campo de uma história militar de base acadêmica. Entretanto, o esforço de síntese de seus respectivos autores é, como ponto de partida, obrigatório para qualquer aprofundamento sobre a história da EsAer.

Há também uma tendência a se produzir uma visão laudatória sobre a FAB e o EsAer, com grande nível de idealização. Termos como “sacrifícios”; “sólidos princípios”; “entusiasmo”; “dedicação” e “renúncia”; “espírito de luta fundamentado nas profundas razões da Democracia”; “exaltado amor aos destinos da pátria” (1991, p. 205) são fartamente utilizados para caracterizar cadetes, oficiais, e suas respectivas atividades.

A visão que toma como natural e unânime, dentro de uma organização castrense, a adoção de valores e tradições ideais - às quais deve o militar espelhar-se e projetar sua conduta -, obscurece nuances outras; contradições e embates de poder que fazem parte de qualquer processo histórico.

Lembro aqui a admoestação feita por Hobsbawm (1998, 13-21) a seus pares; que buscassem se desvincular das paixões coletivas e de classes, combatendo sempre a formação dos mitos. Acredito que este seja um caro princípio a ser cultivado pelos historiadores do militarismo e também pelos militares historiadores. As Forças Armadas muito ganhariam com a oportunidade de melhor compreender os processos que desenharam o quadro contemporâneo de suas instituições, em todas suas potencialidades e desafios.

Fontes localizadas

Parte substancial deste esforço inicial de investigação consistiu em localizar as fontes primárias que subsidiam as pesquisas. O levantamento realizado priorizou as instituições de pesquisa localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Assim foi feito pelo fato de boa parte das fontes sobre o MAER e a EsAer encontrarem-se nesta cidade. São exemplos de instituições que guardam importantes fundos documentais referentes ao tema: Arquivo Nacional, CENDOC, MUSAL, UNIFA, e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Registra-se que tal levantamento não se pretende definitivo, e que tampouco se descarta incursões às outras fontes localizadas, se assim se fizer necessário. Segue agora breve descrição dos principais fundos e tipos documentais localizados.

O CME, órgão subordinado à UNIFA, abriga um riquíssimo acervo de livros e documentos raros, voltados, sobretudo, ao ensino nas escolas e academias militares. Muitos destes exemplares foram resgatados em crítico estado de conservação, pois estavam prestes a ser descartados por seus antigos mantenedores. Entre outros documentos, o CME guarda consigo o Livro Histórico da Escola de Aviação Militar e os três volumes do Livro Histórico da Escola de Aeronáutica⁹.

Tais livros, produzidos por militares das respectivas organizações, apresentam relatos dos eventos sociais, visitas de autoridades, solenidades, ordens do dia, discursos, atos administrativos publicados em Boletim Interno, Boletim do Ministério da Aeronáutica (BMA) e Diário Oficial da União (DOU), lista de cadetes matriculados, sinistros aeronáuticos, declaração de aspirantes, entre outros eventos considerados significativos.

Os livros históricos são um excelente ponto de partida, e permitem, frequentemente, a checagem de suas informações junto às publicações oficiais, como o DOU. Entretanto, o pesquisador deve atentar para as lacunas existentes nestes documentos. É pouco provável que o EsAer tenha mantido um militar ocupado unicamente com o preenchimento do Livro. Não se encontra, portanto, o mesmo nível

⁹ **LIVRO HISTÓRICO DA ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR** (Jul. 1919 a mar. 1941). [S.l: S.n], [19--]; **LIVRO HISTÓRICO DA ESCOLA DE AERONÁUTICA** (mar. 1941 a jul. 1975). [S.l: S.n], [19--]. 3 v. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME) da UNIFA.

de detalhamento de uma crônica das grandes expedições modernas, ou dos relatos de viajantes estrangeiros do séc. XIX, por exemplo¹⁰. Além disso, o caráter oficial do Livro é um importante filtro a ser considerado - por certo reteve informações consideradas inadequadas, inconvenientes ou mesmo irrelevantes ao ponto de vista institucional.

O CENDOC tem por missão a guarda permanente da documentação relativa a OM desativadas do Comando da Aeronáutica (COMAER), e trabalha com a perspectiva de se tornar o arquivo geral da Força Aérea. Há também, neste centro de documentação, importantes fundos sobre a história da aeronáutica brasileira, como parte da documentação pessoal de Alberto Santos-Dumont e do Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley, incluindo-se aí a compilação - de grande interesse para a pesquisa em pauta - de fontes utilizadas por este oficial-general para a confecção de sua supracitada obra¹¹.

Registra-se também a documentação proveniente da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica¹², que contém processos de reserva de boa parte do efetivo do MAER, aí podendo ser achado informações pertinentes sobre militares de alguma forma envolvidos com a EsAer.

Na Biblioteca Central da UNIFA encontram-se compilados diversos exemplares da revista Esquadilha, publicação editada pela Sociedade dos Cadetes do Ar, agremiação de cadetes da Escola de Aeronáutica reconhecida oficialmente pelo comando da Escola. Tal revista foi lançada inicialmente em meados de 1941, com uma tiragem entre 2.000 a 2.500 exemplares, chegando em seus primeiros anos a lançar oito edições anuais. Sua periodicidade decresceu ao longo do tempo, porém ao que tudo indica, manteve edições constantes por muitos anos. A Esquadilha era vendida ao preço de Cr\$ 4,00, sendo Cr\$ 5,00 o valor dos números atrasados, e Cr\$ 36,00 a assinatura

¹⁰ Ver: CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo; Dominus, 1963. Disponível em: www.portabel.org.br_attachments_116_A_CARTA_Pero_Vaz.pdf. Acesso em: 13/05/2012; SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo** e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

¹¹ Contém recortes de jornais, correspondências, fotografias e outros tipos documentais. **Fundo Brigadeiro Lavenère-Wanderley**. Disponível no arquivo do Projeto Acervo Santos-Dumont (PASD) do CENDOC.

¹² Disponível na Divisão de Arquivo Geral (DAG) do CENDOC.

anual. Pelo que consta em informações da publicação, este periódico poderia ser encontrado em bancas de jornais¹³.

No acervo em questão encontram-se 19 edições, dispostas intermitentemente entre os anos de 1941 a 1958. O material encontrado é rico em informações. No sumário da edição nº 11, datada de 1943, por exemplo, encontram-se as seguintes seções: Colaborações literárias e assuntos diversos; Colaborações Técnicas; Medicina; Colaborações Humorísticas; Assuntos Internos; Colaborações Femininas; Aviação Civil. O conteúdo dos artigos varia entre informações sobre a Segunda Guerra, então em curso, a “Promoção de oficiais da FAB”, passando por considerações sobre a “fotografia aérea e a guerra”, “torpedeiros americanos”, até “fisiologia e vôo em grandes altitudes”¹⁴.

A Esquadilha apresentava uma cobertura sobre atividades de instrução, formaturas, eventos e aspectos gerais do Campo dos Afonsos, tudo permeado por valiosa produção fotográfica. Há também de se mencionar artigos assinados por oficiais da FAB e profissionais civis, em que se percebem as preocupações da época a respeito das atividades bélicas em geral, bem como charges mostrando aspectos pitorescos, expressões e costumes dos cadetes, poesias e outras composições artístico-literárias.

A revista permite conhecer, assim, detalhes do cotidiano dos Afonsos que escapam ao caráter mais burocrático do Livro Histórico. As charges, poesias e artigos de autoria dos Cadetes são uma interessante janela para o melhor conhecimento acerca da mentalidade dos mesmos. Os artigos assinados pelos oficiais da FAB extrapolam as questões circunscritas à EsAer, abrindo perspectivas para a apreensão de mais aspectos acerca da instituição MAER em seus primeiros anos.

Exemplo disso é o artigo “A Navegação Aérea em nossas rôtas [sic] do C.A.N e suas necessidades”, do capitão aviador Rube Canabarro Lucas (dez. 1941. p. 7), em que

¹³ “Órgão oficial da Escola de Aeronáutica e da Sociedade do Corpo de Cadetes do Ar. Edita oito números por ano que são publicados durante o período escolar (...) As assinaturas ou compras avulsas poderão ser feitas diretamente na redação desta revista ou nas bancas de jornais.” In: **ESQUADRILHA:** Revista editada pela Sociedade dos Cadetes do Ar da Escola de Aeronáutica, Campo dos Afonsos. Rio de Janeiro: [s.n], ano 2, nº 11, [1943?]. p. 2. As informações sobre valores de venda encontram-se na mesma edição, página 3. Dados sobre tiragem provem de: **Estatísticas de tiragens**, vendas avulsas, encalhes e assinantes de “Esquadilha”. Idem; Folha avulsa. p.2. 1 v.

¹⁴ Idem. p. 3.

são apontadas as principais necessidades da estrutura aeronáutica do Correio Aéreo Nacional, serviço aéreo postal mantido pelo MAER¹⁵. Segue trecho do artigo:

Carecemos de uma rede meteorológica que possa corresponder às necessidades das amplas rotas de nosso Correio Aéreo Nacional, e aos possíveis deslocamentos de nossas unidades no interior de nosso território. Não cremos que possa haver grande dificuldade na solução de um tal problema.

Em outro trecho, há indicações de como era feita a navegação e orientação aérea – naqueles tempos de instrumental de vôo rudimentar.

(...) a navegação estimada necessita sempre de um controle da observação dos acidentes do terreno. Ora, nem sempre, dispomos de acidentes artificiais ou naturais bastante notáveis, como estrada de ferro, rios, montanhas, etc., que permitam uma orientação segura.

Em suma, Esquadrilha talvez seja uma das fontes que mais possibilidades ofereça, dentre aquelas que foram localizadas. Não deve escapar ao pesquisador, entretanto, que, a despeito de seu caráter informal, a referida publicação era reconhecida oficialmente pelo comando da EsAer, o que certamente implicou em sanções ao conteúdo – em contrapartida ao consentimento institucional. A edição nº 11¹⁶ contém a informação de ser a revista “registrada no D.I.P”. Charge deste mesmo número mostra uma grande tesoura, operada por um cadete responsável pelo controle do conteúdo, o que sugere que estes mesmos eram dotados de um “auto-controle” editorial, e, se assim o faziam, com certeza estavam relativamente a par do que poderia ser escrito, e o que seria barrado.

Certos elementos do cotidiano e da mentalidade do cadete da EsAer permanecem ocultos, não sendo revelados em uma primeira análise do periódico em questão. Um destes elementos é o trote aos alunos novatos; tradição das escolas e academias militares, como mostra o “Código dos Bichos”¹⁷ da Escola Militar da Praia

¹⁵ O serviço do Correio Aéreo surgiu no Exército, em 1931, com o nome de Correio Aéreo Militar (CAM). Fazia rotas para diversos pontos do interior brasileiro, a maioria deles desprovidos de infraestrutura viária satisfatória, e também para países vizinhos, como Bolívia e Paraguai. Em 1941, com a criação do MAER, uniu-se estrutura e pessoal do CAM e do Correio Aéreo Naval para a criação do Correio Aéreo Nacional (CAN). Para maiores detalhes, ver: RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1987; SOUZA, José Garcia de. **A Epopéia do Correio Aéreo**. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1986.

¹⁶ **ESQUADRILHA**, [1943?]. p. 3;5.

¹⁷ O “bicho” é o aluno novato das escolas e academias militares, a quem é dispensado tratamento desagradável e deliberadamente humilhante, por parte dos alunos veteranos, que por sua vez também já

Vermelha, proveniente da segunda metade do século XIX (MONTEIRO, 1961; VIANA, 1961 apud CASTRO, 2004. p. 19).

O bicho só tem deveres a cumprir para com seus ilustres veteranos: a) conservar-se de pé quando dirigir-lhes a palavra; b) engraxar-lhes as botinas quando sujas ;(...) e) ceder-lhe lugar nos bondes, pagando-lhes imediatamente a passagem; f) comunicar-lhes sem demora o recebimento de presentes, doces, frutas, comezainas que receba da casa paterna etc. (...) seus hipotéticos direitos resumem-se em: a) queixar-se moderada e humildemente quando se sentir ofendido, magoado (...).

A privação de doces também atingia os “bichos” da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, isto já no início do século XX:

O bicho em princípio só tinha direito a não ter direito a coisa alguma (...) No jantar, considerava-se uma crueldade deixar o bicho comer a sobremesa. Podia estragar-lhe os dentes ou arruinar-lhes o fígado, por falta de hábito. Um dos maiores sacrifícios para o bicho guloso era ver-se privado do pratinho de doce. (CIDADE, 1961. p. 115).

Através da leitura de Castro e Cidade percebem-se continuidades e semelhanças entre o comportamento dos cadetes ao longo dos anos. O exemplo do trote é pertinente, mas existem outros: o código de honra, a disciplina consciente, o espírito das armas, entre outros.

Castro estudou, in loco, os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) durante o ano de 1989. Sua intenção era desvendar como ocorria o “processo de construção da identidade social do militar” (2004, p. 15), forjado, segundo ele, na leitura de manuais e regulamentos, mas principalmente, pelo convívio dos cadetes com seus pares hierárquicos e oficiais.

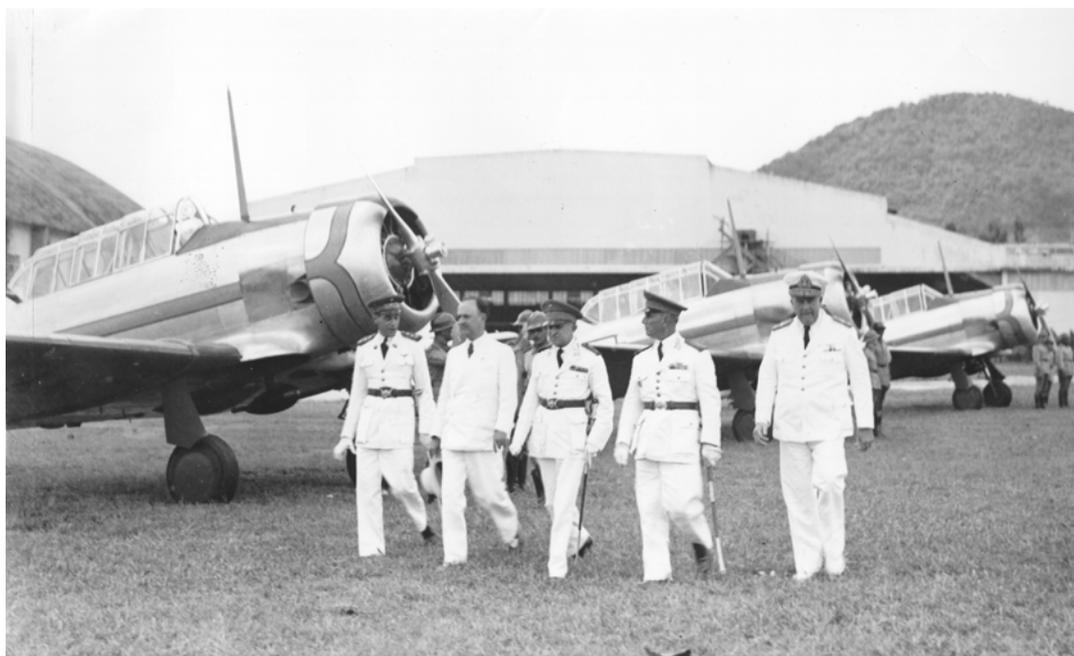
O trabalho de Castro fornece importantes direcionamentos às investigações sobre a EsAer, principalmente ao entender as academias militares como espaços de aprendizado formal, mas também informal, sobre a profissão militar (Ibid., p. 15).

Cidade (1961) aborda os cadetes e os principais centros de formação do Exército entre 1878 a 1932. Muito do conteúdo da obra constitui-se de narrativas das experiências vividas por militares em suas respectivas escolas.

foram bichos – tendo recebido os trotes sob o entendimento tácito que, suportando os maus-tratos sem reclamar, poderiam, quando veteranos, aplicá-los nos novatos subseqüentes.

Por situar-se no centro destes dois períodos históricos – abordados cada qual pelos supracitados autores; o final do século XIX e início do XX, e o final do século XX –, e, considerando que a Aeronáutica recebeu grande influência do Exército - o próprio EsAer dele herdou sua sede, boa parte dos aparelhos e pessoal – é pertinente verificar continuidades e rupturas entre a construção da identidade militar dos cadetes do MAER e da Força Terrestre.

Voltando às fontes primárias, registra-se o acervo de fotografias pertencente ao Museu Aeroespacial (MUSAL). Boa parte da história do Campo dos Afonsos e da EsAer encontra-se lá registrada, desde os primórdios, na década de 1910, passando pela expansão das edificações ocorrida nos anos 40, até as muitas solenidades, formaturas e eventos ocorridos neste sítio histórico.



Campo dos Afonsos, 27 de janeiro de 1941; Solenidade de transferência da Aeronáutica Militar do Exército para o MAER. Da esq. para a dir.: cel. Gervásio Duncan, Min. Salgado Filho, Min. Dutra, gal. Isauro Regueira e almirante Trompowsky, passando em frente a uma esquadrilha de aeroplanos North American. Fonte: Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial (MUSAL).

A utilização das fontes fotográficas pretende ter, em um primeiro momento, um enfoque auxiliar às demais fontes, funcionando mais como um suporte à construção de problematizações e narrativas sobre a EsAer. Não há o objetivo, portanto, em se

trabalhar com a linguagem fotográfica enquanto artefato, analisando sua circulação e significados entre os grupos sociais¹⁸.

No CPDOC, sede do Rio de Janeiro, encontram-se tipos documentais diversos relacionados aos Afonsos, entre eles os principais seriam: estudo do Cap Arnaldo Câmara sobre as condições da Escola de Aeronáutica do Exército (1939); Conferência de Oswaldo Aranha no Campo dos Afonsos (1948); Telegrama do Pres. Getúlio Vargas para comandante de OM nos Afonsos (1952); ordens de missão, rádios e relatórios concernentes à Revolta de Jacareacanga (1956); Cartas endereçadas a, ou escritas por oficiais que serviram nos Afonsos; fotografias identificadas; documentos burocráticos diversos. Os documentos abrangem um período temporal que vai de 1939 a 1956.

Cabe mencionar o estudo de 1939, encomendado por Getúlio Vargas ao capitão Arnaldo Câmara¹⁹, que versa sobre a situação de pessoal, instrução e material da então Escola de Aeronáutica do Exército²⁰, em um período bastante próximo à criação da EsAer. Este documento fornece indícios do nível de organização, condições materiais e operacionais da Escola e da Guarnição dos Afonsos.

Mostra-se com muita clareza a precariedade da estrutura aeronáutica brasileira à época da criação do MAER. O relatório cita por mais de uma vez problemas ligados à manutenção das aeronaves da Escola. Ora eram os Stearmans que sofriam com a falta de sobressalentes, ora os Belancas, “tão necessários à instrução da Escola”²¹, que encontravam-se parados no Parque Central, com sua manutenção adiada por acúmulo de serviço.

O conteúdo de tal estudo extrapola as questões circunscritas ao Campo dos Afonsos e aborda os principais óbices enfrentados pela aviação militar no país, em especial a carência de uma indústria aeronáutica nacional, o que tornava nossas Forças

¹⁸ CARVALHO, Vânia Carneiro; LIMA, Solange Ferraz. **Usos sociais e historiográficos**. In: LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi; (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p.44-46.

¹⁹ CÂMARA, Arnaldo. **Estudo sobre as condições do pessoal e da instrução na Escola de Aeronáutica Militar**. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1939.07.00/1. Data: 07/1939. Qtd.de documentos: 1 (5 fl.) (Vol. XXXII/15). CPDOC.

²⁰ A partir de 1939, a Escola de Aviação Militar foi rebatizada como Escola de Aeronáutica do Exército. Ver: BRASIL. Decreto-Lei nº 1735, de 03 de novembro de 1939. Regula o ensino militar no Exército. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 06 nov. 1939. Seção 1, p. 26048.

²¹ CÂMARA, 1939. p. 4.

Armadas reféns de fornecedores internacionais, “que exibem o material que lhes convêm vender, mas nem sempre aquele que nos convêm comprar (...)”²².

Importantes registros do período inicial do MAER, sob a gestão Salgado Filho – primeiro Ministro da Aeronáutica – podem ser encontrados no fundo Salgado Filho, localizado no Arquivo Nacional. Referindo-se diretamente ao MAER, são encontradas publicações impressas deste ministério, documentos referentes às funções do titular quando Ministro da Aeronáutica, fotografias do mesmo, entre outros.

Parte desses dados foram compilados e publicados no livro “Salgado Filho. Primeiro Ministro da Aeronáutica do Brasil”, de autoria de Corrêa e Salgado²³, com destaque para as anotações pessoais do Ministro. Tal livro funciona com um bom guia ao supracitado fundo, permitindo a coleta de informações e documentos a serem consultados em futuros aprofundamentos.

No Arquivo Nacional encontram-se também seis edições do cine jornal, produzido pela Agência Nacional²⁴, que exibem imagens sobre formaturas e solenidades no Campo dos Afonsos, abrangendo o período de 1951 a 1971.

Finalmente, o acervo de periódicos da Biblioteca Nacional pode fornecer e/ou aprofundar importantes dados sobre fatos ocorridos na EsAer. A reconstituição da solenidade de passagem da Aeronáutica Militar do Exército para o MAER, por exemplo, utilizou bastante as fontes jornalísticas.

Através dos periódicos chegou-se a informações não existentes na bibliografia de apoio e tampouco em outras fontes primárias, como o Livro Histórico da EsAer. Exemplo disso é a existência de um conjunto de solenidades marcando a criação do MAER, com destaque para a posse do Ministro Salgado Filho – realizada em 23 de janeiro de 1941, no Palácio Monroe, então sede do Ministério da Justiça –, e as transferências, no dia 27 de janeiro, das Diretorias de Aeronáutica das forças co-irmãs para o MAER – a solenidade relativa à Aeronáutica Naval ocorrendo no prédio do

²²Ibid., p. 4-5.

²³ CORRÊA, Edison & SALGADO, Maiza. **Salgado Filho**. Primeiro Ministro da Aeronáutica do Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: Adler, 2007.

²⁴Material está disponível digitalmente por meio da plataforma: <<http://www.zappiens.br/portal/BuscaRapida.do>>.

Ministério da Marinha, às 16 horas, e a Aeronáutica do Exército sendo transferida no Campo dos Afonsos, às 10 horas da manhã²⁵.

Esta informação, até então não publicada, ajuda a melhor dimensionar o papel do Campo dos Afonsos neste conjunto de solenidades, uma vez que lá ocorreu a maior cerimônia – em termos de espaço utilizado e efetivo envolvido – e a mais imbuída de características militares; tropa em forma, banda marcial, aeronaves perfiladas, etc.

Existe uma variedade de depoimentos e relatos de veteranos da FAB, publicados em livros ou disponíveis em banco de dados, em que se costuma citar a EsAer e o Campo dos Afonsos, sobretudo quando falam de seus primeiros anos de formação militar.

A análise de tais relatos, muitos deles riquíssimos em detalhes, significa entrar no terreno da oralidade e das memórias pessoais e/ou coletivas, de grande pertinência para os objetivos da investigação em pauta, uma vez que “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas” (ALBERTI, 2010. p. 165).

Se a presente pesquisa lida com uma bibliografia de pouco aprofundamento, muitas vezes caminhando para idealizações e generalizações, as entrevistas e relatos pessoais podem contribuir para a correção de tais perspectivas.

Citam-se como exemplos representativos desta fonte, os relatos dos brigadeiros João Paulo Moreira Burnier, Casimiro Montenegro Filho e Nero Moura, disponíveis no banco de entrevistas do Programa de História Oral do CPDOC²⁶. As memórias do Brigadeiro Magalhães Mota, publicadas em livro, também são dignas de nota, sobretudo pela riqueza de detalhes que expõe sobre aspectos do cotidiano e da instrução na EsAer.

²⁵ Informações retiradas de: **Jornal A Noite**. Quinta-feira, 23 de Janeiro de 1941. Ano XXX. Rio de Janeiro, nº 10399; Segunda-feira, 27 de Janeiro de 1941. Ano XXX. Rio de Janeiro, nº 10403; Terça-feira, 28 de Janeiro de 1941. Ano XXX. Rio de Janeiro, nº 10404; **Jornal do Brasil**. Terça-feira, 28 de Janeiro de 1941. Ano L. Rio de Janeiro, nº 23; **Folha da Manhã**. Terça-feira, 28 de janeiro de 1941. Ano XVI. São Paulo.

²⁶ BURNIER, João Paulo Moreira. **João Paulo Moreira Burnier** (depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 188 p. dat.; MONTENEGRO FILHO, Casimiro. **Casimiro Montenegro Filho** (depoimento, 1988). Rio de Janeiro, CPDOC, 2006. 41 p. dat.; UM VÔO na história. [**Depoimento de Nero Moura** concedido à Ignez Cordeiro de Farias e Lúcia Hippólito]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. 346p.

As poucas linhas citadas abaixo, a título de exemplo, registram informações sobre equipagens aéreas, fardamento e termos coloquiais utilizados pelos cadetes.

A outra metade de nossa turma, que voava STIEGLITZ, teve uma instrução tumultuada; as aeronaves, não suportando o piso esburacado, chamado pelos cadetes de a “CORDILHEIRA DOS AFONSOS”, tiveram que ser substituídas pelos MUNIZ M-9. Foi por essa época que recebemos nossos uniformes brancos e com eles passamos a ser licenciados (MOTTA, 1992. p. 46).

Conclusão

Ao longo deste artigo, foram apresentadas as principais fontes que nortearão o trabalho de investigação historiográfica acerca da história da EsAer no Campo dos Afonsos, bem como breve apontamentos sobre as possibilidades que as mesmas oferecem à referida pesquisa.

É grande a carência de trabalhos acadêmicos que abordam a história das instituições da Força Aérea Brasileira. Pesquisa realizada em bancos de dados digitais apontou apenas uma dissertação de mestrado relativo ao tema²⁷. A história da EsAer permanece, portanto, inexplorada.

O trabalho de localização e descrição das fontes, aqui apresentado, deu ensejo à diversas possibilidades de problematizações, passíveis de serem abordadas em futuros trabalhos. Como se traduziu a dimensão da influência norte-americana sobre as forças armadas brasileiras, em termos dos aspectos de instrução e doutrina na EsAer? Quais foram as influências das aviações de Marinha e do Exército sobre as atividades da EsAer? Como se deu o processo de transição da Escola de Aeronáutica / Academia da Força Aérea, do Rio de Janeiro para Pirassununga – SP?

São questões como essas que começam a nortear o incipiente trabalho de pesquisa acerca da EsAer, ajudando assim a dimensionar a pertinente contribuição do mesmo para a história da Aeronáutica brasileira.

²⁷ Foram realizadas pesquisas no banco de dados *Scielo* e no banco de teses da CAPES. Encontrou-se o seguinte trabalho: SANNINI, Maria Lúcia Motta Runha. **A Escola de Especialistas de Aeronáutica em Guaratinguetá: uma abordagem histórica (1950 a 1955)**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2006.

Bibliografia

- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2009.
- CARVALHO, Vânia Carneiro; LIMA, Solange Ferraz. **Usos sociais e historiográficos.** In: LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi; (orgs.). **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna.** Rio de Janeiro; Jorge Zahar ed., 2004.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel.** São Paulo; Dominus, 1963. Disponível em: <www.portabel.org.br_attachments_116_A_CARTA_Pero_Vaz.pdf> Acesso em: 13/05/2012.
- CIDADE, Francisco de Paula. **Cadetes e Alunos Militares Através dos Tempos: 1878-1932.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1961.
- CORRÊA, Edison & SALGADO, Maiza. **Salgado Filho.** Primeiro Ministro da Aeronáutica do Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: Adler, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA (INCAER). **História Geral da Aeronáutica Brasileira, Vols. 3 e 4.** Rio de Janeiro: INCAER; Belo Horizonte: Vila Rica, 1991.
- LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira.** Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira, 1975.
- MONTEIRO, Afonso. **Reminiscência da Escola Militar da Praia Vermelha.** In: CIDADE, Francisco de Paula. **Cadetes e Alunos Militares Através dos Tempos: 1878-1932.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1961.
- MOTTA, João Eduardo Magalhães. **Força Aérea Brasileira (1941-1961): como eu a vi.** Rio de Janeiro: INCAER, 1992.
- RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins.** Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1987.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo** e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- SANNINI, Maria Lúcia Motta Runha. **A Escola de Especialistas de Aeronáutica em Guaratinguetá: uma abordagem histórica (1950 a 1955)**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2006.
- SOUZA, José Garcia de. **A Epopéia do Correio Aéreo**. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica, 1986.
- VIANA, Lobo. **Reminiscências da Lendária Escola Militar da Praia Vermelha, em 1878-1895**. In: CIDADE, Francisco de Paula. **Cadetes e Alunos Militares Através dos Tempos: 1878-1932**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1961.

Fontes de arquivo

- AERO-CLUB BRASILEIRO. Resumo, em ata, dos trabalhos executados pelo conselho e pela diretoria, até a reunião de 1º de maio de 1912. **Livro de atas do Aero-Club Brasileiro**. Rio de Janeiro, DF. 22 maio 1912. p. 4-5. Disponível em: Arquivos do Aero-Club Brasileiro.
- BRASIL. Agência Nacional. **Cinejornal Informativo**: v. 2 n. 51 (1951); nº 81 (1967); nº. 101 (1968); nº. 116 (1968); s. n. [XVIII] (1969); Brasil Hoje n. 174 (1976). Material audiovisual; acervo Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.zappiens.br/portal/BuscaRapida.do>>. Acesso em: 16 maio 2012.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1735, de 03 de novembro de 1939. Regula o ensino militar no Exército. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 06 nov. 1939. Seção 1, p. 26048.
- BRASIL. Decreto nº 64.800, de 10 de julho de 1969. Muda a denominação de organização do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências. In: **Livro Histórico da Escola de Aeronáutica**. Vol. 3. p. 53. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME), da Universidade da Força Aérea (UNIFA).

- BRASIL. Decreto nº 72.909, de 10 de outubro de 1973. Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Grupo de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), aprova seu regulamento e dá outras providências. In: **Livro Histórico do Grupo de Apoio dos Afonsos**. p. 2. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME) da UNIFA.
- BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria 77/GM2, de 27 de setembro de 1971. Transfere o comando da Academia da Aeronáutica para Pirassununga e dá outras providências. **Livro Histórico da Escola de Aeronáutica**. Vol. 3. p. 85. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME), da Universidade da Força Aérea (UNIFA).
- BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Portaria nº 37/GM3, de 11 de maio de 1972. In: **Livro Histórico da Escola de Aeronáutica**. Vol. 3. p. 100. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME), da Universidade da Força Aérea (UNIFA).
- BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Diretoria de Justiça. **Protocolo de entrada**. Rio de Janeiro, DF, 13 dez. 1912. p. 191. Disponível em: Arquivo Nacional. Série Justiça. IJ² - 5207.
- BURNIER, João Paulo Moreira. **João Paulo Moreira Burnier** (depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 188 p. dat.
- CÂMARA, Arnaldo. **Estudo sobre as condições do pessoal e da instrução na Escola de Aeronáutica Militar**. Disponível em: Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1939.07.00/1. Data: 07/1939. Qtd.de documentos: 1 (5 fl.) (Vol. XXXII/15). CPDOC.
- **ESQUADRILHA**: Revista editada pela Sociedade dos Cadetes do Ar da Escola de Aeronáutica, Campo dos Afonsos. Rio de Janeiro: [s.n], ano 1, nº1, dez. 1941; ano 2, nº 11, [1943?].
- EM PROL da defesa nacional. **A Noite**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1941. p. 1-2.
- FORAM transferidos ontem para o Ministério da Aeronáutica os serviços de aviação do Exército. **Folha da Manhã**, São Paulo, 28 jan. 1941. p. 4. Paulo. Acervo digital da Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1941/01/28/2>>. Acesso em: 05 mar. 2012.
- INCORPORADA ao Ministério da Aeronáutica a Aviação Naval. **A Noite**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1941. p. 02.

- INDISPENSÁVEL à existência nacional. **A Noite**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1941. p. 1-2.
- **LIVRO HISTÓRICO DA ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR** (Jul. 1919 a mar. 1941). [S.l: S.n], [19--]. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME) da UNIFA.
- **LIVRO HISTÓRICO DA ESCOLA DE AERONÁUTICA** (mar. 1941 a jul. 1975). [S.l: S.n], [19--]. 3 v. Disponível em: Centro de Memória do Ensino (CME) da UNIFA.
- LUCAS, Rube Canabarro. A Navegação Aérea em nossas rútas do C.A.N e suas necessidades. **Esquadilha**. Rio de Janeiro: [s.n], ano 1, nº1, p. 7, dez. 1941.
- MONTENEGRO FILHO, Casimiro. **Casimiro Montenegro Filho** (depoimento, 1988). Rio de Janeiro, CPDOC, 2006. 41 p. dat
- TRANSFERIDO para o Ministério da Aeronáutica a Diretoria de Aeronáutica do Exército **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1941. p. 1;8.
- UM VÔO na história. [**Depoimento de Nero Moura** concedido à Ignez Cordeiro de Farias e Lúcia Hippólito]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1996. 346p.

**O PODER NAVAL E A FORMAÇÃO DO BRASIL. BREVES REFLEXÕES
SOBRE A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA E A MODERNIZAÇÃO DO
MUSEU NAVAL**

CMG (RM1) Edina Laura C. Nogueira da Gama

1 - A Razão do Tema

O título deste texto, *O Poder Naval e a Formação do Brasil*, remonta à exposição de longa duração hoje existente no Museu Naval. Sua realização simboliza todo o esforço empreendido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha¹, doravante denominada DPHDM, na construção de um novo cenário para a história naval brasileira. E assim cumprir, junto a outras tarefas, a missão que lhe cabe no organograma da Marinha do Brasil – preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira.

Deste modo, ter como objeto desta comunicação essas breves reflexões, que inclui um novo olhar sobre os significados sociais para os espaços museais, é um grande desafio. E por quê?

A resposta está na expectativa de que na condução desse trabalho, possa ser observado que, embora esteja ainda sendo inserida como proposta de uma nova releitura, a história naval brasileira produzida pela DPHDM tem nos dias atuais novas abordagens, possuindo uma sólida estrutura organizacional e operacional para desenvolvê-la sob numerosos aspectos. Pelo menos no que tange ao abandono da história centrada em narrativas lineares de fatos históricos militares *per si*, e que se utiliza apenas de documentos escritos, no uso de conceitos e métodos das ciências sociais pelo historiador, hoje instruído nas técnicas de pesquisa e com formação pluridisciplinar. E que, com o “emprego das novas metodologias desenvolvidas na ciência histórica recente..., permitem alcançar as múltiplas interfaces da História

¹ Criada em 2008, é oriunda da fusão das atividades do Serviço de Documentação da Marinha (SDM) e Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, sendo a instituição responsável pela orientação e normatização junto às demais organizações da Marinha nas áreas técnicas pertinentes a história, museologia, arquivologia, biblioteconomia, arqueologia subaquática e publicações histórico-culturais. E ainda tem sob sua tutela administrativa o Arquivo da Marinha, Museu Naval, Espaço Cultural da Marinha, Ilha Fiscal, Biblioteca da Marinha, Navio-Museu *Bauru*, Rebocador Museu *Laurindo Pitta*, Nau dos Descobrimentos, Submarino Museu *Riachuelo* e Helicóptero Museu *Sea King*.

Militar, tais como a social, cultural, econômica, da ciência, ou política, dentre tantas outras”².

2 – Breves Reflexões sobre a Historiografia Naval Brasileira

O esforço historiográfico na produção de uma história narrativa que tratasse da importância do poder naval na formação do Brasil tem origem, provavelmente, em 1881³, com a publicação de Primeiro Volume, seguido de mais dois, dos Apontamentos para a história da marinha de guerra brasileira”⁴. Dos quatro volumes previstos, foram publicados três, que tratam do período 1808-1828, contendo “inéditos e valiosíssimos documentos históricos”⁵. O quarto volume, por falta de verbas para as necessárias despesas, não foi produzido⁶.

Em 1884, deu-se, ainda como resultante do estudo promovido, a publicação da História Naval Brasileira para uso das escolas a cargo do Ministério dos Negócios da Marinha”⁷, que “tornasse fácil o conhecimento exato de como se organizou a repartição da Marinha no Brasil, e de todos os feitos da Armada Brasileira, desde sua criação em 1822, até os fins da guerra do Paraguai em 1870”⁸.

Essas duas obras são de autoria do oficial da Marinha reformado Theotonio Meirelles da Silva⁹, conforme as suas próprias folhas de rosto e o exame crítico realizado pelo então Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, O. H. de Aquino e Castro, por solicitação do Ministro da Marinha, e que consta da publicação de 1884.

² PARENTE, Paulo André Leira. A Construção de Uma História Militar. *Revista Brasileira de História Militar* (eletrônica). Edição Especial de Lançamento, dez de 2009. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/index1.html>>, p.3.

³³ Não há ainda como afirmar que esta seria efetivamente a data da obra mais antiga a respeito, na medida em que o levantamento historiográfico na realização desse trabalho foi realizado apenas na Biblioteca da Marinha..

⁴ SILVA, Theotonio Meirelles da. *Apontamentos para a história da Marinha de Guerra Brasileira*. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1881-83. 3 v.

⁵ Na afirmativa dos fatos narrados constam numerosos documentos à época. .

⁶ SILVA, Theotonio Meirelles da. *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Editor B.L.Garnier, 1884, 1884, p.9.

⁷ Idem.

⁸ Ibidem, p 9-10..

⁹ A Revista de História da Biblioteca Nacional, em artigo datado de jan/2011, acerca de conquistas amorosas atribuídas a D. Pedro II, colocam um oficial de marinha de nome Teotônio Meireles da Silva como seu filho com Gertrudes Meireles de Vasconcelos nascido em 1822, na província de Minas Gerais (www.revistadehistoria.com.br/seção/capa/deitou-na-cama-e-fez-a-fama). Entretanto, conforme pesquisa realizada no Arquivo da Marinha, o autor das obras em lide teria nascido em 1820, em Minas Gerais, sendo filho de “Domingos Meirelles da Silva e da Joana” (assentamentos do autor).

Numa breve análise desses trabalhos, é possível observar algumas nuances básicas da matriz de Varnhagen¹⁰, tais como: o respeito absoluto às fontes, tradicionalismo, nacionalismo, valorização das conquistas e dos personagens principais em detrimento de análises estruturais, a herança portuguesa na constituição do Brasil, a busca da imparcialidade, objetividade a idéia de evolução. Essas nuances, além de estarem presentes em outros estudos do campo militar à época, se afirmaram nas publicações histórico-culturais produzidas pela Marinha do Brasil ao longo da 1ª metade do século XX, e mesmo depois. E estão presentes, sob certos aspectos, em trabalhos publicados nas três últimas décadas¹¹.

Os estudiosos, em sua maioria oficiais de marinha com vertente histórica¹², produziam, em escala majoritária, até princípios dos anos de 1970, uma história naval centrada nos grandes personagens, gabinetes, e conflitos armados, apoiando-se em documentos oficiais, em memórias, na exaltação da instituição. E inserida no “tempo curto e acontecimental da história política”¹³, a marginá-la no contexto de uma “história-batalha”¹⁴.

Cabe agora, fazendo uso de novos campos de investigação na pesquisa da história militar, tratar do seu viés cultural¹⁴ – no caso o desenvolvimento das atividades do Serviço de Documentação da Marinha (SDM), que redundou na existência, hoje, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) - . O seu crescimento, acelerado a partir dos anos 1980, trazem preciosos instrumentos para a contextualização dessas breves reflexões.

Criado em 1943 com o propósito de aglutinar as atividades histórico-culturais que já aconteciam na Marinha do Brasil, o SDM passou a ter sob sua subordinação a Biblioteca da Marinha¹⁵, o Arquivo da Marinha, o Museu Naval, e a Seção de História Marítima Brasileira¹⁶, que, com exceção desta última, não mais seriam organizações

¹⁰ WELING, Arno. *Estado, História, Memória, Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Nova Fronteira. 2000, p.152-194.

¹¹ É o caso da obra do Contra-Almirante Max Justo Guedes, renomado historiador naval,

¹² HARTZ, Mônica de Oliveira. *O Estudo da História Marítima Brasileira no Ensino Médio: desafios e soluções*. Revista Navigator nº 4, 2006, p.7.

¹³ SANCHES, Marcos Guimarães. *A Guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira*. Revista Brasileira de História Militar (eletrônica). ano 1, n. 1, abr. 2010. p.1.

¹⁴ Talvez não seja o caso de um viés cultural da história naval brasileira, mas sim da história da política cultural da Marinha do Brasil.

¹⁵ Criada em 1849, é vista como origem do SDM, por ter sido a primeira instituição cultural da Marinha do Brasil. Posteriormente foram criados o Museu Naval (1868) e o Arquivo da Marinha (1907).

¹⁶ Até então, estava subordinada ao Estado Maior da Armada.

militares autônomas, e sim departamentos do SDM. Em 1972, foram inauguradas as novas instalações de todas as atividades pertinentes num único espaço físico, à Rua Dom Manuel nº 15, com a criação de mais um departamento, o de Publicações e Divulgação. Processava-se assim, o começo de uma estrutura administrativa, técnica e normativa para guardar, preservar, conhecer, classificar, divulgar e pesquisar todo o conteúdo material e imaterial histórico-cultural antes disperso, colocando-os sempre perto um dos outros, “conversando” e produzindo mutuamente. Em paralelo, houve a busca da profissionalização do pessoal envolvido nessas atividades, aliada ao fomento e divulgação dos instrumentos necessários à valorização da memória naval, no intuito de tecer a mentalidade histórico-cultural da Força. Criado o então Corpo Auxiliar Feminino da Marinha, foram chegando as historiadoras, bibliotecárias, arquivistas, jornalistas e museólogas, profissionais de fato, para compor a tripulação da OM, que hoje tem rotineiramente oficiais do quadro técnico na realização de suas atividades. E aumentou-se numericamente os estudiosos da história naval brasileira, oficiais da reserva da Marinha do Brasil, cujas carreiras e perfis os habilitavam a compartilhar e a contribuir para a valorização da história marítima e naval brasileira.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, os laços com o meio acadêmico foram se estreitando mediante a realização de seminários, simpósios, ofertas de vagas para estagiários nas áreas de história, museologia, biblioteconomia e arquivologia, etc ... O mesmo para com as instituições civis congêneres, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional e Arquivo Nacional, na realização de convênios, participação em conselhos consultivos, etc..... È preciso ainda destacar, em especial, a participação dos oficiais e servidores civis do SDM, já a partir da sua primeira turma, em 2001, no curso de pós-graduação em história militar brasileira promovido em parceria pelo IGHM e a UNI-Rio, iniciativa pioneira, com o apoio do Exército Brasileiro.

Todos esses aspectos contribuíram em muito para o crescimento, renascimento, ou mesmo releitura da história marítima e naval brasileira. Haja vista a Coleção da História Naval Brasileira ¹⁷, e os periódicos produzidos pela DPHDM – a *Revista*

¹⁷ Composta de 10 volumes, trata da história marítima e naval brasileira.

*Marítima Brasileira*¹⁸ e a Revista *Navigator*¹⁹ -, que remontam a 1851 e 1968, respectivamente. Há outros exemplos, como as publicações *Fatos da História Naval*, *Introdução a História Marítima Brasileira*, livro didático usado nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, e a *Importância do Mar na História do Brasil*²⁰. Volume 13 da Coleção Explorando o Ensino – História – Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esses últimos, de caráter pedagógico, colocam a DPHDM como instituição transmissora e fomentadora de conhecimentos, resultado do novo propósito previsto no Regulamento da DPHDM, de contribuir para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira, além de preservar a memória da Marinha.

Nessas *breves reflexões da historiografia naval brasileira* é preciso ainda comentar acerca de dois fatores determinantes não apenas no aprimoramento técnico dos oficiais da DPHDM e divulgação/conscientização da maritimidade do País, mas também para uma produção historiográfica de cunho acadêmico. O primeiro incide sobre os numerosos intercâmbios, estágios, cursos, seminários e outros eventos histórico-culturais, dos quais têm participados os oficiais da DPHDM. E o outro, consta do Plano de Carreira dos Oficiais da Marinha, para o seu Quadro Técnico (que são maioria na lotação da DPHDM), os cursos de especialização, mestrado e doutorado, pretensão antiga das oficiais historiadoras do extinto Corpo Auxiliar Feminino.

3 – A Modernização do Museu Naval

Como relacionar as breves reflexões sobre a historiografia naval brasileira, já referidas, com a modernização do museu naval, e assim chegar à exposição O Poder Naval e a Formação da Marinha como símbolo do esforço empreendido pela DPHDM na construção de um novo cenário para a história naval brasileira ?

Há pelo menos uma resposta, dentre outras possíveis. No caso, a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922²¹, no Rio de Janeiro, a celebrar a memória da

¹⁸ Publicada trimestralmente, tendo matérias de cunho técnico, memorialista, efemérides e outras afetas a memória da Marinha do Brasil.

¹⁹ A Revista *Navigator* tem origem nos Subsídios para a História Marítima do Brasil e se ocupa da publicação de trabalhos acadêmicos pertinentes ao passado das atividades humanas referente ao mar e, por afinidade, aos rios navegáveis; site www.revistanavigator.com.br.

²⁰ SERAFIM, Carlos Frederico Simões, (coordenação), BITTENCOURT, Armando de Senna Bittencourt (organização). *A Importância do Mar na História do Brasil*, Brasília: Educação Básica do Ministério da Cultura, 2006.

²¹ Comemorava-se o centenário da Independência do Brasil.

nação²². Afinal, na composição do seu circuito expositivo houve “uma generosa contribuição” advinda dos acervos do Museu Militar do Arsenal de Guerra, criado em 1865, e do Museu Naval (1868), que não teriam se consolidado²³. Neste processo, bem como na criação do curso de museologia, a figura de Gustavo Barroso, autor de vários livros sobre história militar, aparece como emblemática na construção de um espaço que reunisse os objetos de um passado de glórias. E que assim, mediante uma breve e bem sucinta análise das obras e da “imaginação museal” do pai fundador do Museu Histórico Nacional²⁴, contaria uma “velha histórica política”²⁵ ou militar.

Esta concepção historiográfica/museológica foi trazida para o Museu Naval, quando da sua reinauguração em 1972, à Rua Dom Manuel nº 15²⁶. Em 1996, devido a problemas estruturais do prédio, com as obras do Mergulhão, o Museu foi fechado, sendo reaberto em 2001, ainda pautado numa concepção museológica antiga²⁷. Em 2006, foi inaugurada uma nova exposição de longa duração com o título *Poder Naval na Formação do Brasil*, construída sob um novo esforço historiográfico e uma nova ótica acerca das funções sociais dos museus, posto que esses tornaram-se “espaço dinâmico, de informação, de lazer e de educação, que cria áreas de difusão histórico-culturais com a finalidade de despertar a consciência do público para a preservação do patrimônio artístico, cultural e histórico”²⁸.

O circuito expositivo do Museu Naval está assim distribuído:

a) **Sala 1: Rumo à Terra Pressentida** – trata das grandes navegações realizadas pelos portugueses, incluindo o descobrimento do Brasil e suas aventuras, a construção naval, com relato da vida a bordo, que se iniciou no séc. XV e deu novo rumo à História; os oceanos, que antes eram obstáculos, passaram a ser via de comunicação. O Brasil foi descoberto e colonizado por mar; e a defesa dos núcleos de colonização dependeu do poder naval de Portugal; os índios; uso de mapas.

²² CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro* – Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009, p.87

²³ Há controvérsias, na medida em que o Museu Naval estava em funcionamento à época.

²⁴ Idem, p.83.

²⁵ BARROS, José Assumpção de. *O Campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004. p. 106-107.

²⁶ Juntamente com as novas instalações do SDM.

²⁷ Culto aos heróis, factualização dos objetos, sendo apenas um espaço de contemplação.

²⁸ Cf. MOURA< Glaucia Soares e DIAS, Paula Cristina da Costa Perez Tavares. *O Novo Museu Naval*”, Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil, V.6, 2010, p.127-132, citação na 127.

b) Sala 2: Intrusos e Invasores - Diversos corsários, piratas e outros intrusos desafiaram os interesses ultramarinos de Portugal durante os séculos XVI, XVII e XVIII; Os invasores vieram do mar e somente sua expulsão, com a participação de forças navais, garantiu a integridade do futuro território brasileiro; uso de mapas.

c) Sala 3: Expansão e Independência - Durante o séc. XVIII o futuro território brasileiro se expandiu para o Sul, em freqüente disputa com os espanhóis; Uso de mapas; em 1808 chegou ao Brasil a Família Real portuguesa e o Rio de Janeiro se tornou a sede do império português; com o retorno de D. João VI para Portugal, D. Pedro proclamou a Independência, em 1822, e a recém-criada Marinha do Brasil, partindo do Rio de Janeiro, levou essa independência para as províncias que ainda não haviam aderido a ela, como o Maranhão, o Pará e a Cisplatina (futuro Uruguai, que então era parte do território brasileiro). A ação eficaz da Marinha garantiu a integridade territorial do Brasil. O emprego de estrangeiros na constituição da Marinha.

d) Sala 4: o Poder Naval como instrumento da Política Nacional - após a independência, o poder naval brasileiro foi empregado como instrumento da Política nacional do Império, projetando o poder militar para debelar as rebeliões que poderiam ter fracionado o Brasil, atuando na região do Rio da Prata (em guerras e intervenções em outros países), em respaldo à Política externa do país e coibindo o tráfico negreiro, uso de Mapas; destaca ainda a atuação do futuro Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha, que se distinguiu, apesar de muito jovem, nesses conflitos.

e) Salas 5 e 6: A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai - Mais longo e sangrento conflito da América do Sul. Tendo em vista que os Rios da região, o Paraná e o Paraguai, eram as principais vias de comunicação, o papel da Marinha foi muito relevante. A Batalha Naval do Riachuelo, no rio Paraná, foi decisiva e a primeira grande vitória dos aliados nessa guerra; a aquisição de navios encouraçados foi fundamental para avançar e ultrapassar as fortificações instaladas nas margens do Rio Paraguai; após a Passagem de Humaitá pelos navios brasileiros e sua posterior ocupação, o progresso das tropas aliadas dependeu de complexas operações combinadas com a participação da Marinha e do Exército. Uso de Mapas.

f) Sala 7: O Emprego Permanente do Poder Naval - durante o século XX, ocorreram duas guerras mundiais, em que o país se viu agredido no mar, por submarinos; a Marinha Brasileira participou da Primeira Guerra Mundial principalmente através da

Divisão Naval em Operações de Guerra, cuja tarefa era o patrulhamento de um trecho da Costa Africana. Na Segunda Guerra Mundial, coube à Marinha proteger os comboios de navios mercantes, que asseguraram o abastecimento das cidades brasileiras e transportaram matérias-primas vitais para o esforço de guerra aliado; é ressaltado o emprego do poder Naval em tempo de paz, por sua importância na defesa dos interesses do País. Ele envolve um conjunto de ações necessárias para que os conflitos de interesses com outros países não saiam da esfera da diplomacia.

Da descrição acima, desprendem-se alguns aspectos, dentre outros que possam ser observados, e que parecem estar inseridas no contexto de uma “nova histórica política”²⁹ quais sejam:

1 - os fatos narrados nessas sete salas seguem uma forma estruturante, entrelaçados pela realidade histórica apresentada, qual seja, a de quão intrínseca a está a Marinha do Brasil na construção e desenvolvimento do País;

2 – expõe uma longa duração da história naval brasileira;

3 - emprego da geografia para a compreensão dos fatos (todas as salas);

4 - nuances de outros campos historiográficos, como a história social, com o relato da vida a bordo (sala 1), o emprego de estrangeiros (sala 3) e as operações de paz (sala 7), a história da ciência/tecnologia com a construção das embarcações (sala 1), o advento dos navios encouraçados (salas 5 e 6), a marinha de hoje (sala 7).e histórica econômica (todas as salas); e

5- contextualização dos objetos expostos à história narrada.

Há ainda um outro fator a ser considerado no esforço metodológico empreendido pela DPHDM para a valoração, sob um novo olhar, daqueles “velhos” enfoques da história política tradicional, quais sejam, a guerra, a diplomacia, as instituições, e a trajetória dos personagens proeminentes no jogo do poder³⁰, aliado a uma nova filosofia museológica, são os projetos desenvolvidos no Museu Naval na área educativa, como se seguem:

a) Projeto Escola - criado há mais de 10 anos, transporta grupos de crianças de escolas públicas para visitar o Complexo Cultural da Marinha, do qual faz parte o Museu Naval.

²⁹ CASTRO, Celso, IZECHSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick. *Da história militar a “nova” história militar*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

³⁰ *Op. Cit* nota 24.

As visitas são guiadas e as crianças recebem fotografia do grupo e lanches patrocinados pelo Departamento Cultural do Abrigo do Marinheiro.

b) Projeto “Uma Viagem pelo Mundo da História” - patrocinado pela TRANSPETRO, é composto por 07 peças teatrais relativas à História Marítima e Naval do Brasil e apresentadas de acordo com a faixa etária do grupo agendado, proporcionando as crianças e jovens, uma visão abrangente sobre a participação da Força Naval na história do Brasil.

c) Projeto “MARINHA EM ORIGAMI” - tem como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades motoras e criativas dos grupos de crianças visitantes, através das atividades de dobraduras em papel com temas ligados ao mar; e

d) Projeto Uma Aula no Museu – guiado por historiadores da DPHDM, alunos oriundos de escolas públicas / particulares recebem uma aula acerca do poder naval na formação do Brasil.

Essas ações educativas trazem, comprovadamente, novos significados histórico-sociais para os museus.

4 – Considerações Finais

Para as considerações finais dessa comunicação, algumas notas explicativas se apresentam, no caso:

a) a história naval brasileira contextualizada no Museu Naval, apesar de não mais meramente narrativa e factual, ainda se encontra majoritariamente segmentada no campo da história política;

b) aos moldes do propósito de Gustavo Barroso, foi feito uso do espaço cultural Museu Naval para afirmação do Estado Nacional ao longo da história do Brasil, sendo esta narrada por um de seus instrumentos – o poder naval - ;

c) a problemática histórica levantada na recuperação do Museu Naval – a Marinha do Brasil foi importante para a formação do país? – foi respondida com a revitalização desse espaço cultural aos moldes de uma filosofia museológica dinâmica e interativa, onde os objetos não constituem história por si mesmos.

d) esforço historiográfico não mais proveniente de iniciativas pessoais, sem solução de continuidade pela Força; e

e) Matriz de Varnhagen vigente nos textos produzidos nas salas expositivas do Museu Naval.

Outras observações foram sendo colocadas ao longo do texto, e algumas ainda estão em construção, limitando em considerações finais e não numa conclusão todas essas breves reflexões acerca das atividades desenvolvidas pela DPHDM no esforço historiográfico da revitalização da história naval brasileira, onde a modernização do Museu Naval é apenas uma de suas resultantes.

Afinal, intrínseco à esta releitura, há, entre outros fatores, a editoração periódica da Revista Navigator, objeto valioso no fomento de trazer e levar conhecimentos aos meios acadêmicos capazes de produzir um novo olhar para a história marítima e naval brasileira. Como exemplo, as três últimas edições da publicação, que resultaram em 08 artigos produzidos por historiadores militares ligados às instituições das Forças Armadas, e 20 outros oriundos de colaboradores provenientes de instituições acadêmicas.

A ARMADA IMPERIAL NA COSTA DA ÁFRICA: (1827-1830).

Marcelo Rodrigues De Oliveira *

“Duas correntes irreconciliáveis... a primeira levou-nos à África em busca de escravos para satisfazer as necessidades, cada vez maiores, do nosso desenvolvimento agrícola... a segunda... afastou-nos da África devido à insistência inglesa quanto à abolição do... tráfico de escravos... Esse conflito entre as necessidades do País e as exigências dos ingleses foi a essência da nossa história nos primeiros cinquenta anos do século XIX”. (RODRIGUES, 1965:115)

I- INTRODUÇÃO:

Após a emancipação política do Brasil, a Grã-Bretanha condicionou o reconhecimento do Governo Imperial à abolição do tráfico negreiro. Em 23 de novembro de 1826 foi realizada uma convenção anglo-brasileira com o fito de pôr fim ao comércio de escravos na costa da África. Esta convenção revalidou os compromissos assumidos anteriormente pela Coroa portuguesa¹ e estabeleceu a supressão definitiva do tráfico para três anos após a troca de ratificações.

As ratificações da convenção de 1826 foram realizadas em Londres, a 13 de março de 1827. A partir de igual data de 1830 o tráfico de escravos africanos para o Brasil, seria considerado operação ilícita e tratado como pirataria (BETHELL, 1976:69).

De acordo com Ney Paes Loureiro Malvasio, o Império do Brasil após as negociações com os plenipotenciários britânicos, se comprometeu a promover a fiscalização do intenso tráfico negreiro existente entre o litoral africano e a costa brasileira, inspecionando os negreiros que deixavam a costa ocidental africana em direção ao Brasil. (MALVASIO, 2007:2). Ainda segundo Malvasio, “a solução encontrada pelo Império brasileiro para assegurar os compromissos assumidos com a Grã-Bretanha e mostrar a boa vontade do Brasil em sua política externa, foi a criação de uma divisão naval estabelecida

¹ No *Tratado de Aliança e Amizade* celebrado em 19 de fevereiro de 1810, entre Portugal e Grã-Bretanha, o Príncipe Regente Dom João comprometeu-se a adotar em seus domínios uma “gradual abolição do commercio de escravos”. Em 22 de janeiro de 1815 a Coroa portuguesa e a britânica realizaram um novo pacto que estabeleceu a abolição imediata do tráfico de escravos em todos os lugares da costa da África ao Norte do hemisfério do Equador. Além desta medida, o tratado reafirmava que os portugueses adotariam em seus domínios uma “abolição gradual do Tráfico de Escravos”. Em 22 de julho de 1817, realizou-se uma convenção adicional ao Tratado de 1815 que estabeleceu o direito mútuo de visita e busca nos navios de ambas as bandeiras, suspeitos de tráfico ilícito de escravos, constituindo na prática uma autorização à marinha britânica para agir sobre os navios portugueses, já que só a *Royal Navy* teria o necessário Poder Naval. Criaram-se também comissões mistas para o julgamento dos navios apresados que passaram a funcionar na costa d’África, no Rio de Janeiro e em Londres. (Coleção de Leis do Brasil- Arquivo da Marinha)

no litoral africano” (MALVASIO, 2007:2). Desta forma, em 1827 foi criada a Divisão da Costa de Leste,² também denominada de Divisão Naval na Costa d’África³. Esta base naval da Marinha Imperial foi estabelecida no porto angolano de Cabinda, território de Portugal e importante centro de saída de navios negreiros em direção ao Brasil, sendo, portanto, uma localização estratégica para a fiscalização do tráfico.

Segundo Jaime Rodrigues, no início do século XIX, Cabinda se constituía em uma “zona de livre comércio”, em função da prevalência dos interesses africanos em detrimento da pretensa soberania portuguesa e era a base de traficantes de escravos, envolvidos tanto com o mercado brasileiro como com o cubano, interessados em escapar às medidas de controle sobre as atividades mercantis em portos angolanos situados mais ao sul, como Benguela e Luanda (RODRIGUES,2005:13-15-30).

De acordo com Herick Marques Caminha, a Divisão Naval do Leste⁴ era destinada apenas a “fiscalizar os navios brasileiros quanto à observância das disposições do Tratado de 1815 com a Inglaterra, sob o tráfico negreiro” (CAMINHA,1986:174), porém segundo Henrique Boiteux, além do objetivo de impedir o tráfico ilícito de africanos, a divisão naval que mantínhamos na costa da África fora criada para proteção do nosso comércio da incursão de piratas no litoral africano (BOITEUX,1921:256-260).

No Relatório Ministerial⁵, apresentado em 30 de junho de 1827 à Assembléia Legislativa, o Ministro da Marinha Francisco Maurício de Sousa Coutinho propôs que para a conservação da Divisão Naval na Costa d’África ocorresse a renição da guarnição desta de seis em seis meses. Esta Divisão da Armada Imperial foi constituída, com períodos variáveis de permanência, pela Fragata *Paraguaçu*, Corveta *Ânimo Grande*, Brigue *Quinze de Agosto* e Brigues-Escunas *Duquesa de Goiás* e *Ismênia*.

II- DIVISÃO NAVAL DO LESTE: A UTILIZAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA IMPERIAL

² Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 32 e verso. Arquivo da Marinha.

³ Esta denominação aparece no Relatório do Ministério da Marinha de 1827.

⁴ Divisão Naval do Leste é a expressão utilizada por Herick Marques Caminha para se referir a Base Naval brasileira estabelecida no litoral africano no início do século XIX.

⁵ MINISTÉRIO DA MARINHA. Proposta do ano de 1827, apresentada a Assembléia Legislativa pelo Exm. Sr. Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha, Francisco Maurício de Sousa Coutinho, em 30 de junho de 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 3.

Para o comando da Divisão da Costa de Leste foi nomeado, em fins de 1827, o Capitão de Mar e Guerra James Thompson, o qual, na Fragata *Paraguaçu*, sob o comando do Capitão de Fragata Justino Xavier de Castro, acompanhada pelo Brigue *Quinze de Agosto*, sob o comando do Primeiro-Tenente João Evangelista de Araújo Pitada, deveria promover a organização de comboios para proteger o comércio brasileiro e dar instruções às embarcações passíveis de serem atacadas na costa brasileira por navios corsários em função da Guerra da Cisplatina (1825-1828).

Em 1827, a guerra de corso representava o instrumento bélico mais eficiente das Províncias Unidas do Rio da Prata em seu conflito com o Brasil, pois causou grandes prejuízos à navegação comercial. Além disso, enfraquecia o bloqueio efetivo que a Armada Imperial realizava no Rio da Prata, porque dele eram retiradas unidades para combater os corsários que infestavam o litoral do Brasil.

Os navios que deveriam ser comboiados eram: “a Galera *Imperador*, os Bergantins *Triumpho*⁶, *Destino*, *Triumphant* e o Brigue-Escuna *Cotia*” (BOITEUX, 1921:257). Por não ter dado cabal desempenho à missão que lhe fora confiada, James Thompson foi “demitido do serviço da Armada Nacional e Imperial por decreto de 11 de Janeiro de 1828.”⁷

A organização do sistema de comboios era a medida protetora mais ampla para se opor às investidas dos corsários. O regulamento para as escoltas dos comboios era extremamente severo, pois previa até “a pena de morte para aqueles que falhassem na sua defesa sem justificativa clara e galés perpétuas para quem desobedecesse a instruções recebidas” (MARTINS & BOITEUX, 2002:360).

O Comandante da Fragata *Paraguaçu* Justino Xavier de Castro⁸, posteriormente seguiu em viagem de cruzeiro para Angola a fim de promover a rendição de parte da guarnição estacionada em Cabinda. Por Aviso de 19 de maio de 1828, o Capitão de Fragata

⁶ Grifo nosso. O *Triumpho* era um navio negreiro que praticava com regularidade o comércio transatlântico de escravos africanos. Cf. www.slavevoyages.org, consultado em 05/10/2010.

⁷ Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 19 e verso. Arquivo da Marinha.

⁸ Sendo piloto de praça, Justino Xavier de Castro foi admitido para o serviço da Armada Nacional e Imperial no posto de Primeiro-Tenente em 6 de outubro de 1822, em 9 de agosto de 1824 foi nomeado Capitão-Tenente e a 12 de outubro de 1827 foi promovido ao posto de Capitão de Fragata. Assumiu o comando da Fragata *Paraguaçu* em 1º de novembro de 1827 e desembarcou em 14 de agosto de 1829. Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 66 e verso. Arquivo da Marinha.

Bartholomeu Hayden⁹ foi nomeado Comandante da Divisão da Costa de Leste e da Corveta *Ânimo Grande*, que deveria capitanear a base naval brasileira na costa da África.

Em fins de maio de 1828, a bordo da Corveta *Ânimo Grande* o Chefe Naval Bartolomeu Hayden saía do Rio de Janeiro para assumir o comando da divisão naval estabelecida na costa d'África. Em julho, Hayden aportara em Cabinda e antes de deixar este porto para se apresentar ao governante da colônia portuguesa deixara instruções a bordo do Brigue *Quinze de Agosto* para que somente deixasse o porto de Cabinda após a chegada do Brigue-Escuna *Ismênia*¹⁰, e assim procedesse com a missão de dar comboio até 50 léguas distantes da costa às embarcações brasileiras que estivessem prontas para saírem e depois regressasse com a maior diligência.

Em agosto, Hayden escrevera participando ao Ministro da Marinha que fora bem recebido pelo Governador de Angola, o Capitão General, Nicolau de Abreu.

Em correspondência datada de 13 de junho de 1828, a bordo da Fragata *Paraguaçu*, Justino Xavier de Castro participara ao Ministro da Marinha, o Almirante Diogo Jorge de Brito, que parte da guarnição estacionada em Cabinda havia contraído moléstias e estava em péssimo estado de saúde. “A 19 de julho de 1828, a Fragata *Paraguaçu* saiu de Cabinda, comboiando a Galera *Novo Despique* e o Brigue *Novo Destino*, levando sessenta e seis doentes, dois quais morrerão cinco em viagem, tendo chegado ao Rio de Janeiro a 2 de agosto de 1828” (BOITEUX, 1921:258-259).

“A 14 de agosto de 1828 o Brigue *Quinze de Agosto* bateu-se perto de Cabinda com um corsário ou pirata argentino que foi obrigado a fugir” (MAIA, 1975:114). Ainda em agosto de 1828, após a partida da Fragata *Paraguaçu*, o Primeiro-Tenente Felipe Marques de Figueiredo, Comandante do Brigue *Quinze de Agosto*, que recebera parte da guarnição da Fragata *Paraguaçu*, relatou ao Ministro da Marinha o estado de sua tripulação:

[...] na minha guarnição não se achão senão creanças, pretos, e bem poucos marinheiros e alguns não são mais do que soldados sentenciados da Presiganga com o titulo de marinheiros; além disso acha-se, grande parte, para

⁹Bartholomeu Hayden nasceu na Irlanda em 22 de fevereiro de 1792, sendo contratado pela Marinha Imperial Brasileira para lutar pela Independência do Brasil. A 13 de julho de 1823 foi nomeado para o serviço ativo da armada pelo Almirante Lord Cochrane no posto Capitão-Tenente. Por decreto de 8 de maio de 1826 fora promovido ao posto de Capitão de Fragata. Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 32 e verso. Arquivo da Marinha.

¹⁰O Brigue-Escuna *Ismênia* chegou a Cabinda em 26 de julho de 1828.

*melhor dizer, todos **escorbutados**,¹¹ havendo dias que custa se encontrar dez pessoas capazes de fazer serviço,[...] cuja razão não posso atribuir senão por ter aquecido muito ao sol nestes dias, pois todos os meios tenho procurado para evitar a moléstia, já com a limpeza do corpo, já com a limpeza interna e externa do navio, refrescos, apesar de haver pouca ortalice por não ser tempo della; [...] e **acrescento mais, terem doenças incuráveis n'esta Costa.** (BOITEUX, 1921:259, Grifo nosso)*

De forma infrutífera o Comandante Hayden, após ter avaliado a situação de sua Divisão, solicitou ao Ministro da Marinha a vinda de mais uma corveta para aumentar o Poder Naval brasileiro estabelecido no litoral africano e assim melhor proteger o comércio marítimo do Brasil que estava sofrendo ataques de navios piratas (BOITEUX, 1921:257).¹²

Envolvido na Campanha da Cisplatina, o recém criado Império do Brasil mantinha outra divisão naval no Estuário do Rio da Prata e concentrava ainda navios de guerra nos principais portos brasileiros, o que desviava a maior parte dos recursos e marinheiros.

Para avaliarmos o real compromisso do Estado Imperial brasileiro em fiscalizar o intenso tráfico negreiro, no período em questão, é fundamental analisarmos estatísticas de importação de escravos provenientes de Angola:

[...] Enquanto quase todos os escravos importados no período 1795-1811 procediam de Angola, divididos quase igualmente entre os portos principais de Benguela e Luanda, no período 1825-1830 Angola forneceu 44% das importações do Rio de Janeiro. Os portos do norte do rio Zaire, especialmente Cabinda, aumentaram em importância. Nesse período posterior, Cabinda transformou-se no principal supridor de escravos para o Rio de Janeiro enquanto o porto angolano de Ambriz adquiriu importância semelhante como supridor àquela de Benguela. Luanda e Benguela, que dominaram o comércio no início do século XIX, forneciam agora 12% e 21% das importações do Rio de Janeiro, respectivamente. (KLEIN& ENGERMAN, 1976:102, Grifo nosso)

O fato de o porto angolano de Cabinda ter se tornado o principal fornecedor de escravos para o Rio de Janeiro, durante o período de permanência da Divisão Naval do Leste no litoral africano, indica que o acordo diplomático anglo-brasileiro que previa uma gradual diminuição do comércio de escravos para uma posterior supressão não estava sendo realizado.

¹¹ As longas estadias no mar e a dieta escassa e pobre contribuía para o aparecimento de doenças como o escorbuto (deficiência de vitamina C), que causava a morte de muitos marinheiros. Esta doença é diagnosticada pelo inchaço e sangramento das gengivas, a perda de fixação dos dentes, o aparecimento de manchas na pele e excessivo cansaço.

¹² Carta do Comandante Bartolomeu Hayden ao Ministro da Marinha, datada de 22 de Julho de 1828.

Além disso, a fiscalização sobre o tráfico ilícito de escravos africanos, desenvolvido em portos e paragens da costa da África situadas ao Norte do hemisfério do Equador, não era uma prioridade dos navios de guerra brasileiros baseados em Cabinda, apesar de esta cidade encontrar-se situada próxima à linha do Equador. De acordo com Leslie Bethell, “tanto o tráfico legal (ao sul do Equador), como o ilegal (ao norte da linha) tinham aumentado marcadamente no período imediatamente anterior à sua abolição” (BETHELL, 1976:78). Citaremos a seguir estimativas da chegada de navios negreiros, envolvidos no comércio transatlântico de escravos, aos portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco:

[...] enquanto de 1822 a 1827 cerca de sessenta navios tinham desembarcado aproximadamente 25 mil escravos por ano na província do Rio de Janeiro, em 1828 mais de cento e dez navios desembarcaram, em média, 45 mil escravos, o mesmo que no ano seguinte e, nos primeiros seis meses de 1830, setenta e seis navios negreiros desembarcaram mais de 30 mil escravos. Na província da Bahia, onde, nos anos anteriores cerca de quinze navios tinham desembarcado anualmente entre três e quatro mil escravos, em 1829 quarenta e três navios desembarcavam mais de 17 mil enquanto que, no mesmo ano, mais cinco mil eram desembarcados por vinte e dois navios em Pernambuco. (BETHELL, 1976:78-79)¹³

Esse influxo sem precedentes de africanos para o Brasil ocorrido num período de apenas três anos, deve ser compreendido como uma consequência direta do prazo estabelecido para a abolição total do tráfico transatlântico de escravos na convenção anglo-brasileira de 1826.¹⁴

Paradoxalmente adotou-se uma atitude diplomática aparentemente comprometida com a extinção do tráfico de escravos e uma “práxis” interna que permitia a sua manutenção.

Destarte, cabe ressaltar que o emprego do Poder Naval da Armada Imperial, a partir de uma base naval estabelecida em Angola, atendeu mais à necessidade de defesa do comércio brasileiro que estava sendo alvo de navios piratas e corsários na costa africana, do que a realização de uma fiscalização diligente sobre o tráfico ilícito de escravos. Sobre esta questão citaremos um trecho do Relatório Ministerial do ano de 1828, em que o então Ministro da Marinha Miguel de Souza Mello e Alvim, ao justificar as despesas logo após o fim da Guerra da Cisplatina apontava, dentre outros motivos, a necessidade de manutenção da Divisão Naval na Costa d’África em função da continuação das agressões de piratas ao

¹³Estimativas tiradas dos relatórios trimestrais dos cônsules britânicos para o Foreign Office.

¹⁴ O prazo estabelecido para permanência do tráfico de escravos africanos ao sul do hemisfério do Equador seria até 13 de março de 1830.

comércio marítimo brasileiro mesmo após a publicação da paz com as Províncias Unidas do Rio da Prata.¹⁵ Assim, vejamos:

*[...] se foi preciso conservar por seis mezes, depois da publicação da paz, uma divisão naval no Rio da Prata, se ainda é preciso sustentar outra nos mares da África, para defender o nosso expirante commercio naquella costa das continuas aggressões dos piratas que a infestam, se a viagem da senhora Rainha de Portugal, D. Maria II á Europa exige a presença de duas fragatas de 1ª ordem naquelle hemispherio, como se poderia esperar redução de despeza com a marinha?*¹⁶

Além de piratas que infestavam o litoral africano, alguns navios corsários com Patentes de Corso concedidas pelas Províncias Unidas do Rio da Prata chegaram a operar próximos a costa africana com o objetivo de pilhar o comércio brasileiro. Com efeito, o corsário *General Brandsen*, comandado pelo norte-americano George De Kay, após partir de Buenos Aires em junho de 1827 seguiu em viagem de cruzeiro para Nova York, deixando um rastro de destruição na costa brasileira e apresando inclusive navios negreiros, cujos escravos foram negociados nas Antilhas. Nas proximidades do litoral de Pernambuco, De Kay combateu o Brigue brasileiro *Cacique* que fora capturado e passou a operar como corsário comandado por John Gray, inglês naturalizado argentino (MARTINS &BOITEUX, 2002:389-391). A permanência dos dois corsários em Nova York foi interrompida pelo protesto do cônsul brasileiro, tendo ambos zarpado a 2 de janeiro de 1828 com destino a Argentina. Neste segundo cruzeiro, os corsários velejaram afastando-se para o litoral africano com o propósito de embaraçar o comércio marítimo brasileiro. De acordo com Helio Leoncio Martins, após partirem dos Estados Unidos da América:

Ambos navegaram para leste, passando o Cacique pelas Ilhas de Açores e Madeira, fazendo parar os navios neutros e inspecionando-os, a ver se transportavam mercadorias para o Brasil, que eram retiradas. Da mesma forma agia o General Brandsen, em rota mais a oeste. Encontraram-se em março na Ilha de Santo Antônio, no Cabo Verde, disfarçando sua nacionalidade e até ofertando ao governador um pavilhão azul e branco, dizendo ser a nova bandeira portuguesa! (MARTINS &BOITEUX, 2002:391).

Outro registro de corsário argentino que cruzou o Atlântico foi o *General Brown*, comandado por Augusto Larsen, que, a 19 de março de 1828 rumou para a costa africana

¹⁵ A convenção preliminar de paz foi assinada no Rio de Janeiro em 27 de agosto de 1828.

¹⁶ Ministério da Marinha. Relatório e proposta do ano de 1828, apresentado a Assembléia Geral pelo Exm. Sr. Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha, Miguel de Souza Mello e Alvim, em 30 de maio de 1829. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p.13. (Grifo nosso).

atrás de negreiros brasileiros, tendo apresado os Brigues *Cotin*, *Imperador* (com 116 negros) e *Triunfo da Inveja* (MARTINS&BOITEUX, 2002:394). Após o feito dirigiu-se para as Antilhas, onde se efetuaría a venda dos escravos.

Em correspondência datada de 15 de novembro de 1828, Bartholomeu Hayden, Chefe Naval da base brasileira em Angola, participou ao Ministro da Marinha, que “a galera *30 de Março* e o brigue *Amazonas*, sahiriam no dia seguinte para o Rio de Janeiro e que nada houve quanto a Divisão, e não terem apparecido nem inimigos, nem piratas” (BOITEUX, 1921:260). Porém, em uma nova carta dirigida ao Ministro, datada de 22 de janeiro de 1829, Hayden declarou que:

No dia 17 de tarde appareceu a sotavento deste Porto, hum Brigue-Escuna, que fez fogo a huma Lanxa e a obrigou a encalhar; estando já perto da noite julguei inutil o mandar atrás d'elle. A 19 de nanhan appareceu outra vez fundeado á distancia de dous tiros d'esta Corveta, mandei o Bergantin “Duquesa de Goyaz” a dar-lhe caça, o que fez. [...]; só tenho muito sentimento que se escapasse este Pirata. Estamos agora concertando as avarias do Bergantin, e como nem elle, nem o “15 de Agosto”, estão promptos para sahir com o Comboy, deixo elles ambos cá e vou acompanhar o Comboy, a pôllo fóra da Costa, por que julgo provavel que o Pirata está esperando por elle. Quando largar a companhia destes Brigues, tenho a intenção de hir a Angola e Ambriz, a dar Comboy aos navios de lá [...]. Deos Guarde a V. Ex. Bordo da Corveta “Animo Grande”, surta em Cabinda 22 de janeiro de 1829 Ilmo. Ex. Snr. Miguel de Souza Mello e Alvim, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha. Bartholomeu Hayden, Capitão-de-Fragata, Comandante. (BOITEUX, 1921:260-261, Grifo nosso)

O Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás*, comandado pelo Primeiro-Tenente Charles Watson, perseguiu o Brigue pirata *Empreendedor*¹⁷, que possuía o mesmo número de canhões que o Bergantim brasileiro. O combate se desenrolou na escuridão noite, mas uma forte tempestade favoreceu a fuga do pirata. Neste combate morreram dois marinheiros do *Duquesa de Goiás* e o Tenente Charles Watson faleceu pouco tempo depois, ainda na costa d'África, a 27 de abril de 1829.¹⁸

As informações prestadas por Hayden ao Ministro da Marinha sobre a presença de piratas na costa da África, o procedimento de enviar um de seus navios para perseguir o navio pirata e a prática de comboiar os navios brasileiros até fora da costa africana ressalta que a Armada brasileira estacionada em Cabinda tinha, na verdade, um duplo encargo:

¹⁷ De acordo com Henrique Boiteux “Dizia-se que este Brigue era comandado pelo corsário Cesar Fournier, que depois da Guerra da Cisplatina fora piratear contra o nosso comércio.” Cf.(BOITEUX, 1921:261).

¹⁸ Cf. Livro de Assentamentos dos Officiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 115 e verso. Arquivo da Marinha.

defender o comércio brasileiro¹⁹ contra ataques de piratas e possíveis corsários, além de dissuadir a Grã-Bretanha quanto à cooperação em relação à adoção de uma política compromissada com a diminuição gradual do tráfico negreiro.

Cabe ressaltar ainda que de todas as correspondências analisadas do Comandante Hayden, dirigidas ao Ministro da Marinha, não foi observado qualquer menção ao apresamento, por parte dos navios de guerra brasileiros, de navios negreiros envolvidos com o comércio ilícito de escravos. A análise dos livros de quarto, ofícios e ordens recebidas da Fragata *Paraguaçu* e do Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás*, encontrados no Arquivo Nacional do Brasil, não revelaram também qualquer referência ao apresamento de embarcações que se destinavam ao tráfico de escravos.

Os navios envolvidos com o comércio marítimo eram matriculados na Intendência da Marinha através de inspetores dos Arsenais de Marinha, nas províncias onde os houvesse (CAMINHA, 1986:52).²⁰ Antes de saírem do Brasil, portando passaportes competentes²¹ para o fim a que se destinavam, as embarcações mercantes deveriam ser despachadas pelo fiscal da Mesa do Despacho Marítimo.²² Além deste controle legal realizado no Brasil, de acordo com a convenção anglo-brasileira de 1826, que revalidou os compromissos assumidos pela coroa portuguesa no Tratado de 1817, os navios envolvidos com o ramo do comércio de escravos poderiam também ser fiscalizados na costa da África

¹⁹ Incluem-se neste caso os navios empregados no comércio lícito de escravos que era desenvolvido entre os portos brasileiros e os portos africanos situados ao Sul do hemisfério do Equador em áreas sob domínio da Coroa portuguesa. Cf. Art. I do Tratado de 1815 e Art. I e II do Tratado de 1817, realizados entre Portugal e Inglaterra e renovados pelo Brasil em 1826.

²⁰ Somente a partir de 1845 foram criadas as Capitânias-de-Porto em algumas Províncias do Império.

²¹ De acordo com o Tratado anglo-português realizado em 1817 e renovado pelo Brasil em 1826, os **navios que se destinavam ao tráfico lícito de escravos deveriam portar passaportes especiais** numerados e assinados por autoridades competentes, válidos apenas por uma viagem, onde deveria constar o porto de saída e de destino, o número de escravos que deveriam ser levados a bordo equivalentes ao permitido pela tonelagem do navio, o número da tripulação, os nomes do Mestre, do navio e de seu proprietário, além da tonelagem do navio. Anexada ao passaporte deveria estar uma Certidão de fiscalização feita na Mesa do Despacho Marítimo.

²² A Mesa do Despacho Marítimo foi criada através do Alvará de 3 de fevereiro de 1810. Nesta instituição de controle marítimo havia um fiscal, um tesoureiro e um escrivão. Entre suas incumbências estava a arrecadação de impostos e escrituração constando o nome da embarcação, do mestre dela e a relação da guarnição, a carga, o porto de destino e o dia da saída. Finalmente, após a inspeção os navios eram despachados pelo fiscal da Mesa, portando uma Certidão de fiscalização. A Mesa do Despacho Marítimo foi abolida pela Lei de 10 de setembro de 1830, passando o serviço de arrecadação de impostos e escrituração de mercantes a ser realizado nas estações dos Arsenais de Marinha, nas Províncias onde os houvesse. Cf. BRASIL. Índice Alfabético das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Universal dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, Tomo 3, 1850, p.460.

pelos navios de guerra de ambas as Marinhas desde que houvesse motivos razoáveis para se suspeitar de terem a bordo escravos adquiridos através de comércio ilícito.²³

A Decisão Legislativa nº 214, de 5 de novembro de 1829, assinada pelo Ministro da Marinha Miguel de Souza Mello e Alvim e dirigida ao fiscal da Mesa do Despacho Marítimo, facultava o porte de passaportes especiais para embarcações empregadas no comércio lícito de escravos africanos e fixava o prazo limite para a concessão de passaportes aos navios empregados no tráfico negreiro, em virtude de expirar a 13 de março de 1830 o tráfico lícito de escravos da costa d'África:

*[...] V.S. fará constar aos proprietarios, ou consignatarios das embarcações empregadas no commercio licito de escravos, que havendo sido prorogado até o dia 13 de Março do anno próximo seguinte o prazo marcado para a retirada das mesmas embarcações para os portos deste Imperio, [...] **Ha por bem Permitir, que se continuem a facultar passaportes especiaes áquellas embarcações, que ainda tenham de ser enviadas pelos respectivos proprietarios, ou consignatarios aos portos da Costa d'África, para nelles receberem a carga de escravos, que tiverem prompta a embarcar, a saber: as que se dirigirem para a Costa Oriental d'África até o dia 25 do corrente, e para a Occidental até o dia 15 de Dezembro seguinte, [...]e ficando todos na intelligencia, de que a sua sahida dos referidos portos deve infallivelmente verificar-se o mais tardar até o sub-mencionado dia 13 de Março de 1830, prazo fixo, e improrogavel para tal fim.** Deus Guarde a V.S. – Paço em 5 de Novembro de 1829. – Miguel de Souza Mello e Alvim. Sr.Fiscal da Mesa do Despacho Marítimo. (Grifo nosso)*

Embora esta legislação fixa-se uma data limite para o fim do comércio de escravos africanos para o Brasil, que correspondia exatamente ao prazo de três anos contados a partir das ratificações da convenção de 1826 entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha, o comércio de escravos ao sul do Equador, até então lícito, recebia amplo respaldo e, posteriormente, posto na ilegalidade, o tráfico negreiro continuou a se desenvolver através do “contrabando”.

No relatório ministerial referente ao ano de 1829, apresentado a Assembléia Geral Legislativa em 25 de maio de 1830, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa, relatou qual fora o propósito da Divisão Naval do Leste e o fim desta Divisão Naval a partir do recolhimento dos últimos navios, que estavam estacionados na costa africana, ao porto do Rio de Janeiro em 1830:

[...] A divisão naval, encarregada de proteger o commercio da escravatura na Costa d'África, logo que expirou o prazo estipulado para a duração de semelhante trafico, se recolheu a este porto com os ultimos navios

²³ Cf. Art. V do Tratado de 1817, realizado entre Portugal e Inglaterra e renovado pelo Brasil em 1826.

*que alli existiam. Perdemos neste serviço alguns officiaes benemeritos, e não poucos marinheiros e soldados das guarnições: muitos outros entraram bastantemente enfermos para os hospitaes.*²⁴

O prazo mencionado acima, para a extinção do tráfico de escravos, refere-se a 13 de março de 1830, data em que o tráfico de escravos africanos para o Brasil foi posto na ilegalidade. A Divisão Naval do Leste foi extinta exatamente quando a fiscalização do tráfico negreiro no litoral africano se faria mais necessária, tendo em vista a efetivação da supressão total do comércio de africanos para o Brasil em atendimento aos acordos diplomáticos assumidos com a Grã-Bretanha. Esta medida do Governo Imperial fez com que apenas a *Royal Navy* representasse algum obstáculo real à saída de navios negreiros dos portos africanos.

A nova situação diplomática do Brasil, em função da extinção da Divisão Naval do Leste, foi sintetizada por Ney Paes Loureiro Malvasio da seguinte forma:

[...] o fim da Divisão Naval operando a partir de Cabinda. Esse fato, em consonância com o vencimento do prazo previsto no Tratado de 1827 para a extinção do tráfico negreiro, levou a Inglaterra a adotar pressões cada vez mais incisivas em relação ao Brasil. [...] a não observância da vigilância do tráfico de escravos e das cláusulas do tratado anglo-brasileiro, levou à política de agressão do Bill Aberdeen e a situação só se normalizou após a lei Eusébio de Queiroz em 1850. (MALVASIO, 2007:3, Grifo nosso)

De acordo com João do Prado Maia, “os últimos anos do Primeiro Reinado (1830-1831) foram, para a Marinha, de estagnação e decadência. [...] O Marquês de Paranaguá, Vilela Barbosa,²⁵ [...] perdera, dir-se-ia, o élan mantido em sua administração anterior. Limitou-se, [...] a deixar o barco correr...” (MAIA, 1975: 124-125)

Até fins de 1828²⁶ o Brigue-Escuna *Ismênia*, sob o comando do Primeiro-Tenente Duarte Martins da Silva, compunha a Divisão Naval do Leste e era empregado no serviço de comboio dos navios de comércio brasileiros (BOITEUX, 1942:312). A partir de janeiro de 1829, a Armada Imperial estacionada em Cabinda compunha-se somente da Corveta *Ânimo Grande*, do Brigue *Quinze de Agosto*, que estava em mau estado, e do Brigue-

²⁴ Ministério da Marinha. Relatório e proposta do ano de 1829, apresentado a Assembléia Geral pelo Exm. Sr.Ministro e Secretário de Estado dos negócios da Marinha, Francisco Vilela Barbosa, em 25 de maio de 1830. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p.7. (Grifo nosso).

²⁵ Francisco *Vilela Barbosa* (Marquês de Paranaguá) foi Ministro da Marinha de 19.11.1823 a 15.01.1827 e novamente entre 04.12.1829 a 19.03.1831.

²⁶ O Brigue-Escuna *Ismênia* foi desarmado em 5 de dezembro de 1828. Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Nacional e Imperial, filme nº 46, seção B, folha 58. Arquivo da Marinha.

Escuna *Duquesa de Goiás*. (BOITEUX, 1921:261-262).²⁷ A análise do histórico desses navios revelou que a partir do ano de 1829 ocorreu uma progressiva desmobilização da força naval brasileira estabelecida no litoral angolano.

Da comissão em que se encontrava na costa da África, o Comandante Bartolomeu Hayden regressou com parte de doente à Corte (Rio de Janeiro), e desembarcou em 18 de abril de 1829.²⁸

A partir de 22 de janeiro de 1829 o Brigue *Quinze de Agosto* passou a ser comandado em desarmamento pelo Segundo-Tenente João Maria Wandenkolk (BOITEUX, 1956:972).

O Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás* foi desarmado em dezembro de 1829 (BOITEUX, 1956:541).

Em 1830, a Corveta *Ânimo Grande* foi transformada em presiganga de sentenciados (BOITEUX, 1956:125). Nesse mesmo ano a Fragata *Paraguaçu*, que fazia viagens de cruzeiro para realizar a rendição da guarnição brasileira baseada no porto de Cabinda, foi desarmada para entrar em reparos (BOITEUX, 1956:870).

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A utilização da Marinha de Guerra como um meio prático de assegurar as decisões do Estado Imperial concernente à política externa, verificou-se na criação e manutenção da Divisão Naval do Leste, que apesar da existência efêmera mostrou-se bastante útil para o Brasil que atravessava um momento conjuntural específico de guerra e crise.

O recém criado Império do Brasil necessitava do reconhecimento de sua soberania por parte da Grã-Bretanha e, além disso, a não colaboração com a política externa inglesa concernente à fiscalização do intenso tráfico negreiro entre a costa africana e a brasileira, provavelmente traria para o jovem País conseqüências bastante graves.

Na época dos acordos diplomáticos de 1827, o Brasil se encontrava em guerra com a Argentina pela posse da província da Cisplatina, a qual após o conflito deu origem a República Oriental do Uruguai. Um atrito com a Grã-Bretanha poderia trazer um corte de

²⁷ A guarnição da Corveta *Ânimo Grande*, onde arvorava o pavilhão do Comandante Hayden, era de 154 tripulantes, prontos existiam 138. No Brigue *Quinze de Agosto*, sob o comando do Primeiro-Tenente Duarte Miranda da Silva, o efetivo era de 100 homens e no Brigue-Escuna *Duquesa de Goiás*, comandado pelo Primeiro-Tenente Carlos Watson, o efetivo era de 115 tripulantes, prontos havia 102.

²⁸Cf. Livro de Assentamentos de Oficiais da Armada Real, filme nº 44, seção B, folha 32 e verso. Arquivo da Marinha.

suprimentos militares, pois os ingleses eram os nossos principais fornecedores e isso fragilizaria o bloqueio efetivo que Marinha de Guerra brasileira impunha à navegação no Estuário do Rio da Prata, já que o bloqueio era tolerado pela Grã-Bretanha (MALVASIO, 2002:2).

Após o fim da Guerra da Cisplatina (1825-1828), observamos que a partir do ano de 1829 ocorreu uma efetiva desmobilização da força naval brasileira estacionada na costa africana e de acordo com o relatório do Ministro da Marinha apresentado à Assembléia Legislativa, em maio de 1830, os últimos navios da divisão naval, encarregada de resguardar o comércio lícito de escravos, haviam se recolhido em março de 1830 para ao porto do Rio de Janeiro.

A Divisão Naval do Leste foi extinta exatamente quando a fiscalização do tráfico negreiro no litoral africano se faria mais necessária, haja vista o fim do prazo determinado para a efetivação da supressão total do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em atendimento aos compromissos assumidos com a Grã-Bretanha.

A Armada Imperial, estabelecida em Cabinda, teria realizado um duplo objetivo: realização da defesa do comércio marítimo brasileiro que estava sendo alvo de piratas e corsários, e dissuasão da Grã-Bretanha quanto à real cooperação no processo de fiscalização do comércio ilícito de africanos realizado ao norte da linha do Equador e do comércio lícito ao sul deste paralelo, quanto a observância da gradual diminuição do comércio de escravos até a sua extinção definitiva.

O fato de o porto de Cabinda permanecer sendo o principal fornecedor de escravos de Angola para o Rio de Janeiro durante o período de atuação da Divisão Naval do Leste na costa d'África, é um forte indício que efetivamente o Poder Naval brasileiro não atendeu aos interesses britânicos de repressão ao tráfico ilícito de escravos, e sim aos interesses do Brasil, cuja economia dependia do aporte de mão de obra escrava.

BIBLIOGRAFIA:

Fontes primárias:

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL:

Livros de quarto, ofícios e ordens recebidas: *Fragata Paraguaçu* (código: IV M2852); *Brigue-Escuna Duquesa de Goiás* (código: XVII M1720).

ARQUIVO DA MARINHA DO BRASIL:

BRASIL. Índice Alfabético das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Universal dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, Tomo 3, 1850.

Collecção das Leis Brasileiras, desde a chegada da Corte ate a Epoca da Independencia. ANNO de 1810. Ouro Preto: Tipografia de Silva. Volume I, parte III, 1834, pp. 356-364.

Collecção das Leis Brasileiras, desde a chegada da Corte ate a Epoca da Independência. ANNO de 1815. Ouro Preto: Tipografia de Silva. volume II, parte VIII, 1835, pp.357-362.

Collecção das Leis Brasileiras, desde a chegada da Corte ate a Epoca da Independencia. ANNO de 1817. Ouro Preto: Tipografia de Silva, volume III, parte X, 1837, pp.19-44.

Collecção das Leis do Império do Brazil de 1826. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, parte primeira, 1880, pp.71-75.

Collecção das Leis do Império do Brazil de 1829. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, parte primeira, 1877, p.189.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatórios de Ministros da Marinha do Brasil de 1827 a 1831.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

Primeiro Livro Mestre de Assentamentos dos Oficiais da Armada Real, referente ao período de 1763 a 1847, classificado no Arquivo da Marinha sob o número 42593. Filme nº 44, Seção B, Folhas 19; 22; 32; 66 e 115.

Segundo Livro Mestre para Assentamentos de Oficiais da Armada Nacional e Imperial, referente ao período de 1817 a 1905, classificado no Arquivo da Marinha sob o número 42594. Filme nº 46, Seção B, Folha 58.

Fontes secundárias:

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.

BOITEUX, Henrique. Biografia do Chefe-de-Divisão Bartolomeu Hayden. In: *Os nossos Almirantes.* Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 4º volume, 1921, pp.255-264.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Das Nossas Naus de Ontem aos Submarinos de Hoje: Ligeiro Histórico dos Navios da Armada (1822 – 1946).* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1956.

_____. Repositório de nomes dos navios da Esquadra brasileira (1822-1940). In: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, vol. IV, 1942, pp.211-417.

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil - Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império*. Ministério da Marinha, Brasília - Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.

KLEIN, Herbert S. & ENGERMAN, Stanley. Padrões de embarque e mortalidade no tráfico de escravos africanos no Rio de Janeiro: 1825-1830. In: PELAEZ, Carlos M. & BUESCU, Mircea. *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976, pp.99-113.

MARTINS, Helio Leoncio & BOITEUX, Lucas Alexandre. Campanha Naval na Guerra Cisplatina. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, Terceiro Volume, Tomo I, 2002, pp.163-429.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. (Tentativa de Reconstituição Histórica). 2ª edição, Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

MALVASIO, Ney Paes Loureiro. *A Marinha de Guerra e o Império: a marinha brasileira como braço da política externa imperial*. Artigo apresentado na Associação Nacional de História (ANPUH) – XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

Rodrigues, Jaime. *De Costa a Costa – Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Rodrigues, José Honório. *Brazil and Africa*. Univ. of Calif. Press, 1965.

Site: www.slavevoyages.org, consultado em 05/10/2010.

**AS FORÇAS ARMADAS E O ESPORTE: INTRODUÇÃO DE NOVAS
FERRAMENTAS PARA "CONCORRER PARA O DESENVOLVIMENTO
PHYSICO DO PESSOAL" E INCORPORAR "AS MELHORES E MAIS
SALUTARES DISTRACÇÕES".**

Karina Cancelli¹

1º Ten Leonardo Mataruna²

Introdução

O esporte³ militar, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, apresentou grande projeção em todo o mundo. As estruturas ligadas a este movimento passaram a se equiparar às organizações esportivas de alta performance, assim como seus torneios e campeonatos a ser inseridos com maior frequência no campo dos Megaeventos Esportivos. O Brasil, em 2011, foi palco de um dos mais consagrados eventos esportivos militares: os 5º. Jogos Mundiais Militares - Os Jogos da Paz,⁴ realizados na cidade do Rio de Janeiro no período de 16 a 24 de julho.

Atualmente, percebe-se o esporte como um fenômeno consagrado e praticado no meio militar em todo o mundo como ferramenta de preparação do corpo e também na forma competitiva e de lazer, além de elemento de projeção do poder e força das instituições. Ao longo de todo o século XX, a prática do esporte e da atividade física nas Forças Armadas brasileiras (FFAA) ampliou-se de maneira significativa, tendo

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Bolsista CAPES; Integrante do *Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer* (UFRJ); Especialista em Educação a Distância (UGF); Bacharel e Licenciada em História (UGF).

² 1º. Ten. da Marinha do Brasil; Pós-Doutorando do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (Fórum de Ciência e Cultura - Universidade Federal do Rio de Janeiro); Doutor em Educação Física (UGF); Mestre em Educação Física (UNICAMP); Especialista em Estudos Olímpicos (IOA-Grécia); Bacharel e Licenciado em Educação Física (UFRJ).

³ O termo “esporte moderno” foi forjado em contraponto às práticas corporais identificadas desde a Antiguidade. No caso desta pesquisa, como mecanismo para garantir maior fluidez ao texto, o termo “esporte” estará sempre se referindo ao conceito de “esporte moderno”. Este conceito, de acordo com Victor Melo (2010), pode ser definido como um movimento característico da modernidade, organizado em torno de entidades representativas com regras definidas e calendário de atividades próprio. Estas práticas envolveriam, ainda, diferentes áreas de atenção como treinadores, gestores, profissionais de saúde. Esta estrutura em torno da atividade é o principal ponto de diferenciação com as demais práticas corporais.

⁴ Os Jogos Mundiais, idealizados pelo *Conseil International du Sport Militaire* (CISM – Conselho Internacional de Esporte Militar), instituição regulamentadora internacional do esporte militar fundada em 1948, ocorrem a cada 4 anos, no ano anterior ao dos Jogos Olímpicos de Verão, com primeira edição em 1995 em Roma (ITA), seguido de Zagreb (CRO) em 1999, Catânia (ITA) em 2003 e Hyderabad (IND), em 2007. Em 2010 foram realizados os 1º. Jogos Mundias Militares de Inverno no Vale de Aosta (ITA) e os Jogos Mundiais de Cadetes em Ankara (TUR).

participação inclusive no processo de estabelecimento das primeiras escolas de formação em Educação Física (EF) do país e atuação significativa na organização de megaeventos esportivos no Brasil, caso dos Jogos do Centenário de 1922. Entretanto, algumas questões sobre este processo ainda precisam ser discutidos: de que forma o movimento esportivo introduziu-se nas Forças Armadas? Quais foram os objetivos deste processo? Que instrumentos as FFAA utilizaram para introdução e legitimação deste movimento? Estes questionamentos sugerem a necessidade de uma análise do processo de inserção da prática de atividade esportiva nas FFAA a fim de compreender os interesses e instrumentos envolvidos na difusão deste movimento. Para tanto, vislumbra-se a possibilidade de analisar comparativamente o processo de institucionalização do esporte na Marinha do Brasil (MB) e no Exército Brasileiro (EB), assim como de seus principais antecedentes.⁵

A presente pesquisa transita nos campos da História do Esporte e da História Militar, utilizando como abordagem as propostas da História Comparada. A consolidação e ampliação das discussões teóricas e metodológicas sobre História do Esporte destacam significativas aberturas para análise de diferentes aspectos do movimento esportivo, não somente por historiadores, mas também por profissionais de diferentes formações acadêmicas. Os estudos sobre a história do fenômeno esportivo ganharam maior projeção no Brasil no final da década de 1990 e principalmente nos anos 2000, sendo conduzidos “se não somente [...] por 'historiadores de formação', certamente por pesquisadores que, independente de sua filiação acadêmica original, procuram fazer uso das discussões metodológicas do campo da História” (MELO, 2007b: 13).

Acompanhando estes movimentos de novos objetos e abordagens, a História Militar brasileira também passou a incorporar novas discussões em suas pesquisas. Comumente dedicada aos estudos das guerras e batalhas e das instituições militares, este campo tem passado por significativas mudanças com a introdução de novas metodologias que possibilitam a compreensão das “múltiplas interfaces da História

⁵ A Força Aérea Brasileira (FAB) foi criada somente em janeiro de 1941, através do Decreto-Lei no. 2.961, que estabelecia a criação do Ministério da Aeronáutica, efetivando a transferência de todos os militares que compunham a Arma de Aeronáutica do Exército e o Corpo de Aviação Naval para a subordinação daquele Ministério.

Militar, tais como social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, entre outras” (PARENTE, 2009: 3).

As aproximações entre a História Militar e a História Social propiciaram um fecundo campo na historiografia atual possibilitando uma compreensão mais ampla das relações das instituições e fenômenos militares com a vida cotidiana das sociedades, deixando de lado a pura História Batalha. Parente (2009) propõe, dentro das novas perspectivas dos estudos militares, possibilidades múltiplas de observação das instituições não somente nos processos de atuação em guerras ou batalhas, mas também a necessidade de se analisar as atividades das FFAA em tempo de paz. Dentre estas novas possibilidades de estudo em História Militar, este autor não faz referência direta às práticas físicas ou esportivas. No entanto, no amplo universo de temáticas que tem emergido neste campo e levando em consideração a ampliação da relevância dos estudos sobre esporte na atualidade, consideramos que este movimento (o esporte) passa a ser um objeto de importância significativa para a compreensão das relações das instituições militares brasileiras com as questões do corpo e das competições através do esporte. Este trabalho vem, portanto, contribuir nas análises sobre a inserção do esporte na estrutura das FFAA e seus impactos na organização interna destas instituições, assim como nas relações com a sociedade civil.

As análises deste trabalho utilizam ainda os pressupostos da História Comparada. Uma análise histórica em perspectiva comparada pressupõe uma separação no processo de observação dos casos a serem comparados para um melhor conhecimento dos objetos da pesquisa. No entanto, é fundamental a observância das inter-relações entre os casos incorporando-os à análise como fatores que influenciaram as semelhanças ou diferenças entre os objetos (KOCKA, 2003). Seguindo estes referenciais, esta pesquisa baseia-se na possibilidade de observação definida por Barros (2007) como “iluminação recíproca”, quando duas realidades são confrontadas visando, através da acentuação de suas características fundamentais, colocar em destaque os aspectos do outro fazendo “iluminar” as presenças ou ausências de determinados elementos. Analisando o desenvolvimento esportivo no interior de EB e MB destaca-se a possibilidade de trazer à luz as diferenças e semelhanças ocorridas ao longo do processo de introdução da prática esportiva entre os militares.

O tratamento das fontes foi realizado a partir da metodologia de “análise crítica de documentos”. Este método foi empreendido em duas etapas: a crítica externa, a fim de identificar a efetiva relação da produção com a datação do documento informada; e a crítica interna, onde é observado o conteúdo informado na fonte, o objetivo de produção do documento, as características do produtor e as circunstâncias em que foi produzido, além de seu público alvo (CALADO e FERREIRA, 2005).

A prática da atividade física e esportiva entre os militares brasileiros: discussões iniciais.

Ainda no início do século XX registra-se a criação das primeiras instituições reguladoras da prática esportiva dentro do EB e da MB no ano de 1915: a Liga Militar de *Football* e a Liga de *Sports* da Marinha. No entanto, desde meados do século anterior, algumas atividades físicas e esportivas já haviam sido introduzidas no cotidiano destas instituições de forma gradativa através de medidas normativas como a inserção sistemática destas práticas no currículo das diferentes escolas de formação militar. A partir das reformulações curriculares realizadas nas instituições de ensino de oficiais de EB e MB no ano de 1858, por exemplo, os alunos de seus cursos teriam como parte das atividades aulas de tiro, ginástica, equitação militar e “hipiátrica”, natação e esgrima.^{6,7}

As questões e preocupações com relação ao corpo e preparo físico dos militares brasileiros e da população civil intensificaram-se com o advento da República quando tomou força a defesa pela construção de um Brasil moderno, civilizado e distante de práticas desorganizadas e descontroladas que, segundo os grupos republicanos que criticavam a Monarquia, eram características do período imperial. As transformações políticas, econômicas e sociais marcaram a história do país neste período, sendo introduzidos diferentes elementos em todas as instâncias da sociedade visando a assemelhação às “modernas” nações europeias (CARVALHO, 1987). Neste novo formato de sociedade que se buscava construir, as práticas de atividades físicas e

⁶ BRASIL. Decreto nº 2.116, de 01 de março de 1858. Aprova o Regulamento reformando os da Escola de aplicação do exercito e do curso de infantaria e cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte. Coleção de Leis do Império de 1858.

⁷ BRASIL. Decreto nº 2.163, de 01 de maio de 1858. Reorganiza a Academia de Marinha em virtude da autorização concedida no parágrafo 3º. do artigo 5º. da Lei n. 862 de 30 de julho de 1856. Coleção de Leis do Império de 1858.

esportivas foram identificadas como importantes contribuintes, "já que traz[iam] em suas bases o controle sobre corpo, mente e emoções, um equilíbrio visto como necessário nos indivíduos para a contribuição no crescimento e desenvolvimento do país" (CANCELLA, 2010: 8).

A cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, foi a “porta de entrada” principal das práticas esportivas, desde meados do século XIX, disseminando entre suas elites o apreço por tais práticas (SANTOS, 2010). As condições que levaram o Rio de Janeiro a ser uma “cidade esportiva”⁸ foram analisadas por Victor Melo, destacando as características que propiciaram a introdução e disseminação das práticas esportivas na sociedade carioca no século XIX e ao longo do século XX. Esta cidade, principal canal de entrada das novidades europeias oitocentistas, passou por processos de mudança desde as primeiras décadas daquele século que favoreceram a ascensão das ideias de necessidade de “civilizar e modernizar” o país, iniciando as ações pela capital. O desenvolvimento da industrialização, o crescimento da zona urbana e o surgimento de outras camadas sociais, como os industriais, alteraram a estrutura sociocultural da cidade, criando um ambiente propício ao crescimento do movimento esportivo, principalmente a partir da segunda metade do XIX, com a ampliação das práticas esportivas vinculadas ao cotidiano das cidades, como o caso do remo (MELO, 2001). As análises deste trabalho terão como ambiente a cidade do Rio de Janeiro por sua característica de principal ponto de entrada e disseminação da prática esportiva no país, sede das instituições militares e por ser o local de fundação e também principal área de atuação das Ligas Esportivas Militares.

O esporte passou a figurar entre as atividades das FFAA brasileiras e alguns militares participaram do processo de difusão e regulamentação de diferentes modalidades na sociedade.⁹ Além de contribuir para a ampliação do movimento

⁸ Conceito cunhado por Victor Andrade de Melo em sua tese de Doutorado, posteriormente publicada como a obra “Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro” no ano de 2001.

⁹ O turfe, prática esportiva bastante difundida no século XIX no Brasil, chegando a ter cinco hipódromos funcionando simultaneamente na cidade do Rio de Janeiro, teve em seu processo de organização a participação de militares do Exército Brasileiro. O primeiro clube da modalidade, nomeado de *Club de Corridas*, foi fundado por iniciativa de um grupo onde figuravam o Major Suckow e Luiz Alves de Lima e Silva, então Conde de Caxias e atualmente Patrono do EB (MELO e MAIA, 2005). Já o remo e a vela são exemplos de esportes onde registra-se a participação de militares da Marinha em seus processos de institucionalização no Brasil. Em 1897, por iniciativa do Capitão-Tenente Eduardo Ernesto Midosi foi criada a União de Regatas Fluminense, que posteriormente se tornaria o Conselho Superior de Regatas, a fim de organizar os clubes de regatas existentes no Rio de Janeiro (Revista Marítima Brasileira, 2º

esportivo no Brasil, as FFAA ainda atuaram na introdução no país dos chamados “esportes militares”, atividades onde são simuladas partes do treinamento funcional exigido pela atividade militar.¹⁰

Os militares passaram a não somente praticar as ginásticas e os esportes no interior dos quartéis, mas também desempenharam importante papel de fomentadores no meio civil, através da atuação como instrutores de ginástica em escolas civis, assim como na participação como esportistas em competições de diferentes modalidades e também no papel de liderança em entidades reguladoras esportivas (GARRIDO e LAGE, 2005; SILVA e MELO, 2011).

Como já pontuado, as preocupações com o preparo técnico e físico dos militares brasileiros ganharam maior projeção com o advento da República. A nação brasileira que se buscava formar deveria ser forte, treinada e pronta para se inserir no âmbito das maiores nações do planeta. Para isso, o projeto idealizado para este novo país passava por questões de modernização que envolviam não somente os aspectos técnicos e jurídicos, mas também os processos de formação e preparação dos cidadãos e daqueles responsáveis pela garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem: os militares.

O processo de modernização das Forças Armadas idealizado para a República envolvia melhorias técnicas e materiais, passando também por questões ligadas à formação e ao ensino. O Colégio Militar, por exemplo, foi criado em 1889 objetivando uma especialização do processo de profissionalização dos militares com a ampliação e diversificação do ensino. Como afirma Cunha (2011: 1), o Exército passou a assumir “o papel de prover o ensino secundário aos jovens que quisessem seguir a carreira das armas, em virtude da pouca qualificação de seu efetivo”. Esta instituição teria ainda

semestre de 1901, p. 6-19). Em 1906 foi fundado também no Rio de Janeiro o primeiro clube de Vela do Brasil, o *Yacht Club Brasileiro*, tendo como primeiro Comodoro o então Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar (CBVM, 2011).

¹⁰ Atualmente, o CISM reconhece como integrantes da categoria “esportes militares” de verão as modalidades: Orientação, Paraquedismo, Pentatlo Aeronáutico, Pentatlo Naval, Pentatlo Militar e Tiro Esportivo. No entanto, outras modalidades hoje já consagradas em meio civil e até mesmo integrantes do quadro dos Jogos Olímpicos de Verão foram inicialmente praticadas quase que exclusivamente por militares, sendo posteriormente difundidas para não-militares. Alguns exemplos são a Esgrima, Hipismo e o Tiro Esportivo. Nos 5º JMM, as competições ocorreram em 20 modalidades organizadas em 05 categorias: Esportes Individuais (Atletismo, Natação, Hipismo, Pentatlo Moderno, Vela, Triatlo), Esportes Coletivos (Basquete, Futebol, Vôlei), Esporte de Exibição (Vôlei de Praia), Esportes Militares (Pentatlo Aeronáutico, Pentatlo Militar, Pentatlo Naval, Paraquedismo, Tiro, Orientação), Esportes de Combates (Boxe, Esgrima, Judô, Taekwondo). (CISM, 2011; RIO2011, 2011).

como função principal inculcar “na infância brasileira o gosto pelas armas”.¹¹ De acordo com seu regulamento o curso seria composto por 16 disciplinas envolvendo aspectos teóricos e práticos. O artigo 24 do regulamento ainda destacava que

Art. 24. Além das disciplinas que foram especificadas, o curso do collegio compreenderá o ensino das seguintes materias: educação moral, **direitos e deveres do cidadão e do soldado**, noções praticas de disciplina, economia e administração militar, nomenclatura e manejo de armas em uso, tiro ao alvo, **esgrima e evoluções das tres armas**, desde a escola do soldado até a do batalhão, do esquadrão e da bateria, **natação gymnastica** e musica.¹²

Como é possível perceber através do trecho destacado, os interesses na criação desta instituição de ensino envolviam não somente inculcar o gosto pelas armas, mas efetivamente iniciar um processo de preparação de verdadeiros “cidadãos-soldados”, inserindo inclusive um tópico onde seus direitos e deveres fossem claramente identificados. A união das duas figuras (o cidadão e o soldado) em um só tópico de ensino possibilita a percepção de que neste momento, para os militares, não haveria distinção entre elas. Todo bom cidadão seria, por consequência, um soldado pronto a defender a nação em momento de necessidade. No processo de preparação destes novos indivíduos, não somente o ensino teórico era priorizado. As preocupações com o corpo forte e preparado eram expressas a partir da inserção das disciplinas de *gymnastica* e natação no programa do Colégio.

A ampliação das atividades ginásticas no ensino brasileiro intensificou-se nos anos finais do século XIX, sendo identificada em 1890 a disciplina de “*gymnastica* e natação” ou somente “*gymnastica*” como parte integrante do currículo da Escola Militar da Capital, Escola Militar do Ceará, Escola Militar do Rio Grande do Sul, Colégio Militar, Escola de Artífices do Arsenal de Guerra do Pará, Corpo de Marinheiros Nacionais, Escola Naval, *Gymnasio* Nacional, Escola Normal, Escola *Mixta* da Quinta da Boa Vista, Escola *Mixta* de Santa Cruz, Instituto Nacional dos Cegos. Todas estas instituições possuíam em seu corpo docente a vaga de instrutor de ginástica, função

¹¹ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra, 1890, p. 22.

¹² BRASIL. Decreto n. 371 de 02 de maio de 1890, Relatório do Ministério da Guerra, 1890, A 93-94 (grifo nosso).

corriqueiramente desempenhada por militares neste período mesmo nas instituições civis de ensino.¹³

A intensificação das preocupações com o espaço da atividade física, através da destinação de espaços curriculares no cotidiano educacional tanto nas instituições militares como em meio civil, estava inserido no projeto maior de formação de um povo mais forte e preparado para defender sua nação.

Neste período, os problemas estruturais das instituições militares eram constantemente destacados nos relatórios dos Ministérios da Guerra e da Marinha submetidos ao governo federal enfatizando não somente as dificuldades de material, mas também as defasagens no processo de preparação de soldados e marinheiros. O relatório do Ministério da Marinha do ano de 1892 defendia, por exemplo, que a má organização das escolas de aprendizes e a falta de navios para as instruções práticas dificultava aos jovens a aprendizagem da “arte do marinheiro e adquirirem as qualidades phisicas e moraes indispensáveis ao homem do mar”.¹⁴ Como solução para o problema, defendia-se a reforma das escolas e estabelecimento de viagens de instrução.

O EB também defendia a necessidade de viagens para a melhor preparação de seus militares. Em edição da Revista Militar do ano de 1900, relataram-se aspectos da primeira viagem de instrução do Estado-Maior do Exército em serviço de campanha. O artigo “Uma viagem do Estado-Maior no Chile”,¹⁵ apontava como necessidades do EB naquele momento

1º.) Habituat oficiais ao serviço de guerra, collocando-os em situações idênticas as que se apresentam em campanha e fazendo-os applicar sobre o terreno os methodos e soluções dos problemas tácticos, que aprenderam teoricamente;

[...]

¹³ BRASIL. Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 1890, seção 1, p. 9; BRASIL. Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 1890, seção 1, p. 1; BRASIL. Diário Oficial da União de 19 de maio de 1890, seção 1, p. 1-4; BRASIL. Diário Oficial da União de 21 de maio de 1890, seção 1, p. 1-7; BRASIL. Diário Oficial da União de 21 de maio de 1890, seção 1, p. 8; BRASIL. Diário Oficial da União de 24 de maio de 1890, seção 1, p. 3; BRASIL. Diário Oficial da União de 31 de maio de 1890, seção 1, p. 1-9; BRASIL. Diário Oficial da União de 12 de agosto de 1890, seção 1, p. 4; BRASIL. Diário Oficial da União de 23 de agosto de 1890, seção 1, p. 8; BRASIL. Diário Oficial da União de 28 de setembro de 1890, seção 1, p. 8; BRASIL. Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 1890, seção 1, p. 1-7.

¹⁴ BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha, 1892, p. 40.

¹⁵ Revista Militar, Uma viagem do Estado-Maior no Chile, ano II, 1900, p. 48.

3º.) Nestas expedições o estado-maior experimenta a robustez physica e o preparo intellectual dos officiaes.

Acompanhando as preocupações com os conhecimentos táticos e técnicos da guerra, destacava-se também a busca pela melhoria do físico dos militares. As observações sobre como os exércitos estrangeiros realizavam seus processos de preparação e organização eram temas recorrentes nas edições da Revista Militar. Por meio dos estudos da estrutura destas instituições projetava-se a renovação das FFAA brasileiras. O Major Engenheiro Dias de Oliveira, em publicação da Revista Militar de 1901 sobre as ações do Exército Alemão, destacava as principais vantagens deste exército afirmando que

o official d'estado-maior não deve somente desenvolver o espírito, completar a instrução, já pelo útil jogo da guerra, a resolução de themas táticos, conferencias, já pelos trabalhos d' inverno ou de viagens d' estado-maior. É-lhe igualmente necessário desenvolver as qualidades physicas, tonificar e robustecer o organismo, para supportar com vantagem a inclemência da vida em campanha, como convem a um homem de guerra. Por isso o official alemão, alem das grandes manobras do outomno, dedica-se com paixão aos diversos gêneros de exercícios physicos, como a gymnastica, o cyclismo, a equitação, as marchas de guerra e as demais úteis e atraentes diversões creadas pelo sport moderno.¹⁶

A defesa da utilização de elementos esportivos como instrumentos de preparação para a atividade militar não ficou restrita ao EB. Como já comentado, militares da MB atuaram no processo de organização do remo na sociedade carioca. Os interesses em destacar os benefícios desta prática, no entanto, não se restringiam aos aspectos de saúde e modernidade característicos da época. O entusiasmo dos militares em divulgar as atividades pode ser identificado nas ideias expostas pelo Capitão-Tenente Santos Porto, autor do artigo “O *sport* náutico no *Brazil*” publicado na Revista Marítima Brasileira (RMB) em 1901. O artigo traz elementos importantes para compreendermos os interesses da Marinha em defender maior desenvolvimento do remo, associando esta prática aos seus ideais de “cidadão” para a República brasileira neste momento inicial do século XX. Os trechos abaixo ilustram o pensamento do autor sobre os benefícios do

¹⁶ OLIVEIRA, Dias de. O Exército Alemão. Revista Militar, ano III, 1901, p. 188-189.

remo para a construção de uma sociedade mais forte e preparada para enfrentar todas as dificuldades, inclusive no que se refere à defesa do território nacional, principalmente sua parte costeira.

[...] Em boa hora, felizmente, sentiu a nossa mocidade que no sport náutico encontraria as melhores e mais salutareas distracções e, impulsionada por admirável entusiasmo começou a fundar ao longo do littoral novos clubs, centros de animação e actividade. [...] Diante dos crescentes dispêndios com a manutenção das forças de mar e terra permanentes, cujo objetivo é garantir a paz, espíritos bem intencionados teem inscripto na sua bandeira, que se deve educar o povo de modo a transformal-o em legiões de soldados na hora, em que possa perigar a integridade da nação.

A situação do Brazil não é, porem, a dos estados europeos. Lutas futuras, si infelizmente tivermos, terão que se liquidar sobre o mar ou ao longo de nossas costas, e para que os futuros voluntários, a nação em armas prompta a defender os seus lares, o possam fazer com segurança e vantagem, é preciso que o povo se eduque sob este ponto de vista, no amor das cousas do mar, seguros os nossos estadistas de que, todo o auxilio prestado é um elemento de trabalho da defesa nacional. Não basta que <<cada cidadão seja um soldado>> é preciso que <<cada cidadão seja um marinheiro, na mais lata accepção d'essa palavra>>. ¹⁷

Os militares da MB buscavam evidenciar suas perspectivas sobre a necessidade de maior preparação do cidadão, que deveria ser acima de tudo um soldado-cidadão, ou como defende o autor, um cidadão marinheiro. A necessidade de formação de indivíduos para a defesa da nação que estivessem habituados ao mar foi o principal argumento utilizado ao longo do artigo para destacar os benefícios que tais práticas poderiam trazer para o país como um todo. Este argumento fica evidente na afirmação sobre as diferenças entre o Brasil e os países europeus no que se refere à possível ocorrência de conflitos.

Ao evidenciar estes aspectos dos esportes náuticos, o artigo não somente buscou aproximar seus militares destas atividades, como também a juventude em geral. Os argumentos foram elaborados com objetivo de enfatizar a necessidade do "amor das cousas do mar" na tentativa de atrair a juventude para as atividades militares, já que as FFAA enfrentavam sérios problemas quanto ao número de integrantes, estando seus

¹⁷ PORTO, Santos. O sport náutico no Brazil. Revista Marítima Brasileira. 2º. Semestre de 1901, p. 6-19.

efetivos sempre abaixo das necessidades expressas nos planejamentos anuais (ALMEIDA, 2010; NASCIMENTO, 2010). Atrair a mocidade para seus corpos era imperativo e inúmeras estratégias eram utilizadas, inclusive por meio da prática esportiva.

A RMB voltou a publicar um artigo sobre a necessidade da juventude brasileira se aproximar das práticas náuticas em 1902. A matéria sem autoria “Campeonato de 1902 - Clube de Natação e Regatas” trazia inúmeros argumentos sobre os grandes benefícios da prática do remo e a satisfação para os oficiais da Marinha ao perceber a ampliação da atividade entre os civis, destacando os clubes de remo como um “celeiro” de homens fortes, preparados para a defesa nacional e habituados ao mar, atendendo aos interesses militares navais. Estes clubes seriam, portanto, “viveiro abundante de moços fortes, habituados ao mar, e aos trabalhos, no dia em que a Pátria ameaçada chame a postos seus filhos para defenderem-na”.¹⁸ O esporte, nesta interpretação, seria um importante instrumento preparatório para as funções militares em batalhas marítimas.

Com o processo de ampliação das práticas esportivas e da ginástica em meio militar e civil e uma crescente necessidade de profissionais para a função de instrutores em todo o país, retomou-se no início do século XX o debate sobre a criação de escolas de formação em EF visando à preparação de profissionais civis e militares (PUBLIO e CATALANO, 2005). O Método Alemão de ginástica já havia sido adotado pelo Exército em meados do século XIX e introduzido na Escola Militar, sendo também método oficial entre 1906 e 1912. A partir de 1912, a orientação francesa de ginástica passou a ganhar espaço por reflexo da Missão Militar Francesa (grupo de militares franceses contratados para instruir a Força Pública de São Paulo¹⁹ em 1906). Essa Missão Francesa teve ainda papel fundamental no processo de fundação da primeira Escola de Educação Física do Brasil. Em 1910 foi criada a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo por proposta do Coronel Paul Balagny, comandante daquela Missão. “A Escola inicialmente deveria preparar novos especializados e ministrar atividades físicas para todos os batalhões da Força Pública, contudo paulatinamente seu campo de ação foi sendo ampliado, bem como sua presença no cotidiano paulistano” (MELO e NASCIMENTO, 2000: 3).

¹⁸ Revista Marítima Brasileira. 2º. Semestre de 1902, p. 381-388.

¹⁹ Força Pública de São Paulo era a nomenclatura na época da hoje conhecida Polícia Militar de São Paulo.

Seguindo estas discussões que povoavam o universo da EF no início do século XX, iniciou-se na MB um debate sobre a criação de uma Escola de *Gymnastica* no Corpo de Marinheiros para formação de monitores com responsabilidade de divulgar jogos e ginástica pelas escolas e navios. Esta proposta foi defendida pelo Tenente Alfredo Colônia em artigo publicado na RMB em 1910, destacando o reforço na preocupação com a condição física dos militares. No entanto, a criação da Escola só seria concretizada no ano de 1925.²⁰

A institucionalização da prática de esportes nas FFAA, apesar de inúmeras modalidades já serem praticadas na forma competitiva por praças e oficiais desde o século XIX, não é identificada até 1915, quando surgiu uma preocupação em centralizar o controle da organização e normatização destes jogos. Este processo de estruturação de entidades reguladoras esportivas no interior das FFAA acompanhou um movimento crescente na sociedade brasileira desde fins do século XIX. A necessidade de criação de instituições para reger a organização do esporte intensificou-se pelo aumento dos clubes em diferentes modalidades (SILVA e SANTOS, 2006; SANTOS, 2010).

Seguindo este movimento de entidades reguladoras, em 1915 o EB fundou a *Liga Militar de Football*. A criação de uma liga específica de futebol justificava-se por vários militares participarem de equipes dos principais clubes de futebol do Rio de Janeiro, promovendo competições amistosas entre os regimentos do Exército onde serviam. Por iniciativa do Tenente Francisco Mendes, atleta do *Fluminense Football Club* foi instalado um campo ao lado do 1º. Regimento de Artilharia Montado, na Vila Militar para a realização das partidas (RIBEIRO, 2009). A Liga Militar de *Football* foi reconhecida institucionalmente através de Aviso do Ministério da Guerra nº. 966 de 22 de junho de 1915,²¹ a partir da autorização do Ministério da Guerra, sendo facultado ao pessoal dos corpos do Exército a inscrição na referida Liga e participação em suas atividades.

Em 25 de novembro de 1915, um grupo de oficiais efetivou a fundação da entidade diretora de esportes navais que recebeu o nome de *Liga de Sports da Marinha* (LSM). A fundação oficial ocorreu em 1915, mas sua regulamentação institucional foi reconhecida a partir da publicação em Ordem do Dia do Ministério de Negócios da

²⁰ COLONIA, Alfredo. Introdução das atividades gymnasticas na Marinha do Brasil. Revista Marítima Brasileira, 4º bimestre de 1910, p. 7-16.

²¹ BRASIL. Diário Oficial da União de 29 de junho de 1915, Seção 1, p. 05.

Marinha nº. 01 de 04 de janeiro de 1916 que estabelecia como uma de suas funções "concorrer para o desenvolvimento physico do pessoal da Armada, por meio dos jogos e exercícos, com campeonatos annuaes".²²

As primeiras competições organizadas pela LSM envolviam diferentes modalidades esportivas como o *football* e os esportes aquáticos remo, vela, *water-polo* e natação, tradicionalmente praticados e difundidos por militares da MB. Entre os anos de 1915, o ano de fundação da Liga, e 1940, ano de sua extinção para criação do Departamento de Educação Física da Marinha, registraram-se competições e participação de equipes pela LSM em diferentes modalidades esportivas (vela, natação, *water polo*, remo, futebol, retinidas, *cross country*, atletismo, cabo de guerra, basquetebol, esgrima e tiro).²³

Entre 1915 e 1920, o Exército contou com uma liga esportiva criada com o intuito de atuar na organização da modalidade futebol. No entanto, através dos registros de competições e correspondências da LSM, foi possível identificar a participação de equipes do EB em eventos de outras modalidades nas competições organizadas entre as Forças no período analisado. Somente em 1920 sua nomenclatura foi alterada para *Liga de Sports do Exército* (LSE).²⁴ Suas atividades, no entanto, não se ampliaram de maneira significativa no desenvolvimento de outras modalidades, sendo identificada participação de equipes em disputas de futebol, atletismo, natação, torneios de tiro e esgrima.²⁵

Exército e Marinha ainda empreenderam ações na década de 1920 para a melhoria do treinamento físico dos militares. Em 1925 foi fundada a Escola de Educação Física da Liga de *Sports* da Marinha com função de formar monitores de EF para "promover a cultura physica do respectivo pessoal e o ensino da technica dos jogos

²² BRASIL. Relatório do Ministério de Negócios da Marinha de 1916. Anexo A, p. 01.

²³ Cf. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I (1915-1920) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II (1920-1922) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo III (1922-1924) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Registro de Competições (1923-1928) Comissão de Desportos da Marinha.

²⁴ BRASIL. Diário Oficial da União de 06 de agosto de 1915, Seção 1, p. 10.

²⁵ Cf. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I (1915-1920) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II (1920-1922) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo III (1922-1924) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Registro de Competições (1923-1928) Comissão de Desportos da Marinha.

sportivos"²⁶, formando sua primeira turma em janeiro de 1928. No ano de 1922 já havia sido mandado criar o Centro Militar de Educação Física pelo EB com funções de dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física, influenciado pela Escola Francesa, e suas aplicações desportivas. No entanto, este Centro somente foi instalado em 1929, quando a LSE foi extinta, e passou a formar militares e civis para atuação nos quartéis e nas escolas da Educação Básica. Ao longo destes anos, a organização de competições esportivas no EB mostrou-se pouco significativa, sendo considerado um período de “relativa inatividade” (CASTRO, 1997; SOEIRO, 2003).

Como foi possível destacar nestas breves discussões, tanto EB como MB utilizaram as práticas esportivas no início do século XX como instrumento de preparação física de seu pessoal, inserindo a ginástica e algumas modalidades esportivas em seus cotidianos, além de observar no esporte a possibilidade de atração da juventude para as atividades das FFAA. Com a ampliação da prática esportiva entre os militares, estimulou-se a criação de entidades que organizassem a participação nas competições e também a formação de instrutores para divulgação destas práticas em meio civil e militar por meio de suas Escolas de EF. Neste sentido, as FFAA passaram em aproximadamente três décadas das atividades ginásticas restritas ao interior dos quartéis para o processo de divulgação de tais práticas em meio civil, fazendo a transição para a organização de competições esportivas por meio da atuação de suas Ligas Esportivas Militares.

Este trabalho, portanto, buscou analisar comparativamente os processos de aproximação de EB e MB das práticas esportivas no final do século XIX e início do século XX e introduzir algumas discussões sobre as relações entre os militares e o esporte. Vislumbramos um amplo campo de possibilidades de pesquisa nesta temática a fim de compreender os caminhos traçados por cada uma das FFAA na relação com o esporte e a Educação Física ao longo do século XX, debatendo as transições da prática das ginásticas nos quartéis ao alto rendimento, realidade do esporte militar nos anos 2000.

Referências:

²⁶ Ordem do Dia nº. 59 do Estado Maior da Armada de 24 de julho de 1925. Arquivo da Marinha.

ALMEIDA, S. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 147-169, jan-jun de 2010.

BARROS, J. História Comparada – Um novo modo de ver e fazer a História. Revista de História Comparada. Vol.1, n. 1, Jun de 2007.

CANCELLA, K. A Fundação da primeira sede da Associação Cristã de Moços na América Latina e sua atuação como fomentadora da prática esportiva no Rio de Janeiro pós-republicano. Recorde: Revista de História do Esporte. Vol. 3, n. 2, 2010, p. 1-38.

CALADO, C.; FERREIRA, C. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2005.

CARVALHO, J. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, C. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. Antropolítica, Niterói, RJ, nº 2, p. 61-78, 1º sem. 1997

CBVM. Confederação Brasileira de Vela e Motor. Vela de Cruzeiro. Disponível em: <http://www.cbvm.org.br/programa/automatic_site/index.php?idioma=0&id=11>. Acesso 31 out. 2011.

CISM. Conseil International Du Sport Militaire. Sports. Disponível em: <http://www.cism-milспорт.org/eng/003_SPORTS/000_menu_sports/000_menu_sports.asp>. Acesso 22 jul. 2011.

CUNHA□, B. O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, jul. 2011.

GARRIDO, F.; LAGE, A. O Esporte na Marinha do Brasil. In: DaCosta, L.P. (Org.) Atlas do Esporte do Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 131-133.

KOCKA, J. Comparison and beyond. History and Theory. v. 42, p. 39-44. Middletown: 2003.

MELO, V. História Comparada do Esporte. Rio de Janeiro: Shape, 2007a.

_____. Por uma história comparada do esporte... Revista Movimento. , v. 13, n. 03. Porto Alegre: set-dez 2007b, p. 11-41.

_____. (org.). Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2001.

MELO, V.; MAIA, P. Turfe. In: DaCosta, L.P. Atlas do Esporte do Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005 p. 365-366.

MELO, V.; NASCIMENTO, R. O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na Educação Física brasileira. I Congresso Brasileiro de História da Educação - Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nov. 2000.

NASCIMENTO, F. Militarização e Nação: o serviço militar obrigatório na Argentina e no Brasil em uma perspectiva comparada (1900-1916). Revista Brasileira de História Militar. Ano I, n. 1, Abr. 2010.

PARENTE, P. A construção de uma nova História Militar. Revista Brasileira de História Militar. Edição especial de lançamento, dez. 2009.

PUBLIO, N.; CATALANO, I. Escola de Educação Física da Polícia Militar do estado de São Paulo. In: DaCosta, L.P. Atlas do Esporte do Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

RIBEIRO, A. Contribuições da Missão Militar Francesa para o desenvolvimento do desporto no Exército Brasileiro. Revista de Educação Física. Rio de Janeiro: IPCFEx, 2009, p. 9-15.

RIO2011. 5º. Jogos Mundiais Militares do CISM – Modalidades. Disponível em: <http://www.rio2011.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=826&Itemid=2&lang=pt>. Acesso 22 jul. 2011.

SANTOS, J. Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica - USP. São Paulo, 2010.

SILVA, C.; MELO, V. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, Jun. 2011, p. 337-353.

SILVA, F.; SANTOS, R. Memória Social dos Esportes: futebol e política – A construção de uma identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad Editora, FAPERJ, 2006.

SOEIRO, R. A Contribuição Da EsEFEx para o Esporte Nacional (1933-2000). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Motricidade Humana. Dissertação de Mestrado. Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2003. 193 f.

**A REAL COMPANHIA E ACADEMIA DOS GUARDAS-MARINHA:
ASPECTOS DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR DE ENSINO NA ALVORADA
DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO OFICIALATO MILITAR, (1808 - 1839).**

*CC (T) Carlos André Lopes Da Silva**

1. Objeto de estudo:

A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha foi a instituição militar de ensino responsável pela formação do oficialato empregado na Marinha de guerra portuguesa. Reconhecida como uma das primeiras organizações de ensino científico estabelecidas em terras brasileiras, e a primeira direcionada ao ensino militar superior, mais que uma escola de ciências, como é definida por autores que se debruçam sobre instituições de ensino do período¹, a Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha teve sua origem em um amplo movimento de reordenação do aparato militar português que se iniciou no reinado de José I (1750-77). Veio para a cidade do Rio de Janeiro com a transferência da sede do governo português e tornou-se “imperial e nacional” com a Independência, continuando a prover oficiais para a Marinha Imperial brasileira. A Escola Naval, atual formadora do oficialato dos corpos combatentes da Marinha do Brasil, reivindica sua origem mais remota justamente nesta instituição do Antigo Regime português.

2. Marcos temporais:

A definição do marco inicial desse estudo dispensa explicação, já que a Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha se instalou no Rio de Janeiro em 1808, numa das alas do Mosteiro de São Bento, defronte o Arsenal de Marinha, o principal

*Capitão-de-Corveta (T) da Marinha do Brasil servindo, desde 2001, na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) na linha de pesquisa *Sociedade e Política*, tendo como orientador o Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos.

¹ ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e Política no século XIX: O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 127; OLIVEIRA, José Carlos. “A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821).” *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, nº 17, p. 29-58, 1997. p. 29; SILVA, Clóvis Pereira da. “Sobre a História da Matemática no Brasil após o Período Colonial.” *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, nº 16, p. 21-40, 1996. p. 21.

órgão vinculado à Secretaria de Estados dos Negócios da Marinha no Rio de Janeiro colonial. A Academia dos Guardas-Marinha foi a única escola superior a deixar Portugal junto com a família real, lá permanecendo a Universidade de Coimbra, o Real Colégio dos Nobres e a Academia Real de Marinha, dentre outras instituições de ensino superior. Porém, a parada abrupta em 1839 não pode facilmente ser justificada a partir de paralelismos com a história política e social do Império. Segundo os poucos estudos dedicados a essa instituição², o ano de 1839 também não merece destaque como um ponto de ruptura organizacional, política ou administrativa na sua história/memória institucional. Naquele ano, foi aprovado e publicado o regulamento que “Transfere a Academia da Marinha para bordo de um navio de guerra, e dá outras providências a respeito deste Estabelecimento”, mais uma mudança de sede para aquela Academia que, nos seus 57 anos de existência, já tinha tido quatro endereços diferentes, duas nacionalidades distintas e, até, uma extinção. A irrelevância identificada pelos “biógrafos” da Academia dos Guardas-Marinha deste adendo aos estatutos primitivos de 1796 está vinculada à própria característica deste ato legal como instrução complementar e não substitutiva.

Porém, alguns dos elementos essenciais para o entendimento da Academia dos Guardas-Marinha como lugar de profissionalização dos quadros requeridos para a carreira militar-naval em sua acepção “moderna” só foram consolidados em lei em 1839. Idéias como a universalidade do acesso, promoção baseadas no tempo de serviço e no mérito, a introdução da disciplina militar no ambiente escolar e o reconhecimento da necessidade do aprendizado prático, debatidas durante anos dentro da Marinha e mesmo no Parlamento, encontraram-se materializadas num regulamento reconhecido, apenas, como definidor de uma mudança de sede daquela instituição, do mosteiro dos Beneditinos para a nau *Pedro II*, imponente, embora já decrépito, navio de linha de 74 canhões.

² ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. “A Academia Real dos Guardas-Marinha.” In: BRASIL, Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. 2º Volume, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. p. 353-367; *Id. Da Companhia de Guardas-Marinha e sua Real Academia a Escola Naval, 1782-1982*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982; BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval: (seu histórico) 1761-1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940; COSTA, Augusto Zacarias da Fonseca e. *Esboço histórico da Academia de Marinha desde sua fundação e da Companhia de Aspirantes à Guardas-Marinha: acompanhado dos regulamentos vigentes na Escola de Marinha*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1873; e SCAVARDA, Levy. “A Escola Naval através do tempo”. *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, Vol. XIV. 1955. p. 9-294.

3. Balizas conceituais:

Desviando de uma análise centrada nas bases sociais de recrutamento, a singularidade na conformação do corpo de oficiais da Marinha pode ser identificada através do processo de formação a que seus membros eram submetidos no início de suas carreiras na Academia dos Guardas-Marinha; utilizando-se, para isso, da conceituação de “profissão militar” presente na obra de Samuel P. Huntington³ cotejada com a caracterização de “profissão naval” proposta por Norbert Elias em estudo ainda pouco difundido no Brasil.⁴ O uso dessas duas construções “sociológicas” sobre a identidade profissional militar em um trabalho historiográfico se justifica porque ambas não emergem de proposições com grande dose de abstração, mas foram edificadas sobre processos históricos específicos. A de Huntington a partir do desenvolvimento dos exércitos e marinhas da Europa ocidental, principalmente na França, Inglaterra e Alemanha, e a de Elias seguindo a formação do corpo de oficiais da Marinha inglesa, entre os séculos XVI e XIX.

A caracterização da profissão militar baseia-se em três aspectos comuns a sociologia das profissões: a “responsabilidade”, a “corporatividade” e a “especialização”. Contudo, é esta última que encontrará na instituição militar de ensino, no nosso caso, na Academia dos Guardas-Marinha, sua matriz. A especialização engloba os padrões objetivos de competência profissional esperados para a realização de determinada atividade consolidada como profissão, ela é a posse do conhecimento sistematizado que separa profissionais de leigos e confere status aos primeiros. Huntington sublinha que a aquisição de conhecimento profissional difere da habilidade puramente artesanal, vinculada ao aprendizado de um ofício. Enquanto o ofício compreende uma técnica que é passada adiante pela repetição de determinada sequência de ações, o conhecimento profissional detém uma natureza intelectual e supõe um aprendizado continuado e perpetuado na escrita, é um saber que tem historicidade e se insere em determinada tradição cultural. A profissão militar reflete padrões de

³ HUNTINGTON, Samuel P. *Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

⁴ ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaios 1: Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006; *Id. The Genesis of the Naval Profession*. Dublin: University College Dublin Press, 2007.

competência, de capacitação, universais e atemporais, tendo como única variante o desenvolvimento da tecnologia.⁵

Porém, a indicação da atemporalidade dos padrões profissionais militares poderia sugerir que a teorização de Huntington prescindia da análise dos processos históricos, contudo, essa “perenidade” da profissão militar torna-se perceptível a partir da solidificação de uma cultura profissional que não pode mais ser dominada por não militares, conhecimentos que se concentram e são monopolizados pelo oficialato militar e enlaçados sob a titulação de ciência militar. E a singularidade desse saber profissional frente a saberes outros de difusão corrente entre não militares emergiu durante as Guerras Napoleônicas e se consolidou ao longo do século XIX, tendo como um dos principais esteios o ensino em escolas superiores militares. Se por um lado essas “escolas militares” tornavam-se acessíveis a todos, independentemente de sua ascendência ou lugar estamental, por outro introduziam no oficialato a obrigatoriedade de comprovar um cabedal de conhecimentos particulares, inserindo o mérito nos processos de acesso e promoção da carreira militar. Não que inexistissem escolas para oficiais militares ao longo da Época Moderna, muitas foram fundadas, principalmente ao longo do século XVIII. Entretanto, essas instituições podiam ser separadas em dois tipos: escolas que preparavam os oficiais das “armas burguesas” ou científicas de Engenharia e Artilharia e escolas para nobres voltadas a educação básica e de caráter filantrópico.⁶

Diante desse quadro, qual era a filiação da Academia dos Guardas-Marinha, surgida justamente no período em que ocorria a transição da função militar exercida pelo “amador aristocrata e individualista”⁷ para a consolidação de um profissionalismo vinculado ao saber científico e a valoração do mérito? Essa indagação pode ser respondida a partir do reconhecimento dos elementos singulares de uma cultura militar portuguesa, transladada para o Brasil em 1808. Se a Academia sacramentava desde seu documento fundador, o decreto de 14/12/1782, a restrição a não-nobres no seu corpo de alunos, também tornava etapa obrigatória para o início de uma carreira no oficialato da

⁵ HUNTINGTON. *op. cit.* p. 30-32.

⁶ *Ibid.*, p. 43; BORGES, João Jorge B. V.; CANAS, António José D. C. “Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal.” *Revista Militar* (eletrônica), out. 2006. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=128> ; Acesso em: 14 jun. 2010.

⁷ *Ibid.*, p. 38.

Marinha através da posição privilegiada de guarda-marinha a aprovação em um curso matemático.

A convivência de elementos da função militar próprios do Antigo Regime – como os requisitos de nobreza para a ocupação dos altos postos militares – com concepções identificadas com o profissionalismo militar, como a necessidade da formação especializada introduzida no início de uma carreira estruturada sobre uma hierarquia de postos, aproxima essas primeiras décadas dessa Academia da dinâmica proposta por Elias quando analisou a constituição da “profissão naval” na Inglaterra. Elias demonstrou que os continuados embates entre dois grupos aos quais o rei confiava o comando dos seus navios, os *gentlemen*, de um lado, e os *tarpaulins*, do outro, foram “característicos do estágio inicial do surgimento de uma nova profissão – a do oficial-de-marinha – [e] eram sintomáticos de uma luta de poder resultante da crescente interdependência mútua de dois grupos sociais anteriormente independentes.”⁸

O sociólogo alemão aponta que a crescente complexidade da guerra no mar – arraigada pela introdução das tecnologias vinculadas a “revolução militar” dos séculos XVI e XVII⁹ – e o aumento de sua importância frente à atividade guerreira levada a cabo por forças de terra na Inglaterra insular induziram que o comando militar de navios não permanecesse exclusividade dos nobres, os *gentlemen*, como foram conservados em terra. O sucesso de empreendimentos corsários, como o de Francis Drake, e as condições sócio-políticas vigentes na Inglaterra elisabetana permitiram o ingresso de homens oriundos dos “baixos estratos” a postos de comando militar no mar quando estes traziam consigo a experiência prática necessária para conduzir um navio, quase sempre adquirida no comércio marítimo ou na pesca. Conforme destaca Elias, os *gentlemen* viam fugir de seu uso exclusivo funções de comando militar quando estas estavam ligadas ao mar. Se estes homens de estamento superior que contavam com um instrumental próprio para impor sua liderança frente às tropas formadas por camponeses, dado pela sua posição social, educação qualificada e redes de clientela; não detinham, a princípio, qualquer experiência nas atividades marítimas, nem acerca dos

⁸ ELIAS, 2006, p. 74-75.

⁹ PARKER, Geoffrey. *The military revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 16-19.

saberes indispensáveis para a condução de uma embarcação, nem sobre qual legitimidade dispor para se sobrepor aos *seamen* (marinheiros).

A disputa entre esses dois modelos de competências para comando militar-naval marcou o surgimento da profissão naval na Inglaterra e a própria conformação do corpo de oficiais da Marinha inglesa, que ascenderia como a principal marinha de guerra já no século XVIII e seria um dos principais instrumentos da supremacia britânica no século seguinte. O que fica patente na análise de Elias é que o processo que levou a consolidação da profissão naval na Inglaterra não foi replicado nas monarquias continentais ao longo do século XVIII. Ao invés da dialética que levou a normalização das qualificações esperadas de um oficial, e a homogeneização do próprio do oficialato da Marinha inglesa, as monarquias continentais tenderam a produzir “escolas para nobres”, que educaram muitos dos comandantes dos navios franceses e espanhóis que lutaram, e perderam, em Trafalgar.¹⁰ Na Marinha inglesa foi instituído, em meados do XVIII, o posto de *midshipman* para treinar jovens *gentlemen* na miríade de conhecimentos vistos como necessários em um oficial de marinha, levando-os ao aprendizado prático nos navios de guerra.¹¹

4. Problema:

O conceito de profissão naval de Elias agrega ao profissionalismo militar de Huntington a necessidade de uma formação especializada pautada na prática, na experiência advinda de uma continuada formação a bordo de navios de guerra. Contudo, o aprendizado pela prática, conforme proposto no posto de *midshipman*, obrigava a superação da noção de mácula mecânica pela nobreza empregada no serviço naval. Se pudéssemos afirmar – como o faz Elias a partir dos exemplos francês e espanhol – que o aprendizado prático manteve-se apartado do ensino teórico na Academia dos Guardas-Marinha, concluiríamos que o próprio desenvolvimento da função de oficial dentro da Marinha portuguesa não encontrou a profissão naval conforme foi acolhida pelos oficiais da Marinha inglesa. A apreensão da profissão naval dentro da Marinha inglesa – que se dava, necessariamente, numa relação mestre-aprendiz¹², em um aprendizado pela prática e de distintivo manual – não era passível de ser aceita e valorizada numa

¹⁰ ELIAS, 2006, p. 95.

¹¹ *Id.*, 2007, p. 86-91.

¹² “...um oficial da velha Marinha [Marinha inglesa] tinha que reunir algumas das qualidades de um artesão experiente e de um gentleman militar.” *Id.*, 2006, p. 92.

sociedade que distinguiu e, claramente, antagonizava o trabalho do espírito do do corpo como a portuguesa.

Baseado na análise levada a cabo por Monteiro ¹³ acerca do “ethos” da nobreza portuguesa no final do século XVIII, a função militar repousava mais na “qualidade de nascimento”, que viabilizava uma “autoridade ‘natural’”, do que na absorção, mesmo que somente por um instrumental pedagógico dado por uma escola militar, de conhecimentos técnico-militares que habilitassem indivíduos ao comando, na terra ou no mar. Qualquer um que se julgasse e fosse reconhecido pelos demais como nobre, deveria “viver à lei da nobreza”, o que o impossibilitava de exercer qualquer atividade vinculada ao trabalho braçal, mesmo como parte da aprendizagem de uma função vinculada com o estatuto do nobre, como o era a função militar. Desse modo, sugeriria-se que os oficiais da Marinha portuguesa não se reconheceriam pela atividade que exerciam – vinculada a um rol de conhecimentos técnico-militares –, mas pela sua origem comum, pelo seu estatuto de nobreza.

5. Tentativas de impor uma especialização aos oficiais da marinha:

Antes da criação da Academia dos Guardas-Marinha, o Estado português promoveu, desde a segunda metade do século XVIII, algumas tentativas de justapor à função de oficial de marinha variáveis formas de hierarquização e especialização. Pelo decreto de 02/07/1761, o rei José I criava o posto de guarda-marinha, abrindo 24 vagas para indivíduos que pretendessem iniciar carreiras militares no oficialato da Marinha portuguesa. Este posto seria ocupado por jovens que preenchessem os mesmos requisitos previstos para os cadetes, que o alvará de 16/03/1757 criara nos regimentos do Exército português. Os requerentes, tanto ao posto de guarda-marinha quanto ao de cadete, deveriam ter entre 15 e 20 anos de idade e “provar, que por seus Pais, e todos seus quatro Avós ter Nobreza notória, sem fama em contrário”. ¹⁴ O alvará que criava o posto de cadete, e que fundamentou o acesso ao posto de guarda-marinha, permitia que, para além dos que “pudessem dar Provas de sua Nobreza”, os filhos de militares com posto igual ou superior a sargento-mor do Exército permanente ou de mestres-de-campo dos Terços Auxiliares e das Ordenanças também concorressem àquelas vagas.

¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº 2, p. 4-20, 2005.

¹⁴ *Apud* BOITEUX. *op. cit.*, p. 22-25.

Entretanto, a criação dos cadetes e guardas-marinha também encetava um esforço do Estado português de fornecer alguma capacitação específica aos que ingressassem no oficialato militar, dada a ausência de instituições militares de ensino formadoras do oficialato.¹⁵ Os dois atos legais destacavam os lugares de cadete e guarda-marinha como de experiência cotidiana nos regimentos e navios de guerra, habilitando esses indivíduos aos postos superiores sem, contudo, expô-los a nenhuma forma de instrução via aprendizado mecânico. A pretensão que sobressai do cotejamento da norma com o contexto é que “instruir na Arte, e Disciplina Militar” se daria pelo reverso da experiência prática compartilhada com os futuros comandados, como nos *midshipmen*, mas na vivência rotineira do mando.¹⁶

Contudo, o experimento dos guardas-marinha como um lugar de introdução de jovens fidalgos, ou filhos de oficiais superiores, na carreira naval mostrou-se insuficiente, visto o declarado baixo aproveitamento dos primeiros candidatos, o que redundou na extinção de suas vagas nos navios do rei em 1774. Poucos anos depois, em 1779, demonstrando um esforço em retirar da prática cotidiana dos navios e normalizar a instrução do oficialato da Marinha, foi fundada a Academia Real de Marinha, que proveria, em um “Curso de Mathematica” de três anos, os conhecimentos que “os vassallos de S. Magestade podiam aplicar-se aos estudos das ciências que são indispensáveis não só para se instruírem, mas também para se aperfeiçoarem na Arte e prática da Navegação.”¹⁷ Esta instituição difundia conhecimentos científicos reconhecidos, naquele período, como essenciais para a habilitação de indivíduos empregados da condução de embarcações em viagens de longo curso. Assim, os estatutos da Academia Real de Marinha, promulgados pela carta régia de 05/08/1779, demarcavam a obrigatoriedade da aprovação naquele curso matemático para aqueles que pretendessem requerer lugar de oficiais nos navios de guerra reais.

¹⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Comandos Militares e Elite Social. In: HESPANHA, A. M. (coord.). *História Militar de Portugal*. Volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 102. Para de esforços empreendidos, desde o século XVI, para manutenção de “aulas” voltadas à “arte da guerra”, vinculadas às atividades próprias das “armas burguesas”, a Artilharia, e a Engenharia; mas, também, aos saberes relacionados à navegação de longo curso, ver BORGES; CANAS. *op. cit.*

¹⁶ SOARES, Joaquim Pedro Celestino. *Quadros Navaes ou collecção dos folhetins marítimos do Patriota seguidos de huma Epopéia Naval Portugueza*. Parte II - Epopéia, Segunda impressão, Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863. p. 409.

¹⁷ Apud SCAVARDA. *op. cit.*, p. 39.

Se temos, pelo menos no texto legal, a obrigatoriedade de comprovação de um conhecimento especializado pelos que requeriam uma vaga no oficialato militar-naval português já em 1779, uma academia própria para a difusão do conhecimento científico aplicado à guerra terrestre para todas as armas do Exército só surgiria em 1811. Mesmo assim, seu curso não era obrigatório para os futuros oficiais desse Exército luso-brasileiro; autores como Schulz apontarão a “lei de promoções” de 1850 como marco inicial na imposição de um cabedal mínimo de conhecimentos profissionais sobre as relações de apadrinhamento que moldavam as carreiras do oficialato terrestre.¹⁸ Contudo, não era função específica, nem particular, da Academia Real de Marinha a formação profissional do corpo de oficiais da Marinha portuguesa. Esta instituição fornecia um rol de conhecimentos científicos comum a funções militares e civis. Além de pilotos, os elementos de maior cabedal científico das tripulações dos navios mercantes, e de engenheiros militares, quaisquer indivíduos que almejassem conhecimento matemático além do elementar podiam optar pela Academia Real de Marinha em detrimento do mais aprofundado curso matemático da Universidade de Coimbra, e sem o compromisso de se empregarem numa dessas funções. Não havia restrição ao acesso de civis naquela instituição, como não havia a de militares em Coimbra.¹⁹ Para tornar-se aluno bastava ter quatorze anos completos e demonstrar operar com as “quatro regras fundamentais da Aritmética”. Os estatutos da Academia Real de Marinha traduziam uma formação ampla que pretendia “... formarem-se sujeitos habéis para servirem os seus Soberanos, e á sua Patria em hum objecto de tanta importancia, como he o da Navegação, e Marinha Real, que constituem a base do commercio, da industria, das riquezas, e forças do Estado ...”; não obrigando aos seus discentes a qualquer regime disciplinar identificado com a vida castrense.

6. A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha:

Foi na organização da Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha que balizou o ponto de partida para o estabelecimento do ensino superior voltado para a

¹⁸ SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 26.

¹⁹ Em levantamento do generalato do Exército brasileiro entre 1837 e 1850, Adriana Barreto de Souza encontrou pelo menos um militar, entre trinta que contavam com alguma formação de nível superior, cursou a Universidade de Coimbra. SOUZA, Adriana Barreto de. *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. (coord.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 162.

formação dos oficiais de uma Marinha militar no cenário português. Não simplesmente por ter sido esta, e não a Academia Real de Marinha, a instituição transferida para o Rio de Janeiro junto à Corte no exílio, mas pelo reconhecido arranjo estritamente militar que aquela “Companhia” ilustrava já na sua denominação. O acesso ao posto de guarda-marinha, que caracterizava a condição de aluno daquela instituição, comportava, além dos fidalgos que cumprissem os requisitos de qualidade de nascimento para a classe de cadetes, os filhos de oficiais das forças armadas portuguesas até o posto de sargento-mor, para a força de terra, e de capitão-tenente, para a de mar. Também poderiam ingressar na Companhia os discípulos da Academia Real de Marinha que houvessem se destacado ao ponto de receberem prêmios em dinheiro, designados de partidos, por demonstrarem “maior aplicação, e habilidade” naquele curso.

Tais exigências constituíam expressões da condição social privilegiada, da fidelidade político-administrativa “hereditária” ao Estado ou do mérito acadêmico comprovado. Dessas três vias de acesso a Academia dos Guardas-Marinha e, conseqüentemente, ao oficialato militar-naval, as que distinguiam a nobiliarquia e o oficialato militar superior mantiveram-se bem próximas das que já existiam para a ocupação do posto de guarda-marinha, porém, diferentemente da regulamentação anterior, vigente entre 1761 e 1774, desta vez abria-se uma porta para os que se mostravam mais aptos a adquirir o conjunto de conteúdos científicos que se pretendia aplicar “na Arte, e pratica da Navegação”. O destaque para a via de ingresso à Academia dos Guardas-Marinha que premiava o talento e dedicação aos estudos demonstrados pelos discípulos da Academia Real de Marinha tende a evidenciar a convivência de características norteadoras da racionalidade contemporânea com a permanência dos privilégios nobiliárquicos na ocupação das funções de comando dentro do aparato militar do Estado.²⁰

A gradual construção da organização interna para a Academia dos Guardas-Marinha foi enfim sedimentada com a publicação do seu regulamento, na carta régia de 1º/04/1796. O currículo científico, que repetiu a denominação – mas, pelo menos inicialmente, não o conteúdo – de “curso matemático” usado na Academia Real de Marinha, estendia-se por três anos e era ministrado concomitantemente com uma série

²⁰ COSTA, Fernando Dores. Fidalgos e Plebeus. In: HESPANHA, A. M. (coord.). *História Militar de Portugal*. Volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 105-111.

de outros intitulados “artes”, que remetiam aos saberes cotidianamente exercitados na atividade marinheira. A separação entre o ensino das matérias científicas, presentes no curso matemático, e das artes marinheiras evoca uma distinção que contribuiu para a definição da “profissão militar” em Huntington, a oposição entre profissão e ofício. Enquanto, a Academia dos Guardas-Marinha generalizava nos novos oficiais da Marinha portuguesa as ciências das Luzes aplicadas à atividade da guerra – como a trigonometria esférica, utilizada nos cálculos de posição do navio, ou mesmo a balística, essencial para ao tiro –, mantinha no currículo toda uma série de “matérias” relacionadas a atividades típicas das corporações de ofício, como uma carpintaria advinda dos mestres-construtores da Ribeira das Naus e a arte da manobra das velas, somente “descrita” na prática cotidiana dos marinheiros.

Se, a partir da definição estrita de Huntington, o “currículo” da Academia dos Guardas-Marinha parece contraditório, ou, pelos menos, vindo de uma “fase de transição”, como ele mesmo identifica essa passagem do século XVIII para XIX, também remete para a formação singular do oficialato empregado nas marinhas de guerra, que tem sua exemplificação mais extrema na Marinha inglesa. Na formação dos oficiais ingleses, através do posto de *midshipman*, privilegiava-se a prática cotidiana a bordo dos navios de guerra, enfocando todo um conjunto de artes marinheiras, chamada pelos ingleses de *seamanship*, em detrimento, muitas vezes, do saber científico, de incerta aplicação na guerra no mar. Mas, por outro lado, também adianta a “polêmica”, surgida décadas depois e no outro lado do Atlântico, entre os ensinamentos científico e prático na Academia Militar, traduzida na disputa entre “tarimbeiros” e “bacharéis”.²¹

Diante apenas da descrição das matérias científicas presentes nos estatutos de 1796, não se vislumbra uma instituição de ensino superior voltada para a ciência teórica, e tal impressão não se constitui numa exceção dentre as “escolas superiores” de então, mas se coaduna com a direção que tomava o ensino científico, e a própria ciência, na Europa ocidental na virada daquele século. Se o século XVII viu o estabelecimento dos princípios da ciência contemporânea, a partir de um movimento de investigação do mundo natural que implicou no desenvolvimento dos métodos e das teorias fundamentais dos seus diversos campos; no final do século seguinte, e por todo o século

²¹ MOTTA, Jehovah. *A Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar: 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

XIX, a ciência passou a ter “novo papel social”, com sua interação cada vez mais forte com a atividade econômica. No Reino de Portugal de fins do século XVIII, a consolidação de uma ciência que privilegiava a aplicação prática não redundou no desenvolvimento de novas técnicas produtivas e no sensível incremento das manufaturas, como o ocorrido em outras partes do continente, mas no uso intensivo do saber científico na formação profissionalizante.²²

7. O Ano de Embarque:

Porém, o que fica patente nos estatutos da Academia dos Guardas-Marinha é a intensa presença de um aprendizado prático concomitante ao ensino científico, o primeiro mais próximo do treinamento em um ofício do que de uma ciência de cunho profissionalizante. Além das matérias “marinheiras”, reunidas sob a nomenclatura “artes”, a distribuição das lições ao longo dos quatro anos de curso demonstra a preocupação da administração da Marinha, e, mais especificamente, do recém-constituído Conselho do Almirantado, com a formação pragmática dos futuros oficiais, não somente nos bancos escolares, e utilizando-se de compêndios presentes nas bibliotecas, mas nos navios. E o incremento mais significativo no aprendizado prático foi traduzido na distribuição dos anos de estudo, incluindo o “Anno de Embarque” entre o primeiro e segundo anos do curso regular.

Os aprovados no primeiro ano letivo não poderiam começar a ouvir as lições do segundo ano sem antes embarcar em um navio de guerra que fosse ao mar em comissão regular da Marinha. O exercício dos guardas-marinha no mar era muito mais metódico que um simples “estágio”, ele incluía aulas a serem ministradas por oficiais do navio que servisse de “escola-prática” e impunha uma avaliação derradeira: ao comandante do navio de guerra que recebesse os guardas-marinha cabia avaliá-los individualmente ao final do embarque, o que redundaria na inclusão dos bem avaliados no segundo ano letivo e na expulsão dos mal avaliados, independentemente dos graus obtidos no primeiro ano ou, pelo menos na letra da lei, de qualquer dignidade maior que acompanhasse os que se mostrassem inaptos para uma carreira no mar. Interessa notar que a previsão de expulsão sumária dos que fossem reprovados nessas avaliações denota

²² OLIVEIRA, José Carlos. *Cultura Científica no Brasil Durante o Governo de D. João (1808-1821)*. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1998. p. 20-26.

a importância da etapa “prática” no projeto de aprendizado “profissional” apresentado pelo Conselho do Almirantado. Nos outros três anos regulares de estudo, os chamados “anos letivos”, o aluno que não alcançasse, nos exames anuais, o grau suficiente para ser considerado apto podia cumprir pelo menos uma reprovação. Somente quando reprovado pela segunda vez no mesmo ano letivo é que sofreria a sanção máxima: a expulsão.

Vemos que se pretendia que os guardas-marinha não somente partilhassem do cotidiano de um navio de guerra como parte de sua tripulação, mas, também, que recebessem instrução, aulas de membros específicos da tripulação, oficiais subalternos com função especializada, formados no cotidiano dos convéses de navios de guerra e mercantes. Cada um dos oficiais “especialistas” do navio instruiria os alunos militares “com o mais que for próprio desta Profissão”. Porém, enquanto o calafate instruiria sobre os usos das bombas de esgotamento de água, equipamento essencial para os navios de então, e o primeiro carpinteiro levaria os futuros oficiais cobertos abaixo, mostrando a estrutura que sustenta o casco, da quilha às cavernas, competia ao próprio comandante do navio a tarefa de compatibilizar essas lições com os afazeres dos membros da tripulação, de modo que uma atividade não atrapalhasse a outra. Os estatutos destacavam que o comandante, mesmo atento à comissão que o navio cumpria, “terá pois hum particular cuidado em promover a sua Instrução; assignalando-lhes horas certas nas quaes deverão ouvir”.²³ Se as “aulas” ministradas pelos oficiais “especialistas” demonstravam que o comando da Academia dos Guardas-Marinha e o Conselho do Almirantado reconheciam a indispensabilidade da familiarização dos guardas-marinha nos ofícios do pessoal marinho, desde o disparo dos canhões à costura de uma vela, a teoria apresentada nos bancos escolares concretizava-se nas instruções de navegação, responsabilidade do aluno com maior grau hierárquico dentre os guardas-marinha, e que comandava o grupo, ou de um oficial do navio escolhido pelo comandante, provavelmente o piloto (outro dos “especialistas”).

8. A Academia dos Guardas-Marinha e a Academia Real de Marinha:

A única mudança significativa na organização do ensino ocorrida até a radical transferência da sede da Academia dos Guardas-Marinha para o Rio de Janeiro foi

²³ *Apud* SCAVARDA. *op. cit.*, p. 54.

provocada por uma proposta do Conselho do Almirantado aprovada pelo Príncipe Regente em 11/12/1799. Esta modificação nos estatutos da Academia aproximava os conteúdos ensinados e a organização do curso ao padrão adotado na sua congênera mais antiga, a Academia Real de Marinha. A resolução real modificava os estatutos de 1796 em dois pontos: em primeiro lugar adotava integralmente o “curso matemático” da Academia Real de Marinha em substituição ao definido em 1796. Mudavam, assim, as matérias científicas reunidas no curso matemático, embora mantivesse em vigor toda a grade de matérias da Academia dos Guardas-Marinha sob o título “artes”. A segunda modificação transferia o obrigatório “ano de embarque” para o fim do curso, após o terceiro ano letivo.

A adoção do curso matemático da Academia Real de Marinha privilegiou a vertente científica do ensino dado aos guardas-marinha. O único assunto que deixou de ser ministrado por completo, já que só aparecia no curso matemático original da Academia dos Guardas-Marinha, foi a matéria “Rudimentos da Tática Naval”. Esta vinha a ser a única matéria no curso matemático que não se relacionava com o campo das ciências exatas, pois dizia sobre as formas e modos do combate no mar. A exclusão da tática naval, ministrada, justamente, no ano letivo que iria, a partir daquelas modificações, preceder a experiência de embarque, deixava os guardas-marinha menos preparados para se empregarem como oficiais combatentes nos navios reais, que, reduzido ao basilar, vinha a ser o predicado essencial daquele que conduzia a guerra no mar.

A postergação do período de embarque para o fim de todo o curso regular, isto é, o ministrado nas dependências, e pelos os professores, da Academia dos Guardas-Marinha, não diminuía o peso dessa etapa, o próprio ato legal que produziu essa modificação estipulava que nenhum guarda-marinha poderia ser promovido a segundo-tenente sem ter feito o embarque. Também essa mudança aproximava as rotinas escolares das duas Academias, já que, a partir de 1800, guardas-marinha e discípulos da Academia Real de Marinha embarcariam contando com conhecimentos similares – pelo menos no campo das ciências exatas e sua aplicação no meio marítimo – e passariam pelas mesmas condições de avaliação, já que a resolução determinava que os guardas-marinha devessem satisfazer “às mais condições, que Sua Alteza Real foi servido impor

aos Voluntários da Real Academia da Marinha, pelo seu Alvará de vinte de Maio de mil setecentos noventa e seis.”²⁴

Após a mudança nos estatutos, a trajetória regular dos alunos na Academia dos Guardas-Marinha passou a assim se dar: o recém ingresso era matriculado no primeiro ano como aspirante a guarda-marinha, mas não assentava praça na Marinha (consequentemente, não tinha direito a soldo, uniforme e era excluído das formaturas), e dependia do número de vagas e da avaliação diuturna do comandante e dos lentes, além da nomeação régia, para conseguir efetivação como aspirante a guarda-marinha, sua introdução como aluno militar, que ocorria, idealmente, ao longo daquele ano. Após a aprovação geral nas matérias do primeiro ano letivo, e, novamente, dependendo das vagas disponíveis, era promovido a guarda-marinha. Conquistada a aprovação no segundo e terceiro anos letivos, os alunos militares cumpriram o “ano de embarque”, onde, novamente, seriam avaliados, disso dependendo sua aprovação final, e podendo redundar numa eventual expulsão. Ao final desta última etapa, receberiam as “Cartas de Aprovação”, diplomas passados pelo comandante e corpo de lentes da Academia dos Guardas-Marinha, que formalmente os habilitaria à promoção ao posto de segundo-tenente. Porém, essa promoção também dependia da disponibilidade de vagas e estava sujeita à aprovação do Conselho do Almirantado, e ao referendo do Monarca, da proposta nominal feita pelo comandante da Academia dos Guardas-Marinha. Do final do terceiro ano letivo a promoção a segundo-tenente, o que poderia levar meses ou até anos, os “ex-alunos” continuariam vinculados a Academia, não mais obrigados à rotina escolar e aos exercícios semanais, mas ainda sujeitos às escalas de serviço.

9. O Regulamento de 1839:

Diferindo de todo o conjunto administrativo da Marinha portuguesa e, mesmo, de todo o aparato governativo estabelecido no Rio de Janeiro a partir de 1808, a Academia dos Guardas-Marinha vinha não somente com chefes e funcionários, vinha também com alunos. Era, acima de tudo, uma instituição de ensino, embora insistisse, através de sua regulamentação, em deixar claro e aparente seu pertencimento à esfera militar.

²⁴ *Apud* BOITEUX. *op. cit.*, p. 59.

E essa identidade militar foi completada justamente no já citado regulamento emitido em 1839. Embora tivesse, nos muitos anos desde seu estabelecimento no Brasil, atravessado radicais mudanças no cenário político – sendo, mesmo, incluída no partido da Independência antes do sete de setembro, quando o Regente Pedro de Alcântara, em 22/05/1822, negou-se a acatar a decisão das Cortes que determinava o retorno imediato daquela instituição para Lisboa –, a Academia dos Guardas-Marinha, cada vez mais conhecida somente como Academia de Marinha, não sofreu modificações duradouras nos seus estatutos originais. O regulamento baixado pelo decreto nº27, de 31/01/1839, foi a primeira modificação significativa e duradoura nos estatutos de 1796 desde 1800.

Este ato, embora não modificasse nada nos conteúdos ensinados, inseria dois elementos característicos das escolas de formação do oficialato vinculadas à ascendente profissionalização militar de meados do século XIX: o aquartelamento dos alunos e a militarização destes, mediante a introdução, no ambiente escolar, das normas disciplinares vigentes para a tropa. A partir da mudança de sede da Academia de Marinha, do Mosteiro de São Bento para a nau *Pedro II*, os alunos militares passaram ao regime de internato, pernoitando nas cobertas do navio em que teriam suas aulas. A internação dos alunos nesse “navio-academia” não somente os colocava, logo no primeiro passo de suas futuras carreiras militares, na condição de tripulantes – expondo-os a rotina da “vida a bordo”, mesmo numa embarcação eternamente fundeada, imóvel –, mas, também, reforçava os mecanismos disciplinares pela “especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar.”²⁵ O aquartelamento apartava os discentes do convívio da rua, da agitação política da capital do Império, como alertou José Murilo de Carvalho²⁶ quando se referiu à diferença dos corpos de alunos do Exército e da Marinha no século XIX, mas, também, transformava o navio-academia em um “aparelho de vigiar”, permitindo a “vigilância hierarquizada” que ampliava o controle coletivo pelo aprofundamento do conhecimento personalizado sobre os discentes.²⁷

Os parâmetros disciplinares a modelarem o comportamento dos alunos passavam a ser os mesmos que vigoravam em toda a Marinha, o “Regimento Provisional para o

²⁵ FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. p. 130.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 26-27.

²⁷ FOUCAULT. *op. cit.*, p. 154-156.

Serviço e Disciplina das Esquadras e Navios da Armada Real, que por ordem de Sua Majestade, deve servir de regulamento aos comandantes das esquadras e navios da Mesma Senhora” (1796) e os “Artigos de Guerra” (1799). Embora identificados, dentre os demais militares da Marinha de guerra, pelo posto que detinham, exclusivo de alunos militares da Academia de Marinha, os guardas-marinha passariam, a partir de 1839, a atender a modelagem disciplinar determinada a todo o pessoal da Marinha por aqueles regulamentos gerais. Seriam reconhecidos e tratados cada vez mais como militares do que como alunos.

Afora aspectos característicos às escolas militares de formação do oficialato “moderno”, um elemento basilar na definição da profissão militar em Huntington foi institucionalizado a partir da publicação, por um decreto, do regulamento complementar de 1839. Até aquele momento, a regulamentação vigente impedia a matrícula como aluno militar de candidatos que não cumprissem os requisitos para o preenchimento das vagas de cadete, expostos no distante alvará de 16 de março de 1757. Mesmo oito anos depois do sete de abril de 1831, e, pelo menos, na letra da lei, ainda vigiam restrições no acesso ao oficialato da Marinha que privilegiavam a nobreza “de quatro costados” e os filhos de oficiais militares superiores.

Embora se pudesse pensar que, com a ascendência da racionalidade das Luzes na ação governativa portuguesa nos fins dos Setecentos, a nobiliarquização do aparato militar fosse retrair, os últimos atos que regeram o acesso a Academia de Marinha antes do regulamento de 1839 vieram a recrudescer aqueles privilégios, corroborando a demanda pela nobiliarquização do aparato militar apontada por Fernando Dores Costa.²⁸ O decreto de 14/11/1800 determinava que “daqui por diante ninguém será admitido a Guarda-Marinha, sem ter foro de Fidalgo ou por Pai ou por Mãe, provando também além disso, que seus Pais viveram a Lei da Nobreza.”²⁹ Porém, a partir de 1839, somente se cobrava dos candidatos que tivessem mais que doze e menos que dezesseis anos de idade, soubessem ler e escrever em sua língua pátria, “sufficiente intelligencia” do francês e domínio das quatro operações da Aritmética. Também deveria comprovar sua escolaridade e “bom procedimento” na sua formação elementar por certidões dos mestres e diretores das escolas que tivessem frequentado. Estes requisitos exemplificam

²⁸ COSTA. *op. cit.* p. 110-111.

²⁹ *Apud* SCAVARDA. *op. cit.*, p. 31

a emergência dos padrões do profissionalismo militar na formação inicial do oficialato, conforme sublinhada por Huntington: “a eliminação dos pré-requisitos aristocráticos para o ingresso; exigência de um nível básico de formação profissional e competência; e exigência de um mínimo de educação geral que fosse ministrada em instituições não dirigidas por militares.”³⁰

Resta saber, muitos questionariam, se a publicação dessa norma realmente provocou modificação nas bases de recrutamento do oficialato para a Marinha e se foram o bastante para corroer o caráter nobiliárquico do oficial de marinha, por demais sublinhado pela historiografia brasileira. Entretanto, as fontes sobre o acesso à Academia dos Guardas-Marinha dentro do período definido para este estudo induzem a pensar que essas bases já estavam sendo alargadas desde sua instalação no Brasil, através da “porta franca”³¹ aberta pelos monarcas a inúmeros candidatos ao posto de guarda-marinha que não cumpriam os requisitos de nobreza expostos pelo alvará de 1757.

Segundo a perspectiva de Huntington, o critério da universalidade do acesso à formação militar superior e, conseqüentemente, ao oficialato militar-naval seria o calcanhar de Aquiles para o reconhecimento da Academia dos Guardas-Marinha como uma escola voltada ao profissionalismo militar contemporâneo. Mas, mesmo que a legislação imputasse restrições sociais à nomeação aos postos de aluno militar até, na melhor das interpretações, o início do período regencial, pudemos acompanhar a deliberada flexibilização daqueles requisitos para atingir candidatos que se distinguiam tanto por distinções sociais não elencadas pela lei, como pelo mérito demonstrado no ambiente escolar, no preparo intelectual e na atividade militar.

Essa faceta do corpo de alunos militares da Academia dos Guardas-Marinha, embora ignorada, e mesmo contradita por uma historiografia que toca na origem social do oficialato militar brasileiro nos Oitocentos,³² poderia ser presumida pela declaração

³⁰ HUNTINGTON. *op. cit.*, p. 58.

³¹ “A vista da informação do Auditor [Geral da Marinha] visto q^o o supp^e não está no caso da Lei p^a ser admitido a praça de Aspirante [a Guarda-Marinha]: SMI tem benignamente aberto huma porta franca a todos p^a obterem esta praça, e vem a ser matricular-se n’Academia” Nota anexa à petição de João José Gonçalves. 28/02/1828. XM-49. Série Marinha - Arquivo Nacional. Referências, no conjunto documental trabalhado, a “liberalizações” de tal ordem dos foros de nobreza exigidos para o posto de guarda-marinha iniciam-se em 1814, tornando-se mais freqüentes a partir de 1823.

³² CARVALHO, 2005, p 18-19; LIEUWEN, E. Militarismo e Política na América Latina. *In: _____*; JOHNSON, J. J.; ALBA, V.; PYE, L. W. *Militarismo e Política na América Latina*.

do aluno militar, e depois professor, Cristiano Benedito Ottoni, de que “não era vocação o que nos levava para a carreira na Marinha; seguimo-la por ser mais barata.”³³

Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 16; JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. *In*: LIEUWEN, E; _____; ALBA, V.; PYE, L. W. *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 54-55.

³³ *Apud*: MOTTA, 2001, p. 71.

IMPACTO DA MUDANÇA ALIMENTAR NOS PRACINHAS DA FEB, NA FRENTE ITÁLIANA.

Durland Puppim De Faria¹

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o impacto causado pela mudança dos hábitos alimentares aos militares brasileiros, oriundos das mais diversas regiões do país, que foram combater no Teatro de Operações (TO) do Mediterrâneo, na Frente Italiana, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, no período compreendido entre 1944 e 1945.

Inicialmente, cabe destacar que o Brasil, como um país continental, apresentava, na década de 1940, um padrão de alimentação bem distinto entre as regiões, mas que existiam aspectos comuns entre as regiões e sub-regiões, como o trinômio feijão-arroz-farinha, que era um prato comum em todo o país, e a realização de cinco refeições diárias, além da utilização de condimentos específicos.

O Brasil, em 21 de agosto de 1942, reconheceu a situação de beligerância contra a Alemanha e a Itália. Logo após, em 25 de agosto de 1942, foi reunida pela primeira vez a Comissão Militar Mista de Defesa Brasil – Estados Unidos da América, que definiu a participação do Brasil no conflito mundial (CARVALHO, 1998, p. 196).

Essa Comissão estabeleceu, entre outras cláusulas, que: seria organizada de uma força expedicionária brasileira; seriam utilizados os serviços norte-americanos em campanha; o abastecimento seria realizado pelos EUA; o material seria norte-americano e os fardamentos brasileiros; e seria fornecido ao Brasil 50% do material de uma divisão de infantaria para familiarizar a tropa com o armamento moderno, através do *Lend-lease*.

Nesse mesmo mês, o Brasil declarou Estado de Guerra contra as nações do Eixo e nomeou o General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes para comandar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), com um efetivo de aproximadamente 25.000 homens, que seria a vanguarda da Força Expedicionária Brasileira (FEB²). O

¹ O autor é graduado em Ciências Militares, Direito e História, especialista em História Militar pela UNIRIO e Professor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras.

² A 2ª e 3ª Divisões de Infantaria Expedicionárias foram criadas apenas no papel. Como só foi para a Itália a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, esta passou a chamar-se 1ª DIE-FEB. Av. 7-7-Reservado, de 07 de Janeiro 44. “Constituição da 2ª e 3ª DIE”. Boletim Interno Reservado (BIR) da 1ª DIE-FEB nº 26, de 20 Mar 44. AHEx.

efetivo Exército na época era de aproximadamente 60 mil homens espalhados por diversas unidades militares em todo o território nacional (BRANCO, 1960).

Porém a FEB, desde a sua fase embrionária, já apresentava dificuldades em vários aspectos, principalmente na mobilização do pessoal. Como não poderia ser diferente, esse problema também influenciou, de forma negativa, a composição dos quadros que iriam compor o serviço de aprovisionamento das Unidades. Dentre os problemas destacam-se: a recusa por parte de alguns oficiais e praças em servir nas Unidades que iriam constituir a FEB; a quase inexistência de pessoal mobilizável com conhecimento mínimo necessário ou especialização para lidar com os materiais norte-americanos (NA); e a incorporação de centenas de analfabetos.

O treinamento do pessoal só iniciou em março de 1944, após a instalação das Unidades expedicionárias em quartéis localizados do Rio de Janeiro.

As instruções ministradas aos pracinhas tiveram que começar pelo que existia de mais elementar da instrução individual básica. Isso pode demonstrar o incipiente nível de adestramento da tropa que iria combater nos campos da Itália.

Dentre os motivos de maior relevância que ocasionaram essas deficiências destacaram-se: a falta de um centro de instrução adequado; a insuficiência de material de origem NA, que deveria mobiliar 50% de uma divisão; o limitado número de instrutores brasileiros que haviam estagiado nos EUA e um número reduzido de instrutores norte-americanos, que por sua vez não falavam português; e havia a dificuldade do Estado-Maior do Exército em traduzir e divulgar os novos manuais oficiais. Desse modo, a instrução limitou-se principalmente à ordem unida, educação física, marchas e instrução geral.

Em junho de 1944 o 1º Escalão da FEB já estava embarcando para a Itália, embora houvesse realizado menos de três meses de efetivo treinamento (McCANN, 1995, p.279-293).

Dois dias após o embarque do 1º escalão da 1ª DIE, foi cancelada a formação da 2ª e 3ª DIE. Assim sendo, a FEB passaria a ser composta apenas pela 1ª DIE e de alguns elementos do Corpo de Exército e dos Serviços Gerais, estritamente necessários ao desempenho da tropa. O efetivo planejado para a ida ao TO Europeu seria, agora, de 25.445 homens.

Os três primeiros escalões de embarque da FEB chegaram à Itália com o treinamento incompleto e inadequado, e os dois últimos partiram do Brasil praticamente sem instrução.

Diante da precariedade da instrução no Brasil, partir rumo ao TO do Mediterrâneo, onde, a princípio, haveria condições, recursos e facilidades inexistentes no Brasil, não seria um procedimento errado, e sim uma oportunidade para desenvolver a instrução da tropa.

ALIMENTAÇÃO DA TROPA ANTES DA FORMAÇÃO DA FEB

A alimentação nos quartéis sempre foi motivo de reclamação ao longo dos tempos e no Exército Brasileiro, não foi diferente. Esse tipo de reclamação é registrado desde a formação das primeiras unidades militares no Brasil. Durante a Guerra da Tríplice Aliança verificar-se, de maneira bem clara, como o combatente via a preparação de seu alimento, conforme narra o General Cerqueira (1980, p. 105):

[...] as moscas não davam trégua, presentes na comida precária, sempre baseada em carne. Vez ou outra variavam-se as refeições com pirão da farinha mofada, com bolachas, “duras como tábuas”, ou alguma lata de sardinha[...]

[...] cansado de combater as moscas e desanimado com a quantidade delas, resolveu amassar as que pousavam no pirão ou no arroz, raramente servido, comendo-as.

Durante o século XIX, o Exército Brasileiro fazia uso de tabelas de rações para tropa, que estabeleciam a quantidade de determinado produto alimentício que deveria ser fornecido a um homem, ou grupo de homens, para que pudessem sobreviver em condições de combate, por um determinado período (JUNIOR, 2005).

No ano de 1916, surgiu a Tabela de Ração de Campanha Diferenciada³ e, em 1924, são estabelecidos níveis mínimos de víveres e forragem. Ainda no que tange ao tipo de itens fornecido pelos depósitos, verifica-se que, de um modo geral, não era

³. Aviso nº 1.110, de 27 Nov 16, publicado no Boletim do Exército nº 61, de 30 Nov 1916. AHEx.

fornecida carne verde, podendo, porém, ser fornecido gado vivo para que fosse abatido na região de cozinha dos acampamentos da tropa.

A primeira tabela brasileira realizada com base em estudos nutricionais e biológicos ocorreu em 1933, graças à ação da Missão Militar Francesa no Brasil. Esse estudo passou a condenar uma das práticas mais comuns na alimentação dos militares brasileiros: a utilização da carne seca, como base da alimentação em campanha. A utilização da carne seca, como alimento, tinha como base fatores históricos presentes nas campanhas coloniais no Sul, assim como no hábito do sertanejo brasileiro, além da simplificada forma de preparação, manejo e estoque, em um país de clima tropical. Apesar desse apreço pela carne seca, estudos verificaram que o nosso jabá era um alimento de difícil digestão e que seu uso exclusivo e prolongado podia comprometer a saúde do homem, reduzindo seu poder de combate.

Até o início da mobilização e os preparativos para o envio de uma tropa brasileira para a Itália, pouco ou quase nada havia mudado em relação à forma como o Exército via o sistema de aprovisionamento. Nesse período existia, além da má qualidade dos alimentos, da sua péssima preparação e da total falta de higiene na sua confecção, a chamada Economia de Rancho, que era tão ou mais danosa que as demais.

Outro aspecto negativo foi o envio de militares sem qualificação, ou indisciplinados, ou com alguma dificuldade com a coordenação motora para o Serviço de Aprovisionamento das OM. Esse procedimento, comum dentro das Unidades do Exército, permitiu que um grupo de homens desqualificados e desinteressados pela atividade viesse a exercer a função de auxiliar de cozinheiro e até de cozinheiro, sem possuir a menor afinidade com a sua função.

Dessa forma, o quadro da alimentação das Unidades Militares do Exército Brasileiro, no período anterior à sua preparação para a entrada na Guerra, pode resumir-se como um sistema de padrão único de alimentação, com cardápios de pouca variedade, com a constante realização da Economia de Rancho, sem aplicação dos conceitos de higiene relacionados à armazenagem, transporte e confecção dos alimentos, e sem o preparo técnico do cozinheiro relativo à preparação das refeições.

ALIMENTAÇÃO NA PREPARAÇÃO DA FEB

Apesar da criação oficial da FEB ter ocorrido em agosto de 1943, somente em fevereiro de 1944 iniciaram-se os estudos sobre a forma e o tipo de alimentação que seria fornecido ao efetivo brasileiro no exterior. Como consequência foi criada da Comissão Encarregada de Estudar Cardápios (CEEC). Essa comissão produziu um extenso relatório que apresentava como destaque as seguintes ideias⁴: a utilização de ração NA para um período de adaptação no Brasil; o início da experiência de preparação e combinação das refeições, utilizando víveres da ração “A” (padrão norte-americano), introduzindo nela alguns dos nossos víveres especiais (feijão, arroz e farinha de mandioca) e com a utilização de condimentos tradicionais e típicos do Brasil; a adaptação do novo regime de três refeições por dia, em substituição ao tradicional regime de cinco refeições; o desjejum (seria considerada como refeição principal), o almoço (teria que ter aspecto ligeiro) e o jantar (equivalente ao almoço em calorias, porém integrado pelas substâncias de digestão mais difíceis); a aplicação de dois tipos de alimentação (o de adaptação e o da Zona de Ação, quando deveriam ser utilizadas somente as rações americanas); a solicitação das Rações “A” e “C” norte-americanas; a realização do treinamento prático de todos os nossos cozinheiros, com as Rações “A” e “B”; e a padronização das instruções de como preparar os gêneros que os norte-americanos utilizavam.

Apesar dos relatórios da CEEC, acabou ocorrendo o que prescrevia o Acordo Brasil – EUA, no qual o suprimento de rações para as tropas brasileiras seria feito em sua maioria com ração norte-americana, embora só tenha começado efetivamente quando as tropas embarcaram em navios dos EUA, em direção à Europa.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos suprimentos que saíram do Brasil com destino ao TO do Mediterrâneo e que foram conduzidos pelos três primeiros escalões da FEB, conforme o Relatório Secreto nº 01 do Depósito de Intendência.

Tabela 2
Gêneros brasileiros consumidos pela FEB na Itália.

Artigos	Recebido em kg (1º, 2º e 3º)	Consumido até 31/12/944	Estoques em 31 /12/44	Cálculo de duração dos estoques
---------	---------------------------------	----------------------------	--------------------------	------------------------------------

⁴ Comissão Encarregada de estudar o regime alimentar e cardápios da FEB. Caixeta 312. Acervo FEB. AHEx.

	escalões)	(em kg)	(em kg)	(previsão 20.000 homens)
AÇÚCAR	266.100	45.911	220.189	01 ano e 07 dias
ALHO	1.200	1.109	91	xxxxxxxxxxxxx
ARROZ	171.120	143.716	27.804	01 mês e 01 dia
BANHA	24.780	8.117	16.669	04 meses
BOLACHÃO	16.412	7.325	9.087	xxxxxxxxxxxxx
CAFÉ CRÚ	116.460	18.298	98.162	06 meses e 16 dias
CIGARROS	1.451.000 (maços)	942.732	508.218	01 mês e dez dias
FARINHA	162.693	73.222	89.476	04 meses e 04 dias
FEIJÃO	171.120	123.718	47.402	01 mês e três dias
MATE	27.656	22.555	5.101	01 mês
SAL	24.786	12.978	11.808	02 meses e 05 dias

Fonte: Relatório Secreto nº 01 do Depósito de Intendência. AHEx.

Por diversas razões estratégicas e principalmente logísticas, não ocorreu a instalação da Base Brasileira de Suprimentos na Itália ou na África, durante o período em que a FEB atuou no TO Europeu.

ALIMENTAÇÃO FORA DO BRASIL

No dia 2 de junho de 1944, o navio de guerra norte-americano *General W. A. Mann* suspendeu âncoras, levando em seu interior o 1º escalão da FEB para um destino ignorado pela maioria de seus componentes.

Já no início do deslocamento, a tropa foi oficialmente apresentada à ração “C” NA, que posteriormente foi substituída por outra mais completa. No navio, após a alvorada, todos os militares apanhavam os seus cartões de refeição, que eram de posse obrigatória, e entravam em uma enorme e lenta fila em direção ao rancho para realizar a primeira refeição. O cardápio da primeira refeição era composto por: um ovo cozido, quatro fatias de pão branco de forma, duas salsichas, leite, mingau e uma maçã. Na segunda e última refeição do dia foram fornecidos duas salsichas, manteiga, vagem, duas batatas inglesas, conserva de morango, pão, leite e café. (ANDRÉ, 2007, p. 118).

O controle sobre a quantidade de comensais era realizado por meio do cartão de refeição, que era picotado individualmente por um militar norte-americano postado na entrada do refeitório.

Para preparar alimentação para todo o contingente brasileiro, acrescido dos tripulantes do *Mann*, foi necessário o apoio de homens da tropa brasileira para auxiliar os cozinheiros do navio. Esses brasileiros, que trabalharam durante a travessia do Atlântico, eram os únicos militares brasileiros que possuíam o privilégio de realizar três refeições por dia (ANDRÉ, 2007, p. 120).

Os problemas com a alimentação no navio persistiram até o desembarque em Nápoles, após 15 dias de deslocamento. No dia 16 de julho de 1944, os primeiros pracinhas se deslocaram para a área de estacionamento pré-determinada, porém, devido à falta de barracas, a primeira alimentação servida em solo italiano foi ração de reserva, Tipo C, uma refeição em conserva, de carne com cenoura, bolachas Nabisco e suco de limão.

No dia seguinte, o Exército Norte-Americano iniciou a entrega dos artigos de estacionamento, como barracas, fogões, cobertores e gêneros alimentícios, entre outros. A partir deste momento, iniciou-se, operacionalmente, para os brasileiros a preparação para guerra.

O Serviço de Aprovisionamento da FEB fazia parte do Sistema Logístico do Exército Brasileiro, mas por decisões já descritas anteriormente, o suprimento de gêneros alimentícios seria fornecido pelo V Exército NA, por meio do seu sistema de bases de apoio, instalado no TO.

O V Exército NA ocupou a região de Salerno na Itália, com o objetivo de manter a ofensiva para o Norte, juntamente com o VIII Exército Britânico. Para isso trouxe com ele diversos elementos de apoio logístico que, posteriormente, foram transformados em uma Seção Base Peninsular (*Peninsular Base Section - PBS*), que era uma Grande Unidade Logística do Exército Aliado e que, por sua vez, era uma extensão da Seção Base Mediterrânea (*Mediterranean Base Section - MBS*), que estava instalada no norte da África e que tinha por missão dar o apoio logístico às ações desenvolvidas pelo V e VIII Exércitos, na Frente Italiana.

O Destacamento FEB, ao longo das operações de guerra, foi suprido inicialmente pela PBS em Nápoles, mais tarde foi apoiado pelos Pontos de Suprimentos

baseados nos dois escalões avançados da PBS e, finalmente, nos Depósitos do V Exército. Simultaneamente, recebia produtos nacionais, do Depósito de Intendência da FEB.

A atividade logística de suprimento de Classe I da FEB (gêneros alimentícios) ficava a cargo do Serviço de Intendência (SI), constituído por um Comando e pela Companhia de Intendência (Cia Int). Essa Unidade Logística se instalava nas regiões contidas entre a retaguarda das Unidades Operacionais e as áreas de suprimento do escalão superior, além de lançar Pontos de Distribuição de Classe I em locais próximos às Unidades da frente.

A Cia Int, munida das Requisições Diárias de Rações, confeccionadas pelas Unidades, fazia o saque das rações nos Pontos ou Depósitos de Suprimento do V Exército e no Depósito de Intendência da FEB, levando-os, em seguida, aos Pontos de Distribuição de Classe I para que a ração pudesse ser retirada pela Unidade em horário predeterminado.

As rações NA tinham como princípios fundamentais a suficiência, a variedade e a satisfação alimentar. O primeiro diz respeito à qualidade e valor energético; o segundo se entendia como a adoção de menus diferentes; e o terceiro, ligava-se ao bom preparo da alimentação.

As tropas brasileiras tiveram contato com as mais diversas rações americanas, porém as mais empregadas durante as operações na Itália pela FEB foram⁵:

Ração de Campanha “A”: era a ração que mais se assemelhava à alimentação utilizada em tempo de paz. Apresentava uma grande variedade de itens, entre eles gêneros congelados.

Ração de Campanha “B”: era quase idêntica à ração “A” (esta tem 39 artigos) sendo nesta substituída os gêneros de difícil conservação por outros equivalentes, conservados comumente em latas.

Ração de campanha “C”: usada em determinadas situações na ZC (Zona de Combate) era composta por seis latas hermeticamente fechadas.

Ração de campanha “D”: essa ração figurava como um suplemento de ração, porém na prática, era consumida como ração.

⁵ Resumo dos Estudos sobre rações, víveres ou Etapas da FEB. Caixa 309. FEB-AS. AHEx.

Ração de Reserva “K”: era uma ração leve e compacta que podia ser armazenada durante longo tempo, e podia ser ingerida quente ou fria sem perda apreciável do sabor.

Verificou-se, porém, que com o decorrer de um período prolongado de utilização desses gêneros, o combatente começava a rejeitar aquele tipo de alimentação. Quando a ração era servida fria o índice de rejeição aumentava ainda mais.

MODIFICAÇÕES EXIGIDAS PELA TROPA BRASILEIRA

A alimentação da tropa foi motivo de preocupação para o comando da FEB durante todo o período que durou a campanha. O E-4, o Serviço de Saúde e o Serviço de Intendência brasileiro, com apoio dos órgãos norte-americanos de suprimentos, estiveram empenhados na procura de uma solução adequada para os problemas ligados à adaptação da tropa brasileira às mudanças causadas pela introdução de uma alimentação alienígena a seus costumes.

Os órgãos acima citados mapearam as prováveis causas de inadaptação ao novo sistema de alimentação em cinco pontos: a quantidade dos gêneros, a qualidade, a confecção da ração, a distribuição da alimentação e o paladar da ração de reserva.

As reclamações sobre a confecção da alimentação, pelo que se pôde verificar, estão ligadas a diversos fatores que juntos causaram um grande número de reclamações por parte da tropa brasileira. O primeiro desses fatores consiste na falta de conhecimento técnico dos cozinheiros brasileiros em confeccionar os alimentos da maneira correta, seguindo os padrões norte-americanos. O outro fator foi o baixo nível educacional dos cozinheiros (inclusive analfabetos) que, por diversas vezes, não tinham condições de realizar as conversões de peso e volume necessárias e, ainda, realizar as operações matemáticas mais simples, o que os levava a confeccionar a alimentação de modo empírico ou por tentativa e erro, o que causava profundos dissabores aos comensais das Unidades.

A ração quente⁶ era a forma mais empregada de alimentação na ZA (Zona de Administração) e na ZC, quando as condições permitiam. Casualmente, por ação do inimigo ou por condições climáticas, ocorria a inviabilidade do fornecimento das

⁶ Era confeccionada nas cozinhas de campanha, na região de Trens de Estacionamento das Unidades, localizada em sua área de retaguarda, era servida com a temperatura acima da temperatura ambiente.

refeições no local correto e na temperatura ideal, o que acarretava a insatisfação dos militares que as recebiam. O Comandante da FEB determinou que as Unidades empenhadas em combate, sempre que possível, fornecessem rações quentes “A” e “B” para seus homens.

Outro ponto de reclamação dos soldados brasileiros era o paladar da ração de reserva que, após um logo tempo de utilização, se tornava enjoativa e desagradável, mesmo quando consumida quente, preparada pelo próprio combatente.

Apesar desses problemas, não é incomum verificar a existência de relatos de diversos ex-combatentes e de correspondentes de guerra que exaltam as qualidades das rações norte-americanas pelas suas características nutricionais, de higiene e de praticidade.

O Serviço de Intendência, na tentativa de procurar formas de eliminar ou reduzir os pontos de insatisfação com a alimentação, determinou a realização de pesquisas sobre a opinião dos soldados em relação aos cardápios existentes. Diversas Unidades, ao responderem essas pesquisas, apresentaram certo consenso sobre os itens que deveriam ser substituídos e realizaram proposta de novas rações⁷. Curiosamente foi informada, também, de modo geral, a necessidade de mais abridores de lata para que se pudesse abrir a ração “C”, pois vinha acompanhando a ração apenas um abridor. O relatório N° 002, do Serviço de Saúde do Exército narra diversos acidentes causados pelos abridores de lata, quando da sua utilização pelos nossos pracinhas⁸. Outro fator causador de baixas foi à intoxicação acarretada pela ingestão da ração “C”, após ultrapassar uma hora de sua abertura.

Após diversas outras consultas realizadas, o SI solicitou ao comando da FEB para conseguir junto aos órgãos de suprimento norte-americanos, a mudança da quantidade de alguns artigos e a substituição de outros, como por exemplo, o café⁹.

Solicitou, também ao comando da FEB, para que providenciasse junto ao escalão superior no Brasil, a melhoria da qualidade de alguns artigos nacionais, e que aumentasse as dotações de certos artigos, que se encontravam em estoque na Itália.

⁷ Respostas das unidades de um questionário do SI sobre a nova ração C. Caixeta 309- FEB-AS. AHEx.

⁸ Relatório n° 2 do TC Emanuel Marques Porto, Chefe do Serviço de Saúde. Caixeta 501 – FEB-AS. AHEx.

⁹ Por exemplo, o café norte-americano era em flocos e não moído, ou seja, o soldado tomava “chá de café”.

Diversas unidades solicitaram por mais de uma vez o regime de alimentação exclusivamente brasileira, porém os pedidos não foram atendidos. O SI tinha total compreensão dessa impossibilidade, tanto por motivos logísticos, como pela qualidade dos produtos norte-americanos, que eram muito superiores aos brasileiros (BIOSCA, 1950, p.207), pelo que foi aplicado um regime de ração mista nas Unidades brasileiras.

É importante relembrar que, segundo o planejamento inicial do SI, seria realizado no país um período de adaptação à comida norte-americana de aproximadamente seis meses, com a introdução de um regime de ração mista¹⁰, mas que não foi realizado, sendo introduzida essa alimentação, de forma abrupta, no navio, ao longo do deslocamento para o TO e nos campos da Itália.

Segundo Biosca (1950, p. 204), quando a FEB estava com seu efetivo máximo, em março e abril de 1945, o regime de alimentação mista chegou à base de 90% de víveres norte-americanos e 10% brasileiros.

As dificuldades relativas à alimentação permaneceram até o fim das operações por quatro problemas básicos: 1) a impossibilidade de satisfazer o ideal de alimentação de mais de 25 mil homens, oriundos de diversos recantos do país; 2) a imposição de um regime alimentar baseado em três refeições e não em cinco; 3) a dificuldade em se implementar o regime misto; 4) o despreparo de nossos cozinheiros. Esse último, talvez tenha sido o principal fator que desencadeador da ojeriza de alguns indivíduos à alimentação NA.

Apesar das deficiências dos cozinheiros, não era incomum verificar que em acampamentos próximos, no qual vigorava o mesmo cardápio, uma refeição se apresentava saborosa e atrativa, enquanto no outro acampamento, com o mesmo cardápio, a alimentação se apresentava com aspecto pouco atrativo, chegando a causar recusa por parte da tropa.

O SISTEMA DE RAÇÃO MISTA

A dificuldade em se instalar um regime misto, ou um regime totalmente nacional, esbarrava em uma situação bem peculiar, pois havia grande dificuldade em conseguir fazer chegar à Itália os gêneros brasileiros em quantidade suficiente. Em contrapartida havia uma grande facilidade em receber os artigos norte-americanos.

¹⁰ Nota de Serviço nº 41, de 22 Dez 44. Caixa 74-Acervo FEB. AHEx.

Apesar da imposição do V Exército, o comando da FEB determinou a instalação do regime misto¹¹.

O SI, com o intuito de bem servir a tropa brasileira, determinou o fornecimento de gêneros brasileiros, como reforço (suplemento) à ração NA. Foram, também, feitas alterações mensais no cardápio da FEB durante os anos de 1944 e 1945 ora aumentando quantidades de alimentos ora as diminuindo¹².

Em uma consulta realizada pelos SI aos S/4 das Unidades, sobre a preferência da utilização do regime de ração brasileiro ou NA, não se obteve uma unanimidade.

Em meio às reclamações dos pracinhas sobre os gêneros e as rações fornecidas pelos norte-americanos como “corned beef” (uma espécie de conserva de carne de boi em salmoura), o suco de tomate, o “grape fruit”, o damasco dessecado e o mingau de aveia, os nossos soldados não perdiam o espírito de brincadeira e apelidaram diversos itens do suprimento, como o “corned beef” que era chamado de “carne de cachorro”; o damasco dessecado, de “orelha de mico”; o grape fruit, de “cara feia” e as bolachas, de “dog biscuits”; e quando mudavam o modo de preparar o “corned beef” o humor brasileiro não perdoava. Gritava o pracinha: “a carne de cachorro mudou de uniforme, cuidado!” (MENDES, [19-], p. 273).

Os gêneros oriundos do Brasil, embora fossem de agrado da tropa, apresentavam sérios problemas de acondicionamento, pois eram recebidos nos depósitos brasileiros e nas Unidades, por vezes, molhados e mofados, já que eram acondicionados em sacos de aniagem, que se fragilizavam com a umidade e se partiam com grande facilidade.

Os materiais empregados para a confecção das embalagens dos produtos nacionais também dificultavam sua distribuição para os soldados, pois umedeciam e tinham aspecto estranho¹³.

Pelo Diário do SI, pode-se verificar a deficiência das embalagens nacionais:

[...] as embalagens dos gêneros brasileiros eram muito precárias e apresentam aspecto desagradável. O açúcar, o sal e a farinha de mandioca umedecem com facilidade; o arroz e o feijão acondicionados em sacos de aniagem que se partem com facilidade e o

¹¹ Relatório Final do Chefe do Serviço de Saúde, p 08-9. FEB-AS. AHEx.

¹² Relatório nº 01, de 31 de janeiro de 1945, do Depósito de Intendência. AHEx.

¹³ Definição das embalagens de víveres e forragens brasileiras. Caixeta 309- Acervo FEB-AS. AHEx.

cigarro está exposto à infiltração de água pelas frestas da caixa, assim como o mate. Além de essas embalagens serem anti-higiênicas, apresentam ainda grande dificuldade no transporte e subdivisões por serem embaladas em sacos de 60 Kg¹⁴.

A situação era pior quando se comparava a qualidade das embalagens brasileiras, com as norte-americanas, cujos produtos possuíam uma excelente embalagem e podiam ser estocados ao ar livre durante um longo período.

Esse sistema de embalagens norte-americano apresentava diversas vantagens para o SI brasileiro, como: volume pequeno e o pouco peso; eram fortes e resistentes; permitiam ser carregados e descarregados fácil e rapidamente; podiam ser depositados ao ar livre, resistindo ao sol e a chuva, com exceção dos sacos e caixas de papelão; permitia um maior controle na conferência dos produtos; e facilitava a distribuição em função do peso.

COZINHEIROS, COZINHA E A HIGIENE.

A situação do cozinheiro na FEB realmente merece uma atenção especial, pois essa especialidade, tradicionalmente no Exército era relegada a segundo plano, já que, desde o início do século, a figura do soldado de rancho era desvalorizada, fazendo com que os comandantes enviassem para o setor de subsistência os piores soldados dos batalhões.

Durante a preparação da FEB, ainda no Brasil, procurou-se preparar melhor os cozinheiros, principalmente porque iriam receber novos tipos de fogões, os fogões de campanha Field Ranger M-1937, de origem norte-americana. Assim foi criado em outubro de 1943, o Curso de Cozinheiro que foi realizado no Brasil¹⁵, sendo dada maior ênfase ao manuseio do equipamento e a preparação das refeições com gêneros de origem brasileira.

A consequência desse procedimento foi o envio de cozinheiros sem o devido preparo para a confecção da alimentação que iriam receber nos campos da Itália,

¹⁴ Diário do Serviço de Intendência, p. 18. Caixa 312- Acervo FEB-AS. AHEx.

¹⁵ Curso criado pela Nota nº 1234, de 23 Out 43. Minutas do Min. da Guerra. Outubro de 1943-Livro 3204. AHEx.

embora a CEEC tenha solicitado, na época, a introdução de um regime misto de cardápios, mesclando produtos estrangeiros com os nacionais.

Praticamente, os primeiros contatos dos nossos cozinheiros com as rações NA ocorreram no navio que os levaram até a Itália e na área de estacionamento na região de Agnara. Até então, os nossos cozinheiros haviam trabalhado somente com produtos nacionais.

A utilização das rações recebidas em Agnara foi uma experiência nova para a maioria dos cozinheiros, transformando a preparação diária dos alimentos em um laboratório de teste e aprendizado.

A partir do momento em que se iniciou a confecção da alimentação com os gêneros recebidos do escalão superior, os comandantes puderam perceber a inabilidade de alguns cozinheiros no manuseio daqueles produtos e a pouca atenção que eles próprios haviam dado a esse setor. O Comandante do 9º Batalhão de Engenharia afirma que todos os seus cozinheiros eram analfabetos ou desconheciam as aplicações básicas da aritmética, de modo a não conseguirem realizar anotações simples e calcular as devidas quantidades de ingredientes para preparar alimentação de um grande número de pessoas e, por esse motivo, pedia a substituição de todos os cozinheiros de seu Batalhão¹⁶.

Na Itália foi realizado um estágio de cozinheiro, exatamente com a finalidade de minimizar as dificuldades dos cozinheiros com a preparação das rações. Retirando as dificuldades inerentes dos cozinheiros, já citadas, o estágio apresentou algumas falhas, como a curta duração, o que impediu a realização do preparo de uma grande variedade de gêneros e de rações. Outra dificuldade foi o idioma, já que os instrutores eram norte-americanos e havia poucos intérpretes.

Como os resultados do estágio não foram satisfatórios, o Serviço de Intendência determinou a criação de um curso próprio, para adaptação dos cozinheiros, que passou a funcionar na Cia de Int em Pistóia¹⁷, recebendo a denominação de Curso de Arte Culinária.

O curso foi frequentado por 150 cozinheiros e tinha a duração de 20 dias. O corpo de instrutores era composto por brasileiros e norte-americanos. As instruções permitiram que os cozinheiros tivessem conhecimento dos corretos processos de

¹⁶ Ofício nº 257-Sec-9º BE, s/d. Ofícios Ostensivos – Março de 1944-1ªDIE-FEB. Livro 7008 AHEx.

¹⁷ Instruções sobre o Curso de Arte Culinária. Caixa 309 - Acervo FEB-AS. AHEx.

preparo dos alimentos e acesso às receitas americanas que detalhavam a confecção das refeições com seus gêneros.

Segundo Waack (1985, p. 137), os norte-americanos afirmavam que as reclamações referentes à alimentação, por parte dos brasileiros, ocorriam porque os nossos cozinheiros utilizavam os ingredientes de uma refeição em outra e vice-versa, acarretando problemas na confecção das refeições. Mendes ([19-], p. 271) concorda com Waack, pois o soldado brasileiro nunca se preocupava com a ordem das refeições.

Os fogões Field Ranger M-1937, que funcionavam a base de gasolina, eram tecnologicamente avançados quando comparados aos fogões utilizados pelo Exército Brasileiro, no início da década de 1940, tradicionalmente fumacentos e pouco higiênicos.

O fogão M-1937 permitia que fossem preparadas as refeições para as tropas em ação a menos de 500 metros da Linha de Frente, algo impossível de ser realizado com os antigos fogões de campanha, devido à fumaça produzida.

Um fator importante que, embora os brasileiros soubessem de sua necessidade, não era dada grande ênfase, era a higiene de um modo geral.

A noção básica de higiene, que temos no início do século XXI, é bem diferente do que existia na década de 1940, em um país onde mais de 68% da população vivia em área rural e o nível educacional era baixo, quando comparado com o nível de escolaridade apresentado pelos norte-americanos. A higiene era vista pelo escalão superior da FEB como um procedimento essencial para a manutenção da higidez da tropa e que deveria ser dada a mesma atenção dispensada a outras atividades militares.

Pode-se resumir a noção de higiene que o Exército Brasileiro possuía por meio do relato de Xavier de Andrade (p. 318), quando narra a forma de limpeza das marmitas dos Cadetes da Escola Militar de Realengo: “geralmente eram ‘limpas’, esfregando-se nelas farinha, areia, água e terra. Esse costume era visto com naturalidade pelos Comandantes e pelos médicos”.(JUNIOR, 2005)

A tropa brasileira, desde o estacionamento na região de Agnara, passou a empregar o sistema americano de lavagem de marmitas, que consistia em três latões de água fervendo: o primeiro com água e sabão, o segundo com água e um desinfetante não venenoso, e o terceiro com água pura para o enxágue do utensílio. Esse simples

procedimento impressionou os oficiais e os soldados, pois, evitava os constantes desarranjos intestinais que ocorriam nas tropas brasileiras.

As cozinhas deveriam ser teladas para evitar a presença de insetos. Os latões contendo água quente e produtos de limpeza para os utensílios individuais de rancho deveriam ficar próximos dos refeitórios. As panelas e utensílios de cozinha, assim como as marmitas térmicas, deveriam apresentar-se sempre limpas e higienizadas, quando não estivessem em uso.

Apesar das constantes cobranças e inspeções por parte dos norte-americanos às nossas tropas, elas tinham grande dificuldade em conseguir cumprir as normas de higiene estabelecidas.

O Chefe do Serviço de Saúde, em outro relatório, justifica os problemas de adaptação dos brasileiros ao sistema de higiene imposto em função da deficiência educacional dos nossos soldados, pois não haviam recebido esse tipo de noção de higiene em sua infância.

CONCLUSÃO

Sabe-se, hoje, da importância da manutenção dos costumes e das tradições na vida de um indivíduo. A importância desses costumes se amplia quando o indivíduo se encontra distante de seu local de origem, longe dos familiares e sob uma imensa pressão psicológica, como ocorreu com os pracinhas nos campos da Itália. O gigantesco sistema logístico norte-americano foi capaz de nutrir nossos soldados, mas não foi capaz de satisfazer seus desejos no tocante a seus costumes alimentares.

Enfim, as dificuldades da alimentação na Itália foram tão extensas, que algumas unidades, ao retornarem ao Brasil em 1945, devido ao caos administrativo instalado, tiveram que prorrogar o padrão de alimentação da FEB, mesmo estando no Brasil¹⁸.

Como conclusão, pode-se admitir que a imposição do tipo de alimentação baseada nos hábitos alimentares da população norte-americana, diferente dos costumes alimentares dos pracinhas, causou, em uma fase inicial, um impacto negativo no moral e no ambiente psicossocial da tropa brasileira, pela falta de adaptabilidade à alimentação fornecida e a forma de preparação. O aperfeiçoamento das técnicas de

¹⁸ Ofícios Expedidos-4ª Seção da FEB -1ª DIE. 1944-1945. Livro 7359. AHEx.

preparo e as adaptações implementadas, assim como o aprimoramento dos cozinheiros brasileiros, permitiram que as dificuldades fossem sendo superadas e esse fator negativo reduzido gradativamente.

Quando a FEB retornou para o Brasil em final de 1945, obviamente suspenderam-se os carregamentos de suprimento de alimentação que, até aquele momento, era fornecido pelos EUA. Surgiu, nessa fase um novo impacto para os pracinhas, só que agora de uma forma invertida, pois os soldados brasileiros haviam se acostumado a receber uma alimentação de boa qualidade, balanceada e confeccionada com bons padrões de higiene e limpeza. Desse modo, conforme afirma Mendes ([19-], p. 269), não foi de se espantar a indignação causada aos militares febianos, quando voltaram a lhe servir o velho jabá mal-cheiroso e o feijão bichado.

Pode-se afirmar que a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial influenciou profundamente a doutrina do Exército e teve grandes consequências para a evolução do pensamento militar. Na área da alimentação as dificuldades iniciais, enfrentadas pela FEB e posteriormente superadas, fizeram com que o sistema de alimentação empregado pelo Exército Norte-Americano, durante a 2ª Grande Guerra Mundial, na Frente Italiana, fosse implementado em todo o Exército Brasileiro, após a guerra.

Referências

1. Relatórios e manuais

PORTO, Emanuel Marques. **Relatório do Serviço de Saúde**. 1944-45.

_____. Estado-Maior do Exército. **Tabela de Arraçoamento do Exército para o tempo de Paz**. 1933. (Manual).

2. Documentos diversos

Partes do Serviço de Saúde nº 2 a 8 (Secretas). Caixa nº 7485-Documentos Diversos - AS-AHEX.

_____. 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Serviço de Intendência. Companhia de Intendência: **Curso de Arte Culinária**. Pistoia, 1945.

3. Referência Bibliográfica

ANDRÉ, Antonio. **O Brasil na II Guerra Mundial e as Comunicações da 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira – 1944/45**. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2007.

BIOSCA, Fernando Lavaquial. **A Intendência no Teatro de Operações da Itália**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1950.

BRANCO, Manoel Thomaz Castello. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

CARVALHO, Olavo de. **O Exército na História do Brasil**, Volume “República”. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

CERQUEIRA, Evangelista C. D.. **Reminiscencias da Campanha do Paraguai. 1865-70**, Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

JUNIOR, Alcemar Ferreira. **“Voltaram até mais Gordos”: Cotidiano e alimentação da Força Expedicionária Brasileira na Itália – 1944-45**. In: Congresso “Semana do Conhecimento”, Nova Iguaçu, 2005. Cópia na Faculdade de Educação e Letras da UNIG.

McCANN, Frank D. **A Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

MENDES, Ubirajara. Soldado com fome não briga, 264-5 In: ARRUDA, Demócrito C. et al. **Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB**. 3 ed. Rio de Janeiro: Cobraci Publicações, [19-].

_____. **Memórias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

WAACK, William. **As Duas Faces da Glória: a FEB vista por seus aliados e inimigos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MAX WOLF FILHO – UM EXEMPLO, UM LÍDER, UM SARGENTO DA FEB.

Cap Elton Licério Rodrigues Machado (AMAN)

*“Tínhamos, em nosso Batalhão, um Sargento que, para mim,
foi o maior combatente que conheci em minha vida.*

*Trata-se do Sargento Max Wolf Filho,
que eu conheci de perto e que vi, inclusive, morrer”.*

(Gen. Octávio Pereira da Costa)

Introdução

Na madrugada do dia 13 de dezembro de 1944, após mais um ataque infrutífero ao baluarte de Monte Castelo, aonde o 11º RI sofrera pesadas baixas, o Comandante do 1º Batalhão daquele Regimento recebe, em seu Posto de Comando, um emissário do General Zenóbio (Comandante da Infantaria Divisionária). O general solicitava o resgate de um Capitão, comandante da 1ª Companhia, que fora atingido na jornada do dia anterior e ficara ferido no local do combate.

O Major, comandante do Batalhão, sem desmerecer nenhum de seus homens que estavam presentes e com toda a sinceridade falou ao enviado do General: *“Coronel, neste Batalhão só há um homem capaz de cumprir essa missão. Esse homem é o Sargento Wolf. Vou mandar chamá-lo”.*

Quem era esse homem? Este *“combatente extraordinário, um Soldado acima de tudo”*, e que inspirava tanta confiança em seus superiores, conforme o descreveu em um depoimento o general Octávio Pereira da Costa que na época era 1º Tenente e exercia a função de Oficial de Informações do 1º Batalhão do 11º RI.

De Curitiba aos campos de combate na Itália

Max Wolf filho, nasceu em uma pequena cidade paranaense chamada Rio Negro, na divisa com o Estado de Santa Catarina, no dia 29 de julho de 1912. Foi o segundo de quatro filhos de um casal formado por um imigrante austríaco com uma brasileira. Desde muito cedo trabalhou, inicialmente, na torrefação de café paterna e

após empregou-se em uma companhia de navegação. Mudou-se juntamente com a família para Curitiba, capital paranaense, e nesta cidade alistou-se no 15º Batalhão de Caçadores.

A revolução constitucionalista de 1932 e seus combates serão seu batismo de fogo. Esta guerra encontrará no cabo Max Wolf, agora servindo no 30º Regimento de Infantaria sediado no Rio Janeiro, um dos combatentes mais destacados. Podem ser realçados três fatos ocorridos naqueles meses que testificam a afirmação anterior. O ferimento em combate é testemunha do seu espírito combativo, destemor e coragem demonstrada em ação. Outro fato que depõe a favor daquela afirmação é a sua promoção à graduação de 3º Sargento pouco tempo depois. Por último, o alto grau de estima, confiança e admiração que obteve entre seus irmãos de armas, em especial do então Capitão Zenóbio da Costa, seu comandante de companhia.

A estima do general Zenóbio da Costa pelo sargento Max Wolf também pode ser confirmada por um episódio posterior, pois quando aquele chefe militar, então ainda major, recebe a missão de organizar a Polícia Municipal do Distrito Federal, a figura do sargento aparece entre seus integrantes. É servindo desta forma que o encontramos, no ano de 1935, durante o episódio que ficou conhecido como Intentona Comunista. Nesta oportunidade teve ativa participação ao comandar um carro de assalto na reconquista do 3º Regimento de Infantaria, aquartelamento localizado, a época, na Praia Vermelha.

Ao abrir-se o voluntariado para a FEB, logo se apresentou para integrá-la. Após uma intervenção cirúrgica foi considerado “apto” e apresentou-se no 11º Regimento de Infantaria. Sua Unidade partiu para a Itália no segundo escalão, aonde chegou ao seu destino final, depois de passar pelo porto de Nápoles, no dia 11 de outubro DE 1944, nos arredores de Pisa, bem próximo a linha de frente. O 11º RI teve seu batismo de fogo nos primeiros dias de dezembro daquele ano e não se saiu muito bem, tendo que ser logo substituído após um ataque de patrulhas inimigas. Mas no dia 12 de dezembro, no quarto ataque a Monte Castelo, o regimento estava no primeiro escalão. Apesar do revés deste ataque, a Unidade demonstrou o seu valor e apagou definitivamente o episódio anterior, pois os sucessos em Sassomolare no início de Março e a conquista de Montese, em abril de 1945, feitos que consagram a FEB, e que foram realizados por esta Unidade.

Encontramos novamente o 2º Sargento Wolf, na fria madrugada de 13 de dezembro de 1944, apresentando-se ao seu comandante e ao emissário do general Zenóbio, com mais dois soldados padioleiros, chegaram “*exaustos, inteiramente fatigados, com lama até nos olhos*”. Desde o anoitecer entrava e saía da linha de frente em busca de feridos, e assim continuou até o amanhecer retirando inúmeros companheiros das mãos inimigas. O sargento Max Wolf pertencia na ocasião à Companhia de Comando do Batalhão, e por seus atos era empregado como um elemento de reserva utilizado em missões difíceis, especialmente nas patrulha mais perigosas.

Após o quarto ataque a Monte Castelo inicia-se a fase conhecida como defensiva de inverno que se prolongará até final de fevereiro. Mas esta defensiva se tornou a verdadeira escola o soldado brasileiro, foi com estas incursões que aprendeu a lutar. As patrulhas eram então, uma rotina, e nestas destacou-se o sargento Wolf. Apresentando-se voluntariamente para comandar essas pequenas frações que “*infiltravam-se no sistema defensivo inimigo a fim de realizar reconhecimento, fazer prisioneiros ou resgatar feridos*”. Por estas qualidades que demonstrou ao conduzir, em terreno desconhecido e repleto de minas seus soldados, elevou grandemente a moral dos homens de seu Batalhão, a ponto de não faltarem voluntários para estas ações, antes descritas como suicidas. Por estes atos foi lhe entregue o comando de um Pelotão de combatentes de escol, para que executasse as grandes e perigosas ações do Batalhão. Era uma fração de elite, todo soldado queria dela participar.

Várias são as citações de combate feitas pelo comando de sua unidade sobre os seus feitos, mas as lembranças de subordinados, companheiros e superiores são inúmeras e aparecem em grande parte dos escritos sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Várias são as histórias que contam seus contemporâneos e que retratam não só o combatente, mas também a disciplina, a liderança, o profissionalismo, o desprendimento, a abnegação e o espírito de cumprimento do dever, que devem nortear, servir de modelo e de orgulho a todo soldado brasileiro. Destas histórias, o general Octávio Costa, destaca dois episódios que demonstram as capacidades de liderança do sargento Max Wolf.

Certa vez, nos conta o general, o batalhão recebera vinte *partisans* italianos para servirem de guias e combaterem ao lado da FEB. Percebendo que havia cinco

homens que pareciam ser tenentes e o restante soldados, poderia, portanto, distribuí-los por igual número pelas subunidades. Para tanto, perfilou os oficiais à frente e orientou os que pareciam soldados a ficarem atrás do Oficial que queriam servir. Todos os soldados se colocaram atrás de apenas um. Este era o tenente Tito, que seguramente, segundo o general, não era o mais inteligente, não era o mais culto, não era o mais forte, mas era aquele que todos queriam ter ao seu lado no momento de perigo, era aquele em que todos confiavam. Este oficial acabou ao lado do sargento Wolf, porque os dois eram o mesmo tipo de gênio, tinham o mesmo modo de proceder, ou seja, *“os verdadeiros combatentes falam realmente a mesma linguagem”*, concluiu o general Octavio Costa.

Em outra ocasião, um graduado não queria cumprir uma missão considerada muito difícil e por isto mesmo, era exercida em forma de rodízios pelos pelotões. Poderiam até mesmo o levar a Conselho de Guerra, dizia a referida praça. O comandante do Batalhão mandou chamar o sargento Wolf. Após uma ordem do comando e alguns minutos a sós com Max Wolf, o homem volta e afirma que cumprirá a missão. Para o General Octávio Costa, que mesmo desconhecendo o que o sargento Wolf falou, presenciou o resultado, pois ele *“pegou um farrapo de homem, passou alguns minutos com ele e o cara volta para dizer que era tão homem quanto o Wolf (...). É simplesmente impressionante”*.

O trágico desfecho

Já com toda esta fama, meritoriamente conquistada, que reencontramos o sargento Wolf, pouco depois das 13 horas do dia 12 de abril de 1945, apenas dois dias antes do episódio que será a batalha mais sangrenta enfrentada pela FEB. Nas jornadas que antecederam o ataque a Montese, o Comandante do 4º Corpo de Exército alertara as Unidades próximas a linha de contato, para o fato de que os alemães, despertados pelos movimentos que se vinham processando por toda a frente, também se movimentavam. Sem saber ao certo qual era o propósito dos alemães, se de reforçarem ou abandonarem as suas defesas, o comando brasileiro procurou certificar-se do que se passava nas forças inimigas. Para isto, determinou que as Unidades engajadas lançassem patrulhas à frente. Assim, no dia 12 de abril de 1944, coube ao 1º Batalhão do 11º RI enviar duas patrulhas a vanguarda do seu dispositivo para levantar informações sobre o inimigo. Uma destas patrulhas seria comandada pelo lendário sargento, com a finalidade de

explorar o ponto cotado 747, na região de Rivia di Biscia, verificando a capacidade de resistência das defesas inimigas.

Do que aconteceu com a patrulha e do desfecho de sua missão, possuem-se quatro testemunhos importantes. Duas crônicas escritas por repórteres (Joel Silveira e Thassilo Mitke) e testemunhos de dois oficiais que, premidos pela função que desempenhavam, seguiam com binóculos a progressão dos patrulheiros. Os dois oficiais eram o então 1º Tenente Octávio Pereira da Costa, oficial de informações do Batalhão, e o Capitão Salomão Naslausky, que orientava os fogos de artilharia em apoio aos infantés.

Para os jornalistas, era um grande momento, pois acompanhavam as ações do “Pelotão de Choque” do Batalhão, dezenove homens conhecidos pela sua coragem e destemor. Deslocaram-se com os patrulheiros até o ponto de partida. Joel Silveira relata as últimas confidências do sargento Wolf: era viúvo, preocupava-se com a pequena filha de apenas dez anos e, contente, falou sobre a sua promoção ao oficialato, por ato de bravura que estava para acontecer. Como Joel Silveira estava recolhendo pequenas mensagens dos soldados para publicar no jornal, do qual era correspondente, deixou também uma mensagem com o repórter: *“Aos parentes e amigos estou bem. A minha querida filhinha – Papai vai bem e voltará breve”*.

A partir deste momento, os jornalistas acompanhados pelo tenente Octávio Costa foram para o ponto de observação e acompanharam a progressão da destemida patrulha, pelas sebes e ravinas. Viram quando ela apontou na “terra de ninguém”, e seguiu cautelosa por uma estrada deserta. Seu comandante à frente, facilmente reconhecido pelos cintos de munição cruzados pelos seus ombros, incutia ânimo e coragem aos seus companheiros, pois o silêncio era quase absoluto. A artilharia do Capitão Salomão Naslausky, cessara os disparos. Há pouco, aqueles homens, que agora seguia pelos binóculos, tinham passado pelo observatório, o sargento cumprimentara-o efusivamente. Atingiram o primeiro objetivo, um grupo de casas, e logo seguiram para o objetivo final.

Eram cerca de duas e meia da tarde, a patrulha estava a menos de cem metros do último objetivo: um novo grupo de casas, sobre uma macia elevação. Após transporem uma cerca, ouviu-se os tiros da metralha, partindo das edificações que pareciam abandonadas. Nos observatórios jornalistas apreensivos perguntaram ao

oficial observador se o homem, que viram cair era o sargento Wolf. Atingido, cai de bruços, levanta a cabeça e uma nova rajada de metralhadora, faz mais uma vítima na patrulha e barram o avanço até o corpo do sargento. Foguetes iluminativos partem das posições inimigas pedindo fogo de suas baterias. Uma chuva de projéteis de morteiros e obuses cai sobre a patrulha e posições mais a retaguarda, jornalistas e oficiais observadores se abrigam nas trincheiras, estes últimos orientam o fogo das baterias brasileiras e por mais de uma hora o duelo encheu o cenário antes silencioso e deserto.

Quando o cerco é levantado, a patrulha recebe ordem de retornar, pois sua missão fora cumprida. Protegidos pela noite, os patrulheiros retornam ao ponto de partida, tristes e cabisbaixos, não havia mais dúvidas. Morrera um infante, um soldado, um herói! No Batalhão, um jornalista ouve a maior honra que um soldado pode receber que é o reconhecimento pelo dever cumprido e do seu valor perante seus patrícios. Seu comandante confidencia: “Este foi um dia triste para o nosso Batalhão. Nós perdemos um bravo!”

O Sargento Max Wolf Filho, morreu ao fazer o que mais lhe estimulava e que é uma das mais nobres incumbências da Infantaria, ou seja, a patrulha! Nestas missões ele se atirava com garra, *“extrema coragem e impressionante bravura, não obstante sempre com muita responsabilidade e inteligência”*. Assim, o epíteto de “Rei dos Patrulheiros”, faz-lhe merecimento sendo um exemplo invulgar que o coloca, juntamente com outras personalidades, a figurar no Panteão dos Heróis da Pátria brasileira.

Considerações finais

Na tarde da patrulha de Max Wolf, aparece na linha de partida, uma equipe de jornalistas brasileiros, que foi até o local no intento de ver saída da patrulha. Do trabalho destes correspondentes, surge o flagrante que se tornará uma das imagens mais conhecidas da campanha da FEB: a patrulha do sargento Max Wolf.

O sargento Wolf à testa, parte dos seus comandados logo atrás, abrindo-se numa formação em cunha. Uniformes, equipamentos e armas (metralhadoras “Thompson” em destaque). Rostos e expressões, homens, soldados brasileiros, e principalmente, combatentes veteranos. Toda esta imagem fixada sobre um cenário de

guerra. Nas fardas sem divisas, apenas ressalta, usado com orgulho no braço esquerdo, o distintivo da FEB: “a cobra fumou”.

Esta cena impressiona, pois é um instantâneo que realizado sem grandes pretensões, se transforma num símbolo, pois como comenta do general Otávio Costa, a guerra nos Apeninos foi antes de tudo uma guerra entre companhias, antes ainda, uma guerra travada por pelotões. Esta parece ser a ideia que o destino queria deixar para a posteridade um registro cheio de mensagens e significados que torna um momento cotidiano e efêmero num símbolo eterno.

Enfim, como na famosa foto de Joe Rosenthal, na qual Fuzileiros Navais erguem a bandeira americana na ilha de Iwo Jima, passa a ser a grande imagem da Segunda Guerra no Pacífico, o instantâneo da “patrulha do sargento Wolf” passa a ser um registro, uma síntese do que foi a guerra para o Exército, para a infantaria e seus soldados. Mais ainda, do que foi a guerra para o Brasil e seu povo. O monumento “Patrulha Sargento Max Wolf”, que reproduz o famoso instantâneo nas dependências do 20º BIB, muito mais de que homenagear o seu patrono, esta Unidade eterniza, em ferro e em tamanho natural, o espírito do infante.

Referências:

- BRANCO, Manoel Thomás Castello. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
 - COSTA, Octávio Pereira da. **História oral do Exército na segunda guerra mundial** / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. Tomo 5.
 - _____. *Trinta Anos Depois da Volta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.
 - MITKE, Thassilo; SILVEIRA, Joel. *A luta dos Pracinhas – A FEB 50 anos depois, uma visão crítica*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 1993.
 - SILVEIRA, Joel. *Eu Vi Morrer o Sargento Wolf*. In SODRÉ, Nelson W. *Narrativas Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959, p.
 - TAITSON, Geraldo Campos. **História oral do Exército na segunda guerra mundial** / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. Tomo 6.
- Sítios da internet:
- http://www.germanobayer.pro.br/militar_8.html. Acessado em 09 de abril de 2008.
 - <http://www.mauxhomepage.com/geraldomota/feb028.htm>. Acessado em 12 de abril de 2008.

ABORDAGEM SOBRE A CULTURA DA GUERRA NAS INVASÕES MONGÓIS AO JAPÃO DO SÉCULO XIII*

Douglas Magalhães Almeida **

A guerra é constituída por sucessões de batalhas em tempos e teatros diferentes, ou ao menos assim define Demétrio Magnoli.¹ Sob tal conceito observamos que na história militar é bastante comum buscar entender manobras táticas, desenvolvimento de ferramentas de guerra e acerca da realidade dos pensamentos e sentimentos humanos que se expressam diante da face das batalhas, utilizando o exemplo de diversas sociedades dispostas em espaços e tempos diferentes, contudo, é deveras constante os estudos se voltarem a análises primariamente ocidentais, ainda mais quando tratamos de guerras antigas ou medievais. Em vista desta negligencia realizada no Brasil onde a produção de pesquisas acerca do extremo oriente é escassa – e praticamente nula quando falamos de Japão antes do século XVII -, este ensaio traz uma nova luz para os estudos militares buscando, em um evento único até então na história japonesa, um novo objeto a ser ilustrado nas pesquisas acerca da guerra: o momento em que no século XIII o império mongol enviou duas missões militares para invasão do arquipélago japonês, tendo como consequência o encontro de duas culturas de combate bastante divergentes que influenciaram, e muito, em várias esferas da história japonesa, desde a social à econômica passando pela militar.

Antes de tudo, devemos atentar que a figura do *Samurai* como um soldado leal, seguindo o código do *Bushidô* e voltado ao auto-sacrifício para com seus deveres, é nada menos que uma construção ideológica do séc. XIX, sob a *Restauração Meiji*, onde a imagem do guerreiro virtuoso, corajoso e fiel terá por finalidade ser a representação, o

* Esta apresentação se baseia em estudos introdutórios realizados sobre o assunto dentro do Grupo de Estudos sobre História do Japão Antigo do Centro de Estudos Interdisciplinares sobre a Antiguidade da Universidade Federal Fluminense (GEHJA – CEIA/UFF) durante o segundo semestre de 2010.

Graduando em História na Universidade Federal Fluminense desde 2008, membro vinculado ao **Grupo de Estudos de História Militar e **Grupo de Estudos sobre História do Japão Antigo** do **Centro de Estudos Interdisciplinares sobre Antiguidade** da **Universidade Federal Fluminense** (GEHJA; GEHM – CEIA/UFF) . Contato: rvu_historia@hotmail.com

reflexo do povo nipônico para as demais nações que passam a conhecer o Japão após tanto tempo de isolamento em seu arquipélago.² Hoje este conceito faz os mais leigos acreditarem que durante eras passadas o samurai é o mesmo encontrado na *Era Edo (1615-1808)*, período do domínio sob o *Shogunato do Clã Tokugawa*, onde variantes deste modelo de soldado idealizado existiam similar ao que é dito. Todavia, doravante algum tempo de estudos niponólogos é possível entender que este combatente, o *samurai*, que surge no séc. IX, ainda como um guerreiro rústico e de comportamentos pouco nobres servindo a um clã dentro de uma relação de fidelidade apenas familiar e bélica, irá atravessar a história sendo formulado por inúmeras experiências, uma delas e dentre as mais importantes se encontra neste trabalho: o encontro com um inimigo de cultura alienígena a sua.

Este ensaio tem por objetivo analisar o encontro das duas culturas militares – a mongólica sob o império de *Khublai Khan* e a japonesa durante a regência *Hôjô*, no séc. XIII –, e a influência deste encontro no futuro da arte de combate japonês e nas conseqüências históricas.

INTRODUÇÃO ÀS INVASÕES

A BATALHA DE BUN-EI E A BATALHA DE KÔAN

Aproximadamente em 1167,³ nascera aquele que marcou todo o séc. XIII no Extremo Oriente e Oriente Médio, seu nome era *Temudjin*, um mongol que modificou toda a história das estepes, unificando as tribos nômades daquela região gelada e criando um poderoso, vasto e diversificado exército que em 1215 conquistou a cidade de Pequim, assim iniciando um grande império. Hoje ele é mais conhecido por seu título de mérito conquistado após as inúmeras vitórias, *Ghengis Khan*.

Desta maneira começou o grande império mongol fundador da *Dinastia Yuan* na China que durou mais de cem anos, até a ascensão da *Dinastia Ming* em 1368. Não cabe a este trabalho narrar todas as conquistas do império, nem mesmo as intrigas cortesãs de direito ao trono que se prosseguiram após a morte de *Ghengis Khan*, nos cabe apenas conceber que desde a chegada do “Grande Khan” na China houve uma intenção ininterrupta de expansão, de maneira que em um primeiro momento se destruíra e

saqueava toda terra conquistada, estilo de investida que viria a mudar com seus descendentes futuros no poder, submetendo diversas regiões a vassalagem de onde o Império adquiria seus tributos e novos combatentes para o exército. A extensão alcançou proporções colossais, indo desde a península coreana até regiões acima e abaixo nas margens do Mar Negro, quase às portas de Constantinopla. Isto se torna um fato de grande interesse quando percebemos que um exército tão grande e bem disciplinado capaz de conquistar tantas terras, não conseguiu ser bem sucedido em dois lugares de extensão tão pequena e que não estavam tão bem estruturados: O Vietnã, com as invasões que foram de 1257 até 1288; e o Japão com as duas investidas, conhecidas como a *Batalha de Bun-ei* (em 1274) e a *Batalha de Kôan* (em 1281).

O contexto abordado neste trabalho é durante o *império Yuan* sob o regimento de *Khublai Khan* (1215-1294), neto de *Ghengis Khan*, que assumiu o trono após tomá-lo em uma guerra contra seu irmão mais novo. Esta figura é importantíssima para a história chinesa, pois apesar dele mesmo considerar seu avô fundador da *Dinastia Yuan*, os historiadores consideram que foram seus feitos que realmente legitimou esta nova era. Não por menos, *Kublai Khan* foi quem em 1279 finalmente unificou todo território chinês que ainda possuía outras dinastias coexistindo, como a *Dinastia Song*.

Denota-se que *Khublai Khan* não fora mais “um governante mongol”, pois realizara feitos únicos: instaurou o *Chao* (1º moeda-papel predominante e circulante) para solucionar problemas econômicos, tolerou as expressões artísticas e outras crenças religiosas, promoveu o crescimento da economia reconstruindo o *Grande Canal*, estendeu as rotas, e foi visitado por *Nicolau Pólo* e *Maffeo Pólo* cerca de 1266, e posteriormente por *Marco Polo* em 1270.⁴ A imagem do mongol bruto, destrutivo, nômade, inculto, bárbaro e indisciplinado havia dado lugar a um imperador civilizado, educado e líder de um exército que espalhara sua fama por muitas terras. É perceptível que seu poder foi maior na China e regiões mais próximas, perdendo a influência com territórios conquistados a maior distância, ainda assim o *Khan* continuou com suas conquistas, subjugando à vassalagem regiões como a própria Coréia. Em seus planos incluía anexar ao império o próprio Japão.

O arquipélago nipônico se encontrava sob a regência *Shikken* de *Hojô Tokimune*,⁵ o qual recebeu as quatro missões diplomáticas enviadas por *Khublai Khan* em 1266, 1268, 1271 e 1274, levando embaixadores com cartas do próprio imperador – a

primeira, aliás, podendo ser encontrada hoje em dia no museu do templo *Todai-Ji*, em *Nara* – que diplomaticamente solicitavam ao Japão que o mesmo se rendesse e aceitasse a vassalagem tributária ao *Império Yuan* em troca de proteção e evitar que ambos os lados recorressem às armas, o que não se fazia primeira opção a *Khublai Khan* conforme a primeira carta. A resposta foi negativa de *Tokimune Hôjô*, que primeiro ordenou o regresso imediato da embaixada na primeira tentativa, a partir da segunda já não permitindo que desembarcassem, e na última chegando a decapitar os embaixadores em resposta.⁶

Sem mais demora, e diante de tantas gafes diplomáticas, os generais de *Khublai Khan*, apoiados pelos coreanos vassalados, organizaram uma grande frota que partiria para o arquipélago. A forma de ataque e toda logística de guerra mostra que não foi uma *invasão de ocupação*, e sim uma *invasão de amedrontamento*, a intenção era apenas demonstrar seu poderio ao Japão que reconhecendo a força da *Dinastia Yuan*, possivelmente se entregaria.

O primeiro ataque foi em novembro de 1274 (11º ano da Era Bun-ei) e se iniciou nas ilhas defendidas pelo governador *So Sukekuni* que fazem parte de *Tsushima* entre a Coreia e a ilha sul japonesa *Kyushu*.⁷

“As ilhas eram uma conexão vital nas rotas de comércio entre Coreia e o Japão, e moradia de muitos civis japoneses incluindo famílias de samurais; apesar disso, os defensores haviam feito poucos preparativos para sua defesa.

Os mongóis desembarcaram e aniquilaram seus defensores. De acordo com relatórios japoneses, os invasores cometeram terríveis atrocidades aos civis. A maioria das mulheres foi levada para os navios, com exceção das mulheres da mansão do governador, que tiraram suas próprias vidas antes que o inimigo invadisse sua residência.”

(Cook, Theodore F. *The Quartely Journal of Military History: Mongol Invasion – Birth of Japans Kamikaze Legend* – [Winter, 1999])

A armada mongol chega em 18 de novembro de 1274 na *baía de Hakata* (um famoso porto histórico), província de *Fukuoka*, na ilha de *Kyushu*, e é dado início ao

conflito conhecido como a *Batalha de Bun-ei*. Este combate tem uma importância imediata de tamanho considerável, pois há cerca de seis séculos o Japão nunca mais enfrentou um combatente estrangeiro, se voltando apenas para intrigas e guerras travadas dentro de seu próprio território. Antes eles enfrentaram até 663 as forças coreanas dos reinados de *Koguryo* e *Silla*, quando não as próprias *Dinastias Chinesas*, como a própria *Tang* no séc. VII, e depois se mantiveram em estilos peculiares próprios de luta, sendo que ainda assim o Japão não estava nenhum pouco preparado para uma guerra de tal grandeza, já que os generais estavam inexperientes no uso de largo corpo de tropas, devido a última grande guerra ter ocorrido cerca de 50 anos antes, contra *Go-Toba* em 1221. A chegada de uma força armada de meios diferentes de encarar a guerra e promovê-la lhes fora um choque capaz de fazê-los repensar seus métodos e cultura, reformulando-a e assim realizando uma revolução militar daquele século em diante.

A batalha até tendia para o lado dos mongóis, entretanto, ao cair da noite a baía foi assolada por um forte temporal que complicou a continuação da guerra, e os mongóis resolveram recuar para a Coreia aonde poderiam reorganizar suas tropas e se reabastecer, o que não contaram foi que a tempestade se tornaria em um violento tufão que teria destruído mais de 200 navios da frota e aproximadamente 13,5 mil soldados.⁸

Após a invasão ter falhado, *Khublai Khan* envolve-se em outras campanhas militares, até que em setembro de 1276 uma nova missão diplomática chega ao Japão com 5 embaixadores. *Tokimune* foi direto mais uma vez, decapitou os cinco em *Kamakura*, o centro administrativo e militar do Japão na época, e os enterrou lá mesmo, existindo até hoje suas covas na cidade. Em 29 de Julho de 1279 mais uma missão diplomática chegou, mas nem lhe foi permitido desembarcar, e esta foi a última antes de um novo ataque.

Khublai Khan ordenou que fosse construída uma frota com cerca de quatro vezes a força da usada na primeira invasão, e isto para ser feito dentro de um ano. Em 1281 a nova invasão chegou ao arquipélago novamente pela *baía de Hakata*. Desta vez os japoneses já estavam bem melhor preparados, além de terem treinado contra as técnicas do inimigo e já terem conhecido os pontos fracos e fortes dos mongóis, ergueram fortificações nas ilhas envolta do cenário da guerra e foram construídas as famosas *Sekirui*, muralhas de pedra em *Hakata* que dificultaria o avanço inimigo em terra. Ainda assim a guerra durou cerca de dois meses, e seu desfecho é objeto de uma polêmica

contemporânea na historiografia nipônica. Até então se acreditava que mais uma vez o acaso ficara do lado do arquipélago e novos tufões violentos teriam devastado boa parte da frota, chamados de *Kamikaze*, ou “Ventos Divinos”. Esta versão é contestada no discurso do pesquisador Prof. Thomas D. Conlan em seu livro *In Little Need to Divine Intervention*, onde argumenta que o treinamento militar japonês da primeira para a segunda se aprimorara bastante, permitindo a vitória se unido ao uso das fortificações e muralhas de pedras no litoral em que foram construídas. Conforme ele, a idéia de que foi uma “intervenção divina”, ou de um acaso de fenômeno natural, foi convencionalizada até a atualidade devido a pouco debate e escasso investimento em pesquisa na área das invasões mongóis. O discurso dos *Kamikaze* pareceu bastante atrativo para os dois lados da guerra, os mongóis colocando no acaso a desculpa da derrota de sua frota e os japoneses exaltando sua identidade nacional de povo protegido por entidades divinas daquela terra e com uma reafirmação da própria religião shintoísta.⁹ Entretanto, pesquisas mais focadas vêm apresentando uma nova vertente, onde se detecta raramente a declaração se referindo à providência divina através de tufões quando os documentos analisados se referem a pergaminhos *Gunchujôs* ou *Emakis*, como o de *Takezaki Suenaga*. A referência aos *Kamizake* ou são muito posteriores ao evento ou encontrado geralmente representado na literatura cortesã da época.

Trabalhos como de *Prof. Dr. Kenzo Hayashida* que afirma a hipótese de que a frota mongol enviada para a segunda invasão era bastante precária devido ao pouco espaço de tempo em que foi ordenada a construção, se tornou bastante comum para explicar como os nipônicos possuíam vantagem na guerra. Pautando-nos na tese de mestrado de Randall James Sasaki, “*The Lost Fleet of the Mongol Empire*”, em que estuda achados arqueológicos de navios que naufragaram durante a segunda batalha nas proximidades de *Takashima*, descobrimos que boa parte da esquadra mongol era composta por navios mal construídos, barcos mercantes feitos para navegar nas águas fluviais do *Yangtsé* – e não nos mares revoltosos do Japão e China – quando não tendo a ajuda de navios piratas, os *Wakô*, que se aprimoraram graças a sua introdução na guerra, como afirma os estudos de David Nicolle.

Onde entraria então este ensaio, agora que já abordamos o contexto? É momento de analisarmos quais eram os modelos de combate, identificar a cultura da guerra de ambos

os lados e em seguida observar como os conflitos de *Bun-ei* e *Kôan* influenciam na revolução bélica e processo de desestruturação política total do Japão no séc. XV.

O ESTILO DE COMBATE MONGÓL

Uma das indagações mais realizadas no estudo do Império Mongól é como tais bárbaros de condições tão precárias, vivendo nômade e isolados em terras tão afastadas foram capazes de se expandir com tanta frenesi por um espaço inigualável até então por nenhuma outra força, por mais unida, disciplinada e centralizada que fosse.

John Keegan analisa o estilo de combate destes povos tão diferentes dos exércitos alimentados com excedentes agrícolas, limitados em alcance de manobra pelo ritmo e resistência de uma marcha a pé que não poderiam empreender facilmente campanhas tão amplas de conquista.¹⁰ Os povos das estepes possuíam uma nova lógica que se mostrou bastante efetiva desde Átila, o Huno, pois combatendo montados podiam ameaçar os povos com uma espécie de *Blitzkrieg* em que lhes permitia mudar facilmente seu centro estratégico de ação, atravessar longas distâncias cavalgando em linha reta e não tinham qualquer intenção de realizar conquistas de ocupação em todo local pelo qual adquiriam a vitória. Bastavam-lhes os despojos de guerra, sem criar laços políticos ou matrimoniais, no máximo aderindo a seu exército os combatentes de povos inimigos ou tomando suas mulheres. Nas palavras de *Ghengis Khan*: “A maior fortuna do homem é perseguir e derrotar seu inimigo, tomar todas suas posses, deixar sua esposa chorando e gemendo, montar seu capão [e] usar os corpos de suas mulheres como camisola e apoio.”¹¹

Bárbaros, porém, necessitavam de algo a mais do que barbaridades e um modo de combate montado – chamado por *Keegan* como centro da “*revolução da cavalaria*” – para conseguirem superar a Grande Muralha, as Dinastias Chinesas e os impérios

islâmicos do oeste. E esta diferença estava na revolução militar promovida por *Ghengis Khan*.

Não que o famoso Khan tenha “educado” seu exército o tornando *mais civilizado*, menos *cruel* ou menos *destrutivo*, o que não ocorreu em vista do próprio *Yehlu Chutsai*, o jovem aristocrata do povo *Jurchen* capturado pelos mongóis e feito conselheiro do imperador *Ghengis*, com o qual passou sua vida frustrado tentando inculcar ao menos um pouco de *civilidade* mostrando-lhe quão inútil era arrasar as terras e povos conquistados, de onde poderiam adquirir fonte de recursos e tributos. Os resultados somente vieram com o sucessor de *Ghengis*, *Ogedei Khan*, que passou a ouvir melhor os conselhos dados.¹² *Ghengis Khan* revolucionou o modo de combate montado nas estepes apenas regulando os saques, as ações que passariam ser crimes dentro de seu exército e impondo uma ordenação de ataque coletivo em que a independência da barbárie se extingue.

Uma das primeiras medidas fora a edição da *Yassa*, o código de leis escritas promovido pelo próprio general que determinava e regulamentava as ações éticas dos mongóis dentre as quais estipulava que o butim deveria ser propriedade coletiva e que era crime capital abandonar um parceiro em batalha, de maneira a estas sanções impedirem o individualismo na intenção do enriquecimento pessoal e impedir a continuação do hábito de fugir diante do perigo. A outra inovação foi a reformulação da estratégia e tática de combate das tropas nômades, observada pelo europeu *Joannes Plano Carpini* (1182 – 1252), que viajou à Ásia em 1245 a mando do Papa *Inocência V*:

Ghengis Khan organizou seu exército da seguinte forma: à frente de dez cavaleiros [*arban*] colocou um decano [*jaghun*]; dez decúrias são comandadas por um centurião [*migghan*]; dez centúrias obedecem a um milenário; dez mil homens, reunidos sob a autoridade de um capitão, formam um corpo designado *tjumen*. Enfim, no comando do conjunto das tropas estão dois ou três generais, um dos quais tem a precedência. Se durante um combate um, dois, três ou mais homens de uma decúria fogem, todo o grupo é executado; se todos os dez deserdam a centúria à qual pertencem é executada, a menos que todos desertem ao mesmo tempo.¹²

Este sistema decimal tinha um teor democrático, onde cada grupo elegia um superior, até alcançar o nível de 3 *tjumens* divididos em um para ataque frontal e os outros dois para investidas pelos flancos inimigos. Sendo que os *noyon* e *orlok*, respectivamente os comandantes de *tjumens* e *mingghan*, são escolhidos pessoalmente por *Ghengis Khan* através do mérito e lealdade. Entretanto, não terminava por aí, pois o Imperador-General manteve algumas peculiaridades culturais próprias em seus soldados: ainda que a intenção da regulamentação e formação de batalha se voltasse a uma responsabilidade coletiva, eles ainda mantinham parte da disciplina individual. Era claro dentro da noção de auto-suficiência, onde cada soldado mongol era responsável por levar uma pedra de amolar que mantivesse suas armas afiadas, equipamentos de reparo, cordas sobressalentes para o arco, curativos de emergência, roupas secas para se aquecer no frio (sendo que como era impermeável era usada para atravessar rios como uma bóia) e sempre mantinha ao menos quatro cavalos em suas campanhas para que sua marcha nunca cessasse ou diminuísse pelo cansaço do equino. Aliás, o cavalo mongol é também uma parte importante da composição do exército. Estes viviam em rebanhos de 10 mil ou mais, de onde eram capturados, e mesmo sendo atarracados sua maneabilidade em batalha parecia dobrar os efetivos.

Batu Khan (c. 1207 – 1255), fundador da *Horda Dourada*, penetrou no espaço onde hoje é a Hungria a uma média de cem quilômetros ao dia. Este exemplo reafirma a idéia de que lhes era possível realizar uma espécie de *Blitzkrieg* mesmo com o porte dos cavalos que montavam. Levando outros três cavalos reserva, podiam trocar periodicamente de montaria, comendo na sela ou fazendo uma pausa quando o sustento era escasso, na finalidade de cortar uma veia e beber o sangue de seu animal mais fraco. Entretanto, não achemos que os equinos lhes eram meras ferramentas, pelo contrário, eram bastante valiosos, fosse na guerra ou na “paz.” A exemplo disto temos regras rígidas estabelecidas por *Ghengis Khan*, inclusive a proibição de que a montaria fosse guiada com freio na boca, e o grande número de rituais cerimoniais e folclóricos: os cavalos fracos podiam ser comidos, mas jamais aqueles que tivessem entrado em batalha; os mongóis preservava-lhes o crânio e o couro como *reliquias*, e por certa vez o missionário *Plano Carpini* em seu livro *Ystoria Mongalorum*, um relato de viagem, narra que um grande chefe era geralmente enterrado com uma égua, um garanhão e um potro, para que pudesse ter suas montarias na eternidade.¹³

Os mongóis eram destituídos de infantaria inicialmente, mas nem por isto deixaram de ser uma verdadeira máquina de guerra baseada em uma *cavalaria* hábil. Em mais uma passagem da obra de Plano Carpini identificamos mais características do armamento mongol:

Cada combatente está munido de pelo menos dois ou três arcos, ou de um só de excelente qualidade, três grandes aljavas repletas de flechas, de um machado e cordames que servem para puxar os veículos. Os mais ricos estão dotados de [uma espada curta] afivelada na extremidade, cortante de um lado e de forma ligeiramente curva [...]. Os guerreiros têm as pernas cobertas e usam um capacete e uma couraça. Esta, toda de couro, assim como a sela, é fabricada da seguinte maneira: correias de pele de boi ou de outros animais, da largura de uma mão, são unidas em três ou quatro por cordinhas. Os fechos das correias superiores são fixados na borda inferior, enquanto os lacetes das demais correias superiores são ligados pelo meio, e assim por diante, de modo que, quando o guerreiro se inclina, as peças inferiores sobrepõem-se às de cima e assim dobram ou triplicam a proteção do couro sobre o corpo.¹⁴

Uma das citações mais comuns quanto ao armamento e que não poderia ser negligenciada neste trabalho é sem dúvida o uso do equipamento de uso primário dos mesmos, o arco e flecha mongol. Na verdade eram dois arcos, sendo um mais rígido para tiros a longa distância e ser utilizado no chão, e um mais leve para alvos próximos que permitia ser usado sobre a sela. Estes últimos dotados de dupla curvatura e requerendo uma força de tensão de 80 kg, atingiam entre 200 e 300m, com a disparidade por cerca de doze flechas por minuto.¹⁵ Ainda traziam longas lanças ou laços fixados a uma vara para derrubar adversários montados, e mantinham as montarias protegidas através de couraças na área do peito e flancos.

O recurso da retirada falsa, ou também da permissão de falsa retirada, era bastante comum, atraindo o inimigo para longe de suas bases e, em seguida, investindo com a cavalaria, ou perseguindo os adversários desordenados em fuga e atacando a distância com a artilharia montada massiva. Ludibriar o inimigo era quase sempre a arma fatal

usada pelos homens das estepes. Também recorriam a outros artifícios, como o uso de cães e bois, aos quais atavam lanças pelos flancos ou incendiavam os pêlos, enviando-os para as fileiras adversárias, e uso de aves atadas a mechas em chamas que desesperadas a retornar aos seus ninhos acabavam incendiando os telhados das casas da cidade.

Obviamente não podemos alegar que o estilo de combate mongol se manteve imutável por todo o período. A incursão para o oeste por *Ghengis Khan* e seus descendentes, ou mesmo a conquista de todo território chinês por *Khublai Khan* expôs o modelo de combate mongol a outras culturas bélicas bastante diversificadas que influíram e aprimoraram a *arte da guerra Yuan*. Por volta da metade e fins do séc. XIII o exército mongol irá apresentar a composição de infantaria leve e pesada, como pode ser identificado nas pinturas do *Môko Shûrai Ekotoba*, o pergaminho ilustrado *emakimono* de Takezaki Suenaga – do qual falaremos mais abaixo – assim como o uso da pólvora nas famosas proto-granadas *Tetsuhau* – uma bola feita de cerâmica repleta de pólvora e fragmentos de aço, a qual devia ser lançada por catapultas e explodia queimando e lançando os estilhaços de metal que perfuravam a armadura e carne do oponente. Talvez estas últimas tenham sido uma inovação derivada do contato com os árabes do Oriente Médio, assim como com a *Dinastia Song* ao sul, conquistada por *Khublai Khan*, esta que também fornecera boa parte dos empreendimentos na engenharia de máquinas de guerra.

O ESTILO DE COMBATE JAPONÊS

No estudo acerca da arte de combater nipônica temos um pesquisador de peso, Karl Friday com publicações como o próprio *Samurai, warfare and the state in early medieval Japan* onde encontramos uma caracterização do modo de combater destes soldados desde suas formações no final da *Era Heian* até fins da *Era Muromachi* (1336-1573), quando há a desestruturação total sob a *Guerra de Onin* (1467-1477), atravessando o tempo através da análise de documentos de guerra que permitem construir a mentalidade e ideologia empregadas nos períodos, inclusive a transformação das táticas e armamentos.

Através dele e demais bibliografias usadas neste ensaio podemos traçar algumas pontuações comuns da cultura e regras de combate para os samurais do séc. XII e XIII. As fontes geralmente utilizadas pelos niponólogos para compreensão das duas batalhas desta época podem ser, inicialmente, os *gunchūjō*, ou relatórios de guerra compilados, e os *emakimono* – também chamados apenas como *emaki* –, que eram pergaminhos que narravam histórias em conjunto a pinturas ou estampas que ilustravam o texto. Este último é a principal fonte utilizada neste trabalho, sendo o *Mōko Shūrai Ekotoba* (ou “*Relato Ilustrado das Invasões Mongóis*”), que foi encomendado por *Takezaki Suenaga*, um samurai que combateu nas duas batalhas e pretendia recordar através dos mesmos a guerra que se deu na *baía de Hakata*. O autor deste pergaminho dividido em duas partes não é conhecido, e durante diversos séculos o documento foi reparado, havendo alterações através do tempo que dá margem de trabalho a um trabalho exatamente sobre tal desenvolvido pelo prof. Thomas D. Conlan.

A documentação é bastante útil para compreensão não só do evento, quanto ter noções da reconstituição da guerra, armamentos, técnicas e do próprio cenário onde se dá o combate. De tal maneira, podemos analisar com a bibliografia de apoio um bom número de pontuações na guerra, onde identificamos que as práticas diferem em muito o *samurai* do século XIII da figura deste combatente em eras posteriores e do próprio modo de lidar com a guerra. É assistir a guerra se desenrolando em dois campos como fenômenos culturais extremamente distintos.

O Japão na época das invasões estava em um período em que cerca de há seis séculos não se envolvia em combates contra forças exteriores ou mesmo de avanço sobre alguma região além do arquipélago, cessando os conflitos exteriores cerca de 663,

quando o exército chinês da *Dinastia Tang* subjuga de vez o reino coreano de *Paekche* – que por muito tempo fora aliado dos *Imperadores Japoneses Yamato*. Logo não houve um isolamento, como poderia se imaginar, e sim um esforço de alianças diplomáticas até o final do século IX quando o embaixador *Sugawara no Michizane (843-903)* encerra qualquer contato com o poder imperial chinês e as relações passam a se dar individualmente através de comércio e não mais embaixadas diplomáticas ou de missões intelectuais. As batalhas e guerras passaram, portanto, a se dar apenas no âmbito endocêntrico, em conflitos internos. Podemos perceber, portanto, qual não será o impacto de um fenômeno cultural mongol acostumado em combates com civilizações de cultura bélica diversificada sobre o fenômeno cultural japonês que por séculos realiza embates de forças de cultura bélica compartilhada e com similar essência.

Esta focalização dos conflitos no espaço interno japonês nos permitirá traçar pontuações peculiares comuns na ética de guerra nipônica do século XIII: a mesma noção de honra e desonra propunha que os horários e cenários das batalhas fossem bem definidos, evitando situações como ataques a noite ou surpresa, a garantia da segurança dos mensageiros que eram enviados entre os campos antes do início das batalhas, o trato para as tropas inimigas capturadas deveria ser honrável e a garantia da segurança dos não-combatentes em campo.¹⁶ Por consequência da interiorização dos conflitos, também percebemos que as batalhas se darão com contingentes consideravelmente menores e os próprios generais terão mais experiência na mobilização e liderança de exércitos pequenos, um verdadeiro problema durante a invasão, quando se fez necessário um número bem maior e concentrado de guerreiros para deter o avanço de toda frota mongol.

Vimos que as fileiras mongólicas possuem uma caracterização que busca a ordenação coletiva, todavia, no foco do exército japonês a mentalidade é outra: aqui prevalecem as táticas de combate singular e valores individuais. O *samurai* do século XIII é um guerreiro bastante diferente da imagem tão divulgada na mídia e literatura popular. Neste século o combatente ainda está em construção, sendo que há menos de cinco séculos eram nada mais que meros homens de armas em defesa de territórios dos nobres cortesãos que dominavam o Japão. O *samurai* deste período é um soldado treinado em diversos estilos de combate, conforme o *dôjô* de onde provém, inclusive na técnica de arquearia e etiquetaria. Os grupos guerreiros provinciais (*Bushidan*)

treinavam seus membros nos estilos que expressavam como *yumiya toru ni no narai*, os modos dos que usam o arco-e-flecha; *kyuba no michi*, a via do arco e do cavalo. E *mononofu no michi*, a via do soldado,¹⁷ sendo o início do combate baseado na técnica do *Yabusame*, a artilharia montada. Enquanto os mongóis aprenderam com o tempo a aliar a infantaria leve e pesada a sua cavalaria em carga, os japoneses não possuíam uma infantaria leve, apenas a infantaria pesada e a cavalaria. A idéia desta técnica era no início de uma batalha a carga montada, antes de chegar ao atrito, diminuir ao máximo as linhas da frente inimiga, para então partir ao corpo-a-corpo.

O maior exemplo do combate singular japonês, contudo, não se vê exemplificado nesta cultura falta de interesse em uma infantaria leve especializada e coletiva, mas principalmente no cultivo dos valores guerreiros representados por rituais cerimoniais de batalha. O *nanori*, “anúncio do nome”, talvez seja o melhor para denotar o individualismo empregado nestes grandes combates. Este ritual se baseava no anúncio do próprio nome e de seu clã para que seus adversários escolhessem desafiá-lo pelas virtudes que seu brado remetia. Em lendas e histórias mais fantasiosas, como os *monogatari* (livros de contos japoneses), era comum que o *nanori* fosse representado como um grande discurso, o que seria bem inconveniente de ocorrer em batalha, por isto pesquisadores como *Karl Friday* defendem que o brado incluía apenas o nome próprio e do clã antes de investirem contra o inimigo. Há uma passagem que demonstra o impacto causado quando os japoneses se deparam com a cultura mongol coletiva:

“Bradando nossos nomes de um para outro, como no estilo de combate japonês, nós esperávamos a fama ou infâmia ser encontrada nos enfrentamentos contra indivíduos; mas nesta batalha, os oponentes se uniram como UM.”¹⁸

Não só de declaração das virtudes e combate singular se fazia esta mentalidade de valorização individual. Um segundo costume também representa muito bem esta busca virtuosa de honra e glória, e se chama *Buntori*, a *Caça de Cabeças*. Não bastava apenas enfrentar um inimigo de um clã glorioso, também deveria cortar e portar a cabeça daquele que derrotara. Este costume não só teria intentos de intimidação ao inimigo empalando-as em lanças ou *naginas*, ou de exaltação diante da população

pendurando-a em árvores e mastros por áreas coletivas, o *buntori* era uma maneira de informar a seu superior quem derrotara, remetendo às virtudes de tal oponente, e assim qualificar uma boa recompensa e, por vez, até uma promoção. Por exemplo, no *Môko Shûrai ekotoba* de Takezaki Suenaga, o samurai é ilustrado entregando duas cabeças recém capturadas para *Adachi Morimune*.¹⁹ Era encarado como a necessidade de provas tangíveis de serviço militar, de maneira que posteriormente quando Takezaki Suenaga viajou até *Kamakura* a procura de prêmios, ele foi questionado por *Adachi Yasumori* se havia trazido quaisquer cabeças inimigas ou perdido qualquer dos seus próprios homens, e após admitir que não para as duas indagações *Yasumori* informou-lhe que seu serviço militar ainda assim era insuficiente. Ao contrário de *Kikuchi Jirô*, que adquiriu fama por decapitar várias cabeças durante o combate quanto fosse possível, e por tal foi glorificado levando honra para suas futuras gerações.²⁰ E o costume do *buntori* é tão antigo e intrínseco ao Japão que permanece até o advento da II Guerra Mundial.

Em última análise da cultura bélica japonesa, discutiremos a questão dos laços de fidelidade. É bastante comum citar sobre o código de conduta samurai consolidado no século XVI-XVII chamado *Bushido*, onde o guerreiro profissional devia seguir princípios de justiça, bravura, benevolência, polidez, verdade, honra e lealdade (*Gi, Yu, Jin, Rei, Makoto, Meyo* e *Chugi* respectivamente) para manter a reputação de sua honra e tinha como *karma* servir a seu superior mesmo que tivesse de morrer para obedecer suas ordens ou protegê-lo. Todavia, no século XIII este quadro de conduta é um tanto diversificado, de maneira que o samurai não é ainda considerado um “*nascido para servir*”, e sim como um vassalo que serve em troca de benefícios. Este é o sistema de lealdade *hoko-goon* (*serviço-favor*), onde em troca do favor de seu senhor, consistente em parte do butim de guerra ou na confirmação de propriedades, o servo devia prestar serviço militar em caso de guerra e dar apoio econômico em forma de presentes, contribuições ou impostos, e em caso de o senhor não cumprir, o soldado poderia se revoltar ou até procurar outro a qual servir.

CONCLUSÃO: CONFRONTO E SIGNIFICADO

As duas batalhas que comportam o quadro das invasões mongóis traçam diversas perspectivas e objetos de estudos e, como observamos, esta tentativa de invasão por uma possível *guerra de amedrontamento* é muito mais complexa do que apenas um conflito promovido por desentendimentos diplomáticos. Ela permite com que venhamos a perceber um cenário em que a guerra inicia como uma continuação da política por outros meios e se mantém no enredo do enfrentamento de duas culturas consideravelmente diferentes.

Como afirma *John Keegan*, as culturas não se auto sustentam infinitamente, pois possuem fragilidades vulneráveis às influências hostis e, entre estas, a guerra é uma das mais potentes,²¹ de maneira que entendida como um fenômeno, inclusive cultural, irá promover novas sínteses de cultura na proporção da divergência dos dois flancos de atrito bélico. Após tal conflito percebemos que o Japão passa talvez não por uma revolução militar, já que seus conceitos e base de formação em campo se mantém similar, e sim uma adaptação tecnológica. O espaço militar japonês compreenderá que mesmo com a manutenção dos valores e tradições de combates que exaltam a virtude singular e individualista, ainda assim se fará necessário maior coletividade e uso de uma infantaria leve que visará focar-se em ataque massivo sobre o oponente. Não só isto, mas a experiência adquirida pelos generais com o manuseio de grandes contingentes em manobras e logística permitirá que os próximos combates incluam o uso de maior número de combatentes não-samurais, como de camponeses e outros recrutados que deverão se enquadrar como *ashigaru*, os “soldados a pé”.

Todo aprimoramento bélico, entretanto, não ocorre ao final das invasões como se fosse um “aprendizado de reflexão pela deficiência apresentada.” Muito pelo contrário, através das duas batalhas é perceptível uma busca de aprimoramento pelos próprios nativos do arquipélago. Um dos exemplos é o financiamento na construção de fortificações nas ilhas próximas a baía e os famosos *sekirui*, muros de pedra em Hakata, uma sacada astuciosa que é encontrada ponderada no discurso de Keegan ao afirmar que a guerra montada podia, em geral, ser detida por um defensor que recorresse a defesas fixas construídas no perímetro do terreno.²² Esta tática surpreendeu os mongóis na segunda invasão – de acordo com o *Hachimán Gudôkun* onde *Yanagida Yoshitaka* explica detalhadamente a utilidade das fortificações – quando perceberam que não poderiam desembarcar facilmente toda frota e investir, encarando primeiro apenas

alguns samurais que se deixaram a frente dos muros por motivo de bravura, ainda que outros se mantiveram entrincheirados nas *sekirui*.²³ Aliás, o trabalho de Thomas D. Conlan é voltado exatamente a esta temática, ao afirmar que *não havia necessidade de intervenção divina ou meteorológica*, pois em meio a própria guerra das duas batalhas os japoneses se aprimoraram belicamente o suficiente para impedir a invasão, os tufões, nomeados *kamikaze*,²⁴ teriam sido um evento ocasional pontuado nos discursos mongóis apenas como uma perfeita desculpa para justificar sua ineficácia na invasão, e discursado entre os japoneses por apresentar uma reafirmação da força sagrada das forças espirituais das entidades japonesas, os *kami*.

Não podemos cair no discurso equivoco e defasado de que a guerra foi um fenômeno de choque entre culturas aprimorando uma mais primitiva para uma melhor formulada tecnologicamente, como se tendêssemos a uma noção progressista ou linear. Simplesmente o encontro destas duas civilizações promoveu uma reflexão e elaboração de valores, costumes, adaptações táticas e tecnológicas sobre o arquipélago que ilustram muito bem o impacto que a guerra pode dinamizar sobre o conceito cultural de povos. Porém, não só isto podemos extrair deste evento no século XIII, como também compreender como a guerra é capaz de influenciar uma civilização em mais de um parâmetro. Como age sobre a própria construção de valores, ideais e interpretações dos combates, há uma influência identificada até na esfera socioeconômica, pois até o momento o costume era o fornecimento de soldo, título e terras como recompensa aos combatentes empregados nos conflitos. A invasão de um governo exterior era até então uma experiência única aos japoneses, e não tendo terras conquistadas – já que se basearam em uma *guerra defensiva* – que pudessem ser distribuídas e a negligência da corte em reconhecimento de títulos – polemicamente explicada pelas batalhas terem ocorrido distante da capital, em uma realidade no norte da ilha mais ao sul do arquipélago, *kyushu* – ocasionou revoltas de guerreiros e uma tensão maior entre os nobres e os *bushidan*, derivando em uma série de conflitos que irão aos poucos desintegrando o Japão em rivalidades até a chegada do período da total descentralização, no *Sengoku Jidai*, dois séculos depois.

Interessante é perceber como os horizontes podem se expandir com uma abordagem de estudos do próprio oriente, sendo muito comum se estereotipar lembrando do *samurai* do século XVII quando se trata de Japão, ou cavaleiros bárbaros das estepes

quando se trata de mongóis nas conquistas de Ghengis Khan, ou de *Sun Tzu* para o *modelo de arte da guerra do extremo oriente*. Este ensaio pretende então trazer à luz um evento pouco discutido e debate-lo analisando como poderia ser empregado também como objeto de análise útil para muitas ideias que se enfadam se debruçando sobre assuntos já tão batidos para a historiografia ocidental.

NOTAS

¹ Magnoli, Demétrio. *História das Guerras*, 13.

² Sakurai, Célia. *Os Japoneses*, 327. Para maiores informações acerca da utilização da imagem do *Samurai* na construção da identidade nacional..

³ data considerada oficial pelo governo da Mongólia.

⁴ Fairbank, J. King. *China: uma nova história*, 125-128. Para maiores informações acerca de Khublai Khan e seu governo imperial.

⁵ *Shikken* é a denominação dado à regência de um *Shogun*, que é diferente da regência do imperador denominada ou Sesshō ou Kanpaku. Devemos recordar que o Imperador Tennō perdeu completamente seu poder administrativo nos termos do séc. XII com a ascensão do shogunato Minamoto que durou até 1219, momento em que o controle do Japão passa para as mãos dos *Shikken Hōjō*, ainda que até 1333 ainda haja outros clãs ligados aos Minamoto ocupando o cargo – agora fictício – de *Shogun*.

⁶ Rey, Mario D. *Armadura Japoneses: cultura e história do Japão*, 136.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*, 137.

⁹ Conlan, Thomas D. *In Little Need to Divine Intervention*, 259.

¹⁰ Keegan, John. *Uma História da Guerra*, 250-251.

¹¹ P. Ratchnevsky, *Genghis Khan*, Oxford, 1991, p. 155.

¹² Barbosa, Elaine Senise. *Gêngis Khan e as conquistas mongóis*, 140. In: Magnoli, Demétrio. *História das Guerras*.

¹³ McMullen, I. J; Williams, D. S. M. *História em Revista 1200-1300: conquistas mongólicas*, pag.21.

¹⁴ Apud Michel Hông. *Gêngis Khan*, p. 203.

¹⁵ Barbosa, Elaine Senise. *Gêngis Khan e as conquistas mongóis*, 142. In: Magnoli, Demétrio. *História das Guerras*.

¹⁶ Friday, Karl. *Samurai, warfare & the state in early medieval Japan*, 136.

¹⁷ _____. *Collcut, Jansen e Kamakura: Japão*, 96.

¹⁸ “*Hachiman gudôkun*”, p. 406.

¹⁹ Friday, Karl. *Samurai, warfare & the state in early medieval Japan*, 154.

²⁰ Conlan, Thomas D. *In Little Need to Divine Intervention*, 260.

²¹ Keegan, John. *Uma História da Guerra*, 494.

²² Ibidem.

²³ Conlan, Thomas D. *In Little Need to Divine Intervention*, 267.

²⁴ O termo é vulgarmente traduzidos como “*Ventos Divinos*”, contudo, tem haver a acreditar como se entidades em forma de tufão tivessem vindo para auxiliar o Japão em função das inúmeras preces realizadas. Muitos documentos, entretanto, não citam tal acontecimento – como o *Môko Shûrai Ekotoba* – ou descreve o fenômeno como ventos fortes inesperados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. *Revista Grandes Líderes da História 12: Gengis Khan*. São Paulo: IBC Ltda; Editora Arte Antiga, 2005.

_____. *Collcut, Jansen e Kamakura: Japão*. Barcelona: Ediciones Folio, S.A. 2008

Conlan, Thomas D. *In little need of Divine Intervention: Takezaki Suenaga Scrolls of the Mongol Invasions of Japan*. Cornell University Press, 2001.

Fairbank, John King. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

Friday, Karl. *Samurai, warfare & the state in early medieval Japan*. London: Routledge, 2004.

Keegan, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

Magnoli, Demétrio. *História da Guerra*. São Paulo: Contexto, 2008.

Mcmullen, I. J; Williams, D. S. M. *História em Revista 1200-1300: conquistas mongólicas*. Rio de Janeiro: Editora Cidade Cultural, 1996.

Rey, Mario D. *Armaduras Japonesas: Cultura e história do Japão*. São Paulo: Madras, 2008.

Sakurai, Célia. *Os Japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007.

Sansom, George. *A History of Japan to 1334*. Stanford University Press, 1958.

Sasaki, Randall James. *The Origin of the Lost Fleet of the Mongol Empire*. Texas & A&M University, 2008.

Yamashiro, José. *Japão: passado e presente*. São Paulo: IBRASA, 1986.

A ARTE DE GUERRA DOS REINOS ESPANHÓIS DO SÉCULO XVI

Daniel Albino da Silva □

1. INTRODUÇÃO

Em 1450, não havia sequer uma Espanha *per si*: o território que viria a compor este estado estava dividido entre um punhado de reinos, incluindo o Emirado de Granada, dominado pelos mouros mulçumanos. Um século depois, o Império Espanhol ocupava boa parte das recém-descobertas Américas; controlava territórios no Mediterrâneo e na África; as possessões europeias da coroa espanhola incluíam os Países Baixos, províncias no norte da Itália, e seu monarca, por herança, era também Imperador do Sacro Império Germânico; seus conquistadores tinham inclusive chegado às distantes Filipinas, no meio do Pacífico. Três séculos antes do Império Britânico, eram os espanhóis que podiam dizer que em suas possessões o sol nunca se punha.

A supremacia espanhola nesse período pode ser explicada de várias maneiras. Uma das mais importantes, sem dúvida, é a sua excelência no campo militar. Saindo de um longo processo de retomada da península ibérica dos invasores mouros, a chamada *Reconquista*, em 1492, a coroa espanhola tinha à sua disposição um exército bem-preparado e experimentado em batalha. Além disso, ao contrário de outras potências do período, como a França, os líderes militares espanhóis nunca tiveram quaisquer hesitações de cunho cultural em fazer uso das últimas invenções e técnicas na arte de se fazer a guerra, como as armas de fogo e a artilharia com canhões. Essa combinação de competência e espírito inovador tornaram o modelo do exército espanhol, centrado no chamado *tercio*, a dominar os campos da batalha da Europa durante o século XVI, e ser copiado por todas as potências do período.

O objetivo dessa palestra é fazer uma rápida exposição deste processo de evolução. Começarei mostrando o modelo de guerra da Idade Média, passando pela chamada renascença ou revolução militar do final do século XV, e a situação da Espanha nesse período. Em seguida, discorrerei sobre as influências do *tercio*,

principalmente os mercenários suíços, armados de piques, cujo modo de lutar formou o núcleo do novo exército espanhol; abordarei a importância de Gonzalo de Córdoba, grande reformador do exército espanhol, nesse processo; e finalmente, descreverei o *tercio* em si. Concluirei mostrando brevemente as influências do modelo espanhol.

2. A GUERRA NA IDADE MÉDIA

Durante o período da Idade Média, a guerra assumiu características próprias ao modelo sócio-econômico dominante, o chamado feudalismo.

Na relação feudal, um chamado suserano cede o direito de exploração sobre uma determinada fração de seu território para um vassalo, em troca de juramento de fidelidade e uma série de obrigações. Entre elas, a de fornecer tropas e lutar nas guerras do seu suserano quando for convocado: “O dever primordial era, por definição, o auxílio de guerra: “O ‘homem de boca e de mão’ deve, antes de tudo, servir em pessoa, a cavalo e completamente equipado” (BLOCH, 1998: 262). Deve-se notar que o exército medieval europeu era concentrado apenas quando necessário, e apenas para uma tarefa específica, como uma determinada campanha. Havia até mesmo regras regulando o tempo pelo o qual o suserano podia convocar seus súditos, e o intervalo entre duas convocações. Ultrapassado esses período estipulado, o vassalo tinha a liberdade de retornar à sua terra, e tornava-se obrigação do senhor custear aqueles que escolhessem por permanecer (BLOCH 1998: 263).

Esse sistema criava uma série de dificuldades para o suserano: o tornava dependente dos seus vassalos, pois não poderia fazer guerra sem seu apoio; e, claro, por mais idealizada que a guerra fosse nesse período, era do interesse dos vassalos cumprir o mínimo possível das suas obrigações com o senhor; as forças colocadas à sua disposição eram de todo heterogêneas, com características e capacidades diferentes umas das outras; sua concentração tardia impedia qualquer forma de cooperação mais sofisticada entre os elementos do exército; de fato, uma batalha medieval pode ser melhor descrita como uma série de combates individuais em massa do que o choque de duas forças agindo em conjunto.

No período da Baixa Idade Média, conforme grupos de soldados passaram a ver a guerra como uma profissão e não um dever temporário, formaram-se as primeiras

companhias mercenárias, que foram muito usadas para complementar a força do suserano, e reduzir a dependência deste dos seus vassalos. O uso de mercenários, porém, gerava uma série de outros problemas ao suserano, dentre as quais o alto custo e a confiabilidade duvidosa.

Também o período é caracterizado pela predominância que a cavalaria assume no campo de batalha. De fato, a cultura guerreira desse período imagina duas formas de guerra, distintas entre si: aquela dos nobres, que iam à campo preferencialmente montados, com armadura e lança, em companhia de seus iguais; na batalha, seu oponente de escolha seria outro cavaleiro. Despreza as armas de longo alcance, e está sempre ávido para combater. Ainda assim é um oponente honrado, tratando seu inimigo com a cortesia esperada entre homens da nobreza. Seu objetivo maior era repelir ou capturar seu inimigo, buscando o pagamento posterior de um resgate pelo seu refém. Coexistindo com essa forma quase ritualística de combate, existia uma outra, considerada menor, dos plebeus que acompanham o seu senhor. Estes lutavam a pé, armados geralmente com lanças e arcos, em companhias próprias, e deveriam opor-se ao seu equivalente na força inimiga. É claro que na prática tal divisão nem sempre era possível, dadas as circunstâncias do campo de batalha, mas, “ainda assim, uma noção da guerra existindo em dois níveis, um deles honorável e outro nem tanto, persistia entre a aristocracia, e a organização formal dos exércitos continuava a refletir essa diferença imaginada, com a nobreza se concentrando em companhias separadas de cavaleiros pesados” (ARNOLD, 2001:87).

Em síntese, estas são as características principais da guerra medieval: idealizada e codificada, onde a cavalaria tem o papel principal e à qual todas as outras forças em batalha são subordinadas. Os exércitos eram compostos por uma mistura heterogênea de tropas fornecidas pelos vassalos, liderados por cavaleiros nobres, que quando possível se concentravam e lutavam em companhias próprias, e com o uso de mercenários

3. A RUPTURA DO MODELO

Ao longo do século XV o modelo feudal de guerra começaria a se desintegrar, junto com o próprio feudalismo. Detalhar a crise do feudalismo em suas especificidades

foge aos propósitos desta exposição, portanto focarei apenas aquelas relacionadas à mudança do paradigma militar.

No campo político-econômico, os monarcas da Europa buscavam reduzir a dependência dos seus vassallos, os quais lhes forneciam, em tempos de guerra, tropas, e a si próprios como comandantes e tropa de elite. Esse modelo já não satisfazia mais ao monarca, que buscava ter um exército permanente à sua disposição, além de que o tornava demasiado dependente dos seus vassallos, que nem sempre poderiam ou queriam atender às suas convocações. O uso de mercenários, comum no período, eliminava a dependência dos vassallos, mas apresentava problemas próprios. Ainda que eficientes, os mercenários se mostravam uma ferramenta cara e arriscada para as monarquias europeias: mesmo o aparentemente mais leal dos mercenários estava em última instância lutando para encher seus bolsos, e sempre havia o risco dele debandar – ou pior, mudar de lado – quando o pagamento faltasse ou não lhe satisfizesse mais. E os mercenários eram caros, gerando um ônus enorme para as finanças dos reinos.

O Renascimento traz um resgate dos valores e conhecimentos da antiguidade: “foi o primeiro momento de Cannas como modelo do movimento perfeito na batalha, e do legionário romano como arquétipo de soldado” (WEHLING, 2001:36). O resgate de valores, unidos ao espírito científico da Era Moderna, levou à uma busca, na “matéria-prima” da antiguidade, por exemplos que poderiam ser aplicados às guerras da modernidade, procurando por um modelo estratégico perfeito. Maquiavel buscou na organização da velha ordem militar romana o modelo para o novo exército que propõe. Para ele, Roma foi o maior exemplo da capacidade de uma cidade-república para se tornar potência mundial e, portanto, o exemplo perfeito de uma república ideal (GILBERT, 2004:41). Seu *A Arte da Guerra*, publicado em 1521, não era apenas um tratado puramente teórico, baseado nas fontes romanas à sua disposição, mas se baseou na sua experiência como secretário da chancelaria de Florença, que o colocou em contato com os melhores exércitos de seu tempo, incluindo o espanhol.

No campo tecnológico, esse período marcou o fim da arma da cavalaria como elemento predominante em batalha. A figura do cavaleiro, armado de lança, com pesada armadura cobrindo a si mesmo e ao seu cavalo, o máximo em tecnologia bélica durante

a Idade Média, vinha tendo seu domínio¹ do campo de batalha desafiado por uma série de novas armas. Primeiro veio a besta, capaz de perfurar a armadura do cavaleiro à longas distâncias, e de fácil manuseio por qualquer um, ao contrário do arco, que exigia anos de treino. E, finalmente, surgiu a arma de fogo, com um poder ainda maior contra o cavaleiro, e também contra os castelos e fortificações então existentes. Adicionalmente, como veremos adiante, a eficiência do piqueiro suíço e de seus imitadores iria trazer a infantaria de volta ao papel principal em batalha.

Portanto, o final do século XV e início do XVI foi um período de mudanças drásticas na forma de se fazer a guerra. Os exércitos formados por contingentes dos diferentes vassallos do monarca foram sendo gradualmente substituídos por forças permanentes, com variáveis graus de profissionalização; a infantaria suplanta a cavalaria como força principal na batalha. A figura do cavaleiro nobre, seguidor de um código de conduta em combate, foi substituída pela do oficial militar, que, ainda nobre, tinha mais a função de comandar sua tropa do que ser um lutador galante e feroz². A arte da guerra, tanto no nível da tática quanto da estratégia, toma forma quase científica, com regras, modelos, e inovação. O século XVI também viu o início do uso de mapas no planejamento estratégico das campanhas, possível graças aos avanços nas técnicas de navegação e cartografia, assim como a prensa facilitou sua reprodução. E uma gama de pensadores e estudiosos das coisas militares, alguns teóricos e outros homens-de-armas com experiência de batalha, se lançaram ao desafio de reorganizar os exércitos da Europa.

4. GONZALO DE CÓRDOBA

No caso do exército espanhol, o responsável pela sua reorganização foi Gonzalo Fernández de Córdoba (1453-1515). Nascido na província de Córdoba, filho de Pedro Fernández de Córdoba, Conde de Aguilar, e sendo o filho mais novo (e portanto, não tendo direito à herança), tinha como opções de carreira a igreja ou as armas, escolhendo

¹ Domínio este pelo menos no campo ideológico. A suposta superioridade da arma da cavalaria neste período ainda é fruto de debates e questionamentos.

² ARNOLD, (2001) nos fala de uma outra forma de coragem, que segundo ele passa a imperar como esperada do oficial: a irredutibilidade sob fogo, ou seja, a capacidade do oficial de permanecer em sua posição e confiante, mesmo sob as rajadas inimigas, sem procurar se proteger.

estas últimas. Aos 13 anos se tornou pajem da então princesa Isabel, futura rainha Isabel I de Castela. Destacou-se durante a guerra civil (1474-1479), para garantir o trono para Isabel, e na Conquista de Granada (1482-1492), sendo inclusive o negociador responsável pela rendição mulçumana que finalizou este conflito.

Por conta do prestígio que tinha com a rainha e do sucesso nas campanhas em das quais tomou parte, Gonzalo foi o homem escolhido para liderar a força expedicionária espanhola enviada pela coroa para lutar nas Guerras Italianas³.

Apesar de sucessos iniciais, na Batalha de Seminara (28 de Junho de 1495), as forças napolitanas-espanholas foram duramente batidas por um exército francês composto por *gendarmes*⁴ e mercenários suíços armados de piques. A derrota para os franceses, e percepção de que o exército espanhol, como era, seria incapaz de fazer frente aos excelentes gendarmes e aos piqueiros suíços, motivou Gonzalo a realizar uma completa reorganização do exército espanhol, incorporando o poder ofensivo das armas de fogo, e combinando-o com o poder defensivo do pique, preferencialmente em uma posição defensiva. De fato, o uso extensivo de trincheiras para posicionar seus arcabuzeiros durante as batalhas, dá a Gonzalo, na opinião de alguns, o título de “Pai da Guerra de Trincheiras”.

Os detalhes deste processo serão descritos à seguir, mas basta dizer que as reformas de Gonzalo foram muito bem-sucedidas, e o exército espanhol se tornou o mais poderoso da Europa no próximo século, e o modelo para todos os outros exércitos. O próprio Gonzalo nunca mais sofreu uma derrota depois de Seminara. Ele acabou atraindo para si a inveja do rei Fernando, e com a morte da rainha Isabela, em 1504, ele perdeu sua grande protetora. Em 1507, Fernando o convocou de volta da Itália, lhe garantindo títulos e recompensas, mas nunca mais o empregou em nenhuma campanha.

Gonzalo de Córdoba é um dos pais da guerra moderna, e por seu papel na criação do exército espanhol, ficou conhecido como *El Gran Capitan* (O Grande Capitão). Todos os grandes generais espanhóis do século XVI, ou foram seus pupilos,

³ Série de oito conflitos ocorridos de 1494 e 1559, principalmente na Península Itálica, envolvendo, em distintas ocasiões, os principais estados da Europa Ocidental - inicialmente França, Espanha, e o Sacro Império Romano-Germânico, e depois, também a Inglaterra, a Escócia, a República de Veneza, os Estados Papais e a maioria das cidades-estado italianas, além do Império Otomano.

⁴ Cavaleiro pesado de origem nobre, que serviram no exército francês durante a Baixa Idade Média e início da Idade Moderna.

ou serviram em seus exércitos (caso de Francisco Pizarro, conquistador do Império Inca), ou foram discípulos destes.

5. O PIQUEIRO SUIÇO

Durante as Guerras Italianas, Gonzalo teve contato com os já famosos mercenários suíços, que tanto lhe impressionaram que tratou de copiá-los para formar o núcleo do novo exército espanhol.

O mercenário suíço não usava uma arma nova e revolucionária, mas uma arma antiga de uma maneira nova. Tratava-se do pique, uma arma de haste extremamente longa (de 3 a 7 metros), com uma ponta de lança de ferro ou aço em uma das extremidades. A forma mais comum de uso do pique em uma tropa era a linha simples, apontando a arma na direção do adversário; ou a chamada formação de ouriço, com as tropas formando um círculo e apontando os piques em todas as direções. Em ambos os casos, trata-se de técnicas defensivas, buscando repelir um atacante, especialmente a cavalaria. Assim como acontecia com a lança e outras armas de haste, o pique era visto como, ou uma arma simples, ideal para as massas destreinadas que por ventura participassem de uma batalha (como camponeses, por exemplo), ou para tropas em posição defensiva, como a guarda de um castelo ou fortaleza.

Foram os mercenários suíços que, durante a segunda metade do século XV, demonstraram o potencial ofensivo do pique. Obrigados a defender seu território de invasores que faziam uso extensivo de cavalaria, e sem uma tradição de cavalaria⁵ própria, os suíços se voltaram para o pique. Aprimoraram a técnica de combate com essa arma de haste, transformando-a em uma eficaz forma de ataque, e desenvolvendo o chamado *Quadrado de Piques*.

Um quadrado típico constituía-se de 100 homens, que formavam um quadrado perfeito de 10 colunas por 10 fileiras. Graças a um árduo treinamento e uma disciplina rigorosa, os piqueiros suíços eram capazes de se movimentar, sem perder a formação,

⁵ E sem as condições para tal – basta lembrar que a Suíça se caracteriza por ser montanhosa, com poucas planícies, e pobre em recursos naturais.

com as três ou quatro primeiras fileiras mantendo os piques apontados para o adversário enquanto marcham, mantendo assim a capacidade de ferir ou repelir a tropa inimiga. Além disso, os piqueiros suíços eram capazes de apontar suas armas em qualquer direção em um instante, acabando com a principal vulnerabilidade nesse tipo de formação, que são os flancos e a retaguarda. Contra a cavalaria, o Quadrado de Piques era especialmente eficiente: com a formação estática, a primeira fileira de piqueiros iria apoiar uma das extremidades do pique no chão, apontando a outra em ângulo inclinado, de forma a mirar no peito do cavalo; e, ao mesmo tempo, se ajoelhariam, permitindo a segunda fileira de piqueiros também apontar suas armas contra a força atacante. Por último, o piqueiro suíço era conhecido pela sua ferocidade beirando a imprudência, que o lançava sem medo contra o inimigo, e por um rígido código de combate, que inclusive prescrevia a morte para aquele que abandonasse a formação.

A eficiência do quadrado de piques suíço foi comprovada nas inúmeras guerras em que os suíços tiveram que se defender de agressores vizinhos. Nativos de uma terra pobre, e vendo o potencial de sua técnica, os suíços passaram a vender seus serviços como mercenários, e se tornaram a tropa de elite da Europa pelo próximo século, vendendo seus serviços e sendo regamente bem pagos. Mais tarde, mercenários alemães, os *landsknechts*, copiaram a técnica, se tornando uma opção aos caros e relativamente raros soldados suíços.

6. COLUNELLAS E TERCIOS

Gonzalo de Córdoba organizou o exército espanhol nas chamadas *colunellas* (colunas), com 600 homens cada, divididas em três esquadrões. Era composta principalmente por piqueiros e arcabuzeiros, mas ainda continha uma certa quantidade, até 20% do total, de espadachins, geralmente os chamados *rodeleros*⁶. Em campo, cada *colunella* se dividia em dois elementos: uma formação rígida de piqueiros, e uma formação solta, de arcabuzeiros, que permanecia próxima aos primeiros. Essa disposição permitia aos atiradores alvejarem a força inimiga à vontade, e recuar para a segurança do quadrado de piques caso a infantaria ou cavalaria inimigas se

⁶ Soldado de infantaria espanhol que usava espada e um escudo redondo metálico, a *rodela*.

aproximassem. O pequeno contingente de espadachins era utilizado para quebrar o ocasional impasse de um confronto entre piqueiros, atacando a força de piques inimiga pelos flancos; contudo, a experiência das Guerras Italianas mostrou que o espadachim era muito vulnerável à cavalaria ou um quadrado de piques bem organizado. Posteriormente, na reorganização do exército em terços, o elemento de espadachins foi descartado.

A flexibilidade da *colunella* provou sua eficiência nas primeiras décadas do século XVI, sofrendo alterações em tamanho (chegando a 1500 homens) e proporção de piqueiros-arcabuzeiros. Finalmente, na década de 1530, nova reforma é realizada, já pelos sucessores de Gonzalo de Córdoba, criando o *tercio*.

Os *tercios* foram criados amalgamando-se as *colunellas*, criando uma unidade com cerca de 3.000 homens, divididos em 12 companhias de 250 homens⁷. Duas dessas companhias seriam compostas exclusivamente de arcabuzeiros; o restante seria composto de unidades mistas de piqueiros-arcabuzeiros, mantendo uma proporção de 1:1. Posteriormente, no final do século XVI, essa proporção foi alterada, e alguns *tercios* chegaram a ser compostos por 70% de arcabuzeiros/mosqueteiros.

Um *tercio* era comandado por um *Maestre de Campo*, auxiliado um *Sargente Mayor*, e um pequeno “estado-maior”, incluindo um doutor, um mestre de tambor, capelão, e uma guarda de honra armada de alabarda. Já as companhias tinham quatro oficiais e sargentos, incluindo um porta-estandarte, mais um capelão, um tamboreiro e um flautista.

Em combate, os piqueiros se posicionavam em um quadrado no centro da formação, o *cuadro*. Os arcabuzeiros se dividiam em faixas nos flancos do *cuadro* ou em “bastiões” nos quatro cantos da formação, as chamadas *mangas*. Além disso, uma formação de arcabuzeiros adicional seguia à frente do quadrado de piques, e outra atrás (nem sempre utilizada).

Além disso, a tática favorita no uso do *tercio* envolvia dividir a unidade em três elementos, em formação escalonada: uma à frente, e duas atrás, possibilitando maior flexibilidade tática e o tiro de flanco. No restante, o *tercio* utilizava a técnica já aperfeiçoada pelas *colunellas*: fustigar o inimigo com fogo de arcabuz e mosquete,

⁷ Números teóricos. Na prática, podiam variar muito.

usando do poder defensivo do pique. Note que o uso de espadachins foi abandonado, já que sua eficiência se mostrou muito reduzida em comparação com sua vulnerabilidade.

Como exemplo de um exército típico do século XVI, centrado nos *tercios*, fica aquele mantido nos Países Baixos pelo Rei Felipe II da Espanha, segundo registros de dezembro de 1565:

Unidade	Companhias	Homens
Infantaria		
Tercio de Napoles	19	1.900
Tercio da Lombardia	10	1.000
Tercio da Sicilia	15	1.500
Tercio do Flandres	10	1.000
Tercio da Lombardia (presentes na Itália)	25	2.500
Infantaria alemã (300 homens/companhia)	86	25.000
Infantaria de valões (200/companhia)	104	20.800
Total	269	54.500
Cavalaria		
Batedores armados com arcabuzes leves	1	300
Homens-de-armas	15	3.000
Cavalaria leve espanhola, italiana, albaniana	14	980
Arcabuzeiros montados (100 homens/companhia)	5	500
Total	35	5.780

Fonte: (ARNOLD 2001:56)

Como no caso dos piqueiros suíços, a eficiência e flexibilidade da *colunella* e do *tercio* dependiam em primeiro lugar de um treinamento sólido para que cada soldado agisse em conjunto com o outros, que soubesse qual tarefa lhe cabia e quando e como executá-la, e também disciplina rígida, pois qualquer falha na formação de piques podia significar a sua ruptura sob pressão inimiga. Sem falar nos perigos envolvidos no uso das primitivas armas de fogo do período, que a disciplina da sequência de carregamento buscava minimizar. A disciplina da marcha foi retomada, e tornou-se comum o uso de instrumentos musicais para marcar o passo e sinalizar ordens.

O *Tercio* também representou um passo novo no campo da organização militar: cada *tercio* era uma unidade organizada e estruturada, com uma unidade de comando, oficiais comandantes e funções de apoio. Como a relação acima mostra, tornou-se prática nomear os *tercios* com o nome de sua cidade de origem, e o fato de ser uma unidade permanente, em que seus soldados era profissionais que treinavam e combatiam juntos, criou um espírito-de-corpo entre aqueles homens. Surgiram tradições da unidade, e algumas tinham apelidos, como “Os Invencíveis” ou “Os Imortais”.

7. CONCLUSÃO

A *colunella* e o *tercio* representaram uma mudança radical das hostes de infantaria da idade média, assim como do próprio papel da infantaria. Deixou de ser uma massa desorganizada de camponeses, para uma organização bem-treinada de soldados profissionais, que entrava em campo com uma disciplina rígida e em uma organização tática que não era vista desde os tempos de Roma.

E liderando essa revolução, estava a Espanha, cujos monarcas e generais, principalmente o grande Gonzalo de Córdoba, souberam abraçar as inovações tecnológicas e incorporá-las à sua arte da guerra, e não se prender à tradição ou a dogmas ultrapassados. As outras potências, não tão dinâmicas, levaram mais tempo para alcançar a Espanha; e, durante esse tempo, esta reinou invencível no campo de batalha.

Concluo essa exposição esperando ter cumprido dois objetivos: demonstrar, infelizmente de maneira breve, o processo de mudança que criou os exércitos como nós os conhecemos hoje; e despertar a curiosidade para o estudo deste fascinante período no campo dos estudos militares.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNOLD, Thomas. **The renaissance at war**. Londres: Cassel & Co, 2001.
- BLACK, Jeremy. **Cambridge Illustrated Atlas: Warfare – Renaissance to Revolution (1492-1792)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- GILBERT, Felix. **Maquiavel: O Renascimento da Arte da Guerra**. In: PARET, Peter (org.). **Construtores da Estratégia Moderna**. v 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- GUSH, George. **Renaissance Armies: The Spanish**. Disponível em: http://www.myarmoury.com/feature_armies_spanish.php. Acessado em: 10/05/2012.
- KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- WEHLING, Arno. **A Pesquisa da História Militar Brasileira**. Revista DaCultura. Rio de Janeiro: FUNCEB, ano 1, nº 1, jan/fev 2001.

A MULHER NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS COMBATENTES SOVIÉTICAS

*Ana Claudia de Rezende Costa Dutra e Mello**

INTRODUÇÃO

É certo afirmar que a Segunda Guerra Mundial é um dos fatos históricos mais estudados e pesquisados durante as últimas décadas. A quantidade de romances, filmes e séries somados a uma vasta bibliografia, resulta em um enorme acervo de informações e peculiaridades do conflito: quanto mais se estuda e investiga os bastidores da guerra – considerada a mais trágica já ocorrida na história – mais situações particulares, mas não menos importantes, aparecem ao pesquisador que as investiga, questiona e divulga.

Dentro desta óptica, podemos compreender como, pouco a pouco, as consideradas minorias históricas (mulheres, negros, crianças etc.), foram sendo incluídas dentro do contexto do conflito, trazendo mais informações e proporcionando uma visão mais completa e significativa do que foi a guerra e quais as transformações tecnológicas, econômicas e político-sociais subsequentes. É caso da participação feminina durante a Segunda Guerra Mundial. Muita literatura e pesquisas acadêmicas a respeito podem ser encontradas, sempre produzidas pelos países que participaram do conflito e que passaram por este processo. Entretanto estas produções, nem sempre com ampla divulgação, abordam o caráter mais trabalhista e social do emprego de mulheres em fábricas e serviços públicos – cargos antes ocupados quase exclusivamente por homens.

Quando analisamos a sociedade do período durante a guerra, essa atuação feminina adquire amplitude impressionante, estando elas presentes nos mais diversos setores sociais: trabalhavam em setores auxiliares, de serviços públicos; como mecânicas, operárias e até mesmo em construções de navios e aviões – sempre batendo recordes de produção. Mas

algo que nem sempre é lembrado e explorado é o início difícil e a aceitação social frente à participação destas mulheres nos exércitos como combatentes. Dos países participantes do conflito e que mobilizaram uma política de voluntariado e recrutamento feminino para o esforço de guerra, somente um permitiu que suas mulheres pudessem combater: a União Soviética. Com um início expressivo na área médica, as mulheres vão expandindo sua atuação para outras funções, tornando-se pilotos de bombardeiros, atiradoras de elite e atuando como partisanas¹.

O objetivo deste artigo, portanto, é trazer para os debates entorno da História Militar², a participação das combatentes soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial. Quais foram os processos de convocação e treinamento e como sua atuação repercutiu dentro da sociedade soviética e para os exércitos alemães. Verificar se é possível considerarmos esta atuação como essencial para a vitória do Exército Vermelho sobre a invasão alemã ou não. É uma tentativa de trazer a participação das mulheres para além das fábricas, das ruas e dos escritórios.

No Brasil não há nenhuma obra publicada que trabalhe tal atuação. Deste modo, toda a bibliografia e algumas fontes utilizadas para esta pesquisa estão em outro idioma, como inglês, russo e alemão. A divulgação deste fato através deste trabalho pretende servir como ponto de partida para um aprofundamento da pesquisa, um incentivo à busca por novas fontes e por uma melhor divulgação do papel da mulher como militar.

1. AS MULHERES NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UM PANORAMA GERAL SOBRE SUA ATUAÇÃO.

¹ Partisans é um termo utilizado para definir aquele que combate fora de uma organização, como as Forças Armadas, sendo comparados/referenciados como guerrilheiros. Durante a Segunda Guerra Mundial, o número de partisanas mulheres atingiu altos índices. Principalmente pela participação finlandesa, japonesa e soviética.

² Quando digo História Militar, me refiro a um estudo que se aproxima daquilo que alguns chamam de “Nova História Militar”, um estudo que não se prende ao conhecimento sobre a batalha, estratégias e líderes tão somente, mas que traz aspectos político-culturais e análises sociais do contexto histórico estudado, para dentro do campo militar. Estudos realizados sobre a participação feminina durante a Segunda Guerra Mundial têm um caráter claramente sócio-cultural. Proponho aqui, não abandonar por completo tais aspectos, mas inseri-los no campo da História Militar através de análises de recrutamento, treinamento e atuação das voluntárias soviéticas no conflito.

Desde a Primeira Guerra Mundial – e até em alguns conflitos anteriores – as mulheres foram pouco a pouco ocupando o espaço público, mesmo que temporariamente. Sua atuação em indústrias e fábricas aumenta durante a Primeira Guerra Mundial, mas atinge seu auge alguns anos depois, quando são maciçamente convocadas para suprir o esforço de guerra durante a Segunda Guerra Mundial – é aqui que veremos mulheres trabalhando longas jornadas diárias em fábricas de armamentos, suprimentos militares, balões de barragem, aviões e navios.

A Inglaterra foi neste caso, a primeira a perceber que precisaria recorrer às mulheres para suprir a mão-de-obra masculina, que estava nos campos de batalha. Segundo Claude Quéstel, as mulheres estavam incluídas no programa de esforço de guerra declarado por Winston Churchill em 1940 e não encontrariam grandes resistências em relação a isso. (QUÉTEL, v. 1, 2009:89).

Apesar da convocação das voluntárias ter acontecido, o número atingido de trabalhadoras não foi o suficiente para suprir a demanda. Assim, em abril de 1941 o governo acaba instituindo o recrutamento de mulheres para o esforço de guerra: poderiam optar por empregos civis, auxílio ao exército e defesa civil. Contudo esta escolha não dura muito tempo, pois os postos de auxiliares do exército ganham cada vez mais adeptas, mais do que qualquer outro cargo a ser preenchido fazendo com que no ano de 1943 o recrutamento para estes postos fossem suspensos. Das fábricas aos exércitos, todos os setores vão sendo maciçamente ocupados e comandados por mulheres – vemos isso com mais força nos países aliados.

O caso Alemão e Italiano se diferem nesta política. No início da guerra ambos os países encontram-se muito receosos em relação às mulheres exercerem funções no espaço público. Muito se discutiu a respeito de qual papel elas desempenhariam na guerra, principalmente no caso Alemão. Enquanto a sociedade italiana era mais cautelosa nesta política de voluntariado feminino, por conta de um forte conservadorismo e por pressão da Igreja, a Alemã também o era, mas por outros princípios. Ligado ao conservadorismo e a certa relutância social estava o significado da mulher para o governo. As mulheres eram vistas como provedoras dos filhos do *reich* e antes de assumirem qualquer outra função, deveriam cumprir com seus deveres de boas esposas, boas mães e boas parideiras.

O início da Segunda Guerra traz um dilema para a filosofia dos países do Eixo, em especial a Alemanha. Como conciliar a idéia da mulher mãe e procriadora com a de trabalhadora do esforço de guerra? Uma expressão mencionada no livro de Quétel, dita por Göring³ em 1942, resume bem essa questão: “Éguas reprodutoras ou éguas de tração?” (QUÉTEL, v. 1, 2009:78). Fato é que tal problema foi desencadeado ao passo que o país se encontrara em uma posição desfavorável frente às indústrias dos países aliados.

Neste contexto, entendemos porque a Alemanha demorou a reagir frente ao recrutamento feminino que ocorria nos países vizinhos – de início, as francesas, no governo de Vichy, eram a maioria atuante no esforço de guerra alemão, pois as alemãs teriam a função de perpetuar a “raça pura e forte” ariana. Com o decorrer da guerra, as alemãs ocupam postos de secretárias, assistentes, nos serviços públicos e em alguns postos em indústrias, mas o contingente de voluntárias é muito inferior ao visto na Inglaterra, por exemplo.

A emergência da guerra acaba falando mais alto, e não há outro caminho senão o de convocar as mulheres para atuarem no esforço de guerra. Alemãs, britânicas, americanas, belgas, francesas, japonesas e soviéticas: mesmo que com algumas limitações empregatícias e com a disparidade salarial entre homens e mulheres, todas possuem alguma função no cenário de guerra.

Entretanto, tal função é comumente limitada quando falamos de mulheres e o exército. A política de quase todos os países se assemelha quanto a não aceitação de mulheres nas frentes de combate. Todos os órgãos e grupamentos exclusivamente femininos nos exércitos foram criados somente com a função de tirar os soldados de funções secundárias e auxiliares.

Um exemplo forte para provar isso seria a criação do *ATS – Auxiliary Territorial Service* (Serviço de Auxílio Territorial) no ano de 1938, Grã-Bretanha, às vésperas da guerra. De início o ATS contava com cerca de 17.000 voluntárias e em meados de 1943 seu número crescera pra mais de 200.000. As mulheres que serviram neste grupamento faziam todo tipo de serviço – menos atirar ou atuar diretamente no conflito. Mas fora isto, seus

³ Hermann Wilhelm Göring. Líder político e militar alemão durante a Segunda Guerra Mundial, Vice-Chanceler da Alemanha entre os anos de 1940-1945. Faleceu no ano de 1946 após sua condenação à morte por crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

serviços mais comuns eram dirigir caminhões, motocicletas, trabalhar como engenheiras, cozinheiras, tradutoras, etc. (QUÉTEL, v. 1, 2009:8).

E o exemplo feminino na guerra não pararia nas ruas de Londres. Pouco a pouco a participação das mulheres era cada vez mais visível e mais presente nos exércitos de outros países (como Estados Unidos, Canadá, Austrália, etc.). Para citar alguns exemplos da participação feminina na guerra podemos nos prender somente a alguns grupos oficializados por diversos governos como: WASP (*Women's Airforce Service Pilots* – criado nos EUA em 1943); WAC (*Women's Army Corps*, criado nos EUA em 1943); CWAC (*Canadian Women's Army Corps*, criado no Canadá em 1941), WAAF (*Women's Auxiliary Air Force*, criado na Inglaterra em 1939); WRCN (*Women's Royal Canadian Service*, criado no Canadá em 1942); WAVES (*Women's Accepted for Voluntary Emergency Service*, criado nos EUA em 1942), etc. (QUÉTEL, v. 2, 2009:138-172).

As *Lottas* da Finlândia são, segundo Quétel, o primeiro exemplo europeu de um grupamento militar exclusivamente feminino. As voluntárias assumem todas as funções não combatentes do exército finlandês que contava com cerca de apenas 600 mil homens. As 150 mil voluntárias atuavam nos serviços de retaguarda como: serviços de saúde, motoristas de ambulâncias e caminhões, administradoras, intendentess, etc. (QUÉTEL, v. 2, 2009:150)

Entretanto, surge durante a guerra, um país que se diferirá de tal política. Enquanto os países citados empregam suas mulheres em todos os postos do exército, menos os de combatentes, a União Soviética – após ter um início semelhante ao de outros países, não terá alternativa senão ceder às suas políticas Stalinistas mais fortes. No início, Stalin tentaria ao máximo afastar a mulher de encargos do esforço de guerra – tal razão por concepções próprias, entretanto, os ideais marxistas de igualdade de direitos e deveres prevaleceriam e as mulheres poderiam se alistar para o combate. Apesar de a mulher ter um papel difícil e muitas vezes renegado na sociedade soviética, seu patriotismo gritava aos comandantes um lugar ao front.

É assim que as atiradoras de elite e as aviadoras surpreenderão não só os alemães, mas toda a Europa. Não seria somente mais uma questão de mulheres ingressando nos exércitos, e sim, de mulheres que passariam por treinamento rigorosamente semelhante ao

dos homens, não teriam uniformes próprios, enfrentariam toda e qualquer adversidade do conflito e que atuariam no front de maneira exemplar.

2. A IDEOLOGIA MARXISTA, STALIN E A INCORPORAÇÃO DE MULHERES AO EXÉRCITO VERMELHO.

A participação de mulheres em guerras, revoluções e como integrantes do Exército Vermelho não é exclusividade da Segunda Guerra Mundial, pelo contrário. Mesmo antes das políticas marxistas e stalinistas vemos a atuação de russas em combate. Desde o reinado de Catarina, a Grande, passando pelas Guerras Napoleônicas, Guerra da Criméia, Guerra Russo-Turca (1877-1878), Guerra Russo-Japonesa e Primeira Guerra Mundial, temos o registro de mulheres em combate (VAJSKOP, 2008:12). A participação de mulheres nos exércitos ou como partisans não é uma novidade ou fruto (tão somente) da revolução bolchevique, mesmo esta última tendo grande importância em perpetuar esta participação.

Desta forma, para compreendermos a convocação de mulheres para atuar nas frentes de batalha durante a Segunda Guerra Mundial – e o porquê a URSS foi o único país a fazê-lo, precisamos, sem sombra de dúvidas, analisar – mesmo que superficialmente, as bases formadoras da civilização soviética.

Durante todo o regime czarista, a mulher encontrava-se sem qualquer direito frente à sociedade: era completamente submissa à vontade masculina, exercia toda forma de trabalho árduo e não qualificado – pelo qual recebia pagamento inferior ao dos homens, e o Estado possuía controle até sobre as questões conjugais (PICHIGINA, 2002:2). A Revolução de 1917 - e a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – dá a esta mesma mulher, um reconhecimento e importância semelhante ao dos homens, com igualdade de direitos e deveres em todas as esferas do Estado: econômica, social, cultural e política⁴. O artigo 122 da Constituição Soviética afirma que:

⁴ As políticas marxistas não preocupavam-se muito com as questões de gênero em suas doutrinas. Todos os cidadãos deveriam participar inteiramente do regime (e para ele), servindo a um bem maior.

“A possibilidade de exercício desses direitos é assegurada às mulheres garantindo-lhes direitos iguais em trabalho, salário, descanso e lazer, seguridade social e educação, e pela proteção estatal dos interesses de mãe e filho, (...), licença maternidade com remuneração integral e a prestação de serviços de uma ampla rede de maternidades, creches e jardins de infância. ”
(PICHUGINA, 2002: 2, tradução própria)

Quando Stalin assume o governo da URSS, em 1922, o cenário político-social soviético sofre significativas modificações. Muitos teóricos afirmam que por suas políticas repressoras, regime totalitário e coercitivo, o Estado Stalinista se afastava por estes e outros aspectos da filosofia marxista. Segundo Vajskop, Stalin foi um personagem muito mais paranóico e intenso, que nunca se via completamente satisfeito com o comprometimento dos cidadãos soviéticos. (VAJSKOP, 2008:5)

Entretanto, de forma curiosa, seu exemplo de governo tinha origens em Lênin e este, defendia a idéia de que todo e qualquer cidadão do regime deveria ser capaz, tanto de plantar seu próprio sustento, quanto de governar o Estado. Nesta idéia, percebemos que dentro dos ideais marxistas, todo e qualquer cidadão (homem ou mulher) deveria assumir uma função – mas que não o impedia de ter o conhecimento próprio para assumir outra, caso fosse necessário. Essa atitude, que deveria ser compreendida e exercida por todos os cidadãos, se refletiria no sucesso do regime. Stalin, nesse sentido, pode ser considerado um perpetuador de tais idéias e políticas, de uma maneira mais feroz, mais ativa.

2.1 Soviéticas e A Segunda Guerra Mundial.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o papel que os indivíduos assumiriam não seria diferente. Segundo Vajskop, a URSS foi pega desprevenida – o exército encontrava-se defasado, com armas ultrapassadas, moral baixo e com a maioria dos comandantes

desativados pelo Grande Expurgo⁵ - e o sofrimento da população frente ao controle do Estado era latente. Em meio a tal situação, Stalin inicia uma política de “renascimento nacionalista” (VAJSKOP, 2008:5), fazendo propagandas em prol da civilização soviética e contra o governo fascista alemão. Grandes promessas sobre um futuro rico e próspero ao final da guerra foram feitas, com o intuito de unir os cidadãos pela causa única da guerra – sempre de forma persuasiva.

Para seguirmos com um exemplo a respeito de tal política e do comprometimento do cidadão para com o Estado, temos o já citado Exército Vermelho. Sua trajetória sempre foi moldada em rigorosidade disciplinar, onde todos os seus soldados deveriam almejar a perfeição – um soldado perfeito, bem treinado e instruído garantia a defesa e força do Estado Soviético. Os cidadãos eram convocados para servir durante toda a vida e promoções só seriam aceitas por vias de merecimento e não de privilégios – a ideia de que o comprometimento com o regime era a força do Estado. (THOMPSON, 2004: 104). Esta era uma filosofia aplicada ao exército e à sociedade como um todo.

Nesse sentido, as mulheres foram ganhando maior espaço de atuação. Stalin defendia o direito que a mulher tinha de lutar e defender sua pátria, assim como os homens – e estes deveriam compreender que, estas mulheres tinham muito mais o que oferecer, além do trabalho como operárias, enfermeiras e professoras. Desta forma, as mulheres começariam a se alistar para servir ao Exército Vermelho – primeiramente com grande participação em setores auxiliares, de apoio logístico e como enfermeiras, para depois ganharem os campos de batalha.

Apesar de Stalin não desencorajar tal engajamento, também se preocupava com as questões biológicas entorno da mulher. Apesar de possuir os mesmos direitos que os homens, elas possuíam o direito natural de serem mães, que tinha a maior importância social para o regime.⁶ Essa preocupação e a posição não definida da mulher na guerra,

⁵ O Grande Expurgo foi uma política aplicada por J. Stalin a fim de consolidar sua ascensão ao poder, eliminando todos seus opositores políticos. Além de um corte expressivo no Partido Socialista, eliminou boa parte dos oficiais do exército.

⁶ Tal preocupação irá perdurar nos confins da guerra e, após o conflito, a participação da mulher no exército vai acabar sofrendo algumas limitações que perduram até os dias atuais. A Segunda Guerra Mundial diminuiu drasticamente o número de homens no país, tornando a taxa de natalidade/procriação um problema latente para a URSS.

começariam a causar problemas para o relacionamento entre homens e mulheres e ainda, trazia a ambigüidade da questão feminina ligada ao gênero: enquanto Stalin não as desencorajava, mas também não as influenciava a ingressar no exército, as propagandas do regime mostravam a mulher tanto como mãe e esposa, quanto como pilotos combatentes (EXELER, 2010:1). Desta forma, as mulheres não tinham, ao certo, a ideia concreta de quais posições deveriam assumir durante o conflito.

Mesmo passando por treinamentos paramilitares (desde antes da guerra) as mulheres, até o final de 1941, não tinham a liberdade ou a garantia de poder servir ao Exército. Tal decisão ficava a cargo dos comandantes e oficiais de cada região para qual se alistassem. Somente a partir de março 1942 – provavelmente para suprir a demanda de pessoal – Moscou permite que se faça o voluntariado e recrutamento oficial de tais mulheres. (QUÉTEL, v. 2, 2009:174). A grande falta de homens nos batalhões e até mesmo nos serviços não combatentes foi, de fato, causa primeira pela qual as mulheres obtiveram permissão para assumir tais postos. Cerca de 820.000 mulheres serviram ao Exército e destas, cerca de 120.000 serviram como combatentes. (EXELER, 2010:1)

Sua atuação começa em peso nos setores médicos dos campos de combate. Sua preparação foi totalmente apoiada e custeada pelo governo, inclusive com treinamentos de colisão, simulando as pressões dos campos de batalha. A presença de tais médicas e enfermeiras foi crucial para o feroz combate travado nas linhas de frente – de início cuidavam dos feridos à retaguarda do combate, mas eventualmente atuavam junto aos batalhões no intuito de resgatar os mais enfermos tornando “indefinida a linha divisória entre combatentes e não combatentes” (VAJSKOP, 2008:15). Ainda segundo Vajskop, os números de mulheres em funções médicas traduziam-se em 41% de médicas, 43% de cirurgiãs, 43% de médicas assistentes e 100% de enfermeiras atuando no *front*.

Entretanto, essa atuação e número expressivo de mulheres no exército, põe à prova as questões ainda não resolvidas das relações de gênero dentro da sociedade soviética. A relação entre homens e mulheres no Exército Vermelho durante este período, ainda é muito dúbia segundo Anna Krilova – principalmente porque tais mulheres não se viam atuando em um espaço masculino, mas sim cumprindo com sua função de cidadãs soviéticas (KRILOVA, 2010:12). Em sua pesquisa, Krilova tenta destrinchar a partir da História Oral

as questões mais profundas em relação ao respeito e reconhecimento que tais mulheres tiveram durante sua atuação. Percebe que, mesmo em uma sociedade que não distinguia muito bem as funções e papéis dos gêneros, no exército a fragilidade feminina só era colocada em xeque para aquelas não combatentes. A relação entre essas mulheres e soldados era difícil sendo quase todas, vítimas de abuso e violência sexual. Já quando analisa as relações entre os soldados e as mulheres combatentes, encontra um respeito maior por elas, observando poucos casos de abusos.

A hipótese de que a visão masculina fosse diferenciada sobre as combatentes e não combatentes pode ser explicada quando percebemos que estas mulheres atuavam lado a lado e com as mesmas condições que estes mesmos homens.

3. AS COMBATENTES SOVIÉTICAS: O EXEMPLO PELO AR E PELA TERRA.

A principal questão entorno da participação como combatentes é definir onde essa função começava e/ou terminava. As mulheres que estão em postos “auxiliares” podem muito bem exercer a função de médicas, engenheiras e diretoras de hospitais – como vimos anteriormente, todo cidadão, fosse homem ou mulher, deveria estar disposto a assumir qualquer função dentro da sociedade. E de fato foi o que ocorreu. É assim que os limites entre o *front* e os serviços auxiliares começam a se mesclar. Segundo Quéstel, complicaria até mesmo a definição do que seria ou não ser combatente: “(...) todas as mulheres jovens e idosas que defendem Leningrado sitiada, de setembro de 1941 a janeiro de 1944, cavando com pá 600 quilômetros de fossos antitanque sob o tiro de obuses alemães são civis, auxiliares militares ou combatentes? Essas definições, tipicamente ocidentais, não fazem parte do universo mental e semântico da Grande Guerra Patriótica” (QUÉTEL, v. 2, 2009:147). Ou seja, são acima de tudo, cidadãs soviéticas e assumiriam qualquer função para agirem como tal.

Em meados da guerra, qualquer mulher que não tivesse filhos e que não estivesse empregada em nenhum outro setor do esforço de guerra deveriam se inscrever (ou se disponibilizar) para atuar nos regimentos da Força Aérea Soviética, as chamadas

protivovoz-dushnaia. (PENNINGTON, 2001:56) Como vimos, a partir de 1942, e com mais intensidade nos anos seguintes, as mulheres foram sendo incentivadas a ingressar no Exército Vermelho. E são essas aviadoras que detêm hoje o maior reconhecimento, dentre todas as outras, por sua atuação – pois elas são as primeiras que atuarão como combatentes na guerra. No livro de Kasimiera Cottam, encontramos um depoimento interessante sobre o treinamento destas aviadoras:

“Nós começamos a treinar intensivamente, em uma sala de aula, em um depósito de armas, a bordo de um avião e em um campo de tiros... trabalhar em condições de tempo severas nos amadureceu; acostumamos-nos a jornadas pesadas e desenvolvemos uma condição física mais forte. Sem qualquer dificuldade, carregávamos 40 quilos de bombas nos treinamentos...”. (COTTAM, 1997:63, tradução própria).

Já no final de 1941, uma personagem em especial dá chance às mulheres de atuar no cenário de guerra. Marina Raskova, uma piloto soviética, convence Stalin a permitir que as mulheres atuassem em quase todos os regimentos de aviação e ainda, autorizasse a criação de três regimentos exclusivamente femininos (ativados em 1942): o 586º Regimento de Combate; o 587º Regimento de Bombardeio Diurno e o 588º Regimento de Bombardeio Noturno – a numeração de tais regimentos na série “500” significava que estavam ligados diretamente ao interesse do *Gosudarstvennyy Komitet Oborony* ou, Comitê Nacional de Defesa. (STOCKTON, 1998).

Tais regimentos atuavam tanto para fazerem a defesa quanto de forma ofensiva durante a guerra. Analisando especificamente cada um deles, percebemos a importância que tiveram no cenário de confronto. O 586º Regimento tinha a função primeira de proteger e defender refinarias de petróleo, portos, plantas de gás, fábricas de aviões, pontes e também escoltavam bombardeiros e aviões de transporte. Este Regimento fez até o encerramento de suas atividades em 1945, cerca de 9.000 voos, sendo metade deles considerados missões de combate (VAJSKOP, 2008: 16). Em 125 batalhas aéreas, derrubaram 38 aviões inimigos dos quais doze seriam caças, quatorze seriam bombardeiros,

um de transporte e onze aeronaves de reconhecimento. (PENNINGTON, 2001:104-125). Segundo Vajskop, esse Regimento teve papel fundamental em segurar o avanço da linha inimiga.

O 587º Regimento e o 588º Regimento eram regimentos de bombardeio, o primeiro diurno e o segundo noturno. O primeiro era composto por aviões Petlyakov Pe-2, um bombardeiro de mergulho⁷ capaz de voar a 620 quilômetros por hora Este regimento em particular – que também tinha alguns homens como pilotos, foi responsável por diversos embates contra a JG 54⁸ da Luftwaffe alemã. Com um total de 1.134 missões, somaram um total de 980 mil toneladas de bombas lançadas. (STOCKTON, 1998).

O 588º Regimento pode ser considerado o mais conhecido ou mais famoso dos três regimentos. Também cumprindo funções de bombardeio, este regimento noturno também é conhecido por outros dois nomes: o 46º Regimento de Guarda Feminino de Bombardeiro Noturno⁹; e como *The Night Witches*¹⁰, do original alemão *Nachhexem*. Este regimento também lutou contra a JG 54 alemã, mas de forma peculiar. Em seus bombardeiros leves, quase sempre sem pára-quedas, realizavam manobras perigosas contra os alemães, desligando seus motores ao se aproximarem do alvo, para atacarem quase que despercebidas. Por esta razão foram apelidadas de “feiticeiras da noite”. Ao final da guerra somaram um pouco mais de 24 mil incursões e três toneladas de bombas lançadas. Vinte e quatro, das trinta e três mulheres condecoradas como Heroínas da União Soviética vieram deste regimento.

O 588º Regimento tinha a missão de destruir pontos táticos inimigos como depósito de armas e combustível, veículos, pontes, desorganizar tropas terrestres; assim como transportar soldados e suprimentos para as tropas no *front* (VAJSKOP, 2008: 17). Patrulharam Stalingrado, Minsk, Novorossisk, Berlim, entre outras cidades. Por sua atuação

⁷ O Petlyakov Pe-2 foi um dos grandes aviões utilizados durante a Segunda Mundial, foi o bombardeiro mais utilizado pela URSS e sua produção superou o número de produções do famoso bombardeiro inglês Mosquito. Ver em: <http://blogdomigueljunior.blogspot.com.br/2009/05/avioes-que-nunca-existiram-v.html>.

⁸ JG54 ou Jagdgeschwader 54: foi uma unidade aérea da Luftwaffe (Força Aérea) alemã durante a 2ª Guerra Mundial que, depois de suas incursões em território inglês foi transferida para atuar na Operação Barbarossa, onde enfrentou as combatentes soviéticas.

⁹ Original: 46º Guards Women's Night Light-Bomber Regiment

¹⁰ Traduzido para o português como “As Bruxas da Noite” ou “As Feiticeiras da Noite”.

incrível, mesmo com adversidades como o tempo chuvoso e inverno rigoroso, nem mesmo os alemães poderiam imaginar que estavam combatendo contra mulheres:

“nós simplesmente não acreditávamos que os pilotos soviéticos que nos causaram grandes problemas eram, na realidade, mulheres. Elas não temiam nada. Vinham noite após noite, em seus lentos bombardeiros biplanos, e por longos períodos não nos davam nenhum descanso.” (STOCKTON, 1998, tradução própria).

Todos os três regimentos citados foram de grande importância para as batalhas travadas entre Alemanha e URSS. A contenção das tropas alemães, em Leningrado e Stalingrado, não teria durado se não fosse a atuação de tais regimentos aéreos. Segundo Vajskop, alguns ataques foram essenciais para tal vitória como a explosão de um depósito de combustíveis alemão em 1942, onde o fogo espalhou-se pelo campo de pouso e destruiu seis aeronaves Ju-88s e He-111s; como a morte de dois pilotos alemães importantes por uma aviadora, o tenente Franz Müller e Karl-Otto Harloff; como as incursões feitas na Batalha de Kursk, ditas uma das mais difíceis da História; e com o “ataque da tenente Valeriya Khomyakova que derrubou o avião Ju-88 pilotado por Gerhard Maak, condecorado por seus bombardeios na Polônia, França, Holanda e Inglaterra” (VAJSKOP, 2008:18).

Por mais que estes regimentos tenham papel inquestionável na vitória da URSS sobre a Alemanha, não poderíamos esquecer-nos de mencionar, as já negligenciadas *snipers* ou atiradoras de elite soviéticas. Muita atenção é dada aos regimentos de aviação, mas pouco se estudou profundamente a respeito destas atiradoras – e muito se duvidou de suas capacidades. Como veremos a seguir, os números de baixas ocasionados por tais mulheres é considerável e importante para o Exército Vermelho.

Em 21 de Abril de 1943 é criada a primeira Escola de Treinamento para Atiradoras de Elite. Em um período de somente dois anos, esta escola foi capaz de formar 1.061 atiradoras e 407 instrutoras. (VAJSKOP, 2008:20) Ainda segundo Vajskop, as mulheres

eram consideradas perfeitas para tal função por possuírem características como paciência, precisão, habilidades de tiro e resistência. Depois de formadas, as atiradoras atuavam em um dos dois grupos de tiro da URSS durante a Segunda Guerra. O principal fazia parte das Reservas do Alto Comando do Estado e possuía uma brigada inteira somente composta por mulheres.

Segundo Vajskop, tais atiradoras lutaram e perseguiram os alemães em todas as variações de clima, rastejando por cima de terrenos acidentados, entrando em buracos e se arriscando em território inimigo, podendo ser atingidas por jorradadas de tiros ou até mesmo explosões de bombas. Tais mulheres poderiam atuar sozinhas ou em pares, e com tempo, ganharam prestígio dentro do Exército:

“Aos poucos o Coronel constatou, não sem surpresa, que suas atiradoras de elite tinham melhores escores que os homens, que elas eram infinitamente mais inventivas e eficazes na arte da camuflagem, indissociável da função do atirador de elite. No final da guerra a subtenente Pavlichenko, atiradora da 25ª Divisão de Infantaria Tchaperev, terá matado sozinha, 300 alemães”.(QUÉTEL, v. 2, 2009:175)

Lyudmila Pavlichenko e Maria Ivanova Morozova são, sem sombra de dúvidas, duas das mais lembradas atiradoras de elite. A primeira com um total de 300 baixas matou somente em três meses de combate o recorde de 187 soldados germânicos. Maria Ivanova logo formada como atiradora é imediatamente incorporada ao 62º Batalhão de Rifle e em depoimento confessa o quão difícil foi matar o primeiro homem, mas que depois estaria acostumada a fazê-lo, ficando até 12 horas imóvel, deitada na neve ou em cima de uma árvore. (QUÉTEL, idem).

Tais atiradoras também receberam apelidos, como “bolshevik beasts, amazons devoid of femininity and ferocious riflemen”¹¹ (VAJSKOP, 2008:21). Tais apelidos foram resultado de uma campanha extraordinária feita por elas, que mataram importantes

¹¹ Traduzidos respectivamente como “bestas bolcheviques”, “amazonas devotas do feminismo” e “atiradoras ferozes”.

figuras alemãs que poderiam ter causado um prejuízo maior ao Exército Vermelho. Por esta ocasião, pouquíssimas atiradoras foram feitas prisioneiras: o ódio alemão frente estas mulheres era tão grande a Wehrmacht decretou que o exército liquidasse com tais *snipers* rapidamente, deveriam ser executadas. Claro que, movidos pelo sentimento de raiva e vingança, os soldados alemães praticariam atrocidades contra tais mulheres que, por precaução, guardavam a última bala, para elas (VAJSKOP, 2008:21).

Sem sombra de dúvidas, dados os exemplos acima, o papel das mulheres combatentes durante a Segunda Guerra Mundial não só foi expressivo como decisivo para o combate aos nazistas. Em todas as áreas em que atuaram, demonstraram comprometimento, engajamento e eficiência em cumprir com todos os seus deveres e objetivos. A vitória da URSS sobre as forças alemãs, que culminou com o fim da guerra, não pode deixar de ser sustentada, entre outros aspectos, na atuação de tais mulheres que, como cidadãs soviéticas deram o maior exemplo “feminino” de patriotismo até então.

CONCLUSÃO

Mesmo com a dificuldade de acesso aos documentos oficiais, os trabalhos escritos e apresentados até hoje, seja por base na História Oral, fotografias e alguns documentos, nos mostram o quão expressiva foi a atuação das voluntárias da URSS. Tanto por serem as únicas oficialmente permitidas a ingressar em uma frente de combate, mas também, pelo seu desempenho desde o treinamento até o *front*.

Estudar as mulheres na guerra contribui para a compreensão que temos hoje a respeito de seu ingresso nos exércitos ao redor do globo. As concepções sócio-políticas e culturais são determinantes para este processo – por esta razão, o historiador deve estar sempre atento em suas análises a fim de não realizar críticas anacrônicas a respeito do por que essa atuação feminina em batalhas ocorre de maneira tão heterogênea em diversos países. Como vimos no exemplo soviético, o principal ponto diferenciador desta participação ligava-se justamente às questões marxistas que envolviam a política da URSS e que permitia esta entrada feminina nos exércitos.

Entretanto, que o pesquisador, historiador ou o leitor mais despreocupado não se engane. O exército soviético foi considerado um dos mais violentos e mais agressivos em relação às suas mulheres. Os índices de violência e estupro são altos tanto dentro de seu próprio país quanto os praticados contra as alemãs, no final da guerra. Mesmo que as soviéticas tivessem a permissão de participar do combate, isso não significou uma aceitação unânime masculina – muitas foram vítimas de seus comandantes, colegas e até mesmo de soldados de outros exércitos. Contudo, por mais que as adversidades e dificuldades tenham existido, tais mulheres persistiram aos preconceitos e abusos, se mantendo fiéis às suas ideologias e ao seu patriotismo. Tais mulheres atuaram como nunca tinha se visto antes, batendo recordes de bombardeios – no caso das pilotos – e recordes em baixas – no caso das atiradoras de elite. Por mais que os resultados de tal participação ainda impressionem, somente tardiamente estas mulheres começam a ganhar uma história oficial – muito também por parte das políticas do pós-guerra que, como em todos os países participantes, promovem o retorno destas mulheres para seus lares e desmobilizam qualquer tipo de organização em que elas tenham participado, apagando parcialmente sua atuação histórica.

Portanto se faz necessário para a História Militar, que pesquisadores se atentem para algumas exceções que, na verdade, estão presentes em toda história (exceções que nem sempre permeiam somente o campo da batalha, aparecendo através da menor análise social). Cada fato é único e possui rebarbas que precisam ser desvendadas, desta forma, apresentamos um fato histórico já estudado a partir de uma nova perspectiva. As mulheres na guerra, mais precisamente como combatentes na Segunda Guerra Mundial, trazem para um conflito tão estudado, uma nova maneira de se pensar e interpretar as relações de gênero em tempos de guerra e o papel fundamental que tais mulheres tiveram como sujeitos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRYANT, Louise. *Six Red Months in Russia: Women Soldiers*. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/bryant/works/russia/ch21.htm>. Acessado em: 05 de Maio de 2012.

COTTAM, Kazimiera. *Women in Air War: The Eastern Front of World War II*. Nepean, Canada: New Military Publishing, 1997.

EXELER, Franziska. A. *Krylova: Russian Women in Combat*. Review, 2010. Disponível em: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=32095>. Acessado em: 05 de Maio de 2012.

KEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRILOVA, Anna. *Russian Woman in Combat: A History of Violence on the Eastern Front*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

O'BRIEN, Mary Louise. *Women and the Soviet Military*. AirUniversity Review, 1982. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/aureview/1982/jan-feb/obrien.html>. Acessado em: 06 de Maio de 2012.

PENNINGTON, Reina. *Wings, Women, and War: Soviet Air Women in World War II Combat*. Kansas: University Press of Kansas, 2001.

PICHUGINA, M. *Women in the USSR*. Foreign Language Publishing House, 1939. Disponível em: <http://www.marxists.org/subject/women/authors/pichugina/women.html>. Acessado em: 05 de Maio de 2012.

QUÉTEL, Claude. *As Mulheres na Guerra: 1939-1945*. Volume 1. São Paulo: Larousse, 2009.

QUÉTEL, Claude. *As Mulheres na Guerra: 1939-1945*. Volume 2. São Paulo: Larousse, 2009.

STOCKTON, Harold; TIMINSKY, Dariusz; BERGSTRÖM, Christer. *Marina Raskova and Soviet Female Pilots*. Disponível em: <http://www.elknet.pl/acestory/raskov/raskov.htm>. Acessado em: 18 de Abril de 2012.

THOMPSON, John. *Russia and the Soviet Union: Na Historical Introduction from the Kievan State to the Present*. Colorado: Westview Press, 2004.

VAJSKOP, Samantha. *Elena's War: Russian Women in Combat*. Ashbrook Statesmanship Thesis, 2008. Disponível em: <http://www.ashbrook.org/publicat/thesis/vajskop/vajskop.pdf>. Acessado em: 21 de Abril de 2012.

1942 – UM ANO SINGULAR.OS 70 ANOS DOS TORPEDEAMENTOS E DA ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

Eng. Israel Blajberg

Em 2012 completam-se 70 anos de eventos históricos relevantes para o Brasil, os acontecimentos de 1942, um ano singular para a história da fantástica participação do Brasil na 2ª. Guerra Mundial, o “turning point” de um país pacífico e ainda rural, agredido por uma poderosa potencia militar, mas que soube dar uma resposta à altura. Neste trabalho analisaremos a micro história de 1942 como balizadora para os dias de hoje. Tais acontecimentos se tornaram marcos de referencia, a saber:

I - III Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas

II - Os Torpedeamentos e a Entrada do Brasil na 2ª. Guerra Mundial

III - Criação da FNNE

IV - A Morte de Stefan Zweig – um Protesto Silencioso

V - A Conferencia de Wansee

VI - Conclusões: As Lições que a História Ensina

I - III Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas

O ano se inicia com a chamada Conferencia Pan-Americana, em janeiro de 1942, onde pontificou o Chanceler Oswaldo Aranha, ocorrendo o rompimento de relações com as potências do Eixo.

Eram tempos difíceis; uma possível invasão do território nacional não estava descartada, pelo estabelecimento de bases militares do Eixo, possivelmente no Nordeste, região com poucas defesas e fora do alcance da aviação americana baseada no Caribe, além do difícil acesso para as tropas brasileiras estacionadas em sua maioria no Sul. As Ilhas de

Fernando de Noronha e Trindade seriam alvos prioritários, dada sua especial adequação para bases navais e de submarinos.

Os planos de Hitler para a uma Alemanha Austral na Argentina, Chile e Brasil eram similares aqueles implementados nos Sudetos, Áustria e Polônia, já que na América Latina também havia grandes colônias germânicas, quistos raciais pelos quais se transformariam aqueles países em celeiros e reserva de matérias primas para o III Reich. O Brasil era o maior consumidor não-europeu de produtos alemães, e o 9º. em escala mundial. A Lufthansa operava no Brasil, possuindo 100% da mais antiga empresa aérea brasileira, a CONDOR, e tinha participações na VARIG e VASP. Existiam dezenas de filiais do Partido nazista espalhadas pelo Brasil e coordenadas pela Embaixada alemã. Em vista de tudo isso, o Presidente Roosevelt, eleito para um terceiro governo, chegou a cogitar da chamada operação Pot of Gold, prevendo o envio de 100,000 soldados para ocupar pontos estratégicos de Belém ao Rio de Janeiro. Entretanto, a operação jamais ultrapassou o estágio de planejamento preliminar, substituída por conversações que viriam a permitir o estabelecimento de bases navais e aéreas americanas no Brasil.

Em 1941/42, em momentos cruciais quando o Africa Korps e as tropas italianas atacavam as tropas britânicas, australianas e do Exército da França Livre dos Generais Koenig e De Gaulle, Natal tornou-se de fundamental importância, com a enorme Base Aérea de Parnamirim convertendo-se no ponto focal do sistema de Transporte dos Aliados, na rota Miami – Caribe – Belém – Natal – Ascensão – Africa, de onde se ramificava para os teatros de operação europeu e asiático (China – Burma – Índia). Posteriormente o desembarque na Normandia e a invasão da Itália também se beneficiaram desta logística, bem como as operações de retorno do pós-guerra, em sentido inverso.

Assim, o Trampolim da Vitoria favoreceu enormemente a logística aliada já desde meados de 1941, antes portanto de Pearl Harbour e mais de um ano antes da entrada do Brasil na Guerra, não só no transporte aéreo, como também no apoio a campanha anti-submarina.

Em 1940 o Brasil participou da I Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada na Cidade do Panamá, para definir a estratégia de defesa do hemisfério ocidental. Embora adotado consenso de neutralidade, abrangendo uma faixa de 300 milhas ao redor do continente, indiretamente ficou garantido o suprimento de matérias primas aos EUA.

A Segunda Reunião de Consulta em Havana foi convocada imediatamente depois da invasão alemã aos Países Baixos e à França em 1940, fato que causou preocupação aos Estados americanos, ante a eventualidade de a Alemanha reivindicar as colônias dos países invadidos situadas na América. Esta situação deu origem à Declaração XV, "Assistência Recíproca e Cooperação para a Defesa das Nações Americanas", na qual se reafirmava o procedimento da consulta entre os Estados e se reiterava o conceito de que "um atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um Estado americano seria considerado um ato de agressão contra todos ...".

Finalmente, na Terceira Reunião de Consulta (Rio de Janeiro, 1942), em 28 de janeiro de 1942, poucas semanas após Pearl Harbour, o Brasil rompeu relações diplomáticas com as potências do Eixo – Alemanha, Itália e Japão, tendo os Ministros das Relações Exteriores recomendado "A reunião imediata, em Washington, de uma comissão composta por técnicos do exército e da marinha, nomeados pelos Governos individualmente, para estudar e sugerir medidas necessárias à defesa do Continente", a qual seria o embrião da futura Junta Interamericana de Defesa (JID).

II - Os Torpedamentos e a Declaração de Guerra

Nos anos de 41 e 42, o mundo recebia notícias preocupantes dos avanços e atrocidades do Eixo, que logicamente impactavam também o Brasil, especialmente o Nordeste, mais especificamente a cidade de Natal, onde havia blackouts e exercícios de defesa antiaérea, lá tendo mais perto ecoado os tambores de guerra, pela movimentação de tropas e o perigo de ataques às bases militares lá instaladas.

Naquele distante ano de 1942, os jornais e o rádio eram as únicas fontes de informações, trazendo as notícias de ataques em todos os fronts, Pearl Harbour, invasões japonesas da Malásia, Filipinas, Indonésia, Singapura, Java, Burma, ofensivas de Rommel no Norte da África, bombardeio de Darwin na Austrália, ataque de submarinos ao porto de Sydney.

Notícias incertas de assassinatos em massa em Sobibor, Belzec, a primeira deportação de judeus da França para Auschwitz, início das deportações do Gueto de Varsóvia para o campo da morte em Treblinka, quando o professor Janusz Korczak escolhe seguir com as suas crianças do orfanato, legando ao mundo uma lição, e o seu método até hoje utilizado.

Combates em Bir Hakeim e Tobruk, com os alemães e italianos chegando já no Egito, quando o General Sir Bernard Montgomery é nomeado Comandante do Oitavo Exército para o contra-ataque na segunda batalha de El Alamein.

Bombardeios da Luftwaffe em Exeter, Bath, Canterbury, o Parlamento Britânico atingido em um raid sobre Londres. Rendição americana em Corregidor.

A partir de 9 dez 1941, Hitler já havia autorizado o Comando da Força de Submarinos a operar no interior da Zona de Segurança Pan-Americana de 300 milhas, o que acarretou o torpedeamento de navios brasileiros nas costas americanas e no Caribe.

Entre 12 jan e 06 fev 1942, submarinos alemães afundaram 120 navios mercantes aliados nas proximidades de Nova Iorque. Nesta fase 13 navios brasileiros foram afundados no Caribe antes mesmo da ofensiva atingir o litoral nordestino.

Em 15 jun 1942, Hitler decidiu lançar uma blitz submarina no litoral brasileiro, e destruir os portos do Rio, Recife, Salvador e Santos, em represália a exportação de alimentos e matérias-primas estratégicas do Brasil nominalmente neutro para EUA e Inglaterra.

A pesada campanha antissubmarina contra a navegação marítima nacional iniciou-se com o torpedeamento do BUARQUE, o primeiro de mais de 30 navios mercantes a serem afundados, com a nação lamentando o sacrifício de 1 milhar de preciosas vidas brasileiras inocentes.

Foi empregada uma flotilha de 10 submarinos de 500 a 700 ton, baseados na França ocupada, e mais um de reabastecimento, a qual se agregaram mais tarde unidades italianas.

Em apenas 4 dias de agosto foram torpedeados 6 navios, desaparecendo no mar 600 patrícios inocentes, passageiros e tripulantes do Baependy e Itagiba, que transportavam para Recife o 7º. GADo, do Araraquara, Annibal Benévolo, Arará e Jacira. Diante do clamor popular nas ruas, o Governo reconhece o estado de beligerância, e em 31 ago 1942, através do Decreto Lei 10.358, o Brasil declara o estado de guerra com a Alemanha e Itália.

O Brasil se uniu contra o nazismo. Apenas no Baependy desapareceram no mar 250 soldados e 7 oficiais, 2 baterias de artilharia e demais equipamentos. Outro navio levava peregrinos para um Congresso Eucarístico em São Paulo. Em todas as cidades bandeiras de países do Eixo eram queimadas nas ruas, numa onda de repulsa onde se destacaram os estudantes, precursores dos futuros cara-pintadas de hoje.

Às agressões do Eixo contra o Brasil, seguiu-se a heroica defesa do nosso litoral contra a guerra submarina. Na década de 40, as ligações eram basicamente marítimas. O fluxo da navegação mercante não podia ser interrompido, pois carecendo de estradas de rodagem, o país dependia do trafego marítimo Norte-Sul, não só para interligação domestica como também para exportar nossos produtos, como borracha, café, óleos, materiais estratégicos trazendo na volta manufaturados, como automóveis, material bélico, remédios, ferramentas, motores, derivados de petróleo, e demais bens que o país não produzia.

O Brasil era então a única fonte de cristais de quartzo utilizado em equipamentos de rádio, abundante na região de Cristalina em Goiás, e em Minas Gerais, em qualidade de grau eletrônico. Outros materiais fundamentais para o esforço de guerra eram minério de ferro, borracha, cromo, manganês, níquel, bauxita, tungstênio, diamantes industriais, e areias monazíticas ricas em tório, utilizadas nas pesquisas atômicas então sendo desenvolvidas.

A quinta-coluna denunciava as cargas e datas de partida dos navios, indefesos, no princípio viajando sem escolta e sem armamento. Sozinhos e contando com a sorte, alguns furavam o bloqueio e chegavam aos portos de destino, entregando a sua preciosa carga, outros sucumbiam nos abismos do oceano, torpedeados pelos ultramodernos submarinos do Eixo.

A Marinha organizou comboios que protegiam a nossa navegação, missão plena de perigos e sobressaltos, especialmente para a frota de caça submarinos, os caça-pau Classe J e mais tarde os caça-ferro da Classe G, projetados para águas costeiras calmas, e que cumpriram épicas jornadas em alto-mar encapelado.

Nessas empreitadas tivemos a lamentar a perda do Vital de Oliveira, a 25 milhas do Farol de São Tomé, com 100 mortos, da Corveta Camaquã, em junho de 44, a 12 milhas NE de Recife, que vitimou 33 marinheiros, inclusive o Comte Gastão Moutinho, e o naufrágio do Cruzador Bahia, em julho de 1945, já com a guerra terminada, em missão de apoio aos aviões vindos da África, com a perda de 337 marinheiros, incluindo o Comandante Garcia d'Ávila Pires e Albuquerque, a 500 km de Fernando de Noronha, e a 100 km do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Com a debacle alemã na frente russa e africana o perigo foi afastado e a situação finalmente revertida, passando o Brasil a colaborar decisivamente com o esforço de guerra, pelo estabelecimento de bases militares no Nordeste e na ilha de Fernando de Noronha. O encontro dos Presidentes Vargas e Roosevelt, que seria realizado em Natal aos 28 jan 1943 ficou famoso, simbolizando a importância do Trampolim da Vitória para os Aliados. Passando a receber novos navios e armas pelo LAND LEASE, a

Marinha do Brasil ganhou condições de formar comboios, não mais ocorrendo perdas de mercantes, protegidos pela Força Naval do Nordeste e Aviação de Patrulha.

Nos anos seguintes o Brasil participaria ativamente do conflito como uma das 19 Nações Aliadas, com nossas bases apoiando o tráfego marítimo e aéreo, pelo envio de suprimentos estratégicos, defendendo o Litoral com forças de Terra, Mar e Ar, e formando a FEB – Força Expedicionária Brasileira, com 25 mil soldados, e o 1º Grupo de Aviação de Caça (Senta-a-Pua), combatendo na Itália até o final da guerra em 8 de maio de 1945, sofrendo a perda de centenas de bravos que tombaram em ação, cujos restos mortais encontram-se no MNMSGM. Monte Castello, Montese e Collecchio foram algumas das gloriosas batalhas que passaram a HMB.

Assim, o Brasil além de provar o trágico fel da guerra, de estar no front da guerra submarina, de possibilitar a passagem de material e tropas, ceder importantes bases aéreas e navais, fornecer material estratégico e alimentos, e apoio diplomático nas Conferências na-Americanas, ainda fez o supremo sacrifício em sangue, enviando suas tropas para o teatro de operações europeu.

No computo geral, além das preciosas vidas de 1.900 soldados e marinheiros, perdemos 31 navios mercantes, 3 navios de guerra e 22 aviões de combate.

É uma contribuição que deve ser estudada e recordada, não só no Brasil, mas também mundo a fora, para evitarmos que alguns deslizos aconteçam, como no mundialmente famoso Musée de l'Armée, situado nos Invalides em Paris. À saída, após passar pela Sala dos Marechais, passagem obrigatória de quem visita o Museu, e se dirige ao Tumulo de Napoleon, um cartaz esquece os mortos brasileiros. Logo do país que forneceu um porta-aviões ao Brasil, e pretende reequipar nossa Força Aérea....

Assim, é importante que o mundo saiba o que o Brasil fez na II Guerra Mundial, e que os brasileiros possam conhecer tudo isso, e justamente se orgulhar das nossas múltiplas contribuições à Vitória Aliada.

III - Criação da FNNE

Outra efeméride importantíssima a registrar são os 70 anos da criação da FNNE, em 6 out 1942, comandada pelo emérito chefe naval Alte Soares Dutra, quando todos os nossos navios que pudessem se prestar a guerra anti-submarina foram modificados para receber sonares, calhas e artilharia, passando a serem classificados como corvetas, vindo a constituir a FT 46 da recém-criada 4ª. Esquadra americana, com sede em Recife, ao mesmo tempo em que eram incorporadas a 1ª., 2ª. e 3ª. Zonas Aéreas, formando a FT 49.

A Marinha do Brasil, materialmente carente, enfrentou o desafio, ainda hoje tão complexo, de defender toda a costa brasileira, atracando o encouraçado São Paulo no porto do Recife, e o Minas Gerais em Salvador, servindo como fortalezas flutuantes, prontas a revidar qualquer ataque do inimigo.

Assim, em 25 set 42 largou do Recife para o Rio o primeiro das muitas centenas de comboios que navegariam nos anos seguintes, formados principalmente entre Rio de Janeiro e Trinidad, mantendo abertas as linhas de abastecimento, essenciais a nossa economia e ao esforço de guerra dos aliados.

Com o esforço conjugado da FNNE e da Base Naval de Natal, construída pelo descortino do Almirante Ary Parreiras, e o apoio logístico da IV Esquadra, foi vencida a fase aguda da ofensiva alemã, com a escolta de 3.146 navios em 575 comboios, com perda de apenas 3, além da proteção e escolta dos 5 Escalões da FEB, do apoio logístico a Fernando de Noronha, e muitas outras missões de guerra.

Foram 600 mil milhas navegadas sob forte ameaça submarina, com cada navio da Marinha do Brasil escoltando 50 mercantes, uma produtividade bem superior a da marinha americana, de apenas 16 navios.

IV - A Morte de Stefan Zweig – um Protesto Silencioso

Cabe ainda registrar outros 70 anos de infausto acontecimento, em 23 de fevereiro de 1942, o pacto de suicídio em Petropolis do escritor austriaco Stefan Zweig e sua esposa Lotte, refugiados do nazismo. Seus livros foram queimados em toda a Austria. Em sua curta permanencia de 16 meses na nossa terra, escreveu um livro famoso até hoje, BRASIL, PAIS DO FUTURO. Milhares de pessoas lhes prestaram silenciosamente uma ultima homenagem, e o Pres Getulio Vargas determinou que o funeral fosse custeado pelo governo, e as autopsias fossem realizadas na residencia, e nao no IML, em sinal de respeito. Aos 60 anos, abalado pela morte espiritual da Austria dominada pelos nazistas, estava em desespero. Na carta de despedida ao presidente do PEN Clube declarou que a cada dia amava mais o Brasil, este pais maravilhoso.

Passadas tantas décadas, ainda hoje BRASIL PAIS DO FUTURO nos traz uma perspectiva admirável das potencialidades brasileiras. Mesmo com tantas mudanças tecnologicas, o avanço da economia, a inserção na corrente da globalização, o livro continua verdadeiro, porque a alma não muda.

É um livro que merece ser lido e pensado, e cujo resumo da Introdução tão bem revela nas palavras profeticas de Stefan Zweig o espírito brasileiro:

... causou uma das mais fortes impressões da minha vida... os olhos não se cansavam de olhar, e para onde quer que os dirigisse sentia-me feliz.

viajei 12, 14 horas de trem pensando com isso aproximar-me do coração desse pais. mas quando de volta examinei o mapa, verifiquei que havia apenas penetrado um pouco embaixo da pele. ...

antes um continente – espaço para trezentos, quatrocentos, quinhentos milhões de habitantes, riqueza imensa sob este solo opulento e intacto, da qual apenas a milésima parte foi aproveitada

Percebi que havia lançado um olhar sobre o futuro do mundo. sabia bem que nada vira, ou em todo caso não vira bastante

passei cerca de meio ano neste país e só agora sei que uma vida inteira não bastaria para conhece-lo - tenho de me consolar por ter encontrado apenas 2 ou 3 brasileiros que puderam afirmar conhecer o âmago quase impenetrável deste país

e que a estrada de ferro, o vapor e o auto, impotentes contra a vastidão fantástica desta terra, não me teriam levado muito além de donde fui

quero salientar o que coloca o Brasil em posição especial dentre as nações do mundo, no que respeita ao espirito e a moral nenhum o resolveu de maneira tão feliz e mais exemplar - e para gratamente testemunhar isso escrevi esse livro

o Brasil o resolveu duma maneira que requer a admiração do mundo se tivesse aceito o delírio europeu de nacionalidade e de raças, seria o país mais desunido, menos pacífico e mais intranquilo do mundo

não ha distinções de cores, exclusões, separações presunçosas ao passo que na Europa cada nação inventou uma palavra de ódio para aplicar a outra é surpreendente que a segunda geração já se sinta só brasileira - em geral o filho de estrangeiro é nacionalista é um país que odeia a guerra, e ainda mais, que quase não a conhece – seu orgulho e seus heróis não são apenas

guerreiros, mas estadistas como Rio Branco e Caxias, que com prudência e firmeza souberam acabar e evitar guerras.

hoje, que o Governo é considerado ditadura, há aqui mais liberdade e satisfação que na maioria dos países europeus.

aqui repousa uma das melhores esperanças de uma futura civilização e pacificação do mundo devastado pelo ódio e pela loucura

na nossa época de perturbação ainda vemos novas esperanças em novas zonas, é nosso dever indicar esse país, essas possibilidades, por isso escrevi este livro

V - A Conferência de Wannsee

2012 marca também os 70 Anos da Conferencia de Wannsee, aos 20 de janeiro de 1942 em Berlin, que definiu um macabro protocolo para as deportações e assassinatos de 11 milhões de judeus na Europa. Lamentavelmente perderam-se 6 milhões de vidas preciosas, de civis, homens, mulheres, crianças, idosos, todos inocentes, mas culpados de serem judeus. Crime hediondo mas que hoje por absurdo que seja encontra negacionistas. A humanidade não pode permitir que o Holocausto ocorra novamente. Nunca mais.

A conferencia se realizou em um palácio as margens do lago do mesmo nome, região aprazível a 20 km de Berlin, onde a classe média alta tinha suas chácaras e mansões, e que foi adquirido pela SS para servir de hotel e centro de conferencias, um local para reuniões dos nazistas. Hoje transformada em um museu, o lugar que simbolizou o espírito do mal, hoje é um Memorial e Centro de Estudos, denominado Casa da Conferencia de Wannsee - Haus der Wannsee-Konferenz - Gedenk- und Bildungsstätte.

Por convocação de Reinhard Heydrich, 15 representantes de alto escalão de diversos ministérios, partido nazista e da SS se reuniram para tratar da chamada Solução Final para a Questão Judaica, um eufemismo cunhado pelos nazistas para o assassinato puro e simples dos judeus na área de influência dominada pela Alemanha.

Tão chocante quanto o texto do protocolo, que trata o assassinio de seres humanos como algo meramente burocrático, é o contraste do objeto da reunião com o entorno paradisíaco do local onde se realizou a conferência, uma villa, cujos arredores se assemelham a Bariloche e aos lagos chilenos, por exemplo.

Dos criminosos participantes, autores de bárbaros crimes contra a Humanidade, dois ficaram especialmente conhecidos pela opinião pública:

Adolf Eichmann (1906-1962), desempenhou um papel central no processo de assassinato dos judeus europeus, coordenando transportes e deportações.

Com a guerra perdida, fugiu e viveu sob nome falso em Buenos Aires, onde foi capturado pelo MOSSAD (Serviço Secreto) e trazido para Israel em um avião da El AL que conduziu a delegação israelense para os festejos dos 150 anos da Independência da Argentina. Ao contrário de suas vítimas, teve direito a julgamento imparcial e advogados, sendo condenado e enforcado há 50 anos, em 31 de maio de 1962 na prisão em Jerusalém, sendo suas cinzas espalhadas no Mediterrâneo.

Reinhard Heydrich (1904 - 1942), um dos líderes da SS – Tropa de Choque e da SD - Polícia Secreta foi uma figura chave no assassinato de judeus na Europa, supervisionando a transferência destes para os ghettos, de onde seriam transportados para os campos de extermínio. Teve atuação também nos assassinatos sistemáticos da população civil e membros do partido comunista nos territórios soviéticos ocupados durante a invasão da Rússia – Operação Barbarossa.

Foi o governador nazista da Tcheco-Eslováquia, transformada em Protetorado da Boêmia e Morávia. Pelos horrores que ali cometeu e o terror que infundiu às pessoas era conhecido como o Carniceiro de Praga.

Foi eliminado há 70 anos pela resistência tcheca em 4 jun 1942. Em represália à sua morte, as aldeias de Lidice e Lezháky foram quase que literalmente varridas do mapa, tendo os seus habitantes sido horrivelmente executados ou deportados. A Gestapo tinha pistas (falsas) de que seus executores haviam partido destas cidades.

O sucessor de Heydrich no comando da SD, Ernst Kaltenbrunner, não mediu esforços em dar continuidade às políticas desse departamento, sendo condenado à morte pela força no julgamento de Nuremberg, em 1946.

Pereceram no Holocausto 1,5 milhão de crianças. Quantas poderiam ter dado ao mundo mais beleza, mais ciência, mais saúde? Aqui citamos uma personalidade tão significativa, que a Humanidade reverencia pela sua bondade, falecida há 70 anos:

Edith Theresa Hedwing Stein , ou Santa Teresa Benedita da Cruz (Edith Stein, 1891-1942)), filósofa e teóloga alemã. De origem judia, converteu-se posteriormente ao catolicismo, tornando-se carmelita descalça. Primeira mulher a defender uma tese de Filosofia na Alemanha, Mártir, faleceu em 9 de Agosto de 1942 no Campo da Morte de Auschwitz. Beatificada em 1 de Maio de 1987, em Colônia pelo Papa João Paulo II e canonizada aos 11 de Outubro de 1998, em Roma pelo Papa João Paulo II. Padroeira dos Hebreus Católicos, judeus convertidos, do Dia Mundial da Juventude, e da Europa.

VI - Conclusões: As Lições que a História Ensina

Os mil anos do Reich não passaram de 11 dolorosos anos para a Humanidade, até ser destruído, em Stalingrado, Bir Hakim, Tobruk, no Levante do Gueto de Varsóvia, nas praias do Dia D.

Recorde-se que diferente de outras Nações Aliadas, o Brasil nada recebeu em reparações da Alemanha, acertadas na Conferencia de Paris em 1945. Éramos uma nação por assim dizer ainda infantil, o planejamento das ações de governo ainda precisaria receber os subsídios iniciais, a serem prestados pela Comissão Mista Brasil-EUA, da qual nasceria em 1952 o então BNDE.

Assim, ficamos a ver navios, os nossos navios afundados, com perda de mais de 1 milhar de preciosas vidas brasileiras.

Já no que diz respeito ao *Lend-Lease*, este sim foi pago até o último centavo. O “*Lend-Lease*” Act foi aprovado pelo Congresso dos EUA em 1941, possibilitando a ajuda aos países vitais para o esforço d guerra americano. O Brasil recebeu 70% do material militar fornecido desta forma para os países latino-americanos. Este plano decenal que aportou US\$ 364 milhões a partir de 1944, foi quitado em julho de 1954. Assim como nós, a Rússia também recebeu este apoio americano, graças ao qual pode sobreviver a invasão do ex-aliado nazista em jun/1941, recebendo suprimentos americanos via Mar do Norte. Ao drama seguiu-se o pagamento, em ouro. 1941

Hoje no Brasil de 2012 uma amnésia coletiva e seletiva parece ter acometido boa parte da nossa *intelligentzia*, no que diz respeito a acontecimentos não tão distantes, como os aqui tratados. Felizmente temos relevantes espaços de memória, sejam materiais como o MNMSGM, sejam virtuais, como o GHFEB. Faz-se mister ainda combater toda e qualquer manifestação de intolerância, como o neo-nazismo, e falácias como a negação do Holocausto.

Certamente os Ensinamentos de 1942 – Um Ano Singular, estão ainda muito atuais, ainda que transcorridos 70 anos. Hoje Alemanha, Itália e Japão são nações amigas, até das mais tolerantes, salvo grupos isolados, mas o passado não pode ser simplesmente enterrados e esquecido, sob pena de outros atores os emularem.

Novos interesses se manifestam, nas Malvinas, na Amazônia, no pré-sal. Se na época um das mais poderosas belonaves da Alemanha, o Graf Spee, navegou pelo Atlântico Sul, 50 anos depois um submarino nuclear afundou o cruzador argentino BELGRANO. E hoje, a mesma IV Frota que atuou lado a lado, reaparece em nossas águas, sabe se lá com quais intenções ... Como já dizia Balzac, a história é como um bobo... se repete, se repete...

1942 foi realmente um ano singular, e seu legado continua atual: ontem como hoje o Brasil precisa manter equipadas e alertas as suas Forças Armadas, para dissuasão dos que cobiçam nossas riquezas.

BIBLIOGRAFIA

- FRANK D. McCANN , University of New Hampshire. E.I.A.L. ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, Tel Aviv University. VOLUMEN 6 - Nº 2 JULIO - DICIEMBRE 1995 - América Latina y la Segunda Guerra Mundial (II) - Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What did you do in the war, Zé Carioca?

Sales, André Valério, 2ª. Guerra Mundial, O Torpedeamento do Cruzador Bahia pelos Nazistas. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB 2009

Reifschneider, Telmo Becker. 66 Anos de Criação da Força Naval do Nordeste. Revista do Clube Naval, nº. 348, out/nov/dez 2008, págs. 38-42.

Bento, C. M. A participação das Forças Armadas do Brasil e de sua Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial. (Volta Redonda: Gazetilha, 1995 1ed)

Bento, C. M. A Saga da Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Rio de Janeiro: (ANVFEB/ Associação de Ex-combatentes do Brasil, 1995).

Bento, C. M. Os 68 Sargentos mortos na FEB. (Resende:AHIMTB,1911)

Swanston, Malcom & Alexander. The Historical Atlas of World War II, CARTOGRAPHICA, London 2007.

Internet

[AHIMTB.url](#)

[Boletim Anvfeb abril 2007 pdf free.url](#)

[Fundacao Rampa.url](#)

[Sentando a Pua! .url](#)

[Wannsee .url](#)

A COBRA FUMOU: A ATUAÇÃO DAS PATRULHAS BRASILEIRAS NA 2ª GUERRA MUNDIAL

2º Sgt Moises Bastos de Morais*

No dia 30 de outubro de 1944, em Galicano, próximo de Barga, às quatorze horas, saí com uma patrulha, sob o comando do 2º Tenente Múcio e depois, do Sargento Rezende. Viemos pelo mato, até a vila de Molazzana, entrando por uma direção onde não havia alemães. Quando regressávamos, após obter as informações que desejávamos dos italianos, os alemães que estavam cercando a vila, abriram fogo de fuzil, metralhadoras e granadas de fuzil contra nós, ao qual respondemos. Terminada minha munição, procurei abrigar-me. Durante o tiroteio acertei vários alemães, que estavam a cento e pouco metros, pouco abrigados, "dando sopa". A lourdinha (metralhadora alemã) cantava dando rajadas por todos os lados, mas não atingiam os nossos.

Depois de abrigados fomos alvos da artilharia tedesca, até que uma 88 caiu dentro de nosso abrigo. Eu estava de pé quando ela caiu. A 88 é a única bomba que não assobia. Vem silenciosa e quando a gente vê, ela já estourou. Oito companheiros foram feridos, morrendo dois ao chegarem ao hospital, um matogrossense, o soldado Ribeiro e um italiano partisan. Com a explosão, fui atirado a uns três metros de distância. Meu capacete de aço voou longe. Esse foi o último tiro que os alemães deram. Dos feridos o que mais gemia era o italiano, que foi transportado pelos patrícios pra uma casa da vila. O sangue corria por toda parte. Só às dezenove horas é que vieram os padioleiros, que não podiam andar de dia pelas estradas. Recebi cento e um estilhaços de bomba. Fui operado quatro vezes. Na primeira operação retiraram 75 estilhaços. Tive fraturas do joelho, perna e pé direitos e do tornozelo esquerdo. As últimas radiografias ainda acusam vinte estilhaços nas pernas. Cheguei a tomar doze litros de sangue, em várias transfusões. Quando estava baixado no 38º Hospital de Evacuação, em Pisa, tomei parte na inundação desse hospital e fui transportado às pressas, para o Hospital de Livorno, debaixo de uma chuva torrencial. Estive depois em Nápoles, donde seguí para os Estados Unidos, em Charleston e New Orleans, donde vim para o Rio de Janeiro, passando uma temporada no H.C.E.¹

O relato acima não foi tirado de nenhum roteiro de filme hollywoodiano, mas se fosse um episódio da 2ª Guerra Mundial ocorrido com algum soldado norte americano, poderia ter se tornado filme ou seriado de televisão. Não pretendemos enaltecer a indústria cinematográfica Hollywoodiana, mas com certeza grande parte da população brasileira conhece os filmes: “O resgate do soldado Ryan”, “Uma ponte longe demais” ou o seriado “Band of Brothers”. Esses filmes que são grande sucesso de bilheteria aqui no Brasil, contam histórias da participação americana no maior e mais sangrento

* 2º Sargento paraquedista do Exército e mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói, RJ.

¹ RAMOS, José de oliveira. *A Epopéia dos Apeninos*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1967, p 231-232.

conflito da história da humanidade. Infelizmente a população brasileira conhece muito pouco sobre relatos como o do soldado Tertuliano Pinto Ribeiro, da 6ª Companhia, do 6º Regimento de Infantaria, da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Na verdade os brasileiros, principalmente os das gerações mais recentes desconhecem a própria FEB, quanto mais algum fato específico quanto à participação do Brasil na frente italiana da guerra. E é a falta de memória nacional sobre a FEB a inspiração deste trabalho.

Falando em memória recordamos que para Jacques Le Goff o conceito de memória é crucial. A memória teria a função social de comunicar uma informação a outrem, possibilitando trazer o passado para o presente. Em se tratando de memórias coletivas, essa possibilidade é bastante sedutora, pois ter o domínio sobre a memória coletiva é estabelecer lembranças e manipular esquecimentos, transformando-se assim a memória num instrumento de poder. É justamente essa memória coletiva que dá a coesão dos grupos sociais, comunidades e nações.² E a situação da memória dos brasileiros sobre a participação do país na 2ª Guerra Mundial é algo intrigante. Concordamos com Le Goff quando diz que o conceito de memória é crucial, pois o uso da memória envolve a ideia de cruzamento e, em que ponto da história do Brasil esses cruzamentos de memórias oficiais, memórias individuais, memórias emblemáticas e memórias coletivas fazem com que a FEB perca essa disputa pela existência de sua própria memória? Por que temos a impressão que a memória sobre a ida do Brasil na guerra ficou restrita aos ex-combatentes, que por intermédio das associações dos pracinhas lutam pelo não esquecimento?

Não pretendemos mostrar as causas, a evolução e os motivos da 2ª Grande Guerra, mas acreditamos ser interessante uma breve contextualização sobre o conflito para entendermos o porquê de brasileiros cruzarem o Atlântico para lutar em outro continente. Em 1º de setembro de 1939, com a invasão alemã à Polônia é deflagrada a 2ª Guerra Mundial. A partir daí a Alemanha começou uma sequência de invasões de forma rápida e eficiente que ficou conhecida como Blitzkrieg, ou guerra relâmpago, que era a junção de movimentos rápidos com blindados, ataques aéreos culminando com a

² Le GOFF, Jacques. *História e Memória*, p. 426. Eric Hobsbawm tem seu livro “Invenção das tradições” discute a importância do estabelecimento de um passado comum e, preferencialmente, glorioso para despertar o sentimento de nacionalidade e pertencimento a uma grande unidade. Nesse caso, a memória coletiva, ainda que manipulada, será responsável pelo estabelecimento dos laços de identidade.

chegada da infantaria para a efetiva dominação. Com essa tática de guerra de movimentos rápidos a Alemanha junto de sua aliada Itália domina a França, Países Baixos, Grécia, os Bálcãs e o norte da África. E o que uma guerra tão distante, ocorrendo na Europa tem haver com o Brasil? Tem haver que em determinado momento da guerra uma das posições estratégica mais cobiçada pelas forças litigantes pertenciam ao Brasil. O saliente Nordeste. A grande importância dessa região brasileira era uma potencial ponte de ligação entre a América e a África. Segundo Delmo de Oliveira Arguelhes³, até a Operação Tocha⁴ os aliados com seus aviões bombardeiros B-17 *Flying Fortress* e B-24 *Liberators* cruzavam os céus, partindo de bases nordestinas, cedidas pelo governo brasileiro, em direção da África facilitando a derrota da Afrika Korps alemã e a consequente expulsão das forças do Eixo do continente africano. E devido a isso, em 1943, os aliados invadiram a Itália.

Porém antes dos aliados conseguirem autorização do governo brasileiro para a instalação de bases, os alemães também tinham interesses e, se conseguissem poderiam realizar ataques ao canal do Panamá, montando simultaneamente bases aeronavais na região, com o objetivo de controlar o tráfego marítimo e fechando o Atlântico Sul aos britânicos e norte-americanos.⁵

O governo do Brasil no meio dessa pendenga internacional se porta de maneira muito interessante, jogando com os dois lados, para conseguir duas prioridades: a construção da siderúrgica nacional e o fornecimento de armas e equipamentos bélicos para as Forças Armadas⁶. O governo vai sustentando a situação de neutralidade mantendo suas boas relações comerciais com os Alemães e também com os Estados Unidos.

O governo brasileiro sabia da importância estratégica do seu Nordeste para o futuro dos embates mundiais e, Vargas, antes de conceder a utilização da cidade de

³ ARGUELLES, D. O. *A conferência dos Chanceleres americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na segunda Guerra Mundial*. In: SILVA, F. C. S. et al. (Org.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 115-145.

⁴ A Operação Tocha foi realizada a partir de novembro de 1942, foi a tomada do norte da África pelos aliados.

⁵ ALVES, Wagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Editora PUC-Rio. São Paulo. 2002, p. 95.

⁶ FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 16.

Natal para a instalação de bases aliadas, usou essa posição como barganha para atingir seus objetivos. A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, era tão importante para as operações aliadas que ficou conhecida durante a guerra como o Trampolim da Vitória. Dela eram realizadas até 800 operações diárias de pouso e decolagem, sendo considerada em 1943 a cidade com o aeroporto mais movimentado do mundo.⁷

Percebemos que, para o governo de Vargas, o que interessava era determinar um alinhamento com um país que fosse capaz de supri-lo em suas necessidades. Enquanto os interesses brasileiros não fossem realizados e, enquanto estivesse aberta a possibilidade de negociação com os dois países, o governo do Brasil não se decidiu a que lado apoiar.

A situação do Brasil de aliado dos Estados Unidos vai ficar bem mais clara em dezembro de 1941, após o ataque japonês a base americana de Pearl Harbour. Depois do ataque Vargas, através telegrama, declarou estar “solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental”.⁸

Quando o Brasil define, na III Conferência de Chanceleres, em janeiro de 1942, pelo rompimento de relações com o Eixo, os alemães intensificam uma sequência torpedeamentos, com o submarino U-507, a vários navios mercantes brasileiros. Em um período de um pouco mais de um ano os alemães afundam 31 embarcações provocando mais de 1400 vítimas entre mortos e desaparecidos.

Os ataques alemães aos navios mercantes brasileiros são o estopim para o Brasil declarar estado de guerra contra a Alemanha em 31 de agosto de 1942 e, com forte apelo popular criar a Força Expedicionária Brasileira para lutar contra as forças do Eixo.

A entrada do Brasil na 2ª Guerra está atrelada a reação da opinião pública. Manifestações em todo país contra as agressões do Eixo, passeatas, comícios, ataques às propriedades de cidadãos de origem alemã e italiana foram realizados e até publicações

⁷ FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 16.

⁸ ARGUELLES, D. O. *A conferência dos Chanceleres americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na segunda Guerra Mundial*. In: SILVA, F. C. S. et al. (Org.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, p. 115-145.

em jornais com fotos dos corpos mutilados pelos torpedeamentos do submarino U-507 alemão.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi formada por 25.445 brasileiros, homens e mulheres, que sob o comando do general Mascarenhas de Moraes, foram enviados para Itália, para ao lado dos exércitos aliados lutar contra um dos combatentes mais experientes de então, o soldado alemão. A força inexperiente começa a chegar à Itália a partir do segundo semestre de 1944 e como toda tropa novata comete muitos erros no início, assim como ocorreu com os ingleses no norte da África e com norte americanos na Tunísia, aprenderam rápido com seus reveses.⁹ Apesar de todas as dificuldades de estar em uma guerra distante, a FEB acumulou vitórias em batalhas conhecidas como Monte Castelo, Castelnuovo, Montese, Panaro, Collecchio e Fornovo, muitas delas com pesadas baixas. Acumulou também histórias fantásticas como a do soldado Tertuliano.

A FEB, após a convocação e recrutamento, foi reunida na região do Rio de Janeiro, no conhecido campo de instrução de Gericinó. Lá foram realizados os treinamentos precários para uma guerra moderna que seria travada na Europa. Os materiais prometidos pelos americanos demoraram a chegar, o campo de instrução de Gericinó era pequeno para realizar um treinamento com toda a divisão desdobrada no terreno, havia a dificuldade de comunicação com alguns instrutores americanos que não falavam português. Os problemas eram muitos, mas o treinamento básico de combatente foi realizado com material do próprio Exército Brasileiro. Marchar, correr, atirar, e conhecimentos mínimos necessário foram passados, mas o material que usariam em combate só foi recebido na própria guerra. O treinamento da FEB foi realizado dentro das possibilidades de material e conhecimentos militares existentes no Brasil.

Havia um despreparo dos brasileiros, principalmente quando comparado com os americanos, mas a falta de preparo para uma guerra moderna era o reflexo do Brasil da época, um país sem indústria pesada, com a maioria de sua população vivendo no meio rural, um país ainda principalmente exportador de café. Não era possível ter um país pobre e rural e um Exército moderno e extremamente eficiente. A impressão de um treinamento insuficiente foi relatada pelo ex-combatente, o economista Oswaldo Aranha (filho):

⁹ FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005, p. 65.

*O preparo da FEB era o normal da vida militar em um quartel brasileiro. Não houve nada de especial, apenas algumas armas novas, como a bazuca. Nós atirávamos de bazuca, aprendemos a utilizar o jeep. (...) A preparação no Brasil não foi bem feita, mas não podia ser de outra forma. Aconteceu que fomos despreparados, mas outras nações também. Conversei com os americanos e estes também diziam não terem tido preparo para vir para aquele lugar, mas sim outro, era assim mesmo.*¹⁰

A FEB embarcou para a Europa em cinco escalões, como aproximadamente 5 mil homens cada, de julho de 1944 à fevereiro de 1945. Como previsto nos acordos realizados entre os governos do Brasil e Estados Unidos a tropa brasileira deveria ser armada e treinada pelos americanos, porém houve demora na entrega dos equipamentos de guerra para os brasileiros, atrasando o treinamento. A FEB chegou à Itália para suprir a falta de efetivo causada pela invasão da França pelos aliados. O comando aliado deslocou do teatro de operações italiano sete divisões (quatro francesas e três americanas) para poder concentrar forças na ataque a França.

O soldado brasileiro se adaptou bem rápido a realidade da guerra e as novas tecnologias dos armamentos aliados, circundados sempre pela eficiente logística norte-americana. Os brasileiros apreenderam de tudo: a lançar granadas, a andar de esqui, a operar rádios, a utilizar detectores de minas, a atirar de bazuca, tudo que uma guerra moderna pode oferecer. Mas tudo que foi utilizado pelos brasileiros não partiu da benevolência, nem do altruísmo norte americano, foi tudo pago pelo governo brasileiro e custou bem caro. Os Estados Unidos da América gastou com mobilização de 12 milhões de homens e suprindo seus aliados com apetrechos de guerra aproximadamente US\$ 350.000.000.000 entre 1939 e 1946.¹¹

O congresso norte-americano aprovou em 11 de março de 1941 a Lei de Empréstimo e Arrendamento e, autorizava o Presidente a vender, transferir, trocar, arrendar, emprestar ou, de qualquer forma, dispor de qualquer artigo de defesa em benefício de qualquer nação cuja defesa ele considerasse vital para a segurança dos Estados Unidos.¹² Através dessa lei se deu o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, em 01 de outubro de 1941 e, modificado em 03 de março de 1942, conhecidos como

MOTTA, A. M. (Coord.) *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Bibliex, Tomo 6, 2001. p 202..

¹¹ VIDAL, Germano Seidl. *A guerra proscrita*. Rio de Janeiro: Razão cultural, 1999, p 26.

¹² VIDAL, Germano Seidl. *A guerra proscrita*. Rio de Janeiro: Razão cultural, 1999, p 26.

Lend-Lease.¹³ A Lei de Empréstimos e Arrendamento que permitiu a revitalização das forças armadas brasileiras, o equipamento da FEB e a sua manutenção em campanha , custou US\$ 361 milhões aos cofres brasileiros sendo a última parcela paga em 01 de julho de 1954, em cerimônia realizada no Departamento de Estado Americano.¹⁴

O general Confúcio, ex-combatente, relata sobre o material de guerra fornecido pelos americanos:

Considere-se que o americano entrou na guerra milionário, e saiu arquivilionário, tudo era vendido. Quem está falando é um capitão que foi oficial de suprimento de material bélico, que recebeu 84.910 peças e conjuntos e forneceu 25.226, além de todo o material de limpeza e conservação necessário à manutenção do material distribuído. Os americanos forneciam, mas tudo nós pagamos; não foi nada de graça (...).Na guerra o americano supriu tudo. Basta perder, e dar uma parte para receber a reposição de um canhão, morteiro, metralhadora etc. além do armamento foram distribuídos centenas de binóculos, bússolas, relógios, tabelas gráficas etc. (...) Agora nada de graça tudo pago, não se pense que eles deram um alfinete para o brasileiro, nós pagamos toda a guerra¹⁵.

É claro que sem o fornecimento pelos americanos de material para a FEB, é bem provável que os brasileiros não obteriam as vitórias em terreno europeu. O Brasil foi à guerra atrelado ao Exército Americano, sua participação e atuação foi determinação do comando do V Exército dos Estados Unidos dentro da hierarquia militar, onde um militar de menor patente responde ao seu superior imediato. Mas claro também está que material por mais moderno e caro que seja sozinho não ganha guerra alguma.

Os combatentes brasileiros atuaram no teatro de operações italiano sob a direção do comando aliado e cumpriu diversas missões de guerra, entre elas se destacam as patrulhas que eram uma força de efetivo variável destacada para cumprir missões de reconhecimento, de combate ou de combinação de ambas. Principalmente após a chegada do inverno, onde as ações ficaram dificultadas com a neve, as patrulhas foram utilizadas em grande número com o objetivo de manter o contato com o inimigo.

Em 12 de abril de 1945, foi levantada a necessidade de um reconhecimento de uma determinada área, chamada nas cartas topográficas dos oficiais encarregados das

¹³ VIDAL, Germano Seidl. *A guerra proscrita*. Rio de Janeiro: Razão cultural, 1999, p 28.

¹⁴ VIDAL, Germano Seidl. *A guerra proscrita*. Rio de Janeiro: Razão cultural, 1999, p 28

¹⁵ MOTTA, A. M. (Coord.) *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Bibliex, Tomo 4, 2001. p 123.

operações de guerra de ponto cotado 747, a importância desta missão de reconhecimento era que dali a dois dias seriam desencadeados os ataques a Montese. O comando aliado pretendia iniciar a Ofensiva da Primavera, que deveria ser feita por todas as tropas prontas na Itália. O objetivo desta ofensiva era romper mais uma linha de defesa criada pelos alemães após perderem a famosa Linha Gótica, o alvo agora seria a nova linha de defesa localizada nas montanhas que bordejavam o vale do Pó, a Linha Gengis Cã. Montese, uma elevação, ficava no meio do caminho para o sucesso da nova operação idealizada pelo comando do V Exército. O ex-combatente Joaquim Xavier da Silveira comentou a importância da tomada de Montese para os aliados:

O dia 14 foi marcado pelo início de um dos mais árduos e sangrentos combates da FEB, o de Montese, que só terminou no fim do dia 17, após quatro dias de contínuos bombardeios de artilharia de ambos os lados. A resistência alemã foi desesperada: afinal, Montese era uma posição-chave no Vale do Panaro e se as forças aliadas conquistassem-na, nada mais as deteria no prosseguimento de sua marcha para o Vale do Pó. A conquista do Vale significava o fim da guerra na Itália¹⁶.

Joaquim Xavier da Silveira concluiu sobre o resultado da ação realizada em Montese da seguinte forma:

O combate de Montese foi a etapa de maior importância para a Ofensiva da Primavera. Objetivos foram alcançados e conquistados (...). A batalha de Montese contribuiu positivamente para o êxito do conjunto: fixou tropas em uma região de grande importância, obrigou o inimigo a fazer enorme consumo de munição (mais de 3.200 projéteis de canhão foram atirados). Foi uma vitória muito dura. Os três dias de luta causaram à tropa brasileira 426 perdas entre mortos e feridos, custo alto em vidas humanas, acentuando a importância que o próprio inimigo deu à posse da posição conquistada pelos brasileiros (...) Montese foi palco da mais árdua e sangrenta vitória das armas brasileiras na Itália¹⁷.

Toda ordem de cumprimento de missão militar é cercada por planejamentos normalmente focados nos riscos e nas preocupações com o grau de perigo para os homens. Porém os planejamentos necessitam sair das mesas de operações e para isso,

¹⁶ SILVEIRA, Joaquim Xavier. *A FEB por um soldado*. Bibliex. Rio de Janeiro, 1989, p. 179.

¹⁷ Id, 183

como dizem os militares, a ponta da linha tem de fazer acontecer o que foi idealizado pelos seus comandantes, e no caso do reconhecimento do ponto cotado 747, do dia 12 de abril de 1945 (reconhecimento este que foi um dos diversos realizados para o início da Ofensiva da Primavera) caiu sob a responsabilidade da patrulha comandada pelo sargento Max Wolff Filho.

O comando do IV Corpo de Exército transmitiu determinações as suas Unidades subordinadas, o V e VIII Exércitos. Por sua vez o V Exército determinou as ordens para 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), do Brasil, e essa amarrou o campo de atuação do 11º Regimento de Infantaria Expedicionário (11º RI) regimento em que fazia o sargento Max Wolff. As transmissões de ordens seguem rigorosamente a cadeia de comando militar, onde o de menor patente recebe e cumpre as ordens do de maior patente, e assim seguiu também dentro do 11º RI. O comando do Regimento mandou o I Batalhão organizar as patrulhas fortes, que deveriam ser impulsionadas sobre as posições inimigas. E coube a 3ª Companhia do Batalhão lançar as patrulhas sobre os pontos contados 747 e 759, comandadas pelo sargento Max e pelo Tenente Iporan¹⁸.

Junto as ordens de partida da missão de reconhecimento, chegaram também um grupo de correspondentes de guerra, com autorização do comando da 1ª DIE para acompanharem as patrulhas. Os repórteres foram convencidos de não participarem da ação efetiva da patrulha devido ao perigo de uma atividade desse tipo, ainda mais durante o dia, onde a exposição às vistas do inimigo poderia ser fatal, como realmente foi. O acompanhamento dos correspondentes foi realizado a distância, dentro de postos de observação. A patrulha partiu e ao passarem pelo ponto cotado 732, o comandante da patrulha disponibilizou alguns homens no terreno e continuou seu avanço agora com dois grupos de seis homens cada, inspecionando o casario local. Ao se aproximar do objetivo, o ponto cotado 747, as duas frações se aproximaram de mais casas, que estavam cerca de 20 metros, confirmando que as informações obtidas pelo alto comando aliado estavam erradas, o inimigo não havia retraído e, disparou uma rajada certeira. Max foi atingido quase a queima roupa pela “Lurdinha”¹⁹, levando as mãos a barriga, caiu de bruços ao chão e ao se movimentar recebeu mais uma rajada. O requerimento

¹⁸ ALMEIDA, Adhemar Rivarmar. *Montese, marco glorioso de uma trajetória*. Bibliex. Rio e Janeiro, 1985, p. 140.

¹⁹ Forma como o soldado brasileiro chamava a metralhadora MG42 Alemã.

para a medalha Bronze Star (americana) do segundo homem em comando na patrulha relata como foi o combate:

(...) o inimigo deixou que nossos valentes patrulhadores se aproximassem ao máximo de suas posições, e, ao primeiro tiro, desfechado quase a queima roupa, alvejou mortalmente a Max Wolff. Desencadeou-se então todo o sistema de fogos inimigos, com preciosas concentrações de artilharia e morteiros e fogos cruzados de metralhadoras.

(...) Foi quando surgiu o Sgt Falcion, dispôs os seus atiradores no terreno de forma a neutralizar as mais ativas metralhadoras inimigas e a rastejar até junto do corpo do seu comandante, sob intenso fogo, sendo logo atingido numa das pernas, mesmo ferido não esmoreceu conseguindo arrastar o corpo de Wolff cerca de 50 metros, a custa de muito esforço, sufocando as dores físicas, arrostando maiores perigos e lançando granadas de mão que causaram sérios estragos às guarnições inimigas que hostilizavam as nossas. Como aumentassem as concentrações de artilharia (...) teve que deixar o corpo do chefe, agora mais longe do inimigo que o matara, e tratou de comandar o retrainento dos seus homens, o que o conseguiu fazer com brilhantismo, embora ferido numa perna, foi o último homem a regressar.²⁰

Na patrulha de Max também morreu o soldado Estevam que tentou resgatar o corpo do sargento, mas foi morto pela mesma metralhadora MG42 Alemã. Na descrição detalhada do requerimento de medalha de um dos participantes da patrulha de reconhecimento do ponto cotado 747 é demonstrado um dos diversos dias de luta encarados por brasileiros na Itália, desde o recebimento da missão a ser cumprida, a partida, o contato com o inimigo, as trocas de tiros, mortos, feridos e toda tensão de saber que poderia se estar caminhado para a morte. Porém a patrulha de reconhecimento do dia 12 de abril de 1945, foi mais uma das centenas realizadas na terra de ninguém por soldados do Brasil. Nesse mesmo dia também foi lançada a Patrulha comandado pelo Tenente Iporan²¹, que desarmou 83 minas, ficou mais de quatro horas em ação e também teve um homem gravemente ferido.

Por fim, sabemos que a FEB combateu, matou, teve pesadas baixas, obteve a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã (um efetivo de aproximadamente 15 mil homens). Foi elogiada por suas façanhas nos campos de batalha por generais aliados,

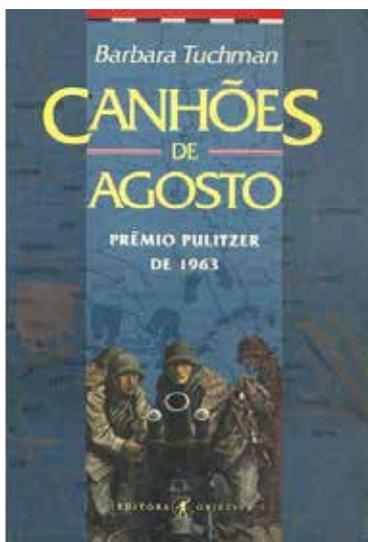
²⁰ Arquivado do Arquivo Histórico do Exército. Acervo FEB.

²¹ ALMEIDA, Adhemar Rivarmar. *Montese, marco glorioso de uma trajetória*. Bibliex. Rio e Janeiro, 1985, p. 141.

deixou 443 mortos em solo europeu, saiu vitoriosa da guerra mais sangrenta da História e colaborou com os aliados a derrotar os exércitos de Hitler. Mas está perdendo a maior de todas as batalhas. Caiu no esquecimento de seu povo. Estudemos a FEB antes que o cachimbo da cobra²² se apague!

²² O símbolo da Força Expedicionária Brasileira é a Cobra Fumando, devido a uma anedota, segundo a qual Hitler teria dito que a FEB viajaria para a Guerra no dia que as cobras brasileiras fumassem cachimbo.

Livro em Destaque



TUCHMAN, Bárbara. Canhões de Agosto. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

Clássico da historiografia contemporânea e vencedor do Prêmio Pulitzer de 1963, o livro é uma narrativa primorosa dos momentos iniciais da Primeira Guerra Mundial, abordando os mais diversos aspectos relacionados ao conflito que naquela época se acreditou ser “a guerra para acabar com todas as guerras”.

Ficha Técnica:

ISBN: 8570112165 – 510 páginas – 1ª edição - 1998

Preço médio – R\$ 35,00



SOBRE A AUTORA:

Jornalista e historiadora autodidata, Bárbara Tuchman estudou no Radcliffe College e na Universidade de Cambridge - Massachusetts. Ao longo da carreira conquistou dois Prêmios Pulitzer: o primeiro por *Canhões de Agosto* em 1963 e o segundo em 1971 com a biografia do general Joseph Stilwell em “*Stilwell and the American Experience in China, 1911-45*”, ainda não traduzido para o português. Além de *Canhões de Agosto*, a autora tem publicadas no Brasil as seguintes obras: *A marcha da Insensatez* (1984); *A Prática da História* (1981); *Um Espelho Distante, O terrível século XIV* (1978) ; *A Torre do Orgulho* (1966) e *O Telegrama Zimmerman* (1958).

*“Não invento nada, nem mesmo o clima. Um dos meus leitores disse que tinha gostado particularmente de um trecho de *Canhões de Agosto*, onde conto como o Exército Britânico desembarcou na França e como, naquela tarde, houve um ronco de trovoada de verão no ar e o sol se pôs com um brilho de vermelho-sangue. Ele achou isso um toque de dramaticidade artística, mas o fato era verídico. Encontrei-o nas memórias de um oficial britânico que desembarcou naquele dia, ouviu a trovoada e viu o poente vermelho-sangue. a Arte, se houve, consistiu apenas na seleção e uso do detalhe no lugar apropriado.”*

— Bárbara Tuchman em *A Prática da História*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.



Revista Brasileira de

História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.